FRANCO NOGUEIRA

SALAZAR

VOL. VI

O ÚLTIMO COMBATE

(1964-1970)

LIVRARIA CIVILIZAÇÃO EDITORA
PORTO

FRANCO NOGUEIRA

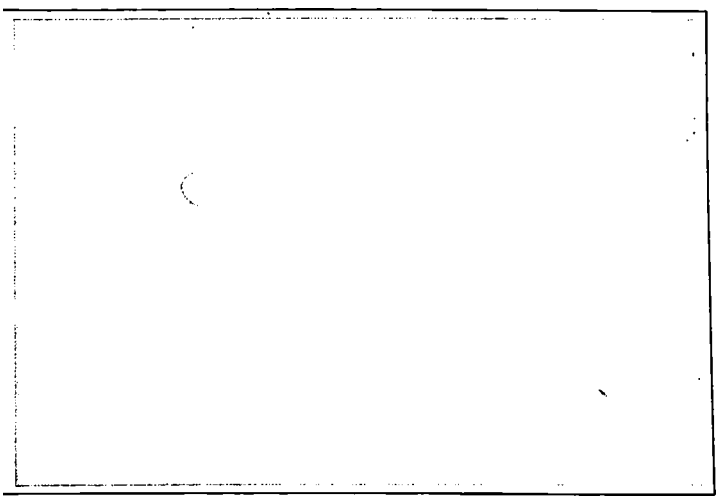
SALAZAR

VI

O Último Combate (1964-1970)

LIVRARIA CIVILIZAÇÃO EDITORA

Molde da mão direita de António de Oliveira Salazar, executado após o seu falecimento pelo escultor Mestre António Duarte.



Máscara mortuária de António de Oliveira Salazar, executada na tarde do seu falecimento pelo escultor Mestre António Duarte.

ÍNDICE

VOLUME VI — O Último Combate (1964-1970)

DUAS PALAVRAS FINAIS XI
Capítulo I — A VIRAGEM. 1
Capítulo II — O BLOQUEIO. 109
Capítulo III — O TEMPO INTERMÉDIO. 227
Capítulo IV — O ÚLTIMO COMBATE 321
ANEXOS 451
ÍNDICE ONOMÁSTICO 481

Duas Palavras Finais

Termino com este sexto volume a biografia de Oliveira Salazar. Na portada do primeiro tomo, afirmei o propósito de isenção, serenidade, frieza e recusa a elogio e vitupério. Quanto humanamente viável, penso que o consegui. Creio que não terei agradado aos fanáticos de sinais opostos: para uns, não afirmei com suficiência a grandeza do homem; para outros, não fiz sobressair as suas sombras o bastante. Mas em verdade eram outros os meus desígnios: aproveitar os documentos, descrever os factos, intervir nas fontes o menos possível. Podia eu ter escrito uma outra *biografia de Oliveira Salazar? Podia. Pode escrever-se uma outra biografia de Salazar? Pode. Tudo é função das fontes usadas, e das perguntas que se lhes fizerem. Por outras palavras: tudo é condicionado ao que se pretende provar e, portanto, ao ponto de vista de que o biógrafo partir. Esta parece ser uma realidade inerente ao género literário* biografia, *e torna-se tanto mais sensível quanto mais complexa for a figura do biografado, e mais graves e vários forem os acontecimentos de que foi comparsa ou espectador. É precisamente este o caso de Oliveira Salazar. Figura de muitos ângulos, com traços contraditórios e sempre vincados, de características extremadas, Salazar presta-se a muitas versões, a muitos retratos, e todos verdadeiros ainda que falsos se incompletos. Ao erguer uma biografia daquele homem, que poderia perguntar-se às fontes disponíveis? Era um homem com força de vontade inquebrantável? Era lúcido, inteligente? Era honesto, incorruptível? Era duro, autoritário? Era vaidoso, arrogante? Era frio, insensível? Era nervoso, emotivo? Era ambicioso, amante do poder? Era bom português, patriota? Todas estas perguntas se poderiam*

formular, e mil outras; e há elementos para lhes responder, e documentação para comprovar as respostas. Seria viável escrever uma biografia que seleccionasse algum daqueles traços, e o transformasse em tema central. Seria viável; mas não seria intelectualmente e historicamente honesto. Será isso, no entanto, que pretendem os fanáticos a que aludi. Para uns, basta descrever um Salazar desumanizado, provido de todas as perfeições; para outros, se não se afirmar que Salazar foi um criminoso ou apenas um autoritário, não se está a compor uma obra exacta. Rejeitei as duas atitudes. Procurei investigar os aspectos mais salientes que caracterizam a figura do biografado; documentei-os; tentei recortar um retrato que julgo completo, porque creio não haver omitido ângulo essencial ou importante; e também o julgo equilibrado, porque penso haver atribuído a cada aspecto ou traço dessa personalidade o papel, ou o peso, ou o espaço que ocupa no todo. Digo retrato completo e equilibrado; não quero dizer perfeito; porque a perfeição já não depende do retratado mas do retratista. Há um outro ponto, contudo, que importa destacar. Alguns criticaram os volumes precedentes porque, da sua leitura, o leitor desprevenido *poderia concluir que o biografado fora um homem de génio, e portanto eu estava sendo parcial, ou faccioso. Ora a verdade é esta: Oliveira Salazar foi um homem de génio.* «Não é popular afirmá-lo», *escreveu um jornalista de extrema-esquerda,* «mas foi-o». *Enquanto não se aceitar esta realidade, nenhuma biografia daquele vulto político será possível, e é este ponto que muitos não sofrem reconhecer ou admitir, sendo levados a exigir uma biografia de Salazar* necessariamente *e* exclusivamente *demolidora. Desde que o não seja, pensam que não é isenta e que é unilateral. Mas do facto de ter sido um homem de génio não se segue que Oliveira Salazar haja sido um intocável, um divino, um santo; e há que aceitar também esta realidade, porque de outro modo continua a não ser viável uma biografia, salvo se esta se confinar ao panegírico hagiológico. No mais, e quanto aos cinco volumes já publicados, ninguém impugnou um documento e a sua interpretação, ninguém contestou um facto e a sua relevância.*

*
* *

Outro equívoco importa destruir: afirmar a genialidade de Salazar não implica compromisso político ou ideológico: é acto de inteligência, que não traduz adesão a princípios, ainda que lúcida e independente, e muito menos devoção embevecida, sem atitude crítica. Salvo excepções, para muitos políticos portugueses, todavia, negar hoje mérito pessoal a Salazar (o que é diferente de negar o Salazarismo) tornou-se um expediente e um imperativo ou uma obsessão, parecendo que sentem o terror de uma sombra que se diria esmagá-los, ou de uma comparação ou paralelo que se diria diminuí-los; mas esses, quase clandestinamente, não têm deixado de se debruçar sobre a vida e a figura de Salazar na ânsia de descobrir o segredo *e a* receita *da sua longa permanência no poder. No fundo, sentem avidez de mando, pouco democrática, e que parece julgarem ser-lhes inerente; e desejariam saber como exercer esse mando a título vitalício, e sem restrições. Ao fim e ao cabo, têm ânimo de ditadores, sem espírito de servir nem de sacrifício, com gosto pelo exercício pessoal de um poder arbitrário e discricionário, que não estava nas coordenadas de Salazar. Simplesmente, o génio não se transmite por herança, nem é susceptível de cópia; e os imitadores são epígonos, a situar no limbo da história. Decerto hão-de surgir em Portugal outros homens de génio, e é de esperar que o povo português conserve força colectiva bastante para os arrancar da terra. Mas esses homens não serão cópia de ninguém: hão-de romper os quadros então existentes, criar as suas próprias coordenadas, sem embargo das afinidades espontâneas que à distância existem sempre entre homens fora e acima dos outros: como nas personalidades e nos feitios de Albuquerque, de D. João II, do Marquês de Pombal, de Salazar, há traços análogos em todos.*

Digo acima que negar o génio de Salazar e negar o salazarismo são aspectos diferentes. Se a afirmação da genialidade de Salazar é somente um acto de inteligência, já a aceitação ou a rejeição do Salazarismo constitui acto político e compromisso ideológico. Uma distinção, neste particular, cabe fazer; e há que joeirar conceitos. Salazarismo pode ser entendido como devoção

pessoal e apoio político a um homem, ou como estilo de governo, método subjectivo de administração, forma do exercício do mando. Àqueles que tenham sido e teimem em ser salazaristas neste sentido, *cumpre dizer-lhes que estão amarrados a um saudosismo, a um mito ou símbolo emotivo, decerto muito respeitável, mas sem conteúdo; e que o salazarismo está morto. Não foi a revolução de 25 de Abril de 1974, no entanto, que o matou: morreu com a morte de Oliveira Salazar: e isso justamente porque o génio não se transmite, não se imita, nem se copia com êxito. Mas o salazarismo pode e deve ser entendido noutro plano: uma mística nacional, um conjunto de princípios políticos, um sistema de ideias, um acervo de conceitos sociais e económicos — tudo de matriz vária mas formando um bloco coerente, e adaptado a Portugal e às condições portuguesas, e de valor permanente e actualidade constante. Deste ângulo, é óbvio que o salazarismo pode ser aceite ou rejeitado — como acto de inteligência. Num caso ou noutro, com frieza, isenção, mesmo pragmatismo. E vale a pena aferir a validade dos princípios políticos e económicos do salazarismo pelos acontecimentos de Portugal desde 1974. Não perderão o seu tempo os que sem paixão, e sobretudo se apenas tiverem em conta o plano nacional, assim fizerem. Para os que se mantiverem serenos e não forem maus, serão decerto surpreendentes os resultados.*

*
* *

Dois pontos importa sublinhar. Estou consciente de não haver esgotado a documentação existente, nem mesmo a disponível — será isso alguma vez possível? — pois eu próprio, para não prolongar ainda mais a narrativa, me vi forçado a não utilizar muitos documentos. Por outro lado, não poucos detentores de documentos continuam a retrair-se, por receio de que se saiba sequer que possuem elementos sobre Salazar; e quando estes forem consultados podem acaso abrir novas pistas de informação, ou revelar novos pormenores, não se sabe com que interesse, embora

seja minha convicção que as traves mestras desta biografia permanecerão intactas. Quanto ao Arquivo Salazar, *divide-se em duas partes: oficial e pessoal. A primeira interessa sobretudo a quem pretender elaborar uma* história *e não uma* biografia; *contém documentos que, na sua quase totalidade, são duplicados de outros que se encontram disseminados pelos departamentos oficiais a que respeitam as respectivas matérias; e por isso não se ligam directamente ao* homem *e à definição da sua personalidade, embora não devam evidentemente ser esquecidos. A segunda parte, quase exclusivamente pessoal, é que constitui, no seu domínio próprio, uma fonte básica, e é nesta que assenta em larga medida esta biografia. Mas o* Arquivo Salazar, *transferido das caves de S. Bento (onde julgo que foi largamente saqueado após o* 25 de Abril) *para a Biblioteca Nacional (onde creio estar devidamente instalado), continua defeso para os investigadores. Todas as consultas e extensas pesquisas que ali fiz, quando ainda em S. Bento, cessaram pelo menos para mim com o* 25 de Abril — *ainda que segundo parece o* Arquivo *esteja agora aberto estranhamente à* pesquisa política, *e apenas à pesquisa política, com objectivos que antecipadamente se confessam comprometidos e orientados num único sentido, e destinados a* provar *o que deliberadamente se quer provar, sem sujeição à contradita e à rectificação através de pesquisas de investigadores e historiadores. E o segundo ponto é este. Quando comecei a descrever períodos mais recentes, nos volumes IV e V, e a aludir à acção de homens ainda felizmente vivos, deparei com reacções opostas. Uns teriam querido que eu simplesmente omitisse qualquer referência: sentem horror em que se documente que trabalharam ou exerceram funções de grande relevo com Salazar. Outros teriam desejado que lhes fizesse alusão, e extensa, mas somente para sugerir que já naquela altura se opunham a Salazar, e que até foram vítimas deste, mesmo quando a documentação demonstra quanto eram seus devotados colaboradores. Terceiros entendem que não foi destacado com suficiência o seu valor, nem o papel eminente e absolutamente decisivo que tiveram neste ou naquele lance, ou em todos. Será desnecessário eu afirmar ao leitor que em todos os casos só deixei* falar *as fontes históricas, e considerei irrelevantes essas reacções. Respeitei sempre, como se impunha e com sentido de res-*

ponsabilidade, tudo quanto no plano moral pudesse levantar um melindre ou causar um prejuízo pessoal sem benefício para a história.

*
* *

Ao fechar com este volume a biografia de Oliveira Salazar e, a traços largos, a história do seu tempo, cumprir-me-ia registar os nomes de quantos tornaram disponíveis muitos documentos, ou deram testemunhos idóneos. Preveniram-me, todavia, contra essa tentação: afirmam-me que no actual clima de liberdade em Portugal a menção daqueles nomes poderia acarretar-lhes algumas perseguições, riscos, sem dúvida dissabores. Muitos detentores de importante documentação particular destruíram-na e queimaram-na, no ambiente inicial de terror criado pelo 25 de Abril. *Alguns continuam fazendo do respeito pelo anonimato, como já sublinhei, a condição para fornecer elementos. Não quero que, por acto meu, sofra alguém ainda hoje o menor inconveniente. Mas é com mágoa que omito os seus nomes, e daqui lhes dirijo a expressão do meu reconhecimento. Alguns posso, contudo, inscrever sem perigo neste comentário, por se tratar de homens que morreram já. Quero aludir, em primeiro lugar, ao cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Em múltiplas conversas, aquele prelado narrou episódios, reconstituiu ambientes, facultou documentos, esclareceu situações e factos. Impõe-se-me afirmar, por ser a estrita verdade, que o cardeal Cerejeira, sem prejuízo da sua profunda amizade e admiração por Oliveira Salazar, se exprimiu sempre com absoluta independência, vivo sentido crítico, completa isenção, e cega fidelidade ao seu múnus pastoral e à sua missão espiritual. E se durante o consulado de Salazar a atitude do cardeal-patriarca de Lisboa foi de leal cooperação e escrupuloso respeito pela lei, como ensina o magistério da Igreja, também foi de constante vigilância, de defesa dos pequenos e dos humildes e dos ignorados, de protesto contra injustiças ou faltas — e não se acanhava de o dizer ao chefe do governo. Vilipendiado no fim da vida, sofreu*

em silêncio os insultos, sem ódio ou ressentimento, no mais límpido jeito cristão; e foi eminente pela inteligência, vasto saber humanístico, virtudes, patriotismo. Além do do cardeal Cerejeira, quero recordar aqui o nome de Guilherme Braga da Cruz. Acompanhou-me nas minhas pesquisas em Coimbra e Viseu, abriu-me os arquivos da Universidade e da Faculdade de Direito de Coimbra, copiou-me documentos quando eu já partira para o exílio, deu-me sugestões vindas do seu grande saber de professor e de historiador. Homem de carácter de uma absoluta integridade moral e mental, vulto destacado da intelectualidade e da cultura nacional, mestre de grande consequência, Braga da Cruz foi injuriado e agravado com afrontosa injustiça no período que se seguiu ao 25 de Abril *de 1974, e viveu amargurado os seus últimos anos, sem embargo de alguma reparação tardia que ainda lhe foi feita; e a sua morte prematura empobreceu o país. E por fim quero referir o nome de Bissaia Barreto: a este devo o relato de episódios e factos observados em cinquenta anos de um convívio estreito e assíduo com Salazar, e cuja inclusão nesta biografia terá contribuído para a tornar mais completa e mais viva.*

*
* *

Iniciada antes do que se designa por revolução de 25 de Abril *de 1974, apenas agora, ao cabo de mais de onze anos, me foi possível concluir esta biografia. Para os hábitos portugueses, é trabalho que tem de ser considerado excepcional, e a obra tem de ser havida por inusitada, embora em muitos países seja curial que a história da vida e do tempo dos seus homens importantes ocupe muitos volumes, às vezes distribuídos por vários autores. Digo trabalho excepcional, evidentemente, apenas no sentido da sua extensão, minúcia, documentação, e até tenacidade no esforço. Durante aqueles anos, muitas foram as vicissitudes a enfrentar. Por um longo período, julguei mesmo inviável prosseguir e terminar o trabalho. Primeiro, pela razão óbvia de, sem acusação, sem interrogatório, sem julgamento, estar preso meses e meses,*

sem saber se o estaria por anos; e depois porque não cessavam em Portugal as perseguições contra mim, os insultos, as ameaças. Sendo de prever um assalto ao andar onde moro em Lisboa, fiz dispersar toda a documentação, por residências de amigos. Mas o facto foi misteriosamente sabido por misteriosos e solícitos vigilantes. E aqueles amigos começaram a sentir-se também em risco; alguns foram também vítimas de ameaças pouco veladas; houve outros que, tendo escondido malas com documentos em jazigo de família, nem aí os consideraram salvos; e como resultado de todo esse admirável clima de liberdade, de segurança, de respeito pela cultura e pela história, esses amigos sentiram-se forçados a devolver para minha casa toda a documentação, lamentando não poder mais guardá-la. Entretanto, eu estava já exilado em Inglaterra. Então minha mulher, que se conservava em Lisboa, tomou uma decisão, e fê-lo sem mesmo me avisar, porque a correspondência para mim era aberta e as ligações telefónicas de minha casa estavam sob escuta: reúne toda a documentação, os meus apontamentos, os manuscritos, e quase uma biblioteca, em pastas e malas; e, com o auxílio de parentes, atravessa a fronteira numa madrugada, pondo a coberto de atentados todo o material que de outra forma estaria destinado a perda quase certa. Assim foi viável continuar e completar em país estrangeiro o meu trabalho.

Há tempo, creio que em 1978, um dos mais eminentes poetas portugueses — Miguel Torga — escreveu: «O delírio subversivo foi longe de mais. O dilaceramento da Pátria ultrapassou aquele limite de perdição para além do qual só resta o abismo. De todos os lados o clamor é o mesmo: morra Sansão e quantos aqui estão. A tendência suicida, que dantes era de poucos, agora parece generalizada». *E Torga refere o caso de um amigo que,* «aflito com este desmoronar da Pátria, compra quantos livros lhe testemunham a configuração passada», *desde guias de monumentos até álbuns de cerâmica e de mobiliário, e assim* «arruma Portugal na estante». *Esta biografia, e todo o trabalho e documentos que incorpora, terão também ao menos o mérito de serem úteis àquele amigo do poeta: constituem mais um testemunho, de homens e factos do passado português, a arrumar na estante. Já é um serviço sem desdouro prestado a Portugal. Como o poeta, o* «pacto que assinei

não foi com o azar das circunstâncias» *mas com* «a terra portuguesa e a língua portuguesa». *Não tenho a pretensão de ser o homem de Sá de Miranda — mas não sou dos que assinaram pacto com outras terras, nem dos que renegaram o que haviam assinado.*

Londres, 1981
Lisboa, 1984

CAPÍTULO I

A Viragem

1

Na esquina de 1964 para 1965, a Oliveira Salazar tudo se afigura estabilizado: estão impotentes os agressores militares em África, estão exaustos os agressores políticos no plano internacional: e a nação, animada de certezas interiores e um brio de cruzada, trabalha, funciona e resiste. Mas a política interna? Datam de Agosto de 1963 as últimas declarações públicas importantes proferidas por Salazar; e depois disso, perante o país, tem sido o silêncio. Decerto: é constante o apego do chefe do governo aos problemas externos, e estes sucedem-se sem mercê. Logo nos primeiros dias de Janeiro de 1965, chega a Lisboa o secretário-geral da NATO, Manlio Brosio. Salazar recebe-o longamente, e reitera as dúvidas que Portugal sente quanto à NATO e que, em seu juízo, estão na origem da crise da aliança: a falta de coesão e de solidariedade global entre os membros do pacto. Brosio entende o particularismo da atitude portuguesa. Não obstante as limitações que lhe impõe o cargo, diz o secretário-geral publicamente nas Necessidades: foi Portugal o país que deu início ao «*grande movimento de expansão que, para lá dos mares, levou aos quatro cantos do globo os ideais e modos de pensar da Europa; e desde então tem continuado a ser a sua missão especial*

a de actuar como ligação entre o Velho Mundo e o Novo». Do Extremo Oriente sobrevém um gesto inamistoso da Indonésia: o governo de Djacarta resolve cortar relações diplomáticas com Portugal a fim de evitar *«uma explosão de sentimento popular»* contra a representação portuguesa. É simbólica a atitude, e reflecte a pressão afro-asiática; e apenas causa ansiedade por se ignorar se é prelúdio a um ataque a Timor. Fica inquieta a opinião pública portuguesa, mas de momento não parece querer ir mais longe o presidente Sukarno (1). Ao mesmo tempo, torna a agravar-se a situação no Congo, e em seu redor adensa-se a atmosfera internacional; e nas Nações Unidas e na Organização da Unidade Africana é áspero o embate entre moderados e radicais. De novo Paul Spaak (2) se mostra aturdido com os acontecimentos; e em reunião da NATO, convocada urgentemente em Paris, o ministro belga advoga a procura de uma *solução política* que todavia salvaguarde do naufrágio o governo de Tschombé (3). Pelo delegado português é ponderado que uma solução política seria desejável, e acaso possível se do lado oposto o problema não houvesse sido aberto num terreno apenas militar; mas assim, sem um sucesso claro pelas armas, não se via como poderiam os *rebeldes* ser compelidos à negociação. Nada se conclui, e o Congo segue o seu destino tormentoso; mas para Angola continua a ser uma chaga na sua fronteira. De súbito, uma notícia emociona o mundo: com quase noventa e um anos, a 24 de Janeiro de 1965, morre Winston Churchill. Todos recordam os feitos aventurosos do homem, o relevo da obra do escritor, o papel do estadista em duas guerras que abalaram a humanidade. Salazar faz para a imprensa uma declaração: *«desaparece uma grande figura da história da Inglaterra e da história contemporânea»*, que sempre lutou *«com uma clarividência, um objectivo ao mesmo tempo idealista e prático, uma lucidez de propósitos e de julgamento, e um sentido histó-*

---

(1) O governo brasileiro concordou em assumir a protecção dos interesses portugueses na Indonésia. Na sua atitude antiportuguesa, Sukarno estava sendo sobretudo influenciado pelo seu ministro dos Estrangeiros, Subandrio, inimigo tenaz de Portugal.

(2) Recorde-se: ministro dos N. E. da Bélgica.

(3) Recorde-se: chefe do Catanga e de momento primeiro-ministro do Congo.

rico, que revelam as inteligências esclarecidas e as vontades firmes». E telegrafa as suas condolências ao primeiro-ministro britânico Harold Wilson, e assiste ao serviço religioso na Igreja de São Jorge. Aos seus colaboradores diz Salazar: *«Churchill sempre sentiu por mim grande aversão, não sei porquê».* Mas todos estes pontos são fracturas nas preocupações que o chefe do governo tem agora concentradas em verdade na política interna. Porque, com efeito, não está tranquilo o ambiente. Para além-fronteiras, mantém a sua agitação Humberto Delgado, que continua nas suas deslocações constantes; mas alguns governos começam a mostrar impaciência ao peso dos embaraços provocados pelo antigo general; e o gabinete de Londres acaba de negar autorização para a sua visita a Inglaterra em viagem de propaganda política. Em embaixadas latino-americanas de Lisboa permanecem voluntariamente alguns *asilados políticos,* com o propósito de causar atritos e perturbação. Democratas de velha estirpe e oposicionistas de sempre solicitam autorização para celebrar no Porto o *31 de Janeiro,* do mesmo passo que divulgam o documento em que lançam ao governo ásperas críticas. Nos meios universitários, ressurge o ambiente de tumulto, de greve, de prisões de alunos, e há correrias em frente da Assembleia Nacional. Por outro lado, nas forças que apoiam o regime paira alguma tibieza, e há mesmo a sombra de uma dúvida. No Conselho de Ministros de 26 de Janeiro de 1965, ao discutir justamente o problema académico, mostram-se divididos os membros do gabinete: para alguns, há que mostrar firmeza perante os estudantes, e as oposições em geral, e recorrer à prisão e à força se indispensável, e desta política é Correia de Oliveira o mais claro defensor; mas a maioria advoga a moderação sem transigência, o apaziguamento sem desprestígio, a tolerância sem prejuízo da denúncia pública das actividades dos elementos de extrema-esquerda. Desta atitude se faz eco uma nota do Ministério do Interior, que informa da detenção de alguns estudantes e da apreensão de panfletos e tipografias clandestinas. Além de tudo, porém, a preocupação mais vasta é outra: em algumas classes sociais, em meios económicos e financeiros, pode pressentir-se um sulco de fadiga: uma luta em África que se prolonga há quatro anos, um ambiente internacional que ainda inspira receio, uma incerteza de futuro. Para mais, 1965 é

ano em que finda o mandato o presidente Thomaz e em que, nos termos constitucionais, hão-de realizar-se eleições para deputados: e as forças do regime temem a sua própria cisão e receiam, além dos ataques dos oposicionistas, o estado de espírito de pelo menos uma parte do escol. Em qualquer caso, os conselheiros de Oliveira Salazar insistem num ponto: é essencial que o chefe do governo *fale* aos portugueses.

Entre os fins de Janeiro e a primeira quinzena de Fevereiro de 1965, Salazar continua imerso nas «*trapalhadas*» da política interna. De novo se levanta o problema do ministro das Finanças, Pinto Barbosa. Este concluíra a revisão do Plano Intercalar de Fomento, elaborara o Orçamento e a Lei de Meios; tudo fora publicado e aprovado em tempo; Salazar imagina que se restabelecera a saúde do ministro; mas Pinto Barbosa alega que não é assim, e insiste em abandonar as suas funções. Salazar aborda o assunto com Thomaz; e o desejo do ministro «*em verdade nos surpreendeu a ambos um pouco*»; mas conforma-se; e entretanto, até à designação de um sucessor, o «*caso não existe para mais ninguém*». Mais desagradável, todavia, é o problema da *União Nacional*. Está demissionária a *Comissão Executiva*, a que tem presidido Veiga de Macedo. Há que substituí-la, e que escolher homens prontos a trabalhar com entusiasmo no terreno político em ano de eleições. Quem? Salazar pede nomes, e no pedido muitos julgam ver uma próxima remodelação ministerial. Salazar fixa-se em Baltazar Rebelo de Sousa (1). Convida-o para chefiar a *Comissão Executiva* da *U. N.* Mas Rebelo de Sousa, se declara que está disposto a colaborar, quer no entanto ser o juiz da oportunidade e da função: e recusa a presidência daquele órgão da *U. N.* Salazar recorre então a Castro Fernandes, «*que é pessoa de boa vontade*», e este aceita (2). Além de Castro Fernandes, entram para a *Comissão* dedicados partidários do governo: Armando Cândido de Medeiros, Soares da Cunha, Francisco do Casal

(1) Recorde-se que militava há muito nos quadros do regime e fora subsecretário da Educação entre 21-VII-55 e 4-V-61.

(2) Recorde-se que Castro Fernandes fora subsecretário das Corporações e Previdência Social entre 6-X-44 e 16-X-48 e ministro da Economia entre 16-X-48 e 2-VIII-50.

Ribeiro, Arnaldo Pinheiro Torres. Estes homens não receiam a luta com os oposicionistas, e propõem-se *refrescar* o movimento da *União Nacional.* Mas os conselheiros de Salazar — sobretudo Mário de Figueiredo, Soares da Fonseca, José Nosolini — não consideram que a reorganização da *U. N.* tenha qualquer influência na opinião pública. Importa acima de tudo que o chefe do governo esclareça dúvidas, reafirme princípios, levante em suma o moral das forças políticas. Com a relutância de sempre, laboriosamente, Salazar prepara o seu discurso. Em 18 de Fevereiro de 1965, com pretexto na reorganização da *União Nacional,* o chefe do governo dirige-se ao país.

Afirma Salazar que as alterações na estrutura do movimento se fazem num «*ano crucial*» da vida política portuguesa. Crucial, porquê? Não porque hajam acabado as guerras do Ultramar, ou seja ano de eleições para deputados, ou mesmo porque se tenha de proceder à escolha do chefe do Estado. Não. É crucial porque «*seja qual for a evolução dos acontecimentos, não pode haver dúvida de que é nos sete anos* (1) *a seguir que por imperativos naturais ou políticos se não pode fugir a opções delicadas e, embora não forçosamente a revisões, à reflexão ponderada do regime em vigor. E é nas mãos do Chefe do Estado que virão a pesar as maiores dificuldades e da sua consciência que dependerão as mais graves decisões*». Salazar põe assim claramente o problema da sua sucessão, acaso por afastamento político, decerto por morte física. Deste modo, quanto segue adquire o sabor de um testamento moral. Este vai buscar um ponto de origem, e por isso o chefe do governo pergunta: o que é um regime político? Explica-o: «*é a definição dos órgãos de soberania, do modo como se constituem, participam do poder e colaboram para o bem comum da sociedade civil*». É ainda a enunciação dos direitos do homem e dos princípios morais, sociais e económicos que devem imprimir uma finalidade à vida nacional: «*o que quer dizer que um regime pode ser também uma política e não apenas uma constituição. O nosso é uma coisa e outra*». Pelas oposições, tem sido considerado provisório o regime, e por isso estão sempre à

(1) Como se sabe, é de *sete anos* o mandato presidencial.

espera de «*eleições livres*», de uma «*assembleia constituinte*», de uma «*nova constituição*». A verdade está em que desde 1820 até 1926 nenhum regime, ainda que apresentado como eterno, conseguira viver «*ao menos os quarenta anos que para o ano perfaremos*». Assim se dá este absurdo: «*o provisório ser mais duradouro que o definitivo e o temporário mais estável do que o consagrado para a eternidade*». Porquê? Porque podem existir modas ou efervescências passageiras; mas o que interessa é descobrir «*a linha de continuidade de um sentimento colectivo*», e obedecer-lhe. Pode a força fazer revoluções; mas não pode por si mantê-las sem o apoio da consciência nacional. Ora o regime actual encontrou «*uma fórmula conforme ao modo de ser da colectividade e que a todos permite viver em paz e progredir*». Por isso, «*é de aconselhar que não se substitua enquanto se revelar eficaz e esteja confiada a quem na mais alta magistratura a possa defender e fazer cumprir*».

Assentes estas premissas, desce Salazar ao terreiro do momento político. É perturbada a época que se vive, porque se romperam os equilíbrios sociais e aqueles por que se norteavam as relações entre Estados. Hitler prometia a paz para mil anos; perdeu; e a promessa é agora reiterada pela ONU, que não consegue cumpri-la, e no mundo quase não há um lugar sem guerra ou conflito. Apesar da técnica, alastra a pobreza; repetem-se sem descanso os apelos à democracia, à liberdade e à igualdade, à soberania do povo, à omnipotência justiceira e criadora do voto; mas por toda a parte se conclui que após milénios o homem não sabe nem pode governar-se sem autoridade e justiça; e da trilogia revolucionária de 1789 até a fraternidade — «*que parecia realizável na sua plenitude*» — tem sido «*sacrificada ao egoísmo dos homens e ao materialismo da vida*». Por outro lado, criou-se a ideia de que a economia deve ou pode dirigir a política, e comandá-la: pensa-se que o desenvolvimento económico começa pela industrialização, e que todos os povos a podem atingir em grau igual; que são ilimitados os créditos ou capitais disponíveis; que uma economia não tem de basear-se no trabalho ou na técnica própria, mas na generosidade alheia; e está provado que tudo isto é erro. Se a economia tende a dirigir a política indispensável ao governo dos povos, e não sendo a técnica em si mesma uma

política, tem de entender-se que a política deve definir prioridades e a técnica cingir-se a ensinar como se podem conseguir. De outro modo, o homem transforma-se numa engrenagem da própria técnica. «*Tem de salvar-se o homem da tentação do abismo*». De tudo resulta uma outra crise: a do direito internacional. Alargou-se a comunidade de nações a países sem preparação; e as Nações Unidas têm agravado a situação. E hoje o princípio é: a lei internacional é para cada Estado a que serve o seu interesse, sem respeito pelo direito alheio.

Neste clima, não se pode esquecer a «*África em fogo*». Aí, é completo o caos: não confiam nos Árabes os da África Negra; estes, por seu turno, não se entendem entre si; e alguns pretendem uma revolução africana não apenas para conquista da independência mas que leve à adopção de uma política sustentada pelo bloco comunista. Como o comunismo não pode ser implantado na África Negra, no estado actual, o apoio soviético «*representará sobretudo a substituição das posições ocidentais*» e «*um perigo para a independência*» daquele continente; e por isso tem sido estimulado um racismo negro que, por ser antibranco e não representando desagravo ou desforço, é também uma operação económica pelo enfraquecimento que a expulsão do branco traz às economias locais que colaboram com o Ocidente. E Portugal em África? Elementos subversivos vindos do Tanganica romperam em Moçambique, tentando repetir o que outros fizeram na Guiné e em Angola; mas não puderam, ao menos com intensidade comparável, «*porque nos encontraram preparados e atentos*». Também como noutros casos, é achado legítimo o auxílio de outros países ao terrorismo; em compensação, vai sendo aceite pelas potências a ideia de defesa contra ataques protegidos pelos países de onde partem. É «*dentro deste quadro que havemos de defender os territórios nacionais*». É pena que sejam gastos anualmente com a defesa três milhões e meio de contos, e os milhares que as províncias despendem, quando poderiam ser aplicados em obras públicas e fomento. Serão mal empregadas estas importâncias? «*O problema não pode pôr-se-nos assim, mas só em face da imperiosidade do dever político e das possibilidades nacionais. O cumprimento do dever não tem de ser contabilizado; as possibilidades são as do nosso trabalho que, se tiver de ser mais*

penoso e longo, o será sem hesitações». Decerto o inimigo instila em espíritos fracos um veneno subtil, afirmando que estes problemas não têm solução militar, mas só política; e que o prolongamento da luta, além de ruinoso, é inútil. Mas o terrorismo não é explosão de um sentimento nacional, que os portugueses procurem abafar; constitui agressão instigada por estranhos; e por isso, *«a tal solução política, se não prevê a desintegração nacional (que todos fingem repelir), não se encontra em nós próprios mas nos países vizinhos»,* que têm o dever de cessar os ataques. E Oliveira Salazar pergunta: *«Vamos em quatro anos de lutas, e ganhou-se alguma coisa com o dinheiro do povo, o sangue dos soldados, as lágrimas das mães? Pois atrevo-me a responder que sim».* Ganhou-se no plano internacional, pois se reconhece hoje que Portugal, além de defender um direito seu, se bate também pelo Ocidente; e ganhou-se no plano africano, porque se apontou ao continente negro um certo número de soluções para problemas que os dirigentes não sabem como resolver, além de se haver esclarecido melhor a realidade das províncias portuguesas. *«Eis o ganho positivo desta batalha em que — os portugueses europeus e africanos — combatemos sem espectáculo e sem alianças, orgulhosamente sós».* (1)

Mas afinal Salazar não se ocupa de política interna? Sim: dirá *«umas palavras»* acerca do ambiente *«que adivinho carregado de dúvidas e preocupações».* E compreende que seja assim: para o explicar bastaria o ambiente mundial: mas, além disto, *«temos causas privativas de mal-estar».* Quais? Houve que agravar alguns impostos, porque as guerras não se fazem sem sangue e sem dinheiro; uma série de maus anos agrícolas salda-se por perdas vultosas, e provoca mesmo dificuldades no abastecimento do consumo corrente; e têm subido alguns preços com gravames para as economias frágeis. Para estes males sugerem-se remédios

---

(1) Esta expressão *«orgulhosamente sós»* logo se transformou num estribrilho ou bordão político, invocado por uns como título de nobreza e coragem nacional, por outros como indicativo de isolamento perante o mundo. Mas a expressão não queria dizer que Portugal estivesse só, isolado, sem ajudas. Queria dizer que Portugal estava só na interpretação que dava ao quadro africano e mundial; e às conclusões políticas que tirava.

baseados numa onda de facilidades que aliviam o dia de hoje e comprometem o futuro; e parece absurdo que, na imitação desequilibrada de modas alheias, «*queiramos sempre ganhar mais e desejemos ao mesmo tempo trabalhar menos*». Durante a última guerra, políticos ingleses de consequência apareciam a Salazar com o fato velho, coçado, fimbriado nas mangas; e não tinham pejo em mostrar estas marcas de sacrifício pelo bem comum. Mas «*não vemos isso aqui*»; antes se nota em certos casos uma riqueza que se alardeia e afronta; e por isso «*desejaria que fôssemos mais modestos e, sobretudo nestes momentos de crise, mais discretos também*». E Salazar aborda depois o problema do plano, que está em curso, de *reconversão agrária*. Muitos julgam que lhes pode advir prejuízo; mas há aí incompreensão. «*Eu sou um rural*», diz Salazar, e por isso compreende o campo. Decerto se pretende alargar a floresta às serras nuas e aos campos de searas pobres; não se pensa, todavia, em abandonar a cerealicultura; deseja-se, ao contrário, ter searas mais rendosas e culturas mais ricas. Em face de um conflito sempre possível, quando os mercados são difíceis e os mares impraticáveis, «*a terra humilde sobe então à culminância dos heroísmos desconhecidos e dos valores inestimáveis*». Ainda que se haja de pagar preço elevado, os cereais têm de ser cultivados, como quem faz um «*seguro de guerra*», para garantir aos portugueses nas grandes crises do mundo «*um bocado de pão*».

De tudo, que concluir? «*Um povo que toma, diante de si mesmo e à face dos imperativos da sua história, a decisão viril de resistir, porque sabe que precisa de resistir para sobreviver, há-de tirar desta mesma decisão as forças necessárias para enfrentar as dificuldades*». Milhares e milhares de homens que nas fileiras se arriscaram já nos mares e na selva, e jogaram a vida pela Pátria, «*viram no Ultramar projectada a Nação na sua verdadeira grandeza*». E o chefe do governo pergunta: «*que podem significar para estes homens umas oposições que conspiram com o comunismo em Paris ou em Argel para lhe entregar Portugal, ou aquelas, mais moderadas embora, que se limitam a ver se podem conquistar o poder, sabendo todos, pela imprecisão da sua linguagem, que perder a batalha aqui ou lá é tudo a mesma coisa? E não estaremos nós à altura dos que se batem não só*

por eles e por nós mas pela justiça que nos assiste e pelo bem dos povos a que nos devotamos?» Quando a União Indiana se apossou de Goa, todos no mundo concluíram que se havia apoderado de ricas minas de ferro e de um porto como não havia outro nas suas costas; mas a poucos acudiu que em Goa havia também uma alma e uma cultura indo-portuguesa; e por isso nunca houve tantos portugueses e tanto patriotismo num território que a hipocrisia alheia diz liberto da opressão portuguesa. «*Esta lição que o mundo agora colhe do nosso sofrimento, não queremos que levianamente a tire dos outros territórios que constituem a Nação portuguesa*». E por isso importa conhecer bem «*as razões da nossa luta nacional*». Daqui a necessidade imperiosa de uma doutrinação que os governos e a *União Nacional* têm descurado. Dois agrupamentos levam na devida conta a formação dos seus adeptos: a Igreja e o Comunismo. Mercê desse activo apostolado, a Igreja pode «*cristianizar a nação e pode até cristianizar o Estado; e parece-me dever ficar por aí, pois não pode substituir este nem conduzir os negócios daquela na ordem material ou profana*»; e se, esquecendo experiências amargas, se sentir tentada a intervir na acção política, não deve fazê-lo porque, perante o materialismo que lavra, mais absorvente há-de ser a sua missão espiritual. Quanto ao Comunismo, «*que também quer ser à sua moda uma religião*», esse «*trabalha como uma igreja, doutrinando e formando os seus adeptos, com largueza de meios e base científica dignos da melhor escola, mas tão eficientes que, sendo a doutrina comunista antinatural, mesmo contra a natureza consegue fiéis que se lhe entregam inteiramente e por ela morrem, se necessário*». Perante tudo isto, e na carência da *U. N.*, «*o que nos tem valido é o fundo ainda consistente da lusitanidade, as lições da história e o exemplo dos seus valores, a sã tradição dos nossos maiores que os acontecimentos políticos dos últimos séculos não conseguiram obliterar*». Mas se se quiser que tudo se mantenha, e se forme um soldado de uma causa desinteressada, é indispensável uma constante doutrinação esclarecida. Para tanto, conta-se com o *Centro de Estudos Políticos* da *União Nacional* de modo a que não sejam «*abalados os alicerces nem com eles o futuro da Nação*».

Entre as forças políticas do governo, como em ocasiões anteriores, as palavras de Salazar são recebidas com alvoroço, e os incondicionais do regime dispõem de novos argumentos em defesa da política ultramarina. Das oposições afluem as críticas de hábito; e alguns meios católicos, em particular os progressistas, sentem-se atingidos. Na massa do povo, o apelo de Salazar aos sentimentos heróicos tem sempre ressonância; mas numa classe média em ascensão são recebidas com desdém as recomendações de modéstia, de privação, de sacrifício. Aos seus íntimos, Salazar confessa que este discurso, mais do que outros, constituiu um pesadelo: fê-lo, sente-se agora liberto. E ao arrumar papéis, verifica não ter prevenido Mário de Figueiredo de que ia recorrer a Castro Fernandes para a *Comissão Executiva* da *U. N.* Escreve-lhe uma carta, e diz: «*Desculpa a falta*». (1) Em qualquer caso, há acordo generalizado num ponto: o discurso fora um acto de coragem de Oliveira Salazar: nos próximos sete anos, por imperativos naturais ou políticos, haverá que fazer opções delicadas, dissera o chefe do governo. De súbito, a generalidade dos portugueses toma uma consciência mais aguda de que Salazar se encontra à porta dos setenta e seis anos: salvo longevidade inusitada, não poderá ter à sua frente muita vida. Na opinião pública, o problema da sucessão, sempre posto em termos abstractos dentro do regime ou pelos oposicionistas, apresenta-se agora com um aspecto mais ansioso, mais imediato; e a esmo circulam nomes. Encaram-se também hipóteses várias, consoante os matizes políticos: escolha de um homem que mantivesse o salazarismo integral; ou de alguém que, sem prejuízo dos princípios, fosse flexível e mais afeiçoado aos tempos; ou de uma personalidade de transi-

---

(1) Tem interesse documental esta carta. Na íntegra: «*Meu caro Mário — Nesta trapalhada da reorganização da C.E. da U. Nacional esqueci-me de te informar de que o B.R. de Souza me escreveu a dizer que não aceitava o cargo de Presidente. Eu já contava mais ou menos com isso, porque o tenho convidado para outras coisas e diz-me sempre que não. Quere servir mas* quere também ser o juiz da oportunidade e da função, *de modo que nunca chegamos a nada. Tive então de recorrer ao C. Fernandes que é pessoa de boa vontade. Só agora ao dar volta aos papéis verifiquei que não te tinha avisado. Desculpa a falta. Com afectuosos cumprimentos, Ol. Salazar. 20-2-965*».

ção que, na ordem e respeito pela própria lei vigente, preparasse a vinda tranquila de uma era nova; ou, por último, a escolha de quem, sem sangue e sem cair no caos, praticasse uma revolução de instituições e mesmo social. Daqui iria a alta-roda política uma outra verificação: o relevo com que de repente avulta o cargo de presidente da República. Para Belém se volvem as atenções: repara-se mais no homem que está à frente da chefia do Estado: situacionistas e oposicionistas encaram com uma gravidade nova a eleição do presidente: e já não parece tão fácil e de rotina a opção que se impõe no decurso de 1965. Alguns sugerem a Salazar que designe o seu sucessor: por que não nomear um vice-presidente do Conselho? ou um super-ministro com poderes especiais, de modo a que todos entendessem ser esse o *seu candidato* à sucessão? Recusa-se Salazar. Não está nas tradições portuguesas a primeira solução. E quanto à segunda? Por mais de uma vez, para os seus colaboradores, repete o chefe do governo: «*eu tenho os meus inimigos, e não são poucos. Quem eu sugerisse, teria certamente também os seus inimigos próprios, e por ser pessoa sugerida por mim passaria também a ter os meus. É de mais para o início de uma carreira política!*» Então? Volta a repisar: «*Ao Chefe de Estado deve ser assegurada liberdade absoluta de escolha, e ele escolherá. Se a pessoa escolhida se fará depois obedecer, esse é outro problema*».

2

Retomam em pouco as suas prioridades os problemas externos. Em Nova Iorque, na ONU, com pretexto na liquidação das despesas com as operações militares empreendidas pelas forças internacionais no Congo, há um embate directo entre os Estados Unidos, que favorecem o pagamento, e a Rússia, que o recusa; da posição assumida por ambos resulta a impossibilidade política, e até material, de as Nações Unidas funcionarem de momento; e produz-se o colapso da XIX Assembleia Geral. Portugal, não obstante a pressão americana, também se nega a contribuir para

aqueles gastos (1). E justamente nesta altura, e como consequência do desastre da ONU, De Gaulle lança publicamente sugestões para uma reforma da organização: para o presidente francês, há

---

(1) A questão é muito mais complexa do que o texto acima deixa entrever. Podem formular-se assim as duas teses: para os Estados Unidos, a Carta, no seu artigo 19, dá à Assembleia o poder de autorizar despesas com operações militares e de impor a cada país o pagamento da sua quota, sob pena de perder o direito de voto; para a União Soviética, os poderes da Assembleia, em matéria de despesas, restringem-se ao orçamento normal, e não abrangem as de natureza militar, que ficam reservadas ao Conselho de Segurança; por isso, e por aquele motivo, jamais poderá um Estado membro ser privado do direito de voto. No fundo, as duas teses traduzem duas políticas: Washington quer reforçar a Assembleia, que pensa dominar, e onde nenhum país dispõe do *veto;* Moscovo quer fortalecer o Conselho, não porque o domine, mas porque o pode paralisar, com o *veto.* No caso concreto, e no debate em Nova Iorque, os Estados Unidos pretendem que à União Soviética seja negado o direito de voto enquanto não pagar a sua quota nas despesas militares no Congo. Verifica-se, porém, e com surpresa americana, que a Assembleia não apoia esta pretensão dos Estados Unidos. A delegação albanesa apresenta uma moção propondo a *continuação da Assembleia na normalidade.* Estados Unidos e União Soviética *votam contra* e também *vota contra* a moção uma larga maioria. A Assembleia é suspensa. Portugal, com a França e mais 11 afro-asiáticos e comunistas, absteve-se. Os dois pontos importantes e paradoxais são: na moção albanesa, à União Soviética interessava o exercício *normal* do seu direito de voto, o que fez, e não houve força parlamentar na Assembleia para o impugnar; os países mais entusiastas da ONU — Estados Unidos, Inglaterra, latino-americanos, etc. — acabaram, por lógica com a tese que sustentavam, mas em clara ilegalidade, por *votar contra o funcionamento normal da instituição* de que eram paladinos. Em relação a todo este episódio, o ministro português dos Estrangeiros, entre outras, fez a declaração seguinte: «*Portugal assumiu em todo este processo uma posição muito simples e muito clara. Aos que, em nome da legalidade, nos diziam para adoptarmos a tese da aplicação do artigo 19 às despesas com as operações militares no Congo, respondemos com o próprio artigo 19, que claramente se aplica apenas a despesas orçamentais, e com a pouca impressão que nos causavam argumentos de ordem legal, vítimas como temos sido, desde há dez anos, das maiores arbitrariedades e ilegalidades, sem que alguém então se houvesse preocupado em defender a Carta quando esta jogava a nosso favor. Aos que invocavam o parecer do Tribunal da Haia, favorável à mesma tese, replicámos que há anos Portugal teve em seu favor não um simples parecer mas uma sentença vinculatória, e nem as Nações Unidas nem qualquer dos grandes países mostrou na altura qualquer ansiedade em que se respeitasse e cumprisse a sentença. Aos que expunham a conveniência política de se pagarem despesas com operações militares, de*

que recomeçar de novo, com base numa espécie de directório constituído pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, que acarretam no mundo as responsabilidades maiores. Lisboa aplaude as ideias de De Gaulle, e dá-lhes o seu apoio genérico. Estas questões globais são seguidas atentamente por Oliveira Salazar, mas em pouco este é tomado por preocupações só portuguesas. De Macau vem uma notícia: informações ali chegadas permitem pensar que o governo de Djacarta estaria preparando um golpe contra Timor, ou se proporia desencadear no território acções de guerrilha, como prelúdio à conquista. Salazar fica duvidoso, e diz: «*Pois se Sukarno, ao contrário do que tem sempre afirmado, quiser ocupar Timor, tem meios para o fazer. Veremos. Nós é que não podemos, por causa desse receio, tomar a iniciativa de lhe entregar a província*». Mas decorrem os dias, e as autoridades locais nada notam de anormal; e entra na rotina o cuidado pelo destino de Timor. Mais imediatamente, suscitam-se outros problemas, de repercussão pública. Protestam a República do Congo (de Brazzaville) e a República do Senegal contra violações das respectivas fronteiras, que Portugal teria praticado em Dezembro de 1964 e em Janeiro e Fevereiro de 1965; e queixam-se ao Conselho de Segurança. Nega o governo de Lisboa as acusações, refuta-as com dados concretos; e também o faz perante aquele órgão da ONU. Mas o presidente Léopold Senghor, do Senegal, sente necessidade interna e externa de obter efeitos de propaganda política antiportuguesa, para compensar a *acusação* que lhe é dirigida de ser um amigo e admirador de

---

modo a permitir futuras actividades do mesmo género, nós redarguimos que alguns dos contingentes das Nações Unidas no Congo muito haviam auxiliado os terroristas, o que nos trouxe maiores encargos, pelo que não parecia justo solicitarem-nos que pagássemos simultaneamente a agressão de que fôramos vítimas e a defesa a que fôramos obrigados contra aquela». E mais adiante: «*Mas há em tudo isto uma lógica: tendo consentido que se entrasse pelo caminho da ilegalidade contra terceiros, e tendo-o aprovado, as grandes potências e muitos outros foram fatalmente arrastados para uma situação em que tiveram de sustentar a ilegalidade como princípio a ser observado porque se atingiu o ponto em que o respeito pela lei da organização poderia matar esta*». Portugal entrava assim no caminho da *retaliação política:* tomava as armas das grandes potências e virava-as contra estas.

Portugal e da sua cultura; resolve solicitar uma reunião especial do Conselho de Segurança para julgar a queixa senegalesa; mas aquele não se apressa a marcá-la. Em outros pontos de África são diversos os problemas. Na fronteira entre Moçambique e o Malawi produzem-se incidentes; há uma incursão de patrulhas portuguesas em território malawiano, e o presidente Banda mostra-se agastado; mas Jorge Jardim acorre e sublinha que a intervenção fora feita afinal contra inimigos que o eram também do próprio Dr. Banda; e do incidente sai reforçada uma cooperação secreta de elementos portugueses na segurança interna do Malawi. Ao Sul, há notícia de que alguns terroristas se refugiam na Suazilândia (1); mas este país, pela sua situação geográfica e pequenez, não pode permitir-se qualquer acto hostil a Portugal, que tem meios de retaliar eficazmente; de novo por intermédio de Jardim, o governo de Lisboa faz saber não estar disposto a consentir que o território suazi seja usado como base de agressão, e que para o efeito recorrerá a todas as medidas económicas ou militares que forem indispensáveis; e o governo da Suazilândia declara-se pronto a uma cordial colaboração. Noutro plano, há um desenvolvimento que suscita interesse na opinião pública, e curiosidade: na Santa Sé é anunciado que Paulo VI designou o cardeal Fernando Cento, antigo núncio em Lisboa, para se deslocar a Fátima, como cardeal-legado, e entregar ao Santuário a *Rosa de Ouro,* há tempo outorgada pelo pontífice. Não agrada a Lisboa a decisão do papa: atendendo à crise entre Portugal e o Vaticano, o governo português esperava e a Santa Sé dera a entender que para aquele efeito seria escolhido o cardeal-secretário de Estado, Cicognani, e assim se marcaria o empenho da Sé Apostólica em repor a normalidade nas suas relações com Lisboa; mas Paulo VI julga indispensável a presença de Cicognani em Roma, para preparar a quarta sessão do Concílio; a nomeação de Cento, além de tudo, é anunciada sem prévio conhecimento do governo português ou do embaixador António de Faria, havendo portanto grave descortesia; e Monsenhor Dell'Acqua, da secretaria de Estado,

(1) Pequeno país, habitado pela tribo dos Suazis, encravado entre Moçambique e a República da África do Sul.

em conversa com o embaixador, embrulha umas desculpas, *«mas não encontrou melhor explicação para tudo o que se passou senão atribuí-lo à intervenção do Diabo»*. De permeio com estes factos díspares, de Espanha vem uma notícia surpreendente: Humberto Delgado encontra-se naquele país. Comunica-o ao embaixador de Portugal, Luís Pinto Coelho, o Alto Estado-Maior, pela sua 2.ª Repartição, e dá pormenores: Delgado teria estado na Bélgica, viajando com passaporte belga e sob nome falso; disporia de um cartão de jornalista, acreditando-o como representante de um órgão da imprensa belga; depois teria permanecido em Tetuan; passara então a Espanha, a Sevilha, e de automóvel e acompanhado sempre de uma *«secretária particular»* haveria transitado por Madrid até Badajoz. Aqui se hospedara num hotel. Não conhecia o Alto Estado-Maior o rasto ulterior. Para o governo de Lisboa, põe-se o problema de saber se deve ser solicitada a extradição do antigo general, se se comprovar a sua estadia em Espanha; mas as autoridades espanholas resolvem afirmar publicamente que Delgado não se encontra em Espanha; e assim, no plano oficial e legal, não se abre sequer a questão.

A este tempo chega a Lisboa, a título particular, o príncipe de Radziwill (1), muito próximo da Casa Branca e da família Kennedy. Ostensivamente, vem tratar de negócios, de investimentos. Mas é outra a sua missão, e secreta: traz uma mensagem verbal de Rosswell Gilpatric (2). Este mantém na administração Johnson os contactos e a influência de que disfrutava na administração Kennedy. Salazar, em 2 de Março de 1965, recebe longamente Radziwill: de que recado é portador? Aparecem como fundamentais estes pontos: o governo dos Estados Unidos está pronto a recomeçar o fornecimento de material de guerra a Por-

---

(1) A família Radziwill é das mais antigas e nobres famílias polaco-lituanas, que no decurso dos séculos tem dado à Polónia homens eminentes em todos os sectores da vida. Este príncipe de Radziwill estava de há muito estabelecido nos Estados Unidos, tinha nacionalidade americana e era homem de negócios importante. Casara com uma irmã de Jacqueline Kennedy, viúva do presidente assassinado, e daí a sua intimidade com os Kennedy. Vulto influente, além disso, na numerosa comunidade polaca residente nos Estados Unidos.

(2) O assunto é de alta importância como o leitor interessado poderá ver no V vol. desta biografia, págs. 581-587.

tugal, e desde já serão enviadas as peças sobresssalentes que estão encomendadas; todo o auxílio a chefes terroristas de Angola ou Moçambique, feito por instituições privadas norte-americanas, designadamente a Fundação Ford, cessará imediatamente; se satisfeitos os desejos de Washington quanto à questão técnica de instalação do *Loran-C* (1), os Estados Unidos apoiariam na ONU a posição portuguesa; e o presidente Johnson ou o secretário de Estado Dean Rusk pronunciariam em pouco um discurso que inseriria um parágrafo favorável à política portuguesa e que todos interpretariam como apoio dos Estados Unidos. Esta mensagem de Gilpatric afigura-se de alto significado, e Radziwill aconselha Salazar a escrever àquele uma longa carta sobre os pontos suscitados, e outros que o chefe do governo queira sublinhar. Oliveira Salazar sente neste particular algumas hesitações: o embaixador dos Estados Unidos no Congo, Godley, dissera há dias ao arquiduque Otão de Habsburgo, de passagem por Léopoldville, que insistira com o Departamento de Estado para que fosse recomeçado o auxílio americano a Holden Roberto; o arquiduque, que acaba de proferir uma conferência na Sociedade de Geografia em Lisboa, repete-o ao chefe do governo português; e alguns funcionários do Departamento de Estado não escondem a sua hostilidade a Portugal, e procuram contrariar na imprensa americana os artigos favoráveis à política portuguesa que aquela publica. Neste quadro de incerteza e de atitudes contraditórias, valerá a pena escrever a Gilpatric?

E que pensar da informação confidencial do Alto Estado-Maior espanhol? Justamente, dias depois, em 8 de Março de 1965, chega a Lisboa, a convite de Salazar, o capitão general Muñoz-Grandes, vice-presidente do governo espanhol. Salazar recebe-o em demorada visita; conversa miudamente com Muñoz-Grandes em Sintra, no Palácio da Vila, antes do almoço que lhe oferece; e é reafirmada de ambos os lados a amizade peninsular, vincando Salazar a defesa dos valores ocidentais e uma solidariedade peninsular que respeite os dois povos, os seus interesses nacionais,

---

(1) Sistema de alta tecnologia que permite a localização de submarinos no alto mar.

e o querer de cada um. Por entre as conversas, são abordados os problemas do mundo, as grandes crises que afrontam as potências, os contactos de Espanha e Portugal com os terceiros países que contam; Muñoz-Grandes revela-se fundamente preocupado com a segurança na África do Norte, receia uma base soviética na Argélia, tem o pavor da subversão de Marrocos; acentua as grandes dificuldades que dentro da Espanha o Vaticano causa à política de Franco; e confidencia que o papa remetera ao generalíssimo Franco uma mensagem pedindo-lhe que se não afligisse nem preocupasse «*porque tudo acabaria em bem*». Mas em nenhum momento, de um lado ou outro, é trocada uma palavra sobre Humberto Delgado.

Nesta primeira quinzena de Março de 1965, de novo Salazar se encontra embrenhado em política interna.

3

Deixara ressaibos na opinião pública o discurso de Fevereiro: não pelo que tocava à política externa e à defesa do Ultramar: mas as dificuldades económicas, que em parte Salazar atribuíra à seca e a maus anos agrícolas, eram assacadas pelo povo à ineficácia do Ministério da Economia. Por outro lado, ao ministro, Luís Teixeira Pinto, eram reconhecidas a sua agilidade mental e a sua vasta cultura económica e financeira; se se aceitava que poderia ter uma política de desenvolvimento a prazo, essa não era no entanto compreendida, e no imediato parecia ser fonte de embaraços; e para mais, pela sua maneira de agir e de lhes falar, havia concitado a animosidade de empresários, gestores, homens da indústria, da agricultura, do comércio. Salazar considera ainda que para consigo o ministro teve atitudes menos respeitosas: no ânimo do chefe do governo, a substituição de Teixeira Pinto constitui ponto firme. E noutra pasta do maior significado se levanta também um problema: Peixoto Correia deseja prosseguir a sua carreira naval, quer findar a sua gestão no Ultramar. Além disso, numa das audiências dominicais de Salazar com

o presidente da República, este diz que o ministro das Obras Públicas, Arantes e Oliveira, lhe manifestara a vontade de abandonar a pasta. E mantém-se a questão das Finanças: Pinto Barbosa não desiste do seu propósito de sair. E assim Salazar «*tem agora de mexer um pouco no governo*»: não pretende outras modificações além daquelas: mas são suficientes para o ocupar em conversas sem fim e combinações emaranhadas.

Preocupa-o a questão das Obras Públicas. Julga o ministro agora de razoável saúde, a suficiente para trabalhar: e não quer que deixe o ministério. Arantes e Oliveira concorda (1). Mais do que em relação a outras pastas, todavia, Salazar parece sentir receios pelas Finanças. Quem pode substituir o actual ministro? Tem o chefe do governo longas conversas com Pinto Barbosa, e este sugere o nome de Ulisses Cortez (2). Mas formula um desejo: se, como depreende, está na forja uma remodelação ministerial, então não quereria deixar o governo em conjunto com outros,

---

(1) É curiosa a carta que Salazar dirige neste particular a Arantes e Oliveira. Na íntegra: «*Ao Senhor Ministro das Obras Públicas — Há algum tempo o Senhor Presidente da República comunicou-me que V. Exia. desejaria ser dispensado da pasta das Obras Públicas, para se entregar a trabalho que, embora ligado à actividade do Ministério, fosse mais moderado. Relacionei o caso com a falta de saúde que então revelava, e respondi que a dificuldade não estava em exonerar V. Exia. e colocá-lo noutras funções mas só em substituí-lo. Entretanto fui notando que, se não recuperara totalmente a antiga saúde, V. Exia. se encontrava dia a dia melhor e com forças bastantes para o trabalho. Tenho de mexer agora um pouco no governo e só por isso e por uma questão de lealdade retomo o assunto. Desde que não podemos invocar uma questão de saúde, ninguém neste país compreenderia a exoneração. Demais haverá para o ano a inauguração da Ponte sobre o Tejo que é o maior empreendimento realizado pelas Obras Públicas neste regime e mal se entenderia que a inauguração se fizesse sem que V. Exia. tomasse parte na mesma na qualidade efectiva do ministro que mandou estudar, de toda a forma impulsionou e fez executar aquela obra-monumento dos nossos dias. Sendo assim, se como noto e desejo a resistência vai sendo mais que suficiente, deveria esperar-se outra oportunidade no ano que vem para se realizar o antigo desejo. Depois da ponte pode conseguir-se alguma compreensão para o caso; agora não a julgo possível. Peço o favor de uma palavra sobre o assunto. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar*». 10-III-965.

(2) Fora ministro da Economia de 2-VIII-950 a 14-VIII-958. Ver vol. IV, pág. 191.

mas mais tarde, e isoladamente. Salazar compreende. Mas aceitará Ulisses Cortez? É indispensável apurá-lo, porque daqui dependem outras combinações. E estará pronto a *aceitar desde já* aguardando alguns meses em segredo a nomeação? Salazar convoca Ulisses Cortez: este, sem entusiasmo especial, declara-se no entanto «*pronto*»: pretende que sejam mantidos os subsecretários de Estado actuais, Faria Blanc e Tarujo de Almeida: e reconhece a necessidade de esperar e de confidência. Asseguradas assim as Finanças, fica o chefe do governo livre de cuidar das outras pastas em que pretende tocar. Para o Ultramar, não se levantam embaraços ou dúvidas: o actual subsecretário da Administração Ultramarina, Joaquim da Silva Cunha, pela sua integridade, conhecimentos e trabalho, dera boa conta de si, e está talhado para substituir Peixoto Correia; e Silva Cunha dispõe-se ao encargo. Para lhe suceder como subsecretário da Administração Ultramarina, Silva Cunha vai buscar José de Almeida Cotta (1), de há muito familiar dos problemas ultramarinos, e também muito ligado a Marcello Caetano; e para subsecretário do Fomento Ultramarino é convidado Rui Patrício (2), que assim substitui Mário de Oliveira, e é por igual muito próximo de Caetano. E para a Economia? Salazar pensa em Correia de Oliveira (3), ministro de Estado adjunto do presidente do Conselho, que de há muito se ocupa de aspectos externos da economia portuguesa; e dada a devoção incondicional de Correia de Oliveira, é homem da sua confiança. Correia de Oliveira, em verdade, tem o fascínio do ministério dos Estrangeiros, e deseja ocupá-lo, pensando que a política externa global é uma extensão das reuniões a que está habituado na *Associação Europeia de Comércio Livre* ou na *Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico,* de que Portugal é membro. Salazar conhece bem, todavia, os abismos entre uma coisa e outra; e por isso convida Correia de Oliveira para a Economia. Este aceita. E escolhe para seus colaboradores:

---

(1) De seu nome completo, José Coelho de Almeida Cotta.

(2) De seu nome completo, Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício.

(3) Recordar-se-á que Correia de Oliveira fora subsecretário do Orçamento (21-VII-955 a 14-VIII-958) e secretário de Estado do Comércio (14-VIII-1958 a 4-V-961). Ver vol. IV, pág. 384.

como secretário de Estado no Comércio, Fernando Alves Machado, que assim substitui Paula Coelho; na Agricultura, Domingos Vitória Pires, que vai render Azevedo Coutinho; e na Indústria, Manuel Amaro da Costa, que sucede a José Esteves da Fonseca. Um ponto cabe ainda ajustar: quem poderá tomar a função de Correia de Oliveira como adjunto do presidente do Conselho? Salazar encara várias hipóteses; importa ter no caso, no entanto, cuidado especial, porque há tendência para ver no adjunto do presidente do Conselho um *delfim* do regime; e o chefe do governo, fiel ao propósito de não deixar entrever a menor inclinação por um nome ou outro como seu sucessor, procura alguém que não queira assumir esse papel, nem seja tomado na opinião pública como candidato. Fixa-se em Mota Veiga (1); mas este, na conversa com o chefe do governo, levanta objecções, deseja salvaguardar o seu lugar de administrador na Caixa Geral de Depósitos; e só aceita «*muito contrariado*» (2). De momento, Oliveira Salazar não faz mais retoques no seu gabinete.

Em 18 de Março de 1965, é anunciada a recomposição, e no dia seguinte tomam posse os novos ministros. Nesse mesmo dia,

---

(1) Lembre-se que este fora subsecretário das Corporações entre 16-X-948 e 2-VIII-950. Ver vol. IV, pág. 112.

(2) Em carta a Pinto Barbosa, Salazar dá pormenores das diligências em que está envolvido. Na íntegra: «*Ao Senhor Ministro das Finanças. — Em seguimento das conversas havidas, falei com o Dr. U. C.. Pronto, com a colaboração indicada durante o tempo necessário. Foi-me preciso ter essa explicação com esta antecedência, em virtude de outras combinações possíveis. Pedida e explicada a necessidade da máxima confidência. Esperemos se consiga. Agora outro caso que exigirá talvez alguma providência. Convidei para Ministro-Adjunto da Presidência o Dr. Mota Veiga que muito contrariado aceitou. Na Caixa não se preencheu a vaga do Eng.º Araújo Correia, de modo que falta um administrador e ficarão naquela hipótese a faltar dois, o que talvez seja inconveniente. O Mota (Veiga) não quer perder o lugar da Caixa, o que acho razoável. Para já, a maneira de não deixar o Conselho desfalcado, sem mais complicações, era nomear alguém para a vaga de Araújo Correia. No caso especial do Mota Veiga não sei se teremos complicações legais, pois que o lugar lá é de comissão e aqui também. Haveria que ver este ponto e a outra complicação que lá mais para diante se levantará. Muito obrigado pelo recorte agora recebido e desculpas pela maçada. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar. 15-3-965*». As letras U.C. no inicio da carta significam obviamente Ulisses Cortez.

Salazar recebe Monsenhor Lefèbre, arcebispo de Dacar, que passa em Lisboa a caminho de Paris. É um grande nome da ala conservadora da Igreja. Gostou de conversar com Lefèbre? «*Ah! encantado, não calculam como gostei de falar com o arcebispo!*» Mas não causam boa impressão no país as modificações feitas na pasta da Economia. Muitos, perante a repetição de nomes e simples mudança de cargos, deduzem que o chefe do governo encontra dificuldades de recrutamento de novos valores políticos. E pelas tertúlias de Lisboa corre, num tom de verosimilhança, um rumor que enche conversas. Num jantar em casa de António Lara, por este oferecido ao arquiduque Otão de Habsburgo, teria Marcello Caetano afirmado em voz alta: «*Salazar está ultrapassado, incapaz, e é o culpado de toda a estagnação e má administração nacional*». Sabe o chefe do governo do comentário; mas não lhe falece por isso o bom humor. No domingo posterior à remodelação ministerial, em 21 de Março, vai ao Alentejo, demora-se em Évora, visita a Pousada dos Lóios, regressa por Arraiolos. Gostou de muito do que viu em Évora: «*a Pousada é um encanto, tem o encanto que lhe dá o velho convento*». Pareceu-lhe «*muito bem*» o trabalho de arquitectos e engenheiros. Mas não gostou do mobiliário e da sua arrumação. Afligiu-o sobretudo o problema dos claustros. Vão ser fechados e depois colocadas janelas? Ah! mas estas podem estragar a beleza do conjunto. Decerto: «*falaram-me do frio, com os claustros abertos*». Na visita, não diz uma palavra sobre o caso. Mas pergunta depois a Arantes e Oliveira: «*Não pode V. Exia. dar uns instantes de atenção àquele problema?*» Sim: porque «*os frades passaram por ali durante séculos, não sabendo nós se se constipavam com frequência*».

4

Na segunda quinzena de Março de 1965, Salazar sente-se por momentos «*liberto*» da política interna, e é com alívio que volta aos problemas da Defesa, do Ultramar, da política externa. No domingo, dia 28, recebe longamente o jornalista e escritor francês

Saint-Paulien, que ficou de preparar um texto para a *Revue des Deux Mondes*. Depois, na semana que entra, surge um incidente inusitado: o governo alemão comprometera-se, em contrato escrito, a vender a Portugal uma partida de aviões de combate F-86: de súbito, declara não poder cumprir a obrigação porque, havendo sido adquiridos pela Alemanha ao Canadá, este os vendera sob condição de que o governo de Bona não disporia dos aparelhos a favor de terceiros sem aprovação prévia do governo de Otava: e este acaba de informar que não a dá em favor de Portugal. Lisboa apura desde logo que a atitude canadiana é assumida por pressão de Washington, e tira daí as suas conclusões políticas. Mas não importa: há uma responsabilidade contratual que vincula o governo de Bona: como vai este desonerar-se? Sentem grande embaraço os alemães, que estavam obviamente de boa-fé e querem honrar a sua assinatura; enviam a Lisboa, de propósito, o secretário de Estado Lahr, que dá todas as explicações e promete encontrar uma solução; e Oliveira Salazar escreve ao chanceler Ehrard uma carta pessoal, em tom cordato, para reclamar a execução do acordo firmado. Desobriga-se a República Federal da forma mais fidalga, e benéfica para Portugal: em troca dos aviões F-86, de segunda mão e muito usados, adquire em Itália uma partida de aviões de combate equivalentes, inteiramente novos, e cede-os a Portugal por preço inferior ao ajustado para os primeiros. Este caso resolve-se a contento, mas leva Oliveira Salazar a escrever a Gilpatric, como sugerido por Radziwill. É extensa a carta, e rude, e trata com franqueza brutal os pontos que são objecto da mensagem de Gilpatric: traça um quadro que é um vasto fresco das relações luso-americanas na altura, e das queixas portuguesas: e admite a hipótese de compensações materiais, financeiras ou outras, pela base que nos Açores utilizam os americanos (1).

---

(1) É muito longa mas de capital importância, e por isso transcrevo na íntegra, salvo a abertura e fecho de cortesia, a carta de Salazar para Gilpatric: «*Em princípios do corrente mês, precisamente a 2 de Março* (de 1965), *tive o prazer da visita do Príncipe Radziwill que me deu notícias de V. Exia. e se ocupou de certo número de problemas, também objecto de longa conversa com V. Exia. antes de partir de Nova Iorque. Lembrou-me o Príncipe que*

Dir-se-ia que os acontecimentos de África se propõem confirmar as teses de Oliveira Salazar. Justamente na altura em que este, na carta para Gilpatric, sublinha os perigos que rodeiam o continente, agrava-se de novo a situação no Congo (Léopoldville).

---

escrevesse a V. Exia. tanto sobre aqueles problemas como sobre quaisquer outros de interesse para as relações entre os nossos dois países, e recomendou-me vivamente o fizesse dentro da mais aberta franqueza. É por este motivo que tomo a liberdade de incomodar V. Exia. com esta carta. Abordarei os pontos suscitados pelo Príncipe Radziwill pela ordem por que este os apresentou. a) Segundo depreendi, a Fundação Ford não só estaria disposta a cessar o seu auxílio aos terroristas baseados no Tanganica (Tanzânia) como estaria pronta a entregar ao Governo Português, naturalmente para os fins da Instituição, as somas com que tem contribuído para auxiliar aqueles. Congratula-se o Governo Português com essa decisão e, dados os fins educativos e humanitários da instituição, não tem a menor dúvida em aceitar a oferta da Fundação Ford. Estamos preparados, por isso, a apresentar àquela um plano pormenorizado e concreto de realizações que a mesma ou o Governo Português em seu nome possa subsidiar. Para que o possamos fazer com a maior eficiência, desejaríamos saber previamente o total de que a Fundação quer dispor e durante quanto tempo para aquele efeito. Ficaremos aguardando indicações nesse particular. b) Transmitiu depois o Príncipe Radziwill a informação de que o Governo americano cessará todo o apoio financeiro aos terroristas que do Congo se infiltram e atacam Angola. Entendi que se referia aos terroristas de Holden Roberto mas que igual atitude tomaria em relação a quaisquer outros. Pergunto-me apenas se uma tal decisão não poderia ser levada pelo Governo Americano ao conhecimento das organizações privadas americanas apropriadas para fins idênticos. Em qualquer caso tomo naturalmente nota da informação com apreço, mas a mesma e alguns factos posteriores impõem algumas observações. Independentemente do que a cessação de tal auxílio significará como evolução das posições americanas nesta matéria, e dos benefícios gerais e particulares que daí poderão advir, não posso eximir-me a notar que se trata de um gesto que não vai além de corrigir um estado de coisas que nunca deveria ter-se produzido, nem dentro da razão nem dentro da legalidade internacional. Mas já depois da minha conversa com o Príncipe Radziwill, e em que este me transmitiu aquela grata notícia, chegou ao meu conhecimento uma informação grave. O Arquiduque Otão de Habsburgo, numa recente estadia em Léopoldville, teve oportunidade de falar com o embaixador dos Estados Unidos no Congo, Sr. Godley. O embaixador Godley confiou ao Arquiduque que acabava de recomendar ao Departamento de Estado «o recomeço do auxílio a Holden Roberto», *por ser esse* «o único meio de evitar que o movimento nacionalista de Angola caísse em mãos comunistas». *Isto foi-me repetido a mim próprio pelo Arquiduque, e a integridade pessoal deste e os seus conhecimentos de língua inglesa não me permitiam dúvidas quanto à conversa nem quanto*

Ganham terreno os *rebeldes*, recompostos das derrotas sofridas, e em Léopoldville o presidente Kasawubu, que nomeara o político catanguês Tschombé para o cargo de primeiro-ministro, entrega-se agora a manobras contra este, havendo notícias de um seu

---

à fidelidade da sua transmissão. Devo dizer que o ministro português dos Negócios Estrangeiros mencionou o facto ao embaixador Anderson; e este, alguns dias depois, comunicou que o embaixador Godley desmentia inequivocamente a sua conversa com Habsburgo. Tenho de concluir que o Arquiduque Otão terá sido pouco feliz no seu relato e que não entendeu bem o que ouviu em matéria de tanto melindre. Não posso esquecer, todavia, que o embaixador Godley, quando trabalhava no Departamento de Estado, na Divisão de África, sempre manteve uma posição de grande hostilidade a Portugal, e que de igual forma procedeu quando exercia as funções de Conselheiro em Léopoldville. Recordo-me até de que, nessa altura, negou perante um jornalista inglês, de regresso de uma visita a Angola, que nesta houvesse qualquer escola frequentada por crianças ou jovens negros. Nós já convidámos o embaixador Godley, repetidas vezes, a visitar Angola; mas sempre recusou, ou não foi autorizado a fazê-lo. Não tenho evidentemente o direito de pronunciar-me sobre altos funcionários dos Estados Unidos; mas direi que a animadversão que aquele sente contra Portugal e sua política ultramarina lhe obscurece a lucidez de espírito, e creio ser muito grave que os Estados Unidos possam ser levados a tomar posições numa área vital da África sobre a base de informações que não traduzem a realidade. Mas este problema ainda comporta outros aspectos. Perdoar-se-me-á se eu recordar que os Estados Unidos foram o primeiro país ocidental a dar visto diplomático (válido por quatro anos) no falso passaporte tunisino do Sr. Holden Roberto sob o nome de José Gilmore, e que lhe permitiram a entrada nos Estados Unidos, com aquele documento, durante anos, mesmo muito depois de ser público que Gilmore não existia e fora simples nome de guerra. Perdoar-se-me-á se eu recordar que o Sr. William Tyler, do Departamento de Estado, admitiu oficialmente em Washington, em conversa com o nosso ministro dos Negócios Estrangeiros, que Holden Roberto era efectivamente recebido no Departamento de Estado. Devo dizer que nessa altura foi também assegurado que Holden Roberto não voltaria a ser ali recebido sem aviso prévio ao Governo português, aviso que até agora não foi feito. Recordarei ainda que o Sr. Blake, do Departamento de Estado, é pelos jornais africanos considerado um amigo de Holden Roberto, e que foi há tempos transferido para Léopoldville. São numerosos os jornalistas americanos, franceses, ingleses e outros que, nas suas crónicas sobre política africana, aludem a Holden Roberto como protegido dos Estados Unidos, e por estes subsidiado e auxiliado. Não julgo se possa dizer que todas essas dezenas de jornalistas estão ao serviço de Portugal, e alguma razão devem ter tido para chegar àquela conclusão, mesmo que não fossem além das alusões do próprio Holden. Mas a conclusão a que todos os observadores e jornalistas internacionais têm chegado não

entendimento com aqueles enquanto, por outro lado, alguns chefes do *exército nacional* pensam num golpe que lhes dê o poder. Tschombé ausenta-se do Congo, passa em algumas capitais africanas; e a Lisboa chegam notícias de que, em desespero de causa, o primeiro-ministro está pronto a um acordo com os *rebeldes*

---

tem sido admitida a Portugal porque, no passado, sempre as instâncias americanas competentes opuseram a sua mais categórica negativa. Que tais factos terminem de vez é o que pode desejar-se para esclarecimento desta situação. c) Relativamente à alusão que o Príncipe Radziwill fez à autorização concedida para a cedência de alguns sobressalentes de natureza militar, na realidade algum material foi contratado ou fornecido a Portugal recentemente. Trata-se de artilharia para pequenos navios que não estarão prontos antes de 4 a 5 anos; de algum material para rocegagem de minas; de material para oficinas e electrónico. Mas este material pela sua natureza destina-se só a operações da NATO e não a ajudar o nosso esforço militar em África. Esperemos que, com a nova decisão, algum material nos possa ser fornecido que não tenha por único fim permitir a Portugal dar o seu esforço para a defesa do Atlântico Norte, nos limites geográficos do Tratado. Ainda em meados de Fevereiro foi indicado à empresa americana Thiokol Chemical Corporation que só poderia negociar um acordo de produção em Portugal de mísseis ar-terra com a empresa portuguessa SPEL, desde que tal produção se destinasse a países da NATO e sob prévia autorização dos Estados Unidos para cada caso, e ainda desde que o Governo Português se comprometesse a usar tais mísseis apenas na área definida pelo artigo VI do Tratado do Atlântico Norte. O acordo seria estabelecido entre empresas particulares, mas o Governo Português tem sérias dúvidas sobre se poderá aceitar que o uso de material produzido por empresa portuguesa em território português fique dependente de autorização de governo estrangeiro. Seria conveniente esclarecer-se se a nova decisão americana abrangerá também este caso e se pode ou não ser alargado o âmbito das nossas aquisições nos Estados Unidos. d) Assume o mais alto interesse o ponto que em seguida levantou o Príncipe Radziwill: a intenção em que o Presidente Johnson ou o Secretário de Estado Rusk estariam de pronunciar um discurso em que se inserisse uma referência ou parágrafo sobre política portuguesa, de modo que nos fosse possível transcrever e usar tal referência ou parágrafo com utilidade política. Depois de quanto se tem passado, não oculto a V. Exia. que os termos a usar são da maior importância, e terão de ser ricos de significado em favor de Portugal porque de contrário será preferível que nada seja dito. Chamo a atenção de V. Exia., neste particular, para alguns factos. Há dias o New York Times *publicou um artigo em que lançava uma luz de alguma forma optimista sobre a actual situação portuguesa. Não podia comprometer o Governo Americano, pois a crónica era assinada pelo correspondente do jornal em Lisboa. Mas para destruir o valor do artigo logo* «alguns funcionários» *do Departamento de Estado fizeram declarações transmitidas pelas agências internacionais em*

que incluiria mesmo um entendimento com os grupos terroristas que têm atacado o Norte de Angola. Em Lisboa, há notícia, de fontes internacionais, de que por detrás de Kasawubu e dos militares estão os americanos, cujo objectivo seria o de promover o regresso ao poder do *grupo de Binza*, ou seja dos políticos de

---

que se procurava destruir o efeito favorável a Portugal que acaso aquele artigo pudesse ter produzido. No dia 18 do corrente (mês de Março de 1965), *de novo o Sr. Mennen Williams pronunciou um discurso onde afirmou, entre outras coisas, que os Estados Unidos estavam usando toda a sua* «força de persuasão» , *que é como quem diz, pressão sobre Portugal, com o fim de levar este a aceitar imediatamente os princípios referentes a autodeterminação, independência, etc. Notamos assim a persistência do desagrado oficial perante notícias favoráveis a Portugal que acaso surgem na imprensa dos Estados Unidos: mas antes havia-nos sido dito que o Governo Americano sentia dificuldade em nos apoiar porque tal apoio suscitaria críticas da imprensa. Eu menciono estas circunstâncias apenas para sublinhar de novo a importância do que for dito pelo Presidente Johnson ou pelo Secretário de Estado Rusk e neste ponto limitar-me-ei a algumas sugestões. Nós sabemos que os Estados Unidos perfilham de longa data alguns princípios, que aliás basicamente também nós partilhamos, e de modo algum pretenderíamos que o Governo Americano os negasse. Mas o governo pelo consentimento dos governados pode ser realizado por mais de uma forma, e decerto nos territórios portugueses muitos factores o confirmam; multirracialismo incontestável da política portuguesa pode sem embaraço ser apoiado pelos Estados Unidos; o valor da posição anticomunista de Portugal em África deve poder ser aceite pelo Governo Americano; e reconhecer os direitos humanos, promover a educação e o desenvolvimento económico, político e social são outros tantos elementos incontroversos que, em conjunto com os demais, podem também ser considerados. O princípio de reconhecer incondicionalmente a cada cabeça um voto, reclamado pelos povos africanos, não é aceite em nenhum país civilizado; mas quem pode negar que as províncias ultramarinas têm o direito de participar e participam efectivamente na constituição dos órgãos superiores do Estado — na eleição do Presidente da República, dos deputados à Assembleia Nacional, dos procuradores à Câmara Corporativa, em perfeita igualdade com os cidadãos de qualquer outra região do País? No entanto, em documentos recentes se apelidavam de «pequenas reformas» as regras jurídicas que entre nós há muito regulam estas matérias. Eu creio que nem o Presidente Johnson nem o secretário de Estado terão dificuldade em encontrar uma fórmula comummente satisfatória para apresentar a política ultramarina portuguesa, e levá-la ao conhecimento da opinião pública americana. e) Por último, o Príncipe Radziwill informou-me de que, se o Governo Português fizesse a concessão respeitante ao Loran-C, o Governo dos Estados Unidos passaria a apoiar incondicionalmente a posição portuguesa na ONU. Não negamos a importância desta promessa. Somos lógicos: consideramos muito grave e importante o facto de os*

velha guarda como Adoula, Ileo, Bomboko, outros ainda. De todos os modos, consultados os ministros competentes, Salazar resolve a suspensão de toda a ajuda portuguesa ao governo de Tschombé; e seja qual for a evolução futura da política congolesa, parece que Lisboa terá de adoptar a *maneira dura* — bloqueio

---

Estados Unidos votarem contra Portugal: igual importância atribuímos ao facto de os Estados Unidos passarem a votar a favor de Portugal. Mas temos de ver que as Nações Unidas não têm hoje a importância que tinham há dois ou três anos: estão desprestigiadas e desvalorizadas: e assim tudo que nelas se passa se encontra igualmente diminuído. E pelo que respeita a agências especializadas daquela organização já os Estados Unidos e outras nações ocidentais têm seguido a linha de defesa dos direitos de Portugal. Mas nem por isso, sobretudo tendo em conta a eventual reorganização das Nações Unidas, deixa de ter o maior interesse a sugestão transmitida pelo Príncipe Radziwill. Tenho de acentuar, porém, a gravidade da concesssão do Loran-C: se a fizer, aumentam muito os riscos e a vulnerabilidade de Portugal, que decerto se torna alvo ainda mais importante das armas comunistas em caso de crise séria ou de guerra. E daí não tira Portugal qualquer benefício substancial directo. Nestas circunstâncias, ocorre-me se procure noutros campos uma contrapartida material da nossa concessão à instalação do Loran-C. Estes os problemas de que se ocupou o Príncipe Radziwill. Não me falou o Príncipe no problema da base dos Açores, cuja utilização pelos Estados Unidos sem qualquer contrapartida na actual conjuntura e desde há muitos anos provoca na opinião pública portuguesa justifica perplexidade e impaciência. Não se tornará possível em tal matéria prolongar indefinidamente a situação actual, sendo indispensável a negociação de um arranjo pelo qual a contribuição dada pela base dos Açores e pela instalação do Loran-C para a segurança dos Estados Unidos encontre uma razoável compensação em meios que nos permitam prover à nossa própria segurança em territórios que são objecto de ataque. Acrescentarei ainda mais dois ou três pontos dentre os mais recentes. Um cidadão americano ilustre, da maior integridade e cultura, e do mais puro patriotismo, visitou Angola não há muito, e demorou-se longamente na província. Visitou depois, como era natural, os funcionários consulares do seu país. E um destes disse-lhe que a situação em Angola era muito tensa, e que se estava ali à beira do colapso, que podia sobrevir de um dia para o outro. Perante a incredulidade do referido americano, o funcionário consular dos Estados Unidos especificou alguns dos factos que julga prováveis e que provocarão o colapso de Angola: uma iminente revolta do Exército, a inflação na Metrópole, a «repressão sangrenta» de uma próxima revolta de estudantes. Acrescentou o funcionário americano, muito naturalmente, que tem informado Washington da situação. Não desejo fazer comentários: mas ocorre-me a observação que V. Exia. fez, quando aqui esteve, de que reparara não eram fidedignos os relatos dos funcionários consulares americanos em Angola e Moçambique. Pergunto se não será perigoso para

da foz do Zaire, corte de comunicações e transportes, suspensão de abastecimentos, perseguição de terroristas para além da fronteira — se quiser que se tornem normais as relações de vizinhança entre Angola e o Congo (1).

---

os próprios Estados Unidos tomar decisões políticas com base em situações irreais e em juízos nascidos apenas de sentimentos hostis e de ideias feitas. Na semana última passou por Lisboa um grupo de funcionários norte-americanos, que vinham de uma longa digressão por Angola e Moçambique, empreendida, segundo nos foi dito, para se informarem das realidades. Em reunião no Ministério dos Estrangeiros, com o respectivo Ministro, e perguntados acerca das suas impressões, só um desses funcionários falou para limitar-se a dizer que ficara impressionado com o muito que ainda havia a fazer em Angola e Moçambique. Sem dúvida; mas foi tudo. Aqueles funcionários nada mais viram, nada mais encontraram que fosse digno de elogio ou crítica. Na troca de impressões que se seguiu foi patente a hostilidade de muitos, e sobretudo foi visível que se deslocaram a África com ideias já assentes e inteiramente cegos para realidades que não se conformem com as suas teorias. A Portugal é dito com frequência que nem tudo o que por nossa parte dizemos ou fazemos será inteiramente exacto; mas àqueles funcionários parece não ocorrer que o mesmo se poderá e deverá dizer quanto ao que sustentam e defendem, sobretudo em face de desastres sucessivos que temos presenciado. Quero por último sublinhar a V. Exia. as minhas preocupações com os perigos em África. Temo-nos cansado a vincar a infiltração comunista em África, e hoje parece que todos partilham do mesmo modo de ver. Mas parece que alguns se conduzem ainda como se tudo corresse em África no melhor dos mundos. Há dias, o Sr. Rusk disse que era do interesse de todo o mundo livre deter a agressão no Vietname. Não o será também em África? Ou continuará a julgar-se que destruir Portugal em África contribui para deter a agressão comunista naquele continente? Ou também que Portugal, destruído em África com o assentimento e até o apoio do Ocidente, estará disposto a continuar a cooperar na defesa do mesmo Ocidente, se verifica que no fundo esta é só a defesa de alguns? Peço-lhe que me desculpe, meu caro Senhor Gilpatric, a franqueza desta carta, mas pensei que, se não houvesse de escrever francamente, não mereceria a pena ocupar o seu tempo com uma carta tão longa. Aliás julgo que só com absoluta franqueza será viável chegar a resultados positivos nas relações entre os nossos dois países». Da carta para Gilpatric é portador Vasco Garin, embaixador em Washington, e que de momento está em Lisboa para consultas. Durante a sua estadia, Radziwill é acompanhado, e parece associado, a um homem de negócios, de nome Jordan, que reside longos períodos em Portugal, e que por seu turno está em contacto com Augusto de Castro, director do *Diário de Notícias*.

(1) Todos estes problemas, respeitantes à política interna do Congo e às suas relações com Angola, foram explicados com minúcia no V. vol., e não parece viável voltar a repisar tudo. Para aquele volume se remete o leitor interessado.

Entretanto, em Lisboa, continua activo o embaixador americano Anderson. Este, de seu próprio alvedrio, toma a peito tentar uma fórmula que satisfizesse a um tempo os interesses e a política norte-americana e persuadisse os portugueses a deslizar por um declive quase insensível mas que os levasse a aceitar os objectivos de Washington. Anderson trabalha num compartimento estanque, diverso do de Gilpatric; cada um parece prosseguir orientações pelo menos diferentes; no fundo, reflectem forças em conflito no seio da administração americana; enquanto os canais de Gilpatric o conduzem à Casa Branca através do Departamento da Defesa e do Conselho Nacional de Segurança, os de Anderson atingem o mesmo destino percorrendo a Divisão de África e o Departamento de Estado; e a Casa Branca fica entre informações contraditórias e avisos cruzados. Mas que sugestões tem Anderson? Basicamente, o embaixador tem em mente assegurar um período de transição —de uns dez anos, que o Departamento de Estado reduz a oito — em que, contra a suspensão do terrorismo, os portugueses consentiriam livre actividade política para os *grupos nacionalistas,* conduzindo tudo a um plebiscito sob os auspícios da ONU ou da OUA. Por outras palavras, Anderson retoma ideias antigas e recomenda que sejam adiados de dez anos, ou de oito, os objectivos até agora declarados da política americana: por detrás está uma velha tese de Washington. Lisboa não está no conhecimento de que esta haja sido convertida em novas propostas pelo embaixador, nem este é de momento autorizado a apresentá-las oficialmente ao governo português; e são utilizadas mais activamente pelo governo português as linhas em que se move Gilpatric (1).

A este tempo, mais uma vez se agitam os meios académicos. Galvão Teles, executando a política do governo, proíbe sempre as comemorações do *Dia do Estudante.* Na Universidade Clássica há incidentes e desacatos. E alguns oposicionistas portugueses,

---

(1) No Departamento de Estado, as sugestões do embaixador eram designadas por *Plano Anderson.* Mas Lisboa, embora conhecesse as ideias de Anderson, nunca as tomou em suficiente consideração para as olhar como um *plano,* nem essas ideias foram jamais apresentadas em Lisboa como tal. É quase certo que na altura Gilpatric e Anderson não possuíam conhecimento recíproco do que cada um fazia ou propunha. Lisboa mantinha confidência para ambos os lados.

encabeçados por Cunha Leal, escrevem a Salazar uma carta em que advogam para o Ultramar um autodeterminação *«conciliável com uma presença portuguesa»* e protestam contra a *«censura e a polícia»*, que monopolizam o poder há quarenta anos. Comenta Oliveira Salazar: *«é a tese americana por uma pena. Que coincidência!»*

5

De momento, tudo entra na habitualidade e na rotina, tão caras a Oliveira Salazar. Continua a guerrilha em Angola sem virulência, e numa área exígua, se comparada à superfície total, e a vida processa-se sem sobressalto de monta; é menos nítida a situação na Guiné, embora esteja ultrapassado o receio de que o inimigo pudesse *lançar ao mar* as forças portuguesas; e se em Moçambique há guerrilha e motivos de preocupação, esta não é a ponto de criar temor pelo destino do território, além de que a estabilidade começa a impor-se nas fronteiras com os vizinhos a oeste. No plano interno metropolitano, agitam-se as forças oposicionistas de sempre, mantêm-se na verdade turbulentos os meios universitários; mas na aparência das coisas nada de grave ou inusitado se observa. No domínio externo, sucedem-se nos moldes já clássicos as declarações hostis de afro-asiáticos: numa viagem à Europa e em discurso no banquete que lhe oferece a rainha da Holanda, o presidente Nyerere da Tanzânia é particularmente ameaçador, para Portugal e para o Ocidente, e embaraça os seus anfitriões: mas não tem consequências o seu gesto, nem é havida por séria a sua atitude. No mais, a sensação é a de que além-fronteiras a política portuguesa beneficia de um período de acalmia, acaso de cansaço dos seus adversários. E Carlos Lacerda surge em Lisboa, quase sem aviso, a convidar o governo português para a inauguração da estátua de D. João VI, de Barata Feyo, que Portugal oferece ao Rio de Janeiro na ocasião do IV Centenário da cidade.

Nesta primeira quinzena de Abril de 1965, Oliveira Salazar abre um intervalo nos seus cuidados habituais, e está debruçado

sobre obras públicas. Antes de mais, Santa Engrácia. Escreve ao presidente da Câmara de Lisboa, França Borges, e pede-lhe que se ocupe da urbanização no exterior do templo. E diz a Arantes e Oliveira: «*Vamos a ver se a obra estará pronta em 66 e se nesse ano acabarão as obras de Santa Engrácia, tão justamente célebres por não acabarem*». E que há quanto à transformação de uma parte da igreja em panteão? «*Por mim, detesto os panteões*»; «*por outro lado, por não haver panteão e se preferir local especial para certas individualidades falecidas, temos nos Jerónimos certo número de mortos que não sei se devem continuar lá ou transferir-se para Santa Engrácia*». Em qualquer caso, Salazar deseja que Santa Engrácia, que considera o «*mais belo templo de Lisboa*», seja uma igreja viva, permanentemente aberta ao culto. Depois, é Fátima que o ocupa. Chega em Maio o cardeal Cento, como legado papal, para entregar ao Santuário a *Rosa de Ouro*, «*concedida há tempo pelo Santo Padre Pio VI* (1), *em compensação, ao que parece, da visita papal a Bombaim*». Ora o bispo de Leiria (2), solicitou a construção de «*uma espécie de palco coberto*» onde pudesse desenrolar-se a cerimónia, e apela para as Obras Públicas. «*Temos aqui precisamente um caso*», comenta Salazar, «*com que nada teríamos visto que a* Rosa de Ouro *é oferecida ao Santuário de Fátima e nada tem com o governo e a nação portuguesa*» (3). Mas para aquela obra não podem a diocese e o santuário contribuir com os fundos necessários? Responde o bispo com evasiva. «*Seja como for*», conclui o chefe do governo, «*não parece que possamos abandonar as pessoas que mandam ou superintendem no Santuário, pois está visto que só nós podemos e sabemos fazer as coisas, e por isso precisamos de ajudá-los*». Mas mais importante do que estes, no campo das obras materiais para fins religiosos, está o caso da Universidade Católica, cujas obras foram iniciadas e estão em pro-

(1) Trata-se evidentemente de Paulo VI. Mas Salazar enganou-se, cometeu uma distracção ou lapso mental e escreveu efectivamente «*Pio VI*».

(2) Ao tempo, D. João Pereira Venâncio.

(3) Importa salientar como, mesmo em pormenores, Salazar vinca e reivindica com nitidez a independência do Estado em relação à Igreja e a separação entre ambos. Ver a este respeito vol. II, págs. 152 e 153.

gresso. «*Até há pouco*», diz Salazar, «*creio que tudo se fez com grande liberalidade e de modo a facilitar ao Episcopado Português a realização da Universidade Católica, apesar de não concordar nem com a orientação, nem com a localização dos edifícios*». Escrito isto, o chefe do governo aborda então, para directriz do ministro das Obras Públicas, o que no seu ver constitui o âmago do problema da Universidade Católica. «*Foi em tempo oferecida a restauração em Coimbra da Faculdade de Teologia (pedida pelo Senado Universitário). Mas a oferta não foi aceite pelo Episcopado, apesar de o custeio ser totalmente à conta do Estado. Hoje o problema, resolvidos os vários aspectos por quem de direito, só tem para o governo o seguinte interesse: o cardeal-patriarca pertence à última geração que pôde frequentar Teologia em Coimbra. Isto quer dizer que os próximos bispos ou o alto clero sairão todos durante anos dos indivíduos formados em Universidades estrangeiras, designadamente a Lovaina de Bruxelas, Paris, Estrasburgo, ou a Pontifícia de Roma*». Para Salazar, nisto está o cerne do problema: «*O que temos em frente de nós são sacerdotes, desenraizados do torrão natal, com grande dose de internacionalismo nas veias e no pensamento. Roma aliás protege essa orientação. De modo que quanto mais demorar a construção da Universidade, mais se agravará o problema acima enunciado. E como os formados em Portugal têm mais de 75 anos, nem professores verdadeiramente teremos, nos primeiros anos, que sintam Portugal*». E o chefe do governo acentua: «*Este é por isso um problema muito grave, em que tenho perdido algum tempo. Mas como já não se pode remediar o passado nem servir convenientemente o presente, vamos acautelar na medida do possível o futuro*». Como vê Salazar, neste respeito, esse futuro? «*A crise doutrinal por que passa a Igreja no actual momento, e ao mesmo tempo a política que a Santa Sé prossegue e que, apesar das suas boas palavras, contraria os nossos interesses, não nos permitem rasgos de optimismo e generosidade que aliás não podíamos ter*»; «*acho assim que as verbas indicadas (10 mil em 4 anos, ou mesmo 8 mil nos mesmos 4 anos) são suficientes para marcar uma posição, isto além daquelas ajudas indirectas que com os técnicos e conselheiros o Ministério pode prestar. E veremos depois se, além da construção material, tiramos do*

auxílio grande benefício para a Nação, que é no que temos os olhos postos» (1). Oliveira Salazar dá um salto a Santa Comba, por dois dias, sem publicidade, e em 20 de Abril de 1965 reúne o primeiro Conselho de Ministros após a remodelação de Março. É uma sessão banal: os ministros da Defesa e dos Estrangeiros fazem as exposições de rotina sobre a situação militar e internacional: e são homologadas algumas promoções no Exército. Não se reflectem no Conselho cuidados especiais. No jornal *República,* dias mais tarde, surge um comunicado da oposição, em linhas paralelas às da carta de há pouco ao presidente do Conselho; e os mesmos homens — Cunha Leal, Hélder Ribeiro, Azevedo Gomes, outros ainda — subscrevem o documento. Observa Salazar: *«são os mesmos jovens de 80 anos que há 40 anos não souberam fazer nada e que há 40 anos querem voltar a não fazer nem deixar fazer nada».* Mas a opinião pública quase se não apercebe da atitude oposicionista, e nenhum facto suscita atenção particular, ou perturba a vida colectiva. Passam outros dias. E às primeiras horas do dia 26 de Abril o representante espanhol em Lisboa faz ao governo português uma comunicação grave: de 25 para 26, as autoridades do seu país haviam descoberto, na zona de Badajoz e perto da raia portuguesa, dois cadáveres que jaziam semienterrados: um é de Humberto Delgado, o outro é o de uma nacional brasileira que de há muito o acompanha. Acrescenta o enviado espanhol: a sua polícia não tem dúvidas quanto à identificação; não há também dúvidas sobre tratar-se de um crime; e o assassinato, pelo estado de decomposição dos corpos, deve ter sido praticado há cerca de um mês ou mês e meio. Logo que aprazado da notícia, Salazar parece aturdido, como quem sofre uma pancada; mas fica muito calmo, muito frio. E depois os serviços de censura à imprensa perguntam: podem ser publicados os telegramas das agências que já começam a circular? Responde Salazar: *«sim, sou a favor de toda a liberdade de notícias sobre o caso».*

Tornada conhecida a notícia, há no país um levante emocional. Nas conversas de todos, é forçosa a pergunta: quem teria

(1) Este problema aflige Salazar desde há anos, e não é a primeira vez que dela se ocupa. Ver vol. IV, págs. 337 a 340.

morto o antigo candidato à Presidência da República? Circulam versões sem conta, baseadas em mil conjecturas: para alguns, não cabia dúvida de que fora acto da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, por si ou sob indicação do próprio chefe do governo, ou ao menos com o seu conhecimento ou aquiescência; para outros, os assassinos deveriam ser procurados nos partidários de Humberto Delgado, desavindos com este e entre si, ou nos grupos heterogéneos que o acompanhavam no estrangeiro; e para terceiros, o crime deveria ser atribuído a forças internacionais, para quem o antigo general se tornara um embaraço; e certos, por fim, sugeriam que os autores haveriam sido elementos internos portugueses, conluiados com Delgado, e receosos de que este, impetuoso e vendo-se desapoiado, se viesse entregar às autoridades e lhes revelasse os nomes daqueles com quem, dentro do país, estava em ligação. Passado o primeiro choque de perplexidade, espíritos mais sensatos e frios ponderam que Oliveira Salazar, à parte outras razões, é demasiado lúcido para construir um mártir e arriscar o regime num crime, para mais gratuito por desnecessário; mas este facto não exclui uma iniciativa da própria polícia, ou de agentes seus, e ignorada pelo chefe do governo. Por outro lado, também a alguns ocorre perguntar: se o crime foi cometido por partidários de Delgado, como teria sido viável estes afluírem e actuarem em Espanha sem conhecimento das autoridades espanholas? Sugerem outros que Delgado haveria sido atraído a uma cilada por elementos em que confiava; todavia, por este mesmo facto, tais elementos tanto poderiam ser supostos partidários como agentes policiais infiltrados. E tudo é envolto em mistério.

Para os seus colaboradores, Oliveira Salazar comenta: «*Tudo isto vai ser uma maçada. Se acaso foi gente nossa que praticou o crime, e se isso for provado, aí está o tipo de coisa que pode desmantelar um regime. Vai ser uma maçada*».

6

Ao outro dia, 27 de Abril, cumprem-se trinta e sete anos ininterruptos sobre a entrada de Oliveira Salazar para o governo. Na manhã daquele dia, e enviado por Ploncard d'Assac, recebe o texto preparado por Saint-Paulien sobre a entrevista de há semanas, e que este destina à *Revue des Deux Mondes*. Quer Salazar alguma alteração? Não. Que disse o chefe do governo ao jornalista francês? Sintetiza ideias e conceitos há muito expressos e repisados: fala-se muito do Ocidente mas são os próprios ocidentais que o estão a destruir, e a minar os fundamentos da civilização cristã; a África em fogo constitui o mais grave dos males; perante a demissão ocidental, Portugal mantém a Europa na África; Goa, *libertada* pela União Indiana com a anuência do mundo, é hoje uma ruína abandonada, e a isso chama-se progresso; em África, com as independências prematuras, verifica-se a morte na economia, no comércio, na vida social; e o *socialismo africano* é um *«ultracolonialismo»* baseado na expoliação, no aniquilamento dos meios de trabalho e das empresas. E, percorrido este texto, Salazar dedica-se a um dia normal de trabalho.

Abre uma excepção, todavia. Antigos graduados da *Mocidade Portuguesa* desejam marcar a data, e prestar homenagem ao chefe do governo, e este, para a receber, desloca-se aos Passos Perdidos da Assembleia Nacional. Escutadas as saudações dos elementos da *Liga dos Antigos Graduados,* Oliveira Salazar profere em resposta um discurso breve. Dispensa-se de *«repetir as grandes certezas»*, de que a *Liga* é aliás testemunho; e em verdade, no desabalado temporal que tudo ameaça, constitui para as nações uma felicidade rara *«conhecerem o sentido da sua história e para os homens disporem sobretudo de um sentido de vida»*. Portugal esteve naturalmente em paz como agora está empenhado em guerra, seguro da sua razão: *«se não víssemos com clareza a causa da luta, não poderíamos conduzi-la com serenidade e firmeza, no meio da vozearia universal»* que deforma

os factos, perturba a razão dos homens e a consciência dos povos. Depois, Salazar dá alguns exemplos dessa vozearia contra Portugal: o discurso de Nyerere na Holanda, as queixas do Senegal. Ao mesmo tempo sublinha quanto as populações senegalesas ou da República da Guiné se acolhem a território português para cuidados médicos e abastecimentos. Decerto Portugal continuará a ser acusado de «*torvo colonialismo*». Há então maneiras diferentes de encarar os problemas? Não: a verdade é só uma: mas rompido o equilíbrio em que se viveu durante muito tempo, surgem os interesses económicos e políticos: e estes procuram o seu acrescentamento sob a capa de ideologias. «*E é esta a razão por que não pode pôr-se na hasta pública das discussões apaixonadas o que respeita vitalmente à Nação como de começo a forjaram e a foram pelos séculos moldando os nossos maiores*». Está pois em causa a Nação, e a sua identidade histórica, e as gerações formadas sob o signo da *Mocidade Portuguesa* «*sentem que é assim*». Acentua o chefe do governo: «*lembro-lhes sobretudo a honra de viverem um drama nacional, mais profundo e extenso pelas circunstâncias dos tempos do que os vividos em séculos passados. Quer dizer que, numa viragem da história do mundo, vós tendes a honra de escrever um capítulo transcendente da nossa própria história*». Por si, Salazar apenas pretende saber interpretar «*o vosso pensamento*» e por isso, «*pois que me chamais chefe, sigo-vos*».

No dia seguinte, 28 de Abril, Oliveira Salazar completa setenta e seis anos. Mentalmente, está intacto, e nada perdeu da sua lucidez, da sua memória, da sua capacidade de apreensão e análise dos problemas; no plano moral não mostra abatimento a sua força de vontade, nem quebra o seu ânimo; e mantém a viveza do seu olhar inquieto, a serenidade na fala, a medida no gesto, o compasso e o vagar nos movimentos. Não se entusiasma, não se exalta: não parece que haja tido uma noite de insónia, ou que padeça do menor incómodo, ou sofrido uma contrariedade: é sempre igual todos os dias. Fisicamente, contudo, dá a sensação de extrema fragilidade. É sadia a sua pele, e quase sem vincos numa face ainda cheia, mas muito branca, muito pálida; é todo branco o seu cabelo, de um prateado luzidio, e de fios já ralos, mas sempre penteado, de apartado bem nítido; e são brancas as

suas mãos compridas, de dedos longos e ossudos, e muito cuidadas, apuradas. Veste de escuro, com sobriedade; e apresenta-se muito engomado, sem uma prega ou dobra, sempre sem um pó. Tem aprumo o seu corpo, e são assentes os seus passos, e firmes, mas lentos e cautelosos, de quem pretende estar seguro do que pisa e receia queda ou choque. Parece que uma viração o pode abater e destruir, que os músculos não existem, que toda a sua estrutura é já imaterial, é já diáfana, um simples invólucro que transporta um espírito e abriga um querer. Por si, Oliveira Salazar sente-se psicologicamente alheio ao mundo dos homens e das coisas. Repete aos seus íntimos e colaboradores mais chegados: «*Morrer? Só morre quem quer!*» Mas diz também, com um arrepanho de enfado no rosto: «*Já vivi muito, já vivi de mais*». É com toda a terra portuguesa a sua identificação; mas já não sente raízes individuais. Repisa o que escrevera há tempo a uma admiradora anónima: «*eu não tenho ninguém e depois de mim tudo se dispersará e perderá significado e valor*». Está só: em Santa Comba, pelo Vimieiro, já não conhece ninguém, afora o edreiro Ilídio: e com as suas irmãs, remotas numa vida pequena e aldeia que não tem horizonte nem aventura, não sente ressonância nem comunhão (1). É uma existência erma no meio do bulício e das lutas dos interesses. Decerto: diz que pretende regressar ao torrão natal, às suas flores e aos seus quintais abandonados, e ter aí pelo menos ano e meio de vida sã, válida. Mas não é oportuno, *nunca* tem sido oportuno: o apelo do poder político sobrepõe-se aos muitos anos, à fragilidade, ao cansaço dos homens, ao tédio dos problemas, ao fastio do mundo. E agora

(1) Salazar encontra repouso de espírito na literatura. Sirva de exemplo esta carta enviada à mulher do autor desta biografia, que lhe remetera uma obra de Paul Claudel. Na íntegra: «*Estou imensamente grato a V. Exia. pela lembrança de enviar-me a letra — prosa? verso? — de Claudel para* Joana d'Arc na fogueira. *Não conhecia a peça e tive utilidade e prazer em lê-la, porque pela representação não pude compreender completamente o que se passava em cena. E vamos lá que depois de ler ainda não fiquei seguro de ter bem compreendido o que o poeta pretendeu. Foi muita gentileza a sua atenção e agradeço-lha com o maior reconhecimento. Com respeitosos cumprimentos, atentamente, Ol. Salazar*». Tratava-se de uma adaptação da famosa composição de Claudel *Jeanne au bûcher*.

há ainda a luta pelo Ultramar, e é ano de eleições para deputados e para a Presidência da República. Não pode, não deve *desertar.* E Salazar está, e fica, e continua.

Afluem felicitações de amigos pelos setenta e seis anos: de José Nosolini, de Mário de Figueiredo, de Bissaia Barreto, de outros ainda, e de gente miúda. Para ser colocada em Santa Comba, está esculpida por Leopoldo de Almeida uma estátua de Salazar; e em Viseu o presidente Thomaz proclama-o benemérito da Pátria. E entre tantos que não esquecem a data está o companheiro dos *Grilos* e dos combates do *Imparcial* nos tempos de Coimbra, há cinquenta e cinco anos: o cardeal-patriarca de Lisboa. Por baixo do seu nome, num cartão, Cerejeira escreve a Salazar: «*O dia de hoje entrou tanto na sua vida que esquecê-lo seria esquecer-se de si mesmo; na Santa Missa de hoje, oferecida por ti, disse a Deus o que não pode ser dito por palavras*».

7

Continua no seu ritmo a vida oficial portuguesa. Recebe o governo português uma visita de consequência: Kai-Uwe von Hassel, ministro da Defesa da Alemanha Federal. Homem do patriciado germânico, de cortesia sem mácula, von Hassel não esconde ser um amigo que entende a política portuguesa em África e as suas virtualidades para o Ocidente Europeu, e para a própria Alemanha. Salazar agrada-se do ministro alemão, acolhe-o numa conversa de quase duas horas. Von Hassel assegura o continuado auxílio do seu país a Portugal: a Alemanha fornecerá quanto este precisar, fará vastas encomendas a firmas portuguesas produtoras de munições e armas ligeiras para as forças armadas germânicas, de modo a favorecer a balança comercial portuguesa: dará o seu apoio no plano político: e Von Hassel não esconde que se mantém, para o governo de Bona, o interesse e a necessidade do uso da base de Beja. Von Hassel abre-se com Salazar: a reunificação alemã é um objectivo sempre presente e comum a todos os alemães; não oculta a sua desilusão com

De Gaulle, sempre obcecado com a grandeza e a glória da França; tem por certo que sem os Americanos não é viável a defesa da Europa Ocidental perante a União Soviética; por outro lado, os Americanos são censuráveis porque, como queiram chegar a um acordo com os Russos, minimizam a Europa, a sua força, a sua importância; as altas patentes americanas na Europa compreendem o problema europeu, mas em Washington cresce com os dias a incompreensão, até a hostilidade; neste quadro, De Gaulle tem muitas vezes razão e estão certas as suas atitudes, sendo apenas de lamentar aquele seu complexo de glória e grandeza; os Americanos apenas sabem actuar quando se trata dos seus interesses directos e imediatos — veja-se o desembarque, que acabam de fazer, dos seus fuzileiros e pára-quedistas em S. Domingos — mas quando enfrentam outros problemas chegam tarde, ou tomam a decisão errada, ou advogam a boa solução quando esta já é inaplicável; e de tudo resulta por vezes confusão e incerteza na Europa. Depois Von Hassel tem conversas nos Estrangeiros, na Defesa, nos meios militares. E no seu regresso a Bona são ainda mais confiantes as ações luso-germânicas.

Decorre sem sobressalto o primeiro dia de Maio de 1965, Salazar visita o Mercado de Abril e o Museu de Arte Popular; mas está em curso uma campanha internacional sobre o *caso Delgado.* Mário Soares, advogado português, e oposicionista, recebe procuração da família daquele antigo oficial para se ocupar do assunto; e obtém das autoridades portuguesas e espanholas as facilidades requeridas para se deslocar a Espanha. Pelo mundo, apossam-se do acontecimento os círculos políticos e a grande imprensa; alguns põem directamente em causa o governo português; e no Brasil levanta-se larga efervescência. Formam-se comissões internacionais de juristas, de políticos, de defensores dos direitos humanos; exigem inquéritos, propõem-se conduzir investigações independentes em território português e espanhol; e solicitam que Lisboa dê para o efeito absoluta liberdade e conceda todo o auxílio, concluindo que, se este for negado, o facto equivale a confissão de culpa. Do lado das autoridades espanholas julgam as portuguesas encontrar alguma hesitação ou incerteza: aquelas nada lhes dizem, nem parece desejarem qualquer cooperação. E em 7 de Maio de 1965, o ministro dos Estran-

geiros português declara, em nome do governo: «*tendo sido sugerida em alguns círculos internacionais, e em alguns órgãos da imprensa internacional, a eventualidade de um inquérito às circunstâncias do crime, o governo português não teria qualquer objecção à realização desse inquérito*». De repente, a campanha internacional esmorece, e a Lisboa nenhum pedido de inquérito ou investigação é apresentado. Nem por isso, todavia, cessam as conjecturas, os relatos contraditórios, as acusações e contra-acusações de várias forças e partidos. Entretanto, pelo Ministério dos Estrangeiros é determinado que seja satisfeito com celeridade qualquer desejo apresentado pelos investigadores espanhóis. E Salazar escreve ao ministro da Justiça solicitando que a Polícia Judiciária «*faça com rapidez as investigações pedidas pela justiça espanhola*» (1).

Mas reganham a sua primazia os problemas de África. Aprofunda-se a cooperação entre Portugal e o Malawi, e o primeiro-ministro Banda, se recebe de africanos algumas críticas por esse facto, deseja recolher os benefícios da sua política pró-portuguesa. E agora, de súbito, em carta dirigida a Salazar por intermédio de Jardim, aquele propõe a compra por Portugal do *Caminho-de-Ferro da Trans-Zambézia* e do *Caminho-de-Ferro Centro-Africano* (2). Não desconvém a Portugal a operação, visto que liberta de servidão uma via férrea em território português; não é

---

(1) Carta de Salazar para Antunes Varela. Na íntegra: «*Ao Senhor Ministro da Justiça — Só hoje me foi presente o assento de S. T. J. que V. Exia me enviou no mês (passado) sobre divórcios decretados no estrangeiro de casamentos católicos celebrados em Portugal ao abrigo da Concordata. Vamos ter doutrina clara daqui em diante. Muito obrigado pela atenção. Peço o favor de fazer com que a Polícia Judiciária faça com rapidez as investigações pedidas pela justiça espanhola acerca do assassinato do Delgado. Há o maior interesse em que não demoremos essa investigação. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar*». Carta sem data precisa mas que se deve situar em 23 de Maio ou 23 de Agosto.

(2) Duas companhias que, por concessões e contratos antigos, possuíam alguns troços de via férrea em Moçambique. Portugal dominava e controlava a operação dessas vias mas não possuía a maioria das acções que, com a independência do Malawi, haviam revertido para este último, como sucessor da antiga Niassalândia, a que pertenciam. Não interessava ao governo malawiano possuí-las, e daí a sua proposta de venda a Portugal.

prioritário esse interesse, todavia, nem urgente, visto que, se não possui a maioria naquelas Companhias, as domina por completo; mas ao Malawi importa sobremaneira, porque estão em jogo alguns milhões de libras esterlinas, que Portugal teria de pagar pela aquisição. Salazar cinge-se a responder, também usando Jardim como portador, que vai ponderar o caso com toda a atenção. E para os seus colaboradores comenta: «*considero o assunto delicado e confidencialíssimo: ele não pode chegar ao conhecimento do governo britânico nem das companhias interessadas. Se alguns elementos se pedissem à Trans-Zambézia, logo seria levantada suspeita de qualquer entendimento, e o governo britânico sabê-lo-ia com prejuízo para a política com o Malawi e para o próprio Dr. Banda*». E a posição pessoal deste? Observa Salazar: «*O Dr. Banda pensa que na próxima reunião da Comunidade obterá do governo britânico um aumento do subsídio prometido e votado, aumento que se destinaria a estradas, escolas e hospitais. De obtê-lo ou não, se deduzirá se é ou não intenção do governo britânico criar o vácuo à volta do Malawi para favorecer o advento ao poder de outros*». Depois, sempre o Congo (Léopoldville) que volta a prender a atenção. Está na verdade um caos a política interna do país, e tudo são interrogações: mantém-se Tschombé no poder? conseguirá Kasawubu *forçar* o regresso de Adoula ou de Ileo? (1) que política prosseguem afinal os Estados Unidos? Tschombé não diminui os seus contactos com o governo de Lisboa: deseja fazer encomendas de material de guerra, no valor de doze milhões de dólares, e pretende um crédito português para as financiar: e afirma que Washington o submete a constante pressão para que hostilize Portugal. Na reunião dos países da NATO, em curso em Londres, o ministro português dos Estrangeiros levanta o problema com o secretário de Estado Rusk; e de novo, na sessão conjunta, critica com aspereza a falta de *solidariedade global* dos membros da aliança, que enfraquece esta perante a *ameaça global* que defronta. Mas mais preocupantes, de momento, são as notícias que chegam

(1) Políticos congoleses que haviam ocupado o cargo de primeiro-ministro. O leitor interessado deverá consultar o V vol. desta biografia.

da Rodésia do Sul (1). Considera o governo do seu primeiro-ministro, Ian Smith, que lhe é impossível obter um entendimento razoável com o gabinete trabalhista de. Harold Wilson e que, à atitude inamistosa da vizinha Zâmbia, tem de reagir com medidas de retaliação que afectem e mesmo paralisem a sua economia; e em face da situação de declive para que Londres pretende arrastar o governo branco da Rodésia, Smith não veria alternativa a uma declaração unilateral de independência. Para Lisboa, a perspectiva não causa surpresa, mas nem por isso é menor a sua gravidade: toda a África Central e Austral será abalada nos seus fundamentos: e para os interesses portugueses, não é a mais favorável a oportunidade escolhida por Ian Smith. Mas Lisboa abstém-se de interferir no assunto.

A este tempo, desembarca em Lisboa o cardeal Cento, legado de Paulo VI. Dirige-se a Fátima, e em cerimónia solene, durante a grande peregrinação de 13 de Maio, confia a *Rosa de Ouro* ao Santuário, na pessoa do bispo de Leiria. Em gravação, é transmitida uma mensagem do papa. Depois de glorificar a Virgem e fazer um apelo à fraternidade entre os homens, diz o pontífice: «*Esta* (a homenagem) *é o testemunho do amor que dedicamos a Portugal católico, missionário e mariano*». Mas nesse mesmo dia, em Lisboa, ao princípio da noite, o embaixador de Espanha pede para ser recebido com extrema urgência pelo chefe do governo. De que se trata? Tem o embaixador Ibañez um recado pessoal do generalíssimo Franco, e respeita ao *caso Delgado*. Diz o enviado espanhol: as autoridades do seu país têm continuado as suas investigações quanto aos dois corpos encontrados perto de Badajoz; até agora apenas indícios têm sido recolhidos, e não permitem qualquer conclusão em qualquer sentido; o generalíssimo tem dedicado ao assunto a sua atenção e acompanhado a actividade da polícia e dos peritos, que o mantêm informado com minúcia; está convencido de que as investigações entraram numa fase decisiva, que pode levar à descoberta da

(1) Como o leitor do V vol. estará lembrado, a Rodésia do Sul foi, com a Zâmbia e o Malawi, uma das três unidades políticas e territoriais em que se desdobrou a antiga Federação das Rodésias e da Niassalândia, quando o governo britânico procedeu ao desmantelamento desta.

verdade de um momento para o outro; receia que possam vir a desvendar-se factos embaraçosos para autoridades portuguesas e portanto para o governo português; está pronto a fazer embrulhar as *pistas,* se necessário, de modo a que o *caso* morra; não o fez; mas mandara suspender tudo até que Oliveira Salazar lhe diga, com toda a franqueza, o que deseja que seja feito; e isso será feito. Pergunta Ibañez: que mensagem quer o chefe do governo português enviar ao generalíssimo? Responde Salazar: «*Pois, Senhor Embaixador, peço-lhe que agradeça muito ao generalíssimo a sua atenção e o seu cuidado. Mas peço também, com igual empenho, que o generalíssimo dê às suas autoridades as mais rigorosas instruções no sentido de envidarem os máximos esforços para descobrir a verdade sobre o crime, toda a verdade, a mais completa verdade*». Oliveira Salazar despede o embaixador e fica sereno; e aos outros dias é com boa disposição que participa nas homenagens ao cardeal Cento, regressado de Fátima. E pelo seu comportamento o prelado demonstra o desejo de *pazes* entre a Cúria de Roma e o governo de Lisboa: salienta sempre o papel de Portugal no apostolado por todos os continentes; na nunciatura, o núncio faz o elogio do chefe do governo; e Cento, na longa audiência que tem com Salazar, entrega-lhe uma colecção de medalhas como oferta pessoal de Paulo VI. Thomaz condecora o cardeal-legado com a Grã-Cruz do Infante. Nos banquetes protocolares, de um lado e outro a ênfase é posta na normalidade. Rejubila o cardeal-patriarca de Lisboa. Na opinião pública, nos meios da *Acção Católica* e do laicado, o sentimento é o de que as *coisas se compõem.* Salazar é prudente nas suas conclusões: não está convicto de que a política *progressista* do Vaticano seja alterada durante o pontificado de Paulo VI. Ao mesmo tempo, em plano diverso, um outro visitante de marca vem fazer o elogio de Portugal. É Austragésilo de Athayde, presidente da Academia Brasileira de Letras. Acolhido com a pompa da Academia das Ciências de Lisboa, em sessão a que preside Thomaz e em que o académico brasileiro recebe as suas palmas de académico português, Athayde escuta o seu elogio, e o do Brasil, feito por Amorim Ferreira, Vieira Natividade, Sarmento Rodrigues, Áugusto de Castro. E responde com o arrebatamento do seu país: dá graças a Portugal, pioneiro do mundo, descobridor de novos

caminhos, dilatador da Terra; dá graças a um país missionário e evangelizador e cuja obra colonizadora é admirável; dá graças por tudo quanto o mundo deve a Portugal, dá graças a Portugal por tudo quanto se lhe deve. Oliveira Salazar recebe Austragésilo de Athayde: a conversa é extensa e afectuosa: e o académico confessa depois, aos quatro ventos, que regressa ao Brasil impressionado com a personalidade de estadista do chefe do governo. E nos dias que se seguem parecem mais activas as autoridades espanholas, solicitando elementos e informações das correspondentes autoridades portuguesas, e estas prestam-lhes toda a cooperação (1).

Em Nova Iorque, na mesma altura, a República do Senegal insiste na sua queixa contra Portugal, e empenha-se numa reunião do Conselho de Segurança. Esta efectua-se em 14 de Maio de 1965: mas os membros do Conselho não atribuem seriedade à acusação senegalesa nem há ambiente para condenar o governo de Lisboa: e depois de um debate inócuo e frio — a delegação do Senegal a afirmar uma violação da sua fronteira por forças portuguesas, a delegação portuguesa a negá-la — o Conselho aprova um texto de rotina em que pede o respeito pela integridade territorial da República Senegalesa. Também formula as suas queixas, ainda que cingidas a uma nota ao Conselho, a República do Congo (de Brazzaville); mas do facto também não há consequências. Na opinião pública portuguesa, tão habituada já aos ataques gratuitos das Nações Unidas, é quase despercebido o episódio. Mas outro sucesso tem no país eco cla-

(1) Por esta altura o ministro da Justiça recebe um convite para ir a Espanha. Escreve Salazar a Antunes Varela: «*Ao Senhor Ministro da Justiça — Recebi o cartão de ontem sobre o convite para o casamento do filho do G.al Muñoz-Grandes. A questão do automóvel seria fácil resolver — ou de Lisboa ou da Embaixada em Madrid, de modo que aí não teríamos dificuldade nenhuma. O pior para mim é a especulação a que pode dar lugar a presença do Mt.° da Justiça Português, no momento em que a imprensa internacional começa a fazer especulação em telegramas, enviados de Madrid, acerca do* frio *entre as polícias de cá e de lá a propósito da colaboração no caso da morte de H. Delgado. Eles não sabem no estrangeiro que a PIDE depende do Ministério do Interior e pensarão que a ida do Ministro terá um fim político relacionado com aquela situação.*» E Salazar conclui por sugerir que o ministro português se escuse ao convite.

moroso: em 22 daquele mês de Maio o governo português, por intermédio da Educação Nacional, dissolve a Sociedade Portuguesa de Escritores. Como fundamento, está o facto de a Sociedade haver distinguido — com o prémio Camilo Castelo Branco — uma novela que exprime simpatia pelos *ideais* dos terroristas que atacam o ultramar português; e não sendo de tomo o valor literário da obra, o governo tem como política a atitude da instituição. Em protesto contra a Sociedade, demitem-se Joaquim Paço d'Arcos, Luís Forjaz Trigueiros, Cunha Leão. Por seu turno, no entanto, a decisão do governo é também política, e de autoridade, e a esse título é condenada por muitos. Em particular julgam-se vítimas os intelectuais, os artistas, os escritores; e mesmo alguns que apoiam o regime não deixam, por solidariedade, de se juntar aos críticos, em defesa da liberdade de criação artística e intelectual. De Angola, as forças vivas exprimem o seu aplauso ao governo. Em Conselho de Ministros de 26 de Maio, Galvão Teles, ministro da Educação, explica a atitude, e alega a necessidade de o governo se justificar politicamente. Mas Salazar onsidera que tem bom motivo a decisão tomada. São ardidas as iscussões na opinião pública. Na Fundação Gulbenkian, onde rabalham muitos escritores e artistas, são fogosos os debates. Pedro Theotónio defende o governo; Azeredo Perdigão condena-o; e os dois homens trocam entre si palavras ásperas. Diz Perdigão: «*a Fundação tem de se preocupar não só com o presente como com o futuro — mesmo mais com o futuro do que com o presente*». Em resultado da polémica, logo explorada por forças políticas díspares, enxertam-se no debate outros problemas, desde a liberdade de imprensa à questão de África; e de repente a sociedade portuguesa aparece mais turbulenta, mais radicalizada. Por entre as palavras cruentas, é inaugurada a Academia Internacional de Cultura Portuguesa, correspondendo ao voto do I Congresso das Comunidades Portuguesas. É na Sociedade de Geografia, em noite solene, e preside Américo Thomaz; explica Adriano Moreira, presidente da nova instituição, que esta se propõe salvaguardar pelo mundo os valores lusíadas; e Armando Cortezão, o antigo combatente da guerra civil de Espanha ao lado dos republicanos, o antigo exilado de Londres, o historiador eminente da cartografia dos Descobrimentos, o professor

de Coimbra, pronuncia a *oração de sapiência*, e declara que «*das profundezas da História Pátria estendem-se-nos as mãos e bradam-nos as vozes dos antepassados, conjurando-nos a que continuemos a defender, até ao limite extremo das nossas forças, o património sagrado que eles nos legaram e que tanto saber, esforço e sangue lhes custou, e assim ao mesmo tempo servindo a humanidade, em especial a causa da civilização do Ocidente*».

Oliveira Salazar visita no Palácio Galveias a exposição de miniaturas angolanas, e encontra também uns minutos para agradecer ao papa a oferta pessoal das medalhas entregues pelo cardeal Cento. Em carta a Paulo VI, pede: «*Que Vossa Santidade continue a ter em apreço e a abençoar a acção deste povo missionário*». (1).

---

(1) Como documentação, segue na íntegra a carta de Salazar ao papa. «*Beatíssimo Padre — Sua Eminência o Cardeal Cento, que Vossa Santidade houve por bem designar para entregar a Rosa de Ouro ao Santuário de Fátima, fez-me igualmente entrega de uma colecção das medalhas comemorativas do I ano do Vosso Pontificado. Guardá-las-ei como amável lembrança pessoal de Vossa Santidade, e venho por este meio agradecer-Lhe reconhecido a Sua extrema benevolência. A Nação portuguesa não pode deixar de sentir-se muito grata para com Vossa Santidade pela concessão da Rosa de Ouro ao seu mais querido Santuário. Todos reconhecem ter recebido uma graça extraordinária no facto de a mesma ter sido anunciada com o relevo de que esse acto se revestiu e de haver sido entregue de forma inédita por um Cardeal Legado de Vossa Santidade. Penso que foi escolhida a melhor ocasião para a cerimónia — a grande peregrinação de 13 de Maio em que enorme multidão de fiéis pôde não só assistir às cerimónias religiosas como ouvir as palavras que Vossa Santidade dirigiu a Portugal e por cujo sentido profundo estamos igualmente gratos a Vossa Santidade. Que Vossa Santidade continue a ter em apreço e a abençoar a acção deste povo missionário são os meus votos mais ardentes, como os que faço pelas prosperidades do Seu Pontificado. Beijo o anel de Vossa Santidade, devotadamente, Oliveira Salazar*». Carta de 29-V-965. De um ponto de vista estritamente protocolar, Paulo VI não tinha de agradecer ou sequer acusar a recepção desta carta do chefe do governo português. Dentro da política de apaziguamento, o papa fê-lo, no entanto, em carta que transcrevo: «*Exmo. Senhor Doutor António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Ministros de Portugal — Vossa Exia. enviou-Nos uma carta, com data de 29 de Maio último passado, na qual Nos exprimia, em nome do Governo Português, sentimentos de gratidão pela oferta da Rosa de Ouro que mandámos ao insigne Santuário de Fátima. Acolhemos com*

8

Cumprem-se em 28 de Maio de 1965 trinta e nove anos sobre a revolução que está na raiz do regime, e a data é assinalada, mas os círculos políticos prestam mais sentido à visita oficial do ministro francês da Defesa, Pierre Messmer. Este vem mais uma vez a Lisboa para aprofundar a colaboração militar luso-francesa, no plano bilaterial, e também para compensar perante os portugueses a visita do ministro alemão da Defesa. Messmer não quer ficar aquém do seu colega germânico; o gabinete de Lisboa, beneficiando da rivalidade franco-alemã, procura obter de Paris concessões tão valiosas como as conseguidas de Bona; e se os alemães deram contrapartidas ao seu interesse pela base de Beja, os franceses dão-nas à sua necessidade da estação balística da Ilha das Flores. Gomes de Araújo acolhe o ministro francês, discute a cooperação técnico-militar; Messmer tem longas conversas nos Estrangeiros; e é franco e aberto na entrevista com Oliveira Salazar. Que diz Messmer aos portugueses? Declara o propósito do presidente De Gaulle de continuar o seu apoio militar e político a Portugal; sobre a Europa, o governo de Paris mantém-se oposto à sua integração, que aliás julga impossível e desnecessária no plano político, acreditando que a força está numa Europa das Pátrias e não em uma qualquer manta mal

---

paternal benevolência as palavras amáveis que Vossa Exia. Nos dirigiu e agradecemo-las de todo o coração. Tivemos muito gosto de havermos tido oportunidade de prestar à Mãe de Deus e à nobre Nação Lusitana, de quem Ela é a excelsa Padroeira, esta sentida homenagem. Implorando ao Senhor, por intermédio de Sua Mãe Maria Santíssima, a maior abundância de graças sobre todo o povo português, enviamos a Vossa Exia. e a todos os dilectos filhos de Portugal a Nossa fraternal Bênção Apostólica. Vaticano, 21 de Junho de 1965. Paulus P. P. VI». Repare-se, todavia, que o pontífice omite qualquer alusão ao Portugal missionário e à *oferta pessoal* feita a Salazar, para se concentrar nos aspectos puramente religiosos.

cerzida, e sempre de retalhos; compreende e aplaude a política portuguesa em África, e concorda em que, por oportunismo, foi lançado no caos o continente; receia perigos futuros de uma Argélia enfeudada a Moscovo; e não entende a política americana no Vietname, salvo se Washington tem como objectivo último bombardear e destruir as instalações atómicas chinesas. Messmer encontra Salazar *«muito bem informado»*, e admira-se do pormenor a que chega o chefe do governo. São satisfeitas as encomendas portuguesas de material de guerra francês. E Gomes de Araújo e Messmer partem para os Açores, de visita às instalações das Flores.

Mas nada obscurece agora, no espírito público, um outro problema de política interna: a eleição do presidente da República. Chegou ao seu termo o mandato de Américo Thomaz, e cabe nova eleição nos modos prescritos na lei. Recandidata-se o actual chefe do Estado? Fazê-lo será de boa política? Na hipótese contrária, que outros nomes são possíveis? Contra a reeleição do almirante Thomaz alega-se a sua idade também já pesada, a vantagem de levantar em cena nomes novos, o desejo de mudar, que muitos sentem; e em favor invocam-se a dignidade e seriedade demonstradas no desempenho de funções, o interesse de ter à frente do Estado alguém com experiência, num período em que, quase fatalmente, haverá modificações na chefia do governo, e acaso mesmo no teor político do regime. Oliveira Salazar tem uma preocupação que partilha com alguns colaboradores: é preciso ter a certeza de que o chefe do Estado, qualquer que seja, *«se manterá na altura própria lúcido e firme, para ouvir as pessoas rectas e fazer a escolha melhor de um novo chefe do governo»*. Ao nome de Américo Thomaz, que outras alternativas existem? Nos primeiros dias de Junho de 1965, Salazar escreve uma lista dos nomes que lhe são recomendados, ou mencionados, ou que simplesmente correm de boca em boca. E são: Gomes de Araújo, ministro da Defesa; Câmara Pina, chefe do Estado-Maior do Exército; Reboredo e Silva, chefe do Estado-Maior Naval; e ainda outros oficiais-generais como Deslandes, Sarmento Rodrigues, Andrade e Silva, Kaulza de Arriaga, França Borges. Da sua lista constam dois civis: Azeredo Perdigão e Costa Leite. Nenhum destes nomes agrada absolutamente a Salazar; mas

também não os rejeita. Nada dirá, quanto a qualquer, antes de ouvir a *União Nacional.*

Nesta questão, contudo, vêm embrechar-se outros pormenores. De repente, Salazar vê-se envolto numa complexa malha de problemas quase simultâneos. Chega a Lisboa a ressaca de uma grave divergência no alto clero de Moçambique: alguns bispos, sob a influência do prelado da Beira, D. Sebastião de Resende, arrogaram-se a representação global do Episcopado: e o conflito está aberto, em particular com D. Custódio Alvim, arcebispo de Lourenço Marques. Depois, é o próprio D. Sebastião de Resende que de novo tem queixas contra a administração e o governo central. Vem a Lisboa, é recebido por Salazar. Que queixas? Uma carta pastoral do prelado fora censurada e, porque não respeitasse os pequenos cortes feitos pela autoridade, ao *Diário de Moçambique,* jornal da diocese, fora aplicada a pena de suspensão por dez dias. Salazar mostra-se compreensivo: se fosse censor, não teria feito os cortes; se fosse bispo, teria respeitado os cortes; e com isso quer dizer que não valia a pena suscitar uma questão. Era indispensável, porém, encontrar forma de censura não interferir na actividade episcopal e de os bispos não desrespeitarem as instruções das autoridades: e a solução estava definida na Concordata. Eram livres os bispos de publicar quanto se referisse ao governo da Igreja; ou seja ao *dogma,* à *moral* e à *disciplina;* no mais, não; e assim o dispõe o texto concordatário. Mostra-se o bispo agradado da conversa; mas envia à Santa Sé os seus queixumes, e ao núncio; e não deixa de criar enredos com outros membros da Hierarquia, tanto de África como da Metrópole. Há assim um mal-estar em círculos católicos. Depois, volta a ser aguda a crise de que a República do Congo (Léopoldville) não consegue sair.

Lisboa tem com efeito notícia de que se forja um golpe de Estado contra Tschombé. Este encontra-se em Bruxelas; e por encargo de Lisboa, Eduardo Leitão, embaixador português na Bélgica, previne o primeiro-ministro. Tschombé passa a Paris, Marcello Mathias convida-o a jantar na embaixada. Por mil conversas e atribulações, está exausto o político congolês, e não consegue sustentar uma conversa lúcida. Mas ao outro dia, que é um calmo domingo parisiense, volta Tschombé à embaixada, e já reganhou

toda a sua vivacidade. Resume a situação: falara longamente com De Gaulle, e este garantira o apoio político e financeiro da França; Holden Roberto *acabou* e já nada representa, salvo por alguns subsídios que ainda recebe dos Americanos, que o têm por um moderado, capaz de resistir aos comunistas se os Portugueses abandonarem Angola; e a Inglaterra e outros países estão a mostrar interesse na política que ele, Tschombé, está prosseguindo em África. E quanto a Portugal? Diz o primeiro-ministro congolês: «*é meu propósito ir dentro em pouco a Portugal. Desejaria ver o Presidente Salazar, tenho para com ele uma grande dívida de gratidão pelo que tem feito pelo Congo e por mim*»; e «*quero pedir-lhe conselho para minha orientação*». Que plano tem? Volta a Bruxelas, e depois a Madrid; e daqui deseja então passar a Lisboa. Ajustada a data, parte em sete de Junho um avião militar português para Madrid, em missão secreta; e transporta o primeiro-ministro para Lisboa, onde aterra ao princípio da noite. Logo se avista com Salazar (1). Tschombé está apreensivo, e pessimista: tem Kasawubu por seu inimigo pessoal; todos os seus amigos políticos estão sendo demitidos das suas funções, ou mesmo perseguidos; há risco de uma nova secessão do Catanga; na origem de tudo, há a hostilidade dos Americanos, que pretendem destruí-lo para agradar aos extremistas africanos; e ele, Tschombé, vive no pavor constante de ser assassinado. Salazar advoga firmeza, sem excluir prudência; entende que o primeiro-ministro, ainda que possa ter de abandonar o governo, se deve reservar para o futuro; e Portugal, no que lhe for viável, tentará manter o auxílio que tem prestado. De madrugada, Tschombé regressa directamente a Paris no avião português, e «*com ceia a bordo*». Mas por alguém e algures, a viagem de Tschombé a Lisboa é pressentida. Para tirar uma «*prova real*», a embaixada dos Estados Unidos em Lisboa pergunta nas Necessidades se não seria possível fazer chegar às mãos do político congolês uma mensagem importante e urgente; e o Ministério dos Estrangeiros português responde simples-

(1) Como os leitores do V volume estarão recordados, não foi esta a primeira visita de Tschombé a Lisboa. Veja-se V vol., págs. 537-541.

mente que o destinatário se encontra em Paris, onde tudo lhe seria decerto facilmente entregue. Mas as agências internacionais apoderam-se do assunto, os grandes jornais difundem a notícia; e a própria Emissora Nacional portuguesa também a transmite, como um facto. Em Paris, Tschombé não oculta de Marcello Mathias a sua cólera, e diz que o governo português está infiltrado de inimigos de Salazar; e também não esconde o seu desagrado o governo francês. Tschombé vê-se obrigado a negar a sua viagem: *«não visitei Lisboa nem Salazar»*. Nos jornais portugueses aparece uma breve notícia, acompanhada de desmentido oficioso. Comenta Salazar: *«a espionagem que cerca os passos do presidente Tschombé é tal que ou ele tem de desistir de vir a território português ou a sua vinda será conhecida. Por mim, nunca desejo que venha e se exponha, pois que por intermédio de outras pessoas podemos saber o seu pensamento ou atitudes. Era difícil porém dizer-lhe que não seria recebido, quando o seu propósito era agradecer ao governo português o apoio que lhe tem dado, tão discretamente que em geral não conhecido»*.

Com tranquila pertinácia, Pinto Barbosa escreve na altura uma carta a Salazar: é ainda o caso da sua saída das Finanças. Diz o ministro: salvo por um decreto que aguarda a assinatura do ministro das Corporações, estão ultimados os trabalhos *«dos quais dependia a minha exoneração»*. Por que tardará esta? Salazar, apesar deste embrechado de problemas, responde desde logo. Está fazendo os maiores esforços para *«arrancar»* às Corporações o decreto; mas o ministro saiu para Genebra, o diploma parece ter sido extraviado, e os *«secretários procuram o projecto»*. Há em tudo isto alguma confusão. *«Tenho por outro lado»*, diz Salazar, *«urgência em reunir a C. Central da U. Nal. para se poder tornar público o nome do seu candidato à eleição presidencial. O óptimo era que a Comissão se pudesse reunir no sábado, mas para isso era preciso que dois ou três dias antes estivesse liquidado o caso das Finanças. De outra forma tudo parecerá atabalhoado e precipitado»*. No mesmo dia, responde também a uma pergunta de Arantes e Oliveira: não, *«não há objecção, pelo contrário grande satisfação, em que se possa presentear com uma estátua do Marechal Gomes da Costa a*

cidade de Braga, no 40.º aniversário da Revolução» (1). Mas o *caso das Finanças* resolve-se finalmente: o decreto é *arrancado* às Corporações, Ulisses Cortez é prevenido. Entretanto, no Brasil encontra-se o ministro dos Estrangeiros. Tem conversas com o chefe do Estado brasileiro, marechal Castelo Branco, e este abandona a ideia de uma comunidade luso-afro-brasileira, que julgara possível como solução luso-brasileira da África portuguesa; e com o ministro do Exterior, Vasco da Cunha, e o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que afirmam o seu *lusitanismo*. Inaugura a estátua de D. João VI, com guarda de honra de marinheiros da *Sagres*, surta na Guanabara; e no Gabinete Português de Leitura, perante monumentos de cultura portuguesa (2) e sob a presidência de Castelo Branco, discursam Leite Pinto e Austragésilo de Athayde para exaltar, diante de uma vasta sala compacta de portugueses e brasileiros, as glórias de Portugal e do Brasil, e a comunidade luso-brasileira. No dia 10 de Junho de 1965, na parada militar do Terreiro do Paço para celebrar o Dia de Portugal e honrar os homens que se batem em África, Salazar comparece, e a todos se mostra sereno, afável, bem-disposto: entrega algumas condecorações, está sem cuidados, sem problemas. Mas não recebeu notícia de um atentado, quando se adiantasse na tribuna para condecorar alguns militares? Sim,

---

(1) Para documentar o perfil que Salazar traçava de Gomes da Costa, terá interesse incluir na íntegra a carta para Arantes e Oliveira: «*Peço as maiores desculpas de ter demorado a resposta à consulta de V. Exia. Não há objecção, pelo contrário, grande satisfação, em que se possa presentear com uma estátua do Marechal Gomes da Costa a cidade de Braga, no 40.º aniversário da Revolução. Mesmo que seja simples, pode aproveitar-se à inauguração para uma homenagem às F. A., cujos pormenores se estudariam depois. Esta pode fazer-se mesmo, sem complicar e encarecer o monumento, porque o Marechal não foi só o homem do 28 de Maio mas o homem de França, na guerra de 14-18. Era um valente e um homem muito inteligente. Se V. Exia. pensar num monumento de maior tomo, vai ter complicações técnicas e financeiras, por certo. De modo que o mais certo e o mais simples é ficarmo-nos na estátua. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar. 7-VII-965*». E noutra carta diz: «*Esperemos que os artistas nos façam uma boa estátua do M.al Gomes da Costa*».

(2) Entre as preciosidades do Gabinete conta-se o original manuscrito do *Amor de Perdição* de Camilo Castelo Branco.

recebeu. Que fazer? «*Tomo os cuidados possíveis, mas sem exagerar, por ora tudo vai bem*». E quatro dias mais tarde Pinto Barbosa abandona as Finanças e toma posse Ulisses Cortez. Diz Salazar a Pinto Barbosa: «*P.ª V. Exia. se despedir do Chefe do Estado, seria conveniente V. Exia. dirigir-se-lhe directamente*». E nesse dia «*pode também passar por aqui, se for antes das 14 hs. Senão, arranjaremos outra hora de tarde*». Salazar pode então ocupar-se a fundo do problema da eleição do chefe do Estado. Em 19 de Julho, Oliveira Salazar está reunido com a *Comissão Central* da *União Nacional*. Em conversas privadas prévias com alguns dos seus conselheiros mais escutados, nem todos os pareceres eram concordantes: Soares da Fonseca apoiava a reeleição de Américo Thomaz, e idêntico era o aviso de homens como Santos Costa; mas já Mário de Figueiredo e Costa Leite exprimiam dúvidas. Não existe, no entanto, uma corrente nítida em favor de algum dos nomes que circulam pelo país. E agora, na reunião da *Comissão Central*, «*examinaram-se as possibilidades de uma dúzia de pessoas que aqui e ali têm sido indicadas*», mas não vinga o nome de qualquer. Américo Thomaz é «*ainda a melhor solução*» como representante da experiência, da continuidade, do patriotismo isento. Depois de algumas hesitações, Thomaz aceita. E alguns dias mais tarde, a 23, é publicada uma nota da *União Nacional* anunciando que o movimento resolvera apresentar, para um novo mandato de sete anos, a candidatura do actual presidente da República. E a eleição está marcada para o dia 25 de Julho, em S. Bento. Mas nestes dias está reunido em Coimbra o curso jurídico (de 1910-1915) a que pertenceram Salazar e Cerejeira. Salazar é convidado a participar na reunião: vai? não vai? São as bodas de ouro do curso, e muito gostava de ir. Mas «*motivos poderosos não me permitem que possa assistir a essa reunião. O tempo tem feito a sua impiedosa ceifa nos condiscípulos*», escreve Salazar ao reitor, «*e não sei quantos se apresentarão*».

E o caso do assassinato de Delgado? Comenta Salazar para Mathias: «*Tivemos um grande prejuízo político com a morte de H. Delgado. Era para nós favorável que a oposição ou oposições fossem representadas perante o mundo por aquele pobre homem, completamente desclassificado*». Parecem agora diligentes as autoridades espanholas, «*inclinadas a crer que há gente de Argel*

metida no caso», e a polícia portuguesa está frequentemente a ser solicitada para fornecer elementos e informações factuais; mas tudo se arrasta sem uma conclusão. Sentado no seu gabinete, e apontando para uma cadeira, comenta Salazar: *«Quando penso nisso, causa-me horror a forma como foi encontrado o cadáver de Delgado. Apesar de tudo não posso esquecer-me de que passou anos a trabalhar comigo, ao meu lado, aqui!»*

9

Na política interna, tudo está condicionado à eleição do presidente da República. Salazar, sem se alhear dos problemas que lhe são caros, dedica ao assunto a sua atenção. Escuta os seus conselheiros políticos, e estes dão-lhe conta de rumores, de perturbações, que a oposição desejaria provocar. Em especial, há um grupo oposicionista, em organização, que se designa por *Acção Democrato-Social;* e sempre sob estímulo de Cunha Leal e outros *«velhos democratas»*, faz circular numa reunião com imprensa portuguesa e estrangeira um longo comunicado. É atacado o processo eleitoral e, a pretexto deste, a falta de liberdade e de oposição, a política ultramarina, todo o condicionalismo do regime. Apesar de tudo, o chefe do governo está confiante: o acto eleitoral decorrerá sem embaraço. Chega a Lisboa o cardeal Costa Nunes, e deixa cair uma frase que faz estremecer o país: é possível que o papa Paulo VI visite Fátima. Salazar sente um pesar: um dos seus grandes defensores na imprensa francesa, D'Estailleur de Chanteraine, acaba de morrer. Em tudo, o chefe do governo abre um parêntese para cuidar de um ponto: a pedido de Arantes e Oliveira, há que preencher o cargo de subsecretário das Obras Públicas, vago desde a saída de Manuel Amaro da Costa para o secretariado de Estado da Indústria: e a escolha recai em José Rebelo Pinto, que toma posse no primeiro dia de Julho. E por estes dias de especial preocupação política recebe Salazar uma visita que lhe traz recordações suaves mas já remotas e diluídas: é Christine Garnier. Vem com

seu marido. É agora somente uma velha amiga: atravessou a sua hora de paixão e aventura romântica: tudo isso lhe aparece hoje envolto e desvanecido num passado que se diria de outra mulher e não seu: e agora Christine regressou às balizas da convenção e do protocolo. E com informalidade, Salazar conversa com Christine e seu marido: estes falam de uma viagem que acabavam de fazer a Dacar e da decadência que invade o Senegal, depois que se tornou independente da França (1). Mais consequência tem a visita do general De Benouville: vulto ilustre entre os resistentes e defensores dos direitos franceses, dirige agora a revista semanal *Jours de France:* e é em nome desta que solicita ao chefe do governo português uma entrevista. Conversam os dois homens: são inevitáveis os temas de África, de autodeterminação, do regime interno português: e De Benouville deixa um texto de perguntas para Salazar responder. E depois vem um outro já velho conhecido: Rosswell Gilpatrick. Este passa por Lisboa num plano particular; mas avista-se com o chefe do governo: é sempre correcto, e amigo, e franco no falar. E diz: Robert McNamara, o secretário da Defesa, está exausto, e incapaz de tomar decisões de fundo: Dean Rusk também se sente cansado, e desejaria abandonar o Departamento de Estado; Adlai Stevenson acaba de morrer; e o presidente Johnson revela-se incapaz de se ocupar de mais de um problema de cada vez. Há pouco, Dean Acheson, em conversa com Johnson, sustentava a necessidade de os Estados Unidos apoiarem Portugal em África, e a Europa em geral, sem cuidarem das reacções do *terceiro mundo;* mas o presidente nem quis escutar, e apenas discutiu o problema do Vietname e do Sudeste Asiático. Comenta Gilpatric: esta atitude do presidente constitui uma grave situação para os Estados Unidos e até para os outros países.

Através do desenrolar do processo eleitoral, no entanto, Oliveira Salazar elabora a resposta às perguntas deixadas por Benouville. Por comparação com outras, é uma breve entrevista. De novo é abordada toda a problemática, já banal, da autodeter-

(1) Sobre a primeira vinda de Christine Garnier a Portugal, ver vol. IV, pág. 233, e sobre o seu subsequente papel na vida de Salazar ver págs. 246, 247, 250, 306, e numerosas outras.

minação de territórios ultramarinos. Salazar reitera a tese portuguesa, agora já velha de anos e anos, e apenas sublinha que a próxima eleição do chefe do Estado, embora feita por número restrito de eleitores, cabe no entanto a um colégio *«recrutado nas províncias ultramarinas como é aqui na parcela europeia de Portugal»*. Tem pois de dizer-se *«que um povo se autodetermina pelo jogo das suas próprias instituições»*. E que evolução é de prever para os Estados africanos, em si, e em relação a Portugal? É natural que, perante a impotência que hão-de sentir, e embora prestando de quando em vez o seu culto à *fraternidade* africana e ao combate ao *colonialismo* português, se mantenham as relações existentes com alguns, e outras venham a estabelecer-se em proveito comum. Em Portugal há um recrudescimento da oposição interna, manifestações violentas? Não, nada disso. Há decerto um reforço dos grandes interesses económicos, políticos e estratégicos que têm as suas vistas em África *«mas têm de dar combate aqui»*. Quanto a ideologias, há ainda a *«força expansionista»* do comunismo internacional; e se este conseguir instalar-se na Península Ibérica, *«a Europa cristã desapareceria pela simples razão de que era indefensável»*. Mas há outro ponto importante: o progressismo católico *«parece trabalhar hoje paredes-meias com o comunismo na vaga esperança de este o ajudar a fazer a revolução de que o primeiro colheria os frutos, pelo ascendente que ainda mantém nas sociedades ocidentais»*. São ingénuos os homens, e não lhes aproveita a experiência alheia; pode ser que os governos se desinteressem deste assunto; mas *«lembro que já vi condenar solenemente o* modernismo *e daqui a alguns anos, quando suficientemente alastrados os novos erros, nenhuma razão há para não acontecer o mesmo ao progressismo»*. Constitui o sistema corporativo português um meio de conciliar o capital e o trabalho? Sim, é uma experiência, ainda de pouca idade, e por isso é difícil dizer se se encontrou solução para o problema económico-social. Hoje, *«o que vemos diante de nós é que o comunismo absorveu o capital e deixou o trabalhador em face de uma força com que não pode medir-se e é muito mais dominadora que o antigo capitalismo»*. Por si, a organização corporativa rejeita a luta de classes, como no liberalismo, e repudia o despotismo estatal, como no comunismo;

advoga o respeito mútuo com salvaguarda dos interesses recíprocos; «*mas não está por ora demonstrado que a organização possa manter-se sem deslize na ausência de autoridade do Estado*». Há no entanto uma atmosfera de paz e bom entendimento, e é «*este espírito que enfurece o comunismo que não pode prescindir do ódio e dos choques de interesses para progredir e implantar-se na sociedade contemporânea*». E por último acha Salazar normal que os católicos se organizem politicamente, e que seja possível formarem um vasto partido internacional a superar as fronteiras? «*Não; não me parece normal, nem correcto, nem vantajoso*». Para os católicos, a unidade não deve estar na federação de organismos ou partidos nacionais, mas na existência da própria Igreja a que pertencem. De resto, o problema é puramente especulativo para Portugal: o regime português não aceita a formação de partidos, ainda que católicos. «*De modo que a questão não se põe para nós*» (1). Na sua vida pessoal, Salazar não se afasta da sua rotina: visita o *Planetário Gulbenkian* e o Museu da Marinha, assiste na Sé ao ensaio do espectáculo comemorativo do V Centenário de Gil Vicente, e instala-se no Forte do Estoril, para a quadra do Estio.

Na manhã do dia 25 de Julho, na sala das sessões da Assembleia Nacional, está reunido o colégio eleitoral para designação do chefe do Estado. Preside Mário de Figueiredo. Comparecem 569 eleitores dos 585 possíveis; e nas urnas entram 556 votos em favor do candidato da *União Nacional* e 13 havidos por nulos (2). Está assim eleito o Almirante Thomaz para um segundo mandato de sete anos. Na tarde daquele dia Oliveira Salazar desloca-se à residência pessoal do presidente em Cascais, e apresenta-lhe os seus cumprimentos; e pouco depois vem Figueiredo, para comunicar oficialmente o resultado do escrutínio. Pelos jornais do regime, e outros que lhe são afectos, é vitoriada a reeleição de Américo Thomaz; em muitos sectores

---

(1) Sobre a evolução do pensamento de Salazar quanto à formação de um *partido católico*, ver vol. I, págs. 242-250 e vol. II págs. 171-174. Esta entrevista de Salazar, concedida ainda em Julho, só foi publicada pela *Jours de France* em 3 de Agosto de 1965.

(2) Anulados por conterem o nome de Salazar que, não sendo o de um candidato, não podia figurar.

há um claro apoio; pelo país, se há simpatia e deferência pelo candidato, paira uma atmosfera de indiferença, se não de frieza; e os meios oposicionistas reiteram ásperas críticas ao sistema de eleição, e repetem que este é farsa antidemocrática (1).

Entretanto, chega a Lisboa o eco dos queixumes enviados ao Vaticano pelo bispo da Beira. Monsenhor Samoré, da Secretaria de Estado da Santa Sé, fala no caso a António de Faria, em tom de melindre por ser questão entre o prelado e os serviços de censura, cuja atitude seria contrária ao espírito e letra da Concordata; e Salazar aplica-se a esclarecer o embaixador sobre a entrevista com o bispo. «*Recebi efectivamente a visita de D. Sebastião Resende, por uma hora e um quarto, e não nos demorámos mais porque eu tinha gente à espera*». E «*a conversa pode dizer-se que foi agradável, embora sobre assuntos delicados: sei que o Bispo ficara muito satisfeito e confessou-o a mais de uma pessoa*». Falara-se da censura à homilia, que «*eu tinha lido felizmente*». E Salazar transmite a Faria as considerações que fez a D. Sebastião: tudo o que toca ao governo da Igreja, dogma, moral e disciplina, está livre, nos termos concordatários, e isso «*satisfazia, ao que parece, o Senhor Bispo; mas se este deseja ocupar-se de problemas económicos e sociais, como já tem sido o caso, então a autoridade tem o direito e até o dever de intervir, se as circunstâncias, como as que actualmente se verificam em Moçambique, aconselharem essa intervenção*». Neste particular, estabeleceu-se «*bom entendimento*», e Salazar e o bispo abordam depois «*aquele desgraçado caso*» da reunião episcopal de Moçambique. «*Tive a consolação de ouvir a confissão espontânea do Senhor Bispo de que fora um acto mal avisado e infeliz*»; mas «*é evidente ter eu dito que o governo nada tinha com o caso: este apenas respeitava à Santa Sé e ao Arcebispo de Lourenço Marques*». Monsenhor Samoré quer discutir a Concordata? Salazar é nítido: a interpretação dada pelo governo «*é o máximo a que se pode ir*». E o chefe do governo extrai do incidente com o bispo da Beira uma doutrina geral. «*Como a Igreja mantém através da Acção Católica muitas publicações*» que se ocupam de assuntos «*políticos, económicos e sociais, bem pode ser que no pensamento do Vaticano esteja um alar-*

(1) Na realidade, a eleição do chefe do Estado por um colégio eleitoral restrito era o último sistema adoptado na I República (art. 38 da Constituição de 1911).

gamento» dos termos da Concordata. *«Na prática, muitas publicações têm gozado de isenção da censura, mas há algum tempo para cá vemo-nos obrigados a uma aplicação estrita da Concordata, porque notamos estar o* progressismo *por toda a parte e a Igreja pretende usar daqueles princípios para fazer a sua política».* Por isso, *é bom que o embaixador tenha isto no seu pensamento quando um dia Mgr. Samoré se resolver a tratar o assunto».* Porque, *«com o* liberalismo *que o Concílio confirmará, a Santa Sé quererá ir mais longe do que a Concordata. Eu aconselharia que se contentasse com a situação actual porque não posso prever o que sairá duma nova discussão deste assunto. Outros terão de ser discutidos também, e tudo o que respeita à* Acção Católica e suas proliferações *é susceptível de levantar uma discussão viva e* exigir um ajustamento de posições, *não favorável à Santa Sé».* Em Roma volta António de Faria, por sua iniciativa, a avistar-se com Monsenhor Samoré. Fala-se ainda do bispo da Beira. Correra bem a conversa deste com o presidente do Conselho: mas a revista de Milão *Domenica del Corriere* afirma que fora *«burrascosa»:* porque não a desmente a Santa Sé? Samoré alude à censura feita sobre uns quinzenários de Cascais e Almada, e mostra fotocópia dos cortes feitos: continham resumos da doutrina social da Igreja: era esta que se pretendia suprimir? Faria acentua que os quinzenários não eram pastorais dos bispos, e que a doutrina social da Igreja, a que não havia evidentemente objecções, estava sendo tendenciosamente utilizada por elementos de extrema-esquerda. E torna ao bispo da Beira: alguma imprensa ligada à Santa Sé apresenta D. Sebastião de Resende como *«corajoso»* em face da opressão, e até sugere o seu nome como o do futuro cardeal-patriarca de Lisboa. E do bispo da Beira a conversa desliza para a descolonização, e desta para as Nações Unidas e os ataques da organização contra Portugal. A propósito, pergunta Faria: que havia de verdade nas notícias de imprensa sobre a eventual visita do Santo Padre à ONU? Seriam as Nações Unidas a tribuna mais adequada para Sua Santidade? *«Quanto a mim»,* diz o embaixador, *«a tribuna de São Pedro tem bem mais prestígio que a tribuna de U Thant».* Samoré diz que nada ainda estava decidido, ou pelo menos não o sabia; e deixa cair uma palavra

para indicar que esperava Portugal, se se verificasse aquela viagem do papa, não suscitasse a mesma tempestade que fora levantada aquando da ida do pontífice a Bombaim. Faria então refere-se à carta de Paulo VI a Salazar, em resposta à deste: não podia ser mais fria e sem significado: e Monsenhor Dell'Acqua, também da Secretaria de Estado da Santa Sé, havia afirmado que, se Salazar agradecesse em carta a oferta das medalhas, o papa responderia com uma alusão congratulatória ao 25.º aniversário da Concordata entre a Santa Sé e Portugal, negociada como fora pelo actual chefe do governo (1). Também o professor Alessandrini, director do *Osservatore Romano*, e que recebe instruções da Santa Sé e às vezes pessoalmente do papa, prometera um artigo sobre a Concordata e o Acordo Missionário. Nada se fizera: que concluir? Teria de se admitir que a ida do papa às Nações Unidas levava o pontífice a não desejar que sequer se referisse a existência de uma Concordata com Portugal? Samoré escuta, parece-lhe que há *«ameaças»* nas palavras do enviado português; mas este nega-o; e Monsenhor comenta que, perante os factos invocados, será preferível aguardar a intervenção da Providência Divina para *«arranjar as coisas»*.

Está marcada para o dia 9 de Agosto a posse do presidente reeleito, e do Forte do Estoril dedica Oliveira Salazar à preparação da cerimónia o seu cuidado minucioso. Mas outros problemas se intercalam sem mercê. Aumentam as dificuldades entre a Rodésia e Londres; acentua-se a possibilidade de o gabinete rodesiano proclamar uma independência unilateral; Londres pretende que Portugal se comprometa a negar à Rodésia, naquela hipótese, qualquer colaboração, ainda que imposta pela simples vizinhança; e quando o governo de Ian Smith, como o havia feito quanto a Pretória e Londres, nomeia para Lisboa um *«representante diplomático»*, e Lisboa o aceita, o gabinete britânico considera o acto como inamistoso, e grave, e capaz de conduzir a uma *«situação difícil»* entre a Inglaterra e Portugal. Lisboa não atende, no entanto, os reparos britânicos. Depois, numa reunião de países da Comunidade Britânica, é emitido um comu-

(1) Esta negociação foi sintetizada no Vol. III, págs. 261-268.

nicado que se ocupa dos territórios portugueses e preconiza para estes a autodeterminação. Portugal protesta: considera a alusão uma interferência abusiva em negócios internos portugueses: e arroga-se o direito de se ocupar doravante de assuntos internos dos membros da Comunidade. De Nova Iorque chega uma notícia: os países afro-asiáticos pretendem convocar uma reunião do Conselho de Segurança sobre o problema da África portuguesa: a ameaça não causa já, contudo, apreensão em Lisboa. Mas prende muito a atenção de Salazar uma *nota pastoral* do Episcopado português, de 6 de Agosto de 1965. Pretendem os bispos interpretar o Concílio Vaticano II à luz dos seus objectivos: promover o desenvolvimento da fé, renovar a vida cristã, adaptar a disciplina às condições do tempo moderno. Têm-se adulterado nalguns círculos os propósitos conciliares, no entanto, e feito uma interpretação capciosa de alguns documentos já aprovados e promulgados. Diz então a *pastoral* dos bispos: «*Invocando-se a necessidade de renovar a Igreja à luz do Concílio, para que ela possa aparecer ao sol de Deus sem ruga nem mancha, não raramente se tem caído em excessos lamentáveis. Não assumem em Portugal aspecto grave as iniciativas de eclesiásticos e leigos. Não deixam, porém, de causar preocupação aos pastores algumas afirmações, atitudes e tendências*». Advertem os prelados: «*Cumpre ter na memória e no espírito princípios fundamentais do mesmo Concílio que, aliás, fazem parte de uma tradição de séculos*». Concluem os bispos que «*reforma sem disciplina e actualização sem ordem resultariam em anarquia destruidora*». E por isso há que respeitar a hierarquia e acatar a disciplina: «*Responsável maior para toda a Igreja, de quanto em quanto e como e onde cada um agir, é o Papa. Responsável maior na diocese, e sempre em união com o vigário de Cristo, é o Bispo*». Salazar considera, em face da *pastoral*, que sentem receios os bispos, e que perante o *progressismo* querem fazer uma travagem. Pergunta: irão a tempo? serão obedecidos? Tudo depende da inspiração emanada da Cúria de Roma, e as conversas do enviado português com Samoré e Dell'Acqua não parecem muito encorajadoras.

No dia 9 de Agosto de 1965, pela manhã, a sala das sessões da Assembleia Nacional apresenta a solenidade dos dias de excepção e o esplendor em que o regime envolve os grandes

actos do Estado. Estão os deputados, os membros da Câmara Corporativa, os outros eleitores, o Corpo Diplomático, as altas autoridades; nas galerias não há espaço vago; e são as casacas, os grandes uniformes, as condecorações, os jorros de luz. No seu trono especial, está o cardeal Cerejeira, e no alto da tribuna, muito formais nas suas casacas, estão Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar, mas este, como de hábito, sem qualquer condecoração: de novo, estes três homens, mais velhos do que o século, que se tratam por *tu* e foram em Coimbra há mais de cinquenta anos companheiros dos *Grilos* e camaradas de luta, se encontram a ocupar os lugares cimeiros do Estado e da sociedade, de onde influem nos destinos de Portugal. Preside à cerimónia, por direito próprio, o presidente reeleito. Américo Thomaz lê o juramento constitucional. Depois é saudado, em nome do colégio eleitoral, pelo deputado por Angola, que dá ao governo, em nome dos grandes eleitores, todo o apoio em matéria ultramarina. Responde com a sua mensagem o presidente empossado: protesta continuar a cumprir o seu dever sem cuidar de sacrifícios; presta tributo às Forças Armadas; lembra que em 1966 se completam quatro décadas de regime político; quanto à África, afirma que *«a luta terá de continuar até à nossa vitória final»* e que se empenhará na alta missão de *«continuar Portugal»*. E são a seguir os cumprimentos, o desfile dos vultos oficiais, e as aclamações que o presidente, ao assomar às varandas do palácio, recebe da multidão no largo fronteiro.

Ao fim da manhã, Salazar regressa ao Forte do Estoril. Vai fatigado. Diz aos seus íntimos: *«a cerimónia correu bem e desta eleição já ficámos livres»*.

10

Por continuar na chefia do Estado a mesma personalidade, Salazar não tem que apresentar a sua demissão, ou levantar sequer a *questão de confiança,* ainda que simbolicamente. Não encara tão-pouco qualquer remodelação no gabinete, ao menos

antes das eleições gerais, em Novembro, e não tem assim que enfrentar de momento esse pesadelo. Mantém-se pelo Forte de Santo António: vai-lhe de feição o tempo, sereno e morno, e sente que o ar do oceano o revigora. «*Diz o médico que eu estou cheio de saúde*». Desloca-se pouco a Lisboa, e são de novo raros os Conselhos de Ministros. Recebe-os isoladamente, ou em grupos de dois ou três, consoante os problemas; e quando há que reunir quatro ou cinco ministros, que o cubículo pobre e nu do primeiro andar já não comporta, vêm todos para o piso do rés-do-chão, na quadra grande, e sentam-se à mesa nova de *ping-pong* das alunas de Odivelas. Além dos conselheiros políticos habituais, são escassos os visitantes. Vêm as madres de Odivelas, com algumas crianças. Também um estrangeiro de marca, ou outro. Lahr, secretário de Estado alemão para os Negócios Estrangeiros, vem trazer uma carta pessoal do chanceler Ehrard: este responde à carta de Salazar de há meses: para além da questão dos aviões, já resolvida, reitera o seu desejo firme de ajudar Portugal: mas tanto o chanceler como Lahr acentuam as dificuldades da República Federal perante o *terceiro mundo:* como este enlouquece com a política portuguesa em África e como o governo de Bona entende ser importante o seu apoio à reunificação da Alemanha e à política do não reconhecimento do regime alemão de Leste, o governo federal tem de continuar cauteloso na forma de apoiar o governo de Lisboa. Salazar julga que o chanceler não desdiz Von Hassel; mas é acaso mais reticente. Há um homem de particular relevo que deseja também avistar-se com Salazar: é John Galbraith. Este pede para acompanhar os príncipes de Radziwill, de novo em Lisboa e que Salazar acede a acolher no Forte. Mas o chefe do governo recorda-se de que Galbraith era embaixador dos Estados Unidos em Nova Deli ao tempo da agressão indiana contra Goa e de que tomara então, e reafirmara depois, uma atitude favorável às reivindicações da Índia contra Portugal; e Salazar recusa-se a recebê-lo (1). Chegam sós os príncipes de Radziwill, e decorre

(1) Os príncipes de Radziwill, acompanhados do seu sócio em Portugal, Jordan, haviam pedido a audiência de Salazar por intermédio de Augusto de Castro. E então, acerca de Galbraith, Salazar escreve a Castro uma carta que reproduzo a título de curiosidade e como documento da sua firmeza: «*Ao Dr.*

muito cordialmente a conversa. Mas na tranquilidade do Forte estes visitantes de simples cortesia são raros, e Salazar procura cingir-se a assuntos do Estado.

Nestes meados do Verão de 1965 anda já no ar uma poeira de excitação pelas eleições do Outono. Mas para Salazar ainda têm prioridade os negócios externos e os de África. Sem motivo ou mesmo pretexto, a República do Congo de Brazzaville, e depois de o fazer em relação aos Estados Unidos, resolve também cortar relações diplomáticas com Portugal; em nada o episódio afecta os interesses materiais portugueses; e a opinião pública, já embotada quanto a sucessos análogos, encara o episódio com descaso. Muito maior gravidade tem a evolução do problema da Rodésia. Com efeito, o representante de Portugal em Salisbúria, João de Freitas Cruz, tem uma longa conversa com Ian Smith, e este diz-lhe: «*estamos prontos à independência unilateral, mas precisamos de saber se Portugal vai connosco até ao fim e está disposto a correr connosco todos os riscos; declararemos a independência*

Augusto de Castro — Recebi a resposta de V. Exia. acerca da possibilidade de os Príncipes de Radziwill e o Sr. Jordan virem amanhã, sábado, ao Forte de Santo António, pelas 18 hs. Muito obrigado pela atenção. Com o maior prazer receberei as visitas e fico muito reconhecido pela atenção. Ontem porém o Sr. Jordan telefonou para a Presidência a perguntar se poderia acompanh os visitantes o sr. John Galbraith, antigo embaixador dos Estados Unid em Nova Deli. Se não há troca de nomes, o Senhor Galbraith estava na Uniã Indiana quando da invasão de Goa, e nós encontrámos nos nossos papéis um discurso de 8 de Agosto de 1962, proferido no Club da Constituição em Nova Deli e publicado pelo serviço de informação dos Estados Unidos (que assim lhe deram carácter oficial), discurso com passagens as mais impertinentes contra o colonialismo português em África e com o maior louvor à União Indiana por se ter apoderado de Goa e incorporado no seu território o território do pequeno Estado português. Este Senhor Embaixador é conselheiro do presidente Johnson em política externa e é também filho, segundo penso, da Universidade de Harvard. De forma que, salvo caso de ter mudado de opinião e de se mostrar contrito das suas anteriores posições contra Portugal, é muito desagradável sujeitar a Princesa Radziwill, em visita puramente privada, a assistir a trocas de palavras que relembrem a atitude dos seus embaixadores em território estrangeiro contra um país que os Estados Unidos são obrigados a considerar aliado. Se V. Exia. me fizesse esse favor, podia transmitir ao Senhor Jordan as reflexões acima. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar. 13-8-965». Sobre John Galbraith, ver vol. V, pág. 289 (nota).

quando Portugal achar mais conveniente». Para o governo de Lisboa, o problema é de considerável embaraço, e de complexidade sem limite. É evidente que uma *independência branca* na Rodésia significa segurança na fronteira oeste de Moçambique e reforço do Ocidente na África Central e Austral, e estes factores são vitais; mas significa também uma confrontação com a Grã-Bretanha, um exemplo que os brancos de Angola e Moçambique podem ser tentados a seguir, e um acréscimo da hostilidade afro-asiática contra Portugal, decerto acusado de haver contribuído para a situação criada; e além de tudo, representando a independência branca unilateral um acto ilícito e de rebeldia, o governo de Lisboa, que tem a legalidade como um dos seus escudos protectores, dificilmente pode aparecer a sancionar ou a cooperar com uma violação da lei, para mais baseada num racismo que Portugal repudia. Mas todas estas são considerações imediatas ou a curto prazo enquanto os dois factores iniciais — segurança e defesa do Ocidente — são decisivos numa visão de futuro; e assim importa não abandonar o governo rodesiano. Em qualquer caso, porém, a iminência de uma Assembleia Geral da ONU, a abrir dentro de semanas, e a perspectiva de uma reunião do Conselho de Segurança contra Portugal, não recomendam de momento à modificação da carta política naquela zona de África. E o governo português transmite a Salisbúria o seu ponto de vista: reconhece que no plano legal a soberania sobre a Rodésia pertence à Inglaterra; admite-se, no entanto, que entre uma e outra existam divergências; seria preferível que estas fossem negociadas, mas o governo português não deseja interferir; se for criada uma nova legalidade, no entanto, será examinado o assunto à luz das circunstâncias de então; em qualquer hipótese, julga-se que nenhuma atitude radical deveria o governo rodesiano assumir antes de encerrada a próxima Assembleia Geral da ONU. Ao tempo, chega a Lisboa um enviado secreto de Ian Smith, Benoy, secretário-geral do *Ministério dos Estrangeiros* rodesiano. Benoy afirma ser indispensável que o governo português dê explicitamente a designação de *diplomático* ao representante permanente que a Rodésia se propõe ter em Lisboa; de outra forma, a Inglaterra dirá que Portugal o rejeita; e o facto significaria um golpe no ânimo dos rodesianos. Lisboa dá a sua concordância. Da

decisão é informada a Inglaterra. Desencadeia forte campanha alguma imprensa britânica: o *Observer* sugere que o governo inglês atribua estatuto diplomático aos representantes em Londres dos terroristas angolanos, e que rompa as relações com o governo português. Não modifica Lisboa a sua atitude. Londres declara, em público, que vai submeter o caso ao Conselho da NATO. Também publicamente, o governo português reage: o problema é só britânico; se Londres não consegue impor-se em Salisbúria, não podem ser assacadas responsabilidades a Portugal; e no Conselho da NATO os delegados portugueses repudiarão quaisquer críticas. E com sarcasmo, Lisboa acrescenta: em qualquer hipótese, parece não subsistirem dúvidas de que a Rodésia se encontra bem fora da área geográfica abrangida pelo Tratado do Atlântico: *«pelo menos Angola e Moçambique, que são vizinhos da Rodésia, assim têm sido considerados até agora»*. Dias mais tarde, o *representante diplomático* rodesiano, Reedman, chega a Lisboa: é acolhido por delegado do Ministério dos Estrangeiros, é recebido com aparato por jornalistas e fotógrafos da grande imprensa internacional: e os jornais britânicos, desde o *Times* ao *Daily Telegraph*, dedicam ao episódio largo espaço. Fica delineada a confrontação entre Portugal e a Inglaterra.

De súbito, porém, surgem outras matérias que ocupam os dois países, e distraem as suas opiniões públicas. É conhecida no Vaticano a ida do papa Paulo VI às Nações Unidas, para discursar perante a Assembleia Geral; e os ministros dos Estrangeiros do mundo aprestam-se a comparecer. Em Portugal, cresce um rumor em que alguns acreditam: os investigadores espanhóis teriam provas de que pertencia à polícia portuguesa o assassínio de Humberto Delgado: as autoridades de Madrid iam entregar os restos mortais do antigo general à sua família: e o funeral, a efectuar em Lisboa, constituiria uma manifestação esmagadora dos oposicionistas ao governo. Por seu turno, as atenções do governo de Londres são concentradas noutro ponto: um conflito militar de monta é reaberto entre o Paquistão e a Índia a propósito de Caxemira (1). São dois países que

(1) Território em disputa entre os dois países.

pertencem à Comunidade Britânica, e o governo de Londres vê-se em situação embaraçosa; e esforça-se, evitando ferir um ou outro, por conseguir um *cessar-fogo* entre ambos. Mas prolonga-se um autêntico estado de guerra; e há algum alarme no plano internacional. Indirectamente, Portugal é arrastado para a confusão que surge: o governo do Paquistão pede formalmente auxílio militar português. Portugal prontifica-se a colaborar. Não está decerto em condições de fornecer quantidades maciças de material de guerra; mas pode dispor de armas ligeiras e munições; e pode sobretudo conceder facilidades de trânsito e embarque. E então muitos países europeus, que não desejam ofender a Índia mas não se acanham de vender armamento ao Paquistão, fazem convergir sobre Lisboa, por via marítima ou em comboios rodoviários através de Espanha, grandes partidas de material de guerra, logo transportado para Karachi em grandes aviões fretados pelo Paquistão à Bélgica. De momento, a Inglaterra põe uma surdina no seu diferendo com Portugal. Como uma rotina, o governo e Lisboa inaugura no Rio de Janeiro Pavilhão *Portugal de Hoje,* integrado nas celebrações do IV Cenário da cidade; e à cerimónia preside o chefe do Estado brasileiro. Entretanto, um velho amigo de Oliveira Salazar, o escritor francês Saint-Paulien, publica em *Les Écrits de Paris* alguns pontos de uma conversa anterior com o chefe do governo. Este reitera as suas afirmações mais queridas: é pela África que o Ocidente pode salvar-se ou perder-se; o bloco soviético há-de manter o seu interesse pelo continente; a verdade sobre a África portuguesa foi mascarada; o dever é ficar em África; e os homens do Ocidente precisam de verdade porque não se pode construir o futuro sobre mentiras. Em Genebra, a este tempo, produz-se um acontecimento de escândalo: na reunião geral da Organização Mundial da Saúde, o extremismo afro-asiático e o bloco soviético pretendem expulsar a delegação portuguesa: opõe-se-lhes a delegação da Zâmbia, apoiada por todos os Ocidentais e Latino-Americanos, com o fundamento de que as doenças não conhecem fronteiras nem regimes políticos: e na confusão tumultuosa que se gera, é suspensa a reunião. Por si, Oliveira Salazar confessa-se deprimido, mas por outro motivo: as informações que lhe chegam sobre Goa. Ainda no Forte, em 18 de Setembro, recebe uma comissão

de goeses, chefiada pelo jornalista goês Santa Rita Vaz: este dá conta do terror imposto no território pelas autoridades indianas: e pede auxílio para defesa judiciária dos acusados de actos terroristas ou sabotagem contra representantes de Nova Deli e instalações públicas. Salazar solicita dos Estrangeiros e do Ultramar que toda a ajuda seja prestada. Em Roma abre-se a Quarta Sessão do Concílio Vaticano II. E em 20 de Setembro de 1965, uma notícia perturba Oliveira Salazar: um ataque cardíaco brutal mata o arcebispo de Évora, D. Manuel Trindade Salgueiro. Embora mais novo, Trindade Salgueiro conhecera Salazar em Coimbra, onde ambos haviam convivido ainda que o futuro prelado não fizesse parte do *Imparcial* e do *C.A.D.C.;* e Salgueiro, sempre admirador de Salazar, era hoje figura prestigiosa do Episcopado, vulto eminente na ala conservadora da Igreja, homem de virtude e grande acabamento intelectual, influente numa diocese de tradição e peso, acaso um dia cardeal-patriarca de Lisboa.

Nestes princípios do Outono de 1965, o chefe do governo encontra tempo, no remanso do Forte, para responder a alguma correspondência em atraso. De Eduardo Leitão, em Bruxelas, chegara há tempo uma carta dando conta de que Spaak, perante um já antigo convite do ministro português dos Estrangeiros para visitar oficialmente Portugal, hesitava na aceitação: receava ataques dos seus adversários políticos. Diz agora Salazar a Leitão: «*está longe do nosso pensamento criar quaisquer dificuldades e à custa destas conseguir vantagens políticas para nós. Seria excelente se pudesse ser, mas eu compreendo que S. jogaria coisas importantes da sua vida política e não há-de querer comprometer o seu futuro político por nossa causa*»(1). Mas é na

(1) Tem interesse documental a carta para Eduardo Leitão. Na integra: «*Ao Dr. Ed. Leitão — Recebi a sua carta de 26 de Agosto e volto ao caso Spaak, só para dizer-lhe que a orientação se mantém a mesma. Há um convite que se mantém válido e penso foi aceite em princípio. Está longe do nosso pensamento criar quaisquer dificuldades e à custa destas conseguir vantagens políticas para nós. Seria excelente se pudesse ser, mas eu compreendo que S. jogaria coisas importantes da sua vida política e não há-de querer comprometer o seu futuro político por nossa causa. Agradecemos-lhe muito a sua amizade e que nos preste os serviços que puder prestar. Mas mais nada. Há além de*

África que se mantêm concentradas as suas atenções. Em fins de Agosto, por intermédio de Jorge Jardim, recebe Salazar uma carta do presidente Banda, do Malawi. Este continua empenhado nos problemas da ligação ferroviária com Moçambique, que o chefe do governo português dissera estarem em estudo, e agora levanta alguns outros, respeitantes à colaboração com Portugal e à segurança dos territórios. Também por Jardim, responde Salazar à carta de Banda em 24 de Setembro de 1965. Além de cordial, é já quase íntimo o tom das relações com aquele chefe africano; e pode dizer-se que o Malawi se consolida como pedra fundamental da política portuguesa na África Austral. Diz Salazar a Banda: é *«vivo o agradecimento pela amável atenção da sua carta de 29 de Agosto e pela colecção de moedas que quis ter a bondade de oferecer-me»; «segui com o maior interesse a visita oficial de Vossa Excelência a Madagáscar e congratulo-me com verificar que a orientação geral da Sua política é devidamente apreciada pelo Presidente Tsiranana, como a única que pode resolver os problemas dos países africanos chegados à independência»; «não posso senão fazer votos para que triunfe a política traçada por Vossa Excelência e felicitá-lo pela coragem com que a tem defendido»* (1).

---

tudo uma dificuldade enorme em fazer compreender a nossa doutrina política ultramarina a pessoas que têm uma formação completamente diferente e pertencem a organizações cujas atitudes oficiais nos são hostis. Cá tive a visita do Van Acker com quem falei longamente. Deu-me um grande prazer em vir ao Forte de Santo António e dar-me mais uma prova da sua bonomia e larga compreensão. Infelizmente não fui capaz de dispor de umas horas para ir à quinta perto de Setúbal e retribuir-lhe a sua grande amabilidade que muito me penhorou. Se o encontrar, é favor apresentar-lhe os meus agradecimentos e desculpas. Copiei o trecho da sua carta que relatava a conversa com o Emb. dos Estados Unidos e mandei essa cópia, feita por mim, ao ministro, pois pode ser que não tenha referido a conversa em ofício p.ª as Necessidades. Com muitos cumprimentos, Ol. Salazar». Carta sem data, mas obviamente deste período. Van Acker, referido mais de uma vez no decurso desta biografia, foi grande figura da política belga e durante anos presidente do Senado. Não encontrei a carta em que Leitão relata uma conversa com o embaixador americano em Bruxelas.

(1) Algumas passagens da carta de Banda: *«tive prazer em saber que, em princípio, a ideia que constituía o assunto da minha última carta é aceitável*

Sentiu Salazar a morte do arcebispo de Évora? Sim, a maior impressão, e é uma perda para a Hierarquia. «*E depois, num ano de eleições! Tudo nos corre mal!*»

---

pela sua parte», «gostaria também de informar Vossa Excelência que a situação na ilha de Likoma, onde temos 3000 refugiados de Vila Cabral como resultado de perturbações ali verificadas, e ocasionadas por incidentes entre certos elementos e as autoridades locais, está perfeitamente sob contrôle»; tudo isto se deve à «*amistosa cooperação entre os dois governos ao determinarem às suas autoridades locais que resolvessem a situação de forma prática e sensata*». Segue na íntegra a resposta de Salazar a Banda: «*Excelência — Aproveito a ida para África do Engenheiro Jardim para enviar a Vossa Excelência duas palavras de vivo agradecimento pela amável atenção da sua carta de 29 de Agosto e pela colecção de moedas que quis ter a bondade de oferecer-me. Com ele me ocupei longamente de problemas comuns ao Malawi e a Portugal, especialmente de pontos ainda pendentes de resolução e resposta nossa, entre os quais avultam os relativos aos caminhos-de-ferro. Estou informado de que os estudos em curso da linha a construir do Malawi a Moçambique (Nacala) seguem activamente, sem objecções da nossa parte à directriz que julgo ter tido a preferência da parte de Vossa Excelência (Nova Freixo-Liwonde-M'Pimbe). Ponho o caso sob dúvida só porque não tenho presente o resultado das conversações da Comissão Mista que reuniu em Lourenço Marques de 7 a 14 de Agosto. Acabados os estudos, espero nos possamos sem demora lançar na construção. É com a execução dessa fase que se prende a operação sugerida por Vossa Excelência e a que prometi responder o mais breve possível. Infelizmente não posso fazê-lo ainda hoje, por me faltarem elementos de informação que espero para breve, relativos à situação das duas empresas ferroviárias consideradas (TZR e CAR). Estamos perfeitamente conscientes da importância que teria a efectivação rápida da ligação do Malawi com o porto de Nacala, não só para os interesses desse país como também para os da Zâmbia que, uma vez ligada aos caminhos-de-ferro do Malawi, não teria de despender somas não rentáveis, a constituir um peso excessivo para a sua economia, com a sonhada ligação com o Tanganica. Em tais termos estou ansioso por ver definida a linha de possível cooperação com o Malawi na prossecução destes interesses. Estamos muito reconhecidos a Vossa Excelência pela prontidão, seriedade e realismo com que da parte do Malawi foi encarada a questão dos refugiados moçambicanos na ilha Likomo. A mesma linha de orientação poderá ser seguida quanto à zona de Milange como Vossa Excelência lembra: as autoridades portuguesas colaborarão com toda a boa vontade com as autoridades do Malawi na alimentação dessa gente, fugida ao terrorismo da Frelimo. Foi-me grato ler as palavras que Vossa Excelência escreve a propósito da acção do Eng. Jardim e do Senhor Pombeiro de Sousa. Também pude receber este na sua passagem por Lisboa, recentemente, e só podia ser-me agradável ouvir o que me disse a respeito dos contactos com o governo de Vossa Excelência*

11

E os norte-americanos? À parte o pequeno assunto do dia-a-dia, e o exame de preocupações comuns quanto ao futuro do continente africano e a grandes problemas que confrontam todo o Ocidente, de há muito que o governo de Washington não faz pressões directas no governo de Lisboa. E não são conhecidas também pressões indirectas junto de outros governos para que estes, por seu turno, tentem influir em Portugal no que toca à sua política de África. Decerto continua activo em Lisboa o embaixador Anderson, e não cessa a propaganda da embaixada dos Estados Unidos nos meios militares, económicos, alto funcionalismo, e entre elementos oposicionistas. Mas tudo parece haver entrado numa rotina: nada parece suscitar ao governo de Washington empenho de monta. Dentro dessa rotina, torna Anderson às suas sugestões, quanto ao ultramar português, ao

---

e dos problemas de interesse comum em que ambos, porém sem esquecer o seu país, revelam a maior fidelidade e dedicação a Vossa Excelência e ao Malawi. Segui com o maior interesse a visita oficial de Vossa Excelência a Madagáscar e congratulo-me com verificar que a orientação geral da Sua política é devidamente apreciada pelo presidente Tsiranana, como a única que pode resolver os problemas dos países africanos chegados à independência. Espero confiadamente que à volta de Vossa Excelência, do presidente do Madagáscar e de outros chefes que vêem pelo mesmo prisma os problemas de Africa se erga uma barreira contra a demagogia e os extremismos que ameaçam lançar no caos tantos países, com prejuízo para o seu desenvolvimento económico e estabilidade política. Não posso senão fazer votos para que triunfe a política traçada por Vossa Excelência e felicitá-lo pela coragem com que a tem defendido. Peço a Vossa Excelência aceite os protestos da minha mais alta consideração. a) Ol. Salazar». Carta de 24 de Setembro de 1965. TZR são as iniciais da designação inglesa da *Transzambezia Railways*. CAR são as iniciais da designação inglesa da *Central Africa Railways*. Pombeiro de Sousa era um português, homem de negócios e industrial, há muito residente no Malawi, e que exercia as funções de cônsul honorário de Portugal.

seu antigo «*plano*»: um período de transição, um lapso de dez anos até à independência, a cessação do terrorismo, a amnistia, o plebiscito, e demais ideias já apresentadas (1). Declara o embaixador que submete o seu «*plano*», desta vez, por instruções do Departamento de Estado; no Ministério dos Estrangeiros é dito ao enviado americano que tudo vai ser ponderado; e o assunto morre assim. Continua entretanto a guerra paquistano-indiana; e os americanos, mais do que os ingleses, parecem envolvidos no conflito, mas, por virtude da sua intervenção no Vietname, pendem antes para o lado de Nova Deli. Quase por absurdo, Lisboa está a ponto de ser arrastada para uma disputa que, além de remota, não põe em causa interesses nacionais: o governo de Karachi, à parte os seus pedidos de material de guerra, solicita agora o empenho de Oliveira Salazar em Madrid, junto de Franco, para que a Espanha ajude o Paquistão e não ceda a pressões dos Estados Unidos favoráveis à Índia. Salazar pesa os dados do problema: não vê o Paquistão com ânimo de se bater a fundo para impor a sua vontade à Índia; não vê à China forte o que basta para alinhar com Karachi contra Nova Deli; e julga que Washington, Moscovo e Londres *estão de acordo em suprimir o conflito*. Deste modo, o chefe do governo português recusa intervir: a luta não pode durar nem conduz a resultado útil a qualquer dos contendores. E efectivamente, nos últimos dias de Setembro de 1965, reúne-se com urgência o Conselho de Segurança em Nova Iorque, e por *unanimidade* decreta o cessar-fogo. Pouco após, Nova Deli e Karachi declaram aceitar a decisão do Conselho. Em Lisboa, o governo de Washington, conhecendo os sentimentos portugueses para com a Índia, não pratica qualquer diligência. E não é revivido o «*plano*» Anderson.

A este tempo, o Secretariado da ONU difunde em Nova Iorque, como documento de trabalho e sob pedido do *Comité de Descolonização* das Nações Unidas (2), um longo estudo sobre

---

(1) Não cabe aqui pormenorizar mais, mas para bom entendimento deste assunto o leitor interessado haverá de consultar vol. V, pág. 551 e segs.

(2) Geralmente conhecido, como assinalado no V vol., por *Comité dos Vinte e Quatro*.

as províncias ultramarinas portuguesas; e assegura ao texto uma expansão larga pelo mundo. Lisboa reage com vigor. Comenta o o Ministério dos Estrangeiros o estudo: «*multiplicam-se no documento os erros de facto; citam-se tendenciosamente textos oficiais portugueses; manipulam-se estatísticas, falseando o seu significado; forçam-se conclusões de factos que as não admitem; formulam-se insinuações para deixar entrever realidades ou condições que se não podem comprovar; e omite-se Goa entre os territórios portugueses. Pela primeira vez, em documentos da ONU, faz-se um comentário analítico de modificações na composição e estrutura do governo português, e o Secretariado tem o arrojo de qualificar e apreciar as razões por que abandonaram ou participaram no governo diferentes personalidades portuguesas*». Pergunta o Ministério dos Estrangeiros português se o Secretariado «*alguma vez teve ou terá a impertinência de analisar e comentar eventuais modificações que acaso se produzam, por exemplo, nos governos dos Estados Unidos ou da União Soviética*». Apresenta a delegação portuguesa em Nova Iorque o protesto de Lisboa, e entrega uma extensa réplica, para que solicita difusão idêntica à que o estudo tivera. De início, a rogo afro-asiático, nega-se o Secretariado da ONU ao pedido português; e evade, adia, confunde. Mas Lisboa insiste com firmeza, renova os protestos, e por seu lado denuncia a atitude insólita das Nações Unidas. Em fins de Setembro, a refutação portuguesa recebe enfim o tratamento que fora dado ao estudo do *Comité de Descolonização*.

Mas as atenções da opinião pública portuguesa, e as do mundo, convergem para Nova Iorque por outro motivo: em 4 de Outubro de 1965, Paulo VI, chegado nessa madrugada, discursa perante a Assembleia Geral das Nações Unidas. Que diz o papa? Afirma que traz à ONU uma saudação especial do Concílio, e que fala como homem e irmão independente, detentor de uma soberania minúscula; pretende estabelecer um colóquio com os homens através da ONU, que os povos olham no desejo de uma coexistência pacífica que garanta a sua personalidade internacional; na vida das nações devem prevalecer a razão, a justiça, o direito, a negociação e jamais a força, a violência, a guerra, o ludíbrio; e foi sábia a ONU em abrir as suas portas aos povos

jovens, e nisso está o génio da instituição. Continua o pontífice: na ordem temporal, as Nações Unidas representam o que na ordem espiritual representa a Igreja, no duplo sentido de que ambas são únicas e universais e fazem iguais os povos e os homens ainda que o não sejam; os perigos e os conflitos têm sido produto de uma política de predomínio e de prestígio, do colonialismo, do egoísmo, e por isso apela para que os homens nunca mais — mas nunca mais — lutem entre si; este é objectivo e forma a glória da ONU, que aponta à civilização moderna e à paz um caminho obrigatório; e assim o organismo constitui uma *«aula magna»* da paz e os delegados são os *«arquitectos que construíram a paz»*, num prenúncio de autoridade mundial. E o Santo Padre conclui: como linhas de acção futura têm de prevalecer o desarmamento e o desenvolvimento económico que, sem limitar a natalidade, permitiriam que *«todos fossem convivas no banquete da vida»:* e para tanto há que repensar o homem, com fé em Deus, ainda que seja o Deus desconhecido de que fala S. Paulo.

Pelo mundo, em muitos círculos há entusiasmo, arrebatamento: fora um *«grande dia»* para a ONU, o papa pronunciara um *«grande discurso»*. Outros não julgam que as palavras pontifícias frisem com as circunstâncias, nem lhe descobrem ideia-força que influencie ou modifique acontecimentos. Que pensa Salazar em Lisboa? Diz o chefe do governo: *«Não duvido de que nos próximos meses a ONU procure alimentar-se do prestígio trazido à instituição pelas teses defendidas no discurso e se apresente ao mundo aureolada de todos os ditirambos generosamente espargidos por toda a oração»*. É cáustico: *«a ONU e sua missão receberam a bênção papal»*. Mas não crê que, apesar de tudo, tais *«intentos e apelos tenham força bastante e possibilidade de converter-se em realidades operantes»*. Que riscos antevê, todavia? Afigura-se-lhe indispensável que os países mais responsáveis não permitam à ONU enveredar por caminhos que, não consolidando a paz, ainda *«criem conflitos e difundam guerras»;* e sobretudo impõe-se *«dissuadir a instituição da ideia de criar forças próprias e de intervir na solução de conflitos nacionais ou internos, como os movimentos subversivos, com a alegação de constituírem perigos para a paz»*. E a alusão do Santo Padre ao

colonialismo? (1) Comenta Oliveira Salazar: «*Embora o colonialismo possa revestir diversas formas e a palavra assuma os mais diversos significados, a inserção do termo na passagem em que se encontra permite a povos africanos a exploração de que a nós se dirige e traduz condenação da nossa política ultramarina. Bem vistas as coisas, é à obra colonial que se deve a paz em África no último século e à descolonização que se devem as guerras actuais e as que nos aguardam no tempo presente e nos próximos*». Depois, o chefe do governo é irónico: «*Certamente o Santo Padre não pretendeu apresentar tese histórica mais do que duvidosa, mas aproveitar circunstâncias para perfilhar teses agradáveis aos povos africanos na sequência da política que temos acompanhado e que infelizmente temos sentido afirmar-se contra os nossos interesses e até os interesses da Igreja*». E para Portugal que resultados antevê Salazar? «*Neste ponto, temos de lamentar que o discurso tenha vindo interpor-se como obstáculo, embora vencível, à lenta evolução que se estava verificando de compreensão mais realista dos acontecimentos dos últimos vinte anos, com as suas naturais e benéficas consequências*». Conclui o chefe do governo: «*Quanto ao mais, escusado será termos grandes receios e* Deus providebit».

Para além da excitação que por um momento varre as Nações Unidas, e mesmo Nova Iorque, permanecem os problemas, os interesses, os conflitos entre as potências: e neste particular não surte efeito a visita papal. Justamente, por virtude desta visita e para exporem os seus pontos de vista perante a Assembleia Geral, encontram-se na ONU os ministros dos Estrangeiros de quase todos os países. Está presente o de Portugal, que se dirige à Assembleia uma semana depois da partida do papa. Após uma análise das frustrações da ONU, renova a oferta de cooperação com os países africanos: «*se não podemos concordar de momento em alguns problemas políticos, nada deve obstar a uma estreita cooperação noutros domínios*». E conclui: «*Não podemos comprar paz com desprezo pela lei: essa política fracas-*

(1) Segundo António de Faria apurara em Roma, a palavra não figurava no texto elaborado no Vaticano, e terá sido introduzida para satisfazer pressões afro-asiáticas.

saria: e a humanidade poderia sofrer o infortúnio de ser arrastada a uma guerra mundial por uma organização destinada a defender a paz mundial. Constitui imperativo que a todos devia impor-se procurar evitar que as Nações Unidas se tornem uma organização traída» (1). Verdadeiramente, contudo, são outras as preocupações: o ministro português é assediado pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Inglaterra, Michael Stewart, que também assiste em Nova Iorque. É ainda a questão da Rodésia. Em substância, diz Stewart: o governo britânico pretende, e sublinha-o de forma enfática, que o governo português não tenha dúvida quanto à gravidade da situação, e à seriedade que lhe é atribuída por Londres: neste momento decorrem na capital inglesa conversações entre o primeiro-ministro Harold Wilson e o primeiro-ministro Ian Smith, e ainda se ignoram os resultados; se não produzirem solução aceitável, poderão levar a um acto de rebelião em Salisbúria; em peso, o continente africano opor-se-lhe-á; a ONU não deixará de se ocupar do assunto; e toda aquela vasta área será perturbada por caos e violência. Ora bem, diz Stewart, nada disto convém a Portugal. Especifica: sendo o governo rodesiano um franco partidário do *apartheid,* importa a Portugal, que se opunha à discriminação racial, não ser identificado com uma política contrária; e também importa a Portugal a estabilidade da África Central, que desapareceria com uma atitude insurrecta de Salisbúria. Que é respondido do lado português? Sim: Portugal está consciente da gravidade que o governo de Sua Majestade atribui à situação, e já o embaixador em Lisboa, Sir Archibald Ross, o afirmara em mais de uma oportunidade; também está a par dos sentimentos expressos por alguns países africanos; não conhece o governo de Lisboa o teor das conversações de Londres, nem tem de o conhecer; mas não se compreende o motivo por que Portugal é informado da gravidade da situação com tanta insistência e tanto drama; este facto parece sugerir que ao governo de Lisboa é assacada alguma culpa pelo embaraço em que o Reino Unido se debate; e se esse

(1) O leitor interessado poderá ver na íntegra este texto num volume do autor «*Debate singular*», págs. 191-205, Lisboa, 1970.

é o propósito, então o governo português diz muito claramente que repudia a menor parcela de responsabilidade. Sublinha o ministro português: Portugal já declarou que de momento não considera a Rodésia um país soberano e que entende pertencer ainda ao governo inglês a responsabilidade última pelas suas relações externas: e nada mais pode ser exigido a Lisbsoa. Lança Stewart: e o *caso* Reedman? É muito simples, e nítido: havia-lhe sido atribuído estatuto diplomático pessoal: mas não fora recebido e aceite como o é habitualmente um embaixador: e nem sequer é considerado como membro do corpo diplomático acreditado em Lisboa. Fosse como fosse, diz Stewart, o assunto está ultrapassado: perante uma possível independência unilaterial da Rodésia, o problema atingirá uma amplidão muito mais vasta: e é essencial que o governo de Lisboa não encoraje aquela política. Replica o ministro português: «*não temos encorajado qualquer política nem nos propomos fazê-lo; nunca o governo britânico consultara o governo português sobre a sua política naquela zona, nem sequer dera parte das suas intenções, nem tinha que o fazer; mas não era justo que agora, perante graves embaraços, tentasse partilhar com Portugal algumas responsabilidades*». E pergunta: prevê Stewart que, na hipótese de uma independência unilateral, a ONU decrete medidas militares? Será prudente e avisado não pôr de parte essa eventualidade. Comenta com ironia o ministro português: apenas o Conselho de Segurança poderia adoptar tais medidas: mas no Conselho acaso não dispõe o Reino Unido do *direito de veto?* Stewart não responde. Mas entrega uma nota sintetizando por escrito as considerações que formulara quanto à gravidade do problema e à atitude que espera de Portugal.

Nos meios das Nações Unidas, entre o Secretariado, nas delegações afro-asiáticas, na grande imprensa do mundo, a questão da Rodésia ocupa os espíritos. Espalham-se rumores dramáticos: se declarada por Salisbúria a independência unilateral, a União Soviética enviará tropas para África, e nesse caso a China procederá de igual modo; forças militares comunistas dominariam assim a África Central, como base de ataque à África Austral; e em tal hipótese, para protegerem os seus interesses e os países seus amigos, os Estados Unidos e a Inglaterra não podem per-

manecer indiferentes. Passada a primeira emoção, todos se apercebem da fantasia desses rumores: e compreende-se que na sua origem estão os serviços britânicos, com o objectivo de intimidar a Rodésia. E o ministro português avista-se com o secretário de Estado norte-americano Dean Rusk: este deixa-lhe a impressão de que nem sequer lhe ocorre a possibilidade de quaisquer medidas militares a serem tomadas pelos comunistas, pelos Ocidentais, pelos Africanos, ou pela ONU. E o ministro português responde à nota de Michael Stewart, reiterando os termos da sua conversa (1).

---

(1) Julgo ter interesse documental esta nota portuguesa, entregue em Nova Iorque ao ministro britânico. Na íntegra: «*Tenho a honra de acusar a recepção e de agradecer a nota de 6 de Outubro corrente, em que V. Exia. sublinha a profunda importância que o Governo de Sua Majestade e, na opinião deste, todo o continente africano atribuem ao problema do governo constitucional da Rodésia. Registo com particular atenção as considerações que V. Exia. faz acerca das consequências possíveis na hipótese de desfavorável resultado das negociações entre o Governo de Sua Majestade e o Governo rodesiano, designadamente no que toca às providências previstas pelo Reino Unido contra a Rodésia no caso de uma declaração de independência unilateral da parte desta e no que respeita a eventuais pedidos de medidas militares que, segundo o Governo de Sua Majestade, poderiam ser apresentados nas Nações Unidas e que poderiam conduzir a um agravamento de tensão naquela zona, com riscos para a estabilidade desta e para as economias da Zâmbia e da Rodésia. Posso confirmar a V. Exia. que o Governo português está consciente da importância e das implicações da situação e, pela sua parte, deseja repetir a declaração escrita já feita ao Governo de Sua Majestade e reiterar que considera a Rodésia como não sendo de momento um território soberano, pelo que a responsabilidade última das suas relações externas continua a pertencer à Inglaterra. Não julga o Governo português por isso que lhe seja lícito ou possível intervir num problema de exclusiva dependência do Governo de Sua Majestade. Partilha inteiramente do ponto de vista britânico, todavia, quanto à necessidade de manter a paz e essa estabilidade naquela área de África. O facto de o Governo de Sua Majestade chamar para este aspecto a atenção do Governo português e apelar para a sua total cooperação leva o Governo português a pensar que o Governo de Sua Majestade reconhece pelo seu lado o interesse directo que o assunto representa para Portugal, dada a situação dos seus territórios naquela área. O Governo português confirma na verdade este interesse e exprime a sua preocupação perante as observações feitas na nota de V. Exia., pelo que muito apreciaria ser tido ao corrente do pensamento do Governo de Sua Majestade quanto à evolução desta questão*». Datada de 13-X-965.

Em Lisboa, Oliveira Salazar acompanha a crise que se avizinha. Não esconde as suas preocupações, mesmo a sua ansiedade. Comenta: «*a Inglaterra parece decidida a levar a questão da independência unilateral às Nações Unidas. Considero gravíssima essa diligência pois, além das pressões económicas e políticas por que enveredarão, os afro-asiáticos e os comunistas anteverão a possibilidade de liquidar a situação dos brancos em toda a região com uma intervenção militar em que Portugal pode ver-se, senão certamente se verá envolvido*». Pensa o chefe do governo, todavia, que a opinião pública britânica não aceita uma intervenção militar na Rodésia, e mesmo as sanções económicas seriam aceites com alguma relutância. Tais sanções, aliás, não seriam mortais para a Rodésia e, verificada a sua ineficácia, seriam passageiras. Mas como vê Salazar o quadro geral neste momento? Se a Zâmbia, entende o chefe do governo, fosse influenciada pelo Governo britânico no sentido de não tomar contra a Rodésia, no plano económico ou da subversão, uma atitude hostil, decerto o Governo de Salisbúria não ameaçaria a Zâmbia com represálias, como corte da energia, do abastecimento de carvão, do caminho-de-ferro. Neste ponto, o governo português terá meio de exercer alguma acção pois que, estando em seu poder desviar para o caminho-de-ferro de Benguela o tráfego destinado à Zâmbia, ser-lhe-ia viável demonstrar em Salisbúria a inutilidade de medidas contra a Zâmbia, que seriam compensadas por medidas favoráveis do lado de Angola. Haverá um risco: constituir-se a Zâmbia, sob pressão comunista e afro-asiática, em base de terrorismo contra a Rodésia: mas esta teria então legitimidade para retaliar contra a Zâmbia. Também neste particular caberá a Portugal um papel decisivo: dominando por completo os transportes e as comunicações da África Central para as duas costas, Lisboa poderá ser árbitro, junto da Zâmbia e da Rodésia, da política de cada um para com a outra. No mais — simples actos de terrorismo, ou mesmo constituição no exílio de um governo rodesiano negro — tudo pode ser desagradável mas não leva a Rodésia a ajoelhar. «*Quer dizer*», entende o chefe do governo, «*sem prejudicar a evolução da Rodésia (que entretanto teria de sair da Comunidade) e sem destruir ou arriscar esta, a Inglaterra, com um pouco de boa vontade e energia não*

belicosa, mas serena e firme, poderia evitar a possível catástrofe». E se à ONU for feito um apelo? Este vai desdobrar-se numa série de aventuras, como a do Congo; mas enquanto esta deixava Portugal incólume, a intervenção na Rodésia será *«a meu ver»* conduzida de modo a criar a Portugal, com o pedido de trânsito de tropas por território moçambicano, uma situação mais delicada; e alguns mais extremistas hão-de exigir que essas tropas, perante a recusa portuguesa, forcem a sua passagem, pensando por tal forma resolver de *«uma vez o que consideram os últimos restos do colonialismo em África»*. Oliveira Salazar conclui: *«não prevejo o que em tais circunstâncias será a atitude da África do Sul. Pode bem limitar-se a preservar do lado de Moçambique o que nunca deixou de ser encarado como uma possibilidade. É duvidoso que a Inglaterra, se ainda tem esse sonho, possa salvar tudo o que na primeira hipótese salvaria com certeza»* (1). Por outras palavras: Oliveira Salazar encara todo o problema da Rodésia no plano alto da defesa do Ocidente, dos interesses europeus, e neste quadro amplo da África Central e Austral atribui a Portugal um papel de grande potência. Mais significativo ainda: pelo seu comportamento, os Estados Unidos e sobretudo a Grã-Bretanha reconhecem-no e não se dispõem a usar da força para o evitar.

Como reflexo da crise que se adivinha iminente, o bloco afro-asiático nas Nações Unidas apresenta na Assembleia Geral o projecto de uma resolução que reitera para a Rodésia o estatutuo de *território não-autónomo*, e portanto na exclusiva responsabilidade do Reino Unido. Condena-se deste modo, por antecipação, qualquer independência proclamada unilateralmente. Sabe-se entretanto que se haviam frustrado em Londres as conversa-

---

(1) Parecem talvez sibilinas estas duas frases. Pela primeira, quer Salazar dizer que a África do Sul, que sempre ambicionara o porto de Lourenço Marques, desde que anexasse este não cuidaria de mais nada. Pela segunda frase, Salazar quer aludir ao antigo sonho britânico de um caminho da Rodésia para o mar, através de Moçambique, até ao porto da Beira. No fundo, e bem vistas as coisas em termos modernos, o conflito luso-britânico a propósito da Rodésia era a continuação do embate que resultara do *mapa cor-de-rosa*, das campanhas portuguesas em Moçambique com António Enes, etc.

ções entre Wilson e Smith. Maior é a emoção posta no debate travado na Assembleia, e esta toma a atmosfera trágica dos grandes dias e dos grandes actos. Contra a Rodésia são virulentos a Índia, o Senegal, o Haiti, a Somália, a Venezuela, a Zâmbia; e alguns advogam medidas militares. Por parte da Libéria chovem contra Portugal as acusações: de conluio com a Rodésia e a África do Sul, de colonialismo opressor, de racismo. Mas nenhum outro delegado ataca Portugal. Estão silenciosos os representantes comunistas. Apoiam a resolução os Estados Unidos, pela voz do seu embaixador, Arthur Goldberg; e a Grã-Bretanha, como parte interessada, declara que não participa no voto, ainda que reivindique a responsabilidade legal pela Rodésia. Cento e nove países, quando posto à votação o texto, aprovam a resolução anti-rodesiana. Há somente dois votos contrários: o da África do Sul e o de Portugal. Causa sensação na ONU, e entre os governos responsáveis, a coragem do voto português. Mas os delegados africanos compreendem que o governo de Lisboa, que durante dez anos tem afirmado a incompetência da Assembleia em matéria de territórios não-autónomos, não poderia agora alterar o seu voto, sob pena de se negar e de ser incoerente (1). Dizem os delegados africanos aos seus colegas portugueses, em privado: *«se modificassem neste momento o vosso voto, não teríamos mais por vocês o respeito que temos»* (2).

Em Portugal, tanto na metrópole como no ultramar, a opinião pública acompanha os debates de Nova Iorque com curiosidade ansiosa. Embora sob outro ângulo, e a propósito de outros aspectos da luta, Augusto de Castro publica no *Diário de Notícias* (3) um artigo que Salazar considera de grande actualidade

---

(1) Portugal apresentava coerentemente a mesma argumentação desde 1956. Ver a este respeito vol. IV, págs. 439-442 e 478-484.

(2) O texto da resolução aprovada fora preparado pelo Departamento de Estado em Washington, em consulta telefónica com o primeiro-ministro Wilson em Londres.

(3) Salazar escreve no dia seguinte uma carta a Augusto de Castro: *«Começo por felicitar calorosamente V. Exia. pelo seu artigo de ontem no Diário de Notícias. Precisamente quando o lia, arrecadava eu, com o intuito de mandá-la a V. Exia., uma carta extraordinária de um tal Marcus Flavinius, centurião da Legião Augusta, carta dirigida a um primo em Roma. Quando da*

pela análise que faz da atmosfera em alguns círculos portugueses. No seu conjunto, na sua maioria esmagadora, mesmo entre oposicionistas, há um sentimento de orgulho, de galhardia, por ver que Portugal enfrenta sem tibieza uma grande potência. Entre o escol, e na alta-roda da política, surgem dúvidas, receios: não estará Portugal a correr demasiados riscos? não será melhor ceder, transigir, satisfazer quanto a Inglaterra solicitar? estar-se-á a embarcar numa grande aventura?

Em Conselho de Ministros, a 21 de Outubro de 1965, o governo aprecia a situação internacional, e em particular os últimos acontecimentos que tocam a Portugal de perto: discurso do papa na Assembleia Geral, a Rodésia, a sessão da ONU em curso. Oliveira Salazar tem na sua frente um exemplar da revista *Match* com uma larga fotografia de Paulo VI quando pronunciava a sua mensagem à Assembleia das Nações Unidas. E o chefe do governo circula a fotografia pelos ministros, que a passam de mão em mão, e diz: «*Isto é horroroso*».

12

Quando se debatem em Nova Iorque aqueles assuntos momentosos, decorre a campanha eleitoral portuguesa. Com os seus conselheiros habituais em política interna — Mário de Figueiredo, o veteraníssimo Albino dos Reis, Soares da Fonseca, Luís Supico Pinto — troca impressões Oliveira Salazar e faz um primeiro exame dos nomes a serem submetidos aos eleitores como candidatos a deputados pela União Nacional. Como de hábito, porém, não consegue desligar-se inteiramente dos problemas

---

guerra da Indochina, quando da guerra da Argélia, quando de outras muitas e agora com a de Angola, acontece surgirem, à retaguarda dos que se batem, calúnias, cabalas, traições. A carta é tão flagrante de actualidade que valeria a pena publicá-la. E para não fatigar V. Exia., não poderia o Ayala Monteiro, com ordem e orientação de V. Exia., escrever um artigo em que a carta figurasse como documento e afirmação principal? Veja o que se pode fazer dela. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar». 19-X-965

externos. Da República do Congo (Léopoldville), chegam notícias importantes: o presidente Kasawubu demite enfim o primeiro-ministro Tschombé; não parece clara a sua substituição, embora se mencione o nome de Kimba, que também esteve em Lisboa em 1961; e o coronel Joseph Mobutu toma uma posição cada vez mais influente nos negócios públicos. Mobutu é homem dos americanos, que detestam Tschombé; e a situação interna congolesa, no plano económico e social, é de alta gravidade. Que nova política terá o Congo (Léopoldville) para com Portugal? Por outro lado, o embaixador Anderson pede para ser recebido: quer submeter pessoalmente o seu *«plano»* ao chefe do governo. É cordial a conversa, Salazar mantém a sua cortesia habitual, e trata as sugestões do embaixador com toda a ponderação. Anderson diz para Washington: *«O primeiro-ministro Salazar garantiu que o Governo português tem dado, está a dar e continuará a dar uma séria consideração à proposta apresentada pelos Estados Unidos»*. Sem aviso a Lisboa, o governo inglês torna pública a nota portuguesa sobre a Rodésia entregue em Nova Iorque ao secretário de Estado, e o governo português, em nota oficiosa, acusa asperamente o gabinete britânico de haver violado a cortesia internacional; e o chanceler brasileiro Vasco da Cunha, pondo reservas noutros domínios, afirma em entrevista que Portugal e o Brasil têm a tarefa comum transcendente de garantir a segurança do Atlântico Sul. Encerrados estes desvios, e já em Lisboa, Salazar dedica-se à campanha eleitoral.

Entram em actividade febril os homens da *União Nacional,* coordenados por Castro Fernandes. Na rotina de sempre, surge um primeiro drama: que nomes seleccionar para deputados? Não há dúvidas, decerto, quanto aos já clássicos: Mário de Figueiredo, Soares da Fonseca, Veiga de Macedo, Albino dos Reis, Henrique Tenreiro, outros ainda, como Ester de Lemos, Amaral Neto ou Casal Ribeiro. Mas quanto a muitos repetem-se as dificuldades de sempre: alguns são *incompatíveis* com outros; terceiros não aceitam se este ou aquele for incluído, ou não for incluído. Depois de paciente trabalho, é organizada uma lista de cento e trinta candidatos, onde surgem muitos nomes novos, e de novos que sobem ao alto lanço da política pela primeira vez; e são advogados, que têm a maior representação, e administradores de

empresa, médicos, funcionários públicos, sem excluir alguns sacerdotes, escritores, jornalistas. E a oposição apresenta também, pelos círculos do Porto, Braga, Viseu, Leiria e Lisboa, um conjunto de quarenta candidatos, onde há advogados, que têm igualmente a mais numerosa representação, e médicos, engenheiros, ainda outras profissões. Aparecem também nomes já veteranos: Acácio de Gouveia, Salgado Zenha, Cal Brandão, Mário Soares, Hélder Ribeiro, Raul Rego, Vasco da Gama Fernandes, Adão e Silva, outros mais. E depois é o debate, a controvérsia, a acusação e a contra-acusação, num ritual já puído. Surgem os manifestos, em reuniões e conferências de imprensa, e depois as réplicas, as polémicas. Mas em tudo há mais ataque pessoal do que enunciação de princípios, mais crítica do que ideia, mais libelo acusatório do que proposta de soluções; e o debate, áspero mas rasteiro, é de pequena política sem atingir o nível e a perspectiva do Estado. À parte alguns nomes novos, reaparecem os oposicionistas clássicos — *«uma restrita falange de velhos, muito velhos democratas portugueses, maiores de setenta anos* (1) — sempre encabeçados por Cunha Leal, e a que se ajuntam, além daqueles nomes, os de Rodrigues dos Santos, Catanho de Meneses, Mayer Garção, e outros, de cidades da província, desde Faro ao Porto. São o grupo que constituirá a *Acção Democrato-Social,* cujo Directório tem à frente Cunha Leal, Azevedo Gomes, Dias Amado, Eduardo de Figueiredo. São agora a *Oposição Republicana,* ou *Oposição Democrática,* que patrocina as candidaturas oposicionistas, e abrange famílias ideológicas de mil matizes, desde o republicanismo histórico ao democratismo tradicional, desde o liberalismo convencional até à esquerda socialista e comunista.

Logo em abertura de campanha, publicam os oposicionistas o seu *manifesto.* É feito um historial desde 1945, é recordado o *Movimento de Unidade Democrática.* Tem sido percorrido *«um longo calvário político»* que inclui as campanhas de Norton de Matos, Quintão Meireles, Humberto Delgado, e as das eleições para deputados em 1953, 1957, 1961; e tudo se tem traduzido numa *«monótona alternância de promessas hipócritas»,* de fraudes eleitorais, violências, ilegalidades. Que apontam agora os oposicio-

(1) Frase da carta que enviaram pessoalmente a Oliveira Salazar.

nistas? Existência de censura à imprensa, nunca tendo sido publicada a lei prometida pelo próprio chefe do governo; negação das liberdades de reunião, de partidos, de expressão do pensamento; e opressão política. E no plano da acção governamental? São numerosas as alegações. Portugal deve pertencer ao Conselho da Europa; há que *reintegrar* Portugal na Europa, para seu prestígio no mundo. É imperioso, é urgente *reintegrar* Portugal numa ordem democrática. Há que seguir o caminho iluminado pelo Concílio Vaticano II e pela encíclica *Pacem in Terris*. Há que retomar o *Programa para a Democratização da República* (1). Para o ultramar, a solução tem de ser política, e sem demora, com base no princípio de autodeterminação, como o exige «*a consciência de homens livres*» que «*pretendem ser do seu tempo*» e julgam a descolonização um «*fenómeno irreversível*». São João Batista de Ajudá e Goa foram «*desastres trágicos*» rodeados pelo silêncio governamental. Está manietado o país real, e oprimido, e vive «*sem esperança e sem norte, alheio, indiferente, apático, prisioneiro das suas dificuldades quotidianas e da miséria do dia-a-dia*», dando a impressão de um «*país cadaveroso*». Há disparidade entre as classes, há os muito pobres e os muito ricos. E o manifesto invoca o *caso Delgado*, a situação dos detidos pela polícia de defesa do Estado; condena o que classifica de atentados contra a vida do espírito; cita o estudo do Secretariado da ONU; e insurge-se contra o tratamento dado à juventude académica. E fecha com as reclamações de sempre: liberdade de propaganda, acesso a jornais, levantamento da censura, fiscalização do acto eleitoral, outras semelhantes. Mas há também um ultimato mal oculto: ou o presidente da República e o governo asseguram as condições exigidas ou os candidatos oposicionistas renunciam a participar numa «*nova farsa eleitoral*».

Paralelamente, surgem grupos ou movimentos que não desejam enquadrar-se entre os *oposicionistas democráticos*. Congrega-se um *Grupo de Católicos*. Publica o seu próprio manifesto. Ainda que com diferente terminologia, segue muitas das posições dos anteriores. É afirmado que os católicos têm traído o seu ideá-

(1) Documento que já vem de longe, elaborado ainda por Jaime Cortezão. Ver, por ex., V vol., págs. 342 e segs.

rico. Há que regressar à pureza da doutrina dos últimos papas — Pio XII na *Fidei Domum*, João XXIII na *Pacem in Terris*, Paulo VI em numerosas oportunidades — que defendem o direito de livre disposição dos povos. Faz o *Grupo de Católicos* uma vibrante defesa das Nações Unidas, e invoca a recente visita papal. Foi *«particularmente grave»* a posição do governo perante a ida do pontífice a Bombaim. Goa foi consequência da falência de uma política. Há uma *«variedade de soluções»* que fogem ao esquema simplista de dois extremismos totais. E que é a unidade nacional? É a perspectiva oficial apenas, ou a que possa resultar de um *«debate livre, sério e amplo, entre todos os ultramarinos e metropolitanos, seja qual for o seu ponto de vista ou a sua posição económica e social»?* Assinam esta declaração personalidades muito diversas: desde Sophia de Mello Breyner Andresen e António Alçada Batista até Luís Lindley Cintra e Helena Cidade Moura, desde Lino Neto a Ruy Belo. Depois afirma-se o *Movimento Monárquico Independente.* Não podem os seus membros colaborar com a *república,* mesmo por abstenção; nenhum dos candidatos apresentados é monárquico *«cuja fidelidade ao rei possa merecer alguma espécie de confiança».* E o movimento monárquico independente formula algumas acusações: o governo é hermético na sua acção e esse hermetismo gerou o imobilismo ideológico; o governo ofendeu Paulo VI, ridicularizou João XXIII, minimizou Pio XII; e sem prejuízo do seu monarquismo, felicita a oposição republicana pela verdade e firmeza dos seus pontos de vista. Decerto o Ultramar é também um grande problema, como o atestam São João Batista de Ajudá, Goa, Guiné, os demais territórios. E tem havido que *«suportar o insuportável e sofrer o insofrível»* (1). Desta declaração Fernando Amado é o primeiro subscritor, e outros são Gonçalo Ribeiro Teles, Jorge Portugal da Silveira, João Camossa. E por último a *oposição de Braga* lança também o seu manifesto autónomo. Protesta levar a campanha até ao voto. É o povo que o impõe: e o *«governo sente apavorado a voragem do silêncio gélido que o cerca».* E os homens

(1) Esta expressão, havida na altura por original, constitui um plágio da frase final da mensagem, que o imperador do Japão, depois da derrota deste, dirigiu ao povo japonês.

de Braga deduzem as suas queixas contra a polícia política, e em matéria de ensino, salários, desporto, acção das autoridades administrativas; clamam contra atropelos de que são vítimas; e pedem o adiamento das eleições por trinta dias. E um segundo grupo de católicos refuta o primeiro grupo. Nomes de algumas famílias tradicionais — Tarouca, Santarém, Alvito, Fontalva — e outros como Fezas Vital, Bustorff Silva, Sanches de Baena, Pereira Coutinho, saem a terreiro em defesa do governo.

A tudo isto replicam os homens da *União Nacional*. Em particular, o Ministério do Interior refuta e esclarece as acusações relativas ao *caso Delgado* e à acção da polícia política. Sucedem-se comícios e declarações que por vezes também se não eximem a excessos de linguagem. Há protestos contra o documento eleitoral da oposição, muitos sectores da opinião pública reagem com vigor; e há manifestações, de que se não excluem as Forças Armadas, e que atingem grande amplitude, particularmente em Lisboa, Luanda, Lourenço Marques. Entretanto, a oposição formula, para os fins de Outubro, mais um ultimato autêntico ao presidente da República: dão ao chefe do Estado *três dias* para satisfazer as suas exigências: e se dentro do prazo não vier resposta favorável, serão retiradas as candidaturas oposicionistas. Não responde efectivamente o presidente. Declara a oposição, corrido o prazo, que se retira do pleito, salvo os de Braga, que afirmam não desistir. Comenta a *União Nacional* que se trata do *«testamento da oposição»*. Por seu turno, a *Causa Monárquica* reitera em comunicados a sua posição oficial: nos círculos em que apesar de tudo se apresentarem oposicionistas, há que votar contra estes e apoiar a *União Nacional;* se não se apresentam oposicionistas, poderão os monárquicos votar se os candidatos derem garantias de fidelidade a Deus, e à Pátria, e ao Rei. Nos últimos dias de Outubro, porém, e com a retirada dos oposicionistas, a campanha parece morrer, diluir-se em apatia. E em 28, Oliveira Salazar vai ao S. Luís assistir a um ensaio geral do teatro japonês de *kabuki* (1).

Em 5 de Novembro de 1965, como fecho do debate, Oli-

(1) Uma das formas tradicionais do teatro japonês que combina a dança, a música, a mímica, e o grande espectáculo de trajos e de cores.

veira Salazar dirige-se à Nação, para uns *«breves reparos»* à campanha eleitoral. Lamenta que esta se tenha desenvolvido *«quase inteiramente na ausência e no silêncio do núcleo oposicionista»*. E lamenta a desistência na ida às urnas. Porquê? Haver-se-ia logrado a *«vantagem de mais desenvolvidas ideias ou de críticas mais substanciais que as constantes dos manifestos publicados»;* e além disso, ter-se-ia podido *«confrontar o número de pessoas que as perfilhavam com o daquelas que, sem mais discussão e em virtude de certas posições tomadas de princípio, as puderam logo rejeitar»*. Salazar enumera as críticas formuladas pela *Oposição Democrática:* a censura à imprensa, situação dos detidos da Polícia Internacional, questões da ONU, e *«sobretudo as investigações acerca do assassínio do ex-general Delgado»*, que cabem às autoridades espanholas. E deste caso ocupa-se o chefe do governo com alguma largueza. Diz: *«o ex-general trabalhou comigo anos a fio e tão longo trabalho em comum deixa sempre um traço no nosso espírito, independentemente do calor humano que ressuma das relações pessoais»*. Não obstante as suas qualidades, *«certo é que a impetuosidade do carácter e o desconcerto das atitudes imprimiam à sua acção a marca do imprevisto e do inconsciente»*. Impressionado pela vida americana, com o veneno da suficiência e da espectaculosidade instilado num espírito já predisposto, pensou azado e fácil transpô-las para Portugal *«onde tradições de hierarquia, de comedimento, de dignidade do poder se lhes opunham frontalmente»*. Assim se fez candidato à Presidência da República, e na campanha revelou-se *«verdadeiro génio da agitação»;* e à volta de *«promessas loucas e ambições e ódios recalcados, chegou a causar receios»* mas não constituía verdadeiro perigo porque *«neste País de costumes e de vida calma»*, *«a aventura transplantada para a região dos altos órgãos do Estado desperta nos espíritos reservas e desconfianças invencíveis»*. Mas foi *«uma bandeira que sectores ideológicos estranhos à sua formação não desistiram de agitar ao serviço de movimentos subversivos»*. Inconsideradamente a isso se prestou, e *«por terras estranhas, exilado sem razão séria e por vontade mais alheia que própria, arrogou-se a autoria moral de actos antinacionais e denegriu o bom nome do País»*. Foi o polarizador da oposição revolucionária até que um dia, *«can-*

sado da inutilidade da sua acção, desiludido dos conluios tenebrosos, traído porventura pelos que se afirmavam seus correligionários, parece ter tomado uma decisão em termos definitivos — acordar com outros conspiradores numa revolução imediata ou entregar-se às autoridades portuguesas e dizer tudo». Sendo inviável qualquer movimento revolucionário, *«a nós nos convinha que falasse»* enquanto a outros *«havia de convir mais o silêncio que só a morte poderia com segurança guardar».* Se as autoridades espanholas conseguirem descobrir a verdade até às últimas minúcias, *«é bem possível virmos ainda a saber por outros o que seguramente nos confessaria a nós».* E Oliveira Salazar conclui neste particular: *«Eis porque, além de outras razões, vemos no caso o máximo interesse e nessa conformidade temos agido com lealdade e prontidão».* Depois, o chefe do governo responde às críticas relativas à política ultramarina. Querer-se-ia que fosse objectivo do debate o apuramento da adesão ou da inconformidade dos portugueses com essa política, e › de outros caminhos que pudessem melhor salvaguardar os nteresses nacionais. De momento esse pleito não é possível, *«mas é uso da democracia em nome da qual se apresentavam os candidatos nunca ter nada por assente ou líquido e recomeçar a cada passo as discussões».* Aconteceu que o simples enunciado da pretensão provocou por toda a parte uma explosão de protestos, em particular nas terras que *«estão sendo vítimas de ataques ferozes e objecto de ambições estranhas».* É intolerável pensar que a Nação se não apresente una e firme em torno de uma realidade secular bem definida, e pareça duvidosa do seu direito e do seu propósito; e quando pelo mundo já se aceita a peculiaridade da posição portuguesa, há portugueses que encaram para esta um tratamento em série, tão desastrado como o aplicado a outros. Tem efectivamente o regime saído do *28 de Maio* sido impermeável à histeria política que vai pelo mundo, e a isso chamam as oposições o *«nosso imobilismo».* Salazar comenta: *«o vocábulo quer dizer que politicamente se não marcha ao ritmo de muitos países estrangeiros; mas penso que com justiça se não pode aplicar, como depreciativamente se faz, à administração nem mesmo ao Governo em Portugal».* Decerto pelo mundo não cessam os golpes de Estado, as conspirações, as guerras, os conflitos,

os assassinatos políticos, as depurações partidárias; e depois de se mandar metralhar o povo confuso, nota-se que se errou, e volta-se ao princípio, tornando ao poder os expulsos. Muitos não escondem o seu entusiasmo: «*isto, sim, é vida política, activa, dinâmica, progressiva*». Salazar, todavia, quer ponderar «*singelamente que a desordem pode ser uma fatalidade mas nunca é um bem*». Aliás, já se conhecem em Portugal, de tempos idos, aquela efervescência política de governos a dias, chefes de Estado mortos ou destituídos, homens públicos assassinados, Câmaras amiúde dissolvidas, eleições a tiro, discussões a murro. «*E, apesar dessa agitação que tanto movimento dava à vida política portuguesa, ninguém hoje ousa dizer que deseja a sua repetição*». Porque tudo isso é inimigo do bem comum, e não permite aos melhores espíritos produzir todo o seu rendimento; e assim parece de manter o desejável equilíbrio que nas últimas décadas o regime tem dado a Portugal. E Salazar pede a todos os portugueses que votem «*com ou sem oposições, firmemente, virilmente, ordeiramente, como afirmação de portuguesismo e profissão de fé*».

Por toda a imprensa, naquele fim-de-semana, são comentadas as palavras de Salazar, com aplauso ou crítica segundo o matiz político. Mas é mais vincada a reacção favorável, em particular no que importa à política de África. Distingue-se o *Diário de Notícias*, que apresenta com grande destaque o discurso do chefe do governo. E no domingo seguinte, a 7 de Novembro, é o acto eleitoral. Salvo por algum incidente mínimo, em localidade perdida, decorre normalmente o sufrágio, não obstante as ameaças de activistas de extrema-esquerda. Salazar vai votar à sua secção, na freguesia da Lapa. Há afluência às urnas e as autoridades avaliam em mais de 70% o número de votantes. Abstiveram-se de participar as oposições. Mas o governo considera incontestável a sua vitória, e toma-a como apoio à sua política ultramarina.

Ao dia seguinte, em 8 de Novembro, Oliveira Salazar escreve a Augusto de Castro: «*Não posso deixar de enviar a V. Exia. uma palavra de reconhecimento pela forma como o* Diário de Notícias *quis apresentar as palavras que proferi na passada 6.ª feira. Elas não mereciam o relevo que o jornal lhes deu e fico devendo à extrema amabilidade de V. Exia.*».

13

Justamente quando se realizam as eleições gerais em Portugal, reúne-se enfim em Nova Iorque, por empenho dos afro-asiáticos e após sucessivos adiamentos provocados pela questão de Caxemira, o Conselho de Segurança das Nações Unidas. De novo os países africanos — sempre representados pelos ministros dos Estrangeiros da Libéria, Tunísia, Serra Leoa e Madagáscar (1) — se aprestam a atacar a política ultramarina do governo de Lisboa. Comparece por Portugal o seu ministro dos Estrangeiros. Sentem-se nesta altura possessos de cólera os Estados de África. Com efeito, havendo submetido ao plenário da Assembleia um projecto de resolução que intima o Reino Unido a usar a força das armas contra a Rodésia se esta declarar unilateralmente a independência, os afro-asiáticos viram esse projecto aprovado, decerto, mas com os *votos contrários* de vinte e sete países, destacando-se entre estes os Estados Unidos, o Canadá, os escandinavos, alguns latino-americanos. Portugal figurou entre os que se pronunciaram contra o projecto. De importância real é o voto norte-americano por significar que, se posto o problema ao Conselho de Segurança, os Estados Unidos oporiam aí o seu *veto* ao envio de um contingente militar para subjugar a Rodésia. E nesta atmosfera de emoção é aberto o debate sobre Portugal. Avança desde logo o ministro liberiano com o libelo de uso, e é seguido pelos da Tunísia, Madagáscar e Serra Leoa. São as acusações de rotina: repressão sanguinária, opressão dos povos, câmaras de tortura, milhões de perseguidos, massacres, genocídio: e, como resultado de tudo, o governo de Lisboa constitui uma ameaça à paz e à segurança internacionais. São sublinhadas algumas alegações: Portugal recusa-se a cooperar com as Nações Unidas, Portugal revelara absoluta intransigência nas conversas luso-africanas de Outubro de 1963 (2), Portugal tem uma *aliança ímpia*

(1) Todos os antecedentes desta problemática foram exaustivamente tratados no V vol. e não cabe repeti-los aqui.

(2) Problema largamente exposto no V volume.

com a Rodésia e a África do Sul: e está sendo auxiliado, militar e financeiramente, pela NATO, pelos Estados Unidos, pela Alemanha, pela França, por outros países ainda. E os países africanos exigem que Portugal obedeça às resoluções aprovadas em dez anos consecutivos, e que cessem os auxílios, e que lhes sejam aplicadas sanções económicas e financeiras. Há que pôr termo a uma *«política diabólica»*. Mas a tudo responde no mesmo tom o delegado português: repudia todas as alegações, salienta o paradoxo de os governos africanos acusarem com fundamento em dados falsos que depois, quando a oportunidade lhes é oferecida, se furtam a investigar; recorda uma longa lista de propostas, sugestões, convites, formulados por Lisboa, e que foram sistematicamente recusados; cita vasta documentação comprovativa da ajuda estrangeira ao terrorismo; invoca testemunhos favoráveis de nomes autorizados, de fama mundial, que visitaram Angola e Moçambique; exige que o Conselho aponte os verdadeiros agressores; e propõe que o Conselho designe uma subcomissão, que deverá incluir um membro português e outro africano, para investigar dentro e fora das fronteiras portuguesas as ameaças à paz. E depois, no dia 9 de Novembro de 1965, generaliza-se o debate. Não tolera a Jordânia que Portugal *escape* à lei geral; a Costa do Marfim lamenta que não haja na política portuguesa um *«novo ponto de partida»* e recorda, para que seja aplicada à África portuguesa, a apóstrofe de Catão contra Cartago; o delegado britânico, que é figura eminente no socialismo do seu país, declara-se satisfeito porque o seu governo não ajuda Portugal a prosseguir a sua política, nem fornece qualquer armamento para uso em África, pensando entretanto que seriam úteis novas conversas luso-africanas; a Malásia lembra que Portugal não cumpre o artigo 73 da Carta; e por último o delegado holandês afirma que o seu governo *«não aceita a constituição portuguesa»*, nem dá assistência militar a Portugal. Ao outro dia, 10 de Novembro, há uma réplica portuguesa: são repisados os argumentos, refutadas as alegações, e a Inglaterra e a Holanda são tratadas com sarcasmo: na realidade estes dois países em nada auxiliam Portugal porque, além do mais, Portugal não lhes solicitou o menor auxílio. Por seu turno, o delegado soviético, numa fala longa e exaustiva, acusa a NATO, e os Estados Unidos, e a Inglaterra, e outros, de apoiarem Por-

tugal, e pede sanções políticas e económicas contra o governo de Lisboa; e a Tunísia, a Malásia e a Costa do Marfim repetem os seus argumentos anteriores. Entra-se em novo dia de debate: está-se a 11 de Novembro. São agora os Estados Unidos que negam as acusações soviéticas e se, com sobriedade, reafirmam o seu apoio à autodeterminação e o seu repúdio pelo uso da violência, também advogam novas conversas luso-africanas, na base de resoluções anteriores e da aceitação daquele princípio, com todas as opções e escolhas que o mesmo comporta; é a China que intervém para vincar aspectos positivos da obra portuguesa em África; é o Uruguai que defende o princípio de a África para os Africanos, mas considera que interessa ao Conselho e ao mundo a palavra de Portugal na matéria, e por isso aceita a proposta portuguesa de se constituir uma subcomissão. Em novo contra-ataque português, são feitas réplicas a pontos de debate, e às insinuações soviéticas. E quando o delegado da Bolívia solicita a retirada de Portugal da África, a reunião do Conselho de Segurança é abalada por um sobressalto, e interrompida (1).

Na verdade, chega aos delegados da ONU, e ao mundo, a notícia de que a Rodésia, naquele dia 11 de Novembro de 1965, acaba de declarar unilateralmente a sua independência. E o Conselho de Segurança é confrontado com uma carta do delegado britânico em que este solicita uma sessão urgente daquele órgão para se ocupar do acto rodesiano. Pelos corredores das Nações Unidas, nalguns círculos do Secretariado, entre as delegações africanas, há o pânico, a raiva, o furor levado ao paroxismo, a deso-

---

(1) Os debates no Conselho de Segurança são longos, em sessões de manhã e à noite, em dias a fio, e muito complexos no plano processual. Há discursos que se arrastam por horas. A atmosfera é sempre pesada, de tensão e violência, por vezes tempestuosa, com choques de palavras em tom duríssimo, com galerias de público por vezes a manifestar-se hostilmente, embora seja proibido. A descrição acima feita é muito incompleta, reduzida ao mínimo, e não dá sequer uma ideia remota da realidade. Não julgo, todavia, que coubesse nesta biografia uma descrição exaustiva, que ocuparia dezenas de páginas. O leitor curioso que queira ler na íntegra as intervenções portuguesas, encontrá-las-á em *Boletim de Informação* do M. N. E., n.º 11, de Novembro-Dezembro 1965. Também curtos resumos numa obra do autor, *Debate Singular*, págs. 209-236, Lisboa, 1970.

rientação, o desvairo. Querem uns que a Grã-Bretanha envie com urgência uma expedição militar que restabeleça a autoridade de Londres; outros exigem a concentração rápida de uma força internacional para aquele fim; terceiros reclamam sanções contra a própria Inglaterra, havida por culpada máxima; e alguns meios africanos advogam que todo o continente negro parta em *guerra santa* contra a Rodésia, numa cruzada que a destrua, e que do mesmo golpe esmague os territórios portugueses e a África do Sul. Estão abafadas, sufocadas de momento as vozes do bom senso e do realismo. E o Conselho de Segurança, com a participação do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, Michael Stewart, entra em uma sessão precipitada, numa atmosfera de drama e de nervosismo. Numerosas delegações africanas pedem para ser ouvidas: desde a Argélia à Zâmbia, desde a Índia e o Paquistão ao Senegal e à Tanzânia, desde o Ghana à Nigéria. É todo o continente africano e todo o terceiro mundo que se empenham no problema. E repete-se no Conselho o ambiente dos grandes dias: há a tensão que precede a catástrofe, ou a adivinha. Stewart abre o duelo: descreve as negociações entre Wilson e Smith, verbera a atitude assumida em Salisbúria por um *«grupo de pessoas»*, declara inválida uma *«independência em nome de uma minoria branca»*, afirma o propósito do seu governo em restabelecer o *«império de lei»;* não acredita, porém, que quaisquer medidas militares possam resolver o problema; e o Reino Unido, além de não reconhecer o novo regime de Salisbúria, já decretou ou vai decretar medidas que implicam severas sanções económicas contra a Rodésia. Stewart apela para que todos os membros da ONU procedam de igual forma. Então abate-se sobre o secretário de Estado a violência dos delegados africanos. O Ghana acusa de premeditação o Reino Unido, pede o uso da força, e ameaça Londres de abandonar a Comunidade; o Senegal exige um bloqueio às *«costas»* da Rodésia (1); o Mali condena a Inglaterra e sugere que a *Organização de Unidade Africana* intervenha. Não deixa a Índia de atacar Portugal, a quem atribui

(1) Como se sabe, a Rodésia é país interior. Ou o delegado senegalês ignorava a geografia da África Central, ou de forma subtil pretendia mesmo o bloqueio de Moçambique, que funcionaria como as *costas* da Rodésia.

culpas especiais. Por seu lado, os Estados Unidos apoiam a Grã-Bretanha, e subscrevem as medidas tomadas por esta, e que vão também decretar. E então o delegado da Jordânia lança uma proposta inesperada: que seja condenada a declaração rodesiana e que nenhum membro da ONU reconheça o «*regime minoritário racista e ilegal*» da Rodésia; e que seja Portugal convidado a participar nesta reunião do Conselho para explicar o seu voto na IV Comissão e no Plenário (1). Dá-se um primeiro cisma entre os afro-asiáticos. Alguns, como a Malásia e a Costa do Marfim, apoiam a primeira parte da proposta da Jordânia; mas opõem-se ao convite. Por sua parte, os Estados Unidos e a Inglaterra aceitam a proposta jordana entendendo, no que toca ao convite a Portugal, que o mesmo não implica constrangimento, nem obrigação de anuência; e a França, perante uma assistência estupefacta, declara que se vai abster globalmente porque se trata de uma rebelião, que é assunto interno e portanto da competência exclusiva da Inglaterra. Deste modo, é de abstenção o voto francês sobre a proposta da Jordânia. No entanto, esta recebe a aprovação dos demais dez membros efectivos do Conselho de Segurança. Fica endossada assim a sugestão de um convite dirigido a Portugal, para que participe na reunião. Continua o debate, fechado este episódio, e agora é a Nigéria que ataca com vigor a Inglaterra; e é logo seguida pela União Soviética que vê na declaração rodesiana uma cabala diabólica entre a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, Portugal e a África do Sul, todos conluiados em favor de companhias internacionais. Nos acusadores da Inglaterra sobressai um ponto comum: todos exigem o embargo do petróleo e gasolina, que têm por pedra de toque da sinceridade britânica. E salvo pela Índia e pela União Soviética, nenhum outro país pronuncia contra Portugal uma palavra.

Na suspensão dos trabalhos, o secretário-geral da ONU, cumprindo o mandato do Conselho, dirige ao ministro português dos Estrangeiros, que ainda se mantém em Nova Iorque, o convite para que participe nos debates. Tem repercussões vastas a atitude

---

(1) A proposta da Jordânia inclui também a África do Sul, cujo voto fora idêntico ao de Portugal.

portuguesa, na África e mesmo no mundo, e a matéria é ponderada entre Nova Iorque e Lisboa. Se aceite o convite, o facto poderia moderar as críticas, pela presença dos delegados portugueses, com a ameaça de se retirarem logo que atacado Portugal; mas, por outro lado, o convite não tem precedentes, e é discriminatório, uma vez que a Zâmbia e o Malawi, contíguos à Rodésia, não foram convidados; e assim, salvo por ingenuidade, a conclusão que se impõe é a de que os afro-asiáticos procuram atrair Portugal ao Conselho para embaraçar o governo de Lisboa, e forçá-lo a compromissos que, se assumidos, tolheriam a liberdade de movimentos, e se rejeitados, logo seriam explorados contra a política portuguesa. Em particular, poderia ser solicitada a Portugal a passagem de tropas internacionais por território português, para subjugar a Rodésia; nos termos do artigo 43 da Carta, cumpria a Portugal deferir o pedido; e a presença de contingentes estrangeiros hostis a Moçambique revestir-se-ia de gravidade incalculável. No seu íntimo, os países africanos desejam que Portugal aceite o convite; e o ministro do Ghana não esconde mesmo quanto lamenta os ataques da Índia e da União Soviética, porque poderiam afastar Portugal. Em Lisboa, Oliveira Salazar atribui ao assunto importância nacional, e tanta que na audiência de 14 de Novembro aborda o assunto com o presidente da República. Como resultado de toda a ponderação, é resolvido recusar o convite; e ao secretário-geral da ONU é dito que aquele é agradecido, e declinado. E não escondem a sua frustração os delegados afro-asiáticos.

É retomado o debate sobre a Rodésia, e então, porque já é conhecida a recusa oficial de Lisboa, não é Portugal poupado às vergastadas de uso. No Conselho, sobrepõem-se a política portuguesa ultramarina e a declaração rodesiana. Mas de súbito tudo parece tornar-se irreal, e sem convicção. Correm informações de bastidores: a Inglaterra estava informada dos propósitos de Ian Smith; os Estados Unidos, Ghana e Nigéria haviam mesmo sido avisados; e a convocação do Conselho de Segurança tinha por objectivo travar aquele órgão da ONU, prevenindo uma acção irresponsável, e desviar da Grã-Bretanha algumas responsabilidades e, se possível, atribuí-las a Portugal e à África do Sul. Esfria o debate, e é mesmo suspenso por uns dias;

e esfria a emoção do início. Alguns países africanos apercebem-se de que o problema é de extrema complexidade e de que, no processo, muitos podem sofrer prejuízos intoleráveis; a Zâmbia, o Malawi e o próprio Congo (Léopoldville) compreendem que seriam as primeiras vítimas de quaisquer sanções impostas à Rodésia e a Portugal; e já arrefecidos os ímpetos afro-asiáticos, o Conselho aprova uma resolução, sob proposta do Uruguai e da Bolívia, em 22 de Novembro de 1965. É de compromisso o texto: se tentassem decretar uma cruzada de guerra, os afro-asiáticos enfrentariam o *veto* dos ocidentais; para obter o apoio destes, têm de aceitar uma resolução moderada, quase inócua. Que diz? Toma nota da situação criada na Rodésia; condena *«a usurpação do poder por uma minoria racista de colonos»*, e que não tem validade; insta com os países membros para que não reconheçam uma *«autoridade ilegal»*, nem tenham com a mesma qualquer relação diplomática ou outra; e pede-lhes ainda que não auxiliem o regime ilegal, e que se abstenham do fornecimento de armas e outro material de guerra, rompam os contactos económicos, e imponham um embargo sobre o petróleo e produtos petrolíferos destinados à Rodésia. Havia sido quebrada a arremetida do extremismo afro-asiático: o bom-senso prevalece: e a verificação da impotência também.

Ao outro dia, regressa o Conselho ao *«caso português»*. E aprova uma resolução (1). Nesse texto, são lembradas resoluções anteriores, que se reafirmam, e de novo se declara que a política portuguesa constitui uma séria perturbação da paz e da segurança internacionais, traduz uma violação do princípio de autodeterminação; e exige-se de Portugal, mais uma vez, a concessão de independência imediata aos seus territórios ultramarinos. No voto, abstém-se a França, a Holanda, a Inglaterra e os Estados Unidos. Teria bastado mais uma abstenção para que houvesse sido rejeitado o texto (2). Está contudo também des-

---

(1) É a resolução n.º S/RES/218 (1965).

(2) Apenas se considera aprovada a resolução que receber, dos 11 votos possíveis, *sete* votos positivos. A razão é esta: dos 11 membros do C. S., cinco são permanentes, e cada um dispõe do *veto*. Se estes cinco estiverem de acordo,

truído este novo ataque afro-asiático. E os votos da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos, como membros permanentes do Conselho, representam uma notificação renovada aos extremistas: *até aqui, e não mais:* se o tentarem, será interposto o *veto* das grandes potências ocidentais. É uma viragem de consequência. Como lhe cumpre, o secretário-geral U Thant pergunta ao governo português, por escrito, como se propõe este executar o que fora decidido pelo Conselho. Responde o ministro português dos Estrangeiros: reitera as reservas quanto ao texto: indica do mesmo passo estar pronto a examinar e a discutir outros aspectos abordados no Conselho, como ameaças à paz e à segurança internacionais. Quer dizer: Lisboa admite novas conversas luso-africanas, como as de 1963 (1).

Pelo mundo, suscita-se interesse pela atitude de Portugal no caso rodesiano, e nalguns países vizinhos da Rodésia provoca ansiedade. Em Londres, na Câmara dos Comuns, das bancadas trabalhistas é sugerido que na decisão de Ian Smith tem alguma responsabilidade o governo de Lisboa; mas o primeiro-ministro Wilson repudia a insinuação. Está gravemente preocupado o governo da Zâmbia, e toma a iniciativa de se dirigir a Lisboa para solicitar facilidades de transporte no Caminho-de-Ferro de Benguela; e o Dr. Banda, no Malawi, não esconde em carta a Salazar, agora recebida, que sente a importância do problema e adivinha todas as potencialidades futuras (2). Mobutu, em Léopol-

---

e votarem de igual forma, bastará que as *seis pequenas potências* votem contra os permanentes para que derrotem uma resolução. É um *veto* colectivo dado às pequenas potências contra as grandes.

(1) Ver vol. V, págs. 530-536.

(2) Segue texto completo da carta do presidente Banda para Salazar, datada de 8-11-65, e que responde à carta de Salazar de 24 de Setembro de 1965. Na íntegra: «*Excelência — Escrevo para acusar a recepção, com agradecimentos, da sua carta de 24 de Setembro que o Sr. Jardim me entregou. Tive grande prazer na carta de Vossa Excelência e notei os comentários feitos ao assunto da minha carta de 29 de Agosto. Compreendo perfeitamente que não estando completos os estudos, não lhe seja possível responder à questão levantada na minha carta. Regozijo-me no entanto por ver que Vossa Excelência está tão interessado no assunto como eu. Como Vossa Excelência com razão sublinha na sua carta, a rápida ligação do Malawi ao porto da Beira é de*

dville, triunfa num golpe de Estado; demite Kasawubu; assume o poder; e afirma desejar conversas confidenciais com Lisboa, designadamente por causa da Rodésia. Estão apreensivos os Estados Unidos. De novo surge Rosswell Gilpatric. Este escreve a Salazar uma longa carta. Desculpa-se das dificuldades ainda existentes nas relações luso-americanas. Comunica que vai ocupar-se da Rodésia e da nova situação. E diz: «*em relação a esta seria no interesse dos dois países*» — Portugal e Estados Unidos, entenda-se — «*que os programas e as políticas respectivas seguissem por linhas paralelas*». No *Observer*, de Londres, o ponto crucial é sublinhado: quem modificar a Rodésia modificará Moçambique, e quem modificar Moçambique tirará em toda aquela região de África grandes benefícios políticos. De repente, atenta-se em que são uma realidade poderosa as posições portuguesas numa área vital da África. Em Lisboa há uma consciência

---

extrema importância, não apenas para o Malawi mas também para a Zâmbia. O porto da Beira dentro de pouco ficará incapaz de escoar o tráfego destes três países, isto é, o Malawi, a Zâmbia e a Rodésia. Neste contexto, Vossa Excelência terá interesse em saber que recentemente o governo da Zâmbia nos solicitou autorização para, no caso de uma Declaração Unilateral de Independência da Rodésia, usar os nossos caminhos-de-ferro. Considero muito significativo este pedido do governo da Zâmbia. Em minha opinião, pode conduzir a outros desenvolvimentos muito importantes, economicamente, politicamente e mesmo diplomaticamente. O pedido é apenas um começo. É natural que se lhe sigam outros importantes desenvolvimentos. Tudo isto torna a ligação do Malawi com o porto de Nacala ainda mais importante e urgente agora do que dantes. Estou fazendo quanto é possível no que respeita aos que fogem para o Malawi das perturbações além-fronteira, na região de Milange e na ilha de Likoma. Apesar de algumas dificuldades recentes sentidas pelas autoridades de Moçambique com o transporte de abastecimentos, nós estamos enfrentando a situação. E as autoridades de Moçambique estão agora a enviar abastecimentos da Beira pelos caminhos-de-ferro do Malawi. Apesar de no conjunto termos mais de 5000 refugiados, a situação está inteiramente sob contrôle do nosso lado. Sim, foi bem sucedida a minha visita a Madagáscar. O presidente de Madagáscar é um homem bom, avisado e sensato. Ele e eu pensamos do mesmo modo quanto aos problemas de África e do Mundo. Tenho por ele grande apreço porque diz o que sente, não receia dizer a verdade, enquanto muitos outros têm medo. Tenho a honra de assegurar a Vossa Excelência a minha mais alta consideração. a) H. Kamuzu Banda». Tradução da minha responsabilidade.

nítida da complexidade da situação, e o governo português traça um quadro realista. Numa conferência de imprensa, a 25 de Novembro de 1965, o ministro português dos Estrangeiros salienta os aspectos fundamentais. Desejam-se sanções contra a Rodésia? Devem os que as preconizam extrair as necessárias conclusões, e estas podem ser surpreendentes. Se do lado de Moçambique e da África do Sul forem cortados os transportes ferroviários para a Rodésia, esta será afectada sem dúvida; mas a Zâmbia sê-lo-á muito mais, porque a via férrea para esta corre através daquela; e não parece razoável esperar que os rodesianos, vítimas do embargo, fiquem inertes e permitam que por seu território circulem abastecimentos destinados a. um inimigo. Deste modo, se for interrompida a ligação ferroviária a oriente, à Zâmbia somente ficará uma saída pelo Catanga, através de Angola, até ao Lobito. Mas então surgiria outro problema: para transportar por Angola, no Caminho-de-Ferro de Benguela, todas as importações e exportações da Zâmbia, haveria que sacrificar o tráfico de e para o Congo, parando as exportações do minério do Catanga: e isto seria a ruína da república congolesa. E existem outros pontos igualmente graves. Estão intimamente ligadas e são interdependentes as economias do Catanga (e portanto do Congo), da Zâmbia, do Malawi e da Rodésia, e todos têm de continuar a comerciar com esta última, sob pena de a si próprios infligirem prejuízos de grande monta. Há sugestões de pontes aéreas para transportar minérios e combustíveis; mas um sóbrio cálculo de preços logo revelará a ligeireza dos propósitos. Importa não esquecer, para mais, que há outros produtores mundiais de cobre, de tabaco, de açúcar, de combustíveis; e para esses seria sumamente vantajosa a subida de preços que resultaria da asfixia da produção daquela vasta área do continente africano, ou da paralisia do seu escoamento. Nada disto é resolvido por deliberações emotivas do Conselho de Segurança. Em alguns círculos internacionais, afirma-se que um embargo contra a Rodésia apenas será bem sucedido se Portugal colaborar, e assim, por um fracasso futuro, procura-se desde já lançar o odioso sobre o governo de Lisboa. Mas este recusa essa responsabilidade, que não lhe pertence; e os mesmos que pretendem culpar Portugal por aquele facto são os mesmos que jubilosamente o responsa-

bilizariam depois pelos embaraços da Zâmbia, do Catanga, do Malawi, se, por colaborar no embargo à Rodésia, Portugal implicitamente negasse àqueles, como teria de o fazer, as saídas para o mar. Ao invés: se Portugal mantiver livre o acesso da Rodésia ao mar, poderá condicionar esse acesso à concessão, pela Rodésia, da liberdade de trânsito para os demais. São neste caso as realidades geográficas que impõem a política. E o governo português declara mais: Portugal move-se no plano dos factos, e protege os interesses que são os seus, e de que ninguém se ocupará se os Portugueses o não fizerem. Para os que se encontram longe, é fácil advogar medidas drásticas, e violentas; mas os que vivem na área têm de reflectir porque são os primeiros a suportar o ónus das precipitações irresponsáveis. E o ministro português conclui: «*nós temos de agir com grande sentido de responsabilidade, e num espírito de colaboração com numerosos países contíguos, sem prejuízo do justo equilíbrio das necessidades colectivas*». Deste modo, para aquela área vital da África, Portugal assume o papel e tem a voz de uma grande potência, e assim é aceite no plano mundial; e a vontade e a decisão portuguesas são factores políticos de consequência, que pesam nas atitudes e na vida dos países interiores, e as condicionam.

Em 30 de Novembro de 1965, em S. Bento, reúnem-se em sessão conjunta as novas Câmaras, saídas das últimas eleições gerais: é a IX Legislatura, no quadro da Constituição de 1933. É Mário de Figueiredo reeleito presidente da Assembleia, e para primeiro vice-presidente a Câmara escolhe Soares da Fonseca; e Luís Supico Pinto é reeleito presidente da Câmara Corporativa. Preside à solenidade o chefe do Estado. Este lê a sua mensagem (1) aos deputados e procuradores: lamenta as divisões e o enfraquecimento da Europa; justifica o papel português no mundo e em África; salienta a viragem na visão com que as potências têm encarado o problema daquele continente; reitera a recusa em discutir a integridade da Nação, cuja defesa tem de continuar a ser preocupação máxima dos órgãos superiores do Estado,

(1) Texto composto por Salazar, segundo a praxe constitucional.

e «*não pode prever-se durante que lapso de tempo*» se tem de manter essa defesa; e assegura que, não obstante aquela preocupação, os esforços de fomento serão intensamente prosseguidos. De novo, há uma referência aos quarenta anos que em 1966 se cumprem sobre o movimento do *28 de Maio*. E o presidente Thomaz conclui com um apelo à unidade e à solidariedade dos Portugueses. Responde-lhe, em nome das Câmaras, o deputado Gonçalves Rapazote: este exprime o apoio de todos à política do governo e faz o elogio do homem português, de todas as latitudes e de todas as raças.

Pelo país, entre os homens da cultura celebram-se o V centenário do nascimento de Gil Vicente e o II centenário do nascimento de Bocage. Pelo estrangeiro, para além dos governos, há homens que compreendem o papel de Portugal em África. No *Rivarol*, escreve Saint-Paulien: «*a política ultramarina de Portugal deve ser continuada pelos seus sucessores; se o não for, Portugal desaparecerá numa agonia mais ou menos longa; e toda a tentativa de estruturação económica da África Negra se tornará absurda*». Salazar assiste em S. Carlos à reposição do *Auto da Alma:* e cumprimenta Amélia Rey-Colaço, felicita Maria Lalande, é saudado por Vitorino Nemésio, que preside às comemorações vicentinas. Silva Cunha parte em viagem a Moçambique. Quintanilha Dias segue em visita oficial para o Brasil.

14

Para além do *caso rodesiano,* vibra o mundo, neste final do ano de 1965, com outros acontecimentos. Em Roma, a 8 de Dezembro, é o encerramento do Concílio Vaticano II; Portugal está representado pelo seu ministro dos Estrangeiros; e por toda a Cristandade, e para além desta, avolumam-se as consequências das decisões conciliares, ou do que é apresentado como decisão conciliar. Chega ao termo do seu mandato o presidente francês De Gaulle, e recandidata-se à função, numa campanha turbulenta que o opõe ao candidato socialista François Mitterrand;

mas De Gaulle é reeleito com 55% dos votos. Mantêm-se tensas, e acaso agravadas, as relações americano-soviéticas; sobe de tom, por outro lado, a animosidade dos Estados Unidos contra a China; e muitos julgam que o mundo está em cada dia à beira de um cataclismo. Nas Nações Unidas, depois do levante pela Rodésia, extingue-se na futilidade a Assembleia Geral.

E Oliveira Salazar? Por este Dezembro que vai frio, sente-se constipado, mesmo com um toque de gripe. Fatigaram-no as cerimónias da abertura solene da IX Legislatura, os cumprimentos, o bulício de muita gente; mas viu com prazer e descontracção, no Secretariado de Informação, um documentário produzido pelo jornalista brasileiro David Nasser sobre Portugal. Mas Salazar sente-se preocupado no plano pessoal, íntimo. Não sabe como proceder quanto às suas terras de Santa Comba. E está com dificuldades financeiras. Em tempo escrevera ao Carneiro de Mesquita (1) para obter uma verba: «*estou numa posição de não poder dirigir-me a ninguém para este caso, porque não posso pedir nada a ninguém senão a si*». Mas Carneiro de Mesquita morrera, e agora não há alguém que lhe possa valer; e nem mesmo quer «*aceitar ofertas que me fazem*». Em Santa Comba, vendera ao João Regadas cerca de trinta falhões de eucalipto, quase três metros cúbicos de madeira, por meia dúzia de contos; e dispõe ainda de dois metros cúbicos e meio de cerejeira e cedro, que pensa vender por cerca de três contos. E mais nada. Não espera benefício da administração das terras pelas suas irmãs. Verdadeiramente, é a Marta que superintende em tudo; mas caminha para os seus oitenta e quatro anos; e o seu tino administrativo, sempre limitado, parece agora ser nenhum. Deverá desfazer-se das casas e das *quintas?* Apesar de tudo, ainda são o sustento da Marta e da Maria Leopoldina, com quem vive a Laura, há muito viúva; e depois há o caso de Maria de Jesus, a governanta, a quem de há muito tenciona deixar alguma coisa num testamento que não tem tido tempo para fazer. Além de tudo, sonha retirar-se, abandonar a política, ter ainda um período

(1) Sobre a confiança entre Salazar e Carneiro de Mesquita, todo o volume I a reflecte, em particular desde a pág. 80.

de vida válida em Santa Comba. Decerto: sete décadas correram sobre a sua infância: tudo mudou: e à parte o pedreiro Ilídio, quase não conhece alguém na vila ou na sua aldeia do Vimieiro. Mas estão ali as suas origens, as suas raízes; e àquela terra quer regressar. Recomenda particular cuidado com as pedras tumulares que mandou preparar para si e suas irmãs: que estejam sempre limpas, sempre polidas. Mas de há muito que quase se não desloca a Santa Comba, e muito menos permanece tempo que valha. Vê bairros novos, vê arruamentos novos: tudo é mistério, tudo é outra coisa. E está só. Mais do que só: solitário. E quer ser solitário. Quer ter a solidão do homem forte: não depende de ninguém, nem de alguma coisa: é livre de se determinar, de se destruir se o desejar, sem prejuízo para qualquer pessoa: e apenas se sente cingido por valores que o transcendem. Já o escreveu: não tem ninguém, e depois de si, tudo o que hoje o rodeia não conta, e nada tem significado ou valor. Repete aos seus colaboradores de confiança: «*Ah! se eu tivesse menos vinte anos!*» e acrescenta: «*então levava* isto *ao fim*». E sente receio da morte? Dá sempre a sua resposta predilecta: «*só morre quem quer*». Diz sarcástico: «*Morrer? Acaso posso eu permitir-me morrer com as coisas como estão e nos tempos que correm!?*» E previne: «*Vai ser muito difícil o ano que vem, não tanto por nós como pelo estado do mundo, mas havemos de sobreviver*».

Em 17 de Dezembro de 1965, Salazar recebe o embaixador de Inglaterra. Sir Archibald Ross fala da questão da Rodésia: quer a colaboração de Portugal para a política britânica, pretende saber exactamente qual a política portuguesa. Salazar afirma que considera o assunto como de responsabilidade do Reino Unido, e repete que Portugal não praticará algum acto, positivo ou negativo, que por si altere a situação existente. Em qualquer caso, impõe-se reforçar a política portuguesa na África Central e Austral, e apertar a colaboração com o Malawi; e para o efeito mais uma vez escreve ao presidente Banda (1). Dias depois, e com data

(1) Não é viável evidentemente publicar toda a correspondência com chefes africanos, nem toda oferece igual interesse. Mas esta carta para Banda, em plena crise rodesiana, tem valor documental por sintetizar a visão de Salazar sobre a situação na África Central naquela conjuntura. Na íntegra:

de 23 de Dezembro, Salazar recebe uma confirmação escrita do interesse que por terceiros o presidente Kaunda da Zâmbia já fizera chegar a Lisboa: em carta pessoal para o chefe do governo português, o chefe do Estado zambiano apela para uma coopera-

---

«Excelência — Encontrando-se neste momento em Lisboa, de passagem para a Beira, o Eng.º Jorge Jardim, não quero deixar de aproveitar a oportunidade de enviar, por seu intermédio, a Vossa Excelência os meus melhores agradecimentos pela sua carta de 8 de Novembro e pelas informações sobre negócios e interesses comuns que teve a bondade de enviar-me. Penso que os estudos sobre o problema principal estão prontos e em termos de poder-se agora tomar uma orientação. Não hoje, mas na próxima carta, espero dar a opinião do Governo sobre o assunto. Estamos perfeitamente conscientes do interesse da ligação directa do Malawi (e por intermédio desta também da Zâmbia) para o porto de Nacala. Apesar da ainda recente construção do caminho-de-ferro do Limpopo com o fim de servir as regiões do interior e aliviar o porto da Beira, com desvio de algum tráfego para Lourenço Marques, o desenvolvimento dos países interessados tem excedido nos últimos anos todas as previsões, e, ainda que tenhamos também multiplicado as facilidades de cais, em ambos os portos, a Beira está em risco de na verdade se tornar insuficiente. Sobretudo o Malawi e a parte norte da Zâmbia ficarão mais bem servidos com a ligação a Nacala. A minha esperança é que chegaremos a tempo, com os nossos estudos e realizações, de evitar dificuldades ao desenvolvimento dos países vizinhos. Antecipando-se a dificuldades que pudessem surgir da evolução dos acontecimentos na Rodésia, a Zâmbia também se nos tem dirigido para troca de impressões acerca das possibilidades que os caminhos-de-ferro e portos portugueses, tanto a leste como a oeste do continente, estariam em condições de dar ao tráfego das mercadorias procedentes ou enviadas para aquele país. A nós parece-nos que os sentimentos e a política da Rodésia não são de molde, mesmo neste momento, a pretender levantar dificuldades à economia e à vida social da Zâmbia; na pior hipótese tratar-se-ia de embaraços transitórios que em colaboração com Vossa Excelência estaríamos dispostos a remover. Seja como for, a atitude manifestada por nós foi, como habitualmente, a de servir e ajudar na medida do possível a Zâmbia a vencer possíveis dificuldades e a cooperar na expansão económica dos territórios. Estes são porém problemas passageiros — assim o esperamos — e o que a Vossa Excelência e ao Governo Português tem interessado e continuará a interessar é a resolução dos problemas permanentes, e esta temos de procurá-la na linha que a geografia nos aconselha e felizmente as boas relações de vizinhança tornam possível. Tenho seguido com atenção outros esforços no sentido de ligações mais para o norte, muito longas e custosas para serem exequíveis no actual estado de coisas em que é necessário não desperdiçar capitais, além de exigir alguns anos que por outras vias se podem economizar. Mas parece-me inútil insistir nos diferentes aspectos de questões que Vossa Excelência conhece

ção de Portugal que permita resolver os problemas de transportes aéreos e terrestres de e para a Zâmbia, e tanto no que se refere à costa oriental como à costa ocidental do continente africano. Salazar diz para os seus colaboradores: «*Vai ser grave, complexa e prolongada a crise da Rodésia*».

---

tão bem como nós e em cuja solução foi aliás o primeiro a mostrar o maior interesse. Pudemos finalmente levar até ao lago elementos de fiscalização que serão agora suficientes, segundo supomos, para evitar infiltrações incómodas tanto para nós como para o Malawi. Daqui se seguirá maior tranquilidade para as populações ribeirinhas que na região do Niassa se começaram a apresentar em grande número às autoridades. Esperamos que o mesmo aconteça quanto aos refugiados na ilha de Likoma e que estes deixem assim de ser uma preocupação para Vossa Excelência, por cujos cuidados neste particular lhe reiteramos os nossos agradecimentos. Também o Eng. Jardim me deu parte de dificuldades havidas quanto ao fornecimento de alimentos para esses refugiados, por parte de Moçambique, mas creio que deixou o assunto tratado de forma a evitar quaisquer dificuldades futuras. Ouso apresentar a Vossa Excelência sinceras felicitações pelas suas intervenções nas reuniões africanas. Têm-me estas parecido muito carecidas das palavras prudentes e de bom senso que um estadista como Vossa Excelência lhes pode levar. A África está a desgastar energias em agitações puramente políticas e em actividades revolucionárias, quando de tanta necessidade lhe é dedicar-se à organização da vida administrativa e ao trabalho nos territórios. Julgo que estamos a atingir o último ponto a que os extremistas têm conduzido o continente. Sente-se já o cansaço na comunidade das nações e nas conferências internacionais. Isto significa para mim que vai soar a hora dos moderados, dos homens ponderados e realistas que não estão dispostos a sacrificar a paixões desrazoáveis o bem-estar dos povos que lhes estão confiados. Pressinto que haverá ainda alguns apelos à violência de que será preciso os responsáveis defenderem-se com prudência, para disporem de possibilidades de acção quando se quebrarem as últimas ondas das agitações estéreis. Estamos em vésperas de Natal e quase no limiar de um Novo Ano. Permita-me por isso Vossa Excelência lhe apresente os melhores votos de boas-festas e a expressão do meu sincero desejo de que o ano de 1966 lhe traga e ao seu país as maiores prosperidades. Com os mais respeitosos cumprimentos e a mais subida consideração, Ol. Salazar». Carta de 22-XII-65. Quando Salazar se refere a ligações ferroviárias «*mais para o norte*» está a aludir ao projecto de construção de um caminho-de-ferro da Zâmbia pela Tanzânia até desembocar no porto de Dar-es-Salam. Viria a ser lançado muitos anos mais tarde, para fins puramente políticos, sendo uma realização que se provou ser economicamente ruinosa. O lago a que Salazar se refere é evidentemente o lago Niassa ou lago Malawi, sobre que a Tanzânia reivindicava sem fundamento uma parte da soberania, e a cuja pretensão Banda queria resistir militarmente, se necessário, e daí os meios pedidos a Portugal.

Na capela armada no primeiro andar, e antes de algum passeio de automóvel para visitar um monumento dos arrabaldes ou uma cidade donde possa voltar pelo cair da tarde, todos os domingos de manhã continua a ser celebrada missa. De há muito deixou o patriarca de a vir dizer, e envia o padre-secretário ou outro sacerdote da cúria cardinalícia. Foram feitas na capela as modificações requeridas pela nova liturgia conciliar, e a eucaristia dita em português segue o novo rito. Salazar procura acompanhar o serviço religioso, mas engana-se com frequência. E diz para o pessoal doméstico presente: «*Não há maneira de me habituar*».

CAPÍTULO II

O Bloqueio

1

Abre o ano de 1966 sob o signo dos quarenta anos do regime político. Presididas por Baltazar Rebelo de Sousa, são criadas duas comissões — organizadora e executiva — destinadas a assinalar a data, e celebrá-la. Como de uso, e na superfície das coisas, Oliveira Salazar não altera a sua rotina. No Conselho de Ministros de 4 de Janeiro, o chefe do governo comporta-se na sua normalidade: discute-se a situação internacional, apreciam-se as viagens de Quintanilha Dias ao Brasil e de Silva Cunha a África. Mas aos colaboradores mais chegados, Salazar confessa uma preocupação: está doente, e com alguma gravidade, a governanta, a Maria de Jesus. Sofre de arteriosclerose, coronárias afectadas, um braço atingido; e tudo isto perturba os hábitos domésticos de Salazar. «*Escangalha-me a vida*», diz o chefe do governo. Não obstante este contratempo, que pesa nos seus setenta e seis anos, mantém o chefe do governo o cumprimento das suas obrigações públicas. Acode aos problemas, ainda que menores, levantados pelos ministros: segue os trabalhos da ponte sobre o Tejo em Lisboa, ocupa-se dos vencimentos dos funcionários do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, estuda a organização do fundo de fomento desportivo lançado por Galvão Teles. Em 7 de Janeiro de 1966, chega a Lisboa para visita oficial o ministro

da Guerra do Brasil, Costa e Silva (1). Este mostra-se particularmente dedicado a Portugal: acompanhado pelo seu colega português, Luz Cunha, vai a Fátima, ao túmulo do *Soldado Desconhecido*, a outros locais de peregrinação sentimental. Salazar recebe para uma longa conversa o ministro brasileiro; e Costa e Silva diz depois que se sente estupefacto com o conhecimento minucioso que o chefe do governo tem da história do Brasil e da situação política actual. Uma semana mais tarde, Diosdado Macapagal, até há pouco presidente das Filipinas, encontra-se em Portugal a título oficioso, e é acolhido com as deferências que cabem a um antigo chefe de Estado. Salazar também recebe o político filipino para uma audiência larga; e os dois homens discutem problemas económicos e a política americana no Extremo Oriente. Através de tudo, nesta primeira quinzena de Janeiro de 1966, Lisboa ferve de boatos de política interna: por sérios motivos de saúde, Ulisses Cortez abandonará as Finanças, e será substituido por Mota Veiga (2); Silva Cunha passaria à Educação Nacional, porque Galvão Teles desejaria regresssar à vida privada; Correia de Oliveira sente dificuldade em dominar os problemas da Economia, e desejaria ser nomeado embaixador em Madrid; mas o lugar é também desejado por Gonçalves de Proença; e fala-se na criação de um superministério de Assuntos Económico-Sociais e num outro de Negócios Estrangeiros e Ultramarinos. Mas aos seus íntimos o chefe do governo confia que não se propõe fazer qualquer remodelação ministerial. Lamenta-se, todavia, dos ministros doentes: «*fica-se só com 50% de ministro, com 10% de ministro, porque as pessoas não têm a coragem de tomar certas decisões*» (3). Entretanto, a governanta parece melhorar, e Salazar leva-a por domingos de sol em passeios de automóvel pelo Ribatejo, e a vida da residência parece readquirir um tanto de normalidade. «*Tem sido um grande problema, médico e doméstico*», confia Salazar a Mathias.

---

(1) Artur da Costa e Silva, general, futuro marechal, futuro presidente da República do Brasil.

(2) De facto, Ulisses Cortez havia sofrido um grave ataque cardíaco.

(3) Além do das Finanças, caíra também doente o ministro da Defesa, Gomes de Araújo.

Para a política africana de Portugal, e mesmo para a sua política externa, todavia, são outras as preocupações nestes inícios de 1966: a crise rodesiana. Com data de 17 de Janeiro de 1966, Salazar responde a Kaunda, no novo quadro imposto pela situação da Rodésia: e o chefe do governo português exprime compreensão perante o apelo do presidente zambiano e assegura que a cooperação portuguesa será prestada dentro da política de boa vizinhança praticada por Lisboa. Mas em Nova Iorque, a Assembleia Geral da ONU continua a futilidade dos seus debates, e aprova quanto a Portugal os textos de rotina: em face da declaração sobre a autodeterminação das nações e povos coloniais, deplora a atitude negativa de Portugal (e da África do Sul) e reforça as instruções dadas ao *Comité dos 24* ou anticolonial; e, apreciando textos aprovados pela *Quarta Comissão* (1), a Assembleia exprime a sua «*profunda preocupação*» com a política portuguesa em África e suas medidas repressivas, e reafirma o bloqueio às comunicações e convívio com Portugal; e reitera a sua decisão de continuar com um programa de treino para os habitantes dos territórios portugueses. Em Lisboa, são já havidas por banais estas resoluções (2); e o Governo não se impressiona, nem a opinião pública tão-pouco. Mas a crise rodesiana apresenta muito mais tomo, e não deixa de se agravar. Pelo mundo, e nas Nações Unidas e na Organização da Unidade Africana, reacende-se um estado de espírito que clama por violência: impulsiona-o o bloco soviético e os extremistas afro-asiáticos. Mas os países da África Central têm de enfrentar a vida do dia-a-dia, e começam a avisar-se da posição portuguesa e do realismo de que Lisboa, para além de qualquer motivação política, havia dado prova sobeja ao definir os problemas a resolver. Confirma-o a Zâmbia, que logo vê afectados os seus abastecimentos; e em seu nome o governo britânico pede em Lisboa autorização para que cinco aviões *Britannia,* carregados de petróleo, façam dois voos diários da

(1) Como se sabe, e tem sido largamente exposto em volumes anteriores, a *Quarta Comissão* da Assembleia Geral da ONU é o órgão a que são atribuídos os assuntos tidos como *coloniais.*

(2) São as resoluções A/RES/2105 (XX), de 20 de Janeiro; A/RES/2107 (XX), de 25 de Janeiro, a A/RES 2108 (XX), de 21 de Janeiro. Todas de 1966.

Beira para Lusaka. Depois são os governos dos Estados Unidos e do Canadá que, levados pela ânsia de agradar ao extremismo africano, organizam também pontes aéreas, baseadas na Tanzânia, para o abastecimento da Zâmbia. Mas o governo de Lusaka vê que todas estas tentativas são precárias; e compreende a necessidade de um entendimento directo com o governo português. Na sequência das cartas entre Kaunda e Salazar, o contacto é estabelecido em Washington: o ministro dos Estrangeiros da Zâmbia, de passagem na capital americana, visita Vasco Garin, embaixador português, e submete a este um pedido rigorosamente igual: e acrescenta o seu propósito de enviar a Angola, Moçambique ou Lisboa, uma delegação para negociar todos os aspectos do problema. Concorda o governo português, e assim o comunica à embaixada zambiana em Washington; dá parte da sua decisão ao governo britânico, e se acentua que o interesse manifestado por este foi tido em conta na atitude tomada para com a Zâmbia, também indica que doravante se entenderá directamente com esta; e fica aguardando a vinda da missão zambiana. Do mesmo passo, o governo do Malawi exprime o seu interesse no caso, e por intermédio de Jorge Jardim é comunicado ao Dr. Banda que uma delegação do seu governo seria igualmente bem-vinda. Deste modo, Lisboa alarga o âmbito das conversas: não é somente o problema imediato de transporte de combustível que está em causa: é o enquadramento de toda a cooperação na África Austral e Central que se reforça e se organiza. Se bem sucedido, será um princípio de aceitação, por parte dos países vizinhos, da política portuguesa em África.

Mas aquele ambiente que pelo mundo clama violência contra a Rodésia — e contra Portugal, por alegada cumplicidade — impele a Inglaterra, e países que lhe estão ligados, a tomar medidas espectaculares. Decretado pela ONU o embargo de petróleo, o governo de Londres proíbe as companhias britânicas produtoras, distribuidoras ou transportadoras daquele combustível, de o fornecerem à Rodésia, por modo directo ou indirecto; e ao mesmo tempo reúne nas costas de Moçambique, em especial ao largo da Beira, poderosos meios navais e aéreos que, fora das águas territoriais portuguesas, fiscalizam a navegação mercante com destino àquele porto. É o bloqueio da Beira. Muitos países que

contam neste domínio — os Estados Unidos, a França, a Grécia, a Libéria, o Panamá, outros ainda — acompanham a Inglaterra nas ordens que dão aos seus navios e às suas companhias produtoras ou transportadoras de petróleo. Torna-se evidente a obsessão dos governos em ostentar uma atitude que não prejudique a sua imagem no *Terceiro Mundo* nem provoque da parte deste uma represália que possa prejudicar os negócios das suas companhias nacionais. Há assim, de súbito, uma contracção nos abastecimentos de combustível para a Rodésia. E sobre o governo português procura também o Reino Unido aplicar a sua pressão. Lisboa repete ao governo britânico que não participa do embargo, nem tão-pouco toma a iniciativa de o violar. E explica: Portugal não produz petróleo, e aquele que compra ou transporta para si não será desviado para a Rodésia: igualmente o combustível que aportar a Moçambique com destino à Zâmbia, ou ao Malawi, ou à África do Sul, seguirá esse destino, e não outro: mas qualquer combustível que, transportado por outrem, seja desembarcado em Moçambique em trânsito declarado para a Rodésia, não será embargado, e sairá livremente para esse país. Deste modo, o governo de Lisboa assume uma posição impecável: como país transitário, não interfere no tráfego com os países interiores, e assim obedece aliás a uma obrigação internacional: e se todos os demais países e suas companhias petroleiras acatarem as medidas decretadas pelo Conselho de Segurança, às costas de Moçambique não chegará uma gota de petróleo para a Rodésia: e o problema fica resolvido a contento do governo britânico e das Nações Unidas. Passa para terceiros o ónus do embargo e seu cumprimento; e é posta em prova a boa-fé do mundo. Mas nos fins daquele mês de Janeiro de 1966, provenientes de Salisbúria e de Moçambique, chegam a Lisboa informações inquietantes: a Rodésia não constituíra reservas e está praticamente sem combustível: os caminhos-de-ferro, a agricultura, as minas, podem paralisar: e nas aldeias a única fonte de iluminação é o petróleo, e porque o não há para mais de alguns dias, surge um risco de desassossego além do efeito deprimente na população. Em Lisboa, perante a crise, Salazar considera o assunto com os ministros da Defesa, Ultramar e Estrangeiros. Há que manter impecável a política definida: mas como, dentro desse

quadro, será viável auxiliar a Rodésia e evitar-lhe uma situação interna com reflexos desfavoráveis em Moçambique? Decerto: pode seguir petróleo para a Rodésia pelo oleoduto da Beira para Umtali, e que é pertença de uma companhia privada luso-britânica: mas nos termos da política de Lisboa, qualquer bombagem só poderia ser praticada quanto a produtos que viessem de fora e se apresentassem com aquele destino à boca do oleoduto (1). Junto da refinaria de Lourenço Marques e em torno dos depósitos de combustíveis na Beira fervilham agentes secretos britânicos que investigam, espiam, fotografam, na ânsia de provar que as autoridades portuguesas *desviam* para a Rodésia o combustível destinado a Moçambique ou a terceiros territórios. Mantém o governo português, todavia, a integridade da sua política. Duas decisões são tomadas, no entanto: não interferir em actividades e iniciativas privadas, desde que estas não distraiam para a Rodésia petróleo que não lhe era destinado; e enviar ao primeiro-ministro da Africa do Sul, Hendrik Verwoerd, uma mensagem perguntando qual é, na matéria, a atitude de Pretória. Desde logo se verifica que duas poderosas companhias internacionais — a *Total*, francesa, e a *Esso*, norte-americana — se dissociam do sistema de embargo e desejam colaborar no auxílio urgente a prestar à Rodésia, ainda que sem afrontar directamente a hostilidade mundial. Multiplica-se a iniciativa privada, com o apoio oficioso ou a passividade do governo, em soluções engenhosas; e a Rodésia recebe abastecimentos bastantes somente para ser evitada de momento a crise receada (2).

---

(1) Dos sete administradores da Companhia, quatro eram portugueses e três ingleses. Em reunião do Conselho de Administração, os administradores ingleses apresentaram a proposta de embargo total de qualquer combustível para a Rodésia. Os administradores portugueses votaram contra, e a proposta foi rejeitada por 4 votos contra 3. Os administradores portugueses fundamentaram o seu voto no facto de o contrato de concessão do oleoduto proibir que a Companhia, por decisão sua, interferisse com a liberdade de transporte do produto. Não assistiu à reunião o comissário do governo português junto da Companhia. O argumento dos administradores portugueses era perfeitamente correcto.

(2) Algumas dessas soluções: pela iniciativa privada, orientada por Jorge Jardim, foi rapidamente construido em Machipanga, em território português,

Para além da Rodésia, outros acontecimentos anuviam uma atmosfera que se reflecte na situação rodesiana. Na Havana, Fidel de Castro promove uma *Conferência de Solidariedade dos povos da América Latina, da África e da Ásia*, logo conhecida pela *Conferência Tricontinental*. De novo, em termos virulentos, são fustigados o colonialismo, o imperialismo, o neo-colonialismo, o revisionismo, o oportunismo. Portugal não é esquecido, e é vítima das habituais acusações. Mas aos Estados Unidos pertence o quinhão maior: sem embargo da sua política de captação das nações afro-asiáticas, o governo de Washington foi o alvo maior e quase único das ameaças, das reivindicações, e das acusações de culpa e responsabilidade pela crise mundial. Mas a *Conferência Tricontinental* é importante por outra razão: pela primeira vez a América Latina aparece desligada do Ocidente e do Mundo Livre para se identificar com o *Terceiro Mundo*. Tenta-se assim ampliar este, ou alargar o seu conceito: não abrangeria somente raças não brancas, nem povos dependentes em regime colonial, nem países não alinhados: pretende agora englobar tudo isto e ainda povos de raiz latina, de valores ocidentais, de tradição cristã. Depois, a reunião de Havana efectua-se sob um signo genérico: o de um socialismo que se não apresenta como sistema político e económico mas como arma de ataque ao Ocidente, entendendo-se por este o conjunto de países desenvolvidos. Proclama-se uma cruzada sem quartel contra o que se classifica de imperialismo norte-americano. Concertam-se neste quadro os chefes guerrilheiros que se congregam na conferência: não só os de África e Ásia como os de toda a América Latina.

---

junto à fronteira e à linha férrea, um grande posto de abastecimento comercial; as locomotivas rodesianas atravessavam a raia, enchiam os seus depósitos, regressavam à Rodésia e procediam ao transbordo para outros; e assim foram mantidos os serviços ferroviários essenciais. Também a *Esso* e a *Total*, não estando representadas por postos seus na Rodésia, aumentaram os seus fornecimentos à África do Sul sem que se pudesse alegar que estavam a abastecer indirectamente a Rodésia. A África do Sul podia depois reexportá-los para aquele país; e fazia-o pelo caminho-de-ferro de Lourenço Marques, que podia aceitar tais fornecimentos uma vez que o seu destino já declarado era a Rodésia.

E lançam-se novas fórmulas doutrinárias: *«a luta armada é a arma política por excelência»; «a violência politizada é um instrumento legítimo de acção política»;* e ainda outras. Paralelamente, em Lagos, capital da Nigéria, está reunida uma outra conferência, e tem por tema: como levar à Rodésia a estabilidade, a democracia, o governo da maioria. Também aí o extremismo se afirma: a Uganda e a Serra Leoa exigem a guerra. Tem-se por irrelevante que a situação, sendo pacífica, seja só política, e deva excluir por isso o uso de meios militares. Participa o primeiro-ministro britânico, Harold Wilson, que se opõe com energia ao uso da violência; e se nessa atitude é apoiado pelos moderados, não deixam os extremistas de o injuriar e de o acusar de conivente com Ian Smith. Mas não se dispensa a conferência de considerar indispensável impor na Rodésia um governo de maioria negra, e isso para que a situação não deslize para uma ameaça à paz e à segurança internacionais. E algumas horas após o encerramento da reunião de Lagos, é vibrado na Nigéria um golpe dramático: é torturado e assassinado o primeiro-ministro, são assassinados outros membros do governo central e de governos regionais: e o exército toma conta do poder, instituindo uma ditadura militar, salvo na região norte, onde se organiza uma guerrilha rebelde. Pelo mundo, conclui-se que às recomendações de Lagos falta pelo menos autoridade moral.

A este tempo, o presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, escreve mais uma vez a Oliveira Salazar: em termos moderados, reafirma a sua política anticolonialista e assegura a Portugal todo o apoio do seu país se o governo de Lisboa conceder a independência a Angola e a Moçambique: mas no imediato, e no plano técnico e das necessidades de vizinhança, é do interesse dos dois países colaborar em problemas comuns. Responde Oliveira Salazar sem demora: o apoio da Zâmbia é decerto apreciado, mas apenas interessa a Portugal enquanto este for também país africano: se deixar de o ser, como parece que o pretende a Zâmbia, o apoio desta não teria mais significado: e pelo que respeita à cooperação técnica desejada, e no terreno da boa vizinhança, Portugal está pronto a discutir todos os problemas que o governo zambiano deseje levantar nesse e noutros domínios. Apuram os agentes oficiais portugueses em Salisbúria, no Malawi e noutros postos,

que ingleses e americanos fazem junto de Kaunda e Banda toda a pressão no sentido de evitar um entendimento directo com o governo de Lisboa; e Foccard, secretário-geral do Elisеu e conselheiro do general De Gaulle para assuntos africanos, confidencia a Marcello Mathias, em Paris, que o governo francês está apreensivo com a crise da Rodésia, que pode lançar a África Central e Austral no caos, e por isso o seu caminho não se ajustará com o da ONU e do Reino Unido. Nesta altura, porém, é anunciado publicamente o envio de uma missão zambiana à Beira *«para tratar do transporte de petróleo para Lusaka»*. E efectivamente, em 26 de Janeiro de 1966, chega à Beira a missão zambiana. Aos dois dias mais tarde, no entanto, retira sem explicação ou contacto com entidades portuguesas. E adensa-se o mistério e a complexidade em torno do problema rodesiano. De Inglaterra, vem a notícia do embarque de unidades militares para a Zâmbia e para a Bechuanalândia; esquadrilhas da Força Aérea Britânica, com estação perto de Lusaka, são consideravelmente reforçadas; e agentes portugueses informam haver escutado conversas, entre oficiais britânicos na capital zambiana, em que se discutia um ataque aéreo à Beira, ou mesmo um golpe aeronaval, em operação de comandos, para tomada daquele porto. Neste momento, o primeiro-ministro Smith manda formular em Lisboa uma pergunta medonha: qual a atitude portuguesa no caso de aportar à Beira um navio-tanque carregado de petróleo destinado à Rodésia: será ou não descarregado para o oleoduto?

Nos últimos dias de Janeiro, envolto em segredo, apresenta-se em Lisboa o embaixador Burger, enviado pessoal do primeiro-ministro Verwoerd. Tem longas conversas nos Estrangeiros. Ao fim da tarde de 31, avista-se com o chefe do governo. Que diz Burger? Tem instruções para falar em Lisboa com absoluta franqueza: *«pôr as cartas na mesa e mostrar todo o baralho»*. É vital para a África do Sul a posição da Rodésia; é fundamental manter o actual estado de coisas em Salisbúria; e há que correr os riscos necessários. Está a África do Sul ajudando a Rodésia no plano comercial e económico; e a política definida pelo primeiro-ministro Verwoerd é a de manutenção com a Rodésia de relações comerciais normais. Esta normalidade deve entender-se como significando não a que existia na data de proclamação da inde-

pendência mas a que existiria naturalmente se a Rodésia não houvesse sido, até 11 de Novembro de 1965, uma dependência privada do Reino Unido. Pretória está cobrindo a libra rodesiana, e a prover Salisbúria de divisas estrangeiras. Pelo que respeita a petróleo, a África do Sul entende que se devem manter os circuitos tradicionais de abastecimento: este sempre se fizera pela Beira e através de Moçambique: deveria continuar por essa via. No entanto, Verwoerd autorizara a oferta de «*presentes*» de petróleo à Rodésia por entidadas privadas; e isso é uma ajuda, embora limitada. No plano político, está calma a situação: 95% da população branca e negra apoia Ian Smith. Mas a crise de combustíveis não está resolvida: em 2 de Fevereiro acaba o petróleo para alguns veículos agrícolas; em meados do mesmo mês finda o petróleo de iluminação usado pela generalidade do povo. No plano internacional, a moderação inglesa para com Portugal e a África do Sul é consequência, segundo o governo de Pretória, de Londres não querer forçar os dois países a um apoio aberto à Rodésia, ou de desejar atraí-los a uma cilada. Uma firme solidariedade de ambos nesta questão é importante, para desencorajar medidas drásticas que outros acaso pensem em tomar. Mas a África do Sul está preparada a ir longe no apoio à Rodésia: está mesmo pronta a um conflito com a Inglaterra e os Estados Unidos: não uma colisão armada: mas um choque frontal, um embate aberto com aqueles dois países. E a estas considerações de Burger opõe Salazar apenas uma ressalva: sobre a forma de abastecer de petróleo a Rodésia. Decerto está disposto a autorizar o fornecimento de petróleo para agricultura e iluminação, como já o fora para os caminhos-de-ferro; mas de futuro seria impossível o facto como rotina. De cinco milhões de toneladas de petróleo, consumo anual da África do Sul, será fácil retirar as quatrocentas mil toneladas necessárias à Rodésia, ao passo que é impossível fazê-lo das duzentas mil toneladas que formam o gasto normal de Moçambique. Se de súbito fossem brutalmente alargadas as importações de Moçambique, do facto tiraria o mundo óbvias conclusões: e se o território português fosse bloqueado, quem forneceria depois o petróleo a Moçambique? Não é concebível um embargo, nem são prováveis quaisquer sanções contra a África do Sul; mas são-no contra Moçambique; e deseja Pretória assumir então

o encargo do seu abastecimento? Ou quer que Moçambique haja de sucumbir e que os grupos terroristas se apresentem às portas do Transval? Burger concorda em que estas são embaraçosas questões. Lança uma nova ideia: a África do Sul fornece o petróleo, dos seus *stocks* ou do seu consumo; segue o combustível por via férrea para Lourenço Marques; e daí para a Rodésia, pela linha do Limpopo. Burger conclui por garantir que transmitirá a Verwoerd os argumentos e os receios portugueses.

Entretanto, as comissões encarregadas de comemorar os quarenta anos do regime criam e lançam pelo país a legenda a que vai obedecer o ano de 1966: «*celebrar o passado, construir o futuro*».

2

Nos primeiros dias de Fevereiro de 1966, chegam a Lisboa informações, encaminhadas por Jorge Jardim, de que a Zâmbia reconsidera a sua atitude, e se propõe enviar de novo uma delegação a Moçambique. Jardim actuara junto de Banda, este actuara junto de Kaunda. E em mais uma carta para Salazar, o presidentes zambiano, num tom cordato, confirma a notícia. Ian Smith, por outro lado, anuncia ao representante português em Salisbúria, João de Freitas Cruz, a próxima chegada à Beira de um navio-tanque carregado de combustível para a Rodésia. Será uma crise dentro da crise. Salazar reúne-se quase diariamente com os ministros da Defesa, do Ultramar e dos Estrangeiros: e a posição do chefe do governo é de firmeza, de risco, de confrontação se inevitável. Na opinião pública portuguesa, ainda que não conheça todos os pormenores, há o sentir da delicadeza do problema, da complexidade da posição de Lisboa, dos perigos corridos; mas suscita-se também um espírito de recusa às pressões de Londres, e do mundo, e de competição quase desportiva com ânimo de vitória. Por outro motivo, Salazar sofre uns momentos de mágoa: com noventa e cinco anos morre Albino de Sousa Cruz, o patriarca

da colónia portuguesa no Brasil, e que durante trinta anos a mantivera ao lado do governo de Lisboa. De súbito surge, todavia, uma interrogação que alvoroça as imaginações: celebrando-se em 1967 o cinquentenário das aparições em Fátima, deslocar-se-á o papa Paulo VI a Portugal e ao Santuário? Logo muitos desejam a visita, e têm-na por assente; outros, da oposição, consideram que a mesma seria aproveitada pelo governo, para seu prestígio, e entendem que o pontífice não deve empreender a viagem; mantém-se discreta a Hierarquia; e na imprensa reflectem-se rumores e notícia de procedência vária. No decurso de uma reunião pública com jornalistas, em 11 de Fevereiro, ao ministro dos Estrangeiros é formulada uma pergunta: pensa o governo português num convite ao Santo Padre para visitar Portugal? Responde o ministro que não constitui uso ou norma dirigir ao papa convites daquela natureza. E acrescenta: «*Tem de se considerar o Santo Padre como discricionário na escolha dos locais ou países que deseje visitar. É evidente que o cinquentenário das aparições de Fátima constitui acontecimento mundial, mas não estamos habilitados a prever a forma que o Santo Padre escolherá para se associar às celebrações*». Salazar, por seu turno, não esquece a viagem de Paulo VI a Bombaim, nem a atitude de então, e que foi havida como favorável à União Indiana; e não quer praticar o menor acto que a Santa Sé possa interpretar como desejo, por parte do governo de Lisboa, de uma vinda do papa a Portugal. Nas coisas do país, um assunto suscita em Salazar uma atenção especial: a inauguração da ponte sobre o Tejo, prevista para o Verão. E antes de mais, há um problema: que nome lhe dar? Corre desde já, na imprensa e outros meios, que se chamará Ponte Salazar. Mas o chefe do governo tem objecções; e em carta a Ulisses Cortez explica a sua vontade de que seja outro o nome, e pede ao ministro que o encontre. E depois preocupa-se com o programa da inauguração. Que há a este respeito? Diz Arantes e Oliveira: «*Até ao presente ouvi apenas que a Eurovisão estaria empenhada não sei em que data com o campeonato internacional de football, e como se pretendia interessá-la no acontecimento português, havia que não fazer coincidir as duas coisas. Por outro lado, parece que o Dr. Ad. Moreira tem intenção de fazer reunir o 2.º Congresso das Comu-*

nidades portuguesas, em L. Marques, e há necessidade de não entravar um acontecimento com o outro». Há que ter em mente estes pontos; mas o *«essencial em todo o caso é ter pronta a Ponte».* E o nome? *«Vi num estudo de moeda a emitir na ocasião que a Ponte tinha o meu nome, e isso não pode ser, como expliquei ao Senhor Ministro das Finanças. Se não há melhor, é chamar-lhe Ponte de Lisboa. Durante séculos será seguramente única. Ponte do Tejo, temos já várias».* Arantes e Oliveira responde que se sente *«muito embaraçado»* para cumprir esta indicação, pois todos consideram como assente o nome de *«Salazar».* Mas as realidades imediatas são mais prementes: em meados de Fevereiro chega a Lourenço Marques uma delegação zambiana, logo seguida de outra do Malawi. E em Moçambique são recebidas por uma delegação portuguesa (1).

Entre 15 e 17 daquele mês, estão reunidas em Lourenço Marques as três delegações. Salientam os delegados portugueses que as *pontes aéreas,* lançadas por britânicos, canadianos e americanos, podem ter dado um matiz dramático ao problema do combustível para o Malawi e para a Zâmbia, e podem acaso constituir símbolos políticos úteis; mas são gestos demagógicos e expedientes de ocasião que nada resolvem. Se se pretende uma solução permanente, de harmonia com as necessidades actuais e futuras dos dois países, e não apenas para combustíveis como para demais mercadorias, então outros caminhos têm de ser utilizados. Neste espírito, e sendo política da Zâmbia e do Malawi tornarem-se independentes de vias que cruzem a Rodésia, os representantes de Lisboa propõem o urgente estudo conjunto e o aumento imediato dos transportes ferroviários e rodoviários de Moçambique para o Malawi e deste para a *«grande estrada oriental»* da Zâmbia. É sugerido o estabelecimento de *comités tripartidos,* com o mandato de elaborar aquele estudo com urgência. Aprovada a proposta, logo as comissões iniciam os seus trabalhos. Em Lusaka, o governo zambiano publica um comunicado. Diz este: são abandonados os planos para reforço

(1) Esta é chefiada por João Hall Themido, director-geral dos Negócios Políticos do M. N. E., e composta por elementos deste e do Ultramar.

de pontes aéreas e prefere-se ampliar a capacidade das vias de superfície através do Malawi; nas conversações de Lourenço Marques ponderaram-se algumas dificuldades, na verdade, quanto a uma ponte aérea militar, e concordou-se em que seria mais prático e económico concentrar esforços numa rápida expansão da capacidade ferroviária e rodoviária; e a conferência tripartida realizou-se numa «*atmosfera de máxima cordialidade e cooperação*». É paralela a atitude de Lisboa, em nota oficiosa: dá conta do comunicado zambiano: exprime o agrado com a atmosfera da reunião: e «*reitera os seus propósitos da mais franca e completa cooperação com os Governos da Zâmbia e do Malawi, dentro da sua política tradicional de boa vizinhança com os países interiores para solução dos seus problemas pela forma mais segura, económica e prática*». Concluíra assim o governo de Lisboa uma iniciativa a que desde logo as potências interessadas — Inglaterra, França, Estados Unidos — compreenderam todo o alcance: Portugal tinha o poder de conduzir naquela área uma política independente; essa política era bastante forte para atrair países vizinhos; merecia crédito suficiente para ser havida como definitiva; e os países africanos reconheciam ser inevitável cooperar com Portugal e constituir com este, na África Austral, um bloco sem tons ideológicos nem alinhamento com as grandes potências e preocupado somente com interesses vitais dos povos, dentro do condicionalismo geográfico irredutível. Pelo mundo atento às coisas de África, e na opinião pública portuguesa, compreendeu-se que Portugal obtivera um sucesso significativo. Por si, a Inglaterra e os Estados Unidos, diz Salazar, nada desejariam «*com mais entusiasmo que poder conseguir das Nações Unidas o embargo do petróleo a Moçambique*», com o que teria de cessar a defesa militar portuguesa. Sintetiza o chefe do governo: «*Vivemos um mau momento de grandes riscos, e ao mesmo tempo a possibilidade de uma viragem*»; as negociações feitas em Lourenço Marques «*enraizaram em nós a convicção de que tudo em África, ao Sul do Zaire e do Rovuma, se pode salvar para o Ocidente e sua política e civilização se não se perder a Rodésia*»; «*mas os Estados Unidos e a Inglaterra parecem apostar em fazer vingar o caos em toda a parte, antes da nova divisão*», isto é, antes de uma nova partilha do continente. E o chefe da delegação zambiana, Mulaisho, sinte-

tiza numa frase para os portugueses o entendimento claro que adquiriu da situação: *«se não tivesse cobre, as grandes potências não queriam saber da Zâmbia»*.

De permeio, intercalam-se outros problemas. Em Lisboa, numa entrevista secreta, Salazar recebe em 18 de Fevereiro o abade Fulbert Youlou, antigo presidente da República do Congo-Brazzaville, deposto por um golpe de Estado marxista. Está na miséria, diz que vive de esmolas porque não roubou enquanto no poder, como fazem os chefes de Estado africanos; e não perdoa ao general De Gaulle haver-lhe proibido a residência em Paris. Youlou pede a Salazar ajuda militar para uma revolução no seu país; e diz que este se encontra inteiramente nas mãos dos chineses. Em missão secreta, e enviado pelo cardeal Tisserant, vem a Lisboa Monsenhor Roche, que se avista com Salazar, e confirma a este que a Santa Sé não se desinteressa do abade Youlou. Maior preocupação causa ao chefe do governo, no entanto, uma notícia dos agentes portugueses em África: a República da Guiné (Conacry) e a República do Senegal estariam em conluio para montar um ataque conjunto à Guiné portuguesa. Localmente, os comandos portugueses acreditam na notícia, e consideram que está em grave perigo o território da província. Lisboa resolve recorrer a fontes confidenciais francesas, sempre bem informadas do que se passa na antiga África francófona; e aquelas, depois de inquérito, tranquilizam o governo português. Não existe cumplicidade entre Senghor e Sekou Touré, nem se prepara ataque militar em qualquer dos dois países vizinhos; estes prestam efectivamente auxílio, dando-lhes facilidades de acolhimento e trânsito, aos terroristas antiportugueses do PAIGC, e algumas vezes concedem-lhes um apoio em armas ligeiras; mas os terroristas não dispõem de uma base propriamente dita, e o seu número parece não exceder quatrocentos. Num plano diverso depara-se uma controvérsia surda: fora mal interpretada por Roma a declaração feita em Lisboa sobre a possível viagem de Paulo VI a Fátima; e alguns prelados da Cúria haviam-na entendido como marcando desinteresse, senão hostilidade, do governo português a uma visita pontifícia a Portugal. António de Faria apura que o núncio em Lisboa prestara uma informação equívoca, e houvera as palavras ditas como menos amáveis para a pessoa do papa.

Faria intervém na Cúria, e explica a Monsenhor Dell'Accqua e a Monsenhor Samoré, da Secretaria de Estado do Vaticano, que a preocupação de Lisboa consistira justamente em deixar ao Santo Padre, que não podia ser tratado como qualquer outro chefe de Estado, liberdade discricionária para se associar como preferisse às celebrações de Fátima. Não deixa o embaixador português, por seu lado, de acentuar na Cúria a mágoa de Lisboa: a Santa Sé propusera-se atribuir ao presidente da República Portuguesa a *Ordem Piana* quando por norma concedia a chefes de Estado a *Ordem do Esporão de Ouro,* a mais alta do Vaticano: e naturalmente Lisboa declinara aquela. Dell'Acqua diz que se empenhara em favor de Portugal; mas nada conseguira. E não seria possível, consoante o núncio em Lisboa já sugerira, que o presidente Thomaz visitasse o papa? Seria difícil fazê-lo sem visitar o Quirinal, e o clima anticolonialista de Itália não aconselha essa visita. Concorda Dell'Acqua. Faria pede a Lisboa autorização para dizer na Cúria que uma visita do papa a Portugal «*constituiria grande honra e causaria sincero júbilo ao Governo e à Nação portuguesa*». Lisboa concorda com a orientação do embaixador, mas diz: «*parece suficiente sublinhar grande honra que o governo e a Nação portuguesa sentiriam*». Dell'Acqua e Samoré dão-se por satisfeitos.

De súbito, em Lisboa, turva-se sem motivo claro o ambiente político. Nos arraiais do regime torna-se aguda uma apreensão: quanto tempo *durará* Salazar? no seu desaparecimento, que vai suceder? Estes cuidados generalizam-se pela opinião pública. Não se alega enfermidade do chefe do governo, ou outra circunstância que justifique uma preocupação repentina: atenta-se simplesmente nos seus muitos anos: e pela ordem natural das coisas não pode estar distante do fim. Figuras de proa na situação compreendem que, nos hábitos políticos e no sistema, algumas coisas deverão mudar, até para que não mude o essencial. Mas sentem o impasse: nada é lícito fazer *contra* Salazar, por gratidão e porque são reais o seu prestígio, a sua autoridade moral, o seu carisma; nada é possível fazer *com ele* porque não lho permite a sua grande idade. Há que esperar, aguardar. E do mesmo impasse se apercebem os sectores oposicionistas: para quê precipitar as coisas, e tomar iniciativas que implicam responsabi-

lidades, se em pouco por imperativo natural o homem abandonará a cena política? Afigura-se preferível à oposição tradicional deixar correr os acontecimentos: depois se verá como intervir. Está particularmente receoso o chefe da Polícia de Defesa do Estado, e não esconde a sua convicção: *«apenas as Forças Armadas aguentarão isto»*. Entretanto, multiplicam-se os rumores, há uma sensação de mal-estar, e repisa-se sobretudo a ideia de uma crise ministerial. Em Paris, a Marcello Mathias chegam sussurros desta atmosfera. Escreve ao chefe do governo uma carta em que, depois de se ocupar de assuntos de política externa, pergunta a Salazar se está para haver uma recomposição ministerial. Responde o presidente do Conselho: *«Não há recomposição. O que há é indivíduos que querem ver se chegam a ministros»* (1).

3

É substituído o embaixador dos Estados Unidos em Portugal: Tapley Bennett vem render George Anderson. Este regressa ao seu país, e o seu *plano* para o ultramar português é arquivado, mesmo no departamento de Estado (2). Significará a mudança de

---

(1) Salazar tinha sempre o maior escrúpulo em respeitar as funções de cada ministro, e nunca actuava nas suas costas. Antes de expedir cartas para embaixadores, e se estas aludiam a assuntos oficiais do MNE, mandava-me o texto. Esta carta para Mathias, por exemplo, vinha acompanhada da seguinte nota: *«Era favor ler a carta que mando junto e que é urgente enviar ao embaixador em Paris. Se encontrar alguma coisa que mereça reparo, é favor dizer-mo para se corrigir. Se encontrar que não há senão vantagem em seguir, aí nos tratarão do assunto»*.

(2) Pouco antes da sua partida, dá-se um incidente com Anderson. Assinada por João das Regras — pseudónimo de Ângelo César — é publicada no *Diário da Manhã* uma local desagradável para Anderson no plano pessoal. Sente-se este ofendido. O MNE difunde uma nota dissociando-se da local, e verberando-a; e o director do jornal, Barradas de Oliveira, escreve um editorial de elogio a Anderson. É sanado o incidente.

embaixador uma alteração da política norte-americana para com Portugal? Não se sabe; mas em qualquer caso a política dos Estados Unidos, obcecados com a guerra do Vietname, caíra numa rotina indiferente no que toca à África; e quanto a Portugal apenas de longe em longe havia um traço de hostilidade, ou de frieza, ou de desacordo. Para mais, a política ocidental no continente africano, de que os Estados Unidos haviam sido os arautos, estava em escombros, e estes eram patentes. Há pouco fora o golpe de Estado na Nigéria, com a destruição das instituições democráticas e o assassinato dos chefes políticos. E agora, nestes fins de Fevereiro de 1966, há outra revolução, desta vez na República do Ghana: enquanto o presidente Kwame Nkrumah se encontra em Pequim, numa visita oficial, o seu regime é violentamente derrubado em Accra, os ministros são assassinados ou presos, e uma ditadura militar é instaurada. Nkrumah é um déspota, era sangrento o seu governo; mas criara para si o carisma dos apóstolos da liberdade, o seu nome identificara-se perante o mundo com a independência de África; e com a sua eliminação política é vibrado um golpe duro no *Pan-africanismo,* de que ditador do Ghana era paladino audacioso, e por isso acarinhado nas capitais do Ocidente (1). Causam regozijo na opinião pública portuguesa os acontecimentos do Ghana: desaparecera um dos mais brutais inimigos de Portugal: e está em plena crise a Organização da Unidade Africana. Mas outro ponto vem na altura concentrar as atenções dos portugueses: em Espanha, na cidade de Badajoz, o juiz-instrutor do processo relativo ao assassinato de Humberto Delgado e da jovem brasileira que o acompanhava acaba de emitir mandados de captura contra oito indivíduos *estrangeiros* que, segundo os indícios colhidos, teriam *«responsabilidades naquelas duas mortes»;* e daqueles oito indivíduos, quatro seriam ou teriam sido *«polícias portugueses»,* a acreditar

(1) Deu-se então uma farsa política internacional. Sekou Touré, presidente guineense, declara que *«oferece»* a Nkrumah o cargo de *«co-presidente»* da Guiné. Mas cai no ridículo o gesto, que os próprios Estados Unidos classificam de *«ópera cómica».*

em algumas agências de notícias. Reage em Lisboa o Ministério do Interior: afirma que nenhuma corporação policial portuguesa teve ou tem qualquer agente a que corresponda algum dos oito nomes indicados; também pelas autoridades portuguesas acaba de ser passado mandado de captura contra aqueles oito indivíduos; nenhum tem sido encontrado, ou mesmo identificado, e tudo faz supor que se trate de nomes forjados; e do lado português continuar-se-á a prestar às autoridades espanholas a devida cooperação. De todo o assunto se apodera de novo a imprensa internacional: são feitas conjecturas, construídas hipóteses: afinal, quem matara Humberto Delgado? Em Rabat, uma «*frente portuguesa de libertação nacional*», que se dizia chefiada pelo antigo general, parece divorciar-se dos achados do juiz espanhol; em Argel, a «*frente patriótica de libertação nacional*», de extrema-esquerda, afirma serem de acrescentar outros nomes aos indicados; e em Roma surge um dos indivíduos citados pelo juiz-instrutor, mas nega a menor participação nos crimes e, atribuindo tudo a intrigas, declara-se disposto a depor em Espanha, se lhe for concedido salvo-conduto. Nem um passo é dado em direcção da verdade: e permanecem a mesma interrogação e o mesmo mistério. E já se desvaneceram todos os ecos quando, em 1 de Março de 1966, chega a Lisboa Heinrich Krone, ministro de Estado e presidente do Conselho Nacional de Segurança da República Federal Alemã. Krone ocupa Salazar durante quase duas horas na residência da Rua da Imprensa; e depois do almoço que o chefe do governo lhe oferece em Seteais, os dois homens continuam a sua conversa. Krone pormenoriza a ameaça comunista que mantém a sua virulência contra a República Federal, lamenta a política francesa que pode destruir a NATO, exprime a sua preocupação pelo desarmamento do Ocidente. Salazar pensa que o ministro não lhe disse nada de novo: não teve «*muita utilidade*» o tempo despendido.

Para o governo de Lisboa são marginais estes sucessos: permanece grave a crise rodesiana. Em 2 de Março, o secretário de Estado britânico Michael Stewart chama Manuel Rocheta, que continua embaixador em Londres, e usa uma linguagem severa: a situação na Rodésia constitui um factor de desordem e instabilidade; os países africanos aprestam-se a uma guerra contra

aquela; o governo português deve proibir o trânsito de e para a Rodésia, em particular de combustíveis; estando-se perante uma ameaça à paz e à segurança do mundo, será difícil evitar que o assunto ganhe o Conselho de Segurança da ONU, com todas as consequências que o facto poderá ter para Portugal. Em Lisboa, Sir Archibald pratica uma diligência paralela. Em menos de quarenta e oito horas, Rocheta é instruído para procurar Stewart, e dar-lhe réplica. Diz o enviado português: a atitude portuguesa é conhecida do governo britânico, e não se altera; o governo português recusa-se, a pedido de terceiros ou para protecção dos interesses destes, a assumir a responsabilidade de interferir no livre acesso de países interiores ao mar; não se está consciente de que a situação dentro da Rodésia seja ou possa vir a constituir factor de desordem; não se afigura ter fundamento o receio britânico de uma guerra dos países africanos contra a Rodésia, pois não alcançam unanimidade entre si, nem possuem meios de a fazer, e o governo da Zâmbia, único país de onde poderia partir um ataque armado, acaba de declarar que o não consentiria; não julga o governo português que o assunto possa ser evado à ONU, e muito menos ao Conselho de Segurança, que para mais não pode agir contra a vontade do Reino Unido, que dispõe de *veto* naquele órgão; o governo português não está desviando para a Rodésia combustível destinado a outros países; e por último cumpre vincar que o governo britânico, se adoptou naquela área de África uma política que pensa ser conforme aos seus interesses, não parece cuidar que atinge gravemente legítimos interesses alheios, com prejuízos de vulto, e estes, no que importa a Moçambique, devem perfazer ao cabo de um ano uma soma superior a 340 mil contos. E ao tempo em que se trocam estas ásperas palavras entre Londres e Lisboa, os meios navais britânicos ao largo de Moçambique são poderosamente reforçados com os porta-aviões *Ark Royal* e *Eagle*, e o espaço aéreo português é violado por aparelhos ingleses. Salazar está tranquilo: recebe Michel de Saint-Pierre, de novo em Lisboa para conferências: e vista uma exposição de tapeçarias de Portalegre.

Na crise da Rodésia vem embrenhar-se outra crise. Num ponto se confirmam os receios expressos por Heinrich Krone: o presidente De Gaulle escreve ao presidente Johnson para o informar

de que a França se retira da estrutura militar da NATO embora se mantenha como membro da aliança política. E a carta francesa é circulada aos demais países que são parte do tratado. Estremece o mundo ocidental. Reagem os Americanos e os Ingleses, e a sensação é a de que a NATO vive um momento crucial. Numa reunião em Paris, na sede da organização, e em que não participa a França, os delegados britânicos submetem um projecto de declaração comum: em substância, esta pretende afirmar o carácter indissociável do tratado e da estrutura militar: e este conjunto não pode ser substituído por qualquer sistema de acordos bilaterais. É a atitude britânica particularmente antifrancesa; e agrada à República Federal da Alemanha que, por seu turno, tomara o gesto francês como antialemão, uma vez que implicava a retirada, do solo germânico, das tropas francesas ali estacionadas para defesa colectiva. Para Portugal abre-se uma situação difícil: com excelentes relações com Paris e com Bona, e estando ambas a apoiar a sua política em África, que posição deve Lisboa assumir? Na reunião, os delegados portugueses sublinham a *«necessidade de não ser criada uma situação que tornasse impossíveis quaisquer conversas e negociações destinadas a assegurar a cooperação da França que, pela posição deste país e pelo que o mesmo representa no Ocidente, todos consideram essencial à viabilidade efectiva da Aliança»;* acentuam, por outro lado, *«as preocupações fundadas da República Federal da Alemanha e de alguns outros países que, pela sua situação geográfica na fronteira do mundo ocidental, entendem ser indispensável uma orgânica que garanta a sua protecção e defesa, sem que aquela haja de ser necessariamente a actual»;* vincam a necessidade de evitar que terceiros julguem enfraquecida a Aliança; e repisam a opinião de que em 1969, quando o tratado pode ser revisto, deverá ser renovado o pensamento e o quadro político a que obedeceu. Por outras palavras, que diz Portugal? Que a França tem o direito de se desgarrar da estrutura militar, mas contrai a obrigação de celebrar com a Alemanha um pacto bilateral que assegure a colaboração das tropas francesas na defesa da República Federal. Chamados ao ministério dos Estrangeiros, François de Rose, embaixador francês, e Herbert Schafarzyk, embaixador alemão, aplaudem a ati-

tude portuguesa, que capitulam de «*hábil mediação*». Paris e Bona compreendem-na, e aceitam-na (1).

Oliveira Salazar comenta a crise. Julga que em 1969, ano em que expira e pode ser reformulado o Pacto do Atlântico, haverá grande estremecimento. E diz: «*Posso falar com isenção porque nessa data já não estarei vivo, e em qualquer caso já não serei com certeza presidente do Conselho*».

4

Desde 1961 que Oliveira Salazar não se dirige ao *The New York Times*, e agora, nesta primeira quinzena de Março de 1966, encontra-se em Lisboa o seu jornalista internacional Tad Szulc, que pretende uma entrevista com o chefe do governo. Szulc avista-se com Salazar, e submete-lhe as suas perguntas. Qual o teor global do que declara o presidente do Conselho? Traça um quadro dos quarenta anos do regime, da Revolução Nacional: «*Sofremos reflexos desfavoráveis da crise mundial dos anos 30; fomos profundamente afectados pela guerra civil de Espanha, certamente mais do que nenhum outro país; não obstante a neutralidade, que pudemos manter sem prejuízo dos compromissos da Nação, fomos também sacudidos pela guerra mundial de 1939-1945, que exigiu pesados encargos para a guarda dos dispersos territórios portugueses e impôs à nossa economia e ao nosso desenvolvimento as mais graves limitações; não ficámos isentos da crise geral europeia que se seguiu à guerra e houvemos de enfrentar quase sós, pois dispensámos no primeiro ano a ajuda do Plano Marshall e só fomos depois beneficiados com auxílios irrelevantes; e quando parecia justo que nos permitissem trabalhar em paz, vimos sofrendo desde 1956 com violência crescente os ataques internacionais e mais recentemente as agressões do Ultramar, de todos conhecidas*».

---

(1) Portugal tentou incorporar no comunicado de Paris as suas observações. Não concordaram os restantes *treze*. Reservou-se o direito de o fazer em Lisboa. E fê-lo por uma nota oficiosa.

Depois Salazar sintetiza a evolução da metrópole (1), e traça um quadro do progresso do ultramar (2). Depois, o repórter do *New York Times* aborda a actualidade, e apresenta toda a sorte de perguntas: em relação com a NATO? com as pressões sobre Angola, Moçambique, Guiné? qual a situação presente e futura? e a Rodésia? que relações tem com os Estados Unidos, França, Alemanha? e com os países comunistas, em particular Cuba? Responde o chefe do governo em síntese. Concebida em 1947, para uma ameaça contra uma área concreta, a NATO está ultrapassada, e por isso a maioria dos seus membros vê a aliança dar cobertura a uma política que passa ao lado dos seus interesses. Queixam-se os Estados Unidos de que são obrigados ao papel de *gendarmes* mundiais; pode ser-se compreensivo para essa queixa; mas assim acabaria por acontecer desde que os Estados Unidos têm abandonado e até hostilizado os seus aliados, que seriam os outros *gendarmes* indicados; e os Americanos não deveriam surpreender-se de que lhes seja inviável contribuir para a destruição das posições dos aliados do mundo e simultaneamente esperar destes apoio a essa política americana de defesa e

---

(1) Salazar dá a Szulc alguns números: «*Nesse espaço de tempo, as receitas públicas metropolitanas subiram de 1 400 000 contos em 1926 para 4 400 000 em 1946 e para 17 000 000 em 1966; o analfabetismo, que era de quase 70%, foi anulado quanto a toda a população em idade escolar; o nível de vida triplicou; o produto nacional bruto, a preços constantes, elevou-se de 65% nos últimos dez anos; a produção industrial subiu de 9 milhões de contos em 1938 para 44 milhões em 1965, e desenvolveu-se, para só citar os últimos anos de 1959 a 1964, à taxa média de 11,7%; a produção de electricidade passou de 187 milhões de Kw/hora em 1926 para 4800 milhões em 1966; expandiram-se as editorais de livros e revistas; cresceu a circulação de jornais; e a população metropolitana aumentou de seis para cerca de 10 milhões*».

(2) Também faz para Szulc um sumário: «*No Ultramar erradicaram-se as grandes doenças, como reconheceu, em relatório publicado após visita aos territórios, a Organização Mundial de Saúde; tem-se intensificado e ampliado a participação dos seus habitantes, todos cidadãos de pleno direito, na vida política e administrativa da Nação; fundaram-se duas Universidades; multiplicaram-se as escolas primárias; cresceu o número de liceus e de escolas técnicas; e a população conjunta de Angola e Moçambique aumentou de cerca de dois milhões e meio. A população total da Nação Portuguesa, com necessidades acrescidas, ultrapassa hoje os vinte e um milhões de habitantes*».

expansão dos interesses próprios e destruição dos alheios, mesmo amigos. Este quadro está aliás na origem das pressões em torno de Angola, Moçambique e Guiné, a que não foi estranha a política americana praticada desde 1961. E de facto trata-se de pressões exteriores, e não de levantamentos internos, como se pretende na ONU e noutros círculos. Não se vê por que se há-de considerar garantida a cooperação portuguesa com qualquer país apenas porque esse país é ocidental; e Portugal colabora com quem está disposto a colaborar com ele. Quanto à África Austral, a política portuguesa não pretende constituir um *bloco branco* mas procura uma colaboração leal entre vizinhos para o bem comum; o Congo, o Malawi, a Zâmbia começam a tirar vantagens dessa política; e a mesma cordialidade existe com a Rodésia e a África do Sul. Mantém Portugal relações diplomáticas e comerciais normais com Cuba, e não deve o facto causar estranheza em Washington, que advoga e pratica uma política de estreito intercâmbio comercial e até de auxílio aos países do bloco socialista. De resto, os negócios emancipam-se dos sentimentos: não é certo que quarenta e oito horas após a conquista de Goa pela Índia, o Departamento de Estado declarava que o auxílio americano à União Indiana e as relações entre os dois países não seriam afectados? Mas Szulc formula ainda outras perguntas: qual a evolução do sistema político português? qual o desenvolvimento económico de Portugal? e está florescente a cultura portuguesa? Decerto, responde Salazar, nada há imutável, e é natural que assim seja, e não deve constituir motivo de estranheza. Não vai o povo americano adaptando sempre a sua lei fundamental? Sem dúvida o povo português saberá fazer o mesmo, com serenidade, segundo as suas próprias exigências, e sem pressões nem influências externas. Sim: a economia portuguesa continuará a expandir-se, não em torrentes caudalosas de prosperidade, engrossadas por meios artificiais, mas com uma riqueza que emane do trabalho nacional. E em matéria de cultura muito tem sido feito. Trabalhos portugueses, num congresso de Genebra, foram premiados em terceiro lugar, logo após a União Soviética e os Estados Unidos; já houve um prémio Nobel da medicina atribuído a um português; e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil é um autêntico exportador de cultura portuguesa para cerca de 40 países. Mas não se fez

ainda bastante: *«a criação espiritual é sempre e por toda a parte mais lenta e difícil que a multiplicação das riquezas materiais»*.

Para conferenciarem sobre a situação política no Brasil, chegam a Lisboa Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda. E a imprensa portuguesa assinala a data de 16 de Março de 1966: cumprem-se cinco anos de luta contra o terrorismo em África.

5

Justamente: e em África? No primeiro trimestre daquele ano de 1966, pode dizer-se que continua estabilizada a situação. Em Angola, mantém-se a guerrilha decerto; mas a sua área, além de exígua quanto ao território, está delimitada com clareza. Há uma faixa afectada, ao Norte, ao longo da fronteira com a República do Zaire, até ao ponto em que inflecte para o sul; e outra zona a Leste, de Vila Luso para oriente, quase confinada ao extremo do saliente do Cazombo. Mesmo nessas zonas, as autoridades administrativas e as forças militares têm liberdade de itinerário, desde que assim o resolvam; as povoações e cidades fazem a sua vida normal e têm garantidas as comunicações; e em toda a restante vasta área da província há segurança, e a actividade prossegue com um ritmo que faz esquecer as zonas atingidas. Entre forças militares metropolitanas e outras recrutadas localmente (tropas negras, na sua quase totalidade), estão empenhados cerca de 60 000 homens em Angola. Está nitidamente cansada a guerrilha, dilacerada por conflitos internos, roída de facções, esmagada por um sentimento de impotência e de derrotismo. É semelhante a situação em Moçambique. Também aqui a área afectada se cinge a uma faixa ao Norte, na fronteira com o Tanganica, ao longo do Rovuma e até ao planalto dos Macondes; e a algumas manchas dispersas do distrito de Tete, de pouco significado. Mas a delimitação da guerrilha não é tão clara como em Angola: produzem-se por vezes infiltrações isoladas para o sul, há actos esporádicos de sabotagem e violência. Nem por isso, todavia, deixam as autoridades militares e civis de praticar os itinerários

necessários, quando o entendem; e nem está alterada a normalidade no resto do território. Está empenhado um efectivo de cerca de 25 000 homens. E tanto em Angola como em Moçambique, é feito o tráfego rodoviário sem inibições e circulam os comboios nos seus horários de uso, sendo raros os incidentes. E na Guiné? Aí é diversa a situação. Dada a exiguidade do território e a extensão das fronteiras terrestres a norte e a sul, as infiltrações terroristas oscilam constantemente; e se não se fixam numa zona precisa, podem por outro lado surgir em qualquer ponto. Militarmente, por conseguinte, é mais fluido o quadro que a província apresenta, e os efectivos em acção — de 19 000 homens — são proporcionalmente muito superiores aos de Angola e Moçambique, e demonstram a complexidade da defesa. Mas do ponto de vista da metrópole, tudo entrara, no plano militar, numa sequência de rotina. De parte dos departamentos militares — ministérios do Exército e da Marinha e Secretariado de Estado da Força Aérea — estão organizados os aspectos logísticos; e a *máquina* funciona no ritmo necessário à sustentação de um efectivo de mais de cem mil homens em operações, em territórios dispersos e separados por milhares de quilómetros, com uma das mais extensas fronteiras militares de todos os tempos. Transportes marítimos, rendição de unidades, envio de rações, fornecimento de uniformes e artigos pessoais, efectuam-se com habitualidade; o fabrico de material de guerra indispensável está assegurado; e para o que tem de ser importado estão organizadas as correntes de abastecimento sem obstáculo de monta. Com o tempo, porém, surgem na opinião pública as críticas: são excessivas as despesas, a guerra poderia ser feita de forma muito mais barata se fosse coordenado o aproveitamento dos recursos; nalgumas unidades os oficiais estão instalados com luxo exagerado; há oficiais que têm sido obrigados a várias comissões de serviço no decurso destes cinco anos de luta, com prejuízo da sua vida privada; há corrupção em alguns sectores das Forças Armadas, que vendem ao público artigos fornecidos para uso militar; há proteccionismo na mobilização de oficiais milicianos, ficando isentos alguns por dinheiro ou porque pertencem a famílias influentes; e os comunicados oficiais diários emitidos pelo Departamento da Defesa ou pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas não

reflectiriam com rigor as baixas havidas (1). Todos estes pontos, decerto, são aproveitados pelos círculos oposicionistas, e em muitos casos são deformados, e ampliados. No conjunto da vida nacional portuguesa, no entanto, não afectam na superfície o esforço de defesa.

Se no plano militar a situação se apresenta nítida, sem embargo de problemas e dificuldades, no plano da política externa a posição portuguesa atinge um grau supremo de complexidade. Com as Nações Unidas, sem dúvida, há de momento uma rotina harmoniosa. U Thant pergunta mais uma vez, e em notas sucessivas, que se propõe fazer Portugal quanto à resolução aprovada em fins de 1965. Lisboa repete sempre as suas reservas e a sua abertura a novas conversas com os países africanos, e de novo vinca essa atitude em nota de 21 de Março de 1966. Mas é no plano territorial e de relações bilaterais que a posição portuguesa frisa com a de uma grande potência. Portugal partilha de fronteiras políticas com treze países (2). Nada do que se passa nesses países lhe pode ser indiferente. Estabilidade do poder político em Pequim, manutenção do presidente Sukarno na Indonésia, infiltrações extremistas na Tanzânia, continuação dos presidentes Kaunda e Banda na Zâmbia e no Malawi, evolução dos Congos, problemas internos da África do Sul, regime monárquico na Suazilândia, estado de espírito de Léopold Senghor no Senegal ou de Sekou Touré na República da Guiné, sobrevivência da Rodésia, relações cautelosas com a Espanha — são os aspectos que constituem para o governo de Lisboa preocupações de todos os dias, de todas as horas. Há que seguir, quanto àqueles países, não só a sua política interna como a sua política externa, e saber que forças ou pressões sujeitam cada um, que papel representa no jogo dessas forças, que objectivos prossegue, que interesses permanentes são os seus. Além dos países que fazem fronteira, há todos os demais com que Portugal mantém contactos políticos.

---

(1) Não era procedente esta última crítica: todas as baixas eram rigorosamente assinaladas e publicadas.

(2) China, Indonésia, Tanzânia, Malawi, Congo (Léopoldville), Congo (Brazzaville), Zâmbia, Rodésia, República da Guiné, Senegal, África do Sul, Suazilândia e Espanha.

Antes de tudo, as grandes potências mundiais: à parte os gestos aparentes, que *política real* prosseguem os Estados Unidos e quais os seus propósitos a longo prazo? e a União Soviética? e as principais potências europeias? e aquelas que pertencem às coordenadas geopolíticas de Portugal, como o Vaticano e o Brasil? E os problemas são em avalanche: qual o extremo limite a que Portugal pode ir, sem que desencadeie brutalmente contra si a força militar e económica de uma grande potência? como usar uma força alheia em seu favor? que conluios ou coligações de forças se podem formar contra os interesses portugueses? como adaptar os seus objectivos e interesses às forças ou coligações de forças em que se possa apoiar? como evitar que se formem contra Portugal essas coligações? como salvaguardar os interesses portugueses entre coligações contrárias, e caminhar entre umas e outras, ou jogar umas contra as outras? que concessões há a fazer e que concessões há a solicitar em troca? Todas estas interrogações traduzem um enredo de factores, e este é acrescido quando visto no quadro de organismos multilaterais. Então importa a Portugal avaliar a política que cada país, entre os que contam no mundo, segue nesses organismos. Quem domina a Assembleia Geral da ONU? E o Conselho de Segurança? Que interesses levam uma grande potência, como os Estados Unidos ou a Inglaterra, a votar desta ou daquela maneira perante este ou aquele problema? quantos votos de outros países pode mobilizar uma orientação definida por uma potência mundial? Para apoiar Portugal, e desde que tenham de divergir de grandes potências, até onde podem ir potências médias ou menores cujos interesses estejam ligados ou dependam dos de potências maiores? e que meios têm estas de exercer pressão sobre as potências menores? que princípios doutrinários estão envolvidos em problemas alheios e que possam afectar os princípios que escudam a política portuguesa? E estes mesmos problemas, na escala própria, surgem em outras organizações, como o Conselho da NATO, ou nas agências especializadas da ONU, ou em conferências promovidas por esta para se ocuparem de assuntos determinados (1).

(1) Por exemplo, conferência sobre a Lei do Mar, ou sobre o Comércio e Desenvolvimento Mundial, etc.

Em correspondência com toda esta complexidade, ressalta para Portugal uma contrapartida: poucos problemas se discutem e se resolvem no oceano Atlântico, na África Central e Austral, e no Índico Sul sem a voz de Portugal: e a sua intervenção é efectiva, e decisiva algumas vezes. Portugal tem em armas o maior exército do continente africano ao sul do Sara, e o de maior experiência em luta de guerrilha. Ocupa posições geoestratégicas de primeira importância: pelas ilhas atlânticas está nas rotas norte-sul e leste-oeste do oceano Atlântico; as costas de Angola e Moçambique lançam no Atlântico e no Indico a sua sombra estratégica; e as duas províncias, na ilharga dos países interiores, dominam o acesso destes ao mar, e por este facto controlam as suas comunicações, os seus abastecimentos, a sua vida no essencial. Nos planos políticos dos governos, nos planos dos estados-maiores das grandes potências, nos planos de segurança dos países interiores, a posição portuguesa entra em linha de conta como factor de relevo. De Dacar para o sul e em torno de África até ao Rovuma, Portugal é uma força de consequência, combatida decerto, mas respeitada também, e a sua afirmação de que *está para ficar* ganha apoio junto dos países para que não há uma alternativa à cooperação portuguesa.

6

Ao tempo em que é publicada a entrevista de Salazar ao *New York Times,* chega a Lisboa, em visita oficial, o ministro dos Estrangeiros da Alemanha Federal, Gerhard Schroeder. Cumpre-se o ritual: longa entrevista com Salazar e grande almoço oferecido por este, no Palácio da Vila em Sintra; longas conversas e banquete nas Necessidades. Mas Schroeder, com o espírito germânico de minúcia e empreendimento, quer ver tudo, interessa-se por tudo. Percorre os bairros populares de Lisboa, desde a Mouraria à Alfama, museus, e o Laboratório de Engenharia Civil; mas visita também, com atenção concentrada, as oficinas gerais de Aeronáutica em Alverca, e as grandes bases

aéreas de Beja e Ota, e as de Monte Real e do Montijo, que estão integradas na estrutura militar da NATO. Do lado português, pelo ministro dos Estrangeiros, são feitas declarações públicas de substância: «*grande parte de África, pela leviandade de alguns e pela incontida ambição de outros, foi lançada na miséria, no caos social e na confusão ideológica*»; «*sob diferentes nomes e métodos, as forças em actividade são da mesma raiz em toda a parte*» pelo que «*perante as mesmas deveremos observar uma solidariedade em escala mundial*»; «*a divisão da Alemanha constitui uma das injúrias mais clamorosas feitas à Nação alemã*» e por isso a sua reunificação «*tem de continuar a constituir um objectivo por que o Ocidente deve lutar tenazmente, na sua preocupação de justiça e de paz*». Na sua resposta, Schroeder concentra-se no problema que constitui sua obsessão: passados mais de vinte anos sobre a II Guerra Mundial, continua dividida a Alemanha; «*as tensões na Europa só terão um fim quando o povo alemão estiver unificado*»; e «*nós lutamos hoje em dia pela reunificação de todo o nosso país e por um lugar seguro na comunidade dos povos livres do Ocidente*». Nas conversas privadas, o ministro alemão não oculta a sua compreensão pela política portuguesa e pelo valor da posição de Portugal em África; no seu apoio, contudo, é travado pelos seus sentimentos pró-americanos e pró-ingleses, de um lado, e impulsionado pelos seus sentimentos antifranceses, do outro; e além da reunificação do seu país, está obcecado com a NATO e os problemas da defesa do Ocidente europeu, embora reconheça que neste objectivo tem papel de monta a defesa de África. São reflectidos todos estes problemas no comunicado final.

Justamente durante a visita do ministro alemão agrava-se o problema da Rodésia. Intensifica-se o patrulhamento do canal e das águas de Moçambique pela esquadra e pela aviação britânicas. Afirma a França o seu poderio naval na área, junto a Madagáscar, e envia o seu porta-aviões *Foch;* e pede a Portugal facilidades de apoio e abastecimento nos portos de Moçambique. Deste modo, Paris lança um desafio a Londres quanto à política britânica na África Austral, e notifica o governo inglês de que não consentirá, sob pena de conflito aberto, qualquer interferência com a navegação mercante francesa na área, ainda

que os barcos franceses transportem combustível para a Rodésia. Londres parece perturbada com a atitude francesa; e como forma de reafirmar a sua política, aumenta a sua pressão sobre Portugal. É de novo reforçada a esquadra britânica: trata-se já de uma poderosa concentração acronaval. São respeitados os navios franceses; mas as unidades navais inglesas interferem com os de outras nacionalidades. Estes são mandados parar, sob a ameaça da artilharia da esquadra britânica; e a bordo sobem destacamentos de fuzileiros que inspeccionam documentação e carga. São sobretudo vítimas os navios portugueses, quando para além das águas territoriais; mas mesmo dentro destas, ou no espaço aéreo português, repetem-se as violações da soberania portuguesa. Portugal protesta; e a Inglaterra declara que aos seus comandos na área enviou instruções rigorosas para não invadir o espaço aéreo e as águas territoriais portuguesas. Mas em 25 de Março de 1966, perante novas violações e crescente actividade aeronaval britânica, Lisboa publica um comunicado, e diz: estão em causa os princípios tradicionais da liberdade dos mares, de que aliás a Inglaterra é defensora estrénua; as garantias dadas quanto ao respeito pela soberania portuguesa deixam por esclarecer *«o fundamento das interferências com a navegação em águas internacionais»;* e das novas violações do espaço aéreo e das águas territoriais portuguesas, impõe-se deduzir *«que as instruções anunciadas não haviam ainda sido recebidas ou foram desrespeitadas pelos comandos britânicos na zona»*. Mas se estes são factos de que o público se apercebe, outros mais sérios decorrem no segredo dos governos. Freitas Cruz, representante português em Salisbúria, é chamado pelo primeiro-ministro Ian Smith, e este informa-o de que o governo rodesiano, depois de tudo pesado, havia resolvido mandar seguir para o porto da Beira um ou mais petroleiros carregados de combustível destinado à Rodésia. Por outras palavras, Smith dá agora conteúdo prático à *pergunta medonha* que há tempo formulara em Lisboa, e a que até agora o governo português evadira uma resposta. Smith está consciente dos riscos: mas não vê outra solução: e acha melhor pôr já as *«cartas na mesa»* para se saber se é possível organizar ó abastecimento directo da Rodésia, dentro da legalidade e à luz do dia, ou não. É mantida secreta esta diligência de Smith; mas a possibilidade de

aportar à Beira um navio-tanque com petróleo para a Rodésia é agitada pelo mundo; a hipótese é apresentada como violação deliberada do embargo decretado pela ONU; e é tomada como prova de força entre as potências que subscrevem o embargo, em particular a Inglaterra, os Estados Unidos, a União Soviética e seus satélites, os Estados africanos extremistas, e as que se recusam a cumpri-lo, e estas são verdadeiramente apenas a África do Sul e Portugal, e em parte a França por rivalidade com a Inglaterra (1). Lisboa procura averiguar o ânimo nas capitais que contam: e o sentimento é o de que se aproxima um momento crucial na crise rodesiana. Mas como reage finalmente o governo de Lisboa à pergunta e à comunicação de Smith? Perante a falência incontestável das medidas até agora votadas contra a Rodésia, diz o governo português em Salisbúria, deverá pensar-se que o Reino Unido busque um pretexto ou uma vítima que possa tornar responsável, aos olhos do mundo, como culpado do fracasso. Escolherá decerto a vítima que lhe parecer mais frágil; e em Moçambique corresponde Portugal àquele perfil. Contra Portugal será fácil levar as Nações Unidas a decretar sanções injuntivas ou vinculatórias, nos termos do capítulo VII da Carta (2); e embora, para salvar as suas relações com Portugal, os Estados Unidos e a Inglaterra se abstivessem no voto que aprovasse aquelas, nem por isso deixariam de dizer depois que lhes cumpria acatar o que fora decidido pela ONU. Poderosos meios aeronavais que Londres mobilizou para as águas do canal de Moçambique não têm como objectivo prevenir a chegada à Beira de um petroleiro com combustível para a Rodésia, mas somente o de *documentar* e *comprovar* a passagem do navio para então desencadear uma acção internacional. Acabam os Estados Unidos,

(1) É delicada a posição francesa: quer contrariar os Estados Unidos e a Inglaterra, e os desígnios de ambos em África; quer apoiar Portugal; mas não lhe convém desagradar aos países africanos de expresssão francesa, cujas reacções aliás Paris procura moderar.

(2) Os artigos 42 e 43 da Carta autorizam os membros das Nações Unidas, sob mandato do Conselho de Segurança, a empreender acções militares para restaurar a paz e a segurança, e entre essas acções está o *direito de passagem* através do território de um Estado membro.

aliás, de avisar Lisboa nesse sentido. Se essa situação se produzir, toda a costa de Moçambique ficará sob bloqueio, e não se sabe até onde pode conduzir este processo. No plano internacional, a Grã-Bretanha transformou num desafio ao embargo a entrada de um petroleiro na Beira; e o facto, a dar-se, terá de obrigar o governo britânico a apresentar o caso à ONU. Parece claro o propósito inglês de concentrar na Beira as atenções mundiais, para as desviar de actos de outros países, que estão a ajudar a Rodésia. Torna-se indispensável, assim, não fornecer pretexto neste sentido. Lisboa responde então à pergunta que está em suspenso, e diz em Salisbúria: «*Nestas condições, aconselhamos muito seriamente o governo rodesiano a desistir de momento de mandar à Beira qualquer petroleiro e a dar as urgentes contra-ordens que forem necessárias*». Lisboa ainda faz para Smith outras considerações. Não poderá manter-se indefinidamente no canal de Moçambique a esquadra britânica; mas entretanto convirá certamente agitar a ameaça, mas simples ameaça, do envio de um petroleiro à Beira para também se distraírem as atenções de outras medidas de abastecimento que acaso se tomem. Deverá a Rodésia empenhar-se na África do Sul para que esta aumente os seus fornecimentos através de Moçambique. Um ponto cumprirá ao primeiro-ministro Smith ter sempre bem presente: as forças navais portuguesas em Moçambique têm instruções para nunca se colocarem em posição onde possam ser apontadas como tendo dado escolta ou comboiado um petroleiro carregado de combustível para a Rodésia. Tudo isto causará desapontamento a Smith e aos rodesianos? Talvez: «*mas decerto o desânimo nesse país seria muito maior se as costas de Moçambique fossem bloqueadas por forças internacionais e se a ONU determinasse uma acção internacional contra a Rodésia com o apoio do Reino Unido e dos Estados Unidos*». Ian Smith considera o peso dos argumentos portugueses, e reserva-se uns dias de reflexão. Em fins de Março de 1966, tornam-se mais insistentes as notícias da próxima chegada de um navio-tanque à Beira. Jorge Jardim é chamado a Lisboa; e tem encontros confidenciais repetidos com Oliveira Salazar, e nas Necessidades e no Ultramar. E nova mensagem é enviada a Ian Smith: «*apesar do que sugerimos* (o que

o governo português sugeriu), *pode o barco chegar à Beira e nesta hipótese a nossa atitude é a de conceder todas as facilidades possíveis embora continuemos a dar o devido peso às razões que invocámos*». São dadas indicações sobre aspectos legais e práticos: que entidade particular deve ser proprietária do combustível; como fazer operar o oleoduto na parte rodesiana, uma vez que em território moçambicano a companhia portuguesa tem obrigação contratual de o fazer funcionar; outros pontos ainda. Diz ao de Salisbúria o governo de Lisboa: «*Estamos conscientes das sérias implicações para nós e não só para esse Governo desta atitude e para tentarmos enfrentar o desenvolvimento que prevemos, consideramos indispensável que sejam observadas com máximo rigor*» todas as indicações dadas. Jardim regressa a África, e vai a Salisbúria. Em Lisboa, no recato dos departamentos do governo que se ocupam do assunto, a sensação é a de uma véspera de acontecimentos imprevisíveis. Oliveira Salazar repisa aos seus colaboradores a preocupação que o atormenta. Mas nem por isso deixa e acolher o jornalista americano Walter Trohan, do *Chicago ribune,* que deseja uma entrevista e que para o efeito lhe submete or escrito toda uma série de perguntas. Salazar reserva-se para considerar as respostas, que promete também por escrito. E recebe representantes dos pescadores portugueses.

Para a massa do público tudo decorre no clima de habitualidade. Américo Thomaz preside, no Palácio Galveias, ao *VI Congresso Internacional para a Defesa da Civilização Cristã,* em que estão representados vinte e cinco países. Gomes de Araújo, ministro da Defesa Nacional, desloca-se a França em visita oficial, a convite do seu colega francês Pierre Messmer; em Lisboa, decorre um Colóquio Luso-Brasileiro, orientado por Hernâni Cidade; o presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha, Samuel Gonard, visita Portugal; Antoine Pinay vem a Lisboa e conversa longamente com Oliveira Salazar; e o general Moura dos Santos toma posse do cargo de governador militar de Lisboa. Por entre o acervo de documentos sobre a Rodésia — telegramas, despachos, relatórios, informações que chegam de mil origens — Salazar recebe uma carta de Felismina, da velha Felismina, que fora o seu derriço, o seu primeiro despontar sentimental dos tempos

de Viseu. E Felismina recorda esses tempos, de há perto de sessenta anos, em que *«eu ia vê-lo ao Seminário»*. E pergunta-lhe: *«Lembra-se?»* (1)

7

No dia 5 de Abril de 1966, o embaixador de Inglaterra, Sir Archibald Ross, irrompe pela manhã no Ministério dos Estrangeiros. Que pretende? Acaba de saber que chegara à Beira o petroleiro *Joanna V*, carregado de combustível; o comandante do navio alega a necessidade de reparar avarias e meter víveres; mas o governo britânico suspeita que se destina à Rodésia o combustível; e por isso, para prevenir embaraços, sugere que o governo português faça imediatamente sair para o mar o navio-tanque. É ponderado ao embaixador que se torna indispensável apurar os factos: de que navio se trata, quem é o armador, que pretende, a quem pertence a carga, e outros pontos semelhantes. Mas o enviado inglês não se conforma, e insiste pela saída do barco. E se não sair? Nesse caso, o governo de Sua Majestade considera que a situação será extremamente séria, e do mais vasto alcance e perigo para Portugal; se o carregamento for autorizado a seguir para a Rodésia, será impossível evitar no Conselho de Segurança uma resolução nos termos de capítulo VII da Carta (2), que decerto prescreverá o uso da força contra Portugal; e se é exacto que o Reino Unido dispõe do *veto*, seria pelo menos paradoxal que o usasse contra uma medida que se destinaria a executar a própria política do gabinete inglês. Mas é também repisada ao enviado britânico a política portuguesa, e Sir Archibald parte sem garantias quanto à saída do petroleiro para o mar (3). Antes de nova iniciativa britânica, porém, o governo de

---

(1) Felismina deve estar perto dos seus oitenta anos. Ver vol. I, págs. 18, 20 e 21.

(2) As resoluções aprovadas no âmbito do cap. VII consideram-se vinculatórias para todos os Estados membros.

(3) A diligência de Sir Archibald em Lisboa foi paralelamente repetida em Londres por Michael Stewart junto da embaixada de Portugal.

Lisboa publica um extenso comunicado sobre o assunto. É reafirmada a posição portuguesa perante o caso rodesiano: os combustíveis chegados a Moçambique seguirão livremente para os destinos a que vierem consignados; nenhuns serão desviados de uns destinos para outros; e o governo português não interferirá «*com o livre acesso de países interiores ao mar*». Quanto ao caso concreto, «*o governo português deseja observar que se trata de um navio grego, arvorando o pavilhão helénico e comandado por um capitão que se supõe da mesma nacionalidade, e transportando combustível que se diz pertencente a uma firma sul-africana. Sem disfarces e abertamente, o petroleiro atravessou toda a vasta área patrulhada intensamente pela concentração aeronaval britânica que, embora haja interferido com o navio, enviando dois oficiais a bordo, não julgou lícito ou propositadamente não quis obstar à sua marcha*». Lisboa tira as conclusões: o governo grego, que aderiu ao embargo contra a Rodésia, não soube dar ordens apropriadas à firma proprietária do navio, para este não entrar na Beira, ou o armador não conseguiu fazer-se obedecer de um dos seus comandantes; e a esquadra britânica, «*embora tivesse obviamente os meios adequados para o efeito, preferiu não impedir a entrada do petroleiro em causa, por motivos que só ao governo britânico cabe apreciar*» (1). E assim «*o governo português não está na disposição de assumir o papel de culpado numa situação de que formal e categoricamente rejeita qualquer responsabilidade*».

Mas à diligência de Sir Archibald acrescenta o governo britânico uma nova iniciativa: ao dia seguinte, em 6 de Abril, chega a Lisboa Lord Walston, ministro de Estado no *Foreign Office*. Rodeia-se de dramatismo a visita. Walston deseja persuadir o gabinete português a apoiar a política de Londres. Repisa argumentos: a demora na queda de Smith agrava a hostilidade dos países africanos, e lança no extremismo os moderados; pode criar-se uma situação de guerrilha, e de caos económico, passando

(1) Segundo informações portuguesas colhidas junto do comandante do *Jounna V* teriam sido os oficiais britânicos da fragata *Plymouth*, em patrulha ao largo da Beira, que deram ao petroleiro todas as indicações técnicas e náuticas que permitiram àquele entrar na Beira: assinalaram escolhos, canais da barra, bóias, etc.

a Rodésia a ser um mau vizinho; haveria uma fuga dos brancos, e seria perdida a oportunidade de transformar a Rodésia no mais próspero parque industrial da África Central. Walston afirma que a rápida destruição de Smith serve igualmente os interesses britânicos e os portugueses. Se assim não suceder, e se o combustível do *Joanna V* seguir para a Rodésia, nada poderá impedir o Conselho de Segurança de decretar sanções obrigatórias, a cujo cumprimento Portugal se não poderá eximir. Da parte portuguesa, refutam-se os argumentos: não se via que por causa da situação rodesiana estivessem muito excitados os países africanos vizinhos; não se via utilidade no uso da força, que tudo destruiria; ficava curiosamente em aberto a questão de saber quem forneceria os meios militares, que haveriam de ser poderosos e não poderiam vir de países africanos, que os não possuíam; e não se via por que motivo uma Rodésia inteiramente negra haveria de ser, para Moçambique, um vizinho mais cómodo e mais pacífico do que o eram uma Tanzânia ou um Congo. Walston insiste, e em conversas no dia 7 de Abril, depois de uma comparação entre as políticas inglesa e portuguesa em África, reitera o pedido de que não seja enviado para a Rodésia o combustível carregado no petroleiro e de que os tanques deste não sejam ligados ao oleoduto que atravessa Moçambique até à fronteira rodesiana. Walston é ameaçador: se não tomar uma posição favorável, Portugal deverá esperar uma atitude de maior hostilidade da Grã-Bretanha; e quem não adoptasse o partido de Inglaterra na Rodésia tinha de ser considerado contra ela. Replica-se do lado português que maior hostilidade britânica só poderia significar a guerra, e também deverá ficar entendido que a Grã-Bretanha, não assumindo no caso rodesiano a defesa de legítimos interesses portugueses, tinha de ser considerada contra Portugal. E é reiterada com firmeza a política de Lisboa: Portugal não interfere no acesso dos países interiores ao mar e no seu tráfego nos dois sentidos; Portugal não presta garantias quanto ao destino do combustível do *Joanna V*.

Então Lord Walston, sem avisar o ministro português e ainda enquanto decorrem as conversações em Lisboa, telefona para Londres: não consegue demover o governo português; julga existir a possibilidade de seguirem para a Rodésia as 17 000 toneladas

do petroleiro acostado na Beira; e nestes termos recomenda a apresentação imediata do problema ao Conselho de Segurança em Nova Iorque. Na ONU, actua desde logo a delegação britânica. Mas por instruções do governo português não ficam inactivos os seus delegados: o texto do comunicado emitido em Lisboa é entregue aos representantes de todos os países membros do Conselho; e são circuladas informações pormenorizadas sobre o auxílio prestado pela esquadra britânica para entrada do *Joanna V* na Beira. Surgem então em Nova Iorque dificuldades para a Inglaterra: não é possível convocar uma reunião urgente do Conselho porque não comparecem os delegados da União Soviética, os africanos, os franceses, os latino-americanos: a *manobra* britânica é compreendida. Em Lisboa, com intuito de defesa perante esta e para tornar a situação ainda mais clara, é emitido na madrugada de 8 de Abril um novo comunicado. Diz: «*Deseja o governo português acentuar a sua profunda surpresa perante a acção britânica em Nova Iorque que, embora mencionada como uma possibilidade, nada nas conversas de Lisboa autorizava a prever. Pretende também o governo português sublinhar que a iniciativa britânica terá de ser tomada como uma nova tentativa de atribuir a Portugal a responsabilidade pela situação existente*». Depois o comunicado pisa e repisa os elementos de facto: «*O petróleo carregado a bordo do petroleiro entrado na Beira foi fornecido por grandes companhias internacionais, cuja lista se possui, e que poderiam ter sustado o fornecimento na origem se o tivessem querido. O destino do navio foi indicado como sendo Roterdão e Dacar, mas sabia-se de antemão que em nenhuma daquelas cidades fora feita tal encomenda. Foram as operações bancárias, para efeitos de pagamento, realizadas por bancos de nacionalidade holandesa. Estão envolvidas no assunto uma companhia grega e outra panamiana. É sul-africana a firma proprietária do petróleo. A Marinha Britânica, podendo ter impedido o navio de seguir a sua rota, deliberadamente não quis fazê-lo, com propósitos que o Governo de Sua Majestade melhor conhece, mas não podem deixar de suscitar todas as interrogações*». E a nota portuguesa conclui: «*de novo se rejeita qualquer parcela de responsabilidade numa situação que, convém acentuá-lo, nunca se poderia ter produzido e desenvolvido contra a vontade do governo do Reino*

Unido». E este texto é também urgentemente transmitido a Nova Iorque, e entregue aos delegados dos países membros do Conselho de Segurança. Do mesmo passo, o Ministério dos Estrangeiros português determina aos embaixadores portugueses em Washington, Paris, Rio de Janeiro, Montevideu, Buenos Aires, que informem os governos locais quanto aos factos, e sublinhem o enredo em que se pretende envolver Portugal. Muito particularmente, é solicitado ao Brasil que deixe cair em Washington e em Londres uma palavra para exprimir a preocupação brasileira perante qualquer acto contra um território português em África ou que pudesse afectar a soberania portuguesa. Mas em 9 de Abril inicia os seus trabalhos o Conselho. Decorre tumultuosa a sessão. Alguns países africanos, não membros do Conselho, pedem para tomar assento: a Serra Leoa, a Argélia. Juntamente com o Mali, a Nigéria, a Uganda, acusam asperamente a Inglaterra, e o texto dos comunicados portugueses é citado, e invocado, e brandido na face dos demais delegados, perante a estupefacção de um público atónito que transborda nas galerias. Apresenta o delegado inglês um projecto de resolução que apenas se refere a Portugal. Tentam os africanos introduzir emendas que ampliam o texto à África do Sul, e implicam uma declaração de guerra à Rodésia. Opõe-se-lhes a Inglaterra. E no próprio dia 9 de Abril o Conselho aprova o texto proposto por Londres. Recebe este dez votos em favor. Abstêm-se a União Soviética, a França, o Mali, a Bulgária, o Uruguai (1). Mas que dispõe o documento aprovado? Tendo aportado à Beira um navio-tanque, e havendo notícia de que outro está para chegar, e sendo possível o transporte do combustível pelo oleoduto para a Rodésia com a aquiescência das autoridades portuguesas, o Conselho de Segurança declara que a situação constitui uma ameaça à paz, e: *insta* com o governo português para não autorizar o funcionamento do oleoduto, nem receber na Beira combustível destinado à Rodésia; *insta* com todos os

(1) Entretanto, fora alterada a Carta da ONU: o número de membros do Conselho de Segurança fora aumentado de 11 para 15: e o número de votos positivos necessários para que se tenha por aprovado um texto fora elevado de 6 para 9. Os membros permanentes não foram alterados, e mantêm o seu direito de *veto*.

governos para fazer desviar da Beira todos os seus navios-tanques que possam transportar petróleo para a Rodésia; e *insta* com o governo do Reino Unido para que evite, «*pelo uso da força se necessário*», a entrada na Beira de qualquer navio com combustível para a Rodésia, e dá-lhe poderes para apreender o *Joanna V* se este abandonar a Beira tendo descarregado o seu petróleo (1).

---

(1) É a Resolução 221 (1966) de 9-IV-66. O outro petroleiro que se dizia estar de rumo à Beira tinha por nome *Manuela*, da mesma companhia, que desviou a sua rota por ordem do governo rodesiano. Ao apreciar oportunamente este episódio, numa conferência de imprensa em Lisboa, o ministro português dos Estrangeiros declarou: «*Em primeiro lugar, provou-se que não existia a alegada pressão dos países africanos. Eram os próprios países africanos que se opunham à reunião do Conselho de Segurança, e que conseguiram adiá-la durante quase três dias. Depois, verificou-se que quaisquer pressões, que acaso existissem, não eram dirigidas contra Portugal; e quando se tornou evidente que os objectivos da reunião e do projecto de resolução consistiam em acusar Portugal, e em atribuir-nos responsabilidades que não tínhamos, houve uma consciência geral da injustiça, da inutilidade e da deselegância com que se estava a proceder no Conselho. Por isso os delegados do Mali e da Serra Leoa quase defenderam Portugal; a União Soviética declarou que Portugal era o menos responsável e era o último dos responsáveis, e absteve-se, com a Bulgária; e apenas a delegação dos Países Baixos mostrou pressa ansiosa e intenso júbilo em votar uma resolução de cujo texto aliás parecia estar há muito conhecedora. Sucedeu ainda que a França também se absteve, como a União Soviética: estas duas abstenções, de dois países que são membros permanentes do Conselho, são muito importantes e significativas: porque as razões que as ditaram são certamente muito díspares e devem situar-se em pólos opostos: e isso significa que duas das mais relevantes correntes políticas representadas no Conselho têm dúvidas e não aprovaram a conduta havida. Se a isto juntarmos as abstenções do Uruguai e do Mali, que se podem enquadrar ainda numa outra corrente, haveremos de concluir que o Conselho agiu em obediência a uma linha política muito restrita, e isso explica que, através das suas abstenções, as demais correntes políticas do Conselho tivessem querido dissociar-se dos propósitos e objectivos que se atribuíram à reunião do Conselho assim convocado. Talvez os amigos de Inglaterra, no que toca à reunião do Conselho, estejam convictos de que aquela manobrou com extrema habilidade e obteve um lisonjeiro sucesso diplomático. Executar um plano maduramente pensado e preparado como se se tratasse de uma medida improvisada, imposta por circunstâncias inesperadas e súbitas; enviar a Lisboa um membro do governo inglês, o que não foi feito para qualquer outra capital, para provar que tudo foi tentado para nos demover; concentrar dramaticamente as atenções no ponto secundário e mais vulnerável para as desviar transitoriamente de outros aspectos*

Ao tempo em que se desenrolam em Lisboa e em Nova Iorque estes sucessos capitais, Oliveira Salazar dá um salto à sua aldeia, e encontra-se entre o Vimieiro e Santa Comba. Em telefonemas ocasionais, informa-se da conduta seguida, e aprova-a; e considera, no entanto, que os comunicados, emitidos sem seu conhecimento prévio e sob responsabilidade pessoal do ministro dos Estrangeiros, são demasiado «*brandos*» para com a Inglaterra. Mas em 10 de Abril, Domingo de Páscoa, Salazar está de regresso a Lisboa, e no fim da tarde reúne-se com os ministros dos Estrangeiros e do Ultramar. Jorge Jardim, que partira de avião da Beira para Lisboa durante a noite, acaba de chegar, e é também convocado. Entretanto, a massa dos portugueses acompanha interessadamente o *caso rodesiano*. Toda a imprensa publica com destaque os comunicados oficiais e insere minuciosos relatos do que acontece na Beira, em Nova Iorque, na Rodésia, e do que se pensa nos países que contam. São avidamente disputados os jornais portugueses. Entre o povo, há consciência dos perigos, da delicada complexidade da situação; mas há também entendimento da manobra enredada em que se pretende pisar Portugal; e na firmeza com que a denuncia e corre os riscos inerentes, o governo encontra apoio num sentimento geral de aplauso. Este é intenso em Angola e sobretudo em Moçambique: há aí vibração na resistência moral que se opõe às injunções alheias. Por toda a parte, aparecem vivazes o brio e a altivez perante uma grande potência. E uma pergunta é formulada, e anda de boca em boca: o petróleo do *Joanna V* segue para a Rodésia, ou não? Por orgulho nacional, e no espírito de competição desportiva, muitos pensam que deve ser afirmativa a resposta.

---

embaraçosos — tudo isto terá o governo britânico conseguido. Mas o que o governo britânico não conseguiu foi convencer o mundo da culpa e da responsabilidade portuguesa». O leitor curioso que pretenda ler na íntegra os documentos aqui aludidos — notas oficiosas, comunicados, declarações oficiais, etc. — poderá encontrá-los reunidos no *Boletim de Informação* N.° 14 do MNE, de Maio-Junho de 1966. As conversas com Lord Walston estão relatadas com máximo pormenor numa obra do autor *Diálogos Interditos*, II vol., págs. 122-171. Mas em relação com a crise da Rodésia existem outros documentos portugueses da mais alta importância e gravidade, e que só agora são revelados, como se verá no decurso desta biografia.

8

Informações que afluem ao Ministério dos Estrangeiros tornam de súbito ainda mais sombrio, se possível, o problema rodesiano. Em Lusaka, com efeito, continua a ser reforçado, em homens e material, o poderio da Força Aérea Britânica; segundo elementos recebidos de Inglaterra, em Portsmouth e Southampton acabam de embarcar contingentes do Exército e de infantaria da Marinha, e a África Central seria o seu destino; e os agentes do governo britânico na Beira entregam-se a inquérito cuidadoso sobre instalações hospitalares e hoteleiras. Ponderados no contexto da resolução que o Conselho de Segurança aprovara há pouco, e que autoriza a Grã-Bretanha a usar a força, aqueles factos permitem concluir que está em preparação um ataque militar à Rodésia; e este, por seu turno, implica ou supõe um *golpe de mão* prévio contra o porto e o aeroporto da Beira. Nesta previsão, Oliveira Salazar expõe o quadro ao ministro da Defesa, e Gomes de Araújo, nestes princípios de Abril de 1966, toma urgentes precauções militares. No aeroporto da Beira, é instalada artilharia antiaérea; é preparada a inutilização das pistas, para o caso de aviões inimigos tentarem aterrar; todo um dispositivo é montado para defesa do porto e do acesso à barra; efectivos de infantaria são distraídos de outras zonas de Moçambique e concentrados em torno da cidade; e esta mobilização de material e homens é feita à luz do dia, ostensivamente, a notificar qualquer agressor do ânimo português de resistir. Ao mesmo tempo, no terreno político, os Estados Unidos têm uma iniciativa: sugerem em Lisboa, por intermédio da sua embaixada, que o governo português desempenhe o papel de mediador entre Londres e Salisbúria. Este gesto norte-americano é havido por Lisboa como significando que é correcta a interpretação portuguesa dos preparativos britânicos; e também, por outro lado, como desejo de Washington de evitar um choque frontal, até no campo militar, entre forças inglesas, usadas em nome e por

mandato da ONU, e forças portuguesas em África. Portugal não rejeita a iniciativa dos Estados Unidos; mas declara que apenas actuaria como mediador se solicitado pelas duas partes no litígio.

Na reunião efectuada ao fim da tarde de Domingo de Páscoa, a 10 de Abril de 1966, Salazar não esconde aos ministros do Ultramar e dos Estrangeiros e a Jorge Jardim as suas preocupações. De momento, o problema imediato é este: que atitude tomar quanto ao combustível do petroleiro ancorado na Beira? Naquele mesmo dia, é recebido um telegrama do secretário-geral da ONU notificando o governo português da resolução votada na véspera pelo Conselho de Segurança. Estão ligados os dois pontos: e uma posição definida para o primeiro equivale a uma resposta ao segundo. Para fundamentar uma decisão, Jardim suscita um aspecto técnico importante: a ligação dos tanques do petroleiro ao oleoduto levanta dificuldades materiais quase insuperáveis. Oliveira Salazar, perante este facto e os preparativos britânicos, quer encontrar maneira de adiar o desenlace da crise, e ganhar um tempo favorável à política portuguesa. Mas há uma opinião pública que exploraria qualquer *cedência* ou *transigência* de Portugal; e poderia desencadear em Moçambique e Angola atitudes incalculáveis. Oliveira Salazar entende que apenas numa hipótese é lícito a Portugal não deixar seguir para a Rodésia o combustível do *Joanna V:* uma declaração pública de Ian Smith de que não precisa e *prescinde* daquele carregamento. Salazar não tem dúvidas quanto a um ataque da ONU à Beira; e retirar ao governo de Londres o menor pretexto para que actue em nome daquela apenas reforçará no plano mundial a posição de Lisboa. Jorge Jardim é encarregado de partir imediatamente para a Rodésia e de, em conjunto com Freitas Cruz, se avistar com o primeiro-ministro rodesiano, e expor-lhe a situação. Entretanto, o *Joanna V* permanecerá no porto da Beira, e sobre o destino do seu combustível paira a dúvida.

Neste meio tempo, Oliveira Salazar apurara a revisão da sua entrevista ao *Chicago Tribune* (1). Que perguntou o jornalista e

(1) Salazar concedera a entrevista com extrema relutância, e só anuíra por pressão do MNE. Neste departamento foi preparado um projecto de res-

que respostas dá o chefe do governo? Trohan quer saber se a paz interna, assegurada há 38 anos em Portugal, constituirá um modelo para o futuro português. São difíceis previsões, comenta Salazar, e a memória dos homens é frágil: muitos terão esquecido os tempos de instabilidade e confusão, e os mais novos, não havendo assistido às lutas estéreis e à desordem, têm tendência para minimizar as consequências de algumas ideias. Mas o país está hoje dotado de outras instituições, assegurando a «*autoridade necessária no justo equilíbrio dos direitos e interesses legítimos*». Com «*maturidade e civismo*», «*confio em que saberemos e poderemos progredir na paz interna*», sem embargo dos esforços subversivos «*que muitos, dentro e fora de Portugal, levianamente subestimam*». E a África, com golpes políticos sucessivos? Angola, Rodésia e África do Sul serão modelo para a formação dos quadros necessários? Salazar não pode pronunciar-se quanto às duas últimas; mas julga que Angola e os demais territórios ultramarinos portugueses estão no caminho certo. Há que actuar simultaneamente sobre a economia e sobre a educação: ambas têm de progredir a par: instrução desacompanhada de desenvolvimento económico lança no desemprego pessoas evoluídas. Não se pense que dinheiro abundante, investido em equipamento económico, fará por si surgir as elites indispensáveis a um Estado viável; e a formação de um escol é processo lento, para gerações. Esqueceram-se quanto à África estas coisas elementares, e daí o caos; e daí também uma falsa independência, em que a economia retrocede, a liberdade e a segurança individuais declinam, o nível de administração se degrada. «*Quanto a nós seguimos o caminho que, em harmonia com a tradição portuguesa, sempre se nos afigurou melhor*», e quem quer que visite os territórios portugueses poderá verificar, no que repeita à elevação e integração das populações numa Nação, se «*estamos atrás ou adiante dos outros*». E a NATO? Sim, defronta problemas. Há a retirada francesa da estrutura militar da Aliança, mas não da Aliança; e a atitude portuguesa — assegurar a coope-

---

posta às perguntas do jornalista norte-americano, e que Salazar reviu cuidadosamente, tendo feito numerosas alterações, pelo que, além da responsabilidade política, se lhe deve atribuir também a autoria material.

ração de Paris e compreender os sentimentos da Alemanha — já foi definida. Mas o problema básico é outro: o condicionalismo político de 1949 está ultrapassado: e à ameaça restrita de então sucedeu uma ameaça global que os aliados se recusam a enfrentar. «*Se muitos, como Portugal, têm estado dispostos a correr riscos para ajudar à defesa comum, já lhes é mais difícil compreender que, além dos riscos incorridos perante um adversário comum a todos, hajam ainda de sofrer a hostilidade dos seus próprios aliados*». Depois, o jornalista quer saber a opinião de Salazar sobre uma *União da Europa Ocidental*. De momento, não parece que a Europa possa constituir uma *terceira força*, independente dos dois pólos, representados pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Uma colaboração económica europeia será útil, sem que para tal efeito haja que constituir uma unidade política: mas o que falta forjar na Europa é uma *vontade* de assumir responsabilidades mais amplas; e é a falta dessa vontade que poderá constituir o principal obstáculo. Pergunta depois o jornalista pela situação de Goa. Salazar traça o quadro: «*é de miséria e ruína. Foi ali introduzido o sistema de castas e a discriminação racial; pratica-se a perseguição religiosa contra os cristãos; a polícia e o funcionalismo são exclusivamente indianos quando, antes da agressão, eram na sua totalidade goeses; as riquezas de Goa são transferidas para a União Indiana; a ordem pública, a segurança individual, os direitos humanos não são respeitados; Nova Deli governa Goa pelo arbítrio e pela repressão policial. São cerca de 700 000 almas que estão encerradas num vasto campo de concentração. É a isto que a ONU chama a autodeterminação de Goa*». E Salazar atira um doesto ao Ocidente: «*Na verdade, nenhuma potência ocidental parece sentir-se constrangida com a ofensa feita aos princípios que tanto pretendem defender mas só quando não esteja em causa a União Indiana, porque esta afigura-se inspirar um respeito quase religioso*». E o repórter do *Chicago Tribune* fecha com uma pergunta sobre as relações luso-americanas: que se pode fazer para as melhorar? Salazar é prudente sem deixar de ser claro: «*As dificuldades com o governo* (americano) *vêm apenas de este, ante o facto de a Nação portuguesa ser constituída por parcelas dispersas em vários continentes, julgar ser-lhe lícito aplicar-nos o estatuto de aliados numa parte*

do território e o de inimigos noutras. Assim a amizade americana é oficialmente reservada à parte europeia de Portugal e a hostilidade às mais». E ainda: «*se o problema nasce de o governo dos Estados Unidos ambicionar fazer por toda a parte amigos, apoiando-lhes os interesses contra os interesses de Portugal, avançaremos que temos em África mais do que interesses, porque temos direitos, e estes não podem ser esquecidos nem desrespeitados, mesmo que os serviços que prestamos aos Estados Unidos não tivessem de ter qualquer contrapartida*». Atitude diversa é incompreensível para Portugal, pelo que para responder à pergunta do jornalista parece preferível dar a palavra a Washington: «*pode ser que tenha mais elementos para responder à pergunta e libertar-nos desta perplexidade*». E o jornalista acha que Salazar tem «*as maneiras corteses e o encanto*» de «*um homem do velho mundo*» que «*nada tem de um autocrata*».

Muito mais importante do que a entrevista ao *Chicago Tribune* é para Salazar outro acontecimento: representantes de Angola partem para Lisboa a fim de recordar a decisão de defender o território, tomada há cinco anos, e homenagear o chefe do governo. Espera-se que Salazar, em resposta às saudações, pronuncie palavras de substância. Salazar prepara um discurso, e dedica-se a essa tarefa na noite de Domingo de Páscoa e por todo o dia 11 de Abril; e passa horas do dia seguinte a rever o texto com o ministro dos Estrangeiros, palavra por palavra. E em 13 de Abril de 1966, ao fim da tarde, reúnem-se no Palácio de S. Bento, nos Passos Perdidos, cerca de quatrocentas pessoas, na sua maioria vindas de Angola. Estão homens de Cabinda, com um busto de Salazar em madeira; e do Bié, com uma capa de peles; e do Zumbo, com uma máscara indígena; e de Malanje, com algodão; e de Carmona, com café. Estão representantes de municípios, regedores, delegados de actividades económicas, profissionais, desportivas. Acompanhado por Gomes de Araújo e Silva Cunha, surge Salazar, e acolhem-no aplausos vibrantes. Adianta-se o presidente do Município de Luanda, Júlio Mestre. Recorda o brado de Salazar, de 13 de Abril de 1961: «*para Angola rapidamente e em força*». E diz: «*Nós, os portugueses de Angola, os que ali lutamos e ali sofremos, os que ali vimos tombar os nossos mortos e ali derramámos as nossas lágrimas (umas de dor, outras de desespero); nós que ali*

continuamos e ali temos a suprema ventura de prolongar e honrar Portugal, temos um pedido — um só! — a fazer a Vossa Excelência: se puder, venha a Angola, venha ver aquela terra, que tão orgulhosa e sacrificadamente soube afirmar o seu patriotismo e tão generosamente cumpriu a mensagem de Vossa Excelência: aguentar e continuar». Depois, é Mariano de Carvalho, presidente da Associação Comercial de Angola, que se dirige a Salazar. Afirma: «*Quem, como nós todos, viveu esses momentos dramáticos, tem que clamar bem alto o reconhecimento que deve a V. Exia. pela histórica arrancada de 13 de Abril de 1961*»; Angola tudo deve ao chefe do governo; mas Angola ainda quereria mais: «*que V. Exia. a visitasse*». Então responde Salazar: e que diz aos homens de Angola?

Afirma-se comovido por quererem relembrar uma simples frase proferida de Lisboa, em igual dia de há cinco anos, em momento trágico da vida portuguesa em Angola. «*Rapidamente e em força*» estavam longe de ser palavras de mera expressão literária: eram antes de tudo uma séria decisão de governo: e esta era fruto de reflexão longamente amadurecida que «*nos englobava a todos nós e a todos os povos de África*». Tudo correspondia à determinação de *ficar:* «*o homem que fica, vivo ou morto, ocupa de facto o território; o que abala, deserta e abandona-o*». Depois, havia também para aquela decisão um outro motivo: a tragédia que avassalava o Norte de Angola com os crimes terroristas. E «*à nossa maneira, que é a maneira antiga, um governo que em tais circunstâncias não intervém para cumprir o primordial dever de garantir a segurança e a vida das populações e a integridade do território perde toda a legitimidade e a sua própria razão de ser*». E havia um terceiro motivo: a forma como se desenvolvera a *descolonização* do continente africano. Lançaram-se os territórios da África negra em movimentos de independência para que não estavam preparados ou, por escassez de território e população, para que não tinham capacidade. Tudo isto se chocava com a ideia da integração, tradicional dos portugueses. Enquanto em torno da realidade portuguesa há uma coesão de territórios que são membros de uma nação, por todo o restante continente há Estados que não se apoiam em nações, vivem dos subsídios alheios, e têm o conselheiro estrangeiro a

substituir-se ao governante local. E do colonialismo, que ao menos levara a paz e o progresso à África, passou-se para o neo-colonialismo, que destrói a independência, suprime os direitos individuais e estimula o racismo negro. Hoje aceita-se que nesta base nada se pode construir, e que a África tem de ser multirracial, ou sucumbe. E que a sociedade multirracial é possível, tem-no provado Portugal. Das sociedades multirraciais portuguesas está ausente o espírito de colonialismo. Justamente, o que se passou com o porto e o caminho-de-ferro da Beira é caso típico. Não podia a companhia inglesa detentora da concessão, sem novas e gravosas condições contratuais, fazer os melhoramentos necessários; o governo português comprou a companhia por 4 milhões de libras, pagos de uma vez; foram feitas as beneficiações indispensáveis; de um milhão e quinhentas mil toneladas anuais, o tráfego passou para quatro milhões e pode ser elevado a cinco; e o porto da Beira é actualmente em todo o mundo o de maior rendimento por metro linear de cais. Foi reembolsado o capital britânico, e repatriado, e pôde continuar a arrecadar lucros. Por este exemplo «*se pode ver que no nosso* colonialismo *são os estrangeiros que embolsam os lucros e nós quem paga os melhoramentos, apenas com o ganho político de se haver libertado uma zona crucial de Moçambique*».

Pode Salazar concluir estas reflexões com uma nota de optimismo? «*Não posso infelizmente*». Sim, notavam-se melhorias no estado geral dos problemas africanos; e do Zaire ao Rovuma, passando pelo cabo da Boa Esperança, surgira acalmia nas paixões e espírito de colaboração entre todos os territórios, e começara a estabilizar-se a paz. «*Eis senão quando a forma como tem sido tratado o caso da independência da Rodésia, que aliás não será demasiado tarde para poder ser resolvido com o acordo de Londres, cobriu os céus de África das mais negras nuvens*». Não cabe dar opinião sobre assunto que desde o princípio se considerou problema exclusivo e interno da Grã-Bretanha. Mas é paradoxal que esta o haja internacionalizado, levando-o ao Conselho de Segurança, cuja intervenção e cujas deliberações estão sendo atentamente estudadas pelo governo português; e por isso são precipitadas as intenções que se lhe atribuam. De momento, Salazar apenas faz uma afirmação: «*Mais um passo em falso na*

resolução do problema rodesiano por parte das potências responsáveis pode atear um vasto incêndio com risco de todos os que estão a pensar ficar imunes por se encontrarem longe das labaredas». E adverte: *«Tudo ainda se pode salvar; mas tudo também se poderá perder, se as paixões se fizerem ouvir mais alto que a razão e certas expressões imperialistas, que ao lado de todos os povos africanos devemos abertamente repudiar, puderem abrir caminho e, apesar da mudança dos tempos, recomeçar a marcha nas regiões interessadas»* (1). De modo que *«só posso transmitir-vos uma palavra de confiança na firmeza das nossas atitudes».* E a tão desejada e solicitada visita a Angola? *«Pois parece-me bem deixá-la para o momento em que, dominado ou expulso o último terrorista, ali possamos celebrar o heróico esforço da defesa».*

Publicado o discurso com destaque por toda a imprensa, causam alarme as palavras do chefe do governo quanto à Rodésia e à Grã-Bretanha. Se há *nuvens negras* nos céus de África, que tempestade poderá ser desencadeada? Em largos sectores da opinião pública e por toda a África portuguesa, é vivo o sentimento antibritânico; mas em alguns meios da oposição critica-se o governo por uma política que é havida como de desafio ao mundo e de afronta à Inglaterra. E entre o povo é aguda uma curiosidade: o combustível do *Joanna V* segue para a Rodésia, ou não?

9

Ao outro dia do discurso de Salazar, o primeiro-ministro britânico Harold Wilson envia uma carta pessoal ao chefe do governo português. Espera que ainda seja possível chegar a um acordo, escreve Wilson, e evitar *«o agravamento da séria situação*

(1) Nesta expressão abstracta, Salazar está a fazer alusão ao *«imperialismo»* britânico dos tempos do mapa *cor-de-rosa* e dos seus objectivos sobre Moçambique.

presente da África Central e das relações anglo-portuguesas». Está o primeiro-ministro consciente da antiga amizade entre os dois países, e deseja continuá-la; e em África há um interesse comum quanto à manutenção da paz, e da estabilidade, e ao desenvolvimento de governo responsável. «*Notei as suas sensatas palavras de ontem*», continua Harold Wilson, «*quanto ao perigo de a situação rodesiana poder atear um vasto incêndio*». Há que evitá-lo, e o caminho é a destruição do regime ilegal da Rodésia, a reabilitação económica e social do país, a preparação dos africanos para uma ulterior independência; foi decerto desagradável para Portugal a sessão do Conselho de Segurança, mas não era esse o propósito; e havia que enfrentar a situação altamente perigosa da chegada do *Joanna V* à Beira, sem garantias portuguesas de que não seguiria para a Rodésia o seu combustível. Se em circunstâncias normais, conclui o primeiro-ministro Wilson, é de respeitar o acesso de países interiores ao mar, seria trágico se os interesses de Portugal e a antiga amizade entre os dois países corressem riscos somente por causa de «*um primeiro e último navio-tanque transportando petróleo para a Beira com destino ao regime ilegal da Rodésia*» (1). É ameaçadora esta mensagem do

(1) Pelo seu alto interesse político, transcreve-se na íntegra a carta do primeiro-ministro britânico: «*Envio-lhe esta mensagem pessoal na esperança de que, sem embargo de ser tardia a hora, nos seja ainda possível chegar a acordo, dentro do nosso recíproco interesse próprio, quanto aos passos necessários para prevenir o agravamento da séria situação presente da África Central e das relações anglo-portuguesas. Estou perfeitamente consciente da muito antiga amizade entre os nossos dois países, e regozijar-me-ei por que no futuro continuem estreitas as relações entre Portugal e a Grã-Bretanha. Temos em África um interesse comum na manutenção da paz e da estabilidade e no desenvolvimento de governo responsável. 2 — Notei as suas sensatas palavras de ontem quanto ao perigo de a situação rodesiana poder atear um vasto incêndio. Será esse certamente o caso, se não for rapidamente posto termo ao regime ilegal e rebelde naquele país. Não é possível sublinhar com demasiado vigor as paixões profundas que a declaração ilegal de independência em Novembro passado suscitou nos países africanos. Se se permitisse que o regime ilegal obtivesse ganho de causa com o seu acto de rebelião, a posição das comunidades europeias por toda a África ficaria em sério perigo, e poderia sobrevir um caos apenas vantajoso para as potências comunistas. Acaso terá visto que a numerosa colónia britânica no Quénia esteve entre as primeiras a condenar a declaração ilegal de independência da Rodésia. 3 — Na própria Rodésia,*

primeiro-ministro britânico, e na sua síntese notifica o governo português de que, se seguir para a Rodésia o carregamento do *Joanna V*, sobrevirá entre Portugal e a Inglaterra uma crise grave, de proporções incalculáveis. Para dar fundamento a esta interpretação chegam da embaixada de Portugal em Londres novas informações. Manuel Rocheta apura que, em coincidência com a mensagem de Harold Wilson, numerosos tanques de guerra e outros veículos militares haviam sido embarcados em Portsmouth e Southampton, *«como nunca se havia visto depois do Suez»*; os oficiais e soldados da brigada de reserva estratégica, que tinham

---

conforme já o afirmei claramente em público, o nosso objectivo consiste em conseguir um regresso à legalidade e à constituição. Depois terá de haver um período para a reabilitação económica e política, durante o qual possam esfriar as paixões e ser restaurado o potencial económico e social do país. Está fora de questão a independência imediata daquele território, nem consideramos ou havemos considerado um imediato governo de maioria. Há que dar sem dúvida oportunidades aos africanos para desempenharem o seu papel no governo, mas eu espero sinceramente que isso seja feito em colaboração com os europeus. Aos africanos há que proporcionar o necessário treino e experiência antes que possam assumir uma participação completa. Eu entendo bem o seu desejo de garantir que nas fronteiras de Moçambique haja um regime estável e amigável. Asseguro-lhe que isso é também o nosso desejo e intenção. 4 — Estou consciente de que a nossa decisão de nos apresentar ao Conselho de Segurança na semana passada, invocando o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, e de lhe submeter uma resolução instando com o governo português para não permitir que fosse bombado petróleo pelo oleoduto da Beira para a Rodésia e para não receber na Beira petróleo destinado à Rodésia, provocou em Portugal o sentimento de que Portugal estava sendo transformado em vítima. Deixe-me dizer desde já que essa não foi e não é a nossa intenção. Mas a chegada do Joanna V *à Beira criou uma situação altamente perigosa, e na ausência de garantias de que não seguiria para a Rodésia o combustível, não tínhamos outra alternativa que não fosse apelar para o Conselho de Segurança. 5 — Espero que, apesar dos sentimentos compreensíveis que lhe inspira a decisão do Conselho de Segurança, possa concordar, depois de ponderação, em que aquela resolução, ainda que amarga, se sobrepõe ao princípio a que o seu governo atribui tão grande importância e que em circunstâncias normais nós respeitamos igualmente, isto é, o princípio do livre acesso dos países interiores ao mar. Mas seria trágico se os interesses de Portugal e as muito antigas amizade e colaboração entre os nossos dois países houvessem agora de ser postas em perigo apenas por causa de um primeiro e último navio-tanque transportando petróleo para a Beira com destino ao regime ilegal da Rodésia».* É da minha responsabilidade a tradução do inglês para português.

família ou laços com a Rodésia, estavam sendo transferidos para outras formações; e aquela unidade fora posta em estado de alerta a 24 horas, quando normalmente se encontra num alerta de 7 dias. De outras fontes surgem indícios de que vão ser transportados para a África Oriental alguns contingentes de *gurkas* (1). Entretanto, na Rodésia, Freitas Cruz e Jorge Jardim avistam-se com o primeiro-ministro Ian Smith, e este, em 15 de Abril, dá a sua resposta: compreende a situação; está consciente de que para abastecimento da Rodésia se podem aperfeiçoar as outras vias alternativas já usadas; julga que nenhum pretexto deve ser dado à Inglaterra para um acto militar; pensa que não vale a pena arriscar a segurança da Rodésia e a de Moçambique por um gesto de desafio não indispensável; e informa os enviados portugueses de que, em discurso público, vai declarar não ser necessário à Rodésia o combustível do navio-tanque que se encontra na Beira. E no dia seguinte Ian Smith profere o seu anunciado discurso: ataca duramente a Grã-Bretanha, parecendo cortar com esta todas as pontes: e prescinde do petróleo do *Joanna V.* Em Lisboa, nesse dia 16 de Abril, em Conselho de Ministros ao princípio da noite, o problema rodesiano é revisto e debatido, e a política seguida é aprovada. No momento, Jorge Jardim desloca-se à África do Sul, e avista-se com o primeiro-ministro Verwoerd; e este, além de recomendar que Portugal, como país visado, impugne a legalidade da resolução de 9 de Abril, compromete-se a tomar a sua parte de responsabilidade no abastecimento da Rodésia. Dois dias mais tarde, o embaixador da África do Sul em Lisboa comunica o texto de uma carta que o seu primeiro-ministro, Verwoerd, enviara a Harold Wilson. Diz o chefe do governo sul-africano: se, como resultado do embargo à Rodésia, qualquer acção for empreendida contra a África do Sul, por exemplo, uma ampliação do embargo de petróleo, a África do Sul opor-se-ia a esse ataque à sua soberania com todos os meios à sua disposição.

Oliveira Salazar apresta-se a responder à mensagem pessoal de Harold Wilson. Reúne-se com os ministros da Defesa, do Ultramar

---

(1) Conhecidas tropas mercenárias indianas, de alto valor militar.

e dos Estrangeiros. Nos Estrangeiros é preparado um projecto de resposta ao primeiro-ministro britânico. Salazar pondera o texto, e sujeita-o a uma revisão minuciosa (1). E em 20 de Abril de 1966 é despachada para Londres a carta do chefe do governo. Tem frases contundentes: «*Entendo que só será necessário para isso* (para que se chegue a um acordo) *que os direitos sejam respeitados e os interesses de uma e outra nação se conciliem na medida do possível, pois não seria curial que os interesses britânicos houvessem sempre de sobrepor-se aos mais, e que as boas relações só pudessem ter por base a plena concordância com a política britânica em todas as circunstâncias*». Tem frases sarcásticas: «*Poderá o problema da Rodésia atear um vasto fogo em África, mas não creio que isso aconteça por culpa daquele país, senão em querer ser independente como outros aos quais a independência foi generosamente concedida*». Tem frases de ataque directo: se a Rodésia desrespeita a estrutura constitucional britânica, «*bem mais antiga é a estrutura constitucional portuguesa e temos visto que ela não merece um respeito absoluto ao Governo de Sua Majestade, pois contra ela se pronuncia amiúde e se esforça por destruí-la*». E frases de acusação: «*não sei mesmo como conciliar o desejo e a intenção que manifesta* (de que haja na Rodésia um regime estável e amigável) *com o facto de os chefes terroristas que actuam contra Moçambique serem regularmente recebidos pelo Alto-Comissário britânico em Dar-es-Salam ou com o encorajamento dado por agentes britânicos na Zâmbia a outros terroristas que entram pela fronteira leste de Angola*». E há ironia: «*nenhuma razão se descortina para Portugal ser citado* (no Conselho de Segurança) *com imposições especiais a não ser para o marcar como faltoso diante do Conselho onde aliás, pela voz de alguns, parece*

---

(1) Para ser dactilografado, Salazar devolve o projecto de resposta revisto com um cartão em que me diz: «*Mando um novo texto corrigido. Fiz o trabalho na intenção de chegar a texto menos duro. Relendo-o agora, tenho dúvidas se não ficou pior. Era conveniente não perder tempo a fazer nova revisão. É evidente que pode aproveitar ou pôr de lado tudo o que quiser*». Na realidade, o texto apurado por O. S. representou um *endurecimento* em relação ao projecto.

ter-se dado pela deselegância e inutilidade do acto». E quanto ao caso específico do petroleiro que aportou à Beira? Conclui Salazar: «*o assunto perdeu interesse depois da decisão do primeiro-ministro Smith, e atentos os meios aeronavais que o governo do Reino Unido concentrou ao largo daquele porto, o caso só poderá repetir-se se a Marinha britânica quiser*» (1).

---

(1) Pelo seu alto interesse político, transcreve-se na íntegra a carta de Oliveira Salazar para Harold Wilson: «*Agradeço a V. Exia. a sua mensagem pessoal, entregue pela Embaixada em 14 do corrente, e noto nos seus termos o desejo de um acordo para evitar, no interesse recíproco, a deterioração da situação na África Central e das relações anglo-portuguesas. Partilho inteiramente daquele desejo, bem como do desejo de que continue no futuro a longa amizade entre os dois países. Entendo que só será necessário para isso que os direitos sejam respeitados e os interesses de uma e outra nação se conciliem na medida do possível, pois não seria curial que os interesses britânicos houvessem sempre de sobrepor-se aos mais, e que as boas relações só pudessem ter por base a plena concordância com a política britânica em todas as circunstâncias. Ora Portugal não contribuiu para a situação existente na área, as providências tomadas agravam o direito e os nossos interesses, e não temos por nosso lado consciência de haver ofendido interesses legítimos britânicos com uma política que o Governo de Sua Majestade tem qualificado de impecável nem com uma neutralidade que é nosso direito e dever manter. Temos certamente interesse comum na manutenção da paz e da estabilidade de toda a região. Quanto ao desenvolvimento de governo responsável em África, mesmo com as limitações da mensagem, dando-se à expressão o significado mais geral de governo da maioria numericamente considerada, ouso afirmar que desse modo nos arriscaríamos a introduzir na questão um elemento ideológico e de política interna que só haverá inconveniente em trazer à discussão internacional e à definição do estado das relações entre povos. 2 — Poderá o problema da Rodésia atear um vasto fogo em África, mas não creio que isso aconteça por culpa daquele país, senão em querer ser independente como outros aos quais a independência foi generosamente concedida. Não creio também que esse incêndio possa ser ateado por desejo da generalidade dos países africanos. Estes, segundo o que pensamos saber, não sentem as profundas paixões que na mensagem se lhes atribuem, nem teriam por si os meios de desencadear quaisquer hostilidades. Estas só seriam possíveis com elementos fornecidos pelas grandes potências e, dada a posição assumida pela Rússia e pela França e as dificuldades enfrentadas pelos Estados Unidos na Indochina, só a Inglaterra os poderá fornecer. É certo que a Rodésia desrespeita neste momento a estrutura constitucional britânica, e constitui um Governo ilegal, mas a sua dedicação à Coroa e o desejo de continuar na Comunidade Britânica merecem, no alto plano do interesse bri-*

Dada resposta à carta de Wilson, Salazar não tem dúvidas de que um ataque militar à Beira poderá ser o próximo passo. Gomes de Araújo garante que todas as disposições estão tomadas para tornar impossível um ataque relâmpago: a Inglaterra terá de montar uma operação de grande envergadura e que haverá de se pro-

---

tânico, que o assunto seja tratado com alguma indulgência. Bem mais antiga é a estrutura constitucional portuguesa e temos visto que ela não merece um respeito absoluto ao governo de Sua Majestade, pois contra ela se pronuncia amiúde e se esforça por destruí-la. Por outro lado, não se verifica que o comunismo tenha alastrado mais facilmente nas zonas onde se adopta uma política diferente da que o governo de Sua Majestade prossegue há anos. 3 — Agradeço os esclarecimentos que V. Exia. me dá quanto aos objectivos do governo de Sua Majestade na Rodésia e retenho o propósito de afastar os conceitos de imediata independência e governo de maioria; mas ignoro até que ponto e em que medida o governo de Sua Majestade pode opor-se às pressões africanas e à própria evolução dos acontecimentos. Tem-se visto a cada passo escaparem estes ao contrôle dos governos e sobreporem-se às melhores intenções, pelo que é de esperar não dê a orientação anunciada no presente para a Rodésia resultados diferentes dos alcançados noutros territórios. 4 — Aprecio a compreensão pelo nosso desejo de paz e estabilidade nas fronteiras de Moçambique e registo o seu desejo e a sua intenção de que haja na Rodésia um regime estável e para nós amistoso. No momento não nos julgamos ameaçados pela situação da Rodésia; mas depois da independência tal qual a prevê o governo de Sua Majestade, não poderá ele prestar quaisquer garantias quanto ao procedimento daquela. Nem sei mesmo como conciliar o desejo e a intenção que manifesta com o facto de os chefes terroristas que actuam contra Moçambique serem regularmente recebidos pelo Alto-Comissário Britânico em Dar-es-Salam ou com o encorajamento dado por agentes britânicos na Zâmbia a outros terroristas que entram pela fronteira leste de Angola. 5 — Lamento não considerar devidamente justificada a convocação do Conselho de Segurança, sobretudo enquanto se realizavam negociações em Lisboa e não se sabia a que resultados chegariam. Vejo que não foi possível ao governo de Sua Majestade fazer vingar a intenção ou desejo de não transformar Portugal em vítima, mas o texto da resolução foi redigido pelo representante britânico e nela é bem visível o propósito de apontar Portugal como o responsável de uma situação que o governo de Sua Majestade sabia não depender dele. Se o governo britânico pretendia a autorização de usar a força no apresamento de petroleiros e o uso dessa força invalidava todas as hipóteses futuras, nenhuma razão se descortina para Portugal ser citado com imposições especiais a não ser para o marcar como faltoso diante do Conselho onde aliás, pela voz de alguns, parece ter-se dado pela deselegância e inutilidade do acto. 6 — Não posso ocultar a minha surpresa pela forma como é encarado o livre acesso de países interiores ao mar. Está o princípio consignado numa convenção, ao

longar no tempo. Oliveira Salazar está disposto a esse embate. Mas todo o quadro assumirá um aspecto ou outro no caso de a África do Sul decidir também bater-se, ou não. Para o averiguar, é pedido a Jorge Jardim que volte urgentemente a Pretória, e em conjunto com o embaixador português procure avistar-se com o primeiro-ministro Verwoerd, e tente averiguar o alcance exacto da comunicação feita em Lisboa pela embaixada sul-africana.

Mas a vida pública portuguesa parece decorrer com normalidade. Na Sociedade de Geografia, o senador brasileiro Vasconcelos Torres ocupa-se da comunidade luso-brasileira e do *Tratado de Amizade e Consulta;* a Academia Internacional da Cultura Portuguesa acolhe no seu seio o arquiduque Otão de Habsburgo, que se avista depois com Salazar; e também pela Sociedade de Geografia é organizada a Semana do Ultramar. Em conversa com os ministros da Defesa e dos Estrangeiros, Salazar relê em voz alta a carta remetida a Wilson, ri-se com boa disposição, e diz: «*Aqui está uma bela peça. Acreditem que o Wilson está mais aflito do que nós*».

10

Que fazer? Complexo como é, o problema rodesiano ainda se agrava na segunda quinzena de Abril de 1966. Endurecem a sua

---

que suponho assinada e ratificada pelo Reino Unido. Vejo que se admite o respeito por aquele princípio mas apenas quando as circunstâncias forem normais, o que leva naturalmente a perguntar quem é o juiz dessa normalidade, questão tanto mais grave quanto é sabido que o Conselho de Segurança não pode legislar contra a lei internacional. Por outro lado, não vejo como os interesses de Portugal poderiam ser mais protegidos se colaborasse na denegação daquele princípio, que se pretende impor no prosseguimento de uma política que de há anos nos é hostil e que, além da recusa de compromissos ou garantias, permanece confessadamente agregada à mesma orientação. Quanto ao caso específico do petroleiro que aportou à Beira com combustível para a Rodésia, o assunto perdeu interessse depois da decisão do primeiro-ministro Smith, e atentos os meios aeronavais que o governo do Reino Unido concentrou ao longo daquele porto, o caso só poderá repetir-se se a Marinha britânica quiser».

posição os norte-americanos; e agora negam que alguma vez houvessem encarado a mediação portuguesa. Pelo Departamento de Estado, é solicitado ao secretário-geral do Itamaraty (1) que o Brasil intervenha em Lisboa para levar Portugal a colaborar com o Conselho de Segurança contra a Rodésia. E circulam notícias, nos corredores da ONU, de que os países africanos pretendem uma nova reunião daquele órgão, a realizar em termos por eles definidos. Ao mesmo tempo, contudo, desejam os Estados Unidos um entendimento entre Salisbúria e Londres, preocupados de súbito pelas perspectivas de um vasto conflito numa zona vital da África; e retomam a ideia de que Portugal possa ser, se não medianeiro para negociar um compromisso ou transacção, ao menos um intermediário para facilitar contactos. Aprazam-se para o Rio de Janeiro conversações tripartidas entre americanos, portugueses e brasileiros. Para o Brasil segue o director político dos Estrangeiros, Hall Themido. E Oliveira Salazar escreve ao presidente brasileiro Castelo Branco uma carta pessoal.

Diz Salazar ao chefe do Estado do Brasil que a única solução a explorar é a de uma negociação entre a Inglaterra e a Rodésia; mas não parece que Portugal esteja indicado para fazer a mediação. Neste problema, tem-se partido da ideia errada de que poderão ter resultados decisivos as sanções decretadas pelo Conselho de Segurança. Porque não é viável levar a África do Sul a aplicar quaisquer sanções, estas serão inúteis; nem a Grã-Bretanha se atreve a afrontar a África do Sul, prejudicando um comércio de alto valor e lançando Pretória numa autêntica guerra; e por isso, se exclui a negociação, apenas resta ao Reino Unido intervir militarmente e dominar a Rodésia pela força. Para este efeito, Londres tem três caminhos: partir da Tanzânia, pelo ar, violando território da Zâmbia, que já declarou não participar em hostilidades militares contra a Rodésia; desembarcar na África do Sul e atravessá-la em direcção à Rodésia; desembarcar e atravessar Moçambique. São impraticáveis os dois primeiros cami-

(1) Como se sabe, Itamaraty é o nome tradicional dado ao ministério das Relações Exteriores do Brasil, por haver estado instalado no Palácio do Barão de Itamaraty.

nhos: nem a Zâmbia o consentiria, e muito menos o permitiria a África do Sul, que é potência militar. Resta o terceiro, e então a Beira é local excelente, salvo pela vontade dos portugueses que estão dispostos a resistência séria. Mas um ataque à Beira — pela Grã-Bretanha ou pela ONU — desencadeará em toda a vasta área um cataclismo de consequências catastróficas. Ora, perante isto, não pode o Brasil ficar indiferente: porque é o líder da América do Sul, porque é do seu interesse manter a África Oriental Portuguesa como zona de expansão brasileira no quadro da comunidade luso-brasileira, e porque tem força para dizer uma palavra de peso ao mundo e em particular aos Estados Unidos, que precisam absolutamente do Brasil. E isto pode o Brasil fazer *«por acto de presença ou por declaração inequívoca»* mostrando que *«está com Portugal»*. E toda esta crise se poderá desenvolver *«nos dias mais próximos»* (1). E assim, com alguma

---

(1) É documento excepcional a carta de Salazar para o presidente Castelo Branco e por isso, sem embargo da sua extensão, segue na íntegra: *«A Sua Excelência o Marechal Castelo Branco. Excelencia: A gravidade dos problemas de que terei de ocupar-me acabou por eliminar a dúvida subsistente no meu espírito sobre se deveria ou não incomodar Vossa Excelência com esta carta. Mas penso que eles merecem a atenção pessoal de Vossa Excelência. O Embaixador Pio Correia, secretário-geral do Itamaraty, teve longas conversas recentemente com altos funcionários do Departamento de Estado em Washington, aos quais encontrou muito preocupados com a situação da Rodésia cuja evolução, nos termos das resoluções adoptadas pelas Nações Unidas, pode comprometer gravemente não só Portugal (Angola e Moçambique) e a África do Sul como também outros países da África Austral. Na sua exposição, os americanos enxertaram o pedido de que o Brasil interviesse junto de Portugal para que este colaborasse nas medidas tomadas pelo Conselho de Segurança contra a Rodésia e o Embaixador Pio Correia sentiu da parte americana o desejo de uma tentativa para explorar possibilidades de arranjar uma composição entre a Inglaterra e a Rodésia, para o que pensaram em Portugal. Nós entendemos que a única solução a explorar é a de uma negociação directa ou indirecta entre a Inglaterra e a Rodésia mas duvidamos de que estejamos indicados para qualquer mediação. Temos excelentes relações com a Rodésia mas não se pode dizer o mesmo das que no momento temos com a Inglaterra. O pior porém é que, alegando-se que as principais dificuldades britânicas vêm da pressão dos países africanos de influência inglesa, estes, salvo talvez o Malawi e a Zâmbia, nossos vizinhos de Moçambique, não têm na isenção do Governo português aquela confiança que se faria mister para o*

subtileza mas com nitidez, Oliveira Salazar faz ao Brasil, neste momento crucial, sugestões do mais vasto alcance: propõe que o Brasil considere Moçambique como parte integrante da comunidade luso-brasileira, expandindo-se ali como em território seu, e que o Brasil marque esse facto com um *acto de presença,* entendendo-se que esta, além de política, poderá ser também militar através de um contingente de forças brasileiras, não para combate,

---

sucesso da mediação. As nossas ideias acerca do fenómeno da descolonização africana estão sucintamente expressas num pequeno discurso com que há dias agradeci uma homenagem das populações de Angola e junto tenho a honra de oferecer a Vossa Excelência. No trecho referente às novas independências africanas houve a intenção de expor o que nos separa das nações europeias soberanas que precipitadamente entregaram todos os poderes às populações locais, pode dizer-se que com a total exlusividade dos brancos. Mas também se entrevê aí o que pode separar-nos da Rodésia no caso de esta, na sua evolução futura, desejar aproximar-se mais do tipo sul-africano que do tipo multirracial da acção portuguesa e da nossa ideia de constituição de nações africanas. Mas é tão grave qualquer outro desenvolvimento da questão além do negociado com a Rodésia que, sem embargo destas objecções, nós entendemos que era de perfilhar a sugestão do Embaixador Pio Correia, quanto ao encontro de um delegado português qualificado com um alto funcionário do State Departament. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Franco Nogueira, indicou para esta missão o Dr. Hall Themido, Director-Geral dos Negócios Políticos, que partirá para aí esta noite, e nós desejaríamos que nas conversações participasse o Embaixador Pio Correia ou alguém de elevada categoria do Itamaraty. Prevejo muito difíceis as conversações pela razão de que os americanos não fazem no momento uma ideia exacta do problema e de todas as suas implicações, mas nós daremos com toda a boa vontade a colaboração que pudermos. Parte-se na questão de uma ideia errada — de que as sanções contra a Rodésia, aprovadas pelo Conselho de Segurança, podem ter resultados decisivos. Os vários casos conhecidos de sanções económicas nunca tiveram o êxito esperado, e estas muito menos o terão porque a África do Sul se declarou neutral numa questão que divide e contrapõe a Inglaterra a uma sua colónia de governo autónomo, e sem a África do Sul é quase ridículo brandir armas contra Portugal. A posição da África do Sul é muito séria e hoje conhecida do governo de Londres: a África do Sul declarou e manterá pela força, se necessário, a sua própria neutralidade; não decretou qualquer embargo nem participa no mesmo; acha que tem o direito de não intervir numa contenda doméstica (como sempre a Inglaterra a considerou) e seria imoral constrangê-la a intervir contra a Rodésia. Se as Nações Unidas impuserem obrigações à África do Sul ou decretarem contra ela sanções, a África do Sul prefere abandonar as Nações Unidas e reconquistar a sua liberdade de acção.

mas como símbolo de toda uma nova e rasgada atitude brasileira em África.

Sem embargo da sua serenidade e aparente boa disposição, Salazar está preocupado a mais não poder. Que caminhos se abrem a Portugal? Ceder à Inglaterra e às Nações Unidas? É a instalação de um governo só negro na Rodésia e a abertura da fronteira ocidental de Moçambique ao terrorismo; é o colapso

---

Esta atitude e o facto de uma quebra do comércio britânico-sul-africano (que orça por mais de 400 milhões de libras anuais), bem como o daquela nação produzir cerca de metade do ouro mundial explicam suficientemente que na resolução do Conselho de Segurança se haja omitido toda a referência à África do Sul e todas as críticas incidissem sobre Moçambique e designadamente o Porto da Beira, com bastante injustiça e total deselegância que aliás não escaparam a alguns dos oradores da sessão. Tem de concluir-se que a África do Sul é invulnerável e que será inútil senão perigoso citá-la no Pretório do Conselho de Segurança. Mas se a África do Sul é invulnerável e não colaborará nas sanções, e se por não colaborar estas resultarão ineficazes, só dois caminhos restam à Inglaterra: aceitar uma negociação com a Rodésia para a independência ou o facto da independência nos termos em que foi proclamada pelo Parlamento rodesiano; ou intervir militarmente e dominar a Rodésia pela força. As conversas com o Embaixador Pio Correia parece darem a entender que os americanos optariam por aquela primeira solução, e têm razão nisso, porque a intervenção da força será catastrófica para toda a região. Efectivamente, não há senão as formas seguintes de fazer chegar forças militares à Rodésia: a) partindo por ar da Tanzânia e violando o território da Zâmbia; b) desembarcando e atravessando a África do Sul; c) desembarcando e atravessando Moçambique. Precisamos de partir de um ponto que parece firmemente assente e é que a África do Sul intervirá contra forças britânicas ou da ONU (negras ou brancas) que ataquem o território rodesiano. A razão está em que da dominação da Rodésia por quaisquer forças estrangeiras e para o caso as britânicas também o são — sairá a breve trecho um governo negro racista e a África do Sul terá na fronteira lutas que neste momento vê desenvolverem-se a milhares de quilómetros de distância, sendo Portugal a suportar o peso delas. Seja portanto qual for o ponto de partida para o ataque, haverá de lutar-se contra um exército poderoso e na região auto-suficiente. Esta perspectiva, anarquizando as economias de territórios florescentes e levantando problemas sociais de extrema gravidade agora adormecidos, penso estara presente aos olhos de americanos e britânicos e devia ser suficiente para não se lhe dar efectividade. Mas examinemos os pontos acima indicados como possíveis pontos de partida de forças contra a Rodésia. Tecnicamente, a partida de Dar-es-Salam é difícil, morosa e cara, e levanta um problema político sério: é que a Zâmbia, ligada à Rodésia por laços económicos muito estreitos, embora

de toda a construção política de Portugal na Africa Central e Austral; é o desprestígio perante a Zâmbia e o Malawi e a inutilização de quanto está feito com estes dois países. Resistir? Mas irá a Inglaterra, como as aparências indicam, para um golpe militar? Talvez o faça, se sentir apoio internacional e julgar que é fácil o terreno; não o fará se estiver segura de que encontra uma resistência decidida. E como se comportarão as forças armadas

---

não concorde com a independência unilaterial e sob chefia branca, declarou já não querer uma guerra contra ela, partindo do seu território. A África do Sul, pelo que acima deixei dito, não permitirá um desembarque nem trânsito pelo seu território, antes se lhes oporá. Resta Moçambique que poderá ser sobrevoado por forças que utilizem uma base recentemente posta à disposição dos britânicos na República Malgache, ou mesmo utilizado à força para desembarque e trânsito de tropas. A Beira é o local excelente. Tem um bom porto, caminho-de-ferro directo para a Rodésia, estrada de bom tipo para a fronteira, oleoduto para o transporte de petróleo desde o porto até à Rodésia onde a quinze quilómetros da fronteira existe uma refinaria. Tudo óptimo, excepto a vontade dos portugueses que, conhecendo muito bem a traça do imperialismo britânico naquelas regiões, e sabendo de antemão os resultados catastróficos que para elas adviriam de um golpe contra a Rodésia, não estão dispostos a deixar passar sem resistência séria e as mais consequências que daí advirão as tropas britânicas ou da ONU por aquelas terras. (Refiro-me às da ONU porque, sendo a opinião pública britânica hostil a uma prova de força contra a Rodésia, a questão pode ser posta nas Nações Unidas para serem estas a organizar o exército de invasão e de ocupação). Toco aqui um dos aspectos fundamentais de todo este problema. É claro para mim que tendo sido posta de parte a tentativa feita há anos para que o Brasil encabeçasse o mundo africano contra ou nas costas de Portugal, o que se me afigura estar dentro das possibilidades e do interesse do Brasil é, em primeiro lugar, continuar a ser o líder de toda a América do Sul; e é em segundo lugar expandir-se por África através e por intermédio do Portugal africano. Para esta última expansão é preciso que esse Portugal africano subsista e Portugal possa entrar com ele na comunidade luso-brasileira. Ora o Portugal que dá para o Índico onde o Brasil não tem possibilidades de penetração senão através de Moçambique, estará em gravíssimo perigo de perder-se numa — a mais provável — das hipóteses acima enunciadas. Quanto à América do Sul, como vemos daqui o problema é que os Estados Unidos precisam absolutamente, naquela zona que é zona natural do interesse americano, do auxílio, da força e da acção do Brasil, sem o qual aquele interesse não pode realizar-se. De modo que se nos afigura que o Brasil tem perante os Estados Unidos uma posição muito mais forte do que julga e que podia utilizar em benefício geral. Se o Brasil por acto de presença ou por declaração inequívoca mostrar ao mundo e designadamente

portuguesas? Gomes de Araújo continua a reforçar toda a área da Beira, seu porto e seu aeroporto, e entregou o comando superior da zona ao brigadeiro Teixeira da Mota, oficial de aprumo militar, disposto a bater-se até ao último sacrifício (1). Mas o chefe do governo parece acalentar algumas dúvidas. E no plano internacional? Sugere o ministro dos Estrangeiros diligências de alto nível, junto do presidente De Gaulle, do presidente Johnson dos Estados Unidos, e do primeiro-ministro Verwoerd da África do Sul. Mas Salazar mostra-se relutante: o Brasil é o Brasil e é como se fosse de família: mas os demais são estranhos e não se lhes pedem favores. «*Temos força ou não temos, temos vontade ou não temos, somos país ou não somos*», conclui Salazar. E parece esperar um milagre.

De nada suspeita a opinião pública, e a vida colectiva segue a sua rotina. São aumentados os vencimentos do funcionalismo. São organizados actos comemorativos do *28 de Maio*. E em 25 de Abril de 1966, o papa Paulo VI condecora finalmente o presidente da República portuguesa com a Ordem do Esporão de Ouro. Naquele dia, o núncio apostólico, Monsenhor Fursten-

---

aos Estados Unidos que está com Portugal, eles verão que o único caminho a seguir é recomendar insistentemente e servir-se do seu poder junto da Inglaterra para que procure uma solução do problema rodesiano — a qual só pode ser um reconhecimento do facto da independência, condicionado a uma modificação constitucional, ou uma negociação para uma independência concedida e reconhecida em termos convenientes. Tem a Inglaterra receio de perder a sua influência junto dos povos africanos, se não dominar a Rodésia. Nós temos de distinguir entre os oradores da ONU e os governos e povos ali representados. E quando fazemos esta distinção, não notamos nestes últimos as paixões nem antevemos os perigos que a Inglaterra antevê. Desculpe-me Vossa Excelência, Senhor Presidente, a extensão e secura desta carta, mas eu entendi que o assunto e os perigos que Portugal corre no momento me desculpariam de roubar tanto tempo à sua atenção. Esta crise vai desenvolver-se, ao que supomos, nos dias mais próximos, o que me permito assinalar à atenção de Vossa Excelência. Com a mais alta consideração e os mais respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar». A carta foi pessoalmente entregue ao presidente Castelo Branco pelo embaixador de Portugal, Battaglia Ramos.

(1) Inácio Teixeira da Mota. Não confundir com o almirante Avelino Teixeira da Mota, historiador ilustre e investigador da expansão portuguesa no mundo. Julgo não existir sequer parentesco entre ambos.

berg, vai a Belém fazer a entrega das insígnias a Américo Thomaz (1). É solene a cerimónia. Estão o cardeal Cerejeira, o arcebispo de Mitilene D. António Xavier Monteiro, membros do governo. Diz o núncio: «*É para mim uma satisfação pessoal cumprir este honroso mandato e ver o papa distinguir aquele cujo lar reflecte as mais belas virtudes cristãs e que sabe exercê-las na mais alta Magistratura da Nação com completa abnegação para o maior bem dos seus concidadãos*». É lido o breve de Paulo VI. Distingue o pontífice a «*Nobre Nação portuguesa*» que «*tem sido benemérita da Igreja Católica*»; recorda o Santuário de Fátima, «*célebre no mundo inteiro*»; lembra que justamente concedera ao Santuário a *Rosa de Ouro*, como anunciado na III sessão do Concílio; confia em que «*as públicas relações que unem entre si Portugal e a Sé Apostólica ainda possam grandemente promover no futuro, como no presente, a utilidade comum e o verdadeiro bem*»; e sendo assim, «*por este Breve te elegemos, constituímos e nomeamos Cavaleiro da Ordem da Milícia Dourada ou do Esporão de Ouro e te alistamos na nobilíssima e singular assembleia dos mesmos Cavaleiros*». Agradece o presidente de Portugal: «*Chefe de Estado de uma Nação profundamente católica e missionária, que dilatou ao longo dos séculos, por terras e mares, a fé de Cristo, acolho com alegria esta marca do reconhecimento pontifício, e a pessoa agraciada aceita-a com devoção desvanecida*». Depois, por seu turno, o presidente condecora o núncio com a Ordem de Cristo. Considera a opinião

(1) Há neste assunto um pormenor curioso. A *Ordem do Esporão de Ouro* não é a mais elevada da Santa Sé. A mais alta ordem da Santa Sé é a *Ordem Suprema de Cristo*, «*não havendo nenhuma dignidade mais eminente, mas a todas as outras se sobreponha em lustro e decoro*», segundo o Breve de Pio X. Simplesmente, com a extinção dos Templários em Portugal, D. Dinis nacionalizou a Ordem e criou a *Ordem de Cristo* com a aprovação do papa João XXII, que no entanto se reservou o direito de designar *cavaleiros de Cristo*. Mas o papa Júlio III, no século XVI, concedeu ao chefe do Estado português a qualidade de Grão-Mestre perpétuo da Ordem de Cristo. Deste modo, o chefe do Estado português *não pode aceitar* que o papa o condecore com uma ordem de que ele é Grão-Mestre. O *Esporão de Ouro* não é a mais alta ordem da Santa Sé, mas é a mais alta que o presidente da República Portuguesa *pode* receber das mãos de um pontífice.

pública que estão definitivamente seladas as pazes entre Lisboa e a Cúria de Roma; e muitos perguntam-se se o enaltecimento do Santuário de Fátima significa que Paulo VI se propõe visitar aquele lugar alto de peregrinação cristã. Américo Thomaz escreve ao papa uma carta, que segue para António de Faria. E Monsenhor Dell'Acqua, da Cúria, diz enigmaticamente que faz votos por que, no ano de 1967, o embaixador pudesse estar ao lado do papa em Fátima. Na subtileza da Santa Sé, que quer isto dizer exactamente?

11

Dois dias mais tarde, em 27 de Abril de 1966, completam-se trinta e oito anos sobre a entrada definitiva de Salazar para o governo. E ao outro dia, a 28, cumpre o presidente do Conselho setenta e sete anos de idade. São celebradas as duas datas. Américo Thomaz cumprimenta e felicita Oliveira Salazar, e à residência deste, ou a S. Bento, afluem os ramos de flores enviados por mulheres portuguesas, e chegam as mensagens, os telegramas de todo o mundo português. Há sessões promovidas pela *União Nacional* e pela *Liga 28 de Maio,* há serviços religiosos; e a tudo acorre a alta-roda da situação. Salazar deixa-se fotografar com alguns grupos de mulheres que vão à Rua da Imprensa, ou grupos de crianças. Mas trata as duas datas como dias normais de trabalho. Recebe ministros, e entre estes o das Obras Públicas. Arantes e Oliveira entrega a Salazar um álbum que assinala alguns milhares de obras a inaugurar, ou a lançar no quadragésimo aniversário do *28 de Maio.* Pelo país, atenta-se na grande idade do chefe do governo: setenta e sete anos. Decerto, está intacta a sua lucidez, e na aparência das coisas, para o grande público, mantém as suas faculdades de trabalho e acção. Mas todos se perguntam, no regime e na oposição, por quanto tempo se conservará Salazar à frente dos negócios do Estado. E para além de Salazar? Julgam os oposicionistas que se aproxima a sua oportunidade; mas não é clara a visão que se lhes apresenta do possível desenrolar dos acontecimentos; e os homens que apoiam o governo e a situação

sentem igual incerteza, nenhuma perspectiva se lhes impõe como óbvia, e acham ser mais do que tempo para Salazar preparar um sucessor, ou indicá-lo. Não se acanha o chefe do governo de abordar o assunto com alguns homens da sua confiança, o José Nosolini, João Costa Leite, um ou outro ministro. «*Sim*», diz Salazar, «*acho que devo ser substituído, por iniciativa do Chefe do Estado, e isso deveria ser feito enquanto estou ainda válido. Todos deveríamos combinar isso com brevidade*». Mas por que não designa publicamente um nome para sucessor? Reage Salazar como em vezes anteriores: «*Ah! não, isso não posso fazer*». E repisa a sua velha explicação: «*Bem vêem, a pessoa que eu indicasse já terá decerto os seus inimigos e, porque indicada por mim, ficaria também com os meus inimigos, que não são poucos. É carga excessiva para iniciar uma carreira política*». E a interrogação de todos é a mesma: quantos anos mais além dos setenta e sete?

Mas através destes dois dias, Salazar não perde de vista a questão da Rodésia, e de toda a África Austral. Em nota oficiosa que o Ministério dos Estrangeiros publica, é sublinhada a cooperação entre Portugal, a Zâmbia e o Malawi, para abastecimento destes por caminho-de-ferro e por estrada; é salientado o êxito com que têm sido executadas as decisões do *comité tripartido*, formado por delegados daqueles países; e num doesto aos meios internacionais, regista-se que nem a ONU, ou a grande imprensa, ou o governo britânico, preocupados como dizem estar com os países interiores, fizeram sequer menção do serviço decisivo prestado por Portugal. E depois o governo português, na mesma altura, responde ao telegrama do secretário-geral das Nações Unidas, de há quinze dias, e em que U Thant transmitiu o texto da resolução aprovada pelo Conselho de Segurança contra a Rodésia. Lisboa suscita as suas reservas. É posto em causa o próprio equilíbrio político de um órgão supremo da ONU e o governo português pergunta: se todos os cinco membros permanentes se abstiverem, podem ser tomadas decisões respeitantes à paz e à guerra apenas com os votos afirmativos dos dez membros não permanentes? Depois, outra questão: tendo sido negados o princípio da liberdade dos mares e o do livre acesso dos países interiores aos oceanos, que são objecto de convenções mundiais, pode o Conselho legislar contra a lei internacional? E por último

Lisboa quer investigar o seguinte: o Conselho confiou à esquadra britânica um mandato, que pode ir ao uso da força; a Inglaterra participou na votação, e portanto é ao mesmo tempo mandatária e mandatada; e o problema consiste em apurar como e quem fiscaliza o cumprimento de um mandato quando é a mesma a entidade que o confere e o executa. Por outras palavras: Lisboa declara que não descobre forma de cumprir a resolução contra a Rodésia.

Continua Gomes de Araújo a reforçar no possível a defesa militar da Beira, seu porto e seu aeroporto. Mas as informações recolhidas por Lisboa indicam que também a Grã-Bretanha intensifica uma concentração de meios que apenas pode ter um ataque à Beira como única explicação plausível: forças aéreas e terrestres na Tanzânia; novos elementos aéreos na Zâmbia; despacho de um terceiro porta-aviões para render em águas de Moçambique um dos dois que ali se encontram de forma a que, durante um curto período, possam estar na zona *três porta-aviões*. Sempre por pressão dos ministros da Defesa e dos Estrangeiros, e com a relutância de sempre, Salazar por fim concorda, perante os factos, em chamar a atenção dos governos francês e sul-africano para o que parece estar forjado em Londres. Marcello Mathias, em Paris, recebe instruções para tentar ver De Gaulle, e sugerir-lhe que a França use do seu *veto* se, como se rumoreja, os africanos promoverem uma nova reunião do Conselho de Segurança para aprovar um novo texto; ou condene publicamente o uso da força; ou mobilize mais forças navais para o canal de Moçambique, fazendo-as visitar a Beira e Lourenço Marques; ou peça a Portugal facilidades em Moçambique para apoio logístico de aviões militares franceses; ou, finalmente, intervenha junto de U Thant e dos africanos para os moderar. Mas é inteiramente diferente a diligência praticada em Pretória. Chegam notícias de que, apesar de tudo, serão entabuladas conversas entre Ian Smith e Harold Wilson, e nesta base o assunto é abordado com Pretória. Salazar escreve uma longa carta pessoal ao primeiro-ministro sul-africano Verwoerd. Que diz? Espera que as negociações conduzam a um acordo; mas há que admitir a hipótese de falência. Sabe-se, porque foi comunicada a Lisboa, qual a atitude assumida pela África do Sul até agora: e no futuro? Pode acontecer, numa nova reunião do Conselho de Segurança,

que as sanções e o embargo de petróleo sejam ampliados à África do Sul e que à Inglaterra seja confiado mandato para reduzir pela força a Rodésia. É implausível a primeira ideia, porque a África do Sul é invulnerável pela importância do comércio anglo-sul-africano, pelo valor do seu ouro e diamantes, pelo volume da sua importação de combustíveis, pela sua força militar. Foi por estas razões que na reunião anterior, por iniciativa da Grã-Bretanha, o Conselho *«se entreteve a ferir Portugal e a debicar no oleoduto da Beira, deixando no silêncio a África do Sul»;* e *«achámos o caso deselegante para nós mas julgámos que foi assim muito bem para o Governo sul-africano»*. Resta a hipótese de submeter a Rodésia pela violência. Escreve então Salazar: *«É aqui que sou obrigado a pôr o problema essencial desta carta. A posição da África do Sul, como resulta das declarações do Embaixador, é exclusivamente defensiva contra todas as violências que se pretendam exercer contra a sua soberania e a sua neutralidade. E toda a acção britânica nos termos que enunciei pode respeitar e certamente respeitará os direitos da África do Sul. A dedução que daqui se tiraria é que tanto a Rodésia como Portugal podem ser naqueles termos separadamente batidos, sem se pôr em jogo qualquer mecanismo de forças da África do Sul, que, a intervir mais tarde, interviria então sem esperança de êxito»*. Para que não alastre a guerra e não devore a África Austral, é necessário, *«como diria M. de La Palisse»*, que não haja guerra, e para tanto há que dispor de elementos dissuasores válidos. *«De tudo deduzo que a urgente coordenação no tempo e no espaço de todas as forças interessadas — portuguesas, rodesianas, sul-africanas — deveria ser estabelecida e acordada antes de postos diante de factos de agresssão que aliás nesta primeira fase não visarão a África do Sul»*. E Salazar conclui: *«Nós precisamos de uma palavra do Governo de Vossa Excelência acerca deste ponto, pois dela depende o juízo que temos de fazer sobre os preparativos e a reacção em face de uma acção que acarretaria para nós as mais graves consequências, e só para obtermos uma satisfação de ordem moral»* (1). E, já regressado do Brasil, segue

(1) Toda escrita pelo seu punho, como a que enviou ao presidente brasileiro, é também muito extensa a carta de Salazar para Verwoerd, e é impos-

também Hall Themido, director político nos Estrangeiros, para Pretória, e aí se reúne a Jorge Jardim e a Álvaro Laborinho, embaixador de Portugal, que faz entrega da carta ao primeiro-ministro Verwoerd. Este não oculta a sua ansiedade. Em termos de facto, Salazar está a sugerir, perante uma possível guerra na África Austral, um arranjo militar tripartido, e a ideia surge para Pretória como inteiramente nova no terreno político. Não se compromete o chefe do governo sul-africano, além de dizer que vai dar ao documento toda a ponderação.

Entra o mês de Maio de 1966, e não parece abater a crise. Vive em estado de alerta a guarnição da Beira, e as forças ali concentradas foram distraídas de outras áreas, cuja defesa por isso começa a ressentir-se. Uma questão é decisiva: qual é, em fim de contas, a atitude dos Estados Unidos? Por encargo de Lisboa, o enviado português em Washington, Vasco Garin, avis-

---

sível transcrevê-la neste trabalho. Algumas passagens ou argumentos são variantes dos usados na carta para Castelo Branco. Seguem alguns dos trechos apenas dirigidos à África do Sul: «*Ora desde o momento em que as sanções e designadamente o embargo do petróleo são inoperantes sem o concurso da África do Sul, não há para os países africanos outra saída (sempre na hipótese de as negociações se gorarem), que fazer aprovar pelo Conselho de Segurança o mandato à Grã-Bretanha de submeter pela força a Rodésia. Não é de presumir uma força internacional, como a que interveio no Congo, porque estão ainda frescas na memória de todos a sua actuação, dificuldades de organização e resultados negativos. Sabe-se também que os britânicos propriamente sentem e exteriorizam a maior relutância em combater os rodesianos, que ingleses são, mas um mandato dado à Inglaterra pelas Nações Unidas permite acalmar muitas consciências e admite o emprego de forças mercenárias, que as há no mundo*». Depois Salazar descreve, como na carta para o presidente Castelo Branco, os caminhos possíveis para ataque à Rodésia, concluindo que a Beira «*representa o ideal de uma força de intervenção a 300 quilómetros de distância*». Mais adiante: «*Simplesmente, nós declarámos desde princípio a nossa neutralidade no conflito e temos ajudado a Rodésia dentro das nossas possibilidades. Nestes termos, nós somos obrigados a tomar as providências necessárias para evitar que essa neutralidade seja violada. A nossa convicção é que a Inglaterra ou chegará a entendimento com a Rodésia ou organizará um ataque em força a esta, de modo não só a esmagar a sua própria resistência mas toda a que pudermos opor à sua acção. E daqui nós deduzimos todas as alterações que no pensamento se alberguem acerca de todo o mapa da África Austral*». Seguem-se as passagens acima transcritas no texto.

ta-se com o presidente Johnson, e expõe a gravidade da situação; mas não reage o chefe do Estado norte-americano. E então, para num derradeiro esforço prevenir uma agressão militar à Beira, Oliveira Salazar concorda em se dirigir ao presidente dos Estados Unidos. É documento de conteúdo diverso, aquele que é remetido a Lyndon Johnson. É pedagógico: onde está situada a Rodésia é uma África diferente: é a África *«multirracial, onde o branco se implantou e trabalha há muitas gerações»*, e que *«ainda se encontra livre da infiltração comunista e oferece contra esta uma sólida barreira»*, e que *«compreende as províncias portuguesas de Angola e Moçambique e a África do Sul e é uma vasta área quase tão extensa como os próprios Estados Unidos»*. É doutrinário, para ir ao encontro das preocupações ideológicas americanas: se estas exigem um governo com o consentimento expresso dos governados ou governo de maioria, *«não seremos nós, portugueses, criadores da sociedade multirracial e defensores seculares da noção dos direitos humanos e da igualdade rácica, que objectaremos àquela posição ideológica»*. Acontece que não tem sido praticada em África esta ideia de um governo de maioria, visto como em resultado da descolonização é em toda a parte de minoria o governo, e por isso *«o que está em causa na Rodésia não é o facto de o governo ser de minoria mas o facto de ser branca esta minoria»*. Neste particular, acentua Salazar: *«nós próprios não aprovamos um sistema que entrave e impeça o acesso»* das *«competências qualificadas que se revelem entre os negros»*. Depois, o chefe do governo alude às pressões dos países africanos, que todavia estão conscientes dos perigos militares e económicos, se a situação se agravar; e desenvolve, colocando-os naquele plano mundial, que interessa aos Estados Unidos, os problemas militares e políticos que podem abrir-se naquela zona de África e que afectariam a *«defesa do Atlântico Sul e o acesso do Índico»*. E salienta Salazar: *«É preciso com efeito não perder de vista, Senhor Presidente, que a área de África em causa é a mais desenvolvida, a mais progressiva, a mais próspera — e isto quanto a toda a população e não apenas quanto aos cinco milhões de brancos que ali habitam há muitas gerações. Tudo isto se poderá salvar para o Ocidente e para a própria África ou se poderá perder, conforme for possível deixar mandar as emo-*

ções ou a razão política e esta puder distinguir interesses a curto prazo e objectivos permanentes». Salazar faz então sobressair a acção americana: *«Nesse contexto, o presidente dos Estados Unidos poderá desempenhar um papel histórico evitando uma nova crise de vastas proporções»,* e o governo de Washington está em condições de dizer uma palavra em Londres para que as negociações ou conversações com Salisbúria possam levar a resultados práticos: para dizer isto, Portugal tem a legitimidade que deriva de poder ser — e já o está sendo — muito desfavoravelmente afectado. E esta carta é entregue por Vasco Garin a Lyndon Johnson, na Casa Branca (1).

Por parte de Lisboa, nada mais ocorre agora fazer, além de manter despertos os governos para a gravidade da situação. Atenuam-se, por outro lado, os rumores quanto a uma breve reunião do Conselho de Segurança: estariam os países africanos encontrando algumas dificuldades. Mas para o governo português é outra a questão: que resultados obtêm as diligências portuguesas? Nestes inícios de Maio de 1966, chegam a Lisboa as primeiras respostas. Da França, antes de outras. Marcello Mathias não se avistara com De Gaulle; mas no Eliseu, o secretário-geral para assuntos africanos, Foccard, exprime a sua convicção de que os preparativos militares britânicos, se alguma vez tiveram objectivos de agressão, têm agora somente o de entibiar vontades e resistências. É de

---

(1) Esta carta foi composta pelo autor desta biografia, e depois revista e alterada por Salazar. Também muito extensa, é impossível trasladá-la na íntegra. Seguem somente mais alguns trechos: *«Disse acima que a África onde se situa a Rodésia é diferente da restante África ao sul do Equador, e apresenta problemas e situações políticas inteiramente diversas. É a África que pode definir-se como indo do Rovuma ao Zaire, até ao Cabo da Boa Esperança. Se nessa África, que já hoje conta países independentes de estrutura negra mas que é sob vários aspectos solidária entre si, se provocar ou permitir uma vasta convulsão, serão catastróficos os prejuízos não só para os povos daquela área como para todo o Ocidente. Deveríamos enfrentar uma crise militar muito séria que afectaria a defesa do Atlântico Sul e o acesso ao Índico; teríamos uma crise no comércio internacional que afectaria desfavoravelmente alguns dos grandes mercados ocidentais; e teríamos uma crise económica de largas proporções que poderia atingir a libra e o dólar, as duas moedas de troca do Ocidente».* Noutras passagens, e com algumas variantes, são naturalmente repetidos argumentos já utilizados nas cartas para Castelo Branco e Verwoerd.

outro teor a reacção brasileira. Castelo Branco escreve a Salazar uma carta extensa; e é amável, correcto, afectuoso. Não se compromete numa política, nem toma as sugestões de Salazar para as levar ao seu fim último. Mas é positivo e mesmo firme num enquadramento da questão favorável a Portugal. Diz: «*externou o Brasil junto às autoridades norte-americanas seu receio de que Portugal pudesse vir a ser envolvido nas consequências de uma questão originada entre terceiros, na qual não tem parte nem responsabilidade e frente à qual seu procedimento parece ao Brasil haver sido e estar sendo absolutamente correcto*». E afirma: «*ordenei a meus Embaixadores em Washington e Londres que manifestassem aos Governos junto aos quais se acham acreditados o extremo desprazer com que o Brasil verá qualquer acto de força contra o território português em África ou quaisquer medidas tendentes, por outra forma, a violar a soberania de Portugal ou a coagir seu Governo*». Concluiu o presidente brasileiro por sublinhar a preocupação, comum aos dois países, «*da defesa do património moral e jurídico legado pelos nossos antepassados e que dá tanto significado à presença e à política de Portugal e do Brasil no mundo atlântico e entre as Nações livres* (1). E dias mais tarde chega a Lisboa a resposta da África do Sul. Para o primeiro-ministro Verwoerd, a questão é posta por Portugal em termos perfeitamente exactos, no ponto de vista militar. No plano político, todavia, é outra a sua opinião. Para Verwoerd, um ataque à Beira teria de significar a guerra entre a Inglaterra e Portugal, e apenas seria concebível se fosse um ataque relâmpago; mas este, se foi pensado por Londres, tornou-se impossível dada a importante concentração de forças feita por Portugal. Deste modo, a Inglaterra não vai actuar, e o «*perigo desapareceu e não reaparecerá*». São assim supérfluas quaisquer conversações militares,

(1) Notar-se-á a fórmula ambígua, nesta passagem, do presidente Castelo Branco: refere-se ao *património moral e jurídico*, não a *património territorial* ou mesmo apenas a *património*, que abrangeria tudo. E ao passo que Salazar sugeria um *acto de presença* em África, C. B. fala de uma presença no *mundo atlântico*, excluindo assim o Índico, e tanto podendo significar *Angola* como somente o *Portugal europeu*. No mais, foi de claro apoio a atitude do Brasil, e impressionou as potências.

e até contraproducentes porque, não sendo viável manter o seu segredo, poderiam acaso provocar medidas militares que precisamente importa prevenir. Há a concluir assim, da carta de Verwoerd, que o potencial militar mobilizado para a Beira, além de outros factores, haveria feito o governo de Londres alterar o rumo que de início se traçara. Mas o quadro não está completo: falta a reacção do presidente Johnson: e já tarda. Entretanto, Salazar recebe o cardeal Ferretto, da Cúria Romana, e ambos conversam tranquilamente de Fátima, que encantara o prelado, e dos progressos do país, que este não visitava desde 1929, quando viera para assistir à elevação de Cerejeira à púrpura.

Em Conselho de Ministros de 20 de Maio de 1966, todo o problema rodesiano e a atitude portuguesa são debatidos. Recebe apoio a política seguida; e o Conselho, embora sem excessiva pormenorização quanto às providências militares, fica preparado para o que possa acontecer de pior. É firme o ministro da Defesa, e diz: «*Goa não se repetirá*».

12

Naquele mês de Maio de 1966, a opinião pública interna, tanto da metrópole como do ultramar, tem a sua atenção desviada para as celebrações do *28 de Maio* de há quarenta anos. Chega finalmente o mês da Revolução Nacional: é uma grande data do regime: este cumpre quatro décadas de vigência. Já enquadrado neste espírito, há um primeiro acto de tomo: a apresentação do projecto final do novo Código Civil. No salão nobre do Supremo Tribunal, há cerimónia solene, presidida pelo chefe do Estado; profere o elogio do diploma o juiz-presidente, Osório de Albuquerque; e depois o ministro da Justiça, Antunes Varela, define as grandes linhas mestras do novo estatuto do direito civil em Portugal. Diz o ministro: «*Um novo sangue vai circular nas artérias da Lei, para revigorar a força do Organismo jurídico*» (1).

(1) Não deixa Salazar de seguir com atenção o assunto. Escrevera a Antunes Varela: «*Ao Senhor Ministro da Justiça — Muito agradeço a V. Exia. a sua*

Ao mesmo tempo, pelo território nacional, são em número crescente as reuniões políticas, as sessões públicas, promovidas pela *União Nacional* ou autoridades locais. Mas as celebrações que pesam estão aprazadas para Braga, a *Cidade Santa da Revolução,* como em tempo lhe chamara Santos Costa, e de onde haviam partido Gomes da Costa e o Exército há quarenta anos cumpridos.

No dia 27 de Maio, o país queda-se estupefacto, e curioso: Salazar toma em Lisboa o avião de carreira para o Porto. Aos setenta e sete anos, pela primeira vez, entra num avião para descolar e viajar: comprou o seu bilhete, vai com os demais passageiros, acompanha-o apenas a governanta. Há alguma especulação: esta curta experiência aérea será prelúdio a trajecto mais longo, a Angola e a Moçambique? Não é: trata-se somente de salvar tempo e poupar uma viagem para si fatigante e penosa. Pernoita no Porto, e ao outro dia, sobre o cedo, sai para Braga. São as grandes celebrações. Chega o presidente da República, recebido pelo arcebispo primaz, D. Francisco Maria da Silva, e demais notáveis. Depois, é todo um programa de actos cívicos: no Largo do Agrolongo, é inaugurada a estátua do Marechal Gomes da Costa; em Infantaria 8, abre-se uma lápide evocativa; desfilam tropas em parada; e através de tudo são os discursos, as bandeiras, os arcos festivos, os aplausos, as multidões que vibram sob um calor de brasa. E pela tarde, as salas da Biblioteca Pública transbordam com os homens do Estado Novo que vieram das sete partidas: por entre interrogações de todos, Salazar diz o seu discurso.

Porque se encontra Salazar em Braga, naquela sala e naquele momento? É que «*sou o único em funções de mando desde que a Nação, precisamente em Braga, foi alertada para nova vida, nos quarenta anos decorridos desde 28 de Maio de 1926*». Nos dois

---

carta de 16 (de Abril) *e as informações acerca da apresentação do projecto do Código Civil e mais tarde da apresentação do próprio Código. Acho bem que o Chefe do Estado presida à sessão de 10 de Maio e se façam as conferências e palestras pela RTP e pela Emissora. É preciso ensinar as gentes a dar o devido valor às coisas. Quanto à sessão de Out. ou Nov., temos ainda tempo para conversar*». De uma carta de 19-IV-66.

primeiros anos, entre 1926 e 1928, não lhe couberam na governação quaisquer responsabilidades; mas estas, nos demais anos, foram grandes e pesadas; e por isso pode dar testemunho válido da coisa pública neste período, *«curto para a história e longo para a vida». «Longo e difícil».* E que período foi esse? De dificuldades sobejas: o rescaldo da primeira Grande Guerra, a crise económica da década de trinta, a guerra de Espanha, a segunda Grande Guerra de 39-45, a nova penúria e desorganização económica da Europa e do mundo, o flagelo das ondas terroristas a invadir Angola, a Guiné e Moçambique. Oficialmente, a Europa tem sobre o destino dos territórios da sua soberania uma concepção diferente da portuguesa; *«e o desencontro dos nossos conceitos, quanto à defesa do Ocidente, fez eclodir contra nós a mais virulenta, vasta e persistente campanha internacional que alguma vez se viu um pequeno país sofrer da parte daqueles que se julgaria deverem defender a mesma causa».* Quer dizer: o *28 de Maio* teve *«afinal de realizar a sua obra cercado de riscos e dificuldades sem conta».* E no entanto correspondeu às aspirações do mais profundo da Nação portuguesa. Por que motivo *«ninguém antes de nós o pôde realizar?»*

Desde Mendes de Vasconcelos e Severim de Faria a Oliveira Martins, Mariano de Carvalho e Anselmo de Andrade, encontram-se as críticas mais amargas acerca da vida económica e financeira de Portugal. Nunca pôde mesmo ser fixado o ponto de partida para o pensamento definir uma directriz de acção. Ainda em 1928, *«ao tomar eu conta da pasta das Finanças, se debatiam as duas teses: a que entendia se devia começar pelo desenvolvimento económico para depois se atingir o equilíbrio financeiro; e a que defendia dever começar-se por este para, sobre a estabilidade e solidez das Finanças, se lançarem os alicerces de maior enriquecimento nacional».* Foi dada prioridade às finanças; e os males verberados por todos — do *déficit* do orçamento ao descrédito do Estado — *«são assuntos de que não se fala hoje».* Subjacentes a tudo, no entanto, têm estado duas ideias que os novos tempos permitiram pôr de lado: uma é que Portugal, país agrícola, devia dar à agricultura o seu maior, senão exclusivo esforço; a outra é que a indústria é apanágio dos países que possuem matérias-primas. Não é assim, sobretudo se houver a

ideia de interligação entre metrópole e ultramar, de que no passado apenas Mariano de Carvalho se fez eco; mas para emendar aqueles erros são precisos meios e tempo. E hoje, que há *«meios e tempo, o que vamos fazer com eles?»* Ora a verdade é que, à parte o que se deva ao Marquês de Pombal quanto a algumas indústrias, e ao Fontismo quanto a comunicações um século mais tarde, *«é nos últimos dez ou quinze anos que vemos a indústria portuguesa tomar atitude rasgada de progresso»*, e instalar-se e apetrechar-se, de modo a *«competir e ultrapassar já em valor a agricultura tanto na produção como nas exportações portuguesas»*. Mas todo *«este progresso, dentro de pouco espectacular, não seria possível, como o não seria o da agricultura nem o dos trabalhos públicos, sem o apoio da obra financeira a que me referi»*. Salazar vinca logo outro ponto: *«E se formos capazes de constituir com todo o Ultramar o espaço económico português, como ficou prescrito na Constituição de 33 e há alguns anos vimos pacientemente estruturando, teremos diante de nós mais do que aquilo com que os nossos avós sonharam, porque lançamos na verdade uma grande obra, esta ao nível da Nação»*. E tudo isto deverá constituir preocupação e tarefa capazes de substituir todos os enervamentos e dúvidas e ansiedades da nossa mocidade de hoje, pois que foram rasgados *«horizontes vastos a uma vida que vale a pena viver»*.

Mas por que só agora se conseguiu um objectivo sonhado durante séculos pela Nação? Por que falharam tão *«belos espíritos»* como Oliveira Martins, Mariano de Carvalho, Augusto Fuschini, Anselmo de Andrade, Afonso Costa? Responde Salazar: *«é que nos encontrávamos em face de uma grave crise do Estado»*. *«Custa-me a admitir que esta crise atingisse o cerne da Nação»*. Na verdade, esta suportou durante 28 anos as lutas da Restauração; depois bateu-se nas invasões napoleónicas e mais tarde na Flandres; e além disso produziu descobridores, militares e políticos ultramarinos como Capelo e Ivens, Mouzinho, António Enes, Caldas Xavier, Azevedo Coutinho, Paiva Couceiro e tantos outros que, *«apoiados na Coroa e servidos pela arraia-miúda, podiam escrever em África, à margem da desordem política, as estrofes duma epopeia imorredoura»*. Impõe-se então concluir que *«não só a administração era vítima da política»* como entre a política e o

agregado nacional se criou um fosso que tornava inoperante a governação quanto a outros grandes interesses nacionais. Deste modo, *«até a Nação seria abandonada ao seu próprio envilecimento, senão entregue a factores que trabalhariam na sua desintegração»* (1). Deve dizer-se, porém, que este ponto não foi visto com clareza pelos que lançaram o *28 de Maio,* e que se satisfaziam com uma paralisia temporária das estruturas políticas, para um seu novo ordenamento. Não se haveria assim feito uma revolução. Esta apenas se conseguiu pelo preenchimento de duas condições: alteração da essência e estrutura do Estado; e inspiração da política, não em ideologias ou interesses estrangeiros, mas em fontes nacionais. Para além da sua bravura e qualidades de chefe militar, Gomes da Costa poderia ter sido o condutor dessa nova política nacional? Da sua efémera passagem pelo governo, nos primórdios do *28 de Maio,* ficou a Salazar essa dúvida, *«que ainda hoje persiste no meu espírito»*. Aos políticos raras vezes é favorável o destino, e são eles que têm de o amoldar pelo *«ousio da inteligência e o êxito dos actos praticados»*. E o problema na altura era o de saber se os homens que acorreram ao grito de um cabo-de-guerra eram capazes de edificar um Estado e erguer a Nação de uma crise *«em que ameaçava afundar-se sem esperança de recuperação»*. Era o problema de então, é ainda o problema de hoje. *«Eu compreendo dúvidas e hesitações. Vivemos um momento crítico da história do pensamento político e mais simplesmente um momento crítico da história do mundo. Tudo está em crise ou é sujeito a crítica — a moral, a religião, a liberdade dos homens, a organização social, a extensão intervencionista do Estado, os regimes económicos, a própria Nação e as vantagens da sua independência ou da sua integração com outros para a formação de grandes espaços económicos e políticos»*. Inquietam-se os espíritos mais puros, e perturbam-se, e não sabem como orientar-se. Angustiadamente, repetem *«a pergunta de*

---

(1) Convém meditar e sublinhar esta frase crucial de Salazar, que envolve este conceito profundo: quando em Portugal o Estado é fraco, e há carência da sua autoridade, a Nação *«envilece»*, e Portugal, que é frágil, fica então à mercê de factores, internos e externos, que querem a sua desintegração e nesse objectivo trabalham logo activamente.

Pilatos ao próprio Cristo: o que é a verdade?» Ora com dúvidas e hesitações não se governa; o espírito humano precisa de certezas; e o Estado tem de as possuir, e presumi-las bem definidas e aceites. «*Foi por isso que, ainda não tão largamente alastrada a crise actual, há precisamente trinta anos e nesta mesma cidade de Braga, eu senti a necessidade de proclamar as grandes certezas de Revolução Nacional*». Revelam algumas dessas certezas a observação dos factos e a experiência dos povos. «*Mas nós temos outro indicador para avaliar da sua justeza: os frutos produzidos na vida e progresso da Nação*».

Conclui então Oliveira Salazar o seu discurso. «*Neste lindo dia de Maio*», diz o chefe do Governo, «*na velha cidade de Braga e numa das salas do Palácio dos Arcebispos que acompanhavam antigamente os Reis nas suas conquistas para a fé, ao celebrar-se o quadragésimo ano do 28 de Maio, depois de inaugurado em honra de Gomes da Costa o monumento que esperamos eternize o seu acto de iniciar a Revolução Nacional, glorificadas as forças armadas que a tornaram possível, apresentado o esboço do que com ela se pretendia e do que se lhe deve já, eis um belo momento para pôr ponto nos trinta e oito anos que levo feitos de amargurado governo. Só não me permito a mim próprio nem o gesto nem o propósito porque, no estado de desvario em que se encontra o Mundo, tal acto seria tido como seguro sinal de alteração da política seguida em defesa da integridade pátria e arriscar-se-ia a prejudicar a situação definitivamente conquistada além-mar pelos muitos milhares de heróis anónimos que ali se batem. É então mais que justo que os recordemos e saudemos daqui*».

Na sala da Biblioteca Pública de Braga, Salazar é aclamado, vitoriado, e levanta protestos a sua sugestão de pôr «*ponto*» no seu governo. Mas não estão findas as celebrações. Ao fim da tarde, com a assistência de Thomaz e Salazar, há na Sé de Braga um *Te Deum* conduzido pelo arcebispo primaz. Diz o prelado na sua homilia: há que render graças a Deus pela Pátria, pelos governantes, pelo povo «*e, em primeira intenção, pelos que, com brio e dignidade, fiéis a um nobre ideal, vão escrevendo, em letras rubras de sangue, sobre as pegadas dos nossos maiores, na Guiné, em Moçambique, em Angola: — Aqui é Portugal*».

Depois, é o jantar de gala no Salão Medieval; mas aí Salazar não participa; e descansa em casa de Nogueira da Silva. É o presidente da República que, em improviso e em resposta a palavras de Rebelo de Sousa, recorda os anos percorridos desde o *28 de Maio* inicial. E é ainda o chefe do Estado que, nos dois dias seguintes, preside a outros actos comemorativos e à inauguração de obras públicas no Bom Jesus do Monte e da Barragem dos Pisões. Entretanto, Oliveira Salazar regressa a Lisboa, de automóvel, acompanhado de Leite Pinto. Recebe felicitações, cartas, telegramas. É efusivo José Nosolini, o companheiro de Coimbra e dos tempos do *Imparcial,* e que se sente agora velho, cansado, doente; mas nem por isso menos atento. Diz Nosolini: «*Felicito-o ainda, Salazar, pelas amarguras da sua tarefa de governante, porque elas são o preço e o prémio do grande amor que lhe encheu a vida — o amor que o Padre Mateo* (1) *descobriu naqueles dias de 1928 — a nossa Pátria*». Mas quanto à viagem de avião para o Porto, sofreu Salazar dores de cabeça durante o voo, ou de ouvidos? «*Não*». Enjoou? «*Não*». Sentiu medo da trovoada que o aparelho atravessou, e dos solavancos? «*Não*». Enfim, teve algumas sensações, algumas impressões? «*Nenhumas*».

13

Salazar retoma as preocupações de hábito. Quase ao mesmo tempo, recebe duas cartas do primeiro-ministro Banda do Malalwi (2). São ainda problemas de transporte que afligem o chefe malawiano. Fora abordado pelo governo da Zâmbia: este quer

---

(1) Sobre o padre Mateo e a sua influência na vida de Salazar, ver vol. I, págs. 328-330 e 337-338.

(2) Por muito extensas, é inviável transcrever estas duas cartas; mas creio que o resumo feito dá ideia do seu conteúdo e significado. Cartas datadas de 26 de Maio e de 9 de Junho de 1966. Banda felicita ainda Salazar pelo seu aniversário natalício e da entrada para o governo, «*celebrados recentemente*».

organizar uma grande empresa pública de camionagem para estabelecer uma ligação rodoviária entre a Zâmbia e o oceano Índico. Concorda o governo do Malawi, sob condição de que parte do tráfego zambiano siga por Nacala quando for feita a ligação dos caminhos-de-ferro de Moçambique com os do Malawi. Banda acrescenta que estão a ser aprontados em Londres os documentos que permitam o prosseguimento das negociações para a venda a Portugal do Caminho-de-Ferro da Transzambézia. E depois o primeiro-ministro do Malawi felicita Salazar pela posição *«avisada e realista»* assumida na questão da Rodésia: porque os dois grandes princípios que importa defender são estes: a paz na região e o livre acesso de países interiores ao mar: e por isso Banda apoia *«a sua neutralidade positiva e objectiva no difícil e infeliz problema da Rodésia»*. E Banda congratula-se ainda pela continuação das *«benéficas»* reuniões tripartidas entre Portugal, a Zâmbia e o Malawi, e pela boa solução do problema dos refugiados. Num ponto está Banda pesaroso: não deseja que a embaixada de Portugal no Malawi celebre publicamente e com aparato o Dia Nacional português: nas actuais circunstâncias, constitui uma *«provocação desnecessária»* além de *«um embaraço para mim e para o meu governo»*. Mas na mesma altura, também em Junho de 1966, Paulo VI recebe António de Faria, e este entrega ao pontífice a carta do presidente português. Abre o papa a carta, e declara-se agradado por Thomaz se afirmar *«chefe de uma Nação católica»*. Depois, o Santo Padre quer conversar. De Portugal, tem recebido boas notícias. Que lhe pode dizer o embaixador? Confirma-as Faria, e comenta que melhores poderiam ser se não houvesse que suportar as consequências da agressão em África; mas os sacrifícios eram consentidos pela quase unanimidade do povo, que compreendia não haver alternativa para a política seguida. Replica o papa que tem lido os relatórios dos bispos de Angola e de Moçambique, e estes falam dos grandes progressos ali alcançados, a despeito de a situação não estar ainda normalizada em algumas regiões. Sublinha então o sumo pontífice: *«Não é fazer colonialismo criar comunidades católicas e elevar-lhes o nível de vida»*. Faria salienta que tudo era benefício da *Concordata* e do *Acordo Missionário* de 1940; e muda de assunto para dizer ao papa que em Lisboa, e mesmo em Portugal, homens

de todos os caminhos da vida portuguesa perguntam se o Santo Padre irá a Fátima, para o ano, por ocasião do Cinquentenário das Aparições. Paulo VI sorri, ergue os braços, e diz: «*Não será muito fácil, solicitam-Nos de todos os lados!*» E Faria transmite depois esta resposta do papa a Dell'Acqua, a Samoré, a Ferretto, a Nasalli Rocca: todos acham significativo que o pontífice não tenha dito *que não iria.* E revelam que Paulo VI aconselhara o bispo de Leiria a «*preparar muito bem*» as cerimónias do cinquentenário e por isso, por seu turno, aqueles prelados da Cúria haviam sugerido ao bispo que este preparasse para o papa «*uma bela carta*», pedindo a ida do Santo Padre a Fátima, com a assinatura de todos os bispos portugueses e não apenas do cardeal Cerejeira em nome do Episcopado. Pensa o embaixador português ser possível que Paulo VI se desloque ao Santuário em 1967.

Oliveira Salazar segue o assunto nas suas minúcias, mas aparenta algum descaso; e afirma que o governo português, como governo, não dará um passo para trazer a Fátima o papa, ou para o evitar. Aliás, sente-se de momento indisposto: deu um mau jeito a um pé, e está persuadido de que quebrou os ossos de alguns dedos; e na viagem de Braga para Lisboa e Estoril infectou-se-lhe um quisto nas costas, que Eduardo Coelho está tratando e que não poderá ser extraído enquanto persistir a infecção. «*É como há muitos anos: tive um quisto num ombro: e numa passagem em Coimbra, a caminho de Santa Comba, o Bissaia extraiu-mo*». Nem por isto, todavia, deixa Salazar de se ocupar de um outro ponto: a próxima celebração da data de 10 de Junho, a Festa Nacional, que este ano decorre no quadragésimo aniversário do regime. Quer o chefe do governo que tudo *corra bem,* sem uma ruga, ou um senão. Pede a lista dos que vão receber condecoraçõess, o texto dos discursos a ser pronunciados, outros pormenores. Recebe o Presidente da República da Nicarágua, Renée Schick, que declara à saída: «*nos poucos minutos que estive com Salazar, aprendi mais do que em muitos anos de vida política*». Em 10 de Junho, pela manhã, no Terreiro do Paço, com o aparato militar e cívico já de uso, é a Festa Nacional, o Dia de Camões, que mais e mais constitui a homenagem da nação aos heróis de África. Com todo o governo,

e à direita do chefe do Estado, Salazar está muito tranquilo, muito aprumado, afável e de exterior bem-disposto como se não tivesse padecimento. Perante mais de quatro mil homens em parada, discursa Veiga Simão, reitor da Universidade de Moçambique. É arrebatado de lusitanismo. Diz: aquilo *«por que se luta na Guiné, em Angola ou em Moçambique é indiscutível, porque nos supera e a todos interessa igualmente, porque é a própria essência da Nação»*; e *«em nome da juventude do Ultramar — de quem posso dar seguro testemunho — transmito a promessa solene de que, lado a lado com a juventude da terra mãe, nas nossas terras de África há-de flutuar sempre, com altivez, a bandeira da nossa Pátria»*. E conclui Veiga Simão: *«Soldados que vos bateis na terra, no mar e no ar por Portugal; que estais presentes nesta gloriosa velada de armas nacional; que guardais a paz no nosso trabalho sacrificando-vos numa guerra em que estais escrevendo uma epopeia talhada na forja do sacrifício, é com emoção vibrante que, nesta sala grande da Pátria, no Dia de Portugal, se ergue em nome de todos os portugueses a minha pobre voz para vos dizer simplesmente, como o glorioso épico que hoje se evocá: a Pátria honrai que a Pátria vos contempla»*. Depois, são entregues condecorações a cerca de duzentos homens que se distinguiram em África por feitos de bravura. Adianta-se o presidente da República. Condecora com a Torre e Espada o cabo Ângelo Rodrigues: porque este, numa emboscada, indiferente à hemorragia de um olho vazado por uma rajada de metralhadora, e com a sua unidade reduzida a quatro sobreviventes, continuou a fazer fogo e pôs em fuga o bando terrorista que atacava. E a seguir perfila-se perante o chefe do Estado um civil de luto carregado, um rústico de raízes na terra e no povo miúdo, que está firme, de aspecto sereno, semblante triste sem revolta: é o pai do soldado maqueiro Manuel Sardão: e este é condecorado a título póstumo porque, ferido por rajadas de metralhadora, continuou a assistir camaradas e a fazer fogo sobre o inimigo até cair de arma em punho, e morto desfeito em sangue. E agora é Salazar que se levanta do seu cadeirão, e avança muito calmo, vagaroso, formal no seu jaquetão preto; e entrega o Valor Militar de Ouro ao brigadeiro Gaspar Sá Carneiro e ao capitão-tenente Guilherme Alpoim Calvão. E quando uma criança, um rapazinho

de vinte e dois meses, ao colo de sua mãe que chora, recebe a condecoração que mereceu seu pai, tenente Rodrigues de Lima, lágrimas vêm aos olhos de Salazar, e aos de alguns na tribuna.

Pelo país, é celebrado também o Dia de Portugal, e no Porto realiza-se uma cerimónia militar e cívica paralela. Há emoção, fervor de cruzada patriótica. Depois, os portugueses regressam à sua rotina. Lisboa vai à Sé Patriarcal contemplar o relicário grande de Santo António, trazido por uma peregrinação franciscana de Pádua; e celebra o taumaturgo com os festejos tradicionais. Diverte-se o povo na Feira Popular pelas noites de Estio, com manjericos e alcachofras, ou vai à Avenida da Liberdade ver desfilar as marchas dos velhos bairros, os peraltas e sécias do Bairro Alto, os rufias da Mouraria, moços de fretes e varinas da Madragoa, os cabazeiros dos Olivais, os boleeiros e as costureirinhas de Santa Catarina, as saloias do Alto do Pina, os aguadeiros da Bica, e os burgueses e burguesas da Graça ou da Penha de França. É aplaudida a revista *Zero, Zero, Zé,* com Florbela Queirós e José Viana; Ribeirinho é um êxito na comédia *A Cidade não é para mim;* a *Jangada,* de Romeu Correia, é lançada no Teatro Villaret com Eunice Muñoz; e no Vasco Santana, apresenta-se a *Pobre Vitô,* de Jean Anouilh, com Helena Félix. Américo Thomaz homenageia o professorado primário; França Borges, presidente da Câmara de Lisboa, depõe flores no monumento a Luís de Camões; uma numerosa delegação de portugueses do Brasil cumprimenta Salazar pelos quarenta anos da Revolução Nacional; e o chefe do governo agradece-lhes *«do coração»*. Entretanto, exames apropriados confirmaram que Salazar tem fractura de alguns ossos dos dedos do pé direito; e o chefe do governo anda por casa com alguma dificuldade, e pesadamente apoiado à bengala. Incomoda-o? Quase nada. Tem importância? *«Nada, nenhuma. Grave, grave, e de consequências nacionais, seria se isto tivesse acontecido ao Eusébio»* (1).

(1) Na altura, um muito famoso futebolista português, elemento fundamental na selecção nacional, e até de fama europeia.

14

No âmbito do governo, todavia, continuam a sobrepor-se às demais as preocupações de África. E é agora a República do Congo (de Brazzaville) que por um momento ocupa a atenção de Lisboa. Em 11 de Junho de 1966, o governo daquele país queixa-se no Conselho de Segurança de que, em 8, aviões portugueses haveriam sobrevoado aldeias congolesas, e bombardeado populações civis. Menos de uma semana mais tarde, o governo de Lisboa nega a acusação, e rejeita-a. Escreve a nota portuguesa: «*desde que se alega que os aviões voavam a baixa altitude, o Governo português convida o governo congolês a indicar o tipo de aparelhos, a sua velocidade, a sua direcção, e o tipo de bombas lançadas, e a produzir as demais provas que certamente teria em seu poder se fossem verdadeiros os factos alegados*». Não tem o assunto importância, todavia, e morre por si. Outros pontos, porém, surgem no quadro da ONU nestes começos do Verão de 1966. Reunido em Argel, o *Comité de Descolonização* (1) aprova uma moção pedindo a todos os países, e em particular aos aliados de Portugal, para cessar todo e qualquer auxílio militar, económico e técnico ao governo português, e em que se reitera a instância do corte de relações consulares, da interdição de portos e aeroportos a navios e aviões portugueses, do boicote do comércio com Portugal, da recusa de cooperação financeira por parte do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Em Lisboa, nada causa já qualquer impressão; e o Ministério dos Estrangeiros classifica de demagógica a moção que constitui uma «*fiel e já fatigante repetição de outras resoluções*». Mas o assunto de consequência é verdadeiramente outro: ainda o caso da Rodésia.

Com efeito, às dúvidas de Portugal sobre a resolução aprovada pelo Conselho de Segurança em 9 de Abril quanto à Rodésia,

---

(1) Outra designação dada ao *Comité dos Vinte e Quatro*.

e que o governo de Lisboa expusera ao secretário-geral da ONU, responde agora U Thant, a 21 de Junho de 1966, para dizer que não pode elucidar as interrogações postas, e que apenas julga lícito dar parecer se este for pedido por um órgão das Nações Unidas. Não reage Lisboa, desde logo, a esta atitude do secretário-geral. Mas aproveita o momento para retomar outra velha questão. Em nota de 28 de Junho, o ministro português dos Negócios Estrangeiros declara o seu governo pronto em corresponder às preocupações de alguns membros das Nações Unidas no que toca à cooperação regional em África, entre Estados, e à paz e à segurança internacionais; e propõe que se aproveite para novas conversas luso-africanas a reunião da próxima Assembleia Geral da ONU. Poucos dias passados, U Thant responde: aceita a sugestão portuguesa, aponta o fim do debate geral na Assembleia como momento propício para início de conversas: mas insiste, como se tratasse com descaso as reservas portuguesas, em que aquelas devem abranger o conjunto de problemas levantados pelas resoluções do Conselho de Segurança (1). Quer o secretário-geral dizer que os delegados africanos pretendem retomar a já antiga polémica sobre autodeterminação para os territórios portugueses, nos termos prescritos pela ONU, e só nesses (2). Lisboa não se intimida com o facto, nem se impressiona, e cinge-se a comentar que apesar de tudo é construtiva a posição do secretário-geral e que sobre cooperação regional e paz e segurança muito haverá a dizer com utilidade para todos. E então, para mais enredar o secretário-geral e as Nações Unidas, o governo de Lisboa torna às suas *dúvidas* quanto à resolução sobre a Rodésia. Não pode U Thant nem o Secretariado dar o seu parecer se este não for solicitado pelo próprio Conselho de Segurança? Pois bem: em carta de 29 de Junho de 1966, o ministro português dos Estrangeiros dirige-se ao presidente daquele órgão, e além de reiterar as questões anteriores, apresenta outras

(1) Quanto às primeiras conversações luso-africanas, efectuadas em Outubro de 1963, o leitor interessado poderá ver V vol., págs. 527-536.

(2) Esta atitude do Secretariado da ONU era muito influenciada pelo chefe de gabinete de U Thant, Narasihma, nacional indiano, e tenaz inimigo de Portugal.

novas, e que no pensamento de Lisboa se ligam à situação militar criada pelo governo britânico na África Central e Oriental. Reconhece Lisboa que a Carta das Nações Unidas autoriza estas a utilizar forças de um ou mais Estados membros; mas, como impõe o artigo 43, «*tais forças não poderão agir na sua qualidade de forças nacionais mas apenas enquanto ao serviço do Conselho*». Ora as forças britânicas na África Central e nas águas da África Oriental mantêm integralmente o seu estatuto nacional, e não se encontram subordinadas às Nações Unidas, nem integradas numa cadeia de comando que emane daquelas. Deste modo, fica ao arbítrio do comando britânico a interpretação das resoluções da ONU e a decisão sobre as medidas compulsórias a tomar. Para os que não concordarem com aquela interpretação e aquela decisão, põe-se o problema de saber «*para que instância podem recorrer a vítima ou vítimas das medidas de força que o Comando britânico resolva aplicar ou instituir*». Sublinha a nota portuguesa: «*não haverá utilidade em recorrer para o governo britânico porque o Comando em causa age em nome daquele; e não será viável nem prático recorrer para o Conselho de Segurança que, não tendo meios próprios de investigação e acção, terá de julgar pelos elementos fornecidos pela delegação britânica*». Deste modo, o ofendido não tem meios de defesa, podendo mesmo ser-lhe recusada a participação em debates do Conselho, onde em qualquer caso a delegação britânica dispõe do *veto*, que é prerrogativa dos membros permanentes. Àqueles que forem objecto de medidas de força, nada mais lhe resta «*do que procurarem defender-se pelos meios ao seu alcance*». E assim o governo português pergunta se o «*Conselho de Segurança entende que a Carta autoriza que forças nacionais, interessadas num conflito, tomem medidas de força contra terceiros sem que a estes seja facultado recurso ou defesa legal perante órgãos independentes*». Conclui Lisboa por *solicitar* que o Conselho *solicite* ao Secretariado o parecer que este não quis dar ao governo português, mas que se declarou pronto a emitir se pedido por um órgão da ONU.

Causa perplexidade nos meios do Conselho e do Secretariado a carta portuguesa. Alguns consideram justa a posição de Lisboa; outros não lhe atribuem fundamento, porque entendem ser polí-

tico o problema, que apenas a essa luz deve ser encarado; mas o sentimento geral é, em qualquer caso, de irritabilidade porque as dúvidas portuguesas constituem um embaraço, um espinho incómodo, e representam sobretudo uma denúncia dos enredos da ONU e da *política de poder* das grandes potências. Coincidem estas iniciativas de Lisboa, porém, com declarações importantes feitas em Londres pelo primeiro-ministro Wilson. Num almoço que lhe é oferecido por Lord Thomson, multimilionário e proprietário de uma vasta cadeia de jornais, Harold Wilson alude ao embargo, imposto pelo governo britânico, ao fornecimento de armas a Portugal para uso em África. Está presente, como convidado, o embaixador português, Manuel Rocheta; e este desde logo intervém para afirmar que o governo português, além de rejeitar a legitimidade desse embargo, não tem por outro lado feito qualquer encomenda de armamento em Inglaterra, tendo encontrado com facilidade outros mercados abastecedores, ainda que desse desvio haja resultado para a economia britânica um prejuízo superior a cem milhões de libras. Wilson aceita logo a exactidão do comentário de Rocheta. Afirma, no entanto, que se limita a cumprir resoluções da ONU e a defender a paz em África. E toma como exemplo o caso rodesiano. Lamenta o primeiro-ministro que a Inglaterra haja sido levada a empregar medidas de força, mas considera estas a *«única forma de evitar a deflagração de um conflito de que os territórios portugueses podiam ser os primeiros a sofrer as trágicas consequências»*. Harold Wilson reconhece, por outro lado, a colaboração portuguesa na solução de alguns problemas resultantes da crise rodesiana; e lastima que a Grã-Bretanha, obedecendo a um consenso de 92% dos países representados na ONU, tivesse de adoptar decisões desagradáveis para Portugal e que se tornaram necessárias para evitar *«males maiores»*. Neste ponto, Harold Wilson é interrompido por Lord Thomson, e outros assuntos vêm a pêlo. Entretanto, surge a notícia de que as conversas entre Londres e Salisbúria, que têm continuado a desenrolar-se, são bruscamente cortadas. Porquê? Nem Londres nem Salisbúria desvendam o mistério; e os meios conservadores britânicos mostram-se agitados, e pessimistas. Em conversa com Rocheta, Lord Salisbury julga que o primeiro-ministro Wilson prepara uma nova ofensiva, com

sanções obrigatórias contra Portugal e a África do Sul; Lord Colyton (1) e o general Spears, antigo conselheiro militar de Churchill, partilham daquele ponto de vista; mas Duncan Sandys e Julian Amery, homens de destaque no Partido Conservador, consideram inteiramente de excluir o recurso à força. Amery adianta que justamente o recurso à força é impopular na Inglaterra e não tem, além disso, o indispensável apoio dos Estados Unidos: estivera em Washington, há pouco: seja o que for que ali se diga, com o pensamento no eleitorado negro, a América não está disposta a acrescentar às suas dificuldades no Vietname novos envolvimentos militares em África. Por esta forma, três caminhos somente são praticáveis por Wilson: fazer arrastar a situação; entregar o problema às Nações Unidas, confessando a impotência da Grã-Bretanha; pedir à ONU um reforço de poderes para aplicar sanções generalizadas e a força. Amery pensa que este último caminho está vedado, porque levaria a uma confrontação com a África do Sul; o segundo seria mal recebido em todos os sectores; e assim o primeiro-ministro britânico será conduzido ao primeiro caminho. Outras figuras gradas do Partido Conservador — Lord Chandos, Patrick Wall, Biggs-Davison — manifestam idêntica opinião; e Wall, num relatório enviado a Edward Heath, chefe dos conservadores, afirma não acreditar que Wilson use a força para tomar a Beira. Que pensa de tudo isto Oliveira Salazar? Comenta em dois traços as conversas de Manuel Rocheta com os políticos britânicos: «*Parece haver duas impossibilidades que nos são favoráveis: a guerra à Rodésia e as sanções aplicadas à África do Sul. Como a Inglaterra sairá das dificuldades é que não sei*».

Responde agora Salazar às cartas do primeiro-ministro do Malawi, de Maio e Junho últimos. Vai o Malawi entrar numa nova fase: depois de independente, mas ainda sob a coroa britânica, vai agora proclamar-se república. Diz Salazar: «*Escrevo a Vossa Excelência nas vésperas do dia fixado para a proclamação da República do Malawi, facto com que coincidirá a ascensão de Vossa*

(1) Antes de elevado ao pariato, e com o nome de Henry Hopkinson, fora ministro-conselheiro em Portugal com Sir Ronald Campbell, no tempo da guerra de 39-45. Ver vol. III. Ficou sempre muito devotado a Portugal, e pessoalmente a Salazar.

Excelência à Presidência da República. Tenho o maior prazer em que esta carta seja a primeira que leve a Vossa Excelência os melhores votos de um país vizinho pelas suas prosperidades pessoais no exercício do seu alto cargo e pelo progresso do Malawi, sob a sua alta direcção». Depois Salazar trata dos outros problemas. «*Temos também seguido com ansiedade*», escreve o chefe do governo, «*as conversações entre a Inglaterra e a Rodésia, mantendo a esperança de que delas possa passar-se a negociações entre os governos e destas saiam um entendimento e a solução das questões pendentes, algumas das quais interessam tão seriamente a Zâmbia*». E Salazar termina por expor com clareza os problemas da segurança de fronteiras entre os territórios portugueses e o Malawi e a Zâmbia, sendo neste particular muito nítido quanto à firme atitude portuguesa (1).

---

(1) Para documentar a pormenorização com que Salazar trata os problemas africanos, segue na íntegra o texto da carta: «*Senhor Presidente, Excelência — Escrevo a Vossa Excelência nas vésperas do dia fixado para a proclamação da República do Malawi, facto com que coincidirá a ascensão de Vossa Excelência à Presidência da República. Tenho o maior prazer em que esta carta seja a primeira que leve a Vossa Excelência os melhores votos de um país vizinho pelas suas prosperidades pessoais no exercício do seu alto cargo e pelo progresso do Malawi, sob a sua alta direcção. Também a última carta de Vossa Excelência coincidiu com dois aniversários que me respeitavam e eu agradeço reconhecidamente as felicitações que teve a bondade de dirigir-me a esse propósito. Li com a maior atenção as considerações de Vossa Excelência acerca das ligações ferroviárias dos três países dessa região com o mar e acerca das vantagens relativas que as várias alternativas podem oferecer a cada um deles. Temos seguido com ansiedade as conversações entre a Inglaterra e a Rodésia, mantendo a esperança de que delas possa passar-se a negociações entre os governos e destas saiam um entendimento conveniente e a solução das questões pendentes, algumas das quais interessam à Zâmbia. Temos ao mesmo tempo considerado as várias possibilidades que a este país se apresentam no presente momento e no futuro. Para já, cortado o tráfego pela Rodésia em direcção à Beira, afigura-se-nos que não há solução perfeita e completa para o escoamento da sua produção. Mesmo utilizando na maior medida a via Malawi-Beira, a via para Dar-es-Salam e a via que, passando pelo Catanga, toma o rumo do Ocidente para o Lobito, as possibilidades de tráfego não se afiguram suficientes para a satisfação das necessidades da Zâmbia. A utilização de um porto alternante na Tanzânia como Mtwara não modificará grandemente a situação. Para já portanto a esperança de todos*

Dos informadores portugueses em África continuam a chegar elementos sobre a crise rodesiana. Nota-se, pela primeira vez, que se mantêm estacionários os efectivos britânicos, diminuídos mesmo nalguns casos; e nada, nas evoluções da esquadra britânica no canal de Moçambique, indica propósitos ofensivos. Do porto da Beira faz-se ao mar, entretanto, o petroleiro *Joanna V.* Estarão vencidos os aspectos mais agudos da crise rodesiana? No

---

estará em que se reabra o tráfego pela Rodésia em direcção à Beira ou a Lourenço Marques. Para o futuro, e não distante, as coisas podem apresentar-se sob aspecto diferente, se a Zâmbia estiver disposta a ligar as suas linhas com as do Malawi, de modo a aproveitar a ligação destas com as de Moçambique. Temos estudado este problema e o governo português está agora resolvido a construir o troço de linha que vai de Nova Freixo a M'Pimbe, logo que o Malawi esteja preparado para o ligar à sua rede no respectivo território. A nossa primitiva posição era fazer seguir a linha de Catur para Vila Cabral; mas, tendo em atenção os interesses do Malawi e as vantagens da sua ligação com o porto de Nacala, resolveu-se dar prioridade à ligação à fronteira na direcção de M'Pimbe. Não interessa porém esta se ao mesmo tempo não for construído o troço do Malawi e por este motivo temos de acordar, entre serviços, na simultaneidade do começo da construção e na duração desta. Não temos tido ligações suficientes com o grupo francês para por ele sabermos quando a construção prevista para o Malawi virá a ser executada. Para Vossa Excelência, porém, isso será fácil. Julgamos saber que o citado grupo não financiará senão 2/3 do custo do caminho-de-ferro do Malawi, pelo que compreendemos seja necessário tomar posição sobre os outros problemas, e entre eles a aquisição do TZR. Também este ponto encararemos logo que estejamos habilitados sobre dois aspectos acerca dos quais não estamos ainda elucidados. O primeiro aspecto é saber-se quando estará o governo do Malawi em condições de dispor das acções que possui da TZR; o segundo é o juízo que forma sobre o valor das acções, dado que o constante do balanço se nos afigura artificial e claramente excessivo. Temos de examinar o assunto com cuidado, pois com a aplicação das sanções à Rodésia e o desvio do tráfego da Zâmbia dos portos e caminhos-de-ferro da Beira e de Lourenço Marques, têm estes sofrido enormes prejuízos, prejuízos que não podem de modo algum ser compensados com o tráfego acrescido do M.R. para e da Beira, com destino final para a Zâmbia. Como havia um contrato de gestão dos caminhos-de-ferro do Malawi, incluindo o CAR, que supomos terminará no fim do ano, salvo se há em vista qualquer projecto de anulação do mesmo contrato, nós ignoramos um dos pontos essenciais acima aludidos — o que se refere à disponibilidade das acções. Desejaríamos também, como acima pedi, ser informados do que Vossa Excelência pensa do valor das mesmas acções, sendo certo que o valor comercial

plano interno português, é a normalidade: é anunciada a vinda do ministro das Relações Externas do Brasil, Juracy de Magalhães; visita Lisboa o ministro das Obras Públicas de Espanha; são aumentados, entre 20% e 25%, os vencimentos dos funcionários públicos, civis e militares; Luís Supico Pinto, Antunes Varela, Soares da Fonseca, são designados membros vitalícios do

---

é pequeno e o valor político no actual momento se afigura também reduzido. Quanto à CAR não interessa ao governo português adquirir as acções da empresa nem ao Malawi desfazer-se no todo ou em parte das que possui. O que está indicado, como tem sido opinião de Vossa Excelência, é que oportunamente o Malawi faça a fusão dessa companhia com os M.R., e proceda à venda do troço que está implantado em território português, incluindo a ponte sobre o Zambeze. O pequeno rendimento das linhas não terá porventura permitido a conservação conveniente delas, que se encontram no momento presente em bastante mau estado. Sabemos que o Malawi é possuidor único da totalidade das acções da companhia. Ao Malawi cabe por isso dizer a orientação a seguir nesta matéria. Fiquei desgostoso ao saber que em certos momentos as relações na fronteira não têm corrido sempre de modo a satisfazer o governo do Malawi. Embora saibamos que por alguns pontos dessa fronteira se introduzem de vez em quando terroristas vindos da Tanzânia, as ordens expressas dadas são no sentido de não violar em qualquer caso as fronteiras do Malawi, entendendo-se as nossas autoridades com as autoridades de Vossa Excelência, sempre que ocorrer algum caso que exija a sua intervenção. Espero que não haverá qualquer queixa para o futuro. Desejaremos que o mesmo se passe com a Zâmbia, pois que, fazendo nós todos os esforços para atender às suas necessidades nos difíceis momentos que atravesssa, é-nos difícil de compreender que nem sempre haja da parte das autoridades a atitude de severidade que se impunha em face de elementos hostis a Portugal que naquele território buscam abrigo e protecção para as suas acções contra a fronteira de Angola. Teremos de levar oportunamente ao conhecimento do governo de Lusaka algumas das nossas queixas, mas confiamos em que Vossa Excelência possa aproveitar alguma ocasião oportuna das suas conversas com o governo da Zâmbia para chamar-lhe a atenção para este caso. Peço a Vossa Excelência aceitar a expressão da minha mais alta consideração e estima. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar». Jorge Jardim, portador desta carta, teve receio de que o presidente Banda se melindrasse com a crítica feita por Salazar à passagem de terroristas pela fronteira do Malawi. Jardim, a pretexto de que a carta não estava traduzida para inglês, tomou sobre si não entregá-la a Banda, lendo somente as restantes partes do texto. Jardim prometeu para depois a tradução. Diz Jardim: *«Para não faltar à verdade (deturpando a tradução), optei por me esquecer dela. E o Dr. Banda nunca mais se lembrou».*

Conselho de Estado (1); e o Episcopado da metrópole lança uma pastoral assinalando que em 1967 se celebra o Cinquentenário das Aparições de Fátima.

15

Tardiamente, só nestes últimos dias de Julho se instala Salazar no Forte do Estoril. Ainda pelo discurso de Braga e pelos seus trinta e oito anos de governo, continua a receber cartas e mensagens. Destaca-se a da infanta D. Filipa de Bragança. Esta diz-lhe: «*A sua governação não pode acabar abruptamente, o meu Amigo sabe melhor do que eu que não tem por aí ninguém a quem possa entregar com segurança a obra preciosa que começou e que deve continuar pelos próximos séculos*». Depois, é o antigo presidente do Brasil, Juscelino Kubitshek, que numa passagem por Lisboa lhe escreve uma longa carta a propósito de outro assunto: a entrevista que Salazar concedeu ao *New York Times* em Março. Juscelino, depois que abandonou o Brasil, vive há meses nos Estados Unidos; na Universidade de Mineapolis teve «*oportunidade de comentar, perante a maior audiência universitária dos Estados Unidos, as palavras de V. Exia., chamando a atenção para as advertências prudentes que provinham do mais esclarecido estadista da Europa*»; e assim, «*obrigado a viver fora do meu país, vou procurando nas lições de homens ilustres como V. Exia., aprimorar os meus conhecimentos de política internacional, com a esperança de que algum dia eles possam ser úteis ao Brasil*». Mas agora, nestes primeiros dias de Agosto de 1966, concentra-se num problema o cuidado de Oliveira Salazar: a inauguração da ponte sobre o Tejo. Está prevista para o dia 6, e ao

(1) Parece licito presumir que o primeiro foi o candidato do chefe do governo, e os dois últimos foram candidatos do chefe do Estado.

acto importa dar relevo que frise com o vulto da empresa. Arantes e Oliveira remete a Salazar o programa, já em forma quase definitiva. Este faz numerosos reparos; e tudo é reajustado (1). Num curto intervalo, recebe e felicita a selecção portuguesa de futebol, que no campeonato mundial acaba de conquistar o terceiro lugar. E a título privado, acompanhado por Arantes e Oliveira, faz uma visita prévia à ponte. Vê o seu nome escrito em letras de bronze. Pergunta: «*as letras estão fundidas no bronze ou simplesmente aparafusadas?*» Porquê? «*É que se estão fundidas no bloco de bronze vão dar depois muito mais trabalho a arrancar*».

No dia 6 de Agosto, desde os alvores da manhã, está grande multidão postada na praça ao sul da ponte, e há um poder de convidados, além da alta-roda oficial, o corpo diplomático, algumas entidades estrangeiras. Pouco antes das dez e meia surge Oliveira Salazar, que desce do carro com desembaraço, e já sem bengala. Cumprimenta-o Arantes e Oliveira. Depois aproximam-se de Salazar o cardeal Cerejeira e Mário de Figueiredo.

---

(1) A título documental, e para se ver como Salazar mantém a sua capacidade de descer às minúcias dos assuntos, transcrevo uma parte da sua carta a Arantes e Oliveira: «*Refiro-me ao programa de inauguração da Ponte, agora recebido, e à conversa que ontem tive com o Senhor Presidente da República (penso que o Senhor Presidente falará ainda com V. Exia. sobre os mesmos assuntos). Como está previsto que o Chefe do Estado diga algumas palavras, o Senhor Presidente entende dever dizê-las logo a seguir ao discurso do Ministro das Obras Públicas e antes da entrega das condecorações e medalhas, e como introito ou preparação para a mesma entrega. Parece que se tinha previsto que o Chefe do Estado dissesse algumas palavras no momento em que do plinto descerra os padrões (pág. 3 do programa). Sendo como acima digo, a única coisa a ver é se o hino nacional é cantado estando ainda o Chefe do Estado no plinto, o que me parecia bem, ou se depois de regressar ao seu lugar na tribuna. Era preciso ver este ponto com cuidado, pois que é o momento culminante da cerimónia. A soltura dos pombos, os foguetes, etc., não deveriam misturar-se com o hino nacional mas seguir-se-lhe e coincidir já com a tomada do carro pelo Chefe do Estado*». Depois Salazar critica o projectado programa em alguns aspectos — desfiles de carros, manifestações, etc. — e conclui: «*A hora ou momento mais alto da cerimónia e que devia constituir o seu fecho, é a abertura simbólica da ponte ao tráfego, o hino e a passagem da ponte pelo carro do Chefe do Estado. Tudo o mais me parece acrescentamento fictício ou inútil. Pense V. Exia. uns momentos neste ponto, partindo do princípio de que ele não agrada ao Chefe do Estado e cria complicações inúteis*».

Estão assim reunidos, numa das muito raras vezes em que aparecem juntos em público, os antigos companheiros de Coimbra e dos *Grilos*, os combatentes do *CADC* (1), os militantes do *Centro Católico* e da *nova escola de Coimbra*, e que há quarenta anos ocupam posições supremas na vida nacional. Cinco minutos mais tarde, vindo de Sesimbra, do Hotel do Mar, chega o presidente Thomaz. E depois é a cerimónia com os seus discursos, o descerramento de lápides e padrões, as guardas de honra, os desfiles militares, o cortejo de navios da Armada a cruzar sob a ponte, os magotes de povo a observar de longe, apinhados nos mirantes da cidade e nas alturas da margem sul. Diz Arantes e Oliveira, numa visão do futuro: «*Para nascente e para norte da auto-estrada cujo primeiro troço fica construído e que virá a prolongar-se até ao Algarve e à fronteira, ficarão criadas as melhores condições para a instalação de grandes centros industriais, que se hão-de valorizar ainda com a construção de novas comunicações por estrada e por caminho-de-ferro, já planeadas, e com a reestruturação do porto de Lisboa, que a ponte irá provocar, e com a construção do canal Sado-Tejo*». Canto Moniz, o engenheiro responsável pela coordenação dos trabalhos, considera a ponte um símbolo da confiança na técnica portuguesa; pela *United States Steel Corporation*, empresa adjudicatária da construção, fala o seu presidente, Roger Blough, que afirma ser a ponte integralmente paga por Portugal, sem o menor auxílio estranho; o presidente do Município de Almada sublinha a transformação completa que o novo instrumento de progresso vai imprimir a toda a região; e o presidente do Município de Lisboa, França Borges, faz sobretudo o elogio de Salazar. Afirma: «*Nessa doação total de si próprio, ele faz ressurgir Nuno Álvares: são a imagem um do outro. Nuno Álvares é o irmão de Salazar*». Gonçalves Cerejeira abençoa a ponte e «*a todos quantos por ela passarem*». Sobe então ao plinto dos comandos à distância o presidente da República e, descerrando os quatro padrões postados dois a dois nos acessos à ponte, a norte e sul, proclama: «*Atingido o*

(1) Iniciais, como o leitor estará recordado, do *Centro Académico de Democracia Cristã*.

momento culminante desta solenissima inauguração, dou graças a Deus e declaro aberta ao tráfego e posta ao serviço da Nação a Ponte Salazar». Depois, é o cortejo de carros para Lisboa, e pela tarde a nova ponte é atravessada por dezenas de milhares de automóveis. E nessa noite e aos dois outros dias são ainda novos festejos: recepção na Câmara Municipal de Lisboa; fogo-de-artifício sobre o Tejo; missa campal junto ao monumento a Cristo-Rei celebrada pelo cardeal Cerejeira; sessão solene em Setúbal, presidida por Américo Thomaz; e por último, para duas mil pessoas, e a convite do ministro das Obras Públicas, há no dia 8 uma recepção nos Salões de Queluz. Salazar em tudo participa, salvo no que se passa além do Tejo; e fá-lo sem esforço aparente, com boa disposição irradiante. Em Queluz está afável, cavaqueador, e cumprimenta e conversa efusivamente com Amália Rodrigues, que vem cantar alguns dos seus fados; e deixa-se permanecer até tarde, retira-se já pela madrugada.

Assente a nuvem de celebrações, e acalmada a genuína emoção orgulhosa dos portugueses, que impressões ficam no ânimo de Oliveira Salazar? «*Ah! a ponte é um empreendimento, o maior que deixamos aos vindouros. Quando este regime tomou as responsabilidades do governo, não havia nada praticamente. Houve que partir do nada, do zero, e por isso os investimentos públicos e privados dispersaram-se, pulverizaram-se por mil pequenas coisas, indispensáveis sem dúvida, e que no conjunto representam obra colossal, mas que, individualmente tomadas, não constituem nada de grande, de verdadeiramente grande. A ponte, não. É uma grande obra. É a ponte que será pelos séculos a marca do regime*». E quanto às cerimónias da inauguração? «*Bem, bastante bem. Só houve aquele passo horrível de o França Borges me comparar a Nuno Álvares. Se soubesse, tinha-me oposto a essa parte do discurso. Que estupidez, que ridículo! O que me salva é que eu não acredito; o que nos salva a todos, é que ninguém acredita*». E com bom humor: «*A não ser que ele me tivesse querido comparar ao cavalo de Nuno Álvares, mas isso também me parece pouco de mais*». E afinal, pela própria declaração do chefe do Estado e nas lápides dos padrões, sempre a ponte ficou designada por *Ponte Salazar*. «*Teimosia do Presidente e do Ministro*», comenta Salazar, «*mas é um erro*». Explica: «*Acreditem: os*

nomes de políticos só devem ser dados a monumentos e obras públicas cem ou duzentos anos depois da sua morte. Salvo nos casos de Chefes do Estado, sobretudo se estes forem reis, porque então se está a consagrar um símbolo da Nação. Mas se se trata de figuras políticas, como é o meu caso, então há que esperar, há que deixar sedimentar, e se ao fim de cem ou duzentos anos ainda houver na memória dos homens algum traço do seu nome ou da sua obra, então é até justo que se lhe preste tal homenagem». Depois, Salazar reflecte, aponta o indicador num gesto de quem avisa, deixa cair uma frase: «*O meu nome ainda há-de ser retirado da ponte, e por causa do que agora se fez, os senhores vão ter problemas*»: Repete: «*Os senhores vão ter problemas*» (1).

16

Parece haver no plano externo uma nova acalmia: dir-se-ia existir de momento mais um armistício nas hostilidades contra Portugal. Decerto: é recebida uma queixa da República da Zâmbia, entregue na ONU, que alega haver sido bombardeada por forças portuguesas uma aldeia zambiana junto à fronteira de Angola. Lisboa investiga a acusação, e não lhe acha fundamento; e ao repudiá-la, observa com ironia a pouca serenidade de que se afigura possuído o governo de Lusaka e pergunta «*se acaso a República da Zâmbia tem interesse em continuar a utilizar os serviços portugueses*». Com esta mal disfarçada ameaça, morre o incidente. Noutros planos, prosseguem negociações intensas do Ministério dos Estrangeiros com o governo do Malawi, sobre comunicações ferroviárias, e com o governo brasileiro, para a celebração de convénios que regulamentem e aprofundem o *Tratado de Amizade e Consulta*. Está o chefe do governo a par das grandes linhas, mas não segue os pormenores porque se entrega a umas meias-férias, e aproveita os sábados e domingos para observar, como é seu

(1) Todos estes comentários de Salazar são a reprodução rigorosa do que na altura me disse, e de que então tomei notas exactas.

uso, obras e monumentos nas proximidades de Lisboa. Justamente, no domingo 14 de Agosto dirige-se à Batalha. De há muito que o preocupa a valorização do Mosteiro de Santa Maria da Vitória: há que desbastar o que o cerca para que o monumento se destaque visto da distância: e há que estudar a colocação da estátua equestre de Nuno Álvares Pereira. E agora, naquele domingo, vê, observa, até que se «*juntou uma gentinha — de excursões talvez — que me embaraçou o exame do local*». No regresso, redige um longo apontamento; e porque Arantes e Oliveira, após os trabalhos de inauguração da ponte, se encontra a descansar, envia as suas observações ao subsecretário Rebelo Pinto. Torna à sua ideia de melhorar ainda o que já foi feito, e não abandona o projecto de «*implantar a estátua de Nuno Álvares, com a frente para a estrada e ao longo da fachada lateral, como se cavalgasse ao lado do Rei e da ínclita geração*». Mas Salazar visitara também a igreja e «*aí francamente não gostei da transformação* conciliar *operada*» (1). E então o chefe do governo, para orientação do ministério das Obras Públicas, estabelece uma política orientadora de âmbito geral. Escreve ao subsecretário: «*A Concordata deixou na propriedade do Estado os monumentos nacionais, pela simples razão de que a Igreja empobrecida não podia responsabilizar-se pela restauração e conservação dos templos assim considerados. Isto quer dizer que os párocos, as irmandades, etc., não podem tocar nos templos mas sim servir-se deles para culto quando são monumentos*». De modo que «*o que ali se fizer terá sempre de ser custeado mas também planeado e executado pelo Estado*». Na Batalha, o que se fez foi um desastre: «*como está, mesmo com os candelabros entre as colunas, parece um grande, um enorme armazém de pedra e mais nada*». Já há tempo fora a Mafra e viu que «*se tinha colocado no transepto uma mesa de altar, desguarnecida e feia, abandonando-se o altar-mor. Aquilo não pode ter sido obra nossa mas de elementos locais. O culto do altar-mor, segundo creio, não*

(1) Refere-se Salazar ao abandono do culto no altar-mor, com o sacerdote de frente para o mesmo, e ao novo estilo de celebração da missa, consoante o Concílio Vaticano II, em uma mesa de altar, com o sacerdote de frente para os fiéis.

está proibido nem há prescrição alguma para que o celebrante diga sempre a missa no transepto e virado para o público. A verdade é que a Igreja de Mafra não nasceu para isso e é melhor não lhe tocar». Concluiu o chefe do governo a sua advertência: «*Como há uma onda de modernismo nas coisas sacras, os nossos técnicos e artistas podem ver-se em face de pedidos ou de reclamações e é bom terem a noção exacta da posição do Estado nesta matéria para só fazerem o que, atendendo ao monumento em questão, pode ser feito*». Durante estas suas meias-férias, Salazar recebe Pierre Pujo, dos *Aspects de la France*, com quem conversa informalmente. Depois vai a Fátima, com Arantes e Oliveira; e reza na Capela das Aparições. E segue para Santa Comba, num salto de curtos dias. Entretanto chegam a bom termo as negociações com a República do Malawi. Em 23 de Agosto de 1966, o governo publica uma nota oficiosa, e informa os portugueses de que vai ser construída em Moçambique uma nova via férrea que, entroncando com outra a ser lançada no Malawi, ligará este directamente à grande baía de Nacala, «*garantindo o melhor e mais eficiente serviço às regiões e países do interior*». Causa impressão na opinião pública, sobretudo em Moçambique, o comunicado do governo: o facto anunciado constitui uma demonstração prática do papel de Portugal naquela área de África, uma prova convincente do êxito da política portuguesa, um desafio e um desmentido ao poder dos terroristas, que afirmam dominar a zona onde a nova linha será construída e que atravessará. Ao mesmo tempo, em Luanda, sob a orientação do ministro das Corporações, Gonçalves de Proença, decorre o IV Colóquio Nacional do Trabalho, que além do mais tem o objectivo de reafirmar um propósito de unidade nacional; e o ministro da Defesa Nacional, Gomes de Araújo, visita Moçambique e percorre sem incidente todas as zonas que lhe interessam militarmente. E chega a Lisboa o texto da carta do presidente Lyndon Johnson, de resposta à que Salazar lhe enviara sobre a Rodésia: nada diz no seu curto texto, em nada se compromete: afirma seguir com atenção um problema cuja importância reconhece.

Para além da acalmia que cerca Portugal, nos meados daquele Verão de 1966, o mundo parece suspenso de um fenómeno pouco claro, quase misterioso: dos confins da China vêm notícias de

uma *revolução cultural* que se afigura sacudir o povo chinês. Dir-se-ia que se trata de uma convulsão gigantesca, impulsionada pelo próprio Mao-Tsé-Tung, e destinada a reconduzir o partido comunista chinês à sua disciplina e à sua mística, a repor a educação das massas populares na pureza e na simplicidade dos princípios socialistas, a extirpar o excesso de burocracia, a remodelar em suma o espírito e a estrutura da sociedade chinesa: e de tudo são instrumento os *guardas vermelhos,* milhões de jovens que cruzam a China de lés a lés impondo um novo culto do marxismo e de Mao pessoalmente, com métodos que ao Ocidente se afiguram da mais rude, da mais cruenta violência. Assiste estupefacto o mundo; e dadas as ramificações ideológicas internacionais do comunismo chinês, não se sabe que consequências poderão emergir dos acontecimentos na China. Salazar, já regressado de Santa Comba, manifesta receios por Macau, e comenta: *«Para nós, no Ocidente, que somos todos pequenos por comparação com a China, é difícil imaginar o que seja uma convulsão que afecta e abala centenas de milhões de seres humanos».*

17

No âmbito interno, e dentro da habitual oscilação pendular, os meios políticos mostram sintomas de nervosismo e de crise. Abundam os boatos, os rumores; mas tudo é vago, confuso. Segundo uns, homens da situação estariam organizados em grupos, e prontos a um golpe de Estado; para outros, Salazar, atenta a sua grande idade, vai afastar-se muito em breve, e o presidente da República está a considerar nomes de possíveis sucessores; e terceiros adoptam a rotina de anunciar uma remodelação ministerial iminente. Fala-se em particular da demissão do ministro do Exército, Luz Cunha: era insanável a sua divergência com Gomes de Araújo. Prepara-se realmente um golpe de Estado? Há uma conspiração? Diz Salazar: *«Não sei de nada, é a primeira vez que oiço falar nisso».* Entretanto, a bordo do *Angra do Heroísmo,* o presidente da República embarca para a Madeira,

numa viagem semiparticular; e os ministros tomam as suas férias. Salazar está sobretudo preocupado com os sinais de agitação em Espanha, e inovações em matéria sindical, de imprensa, de formação de partidos, outras ainda. Como interpretar tudo? Pode ser, segundo Salazar, que o general Franco esteja praticando uma experiência, criando um princípio de caos, para depois fazer regressar tudo ao começo e à sua autoridade; ou que Franco esteja diminuído física e mentalmente, e já desinteressado do que acontecer, sendo vítima de um enfraquecimento cerebral, que aliás parece constituir um traço de família depois de certa idade; ou então Franco está efectivamente convencido, conclui Salazar, de que a Espanha terá de mergulhar nas ideias modernas da Europa, quanto ao socialismo, à democracia, à doutrina das encíclicas e do Concílio Vaticano II. «*Há que estar com atenção, e pode ser que se aproximem tempos difíceis com a Espanha*», comenta Salazar para os seus colaboradores.

Com data de 1 de Setembro de 1966, recebe o chefe do governo uma extensa carta dos oposicionistas tradicionais. Tomam como ponto de partida o discurso que Salazar pronunciara em Braga, em 28 de Maio, e regressam à ideia anunciada «*em tempos não muito recuados*» (1), de se constituírem «*em núcleo de formação duma Acção Democrato-Social*». Decerto: «*não tinham a ingenuidade de suporem que não iriam esbarrar contra três obstáculos consideráveis*»: a censura prévia, mas esta não é suficiente para «*fazer cruzar os braços e remeter a um pávido silêncio homens afeitos a suportarem as asperezas da vida nacional*»; a «*conformação caractereológica*» do próprio Salazar, por se considerar detentor «*duma verdade exclusivista e incontestável*»; e, como terceiro obstáculo, a alegação, que poderia ser suscitada pelo regime, de que a *Acção Democrato-Social* constituiria um partido político, mas esta acusação é repelida «*com muito maior energia e mais evidente razão do que o faz a omnipotente* União Nacional, *superiormente presidida por V. Ex.ª*». Quais os objectivos desta carta de 1 de Setembro? São três: fazer o ponto da situação; recordar o objectivo de ir «*alargando paulatinamente a todo o*

(1) Ver atrás, págs. 85 e 86.

país a incidência desta nossa organização», para o que foram criados em tempo três *secretariados;* e dar conta de qual é, tendo os secretariados sido substituídos por *comissões distritais,* a actual orgânica e composição dos corpos dirigentes da *Acção Democrato-Social* (1). Encabeça a carta o nome de Cunha Leal, que aparece como presidente do *Directório* e da *Comissão Executiva;* e dos vários órgãos da *Acção Democrato-Social* são membros os homens da oposição democrática tradicional, como Dias Amado, Alberto Marques da Costa, Acácio Gouveia, Nuno Rodrigues dos Santos, Armando Adão e Silva, José Moreira de Campos, Fernando Mayer Garção, outros ainda. E Salazar pergunta a si próprio: deve responder à carta? vale a pena responder à carta? Entretanto o documento é enviado pelos seus autores à imprensa, aos correspondentes dos grandes jornais do mundo acreditados em Portugal, às embaixadas estrangeiras; e pelo país é passado de mão em mão. Mas morre sem consequências.

Noutro ponto se concentram as atenções públicas nestes primeiros dias de Setembro de 1966: chega a Lisboa, para uma visita oficial como anunciado, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Juracy de Magalhães. É homem que vem da política interna brasileira, e antigo governador da Baía; é havido como muito chegado aos Estados Unidos; e mostra-se, por palavras ditas em privado, muito afectuoso para Portugal. Juracy de Magalhães cumpre os ritos: vai de peregrinação aos grandes santuários da portugalidade, Batalha, Alcobaça, Fátima, e entusiasma-se com uma festa ribatejana entre toiros e campinos: e visita o presidente da República, tem longa conversa no Forte do Estoril com Salazar, vai ao almoço em Sintra oferecido por este (2), no Palácio da Vila.

---

(1) Entretanto, haviam morrido o almirante Mendes Cabeçadas, *«chefe de um governo de que V. Ex.ª fez parte»*, e o professor Mário de Azevedo Gomes, antigo ministro da Agricultura, por cerca de dois meses, no segundo gabinete Álvaro de Castro.

(2) Fiel ao seu temperamento e hábito, Salazar não se aparta de nenhum pormenor. Por acaso, o almoço em Sintra e o jantar nas Necessidades são no mesmo dia: 5 de Setembro. Preocupa-se o chefe do governo com as ementas. Escreve então à mulher do autor desta biografia uma carta que transcrevo por curiosidade. Na íntegra: *«Como tenho de oferecer um almoço em Sintra ao M.º dos Neg.ºs Extr. do Brasil e o marido de V. Exia. um jantar nas Necessi-*

Nas Necessidades, no termo do banquete, diz o ministro português: «*Esses interesses comuns* (luso-brasileiros) *são de espírito e são materiais, e são até de defesa, e existem por toda a parte onde for Brasil e for Portugal. Por isso já temos dito que as fronteiras dos dois países não são as fronteiras geográficas de cada um, mas as que delimitam a Comunidade Luso-Brasileira*». E acrescenta: «*Se a comunidade for* amputada, *logo se verificaria, de resto, que somente se encontravam no caminho, além de ruínas e destroços, vastos espaços de que fora afastado e expulso o luso-brasileirismo e que terceiros se haviam apressado a preencher com valores e forças e ideais que, mesmo não sendo hostis ao Brasil e a Portugal, pelo menos não eram brasileiros nem portugueses*». Mas o ministro brasileiro foge à *provocação* política: multiplica-se em expressões de amizade quase literária e em propósitos de cooperação luso-brasileira: mas, no ponto que de momento importa, não se acanha de dizer que o Brasil deposita toda a sua confiança «*na imperecibilidade dos destinos soberanos de Portugal*», que saberá honrar, «*hoje como ontem, em todas as latitudes e por entre as condições mais hostis, os compromissos dos seus maiores, dos que constituíram, através dos séculos, uma miraculosa civilização multirracial e pluricontinental, padrão de orgulho de uma gente ilustre que timbra em preservar suas concepções de vida, seus ideais e seus anseios patrióticos, ao preço de todos os sacrifícios e a golpes de grande bravura moral*». Neste elogio emocional, todavia, em nada compromete politicamente o Brasil. E nas conversas privadas, Magalhães é mesmo franco: quanto à África, o Brasil nada faria em favor de Portugal se isso prejudicasse os interesses brasileiros ou

---

dades no mesmo dia e a que comparecerão os mesmos convivas, há especial necessidade de se estudarem as ementas, de modo que os hóspedes não tenham de comer de manhã e à noite a mesma lagosta e a mesma vitela. Isto é mais um motivo para que lhe peça o favor de rever, escolher e afinar as ementas, não esquecendo os vinhos, para o que pode consultar o nosso técnico, *Doutor Leite Pinto. Peço muita desculpa de maçá-la, mas estas impertinências têm de ser levadas à conta da função. Com os mais respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar. 27-8-966*». Leite Pinto, aqui referido, é o antigo ministro da Educação Nacional Francisco Leite Pinto, que se considerava a si mesmo enólogo exímio.

causasse o menor atrito nas suas relações com os Estados Unidos. Por outras palavras: à sombra da política da autodeterminação da ONU e com a eventual cobertura dos Estados Unidos, o Brasil pensa vir a recolher nos seus braços o espólio português de África. Do lado português, procura-se mais uma vez, como aquando da visita de Afonso Arinos em 1961, dissipar as ilusões brasileiras: se tudo for perdido para Portugal, tudo será perdido para o Brasil. No entanto, a visita de Magalhães tem algum conteúdo positivo. São assinados acordos de consequência para a estruturação de uma Comunidade Luso-Brasileira; e além de se preverem zonas francas nos territórios dos dois países, fica assente uma acção internacional conjugada para afirmação e defesa da cultura luso-brasileira (1). Mas de chofre, no decurso da visita brasileira, uma notícia vem preocupar o governo de Lisboa: Hendrick Verwoerd, primeiro-ministro da África do Sul, é assassinado em pleno parlamento: que consequência terá o acto para um país que, além de constituir um apoio, é o mais poderoso vizinho de Angola e de Moçambique?

Poucos dias mais tarde, em 12 de Setembro, desloca-se à Alemanha o ministro português dos Estrangeiros, para visita oficial. Esta tem uma óptica inteiramente diferente: estão em causa os problemas de defesa, da aliança atlântica, da solidariedade global das nações do mundo ocidental. Declara o ministro alemão, Gerhard Schroeder: «*nós sabemos que Portugal tira da sua história a força para afirmar a sua posição no mundo moderno e realizar a sua missão nacional*». É respondido do lado português: «*a reunificação da Alemanha apresenta-se-nos como um elemento fundamental para uma ordem europeia e mundial que seja justa e duradoura*». No mais, as conversas giram em torno dos temas habituais ao mundo livre — a tensão leste-oeste, a integração militar no quadro da NATO, a colaboração entre os dois blocos económicos europeus — e as relações bilaterais luso-alemãs. Nestas últimas, avultam sobretudo os auxílios logísticos da Ale-

(1) Foram assinados, todos em 7 de Setembro des 1966, data da independência do Brasil, os seguintes acordos: acordo de comércio, acordo básico de cooperação técnica, acordo cultural, e uma declaração sobre cooperação industrial entre os dois países.

manha Federal, em particular a venda de equipamento militar, que o governo de Bona não regateia. Na visita que o ministro português faz ao chanceler alemão, Ludwig Erhard, este confirma a política alemã até agora seguida neste particular; e em Berlim, Willy Brandt é hospitaleiro e caloroso. Nos meios políticos e económicos da Alemanha considera-se que Portugal já havia «*ganho a partida*» em África, e que tudo agora «*é uma questão de jeito e paciência*».

Mas neste final do Verão de 1966 cessa de súbito a acalmia externa que rodeava Portugal nos últimos meses. Em 19 de Setembro, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Congo (Kinshasa), Justin Bomboko, encontra-se em Bruxelas, e chama o embaixador português Eduardo Leitão para lhe dizer: o governo congolês *sabe* que em Vila Luso há grande concentração de tropas portuguesas e material de guerra: o governo congolês *sabe* que Portugal se propõe atacar a República do Congo: o governo dos Estados Unidos já está prevenido: e ele, Bomboko, quer afirmar que se as forças portuguesas atravessarem a fronteira, ainda que em pequenos grupos, será inevitável a declaração de guerra do Congo a Portugal. Desde logo, Leitão opõe uma negativa firme ao que o governo congolês *sabe;* e reitera-a depois de contacto com Lisboa (1). Do mesmo passo, todavia, o general Mobutu, numa conferência de imprensa em Kinshasa, repete as alegações de Bomboko, e previne que se queixará ao Conselho de Segurança e à Organização da Unidade Africana. Em Lisboa, os americanos nada dizem, nem em Washington tão-pouco. Mas o governo

---

(1) Estava entretanto agitada a política belga. Leitão mandava algumas informações particulares a Salazar, e também sobre a saúde de André de Staercke. Salazar responde a Leitão: «*Ao Dr. Eduardo Leitão — Recebi a sua carta de 22. Estimei muito ter tantas e tão extraordinárias notícias. Li igualmente o recorte sobre a manifestação dos estudantes e as ideias que manifestam. Tive o maior contentamento com as boas notícias de Staercke. Parece impossível como um homem tão forte se tuberculiza. Felizmente que tudo está passado e que já pode retomar o serviço. Quem sabe se o Spaak não faria um bom serviço, moderando as paixões daqueles políticos todos. Quando tenha novas de tão grande interesse, não deixe de transmitir-mas. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar*». Carta sem data precisa, mas que parece lícito situar nesta altura.

português está informado do que se passa no Congo, e *sabe* que o governo de Mobutu enfrenta graves dificuldades e procura com avidez uma diversão, um pretexto exterior para acalmar paixões internas. E efectivamente quarenta e oito horas após a conversa e a ameaça de Bomboko, o governo congolês apresenta a sua queixa ao Conselho de Segurança, numa carta em que se refere a um «*estado de guerra*».

Oliveira Salazar segue com minúcia este delirio congolês mas está de momento concentrado num ponto de política interna. Celebram-se os trinta e três anos que decorreram sobre a publicação do Estatuto do Trabalho Nacional (1). Gonçalves de Proença, ministro das Corporações, pretende dar relevo à data, e aproveitá-la para salientar a actividade do ministério e algumas medidas recentes no sector corporativo e no plano das relações de Trabalho. Depois de visitado a título privado pelo chefe do governo, é inaugurado em Lisboa pelo presidente da República um edifício de vinte e um andares, onde fica instalado o Ministério das Corporações. É aprazada, por outro lado, uma cerimónia para o salão nobre do Palácio de S. Bento. Comparece Salazar, e recebe uma *mensagem* das Corporações portuguesas, que é apresentada em discurso de Augusto de Castro (2). Responde o chefe do governo em frases breves. Foi o Estatuto do Trabalho Nacional como que o «*foral do trabalho*» e «*o guia da actividade nacional em todos os seus sectores*». Realizou-se uma «*autêntica revolução*». E Salazar comenta: «*Durante as últimas dezenas de anos todos temos visto muitas outras que, depois de despertarem frenesis de entusiasmo, passaram sem deixar rasto de utilidade. Passaram como temporais devastadores que derrubam as árvores e descarnam os campos, quando nós quisemos que a nossa, penetrando docemente os espíritos e as instituições, fosse como chuva mansa que alimentasse e fecundasse a terra de nossos maiores*». Observa depois o chefe do governo que «*muitas revoluções, ainda que portadoras de princípios de verdade e de justiça, nós as vemos desencadear-se em violências, multiplicar-se em sofrimentos e*

(1) Ver volume II, págs. 235 e segs.

(2) Augusto de Castro era membro da Câmara Corporativa, como representante da Corporação da Imprensa.

sacrifícios humanos, desdizer-se em depurações, retroceder nos seus programas de acção, em suma, negar-se a si próprias, sem poderem realizar-se». Mas não foi isto que se produziu em Portugal: justamente, o Diário do Governo publica os diplomas que, criando as três últimas Corporações, completam a Organização Corporativa das actividades portuguesas. Conclui o presidente do Conselho: *«no nosso século, somos a única revolução corporativa que triunfa: o facto merece o relevo que todos quisestes dar-lhe».*

Mas depressa se apaga no público o eco desta celebração. Na manhã de 24 de Setembro de 1966, chegam a Lisboa notícias que emocionam os portugueses: a embaixada de Portugal no Congo (Kinshasa) fora assaltada com violência e invadida, o encarregado de negócios fora ferido e raptado (1), o mobiliário fora destruído e incendiado, o arquivo saqueado e roubado, e do demais pessoal português não se conhecia o paradeiro. Sabe-se, por outro lado, que as autoridades congolesas estão coniventes com os assaltantes; estes, na sua maioria, são elementos dos grupos terroristas que atacam Angola; e a polícia congolesa assistiu a tudo passivamente, sem esboçar uma intervenção. Em Lisboa há cuidado pela segurança dos funcionários portugueses, e até da numerosa colónia portuguesa há muito estabelecida no Congo; e, ao mesmo tempo, procura-se explorar a fundo, contra o Congo, a situação por este criada. Rapidamente, são dados vários passos: é feito um apelo, em Nova Iorque, ao secretário-geral das Nações Unidas; ao encarregado de negócios congolês junto da ONU é entregue um protesto; ao embaixador da União Soviética nas Nações Unidas, que neste mês de Setembro preside ao Conselho de Segurança, são submetidas uma comunicação e uma queixa sobre os acontecimentos; ao núncio apostólico em Lisboa, e para que o transmita à Santa Sé, é apresentado um pedido de intervenção, por razões só humanitárias; e pedido idêntico é dirigido à Cruz Vermelha Internacional. Além de tudo, o governo de Lisboa dá publicidade ao assunto, culpa o governo do Congo, e exige deste a libertação imediata de todo o pessoal português, restituição do arquivo e demais

(1) Na altura, António Eduardo Ressano Garcia.

objectos roubados, a reparação e indemnização dos danos causados. Lisboa põe o dilema: ou o governo congolês tem de aceitar a responsabilidade pelo atentado a uma embaixada estrangeira, ou tem de confessar que está perante uma carência da sua autoridade no país e que é impotente para se fazer obedecer. Depois o assunto é aproveitado politicamente por Portugal. Julga-se que há concentrações de tropas portuguesas contra o Congo? Que há depósitos de munições? Que se organizam corpos de mercenários para invadir aquele país? Pois bem: o governo português desmente tudo isso, e da forma mais categórica: mas se se é incrédulo perante o desmentido, por que não se investiga localmente? E o ministro dos Estrangeiros português, logo em 27 de Setembro, pergunta à imprensa internacional: «*perante as acusações que nos dirige o Congo, dir-se-ia que temos uma ocasião única para o secretário-geral da ONU intervir*»; «*repetidas vezes temo-lo convidado a ir ao Ultramar, e o convite nunca foi retirado*»; «*pois pode agora o secretário-geral; dentro da sua legítima preocupação de paz nas fronteiras entre países, tomar a iniciativa de se deslocar a Angola e Moçambique, e inspeccionar as localidades que quiser*»; «*não poremos qualquer obstáculo*»; «*por que não vai?*» Responde também e com ironia o ministro português: «*Podemos estar certos de que não irá, e entre outros países seria o próprio Congo que levantaria as maiores objecções se U Thant acaso resolvesse empreender a viagem*». Mas por que teriam Mobutu e Bomboko agido como fizeram? Lisboa salienta, mesmo publicamente, vários motivos: pressões de ordem exterior; desejo de criar, nos inícios da Assembleia Geral da ONU, uma atmosfera que seja para Portugal mais hostil do que a existente; necessidade de inventar um pretexto (o dos mercenários) que desse plausibilidade a uma reunião do Conselho de Segurança; e a própria incapacidade do governo congolês em controlar as lutas de extermínio que conduzem entre si os grupos antiportugueses, alguns dos quais tomaram parte no ataque à embaixada portuguesa. De toda a actividade e argumentação desenvolvidas por Lisboa há um resultado: perde crédito a queixa congolesa ao Conselho de Segurança: e os membros deste sentem-se embaraçados. Entretanto, os funcionários portugueses, vítimas de maus tratos, são libertos, e o edifício da embaixada, praticamente destruído no interior, está agora cer-

cado por fontes contingentes de política congolesa. E Bomboko faz uma declaração: apresenta desculpas, lamenta o que sucedera.

Nos primeiros dias de Outubro, Oliveira Salazar recebe cartas do antigo primeiro-ministro congolês Moise Tschombé, que lançam uma luz nova sobre o comportamento do governo de Kinshasa. Tschombé prepara-se para retomar o poder no seu país; Mobutu e Bomboko suspeitam-no, e sentem-se em pânico. E na verdade, segundo informações portuguesas, o antigo primeiro-ministro dispõe de consideráveis apoios financeiros e logísticos franceses e belgas, e da sua residência em Espanha, onde vive, tem montado um vasto plano de intervenção militar, no Catanga de início, em todo o Congo depois; e um agente secreto de Tschombé, em contacto com serviços portugueses, indica que é chegado agora o momento de executar o plano que não pode sofrer mais adiamentos. Que plano é esse? Desvenda-o o agente de Tschombé, e este expõe-no também nas suas cartas para Salazar. Um pequeno grupo de voluntários, cerca de sessenta, descolará da Rodésia, e aterrará no Catanga, de preferência em Elisabethville (1); meia hora depois, vindo também da Rodésia, um segundo avião transportando Tschombé aterrará no mesmo aeródomo, entretanto capturado e defendido pelos sessenta voluntários; com estes e os elementos que o acompanham, além de outros que espera já haja aliciado localmente, Tschombé terá constituído um contingente de duzentos homens, cujo armamento foi transportado nos dois aviões; logo após, Tschombé difundirá um apelo à polícia catanguesa e ao exército congolês estacionado no Catanga; segundo os seus agentes, serão maciças as adesões; e a partir desse momento fica aberto o caminho de Léopoldville, facilitado pelo desprestígio dos actuais dirigentes e a carência de autoridade do governo central. Mas de onde procedem os voluntários? Tschombé deseja embarcá-los em Lisboa para a Rodésia. E como sai de Madrid? Planeia fazê-lo *«via Lisboa, e pelo mesmo caminho cuja discrição foi já comprovada mais de uma vez»*. E os dois aviões

(1) Antiga capital catanguesa, a que foi dado depois o nome de Lubumbashi.

que serão utilizados? Estão neste momento na Rodésia, sendo um de tipo DC4 e outro de tipo Heron, e têm de ser autorizados a usar uma base intermédia, situada em Angola ou em Moçambique, antes de pousarem no Catanga. E o armamento? Espera que, na sua grande parte e para duzentos homens, seja fornecido por Portugal, e é desejável, *«para evitar dificuldades»*, que as armas sejam de *«um tipo vulgar no Congo e vulgarmente utilizados pelo exército congolês»*. E Tschombé, reconhecendo que a reunião do Conselho de Segurança solicitada pelo Congo poderá constituir algum embaraço para Portugal, sugere que o plano seja executado logo que aquela seja finda.

Oliveira Salazar não dá qualquer resposta escrita a Tschombé. Por intermédio da polícia portuguesa, no entanto, Salazar manda informar aquele político congolês de *que não poderá* partir de território português, nem os seus voluntários tão-pouco; apenas uma escala, para um único avião, seria autorizada, entendendo-se que esse aparelho não seria o que transportava Tschombé ou os seus voluntários. Tschombé sente-se frustrado: *«Eu tomei a responsabilidade, há alguns meses, de organizar o meu regressso ao Congo. Hoje é necessário que eu saiba se a operação, tal como concebida, continua possível. Se os concursos indispensáveis não me forem prestados, será com a morte na alma que tomarei a decisão de renunciar ao projecto, tal como concebido»*. Oliveira Salazar, no entanto, não se afasta da atitude assumida: quer comprovar se os demais auxílios, que Tschombé invoca, são reais. E parecem ser: em carta ulterior, o antigo primeiro-ministro informa Salazar de que a *«operação»* no Catanga deverá ser desencadeada em 15 de Outubro.

Em Nova Iorque, neste tempo, arrasta-se a queixa congolesa no Conselho de Segurança. Bomboko admite em Kinshasa que não pode exibir quaisquer provas de agressão portuguesa, e assim o diz ao embaixador dos Estados Unidos no Congo; e declara que se contentaria com uma simples resolução pedindo ao Congo e a Portugal para se absterem mutuamente de ataques. Mas o ministro congolês desloca-se a Nova Iorque, sofre as pressões do ambiente, e no Conselho ameaça Portugal com *«amplas provas»*, em particular quanto ao envio de voluntários ou mercenários, ou quanto a uma autorização para que uns e outros fossem recru-

tados em território português, ou por este transitassem (1). Bonifácio de Miranda, que está a representar o governo português naquela sessão, responde em termos violentos, e desafia Bomboko a que apresente tais provas; e do lado português é proposta a realização de um inquérito a bases de mercenários em Angola sob condição de que igual inquérito seja conduzido no Congo quanto a

(1) Sobre este assunto, Salazar escreve uma longa carta ao seu amigo André de Staercke, embaixador belga na NATO. Na íntegra: *«Meu Caro Embaixador André de Staercke — Sinto-me confuso ao reler a carta que teve a bondade de escrever-me e notar que só um mês depois de a haver recebido consigo uns momentos para responder-lhe. Fiquei contristado com as notícias que me dá da sua doença, embora esta não me parecesse grave. Duas coisas contribuíram para me atenuar o desgosto — uma, sabê-lo em casa de sua Mãe (sempre e em último caso a Mãe); outra, pensar que a convalescença poderia passar-se mais perto de nós: no Sul de Espanha? no Norte de África; talvez no nosso Algarve? Pelo recado ontem recebido do Vasco da Cunha pareceu-me perceber que teria retomado o seu lugar na NATO, e que não só se teria visto livre da doença como a convalescença se teria tornado dispensável. Isso me alegrou na medida em que a urgência dos trabalhos se não tinha sobreposto aos cuidados pela saúde. Se assim é, não virá a Lisboa nem antes nem depois de Spaak que aliás vejo pelos jornais não tenciona visitar Portugal senão para Janeiro. Quanto ao Príncipe Regente, agradeço me tenha dado notícias de S. A.. O triste é que a sua inteligência e a actividade se vejam agora embaraçadas em questões de negócios de que o Príncipe deve perceber pouco, sendo fácil ter sido iludida a sua boa-fé. Deixei para o fim o caso dos mercenários que o Congo nos acusa de treinarmos em Angola e parece terem entrado em número de uma centena ou pouco mais ontem ou anteontem no território congolês. Sabe como a República Democrática do Congo se tem comportado para connosco, com a plena indiferença de umas potências e o aberto apoio de outras. Ali se instalaram os terroristas de Holden Roberto, ali se treinam e se armam, dali partem para incursões em Angola — vão já uns seis anos e meio — e ali se acolhem e repousam. Apesar de tudo isto, porque ainda cremos em certos princípios de ordem internacional e temos presente a falta de maturidade daquele país e dos seus dirigentes, temos mantido para com eles a maior correcção. Mais: temo-los ajudado na medida do que nos é possível, ou fornecendo alimentos ou deixando abertas as comunicações pelo Lobito, visto que pelo menos as riquezas de Catanga se estiolariam, dada a insuficiência das comunicações. Penso que o Congo não tem a menor noção dos nossos serviços, visto que deixou assaltar a Embaixada de Portugal, cortou todas as relações e expulsou os nossos representantes. Temos ali uma dúzia ou mais de milhares de portugueses que têm sofrido nos seus interesses pela regressão económica do país, mas não têm sido molestados, porque o seu comércio é indispensável ao Congo e as popula-*

bases terroristas. Na indiferença geral, acaba o Conselho por aprovar um texto inócuo: nota as afirmações de uma parte e outra; convida Portugal a não permitir que Angola possa ser utilizada como base de operações contra o Congo; e convida por igual todos os Estados a não intervir nos negócios internos do

---

ções têm no assunto critério diverso do do governo. Temos assistido à crescente anarquia da administração e da economia, florescentes no tempo dos belgas, e no fundo continuamos a esperar por um pouco mais de estabilidade e de ordem, e por que o Congo não vá arrastado pelas paixões da OUA para a derrocada final. Em harmonia com esta posição não há em território português, como sabe existirem noutros países, escritórios de recrutamento de mercenários. Nenhuma autorização foi dada nunca a qualquer pessoa para se inscrever em tais actividades e creio por isso não se encontrar nenhum português (salvo algum extraviado) no grupo de Bukavu ou no grupo que se infiltrou agora no Congo. Temos sido acusados de ter campos de treino para mercenários em Angola, mas nem o Senhor U Thant nem o próprio governo congolês aceitaram o convite, repetidamente feito por nós, para visitarem a Província e verificarem o que aí se passava àquele respeito. Que alguns mercenários tenham estado em Angola, não o podemos negar. Recrutam-se mercenários na Bélgica, recrutam-se em França, recrutam-se na África do Sul e não sei onde mais. Apresentam-se em Angola com passaportes válidos sem qualquer designação de actividade. É impossível, em face das convenções que temos, impedir-lhes a entrada e segui-los. Se uma centena pode por ali ou pela Zâmbia entrar no Congo, clandestinamente, pois não o podemos evitar. Seria mais fácil a República Congolesa evitar a entrada em Angola dos milhares de terroristas que ali somos obrigados a combater e não o fez, porque julga do seu direito e do seu dever impulsionar guerrilhas em território alheio. Tudo o que acima digo o temos feito por nós próprios e pelos nossos princípios, sem qualquer indicação exterior de que estamos errados ou vamos por bom caminho. Inclusivamente da Bélgica — desculpe a alusão directa — nunca recebemos, que eu saiba, uma palavra que nos desse a entender qual a sua política no Congo, para que fosse possível sabermos se estávamos prejudicando ou ajudando com as nossas atitudes a defesa dos grandes interesses que ali tem. Sei que tudo é muito confuso no momento actual, quando somos, como rebanho, conduzidos por pastores que desconhecem os caminhos da serra. De alguns destes, em todo o caso, sabemos bem o que pretendem, e parece-me que nos seus juízos não entra a menor consideração nem pelos vossos interesses nem pelos nossos, mas só por essa fantasia que é uma África independente na aparência e feliz na sua miséria. Meu caro Embaixador Staercke: nós continuamos o nosso caminho, como acima o defini, e nenhum grande mal poderá advir do Congo ou à Belgica da nossa actuação. E desde que está seguro disso, pode dizer-me a quem nos havemos de queixar do comportamento do Congo para connosco? Desejo-lhe

Congo, ou a cessar essa intervenção (1). Na referência crítica a Portugal, abstêm-se a Inglaterra, os Estados Unidos, a Nova Zelândia e a França. Mas todos estes votaram, ao fim, a resolução no seu conjunto. Está-se no dia 14 de Outubro. Como remate, o governo do Congo corta finalmente relações diplomáticas com o governo português (2). E ao outro dia, 15 de Outubro, nada acontece: o plano de Tschombé não é executado. Em Lisboa, conclui-se que, por se haverem abstido três membros permanentes, não era válida a referência feita a Portugal, e que o Conselho ultrapassara o limite do desprestígio e do descrédito: *«Se o Conselho não se respeita a si próprio, não poderá ter o respeito do mundo»*.

18

Justamente quando uma crise exterior é desencadeada contra Portugal, inicia-se no plano interno, no anfiteatro do Secreta-

---

do coração a melhor saúde e já agora também a desejo para a NATO que me parece muito doente. Com afectuosos cumprimentos, Ol. Salazar. 3-XI.» Carta sem data precisa, mas obviamente desta altura. Vasco da Cunha é o embaixador que desempenha as funções de representante permanente de Portugal no Conselho da NATO. Toda a carta é construída com subtileza, e nalguns passos com sarcasmo: os pastores que desconhecem os caminhos da serra, os interesses belgas não confessados, etc. Eduardo Leitão, em Bruxelas, também prevenira Salazar da doença de Staercke. Salazar responde a Leitão: *«Muito obrigado pela sua carta de 3, que hoje me foi presente. Gostei de ter notícias, embora não muito boas, do Staercke e do Spaak. Ao primeiro escrevi uma longa carta de resposta a uma que escreveu há tempos. Não sei se me responderá porque na minha tratava de mercenários do Congo e para o Congo. Vejo no D. da Manhã de hoje declarações do Spaak sobre a descolonização. Muito bem. Os tempos mudaram muito e começam a entender-se melhor as coisas. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar. 27-XI.»* Também carta sem data precisa. Spaak deixava entretanto, em fins de 1966, o ministério dos Estrangeiros belga, e agora actuava, falava e viajava sempre como grande figura política mas a título pessoal e particular.

(1) É a resolução S/RES/226 (1966), de 14-X-66.

(2) A pedido de Portugal, encarregou-se o governo espanhol da protecção dos interesses portugueses no Congo.

riado de Informação, o ciclo de conferências subordinadas ao espírito de *celebrar o passado e construir o futuro*. Foram organizadas e planeadas por Baltazar Rebelo de Sousa, como presidente da Comissão Executiva das comemorações do 40.º aniversário da Revolução Nacional. Salazar lê atentamente cada conferência antes de dita. Antecedida por uma alocução de Mota Veiga, ministro de Estado, que não encara as conferências como «*cega apologia*» ou «*derrotista* mea culpa» perante o que foi feito, a primeira palestra é pronunciada em 15 de Outubro de 1966 por Costa Leite, que a intitula: «*Na base — finanças sãs*». Devotado colaborador de Salazar desde os tempos de Coimbra, Costa Leite faz o historial do equilíbrio do orçamento imposto desde os alvores da gestão financeira do chefe do governo; e também considera as *boas finanças* como fundamento de tudo o mais. Se segue com atenção estas conferências, não deixa Salazar de receber por seu turno altos personagens estrangeiros, como Antoine Pinay, antigo chefe do governo francês; e também alguns jornalistas, e entre estes destaca-se Guillemé Brulon, do *Le Figaro*, que se desloca a Lisboa para o entrevistar, pela segunda vez, e que lhe submete perguntas escritas. Depois, é Kaulza de Arriaga que, cinco dias mais tarde, se ocupa da «*Defesa Nacional Portuguesa nos últimos 40 anos e no futuro*». Afastado do governo, Arriaga é professor distinto do Instituto de Altos Estudos Militares; e os seus amigos consideram que não pôs de parte o desejo de uma carreira política. Kaulza de Arriaga faz um resumo político-militar da defesa nacional em Portugal nas últimas décadas, e das suas instituições básicas; aborda aspectos políticos, desde a conquista de Goa, cuja ferida reabre, até à grande geoestratégia mundial e à posição das potências que contam; e para Portugal, depois de dirigir ao que está uma crítica directa, defende a unidade da chefia política das Forças Armadas e «*a criação de um comando operacional conjunto*», subordinado ao chefe do Estado-Maior-General, «*e que superintenda pelo menos nos comandos de Angola e Moçambique*». Por todos é tomada a palestra de Arriaga como um ataque a Gomes de Araújo, ministro da Defesa, e sobretudo como acto de candidatura pessoal ao *supercomando operacional* que abrangesse Angola e Moçambique e que transformaria num superchefe militar aquele que o exercesse. Impli-

citamente, Arriaga está culpando a deficiência da orgânica militar pelo prolongamento da luta em África. Gomes de Araújo sente-se possesso de cólera; e quando Salazar lhe pergunta se leu a conferência, responde que só o fará porque o chefe do governo lho solicita. Entretanto, num parêntesis, apura-se que a outra República do Congo (Brazzaville) lançara contra Cabinda um ataque de bombas e morteiros, sem significado militar; mas o governo de Lisboa não deixa de se queixar ao Conselho de Segurança. Por outro lado, está reunido no Estoril o Conselho Ministerial da Associação Europeia de Comércio Livre, e às sessões preside Correia de Oliveira; e durante um momento os círculos económicos da Europa Ocidental têm a sua atenção concentrada nas decisões tomadas em Lisboa. Mas na mesma altura realiza-se a terceira conferência da série comemorativa da Revolução Nacional. Ocupa-se das *Coordenadas da Política Externa*, e profere-a José Manuel Fragoso. Homem do Ministério dos Estrangeiros, acaba de ser designado embaixador no Brasil, em substituição de João Battaglia Ramos; e é considerado um destacado valor da sua geração. Que *coordenadas* estabelece Fragoso para a política externa portuguesa? Três: defesa da Nação «*contra a política de unidade peninsular e contra as ambições que o valor estratégico das suas posições continentais e insulares suscita no contexto das lutas pelo domínio da Europa*»; «*defesa das províncias ultramarinas*»; e quer haja guerra, quer haja paz, «*Portugal tem de assegurar a sua presença no mundo, colaborando, negociando, difundindo a sua cultura*». Daqui decorrem naturalmente as atitudes portuguesas para com a NATO, a EFTA, as grandes potências; e como são os interesses de todos que comandam a política, também a Portugal cabe dar prioridades aos interesses portugueses — mas «*para tanto necessitamos ter um crescente poder económico, pois só connosco podemos contar*». E em 3 de Novembro efectua-se a última conferência desta fase: é Ester de Lemos que a diz: e ocupa-se de *Problemas da Juventude*. Ester de Lemos é escritora para quem a espiritualidade católica é matriz de inspiração; e a sua palestra é uma apologia da educação baseada em *Deus, Pátria e Família*, e um hino a uma «*juventude pura, esclarecida e forte*».

É agora publicada pelo *Figaro*, em 5 de Novembro de 1966,

a entrevista de Salazar a Brulon. Este pergunta: os problemas militares, políticos e económicos, que o «*imenso império lusitano*» suscita, estão definitivamente resolvidos? Na vida dos homens como na das nações muito pouco há de definitivo, se é que há alguma coisa, e por isso não é possível responder afirmativamente; as dificuldades africanas de momento serão vencidas; a Nação portuguesa terá sempre, contudo, de enfrentar e solucionar dificuldades; mas «*eu creio na capacidade de o fazer*», e até de evoluir e de se adaptar, «*sem perder a sua individualidade e a sua configuração multirracial e pluricontinental*». Importa não esquecer, todavia, que o mundo que rodeia Portugal também evolui e não é definitivo. «*Hoje esse mundo encara a Nação portuguesa* de um certo ângulo de visão, *e em geral hostiliza-nos. E também já muitas vezes nos tem olhado de* um ângulo inteiramente oposto ao actual», aprovando e apoiando essa mesma Nação. «*Esperamos que dentro de pouco por esse mundo fora muitos aderirão a este modo de ver*». E a África nascida da descolonização? Tudo aí parece ter falhado: os direitos humanos, o progresso, a estabilidade, os interesses dos africanos e os do Ocidente: e não parece que haja a felicitar os responsáveis, em particular a ONU. «*Mas nós somos acusados de não ver com exactidão o que se passa em África, embora cada acontecimento nos dê sempre mais razão do que o anterior... pelo que me ficarei por aqui*». E a política americana na Europa, na África e na Ásia? Salazar tem «*a maior dificuldade*» em compreender a política americana e «*não desejaria ser deselegante para com um país que apesar de tudo se diz nosso amigo e de quem somos oficialmente aliados*». Por toda a parte enfrentam crises apesar de ocuparem o lugar indiscutível de líder da política mundial. «*Dar-se-á o caso de terem dificuldades em fazer opções políticas como se esperassem e fosse possível, ou até útil, que todos os países do mundo fossem sinceros amigos dos Estados Unidos?*» Brulon depois pergunta: as relações com a Inglaterra continuam obscurecidas pelas nuvens de Goa e da Rodésia? Sim: no caso de Goa, a Inglaterra eximiu-se ao cumprimento de obrigações muito claras, para proteger interesses ilegítimos da União Indiana; ultimamente, na questão rodesiana, a Inglaterra usou Portugal como responsável de uma situação cujas culpas Londres

sabia não caberem a Portugal. Têm sido violados princípios universalmente aceites, como o da liberdade dos oceanos e do acesso ao mar dos países interiores, que *«temos o dever de garantir»*. Compete à Inglaterra definir o conteúdo porventura ainda subsistente dos tratados firmados com Portugal, o que lhe tem sido difícil, dada a prioridade que atribui à Comunidade, mesmo quando os membros desta *«se lembram»* de agredir Portugal. Muitos desejam salvar as boas relações mútuas, mas todos *«compreendem não serem estas compatíveis com o sacrifício permanente dos nossos interesses e o menosprezo dos nossos direitos»*. Sente-se Lisboa preocupada com o reconhecimento diplomático de Moscovo ou Pequim? De modo nenhum. Já existem relações económicas, que se desejariam desenvolver, e *«não excluímos a possibilidade de virem a estabelecer-se as mais que se revelarem úteis»*. Quanto ao pacto luso-espanhol? Tem sido útil, e a concórdia é benéfica, e tanto a Espanha como Portugal continuarão no futuro, tanto quanto este se pode prever, a auferir as maiores vantagens. Brulon menciona o Brasil, e Salazar, repetindo o seu ponto de vista de sempre, afirma que a *«Comunidade Luso-Brasileira tem de frutificar política e economicamente para ser uma realidade nas duas nações»*. Também são mais que amigáveis, porque muito afectuosas, as relações luso-francesas, e numa Europa em evolução a França aspira a um alto lugar; mas *«nós neste canto extremo-ocidente da Europa não estamos de modo algum indicados a ser os primeiros a tomar posição»*, seguindo, quanto à França, *«com a maior simpatia a sua ascensão»*. Para a ONU, Salazar sintetiza a sua condenação de uso: está em crise, e é uma organização inútil: não debate sequer os grandes problemas do mundo: e se não existirem os problemas portugueses, da Rodésia ou da África do Sul, *«a actividade da ONU esvazia-se de conteúdo»*. Brulon faz uma última pergunta: que sucederá perante o *«brutal vazio político»* quando Salazar desaparecer? Nada. Tudo está institucionalizado. Habituada a um estilo de vida política, por uma longa permanência da mesma pessoa na chefia do governo, a Nação sofrerá sem dúvida um choque moral quando essa pessoa for substituída por outra, *«ainda que melhor e de mais vincada qualidade»*. Seria grave a falta simultânea do chefe do Estado e do chefe do governo: mas *«a substituição só*

deste, se a escolha é feliz por parte daquele, não provocará complicações». Apenas *«uma revolução alteraria este quadro e esta hipótese é sempre possível»*, desde que há nações que a si próprias se atribuem o direito de, com meios financeiros e militares, intervir noutros países. Portugal tem sofrido este facto em África. *«Aqui o caso não seria tão fácil; está a parecer-me mesmo impossível»* (1).

Muito para além das conferências comemorativas, outros pontos absorvem Oliveira Salazar intensamente. Do Vaticano, António de Faria dá notícias: continua a pensar-se numa visita de Paulo VI a Fátima, em 1967: mas impunha-se na verdade um convite formal dos bispos portugueses. Precisamente, nestes primeiros dias de Novembro de 1966, está reunida a Conferência Episcopal; e segundo algumas *fugas* que chegam ao governo, o assunto é examinado pela hierarquia, que é unânime em favor do convite. Encarrega-se da sua redacção o bispo de Leiria; este obtém depois as assinaturas dos seus colegas metropolitanos; e para recolher as dos bispos ultramarinos, o prelado, sob o nome discreto de Padre João Pereira, percorre as dioceses de Angola e Moçambique. Vai depois a Roma, e entrega ao cardeal secretário de Estado, Cigognani, o documento em que o Santo Padre é convidado a deslocar-se a Fátima em 13 de Maio de 1967. É uma *«bela carta»*, diz Dell'Acqua a Faria. Mais interesse para Salazar tem a visita, que a convite de Galvão Telles faz o ministro da Educação e Cultura do Brasil, Moniz Aragão. Num cair de tarde, Salazar recebe longamente o ministro brasileiro no Forte de Santo António, e preocupa-se sobretudo em saber como pode firmar-se e desenvolver-se uma cultura luso-brasileira que se não afaste da grande matriz lusíada. Aragão é homem que sente Portugal, e tudo promete fazer para boa execução do acordo cultural entre os dois povos, assinado há pouco. Por sobre os pequenos e grandes problemas que se apresentam, todavia, paira ainda a sombra da Rodésia. De novo tudo parece

---

(1) A entrevista, ao ser publicada pelo *Figaro*, foi truncada. O jornal omitiu sobretudo uma longa resposta em que Salazar, com estatísticas e números, faz o balanço de quarenta anos do Estado Novo e dos progressos alcançados no terreno económico, industrial, social, cultural, etc.

agravar-se. Entre Harold Wilson e Ian Smith correm contactos intermitentes, alguns mesmo pessoais, em Gibraltar ou lugares neutros; mas não conduzem a resultados positivos. Rolou um ano sobre a proclamação unilateral da independência, e dir-se-ia que se está na crise como de início. Poderá afirmar-se que passou todo o perigo militar para Moçambique? Ainda não; e com todo o seu custo mantêm-se as precauções portuguesas para segurança da Beira. Na África do Sul, o novo primeiro-ministro, Johanes Vorster, lança um urgente apelo para que Salisbúria e Londres cheguem a acordo; e Schoeman, ministro dos Transportes da República, num discurso áspero pronunciado no Transval, avisa o governo britânico de que, se for hostilizada, a África do Sul vibrará um golpe fatal na economia do Reino Unido. Na África do Sul e na Rodésia esperam-se acontecimentos graves, ligados à crise, nos próximos quinze dias. Quais? Nenhum responsável ousa prever a sua natureza. No plano português interno, as atenções políticas convergem para o encontro entre Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda. Estão em Lisboa os dois políticos brasileiros; e em conferências entre ambos, entrevistas à imprensa, comunicados, lançam um *movimento político* de oposição ao regime encabeçado no Brasil por Castelo Branco e Costa e Silva. E também se manifesta a oposição portuguesa: numa carta enviada ao presidente Thomaz, e assinada por cento e dezassete nomes, pede-se a demissão urgente do governo e recomenda-se a desistência da defesa do Ultramar.

São retomadas as conferências do ciclo *celebrar o passado, construir o futuro*. Agora é Francisco Leite Pinto, antigo ministro da Educação Nacional, que se ocupa *«Da Instrução Pública à Educação Nacional»* e defende uma trajectória pedagógica que tenha por resultado *«mais gente educada e melhor educada»*. Depois é Daniel Barbosa, que gerira a Economia entre 1947 e 1948, que trata dos *«Novos Rumos da Política Económica»*. Daniel Barbosa examina a economia portuguesa à luz dos movimentos de integração económica, da emigração, das necessidades de defesa territorial. Mas põe claramente um outro problema: *«o problema político que a Nação enfrentará no dia em que o Prof. Salazar se desligue das responsabilidades do poder»*. Salazar *«institucionalizou nele o próprio regime em si, com todos*

os inconvenientes para o dia em que desaparecer». Esta é a realidade, afirma Barbosa, e não interessa portanto discutir se Salazar detém ou não o poder havido como pessoal: «*o país acha que sim, e tanto basta*». Que recomenda o antigo ministro da Economia? União dos portugueses, manutenção da estabilidade financeira, defesa da força externa do escudo; mas também a coragem de «*substituir, alterar e revigorar meios adormecidos de acção*». E dias depois é Veiga Simão, reitor da Universidade de Moçambique, que trata de «*o incentivo à investigação científica*». É técnico, é pedagógico: defende uma política nacional de investigação em todo o Espaço Português: e «*essa estrutura contribuirá decisivamente para assegurar a nossa posição no Portugal Africano*». E por último, nesta fase, Furtado dos Santos, juiz-conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo, faz o processo histórico de «*A Administração da Justiça*» na evolução do regime.

E Oliveira Salazar: ficou magoado ou ressentido por Daniel Barbosa se haver ocupado do seu *fim político?* De modo nenhum, diz o chefe do governo, e é um problema que todos devem encarar e até ajudar o presidente da República a resolver. «*Mas ninguém se quer ocupar disso. Fora do José Nosolini e da Infanta D. Filipa, ninguém trata disso*». E repete: «*Só o José Nosolini e a Infanta D. Filipa. Porque será?*».

CAPÍTULO III

O Tempo Intermédio

1

Está em funcionamento mais uma sessão — a XXI — da Assembleia Geral das Nações Unidas, e tanto basta para que pelo mundo se adense o clima de tensão e de conflito. Tudo parece mais intratável, mais perigoso: os problemas de África, do Sudoeste Asiático, das Caraíbas, do Médio Oriente, do desarmamento, das relações Leste-Oeste, outros ainda. De bem pouco, todavia, se ocupa a Assembleia: como o faz de há muito, afasta ou foge de quanto possa implicar um choque directo entre grandes potências: são estas próprias, para mais, que não desejam debates nessas matérias: e como manejam a seu gosto a Assembleia, esta fica paralisada. Não está neste caso o continente africano: aqui, com motivos e propósitos diferentes, continuam paralelas as políticas da Rússia e dos Estados Unidos: cada um dos países procura com afinco excluir o outro: e aparecer como paladino dos povos africanos e arauto dos seus direitos é método que se tem revelado fácil mas cujos resultados inspiram cada vez mais dúvidas, antes de tudo a Washington. Mas neste momento apenas o governo da República do Congo (Kinshasa) excita os ânimos e procura mobilizar contra Portugal o bloco afro-asiático. Sem acaso o saber, alguma razão tem contudo o governo congolês: com efeito, o departamento português de defesa prossegue

os seus contactos com Moise Tschombé, que continua em Madrid: e algum auxilio é prestado, bastante somente para manter no Congo algumas redes de partidários (1). Em Nova Iorque, a delegação congolesa não depara com receptividade de monta: os representantes africanos, na Assembleia e nas Comissões, entretêm-se a repetir contra Lisboa as críticas habituais; e ficam felizes por fazer aprovar as resoluções de rotina. Em Lisboa, tanto pelo governo como pela opinião pública, o assunto é tratado com o descaso já usual; e não suscita tão-pouco qualquer comoção nos meios do ultramar. Para Portugal, um ponto único tem interesse nesta segunda quinzena de Novembro de 1966: retomam-se as conversações luso-africanas, ou não? Por mais de uma vez, Lisboa reiterou a sua disposição de discutir os problemas de paz e segurança e os da cooperação na África Central e Austral, tanto tem sido o interesse da ONU e dos países africanos pelas matérias; mas sublinhou por igual que mantinha todas as suas reservas quanto aos outros aspectos dos textos aprovados. U Thant, que acaba de ser reeleito para um novo mandato como secretário-geral, dá conta daquela posição portuguesa à Assembleia e ao Conselho, e deixa pairar no assunto uma expectativa: a de que ao termo do debate geral na Assembleia se sigam conversações luso-africanas. De momento, Lisboa não tem interesse em a quebrar.

---

(1) Ainda a propósito de problemas do Congo e de outros particulares, Salazar volta a escrever a Eduardo Leitão. Carta na íntegra: *«Ao Dr. Eduardo Leitão — Agradeço-lhe muito reconhecido a sua carta de 10* (de Novembro de 1966). *É desagradável a notícia que me dá da doença do Emb. Staercke, mas as coisas da medicina estão tão avançadas neste domínio, que não devemos ter qualquer receio. A pequenina caverna fechará em breve e ele voltará ao estado anterior — forte, rijo, magnífico. Isso hoje é uma brincadeira. Simplesmente, se ele sabia ter tido uma pequena coisa em rapaz (às vezes nem se chega a dar por isso), podia ter evitado o salto nos gelos do Canadá. Quanto à carta que lhe escrevi, ele responderá quando puder e isso lhe não exigir um grande esforço. Era talvez escusado incomodar o M.° Harmel com as minhas considerações, mas ele lá sabe se havia interesse em fazê-lo. Staercke tem razão nas suas considerações finais: eu queixava-me exactamente de a Bélgica não nos dar nunca uma palavra acerca da sua política no Congo. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar».* Carta sem data precisa, mas que julgo pertencer a este momento histórico.

Sobre um outro problema se debruça Oliveira Salazar em pormenor: a próxima inauguração da Igreja de Santa Engrácia. «*Fica o mais belo templo de Lisboa*», diz o chefe do governo, e comenta para Arantes e Oliveira a cerimónia que se prevê (1). É completado o templo, são para este transladados os restos mortais de grandes vultos de Portugal, que se encontram nos Jerónimos: e Salazar acha que «*a solenidade é mais de aleluia ou glorificação que de requiem ou oração pelo descanso dos mortos*». «*Não podemos esquecer que é um templo inacabado há séculos que abre — e abre ao culto recebendo simbolicamente os grandes vultos nacionais*». E por isso, «*é essencial que o Patriarca faça a sua homilia ou um bom orador sacro faça a sua oração exactamente para ficar bem vincado o facto de glorificação que se pretende*». Há que pensar nos descendentes actuais das figuras históricas que passam a ter os seus túmulos no novo templo: «*há melindres a respeitar e pode ser que algumas pessoas de família desejem tomar parte no acto*» e deverão na cerimónia «*ter os primeiros lugares*». Mais: «*Recomendo o maior cuidado na identificação dos cadáveres nos trabalhos dos Jerónimos. Ninguém perdoaria um erro num caso destes*». Por fim: «*para a cerimónia está indicado o fraque, como V. Ex.ª sugere*». Dias depois, à luz das indicações de Salazar, Arantes e Oliveira elabora um programa definitivo, e remete-o ao chefe do governo. Na audiência dominical de 27 de Novembro, Salazar examina longamente o assunto com o presidente da República, que por seu lado recebera também do ministro um programa idêntico. Parece agora tudo bem a Salazar? «*É-me difícil pronunciar-me por tudo estar tratado com o Senhor Cardeal Patriarca. Por mim, acho parte da ordem das cerimónias às avessas e daria portanto outro ordenamento se não fosse tudo estar marcado por quem de direito*». Mas «*direi entretanto a minha opinião*», e propõe uma nova sequência para os ritos, para a breve cerimónia religiosa, para a oração do patriarca

(1) Como se sabe, segundo a lenda, Santa Engrácia teria nascido em Braga, pelo século IV, e o templo em sua honra começou a ser construído nos fins do século XVII. Apenas agora, em 1966, quase três séculos depois, foi completado e aberto ao culto. Daqui a expressão popular de «*Obras de Santa Engrácia*» para significar obras que não mais acabam ou se arrastam por longo tempo.

«que deveria seguir-se à missa e não à celebração litúrgica». Porque *«juntar a oração do Patriarca à cerimónia fúnebre é dar o carácter de requiem às cerimónias e à oração do Patriarca o sentido de oração fúnebre»* quando se pretende mais «aleluia do que requiem». Mas Salazar submete-se: *«Era assim que eu pessoalmente preferiria, mas sujeito-me ao que está marcado»*.

Mas este episódio constituiu simples desvio: os grandes problemas impõem-se. Mais uma vez, e de forma já exasperante, a questão da Rodésia não abandona Portugal. Em Londres, num encontro no quadro da EFTA, Harold Wilson pede a Correia de Oliveira que o governo português exerça pressão sobre Ian Smith, levando-o a aceitar as propostas britânicas para um acordo anglo-rodesiano; o mesmo pedido faz em Lisboa o novo embaixador Sir Anthony Lambert, que sucedera a Sir Archibald Ross; e num caso e noutro salienta-se que a intervenção portuguesa é particularmente oportuna uma vez que está aprazada, para breve, uma nova reunião entre Wilson e Smith. Declara o governo de Lisboa que tem a melhor boa vontade, e que certamente deseja uma solução por acordo, como há muito tem recomendado; mas sendo neutro no conflito, e não conhecendo as propostas inglesas, nem as contrapropostas rodesianas, e ignorando a margem da negociação de cada um dos lados, não vê como pode empenhar-se junto de uma parte para que aceite os termos da outra (1). Em Salisbúria, são fornecidas aos portugueses as bases em que a Inglaterra quereria firmar um acordo; e constituem uma rendição de Smith. Sir Anthony sublinha então, e o primeiro-ministro Wilson acentua-o em nova conversa com Correia de Oliveira, que uma recusa de Smith obrigaria Londres a voltar com o assunto à ONU e a uma confrontação com a África do Sul e com Portugal. Replica Lisboa que considera deplorável o facto; mas pelo seu lado não lhe vê remédio. Dias mais tarde, o primeiro-ministro Smith rejeita oficialmente, e em público, os termos britânicos. Desde logo se desencadeia uma ofensiva política em Nova Iorque. Dos meios afro-asiáticos nas Nações Unidas apodera-se a cólera,

(1) Não cabe aqui, como é óbvio, historiar os encontros entre Wilson e Smith. Foram vários: em Gibraltar, a bordo do cruzador *Tiger*, etc.

um novo ímpeto emotivo para destruir a Rodésia; e a Organização da Unidade Africana ateia o fogo com declarações belicistas. Por entre o novo tumulto, solicita-se mais uma reunião do Conselho de Segurança: e pretende-se que seja enfim decretada uma guerra santa contra a Rodésia. Lisboa mais uma vez chama a atenção de Washington para o agravamento que se vai trazer a uma situação já de si muito séria; e o novo embaixador dos Estados Unidos, Bennett, dá a entender que o seu governo, se pretende a cessação da rebeldia rodesiana, não consentirá por outro lado que se desencadeie um conflito armado naquela zona do continente africano. Oliveira Salazar mantém-se sereno, e considera a situação com a tranquilidade de quem segue um hábito antigo: há mais de um ano que *dura* o drama rodesiano: todos os dias parece a ponto de produzir uma catástrofe: mas tudo vai seguindo, quase estável, sem tormenta de maior. Considera Salazar: o maior risco deve estar passado: e apenas voltará a haver verdadeiro perigo *«se Wilson ou os americanos perderem a cabeça»*.

Mas nos inícios de Dezembro de 1966, abre-se para Portugal uma nova frente de preocupações: chegam notícias de sérias perturbações em Macau, nos dias 3 e 4 daquele mês. Com pretexto em incidentes sem gravidade (1), sindicatos e estudantes de filiação comunista provocam alterações graves de ordem pública: é assaltado o Leal Senado, são invadidos e danificados os edifícios dos Correios e de outros serviços públicos. Intervêm as autoridades, e forças de segurança repõem a normalidade a pouco e pouco, e com moderação. Delegados dos manifestantes apresentam as suas reivindicações: demissão do comandante militar e do comandante da polícia, entrega de guerrilheiros nacionalistas que se encontram presos: e exigência de que o governador confesse a sua responsabilidade e apresente desculpas por escrito, e públicas. Para lá da Porta do Cerco concentram-se milhares de chineses, e algumas fragatas da marinha de guerra da China cruzam ao largo das águas de Macau. Obviamente, por detrás de tudo está

(1) Motivados com pretexto no embargo aplicado à construção de uma escola, na ilha de Taipa, que estava sendo edificada sem licença.

Pequim. Mas tudo é misterioso: nem a acção das autoridades portuguesas justifica aquelas imposições, nem se descobrem os objectivos últimos do governo chinês. Apoderar-se de Macau? Poderia consegui-lo nalgumas horas, quase sem um disparo. Fazer cair Macau sem ataque militar? Se fossem cortados víveres e água, a cidade teria de se entregar em quarenta e oito horas. Então? Humilhar Portugal? Nobre de Carvalho, o novo governador que acaba de assumir funções, sente-se de súbito envolto num enredo de que não tem experiência; não sabe interpretar com segurança os acontecimentos, e parece perplexo; mas está pronto a cumprir quaisquer ordens do governo central. Rádio Pequim ataca regularmente Portugal, e descreve as *«atrocidades fascistas»* cometidas em Macau; mas não faz ameaça de conquista territorial. Ho Yin, súbito chinês que representa a comunidade chinesa e é tradicional intermediário com o governo da China, desloca-se a Cantão e a Xangai, e estabelece contacto directo com Pequim; mas no regresso declara a sua impotência, e sua convicção de que as *«suas autoridades centrais»* não são já as que dominam os sucessos em Macau. Em Lisboa, nos círculos governamentais a par dos acontecimentos no Extremo Oriente, estão divididos os pareceres: mas a maioria julga que o objectivo chinês é somente o de infligir um desaire a Portugal: se este o aceitar, Pequim não irá mais além. E porquê? Entram aí as subtilezas orientais: no processo de reconhecimento do governo da China, em que este impelido por Lisboa avançara e se comprometera em público, o recuo português provocara uma *perda de face* em Pequim: e esta há-de ser compensada com uma *perda de face* em Lisboa (1). E agora tudo aparece agravado pela *revolução cultural* que convulsiona a China e pelo clima de tumulto em que os *guardas vermelhos* mantêm a sociedade chinesa: não se sabe de momento quem é a autoridade naquele país. Perante esta situação, que atitude tomar? Ceder? Não ceder? Salazar defende a firmeza, a intransigência. Mesmo que se perca Macau? Sim: *«para um povo, para a sua História, é infinitamente mais importante um acto de orgulho e de bravura do que uma nódoa que nos*

(1) Matéria exposta no vol. V.

fique sempre a perseguir». E repete para os seus colaboradores: *«Acreditem».*

Em 7 de Dezembro de 1966, com o cerimonial conduzido em boa parte ao arrepio do parecer de Salazar, é inaugurada a Igreja de Santa Engrácia. Está o presidente da República, o chefe do governo, o núncio, o mundo oficial: é uma solenidade com o aparato dos grandes dias: e haviam acabado as *«obras de Santa Engrácia».* Na sua homilia, diz o cardeal-patriarca: *«Poder mais alto quebrou o encantamento da lendária maldição»;* e *«a partir de agora, será o monumento da glória, fundado sobre a rocha firme daquele que de si afirmou que era a Vida e a Ressurreição.»* Segue o povo miúdo do exterior os actos da inauguração do templo. Dizem algumas vozes em surdina ábafada: *«Salazar acabou a obra, oxalá não seja fatal para ele».* Porquê? *«Ah! porque está dito pelo povo, há gerações, que quem completasse esta igreja padeceria maldição».*

2

Pelo país, como se nenhumas crises se afrontassem, vive-se *habitualmente.* Desmente o Brasil a existência do pacto militar luso-brasileiro, secreto ou não. Salazar visita em Belém a exposição *As Artes ao Serviço da Nação.* Continuam as conferências comemorativas dos quarenta anos do *28 de Maio.* É agora Costa Pimpão, mestre de humanismo, catedrático de destaque na Faculdade de Letras de Coimbra, vulto de nomeada também em universidades brasileiras, que traça um *Panorama da Cultura Portuguesa:* e conclui com o voto de que nada falte para a guerra da sobrevivência de Portugal e para a cultura portuguesa. Depois é José Pires Cardoso que se ocupa do *Sentido Social da Revolução:* e o antigo ministro e economista faz o elogio do sistema corporativo. E em 9 de Dezembro, Canto Moniz fala de *Realizações e Perspectivas* no âmbito das Obras Públicas: com diapositivos e estatísticas descreve o esforço feito em algumas décadas naquele domínio e no das estruturas ligadas a aspectos sociais e de fomento.

E uma exposição documental sobre o Código Civil é aberta no Secretariado de Informação: Guilherme Braga da Cruz, mestre eminente na cultura portuguesa, explica-a em breves palavras.

Depois de um fugaz apaziguamento, reaviva-se o problema de Macau. E de súbito parece que se multiplicam também os pontos de conflito que envolvem Portugal: incidentes de tomo na fronteira de Moçambique e da Tanzânia, acrescida virulência nos ataques verbais feitos pelo governo do Congo (Kinshasa), que intensifica o seu auxílio logístico aos grupos de guerrilheiros; debates desabridos em Nova Iorque. Entretanto U Thant circula na ONU um relatório em que atribui ao governo de Lisboa a culpa de se não realizarem as conversas previstas para o fim do debate geral. Este terminara há pouco, e como nenhuma indicação fora recebida da parte portuguesa, o secretário-geral informa a Assembleia de que aquelas conversas não se haviam efectuado. Reage Lisboa: recorda todas as numerosas comunicações anteriores: lembra que fora o secretário-geral quem reiterara a inviabilidade de conversas que não se situassem estritamente no quadro definido pela ONU, e só nesse: e esta atitude tinha de ser havida como repúdio da oferta portuguesa. Mas não é assim? Foi errónea a interpretação portuguesa? Nesse caso, cabe a U Thant esclarecê-lo. Por seu lado, Portugal mantém a disposição de discutir os problemas da cooperação regional e da paz e segurança na África Austral. Nesta atmosfera, chega de novo a Lisboa, em 14 de Dezembro de 1966, o general brasileiro Costa e Silva, agora na qualidade de presidente eleito do seu país. Costa e Silva sucede ao marechal Castelo Branco, e antes da posse realiza uma viagem pela velha Europa. Portugal é a sua primeira escala. Salazar desloca-se ao aeroporto para acolher o presidente brasileiro. Atendendo a que Costa e Silva ainda não fora empossado nem está, portanto, em funções oficiais, é gesto sem precedentes o do chefe do governo, e o político brasileiro não oculta quanto se sente penhorado; e no banquete da Ajuda, oferecido pelo presiente Thomaz, e na sua deslocação ao Porto, não deixa de expressar por Portugal uma amizade que no entanto não excede o sabor literário e passadista. Mas justamente enquanto visita Portugal o novo chefe de Estado do Brasil, agravam-se as relações de vizinhança entre Angola e o Congo (Kinshasa): multiplicam-se agora as

ameaças, e são praticados actos de *quase guerra* através da fronteira, com «*baixas sensíveis*» nas tropas portuguesas. Então, em Lisboa o governo português declara em 15 de Dezembro: «*A política até aqui seguida não poderá manter-se, dado que as autoridades congolesas continuam a demonstrar que ignoram, ou não estão dispostas a cumprir, regras elementares do direito e da convivência internacionais*». E em consequência «*o governo português determinou, para já, o encerramento da fronteira de Angola com a República Democrática do Congo, independentemente de considerar outras medidas que venham a mostrar-se adequadas*». Por outras palavras, o governo de Lisboa, além de proibir o tráfego de pessoas e mercadorias nos postos fronteiriços do Norte, corta o caminho-de-ferro de Benguela, que constitui a grande e única via de penetração para leste e serve a um tempo a República do Congo (Kinshasa) e a Zâmbia.

Sente-se o golpe em Lusaka; e em Kinshasa, embora nos círculos governamentais se afecte indiferença desdenhosa, o embaraço é vizinho do pânico, uma vez que o caminho-de-ferro de Benguela assegura oitenta e cinco por cento do tráfego do Congo com o exterior. No plano internacional são altos os clamores: Portugal quer asfixiar a África Central: está infringindo a obrigação que lhe cabe de manter livres as comunicações de países interiores com o mar. Precisamente, responde Portugal, é esse o motivo por que não pode interferir no tráfego com a Rodésia, salvo se esta for agressora, como é o caso do Congo (Kinshasa), e conforme está previsto expressamente na lei internacional. Mas logo um novo desenvolvimento prende as atenções gerais. Perante o Conselho de Segurança está mais uma vez em agenda a Rodésia. De exasperante passa a monótono. Nos debates, Portugal e a África do Sul são sempre os alvos preferidos de afro-asiáticos e países de Leste; mas por parte das potências isentas há agora um cuidado mais atento, e sobretudo há a consciência de que, em estrita verdade, não são aqueles dois países os culpados da situação criada, nem do seu prolongamento. Em 16 de Dezembro de 1966, o Conselho aprova uma resolução que proíbe o comércio com a Rodésia, em particular de matérias-primas básicas; as actividades individuais que possam ter aquele objectivo; o trânsito de mercadorias provenientes ou com destino à Rodésia; e o

fornecimento de material militar, de aeronaves e de veículos motorizados. Não se legislam medidas de natureza militar que possam levar a guerra à Rodésia: em se lhes opor, estão de acordo as grandes potências. Uma cláusula é relevante para Portugal: é defeso manter à disposição da Rodésia quaisquer meios (terrestres, aéreos ou marítimos) que permitam o transporte de petróleo ou seus derivados. Nos termos da Carta da ONU, o Conselho considera as medidas decretadas como injuntivas para todos os Estados membros. E U Thant logo pergunta oficialmente ao governo português que medidas este se propõe tomar para execução do que o Conselho acaba de decidir. Nos mesmos dias, decorre em Paris uma reunião do Conselho Ministerial da NATO. Dean Rusk, secretário de Estado norte-americano, diz ao seu colega português que não é justo fazer recair sobre Portugal o ónus de impedir que a Rodésia receba petróleo: essa responsabilidade pertence aos países produtores e transportadores. Por seu lado, o governo de Lisboa logo declara que tem por irrelevante a resolução, e reitera as suas dúvidas quanto à sua legalidade. Depois, acalmam as Nações Unidas.

Na segunda quinzena de Dezembro, são proferidas as últimas conferências da série comemorativa. *Sobre o Revigoramento da fé* é o tema do Padre José Filipe Mèndeiros, homem da Universidade Gregoriana, reitor dos seminários arquidiocesanos, teólogo muito ligado a Manuel Trindade Salgueiro; e, fazendo o historial das relações entre o Estado e a Igreja em Portugal, exalta a política religiosa de Salazar e a *Concordata* e o *Acordo Missionário*. Em 20 de Dezembro, Lopes Alves, figura de relevo na Marinha e no ultramar, e antigo ministro, descreve e defende a orientação ultramarina do governo em *A Revolução e o Ultramar: «não temos nem queremos outra escolha que não seja manter a qualquer custo a integridade da terra portuguesa»*. Para a derradeira conferência, Baltazar Rebelo de Sousa convida Marcello Caetano. Mas Caetano, ainda que o convite seja formulado por um homem *seu* e que lhe é inteiramente devotado, recusa o pedido de Rebelo de Sousa: declara-se um salazarista, decerto, mas *aposentado:* e para mais concorda com muito pouco de quanto ultimamente se tem feito. E então, dois dias mais tarde, é Trigo de Negreiros, homem do Estado Novo desde sempre, que sintetiza em *A Ordem*

Jurídica e a Revolução a mística do regime, a substância da sua ética, a natureza das suas instituições; e proclama, dentro da ordem e da justiça, as virtudes *«do heroísmo, da fé, da devoção ao alto ideal da Pátria»*. E Rebelo de Sousa, no encerramento, saúda os militares que combatem em África e que *«honram o passado e asseguram a construção do futuro»*, e por isso *«estamos com eles — e eles estão connosco!»*.

E os acontecimentos de Macau? Para os fins daquele mês de Dezembro, não há mudança da situação: mantém-se a pressão chinesa além da Porta do Cerco, são reiteradas às exigências formuladas pelos manifestantes: o governo português não as recusa, nem as satisfaz: e repetidas entrevistas entre o governador e os delegados dos sindicatos e estudantes a nada conduzem. Salazar reúne-se amiúde com os ministros do Ultramar, Defesa e Estrangeiros. Repudia Silva Cunha qualquer cedência e, na linha do chefe do governo, também prefere a perda de Macau a uma ferida no amor próprio e na honra de Portugal. Sustentam critério diferente os dois outros ministros: a soberania portuguesa em Macau sempre fora um pouco partilhada com a China; a tomada de Macau poderia inspirar uma atitude semelhante da Indonésia para com Timor; Pequim ainda não desrespeitou a bandeira portuguesa, significando assim que não quer ofender a *face* aos portugueses enquanto, por outro lado, pretende uma satisfação à ofensa portuguesa feita à *face* dos chineses, ainda que involuntária; muito maior seria a humilhação de Portugal se os chineses cercassem Macau, cortassem todos os abastecimentos, e sem uma palavra deixassem a cidade morrer à míngua, perante a impotência de Lisboa; e nestes termos parece aos ministros da Defesa e dos Estrangeiros que são de aceitar as exigências de Pequim, salvo a que se refere às desculpas públicas do governador, que deve ser recusada ainda que sejam fatais as consequências para Macau. Oliveira Salazar repisa a sua atitude de rígida firmeza; mas dá indícios de alguma hesitação. Sente-se indeciso por não conseguir perscrutar os objectivos remotos de Pequim. Sondado, o governo francês, que tem excelentes relações com a China, também não sabe explicar os acontecimentos; e o governo dos Estados Unidos julga que tudo provém do caos político em que a China continua mergulhada, e de não ser nítida uma autoridade

suprema. De momento, em Lisboa nenhuma decisão é assente: o governador terá de procurar manter contactos, organizar conversas com o lado chinês, e esclarecer-se.

Mas estas preocupações não fazem esquecer as que são causadas pelo Congo (Kinshasa). Mais do que nunca, são claras as influências estrangeiras. Salazar anota-o: «*Houve muitos factos sincronizados — a acusação de mercenários em Angola, a queixa no Conselho de Segurança, a invasão da Embaixada, o corte de relações. Foi só o Sr. Bomboko a preparar os factos ou estava este também entendido com o Presidente?*». Por outro lado, há algum mistério em torno das actividades de Tschombé. Em mãos portuguesas, cai uma carta assinada pelo antigo primeiro-ministro congolês, em que este faz promessas de cooperação com a União Soviética. «*Não sei o que pense*», escreve Salazar; e pergunta: «*é verdadeira? é falsa? é imitada a assinatura?*» E comenta: «*A verdade é que o presidente Mobutu está fazendo com a Rússia e quanto à política económica o mesmo que M. T.* (Moise Tschombé) *prometeria na sua carta: não só vai reconhecer e entabular relações com a Rússia e os países de Leste, como está a caminhar para a nacionalização das actividades económicas. Não sei se haverá alguma culpa dos belgas, mas a leitura dos jornais do Congo dá a impressão de se preparar uma campanha contra o colonialismo e o neo-colonialismo, para habilitar o governo a agir no sentido do corte com as companhias belgas*». Na altura, porém, os serviços policiais portugueses sabem que Tschombé saiu de Madrid, e possivelmente mesmo de Espanha; e a Lisboa chegam informações que permitem supor haverem os sul-africanos e os rodesianos desistido de o apoiar. Não se afiguram mais entusiastas os franceses. E Salazar, não desejando embrenhar-se isolado numa aventura, faz cessar todos os auxílios a Tschombé, escassos como já eram. Justamente, produz-se nesta ocasião um ataque de vulto a território angolano: no dia de Natal de 1966, mais de quinhentos guerrilheiros atravessam a fronteira de Leste e caem sobre a cidade raiana de Teixeira de Sousa. Estão bem armados, é aguerrida a sua combatividade. Mas as forças portuguesas não se deixam surpreender: os atacantes são repelidos, fogem, e abandonam no terreno cerca de trezentos mortos. Quase não há baixas do lado português. É uma

espectacular vitória. Contra o ataque, Portugal protesta junto do Conselho de Segurança, e dirige o seu protesto contra a Zâmbia em particular. E em Nova Iorque concluem-se os trabalhos da XII Assembleia Geral da ONU. Não se eximem as Nações Unidas à aprovação das resoluções habituais contra Portugal. Mas o facto de salientar é outro: votaram em favor de Portugal a Austrália, Áustria, Brasil, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, Holanda, Inglaterra, África do Sul; e nenhum país da NATO ou latino-americano votou contra Portugal, tendo preferido abster-se. Todos os observadores concluem que se trata de uma vitória de Portugal, e assim o consideram também, com relutância, os meios afro-asiáticos.

Chega a seu termo o ano de 1966, e a 29 de Dezembro, em sessão especial, a Assembleia Nacional proclama o encerramento das comemorações do 40.° aniversário do 28 de Maio. Está o presidente Thomaz, Oliveira Salazar e todo o governo. Exprimem os sentimentos da Câmara os deputados José Hermano Saraiva, Melo e Castro e Rebelo de Sousa. Fazem o elogio do regime; mas sobressai Melo e Castro, que põe expressamente o problema do abandono da cena política por parte do presidente do Conselho. Há uma sensação de surpresa, e de constrangimento. Salazar é ovacionado; e parece admirado com os aplausos. Depois, na Sala Dourada, demora-se em convesa com Américo Thomaz e Mário de Figueiredo. E que pensa do que se passou há dias em Teixeira de Sousa? Responde o chefe do governo: «*um magnífico presente de Natal!*»

3

Nos inícios daquele ano de 1967, Oliveira Salazar continua a ser o homem das pequenas coisas e dos grandes problemas. Abeira-se dos setenta e oito anos, e dedica aos pormenores da vida a mesma atenção concentrada de sempre. Nada lhe parece indiferente, ou insignificante, ou abaixo dos seus cuidados.

Raramente se desloca agora ao Vimieiro e a Santa Comba; mas à distância continua a acompanhar com minúcia as *suas quintas* e a *sua agricultura.* Custa-lhe despesas constantes a propriedade das *Ladeiras:* mandou em Dezembro dez contos: e agora houve que remeter igual soma. Nas casas à beira da estrada, no Vimieiro, traz um carpinteiro de Viseu a compor uns caixilhos, e uns alpendres, e também em trabalhos na pequena adega das *Ladeiras:* gastou mil trezentos e setenta e cinco escudos. Justamente para a adega encomendou em Macedo de Cavaleiros um tonel novo, que ficou uma peça acabada: pagou 8692$50. E depois são as despesas com o caseiro e família, e com uns pedreiros de Santa Comba; e sempre com as irmãs e uma criada de estar. Por outro lado, tem os encargos de Lisboa. Paga do seu bolso todo o pessoal doméstico na casa da Rua da Imprensa. À governanta Maria de Jesus cabe um ordenado mensal de seiscentos escudos, e há mais sete empregadas, todas rapariguinhas da província que recebem entre 350 e 450 escudos. Pelo último Natal deu uma lembrança a cada empregada: uma colcha e mais cem escudos. Paga ainda outras despesas da residência oficial: todo o aquecimento, o arranjo do parque, as gorjetas aos jardineiros. Nunca lhe apresentam conta os seus médicos; mas neste Natal, lembra-os com presentes de tomo. Ao professor Eduardo Coelho, oferece uma travessa de prata, de sete contos; e ao Dr. José Gravate, que ultimamente tem prestado alguma assistência clínica, manda um serviço de chá, que custou oito contos e quinhentos. Para si e para a governanta, é permanente o consumo de medicamentos: mais de um conto por mês na Farmácia Rego à Calçada da Estrela. E para despesas de alimentação entrega a Maria de Jesus, em média, uns cinco contos por mês. Depois são ainda as somas que despende com as suas cotas para beneficências, associações de caridade, a Associação Académica de Coimbra, seminários, alguns jornais de província que assina desde os tempos de professor, a côngrua da Estrela, a Junta de Freguesia, outras ainda (1).

(1) Oliveira Salazar assenta sempre pelo seu punho todas as despesas. Exemplo: *«aros de uns óculos — 200»*. Outro exemplo: *«Gorjetas aos trabalhadores do Parque (7×100+1×200) — 900»*. Os assentos incluíam os centavos: Farmácia Rego — 1468$30, prendas de Natal para caseiro, etc. — 2294$70.

E está obcecado com outro problema. Todo o andar superior da residência oficial está guarnecido com a sua mobília, a sua roupa, os seus pertences, os seus papéis, os seus livros. Quando abandonar funções e sair para Santa Comba, onde há-de arrumar tudo isso? Nas casas à beira da estrada do Vimieiro, nada cabe. Vender? Mas quem quer meia dúzia de tarecos que *«não valem um pataco falso furado?»* Deixar tudo? Não pode, porque a residência tem de ficar livre para o sucessor. Que fazer? E Oliveira Salazar repisa uma velha frase, repete: *«Uma coisa é certa: ao cruzar a soleira da porta pela última vez, hei-de virar os bolsos do avesso e bater as botas no degrau para se ver bem que do Estado e da Nação não levo comigo nem um cotão, nem um pó!»*

Mas é sob o peso dos problemas suscitados pela própria situação que Salazar parece mais vergado no abrir de 1967. Interessa-se por tudo, decerto, e a tudo dá importância; mas reconhece que as forças físicas, e a *pachorra*, se ultimamente eram já poucas, estão agora esgotadas para tratar de assuntos que não respeitem à Defesa, ao Ultramar e aos Estrangeiros. E depois não tem paciência para as críticas, as discordâncias que, ao mesmo tempo, não apresentem sugestões concretas e soluções construtivas para substituir o que está mal. Veja-se a atitude de Marcello Caetano: para este, nada está bem, tudo é um erro, um logro. Mas lembra alguma coisa, tem uma ideia nova, luminosa? Não. E depois *«farto-me de consultar a União Nacional»*. Que diz? *«Dizem-me que os ministros são umas bestas, que eu não compreendo já nada, mas ninguém me diz o que se deve fazer em vez do que se tem feito»*. E Salazar sente-se amargurado: sabe existirem pessoas em alta posição que estão descrentes, que tomam atitudes derrotistas. *«Quanto aos ministros, alguns realmente são umas bestas; mas há homens de grande envergadura, há altos valores»*. Deverá no entanto forçar a sua saída? Já o dissera há meses: nos sete anos que estão decorrendo, por imperativos naturais ou políticos, há que fazer grandes opções: e, conforme afirmara no final do seu discurso de Braga, apenas se mantinha no governo porque a sua partida, nas circunstâncias actuais, poderia ser tomada como mudança de política. E alguns tornam a uma ideia de há tempo: criar o lugar de vice-presidente do Conselho? Seria um indicativo para o futuro o nome que designasse para essa

função. Não, não o pode fazer. Já disse porquê, mas insiste, e repete: não está na tradição portuguesa esse lugar: e quem Salazar escolhesse, «*porque escolhido por mim, teria os meus inimigos e os seus próprios*». Salazar recusa-se a preparar *a sua sucessão.* Portugal não é uma monarquia mas uma república: e esta, ao contrário daquela, não tem, não pode ter, *delfinatos.* Cabe ao chefe do Estado optar, decidir: e o escolhido terá de desenvolver o seu próprio crédito político e firmar o seu prestigio. Justamente, o José Nosolini, ao discutir estas coisas, diz sempre que, ao abandonar funções, Salazar terá de se ausentar do país: o seu sucessor querê-lo-á além-fronteiras. «*Mas eu quero ir para Santa Comba descansar, e ler livros, antes de morrer. Parece-me que tenho direito a isso. Quero ter pelo menos uns dois anos de vida válida em Santa Comba*». Julgam as pessoas que não gosta de se distrair, que não aprecia momentos de pura disponibilidade? «*Como estão enganados*», exclama Salazar, «*gosto imenso de música, de bons concertos, de ir a um bom teatro, de ver novos sítios e novas paisagens!*». Afirma aos seus colaboradores de maior confiança: «*sinto-me caminhar cada vez mais para a morte, passo horas e horas a pensar na minha sucessão. Procuro alguém que seja capaz e queira defender com firmeza o Ultramar. E não encontro. Não encontro!*» Pela música, na verdade, sente um renascido fascínio. Dir-se-ia haver tornado aos seus tempos de Coimbra, quando o prendiam os concertos da sua amiga pianista, a Glória Castanheira, e se entregava a doces serões em que esta tocava só para Oliveira Salazar e Mário de Figueiredo. Agora interessa-se muito pelo progresso de uma nova escola fundada há pouco (1), a *Academia de Música de Santa Cecília;* e à noite, depois de jantar, despende longos momentos a escutar discos com peças clássicas, sobretudo de Wagner, Beethoven, Mozart, Liszt. «*Enquanto oiço, sinto-me tranquilo, e penso melhor na situação geral do país*». E tem receios. Tem receios pelo carácter dos portugueses. Vê estes muito volúveis, sem sentido crítico, sem autonomia mental, impressionáveis, sem tenacidade; estão sempre em busca da opção mais fácil, fugindo a sacrifícios,

(1) Pela mulher do autor.

pretendendo apenas benefícios, como se fosse possível fruir as vantagens de uma política e as da política contrária a essa. E depois cria-se uma confusão nos objectivos que se desejam. Diz Salazar: o objectivo da política portuguesa é conservar Angola, Moçambique, o ultramar enfim; ora Portugal continua a defender com sucesso o ultramar; mas o facto é tomado como natural, ou mesmo esquecido; e todos se preocupam com as votações da ONU, e os ataques externos, e criticam por isso o governo. «*Mas então*», pergunta Salazar, «*o objectivo da nossa política é ganhar votações na ONU, ou colher elogios internacionais? Alguns dizem que falta uma perspectiva política. Mas o que é isso? A perspectiva política é manter Angola e Moçambique, nisto consiste o triunfo de uma política! Se nós não nos cansarmos, cansam-se os adversários! E não se vê que os tais elogios apenas se obtêm entregando o Ultramar? E perdendo o Ultramar que importam tais elogios? De que valem? Vamos viver disso? Não é preferível aguentar Angola?*» Mas Oliveira Salazar tem medo de que os portugueses não *aguentem* esta política: não tanto o povo, mas as elites. «*A gente puxa, puxa, mas não dá*», lamenta Salazar, «*o gosto é para descer, para a degradação, para a política mole, sem rasgo, sem risco, ainda que se perca tudo*». E conclui: «*Ah! se tivéssemos ânimo para resistir mais uns anos, só mais meia dúzia de anos! Teremos?*»

Para além de Portugal, e em particular na Europa, e na África Austral, Oliveira Salazar, suscitando ódio ou devoção, adquire o valor de um símbolo, tem o fascínio de um mito, personifica o prestígio de uma instituição antiga. Chovem sempre cartas, telegramas, mensagens de homens eminentes ou anónimos, que aplaudem, apoiam, incitam a prosseguir o mesmo caminho; e outros, na imprensa, no livro, ou nos parlamentos, criticam, atacam, e têm-no por inimigo que se impõe destruir. Na Europa latina, os círculos políticos de direita olham Salazar como chefe ideológico e seu doutrinador, como o homem que representa de momento o triunfo de um sistema e de uma sociedade civil havidos como *tipo* a opor às esquerdas. É esta muito especialmente a reacção de um vasto sector da direita francesa, sobretudo por parte de quantos se sentem incompatibilizados com o presidente De Gaulle, ou que foram por este hostilizados, ou repelidos. Em França,

nesses sectores, é seguida em minúcia a política portuguesa, e deseja-se o seu triunfo porque se entende que este importa também à causa francesa, e à do Ocidente. Com frequência, deslocam-se a Lisboa homens de nome em França. São escritores como Michel de Saint-Pierre ou Saint-Paulien, intelectuais e políticos como Jacques Soustelle, ou Tixier de Vignancour, ou Jacques Isorni, ou o general De Benouville, e jornalistas como Serge Groussard ou Roland Faure. Ploncard d'Assac, que continua a viver em Lisboa, está preparando para o público francês uma biografia de Salazar. Mas na Grã-Bretanha também surgem à luz do dia, a terçar armas pela política portuguesa em África, homens de destaque na vida política britânica, e nesse sentido fazem ouvir a sua palavra, na Câmara dos Comuns e fora dela, individualidades como Julian Amery, Frederic Bennett, Patrick Wall, John Biggs-Davison, ou Duncan Sundays. E a *Voz do Ocidente*, emitida em Lisboa por uma poderosa estação de rádio e difundida em inglês, francês e alemão, faz a defesa diária dos grandes valores ocidentais e da necessidade da sua afirmação no Mundo, e encontra ouvintes um pouco por toda a Europa Ocidental.

Carregado de preocupações pelo presente, roído até à sua raiz de ansiedade e de pavor pelo futuro, perplexo perante os caminhos que se rasgam na encruzilhada, amarrado à consciência do que está em causa e se pode perder ou ganhar, Oliveira Salazar continua na sua rotina, e lança-se em mais um ano de vida política. E repete para os seus colaboradores de confiança: «*Se conseguirmos resistir até que o mundo nos dê razão, se conseguirmos manter o Ultramar até à conjuntura inevitável em que seja aceite pacificamente pelo mundo, como coisa natural da Nação portuguesa, vantajosa para o Ocidente, então teremos na realidade feito obra histórica*». E sublinha: «*Mas só então, não antes!*»

4

Há um aflorar de preocupações internas nestes primeiros dias de Janeiro de 1967. Pacheco Jorge, deputado por Macau, declara ser normal a situação, e nega que a cidade haja sido

invadida por guardas vermelhos. Arantes e Oliveira reitera o seu desejo de abandonar as Obras Públicas, e logo o facto é sabido, levantando-se o rumor de remodelação ministerial ampla. Entre o ministro das Finanças Ulisses Cortez, e o da Economia, Correia de Oliveira, há choques frequentes: o segundo acusa o primeiro de conduzir o país a uma recessão e a uma crise: responde Cortez que a gestão da Economia é desastrosa: e são por vezes desabridas as palavras que trocam em Conselho de Ministros. Mais importante, porém, é o estado de espírito que parece ser o de alguns sectores das Forças Armadas. Dentro de pouco, cumprem-se seis anos sobre o início da luta no Ultramar. Nos termos e com os seus objectivos iniciais, foi o terrorismo frustrado em Angola, contido em Moçambique, controlado na Guiné. Militarmente, não há para as forças portuguesas a perspectiva de derrota, ou desaire, salvo pela intervenção de meios internacionais poderosos, ou de uma grande potência; mas as duas possibilidades têm de ser havidas como remotas. E no entanto transpira dos círculos militares um mal-estar, um sentimento de insatisfação que não se define com nitidez. Alguns oficiais do quadro fizeram já várias comissões em África, com todos os incómodos e problemas pessoais e familiares que o facto acarreta; e consideram que uma carreira de longo serviço activo se torna desconfortável. Por outro lado, e pela escassez de quadros, tem de ser cada vez maior o recurso à mobilização de oficiais milicianos, recrutados entre os estudantes universitários ou jovens recém-formados, que assim têm os seus estudos ou estágios suspensos por algum tempo. E em alguns meios da juventude há um novo fervilhar de ideias. Do entusiasmo ou pelo menos da naturalidade inicial com que era encarado o serviço militar, passou-se a uma relutância que está conduzindo ao repúdio dos próprios motivos que impõem a mobilização. Para este estado de espírito convergem factores vários: a intensificação da propaganda pacifista nas escolas, feita por elementos oposicionistas de esquerda, e apoiada pelas potências estrangeiras que em seu proveito pretendem o colapso da política portuguesa; a difusão dos princípios do Concílio Vaticano II, ou que lhe são atribuídos, e a que é dado um conteúdo que não possuem mas que permite apresentá-los como reprovando toda a guerra, ainda que defensiva, e condenando, por velharias, as noções de pátrica e de nacionalismo; a alega-

ção de que a guerra movida a Portugal em África é consequência apenas do carácter autoritário do governo de Lisboa, cessando logo que este seja democratizado; a atribuição de algumas dificuldades na metrópole às despesas com a luta em África, e cujas cifras circulam exageradas; a arguição de que Portugal é autor, e o único autor, de crimes contra a humanidade e de que a ONU é um tribunal com os portugueses no banco dos réus por não acatarem obedientemente as resoluções da organização (1); o argumento derrotista de que para a luta só cabe uma solução política, dando-se à frase o sentido de paz nos termos exigidos pelo adversário ou seja a entrega do ultramar, e não o sentido da busca de uma fórmula para o manter português por meios não militares; e finalmente a descrença, a tibieza de ânimo, a ilusão de algumas classes da sociedade portuguesa, convencidas de que a África tem importância de somenos ou de que os negócios se continuam a fazer, ou até se fazem com mais lucro depois de abandonado o ultramar, acreditando que uma vez quebrados os vínculos políticos se podem manter os demais. Estas são as ideias difundidas por mil modos e organizações: os progressistas, alguns elementos da Acção Católica, as Igrejas protestantes, muitos intelectuais e artistas, alguns círculos económicos e financeiros, os crentes do mundo novo e melhor, os apóstolos da fraternidade universal, os paladinos de uma nova civilização em marcha, os arautos do amor entre os homens para substituir a guerra entre os homens, os defensores da abolição das fronteiras e das pátrias, os mensageiros do homem que só pode ser livre se for rico e não tiver passado, outros ainda. Estudantes universitários e jovens licenciados sucumbem à barragem da propaganda; e, mobilizados como milicianos, transportam-na, e reproduzem-na, e espalham-na pelas unidades, quartéis, salas de oficiais. E de tudo provêm o mal-estar, a inquietação, a atitude crítica que está permeando alguns sectores militares, sobretudo na metró-

(1) Esta arguição é tradicionalmente muito comum na história de Portugal. Aparece sempre invocada por espíritos débeis, ou enfeudados ao estrangeiro, e em épocas de *política mole*. Ela supõe esta ideia: a de que os interesses nacionais se devem subordinar a leis internacionais, elaboradas *por outros*, difundidas *por outros*, para defesa e protecção dos *seus* interesses, e *não* dos interesses portugueses.

pole. Está consciente do facto o ministro da Defesa, Gomes de Araújo; intensifica a doutrinação e o esclarecimento entre os oficiais de carreira; mas as influências são exteriores, e são essas que importaria eliminar ou corrigir. É todo um problema de pedagogia da sociedade civil que está posto. «*Que querem os senhores?*», pergunta Salazar, e explica: «*Deixamos invadir o Ministério da Educação Nacional pelo progressismo, pelo internacionalismo, pela anti-nação. Era novo, era avançado, era estar em linha com as grandes teses dos novos génios. Muito bem. Mas agora não nos queixemos!*». Então não se deve fazer nada? Não se deve voltar a *ensinar* Portugal nas escolas portuguesas? «*Sim, decerto, mas a única pessoa do meu conhecimento que está preocupada com o problema é a Infanta D. Filipa. Não sei de mais ninguém*». Por detrás de tudo, há uma vasta paisagem humana, há todo um povo miúdo que constitui a poderosa reserva moral da nação, e nesse não se percebem os mesmos sintomas, e os seus descontentamentos não se apresentam ligados às lutas de África.

Mas Oliveira Salazar tem de cuidar de uma questão imediata, e esta é ainda a de Macau. Neste tempo, parece agravar-se a situação interna chinesa, com embates sanguinários entre alguns sectores da população e os *guardas vermelhos;* o facto repercute-se naquela cidade portuguesa, tornando-se mais vivas e ameaçadoras as exigências feitas ao governo local; e o governador, sujeito a toda a sorte de pressões, está cedendo nos seus nervos, e para salvar Macau mostra-se disposto a aceitar um documento chinês que humilha Portugal. Em Lisboa há uma reacção: para além de certos limites, é preferível perder Macau. Em 11 de Janeiro, pela meia-manhã, um nevão intenso cobre o Norte do país, e Salazar está reunido com os ministros da Defesa, do Ultramar e dos Estrangeiros. Há unanimidade em rejeitar o documento injurioso; mas sob forte empenho conjunto dos três ministros, e convicto agora da perda de Macau se não houver uma condescendência mínima que *salve a face* dos chineses, o chefe do governo concorda em adoptar uma flexibilidade que, sem afectar os símbolos do orgulho e da soberania portuguesa, possa no mais dar satisfação a Pequim. Nesta base, Oliveira Salazar e Silva Cunha redigem para o governador novas instru-

ções, concebidas à luz da nova atitude: transigir no que for inevitável; negociar a dureza dos textos; não aceitar para o governo local, e muito menos para o governo central, quaisquer responsabilidades por actos que são de soberania, não havendo portanto lugar para desculpas. Apesar de tudo, há que considerar a possibilidade da perda de Macau, e por isso Salazar entende ser indispensável submeter o assunto a Conselho de Ministros e acaso ao Conselho de Estado. Pelas seis horas da tarde daquele dia 11, está reunido o Conselho de Ministros. Depois da resenha dos factos, Salazar sintetiza o dilema: ou se aceita o documento chinês mesmo com o que possa ter de injurioso para a honra de Portugal; ou se rejeita, e nesse caso tem o governo de assumir a responsabilidade pela perda de Macau. Silva Cunha lê o texto que Pequim deseja impor, e depois as novas instruções já expedidas ao governador. Abre-se debate no Conselho. Correia de Oliveira ataca violentamente Silva Cunha, considera humilhantes as instruções enviadas ao governador; e aceita a perda de Macau, se necessária, para que fique intacta e altiva a dignidade nacional. Há também objecções, moderadas e construtivas, de Antunes Varela e Galvão Telles. Surge uma troca de palavras ácidas entre Correia de Oliveira e Silva Cunha; e este pretende apresentar a sua demissão. Declara então Salazar que é co-autor das instruções ao governador, e que assume toda a responsabilidade pela sua redacção; mas se o Conselho assim o entender, e por seu turno assumir a responsabilidade da perda de Macau, está pronto a fazer expedir novas instruções, firmes e duras como alguns ministros parecem desejar. É pesada a atmosfera de constrangimento que então se abate sobre o Conselho, e o ministro da Economia furta-se ao embaraço declarando que, como há quarenta anos Salazar é defensor da dignidade de Portugal, mais uma vez lha confiava. Mas o Conselho toma uma decisão: enviar a Macau alguns altos funcionários para apurar localmente os factos. Entretanto, novas informações do governador adensam o mistério: os elementos chineses, em novos contactos, estão mais intratáveis e agravam as exigências e a redacção dos textos: e o governador tende agora a rejeitá-los. Por que procedem assim os chineses? Que pretendem? Está de visita a Lisboa e Coimbra o ministro dos Estrangeiros da Tailândia, Thanat Khoman, e é posto ao

corrente de todas as minúcias: como oriental e vizinho da China, que pensa? Também não compreende, não sabe; mas deve estar envolvido, julga o ministro, um problema de amor-próprio chinês. Macau parece perdido. Em 14 de Janeiro, Salazar envia ao governador uma carta pessoal, recomendando coragem e serenidade. Diz: «*Importa porém manter a calma e a tranquilidade de espírito para que V. Ex.ª possa levar todos os que devem obedecer-lhe a cumprir o seu dever*» (1). Depois é designada a delegação que se desloca a Macau (2). E o governo de Lisboa dirige-se ao governo britânico a perguntar se, no caso de tomada violenta da cidade pelos chineses, as autoridades inglesas poderiam prestar algum auxílio no transporte para Hong Kong dos que houvessem de ser evacuados de Macau. Salazar está sereno: passa o

---

(1) Tem interessse documental esta carta. Na íntegra: «*Ao Brigadeiro Nobre de Carvalho: Como temos amanhã portador de confiança, lembrei-me de enviar a V. Ex.ª estas curtas palavras. Ainda esta manhã trabalhei com o Senhor Ministro do Ultramar sobre o texto da nota a entregar amanhã aos delegados chineses e sobre as instruções que lhe respeitam. Tenho seguido com a maior atenção a sequência dos acontecimentos e faço ideia das muitas preocupações que os mesmos lhe devem ter causado. Aqui não se minimizam os riscos que estamos correndo e podem ser muito graves; mas mesmo que não se chegue do lado chinês aos extremos sempre possíveis, o Governo da Província tem estado e porventura continuará sujeito a uma pressão que pode abalar os nervos mais fortes. A nossa posição reduz-se no momento a transigir para salvaguardar a soberania portuguesa mas só no que possa ser sem tocar a dignidade da nação. Nada nos importaria salvar Macau de forma indigna, porque esta indignidade recairia sobre o conjunto dos interesses nacionais, de modo que estes seriam seriamente abalados. Vejo que V. Ex.ª encarou assim a redacção da última nota chinesa, pois que também a considera inaceitável. Não temos aí forças para bater as forças chinesas — seria uma impossibilidade — mas para garantir a ordem e lutar até ao extremo limite pela dignidade e pela soberania nacional. Confiamos aqui em que em caso de necessidade todos cumprirão o seu dever, mesmo com os maiores sacrifícios. Importa porém manter a calma e a tranquilidade de espírito para que V. Ex.ª possa levar todos os que devem obedecer-lhe a cumprir o seu dever. Com respeitosos cumprimentos e votos de felicidades. Oliveira Salazar. 14-I-967.*»

(2) Composta pelo capitão-de-mar-e-guerra Pedro Correia de Barros, oficial com grande conhecimento de Macau; pelo director-geral político do MNE João Hall Themido; e por Alexandre Ribeiro da Cunha, do Ministério do Ultramar.

domingo, dia 15 de Janeiro, a ler *Há 83 anos em Veneza,* que Augusto de Castro acaba de publicar e de lhe oferecer.

Nestes dias, não estão adormecidos outros problemas. Quase secretamente Carlos de Lacerda, o buliçoso político brasileiro, vem a Lisboa, e confidencia a sua oposição ao regime do presidente Costa e Silva: não concorda com os primeiros passos dados por este; acha que o Brasil está nas mãos dos norte-americanos, e é preciso modificar esse estado de coisas; e será candidato, em próximas eleições, à Presidência da República. Ressuscita entretanto outro assunto: Salazar acaba de receber mais uma carta de Moise Tschombé. Este torna ao seu sonho de reganhar no Congo o poder, e volta ao seu plano; e transcreve uma nota que haveria recebido de Ian Smith. Segundo o documento, o primeiro-ministro rodesiano, se não aceita a presença de mercenários no seu território e sem embargo das dificuldades resultantes das sanções decretadas pela ONU, estaria no entanto disposto a colaborar no plano, *fornecendo os aviões, os uniformes, as rações e a transportar tudo isso, com as armas e as munições dos portugueses, a uma base escolhida de comum acordo»;* e por isso pede a Salazar autorização para usar o território de Angola, *«durante algumas horas»,* para concentração e partida dos *«voluntários»* de que dispõe, de forma a que estes possam também receber as suas armas e munições. Tschombé acrescenta que é favorável à execução do seu plano o momento político no Congo, e que *«as populações o esperam mais do que nunca».* Que fazer? Continua Tschombé em Madrid, e aí envia o governo de Lisboa um novo emissário: e a este o político congolês confirma o seu plano e expõe todos os pormenores. De outras fontes, chegam indícios de que os franceses estariam também dispostos a auxiliar o antigo primeiro-ministro; em Salisbúria, apura-se que corresponde à realidade a nota rodesiana transcrita na carta para Salazar; e elementos colhidos na África do Sul indicam que o governo de Pretória pensaria em actuar no mesmo sentido. Simplesmente, Salazar tem agora outro aviso: na altura em que Portugal estava pronto a comprometer-se na aventura, recuaram os demais: hoje são estes que parecem interessados em arriscar-se: mas não dizem a Portugal, mesmo em confidência, uma só palavra: o facto levanta suspeita e Salazar pergunta-se se

neste procedimento não haverá algum aspecto oculto que seja contrário aos interesses portugueses: em qualquer caso, se Tschombé dispõe de tantas ajudas, não precisará da portuguesa, embora esta seja acaso a decisiva: e Lisboa resolve não dar seguimento às solicitações do político congolês. Noutro âmbito, uma notícia causa satisfação ao chefe do governo: num plebiscito efectuado em Goa, Damão e Diu pelo gabinete de Nova Deli, é perguntado aos goeses se aceitam ou rejeitam a integração na Grande Índia. Apuram-se os resultados: 138170 votos a favor da integração, 172191 contra: e os números são interpretados pelos observadores como prova de um sentimento maioritário pró-português. Em 18 de Janeiro de 1967, o ministério dos Estrangeiros publica uma nota oficiosa. São verberados os propósitos da União Indiana: com a integração pretende-se *«o extermínio político de Goa e sua população»* e o facto *«constitui um caso típico de genocídio cultural e sociológico»:* e por isso o governo português, seguro de interpretar os sentimentos da esmagadora maioria dos goeses, *«denuncia perante a opinião pública mundial todo um procedimento, adoptado pelo governo indiano, que se destina a aniquilar um pequeno povo cuja personalidade bem vincada e antiga autonomia corre graves riscos, e apela para as instâncias internacionais para que defendam Goa da destruição».* Dias depois, o governo de Lisboa leva esta nota ao conhecimento da ONU e recorre para o secretário-geral U Thant. Diz a este: Goa é território que expressamente consta da resolução 1542 (XU), aprovada pelas Nações Unidas em 15 de Janeiro de 1960, pelo que lhes cabem responsabilidades muito explícitas, em particular, nos termos de convenções internacionais, quanto à protecção de minorias, sua língua e cultura, sua religião e nacionalidade; a União Indiana tem o dever de permitir ao povo de Goa uma escolha entre a submissão directa e um estatuto que corresponde às suas aspirações; e para este efeito, *«afigura-se que se impõe uma intervenção do secretário-geral da ONU».* É altamente embaraçosa para U Thant e para as Nações Unidas esta nota portuguesa, e a delegação indiana em Nova Iorque não oculta a sua cólera: mas a comunidade internacional, para não desagradar a Nova Deli, não tem uma reacção.

De forma inesperada, todavia, surge uma questão com o governo

de Washington. Está ajustada a visita de uma esquadra brasileira a Luanda: o facto tem significado político de interesse para o governo português: e há que receber e saudar condignamente em águas de Angola os navios do Brasil. Há mesmo algum furor afro-asiático contra a decisão do governo de Brasília: as embaixadas de Ghana, Argélia, Senegal, Nigéria e Egipto apresentam um protesto: mas este é rejeitado pelo Itamaraty: e àquelas embaixadas é declarado que, se reincidirem no protesto, serão tidas por *personae non gratae* os respectivos embaixadores. Mas para acolher os barcos de guerra do Brasil, as autoridades navais portuguesas pensam enviar a nova fragata *Almirante Pereira da Silva,* acabada de entrar ao serviço, e que representa a última palavra de alta eficiência militar. Acontece, no entanto, que a fragata fora construída no quadro de um esquema luso-americano, e com a colaboração financeira de Washington, para reforço do potencial da NATO. Tendo sabido das intenções portuguesas pelos seus informadores, a embaixada dos Estados Unidos faz directamente, junto do Ministério da Marinha, uma forte pressão para que se não desloque a Luanda a *Pereira da Silva;* e deixa cair uma palavra de ameaça quanto ao contributo americano para as duas outras fragatas que estão planeadas. Quintanilha Dias, ministro da Marinha, receia pela execução do programa naval em curso e, sem embargo de todo o seu brio nacional, recusa, cede e anula a viagem do navio português. Aprazado desta decisão, Salazar sente-se exasperado. Não podia o ministro ter tomado aquela decisão, não o devia ter feito sem dizer uma palavra ao chefe do governo, comenta Salazar. E afirma com vigor: «*o navio é nosso, vai para onde quisermos*». Continua Salazar numa cólera crescente: «*Recebemos uma bofetada, uma humilhação estúpida. Os Estados Unidos acabam de nos tratar sem consideração nenhuma, pior do que aos novos Estados negros, e isso não o podemos consentir. Não somos um protectorado americano, nem de ninguém. Está a chegar o momento em que temos de romper com os Estados Unidos, espero que seja ainda na minha vida*». Salazar escuta uma ponderação dos seus colaboradores: o ministro da Marinha decerto tem em conta não só as duas fragatas cuja construção vai ser iniciada, como as dificuldades que os americanos poderiam levantar para o forne-

cimento de algumas peças ou instrumentos para as quatro fragatas que estão em acabamento em França. «*Pois sim*», reage Salazar, «*mas nada disso vale nada se comparado com o prejuízo moral que sofremos. E depois importa não esquecer a impressão que vai causar em Angola: os brasileiros apresentam uma esquadra — e nós temos lá um velho calhambeque quando poderíamos apresentar um navio novo, de um modelo moderno que os brasileiros não possuem. Uma desgraçada decisão da Marinha!*».

De outra natureza são os assuntos que António de Faria levanta do seu posto no Vaticano. Chegara a Roma o núncio em Lisboa, Monsenhor Furstenberg, e conversa com o embaixador português. Diz o núncio que o Santo Padre já respondera à carta do Episcopado português convidando o pontífice a ir a Fátima; essa resposta, se não «*fechava a porta*», não era contudo muito animadora; mas o núncio encontrara na Secretaria de Estado uma atmosfera favorável à visita; e a única dificuldade poderia ser causada pelo facto de a França e a Espanha estarem a insistir por uma visita pontifícia a santuários seus. Faria tem receios que o artigo hostil ao governo de Lisboa, que *Le Monde* acaba de publicar, possa influir de forma negativa na decisão de Paulo VI; mas alguns órgãos da imprensa italiana — o *Giornale d'Italia*, *Il Tempo*, o *Roma*, ainda outros — têm a viagem do papa a Fátima como quase certa; e Monsenhor Vallaine, chefe da imprensa da Santa Sé, responde, quando perguntado, que não pode confirmar os rumores na matéria, nem desmenti-los. Paulo VI recebe o núncio em Portugal, e é demorada a audiência; avoluma-se a convicção de que o Santo Padre fará a viagem; mas Monsenhor Furstenberg declara a Faria que não deduziu das palavras escutadas ao papa que este houvesse já assente uma atitude. Perante estas perspectivas, Salazar resume a sua posição: se o papa vier a Fátima para vir a Fátima, tem interesse para Portugal a viagem; mas se misturar Fátima com outros santuários marianos, na mesma deslocação, então esse interesse é nenhum. Depois de longo sofrimento, e numa atitude de grande coragem moral, morre o bispo da Beira, D. Sebastião de Resende, que durante tempo personificara em Moçambique a oposição ao governo.

A este tempo, regressa de Macau a missão ali enviada, e

relata com toda a crueza, como se impõe, a realidade que encontrou. São pontos fundamentais: os chineses não querem tomar Macau; há na cidade densa espionagem americana, nacionalista e alguma inglesa, e Pequim exige que lhe seja posto termo; há corrupção na administração portuguesa, de que muitos chineses são vítimas, e Pequim também exige que sejam reprimidas as injustiças; há um problema de *face,* acaso ligado com o reconhecimento frustrado do governo chinês pelo de Lisboa, e que os chineses têm de *salvar;* e há toda a táctica comunista de corroer, intimidar, desorientar, desmoralizar. Salazar recebe os membros da missão, e ouve directamente o seu relato. Conclui então que para salvar Macau é preciso transigir, e muito; e dar-se-á por feliz se puder acautelar a honra portuguesa, a bandeira, o governador (que, tendo chegado há pouco, os chineses não culpam de desmandos anteriores). Localmente, continuam as conferências luso-chinesas: são sessões intermináveis com a repetição exaustiva das mesmas acusações e exigências e o exame de textos, palavra por palavra. Silva Cunha envia ao governador uma última instrução: uma vez que este já havia aceite um certo número de textos e comunicados, ainda que altamente inconvenientes, *«o governo encontra-se perante uma situação de facto consumado para a qual já não vê solução. Nestes termos, o governo da província, ao assinar os documentos, actua sob sua exclusiva responsabilidade, devendo ao menos procurar obter que o texto da declaração não seja publicado»,* ou que o seja de forma restrita. Em 29 de Janeiro de 1967, o governador entrega aos negociadores chineses, delegados da província de Kuantung, o texto exigido por estes: são tomadas as medidas apropriadas contra os informadores estrangeiros que punham em perigo a segurança da República Democrática da China: são demitidos os elementos indicados pelos chineses: são pagas indemnizações às famílias das vítimas: mas o governo de Pequim não ataca a figura do governador, nem a bandeira e outros sinais exteriores da soberania portuguesa. No dia 2 de Fevereiro de 1967, em Lisboa, o governo central difunde uma nota dando conta de que regressara à normalidade a situação. Em Macau, reúne o Leal Senado, que elogia o governador; e este é vitoriado por uma multidão de dez mil chineses, que atroam os céus da cidade com fogo-de-artifício.

Oliveira Salazar agradece a Augusto de Castro o volume: «*Fico-lhe imensamente grato pelo seu* Há 83 anos em Veneza. *É sempre uma consolação para o espírito reler as suas páginas. Que tenha vida e saúde para continuar a escrever muitas mais*».

5

Está morta a questão da Rodésia? Não está: o governo de Lisboa ainda não respondeu ao secretário-geral da ONU a indicar as medidas que toma para aplicar as sanções que o Conselho de Segurança decretara há mês e meio. Responde em 3 de Fevereiro de 1967. Antes de tudo, e em nota a U Thant, o governo português declara que, por virtude da execução, por terceiros países, daquela resolução e da anterior, a província de Moçambique sofrera já um prejuízo de cerca de dez milhões de libras; nos termos do artigo 50.º da Carta, o governo português tem direito a ser indemnizado daquela soma; e assim ficaria grato se fossem «*iniciadas consultas*» para se ajustarem as modalidades de pagamento. Depois, na mesma data, envia ao secretário-geral uma segunda nota. E esta diz em substância: aquando do voto da resolução de 9 de Abril do ano passado, o governo de Lisboa suscitara um certo número de dúvidas de ordem legal quanto à validade do texto aprovado; replicara o secretário-geral que o esclarecimento era da competência do próprio Conselho; submetidas ao Conselho, este responde que iria considerá-las; mas não lhes deu seguimento. Lisboa insistiu, e obteve o silêncio; perante a resolução de 16 de Dezembro, apresentam-se as mesmas dúvidas; o governo português repete as mesmas perguntas; e julga-se «*com direito a ser elucidado, e não se pode pedir-lhe que, em matéria de tanta gravidade, se pronuncie sem conhecer todas as implicações da atitude a tomar*»(1). Mais uma vez, esta

(1) Esta nota portuguesa repisa e sumariza as perguntas portuguesas. Para se ver a dialéctica em que o governo de Lisboa envolve a ONU e as potências que são membros do Conselho de Segurança, vale a pena transcrever na íntegra

posição portuguesa vem enredar o Secretariado e o Conselho num embaraço de que não podem sair sem negar tudo quanto têm decidido na matéria; o governo português coloca-se na atitude confortável de não poder agir porque quem de direito não o esclarece; e aguarda, sabendo que nunca lhe chegará qualquer resposta. Na altura, de outra origem, Lisboa obtém elementos de importância sobre a questão da Rodésia. Conforme combinado através da embaixada de Portugal em Pretória, Jorge Jardim acaba de se avistar com o novo primeiro-ministro sul-africano, Vorster, e o ministro dos Estrangeiros, Mueller. Vorster reitera a política sul-africana quanto à Rodésia; se fosse desencadeado um conflito militar que atingisse Moçambique, o *«governo sul-africano sentir-se-ia envolvido na mesma guerra»*; e se Moçambique, por bloqueio rigoroso, fosse privado de abastecimentos, a África do Sul consideraria sua responsabilidade fornecer à província o que esta

---

a parte relevante: «a) *Sendo o Conselho constituído por 15 membros, e sendo necessárias sete abstenções para derrotar uma resolução (se por outro lado não houver sido usado o veto de um membro permanente ou não se tiver verificado uma maioria contra a resolução) deverá entender-se, em face do art.º 27.º da Carta, que uma resolução é considerada válida quando todos os cinco membros permanentes ou mesmo só alguns deles se abstiverem?* b) *Sendo a liberdade dos mares e o livre acesso dos países interiores consignados em convenções internacionais, e constituindo as resoluções do Conselho acima citadas uma clara denegação de tais princípios, pode o Conselho de Segurança deliberar e legislar contra as convenções internacionais?* c) *Tendo vários órgãos das Nações Unidas discutido o problema da Rodésia, e havendo o Reino Unido tomado a iniciativa de o apresentar no Conselho de Segurança por mais de uma vez, e havendo a delegação britânica participado activamente nos debates e na votação, deverá o assunto ainda ser havido como da exclusiva competência do Reino Unido ou pertence doravante à jurisdição internacional?* d) *Tendo o Conselho de Segurança encarado todo o assunto à luz do Capítulo VII da Carta e decidido agir nos termos do art.º 42.º, e havendo confiado a forças de um Estado membro a execução de certas medidas coercivas, deverão tais forças, visto o art.º 43.º, ter um estatuto nacional ou internacional?* e) *Se aquelas forças mantiverem um estatuto nacional, e se exercerem acção que suscite discordância ou seja lesiva de interesses de terceiros, para que entidade ou organismo se poderá recorrer e reclamar?*» Todas as perguntas são altamente embaraçosas, e politicamente era da máxima importância a pergunta c): se o Conselho respondesse, como teria de responder, que o problema fora internacionalizado pelo próprio Reino Unido, este deixaria de ter qualquer legitimidade para, no plano bilateral, reclamar ou pedir a Portugal fosse o que fosse.

necessitasse. «*É preferível ser-se morto a cometer suicídio*», conclui o primeiro ministro. Mas o governo de Lisboa não está ainda tranquilo: na atitude sul-africana há sempre um elemento ambíguo ou reticente: e não há a segurança de que o governo de Harold Wilson haja posto de lado a ideia de uma aventura militar.

De repente, neste mês de Fevereiro de 1967, o chefe do governo encontra-se embrenhado numa mistura de problemas. D. Duarte Nuno, o pretendente ao trono de Portugal, escrevera a Arantes e Oliveira uma carta: soubera que iam ser trasladados para São Vicente os restos mortais do rei D. Miguel: não o poderiam também ser e dispostos a par os restos mortais de Dona Adelaide? (1) Submete o ministro o assunto a Salazar, e este pergunta se há espaço no Panteão de São Vicente. Há, se se juntarem na mesma urna alguns corpos de crianças que actualmente ocupam vários túmulos. Então poderá assim fazer-se, «*desde que se tomem os devidos cuidados para que a utilização da mesma urna para dois corpos se faça com o respeito devido a estes e sem o menor prejuízo para a identificação dos cadáveres em qualquer altura*»; «*se as coisas se puderem fazer assim, não se levantará objecção a que dessa forma se conquiste espaço no Panteão de S. Vicente para as urnas de D. Miguel e de Sua Esposa*»; «*é uma transigência perante as insistências da família de Bragança que esta considera perfeitamente justificadas*». Depois, é António de Faria que retoma a questão da visita do papa a Fátima. Desloca-se a Roma o cardeal patriarca de Lisboa, e Faria consegue que o prelado seja recebido por Paulo VI, ainda antes de o Santo Padre suspender as audiências e retirar-se para exercícios espirituais. Da conversa com o pontífice, que conclusão tirou o cardeal? «*Não é impossível a ida a Fátima, mas não é segura*», diz D. Manuel. Logo após, Dell'Acqua faz uma confidência a Faria: por timidez

---

(1) Como se sabe, depois de Évora Monte, D. Miguel exilou-se para Viena de Áustria. Aí se casou com a princesa Maria Adelaide, muito mais nova do que o ex-rei, e que foi até à morte deste sua exemplar e devotada companheira. À morte de D. Miguel, D. Adelaide professou, tendo sido enviada pela sua ordem para a ilha de Wight, no Sul de Inglaterra, onde faleceu e foi sepultada. Autorizou o governo britânico a exumação e não houve dificuldade na identificação dos restos mortais: além de nome, registos, etc., foi encontrada intacta uma aliança com o nome «*Miguel*» perfeitamente legível.

ou acanhamento, o cardeal de Lisboa não falara ao papa na ida deste a Fátima: e perdera-se assim uma excelente oportunidade de influenciar o pontífice no sentido desejado. Dell'Acqua censura o patriarca, embora considere que nem tudo está perdido; e Faria fica desapontado. Por intermédio também de Dell'Acqua, Faria apura ainda que, para as celebrações do Cinquentenário das Aparições de Fátima, será designado um legado pontifício, e «*consta-me*» que será escolhido outro cardeal português, D. José da Costa Nunes, que reside na Cúria. Faria está bem informado: efectivamente, pouco depois e ainda sob segredo, Costa Nunes confidencia que recebera de Dell'Acqua uma carta informando-o da sua nomeação como legado *a latere* feita pelo Santo Padre. Faria pergunta-se, no labirinto da diplomacia vaticana, que quererá significar aquele facto. Uma interpretação parece óbvia: o papa não irá a Fátima, e faz-se representar por um cardeal da Cúria: e para ser agradável a Portugal escolhe um prelado português. Será assim? Não necessariamente, esclarece Dell'Acqua, e já há um precedente: o papa fora ao Congresso Eucarístico de Bombaim e no entanto, muito antes, nomeara o cardeal Agagianian como seu legado. De modo que poderá continuar-se a acalentar esperança; mas seria útil que o embaixador procurasse o secretário de estado, Cardeal Cicognani, e lhe pedisse o seu apoio em favor da visita papal a Fátima. Faria decide fazê-lo; mas sabe que Cicognani exige sempre que os enviados estrangeiros lhe deixem um curto apontamento sobre o assunto tratado e o objectivo da diligência praticada. Redige então o embaixador um breve texto: o governo português está ciente de que o Episcopado português pedira «*a Sua Santidade lhe concedesse a graça da Sua presença em Fátima*» e assim «*seria uma grande honra e motivo de profundo júbilo para o governo e a Nação Fidelíssima se o Santo Padre se dignasse aceitar aquele convite, dando-lhes assim a feliz oportunidade de testemunhar a Sua Santidade os sentimentos da sua respeitosa homenagem e filial devoção*». Pergunta Faria para Lisboa: pode realizar a diligência junto de Cicognani? pode entregar o apontamento escrito? Sobe o assunto ao chefe do governo, e este é peremptório: nada o governo português pedirá na Cúria. Faria recebe uma instrução seca: «*depois de examinado o assunto conclui-se não se dever praticar mais qualquer diligência não havendo portanto lugar à entrega de qual-*

quer memorandum» e deste modo deve *«nada fazer»*. Conclui então o embaixador que, em Fátima, tudo se resumirá à presença do cardeal Costa Nunes, e comenta: *«não faltará quem a queira interpretar como revelando o propósito por parte da Santa Sé de que a festa se faça em família, com esquecimento do provérbio português de que* santos de casa não fazem milagres». Por seu turno, regressado a Lisboa, o cardeal patriarca é agora mais pessimista, e falando como se houvesse abordado o assunto com Paulo VI, diz ao governo: *«a minha convicção é de que o Papa não virá a Fátima»*. Muito mais do que todas estas minúcias, no entanto, preocupa o chefe do governo a atitude repentinamente hostil assumida pelo governo da Zâmbia: além de virulentos ataques verbais do presidente Kaunda e alguns dos seus ministros, os serviços portugueses assinalam um redobrar de apoio aos guerrilheiros antiportugueses e suas bases e às infiltrações através da fronteira. Resolve então o governo de Lisboa endurecer a sua posição. Para Manuel Rocheta, em Londres, são remetidas instruções precisas: deve avistar-se urgentemente com o alto-comissário zambiano e, enumerando a longa lista dos recentes incidentes de fronteiras, recordar a correspondência anteriormente trocada entre os chefes do governo dos dois países, as garantias escritas dadas pelo próprio alto-comissário(1) sobre boa vizinhança e respeito pela segurança dos territórios portugueses, e a cooperação existente em matéria de transportes e comunicações: e Rocheta deverá terminar a conversa declarando que *«o governo português lamentaria ter de concluir»*, se do lado zambiano não forem honrados os compromissos e posto cobro urgente à situação, *«que o governo da Zâmbia já não tem interesse pela cooperação portuguesa e que se proporá dispensar esta»*, desejando o *«governo português uma resposta rápida apoiada em factos convincentes»*. Fica perturbado o alto comissário, e promete actuar com presteza junto do seu governo.

A este tempo está fundeada na baia de Luanda uma esquadra

---

(1) Nas suas notas de 19 de Maio, 6 de Julho e 9 de Agosto de 1965, e nas notas de 23 de Agosto de 1965 e 7 de Fevereiro de 1966 da missão zambiana junto da ONU.

brasileira, sob o comando do almirante Valle Silva, que arvora as suas insígnias no cruzador *Almirante Barroso*. Desloca-se a Angola, para estar com os seus navios, e como acto político, o novo embaixador do Brasil em Lisboa, Ouro Preto, e para lhes prestar as honras devidas também está presente em Luanda o chefe do Estado-Maior Naval português, almirante Roboredo e Silva. São trocadas saudações afectuosas entre o comandante brasileiro e o governador-geral, e a população angolana recebe as guarnições brasileiras com entusiasmo significativo. Está pobremente representada a marinha de guerra portuguesa. Regressa Ouro Preto a Lisboa, e vem eufórico, deslumbrado com o que observou porque tudo «*era muito brasileiro*»: a paisagem, as buzinas dos carros, a «*abundância de pretinhos*», e a «*desordem*».

6

Nos meados de Fevereiro de 1967, Oliveira Salazar está embrenhado em exaustivas conversas com o ministro do Ultramar, Silva Cunha. Dois assuntos sobressaem entre outros: o grande plano do Cunene em Angola, e o projecto colossal da barragem de Cabora-Bassa, em Moçambique, sobre o Zambeze. São dois empreendimentos de tamanho vulto que impõem, para os conduzir, uma comissão ou departamento autónomo, a ser chefiado por um técnico de experiência acabada. E como pretende abandonar as Obras Públicas, ocorre para o efeito o nome de Arantes e Oliveira. Salazar escreve-lhe nesse sentido, e além de considerações quanto à saúde e à posição pessoal de Arantes, faz a síntese das duas obras, seu valor e suas implicações. Diz: estes «*trabalhos implicam negociações com a África do Sul — as do Cunene penso que quase findas, as de Cabora-Bassa a começar, mas extraordinariamente complexas e difíceis, além das a realizar com a Rodésia e com o Malawi. E não só complexas mas com prazo para uma conclusão, visto que o esquema eléctrico da África do Sul depende de em 1972 estarmos ou não habilitados a fornecer-lhe electricidade de Cabora-Bassa, e sem a garantia deste fornecimento Cabora-Bassa não é realizável. O empreendimento que está estudado não é só destinado à produção*

de electricidade mas a irrigação, à instalação de indústrias, etc. Estão adiantados os estudos técnicos mas não está assente a parte jurídica, política, financeira, que accionará os projectos. É um mundo de problemas a equacionar e será certamente necessário constituir um gabinete, que tenha a tarefa em mãos». E Oliveira Salazar prossegue: *«Quanto ao Cunene, as obras previstas interessam-nos, mas interessam por igual ao Sudoeste Africano, pelo que a África do Sul estará disposta em parte a financiá-las. Trata-se de produzir electricidade, armazenar água, irrigar terrenos nossos, e vender à África do Sul electricidade e água destinada ao Sudoeste».* Se Arantes e Oliveira aceitasse tomar o encargo de dirigir os dois empreendimentos, *«seria para nós o ideal, como garantia duma obra grande em África, e até grande no Mundo»* (1). É sóbrio Arantes na sua resposta: *«a minha posição é a de sempre: V. Ex.ª resolverá como entender mais conveniente, ponderando todos os aspectos que julgue de interesse considerar».* Salazar toma-a como aceitação: *«Muito agradeço a sua carta de 15* (de Fevereiro de 1967) *cujo conteúdo comuniquei ao ministro do Ultramar. Espero que a saúde seja bastante para o serviço ali; de outra forma não me atreveria a interessar-me pela solução»* (2).

---

(1) É árido este assunto, mas faço-lhe curta referência para documentar dois pontos: a capacidade de Salazar, apesar dos 78 anos, em se interessar a fundo por estes problemas; e a sua visão de grandeza de Portugal em África e do papel decisivo a desempenhar na política e no progresso do Continente.

(2) Salazar prossegue nesta orientação e dias mais tarde volta a escrever a Arantes e Oliveira a carta seguinte: *«Ao senhor M.º das Obras Públicas—Agradeço reconhecido o bom espírito com que recebeu a minha sugestão de trabalhar uns anos no Ultramar nas duas séries de trabalhos que estão previstas. Esperemos que a saúde ajude e não se ressinta das deslocações que penso serem indispensáveis e do clima africano durante algum tempo no ano. Ainda não tenho assente a data e as condições da saída das O. Públicas; mas informarei de modo que possa arrumar as coisas. O difícil é agora arranjar quem possa substituí-lo. Não poderia ajudar-me nesta tarefa visto que conhece toda a gente com aptidão para o lugar? Se pudesse ou por escrito ou em conversa aqui dar-me sugestões de nomes possíveis, eu agradeceria muito. O Prof. Leite Pinto é que ficou desolado e não sabe como fazer-se substituir, tanto mais que pretende abandonar as funções no fim do mês. Continuarei a falar com o M.º do Ultramar sobre a organização do serviço que será necessário; mas aí V. Ex.ª pode dar uma opinião válida na devida altura. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar».* Carta de 22.11.967.

Levanta-se um súbito receio. Na Indonésia, demite-se o presidente Sukarno, e há sinais de perturbações políticas e sociais no país. Sukarno sempre declarara respeitar o Timor português, e fora particularmente nítido nessa afirmação quando visitara Lisboa. Mas qual é, neste particular, o pensamento dos sucessores? Terão intenções agressivas? Correrá Timor algum risco? Oliveira Salazar aguarda serenamente, e a notícia encontra-o a escrever uma longa carta a França Borges, presidente da Câmara de Lisboa. Para quê? É ainda a propósito da estátua de Nuno Álvares, que Leopoldo de Almeida esculpira. Onde erigi-la? Ao alto do Parque Eduardo VII, no enfiamento da estátua do Marquês de Pombal? «*Parecia-me que se deveria procurar algum sítio de Lisboa, que recordasse aquela figura ou a que ela estivesse ligada*». Então? O pequeno Largo do Carmo? a praceta que se segue ao ministério das Finanças? a Praça da Figueira? Nenhuma solução é óptima; a menos má parece a da Praça da Figueira «*que, sem automóveis, tem ainda carácter e deixa visíveis monumentos que o Condestável conheceu ou mandou construir*». Mas, «*há algum tempo*», Salazar foi ver como ficara a Batalha depois das obras de valorização, que abriram uma praça até às Capelas Imperfeitas. Então, «*lembrei-me de que a boa solução para a estátua do Condestável seria essa praça, ao lado da Capela do Fundador, como se Dom Nuno cavalgasse à estribeira do seu Rei e da Ínclita Geração ali sepultada*». Mas como fazer? Há uma dificuldade: a estátua é propriedade da Câmara de Lisboa e esta já votara a sua implantação na Praça da Figueira. Poderá resolver-se o primeiro ponto compensando o governo a Câmara de Lisboa, com a oferta, por exemplo, de uma estátua de D. João II, «*que não temos na capital*». Como alterar, porém, a deliberação votada pelos vereadores, de harmonia aliás com o critério que na altura pareceu o melhor? Em virtude da possibilidade da nova solução, as obras da Batalha estão interrompidas; mas têm de seguir; e o seu curso depende da conclusão a que se chegar em Lisboa. «*Isto quer dizer que perdida a oportunidade, não teremos mais o Dom Nuno Álvares Pereira junto do Mestre de Avis*». E se França Borges quiser trocar impressões pessoais, «*é favor dizê-lo, porque se conseguirá o tempo necessário para isso, além de que tenho sempre o maior prazer em encon-*

trar-me com V. Ex.ª»(1). Entretanto, o ministro português dos Estrangeiros visita oficialmente a Áustria, e Salazar prossegue com Silva Cunha o plano de activação dos empreendimentos do Cunene e de Cabora-Bassa. Do seu posto no Vaticano, António de Faria torna à questão da visita papal. Alguma imprensa brasileira atribui agora a Monsenhor Vallaine, do serviço de imprensa da Santa Sé, a afirmação de que Paulo VI não iria a Fátima «*porque não desejaria dar uma manifestação de apoio ao Primeiro-Ministro Oliveira Salazar*». Faria sente-se ansioso: será verdade? Não é: Dell'Acqua e Vallaine desmentem a notícia categoricamente. Mas nos fins de Fevereiro há um desenvolvimento que pode ter significado: Monsenhor Pasquale Macchi, secretário particular do pontífice, solicita na Embaixada de Portugal um *visto* no seu passaporte para entrar em Portugal. Para quê? Porquê? Dell'Acqua considera o facto um «*bom augúrio*», e recomenda que a imprensa portuguesa seja solicitada para «*ignorar*» a visita de Macchi. E volta a dizer: fora pena que o patriarca de Lisboa não tivesse falado no caso a Paulo VI. Mas não teria falado efectivamente? Não seria possível que, com o seu silêncio discreto, o prelado português estivesse apenas a manter uma reserva pedida pelo Santo Padre? Excelente seria, sugere Dell'Acqua, que o Núncio em Lisboa viesse de novo a Roma. Não podia a Santa Sé dar nenhumas instruções ao Núncio naquele sentido, tanto mais que havia estado em Roma há bem pouco tempo. Mas não poderia Monsenhor Furstenberg *sentir* a necessidade de ir a Roma, por motivos de saúde, por exemplo? Se Monsenhor o solicitasse, a Santa Sé autorizá-lo-ia imediatamente. Passam os dias. De Timor vem a notícia de que as novas autoridades indonésias se mostram cordiais e com espírito de boa vizinhança. E U Thant responde às notas portuguesas dos primeiros dias de Fevereiro. Diz o secretário-geral que somente o Conselho de Segurança pode elucidar as dúvidas portuguesas, e examinar o pedido de indemnização de dez milhões de libras pelos prejuízos de Moçambique. Muito bem: Lisboa «*compreende e respeita*» a posição de U Thant:

(1) Anotei aqui este ponto relativo à estátua do Condestável apenas para documentar o permanente interesse, diria mesmo a paixão com que Salazar se dedicou sempre a conservar e restaurar monumentos nacionais, honrar figuras históricas, consagrar os grandes símbolos da nacionalidade portuguesa.

fica aguardando que o Conselho eventualmente delibere sobre o caso: e até então, como será óbvio, não cumprirá quaisquer resoluções anti-rodesianas. Todavia, se se pretende impor a Portugal o acatamento de tais resoluções, então o governo de Lisboa *«ameaça»* a ONU com um pedido de reunião do Conselho de Segurança: não se pode solicitar que Portugal cumpra resoluções que lhe causam prejuízos sem que seja reembolsado desses prejuízos. Mas em 8 de Março de 1967, na Câmara dos Comuns, o primeiro-ministro Wilson declara que não usará da força para subjugar a Rodésia. Terá na realidade chegado a seu termo o lado mais áspero desta crise?

7

Mas entra a primeira quinzena de Março de 1967. Cumprem-se seis anos sobre o início da luta em África. Continuam a não ser perceptíveis na massa popular sintomas vivos de rejeição da política ultramarina; e nos matos e nas picadas de África o soldado bate-se como sempre. Mas desde o princípio do ano parece agravar-se o estado de espírito do escol social e político, tanto governamental como oposicionista. Em 1960, a geração nova, atingida pelo deflagrar da luta, mergulha na mística colectiva e sente-se motivada pela aventura africana; mas é outro o estado de espírito da geração de hoje; e na verdade o ambiente familiar e social que os *novos jovens* encontram é também diverso. Elementos da alta burguesia, famílias tradicionais, homens da finança e da economia, figuras da alta-roda política, têm sido partidários incondicionais da defesa de África; mas agora, ao cabo destes seis anos, os seus filhos atingem a idade militar, são mobilizados, têm de seguir para o ultramar; e então, salvo excepções, revelam uma clara mudança de atitude. Com a típica e estreita mentalidade burguesa, de visão do imediato, as grandes elites são em favor de todos os sacrifícios, se outros os suportarem; mostram-se fervorosos patriotas se o patriotismo for gratuito; e os grandes valores nacionais e a integridade territorial são para defender, decerto, contanto que essa defesa não comporte perigo para a vida própria, ou mesmo risco para um negó-

cio ou prejuízo para um investimento(1). E então estas elites sucumbem à influência das ideias lançadas no Mundo, deixam-se subjugar pela dúvida, abrem o espírito às razões do adversário, e tudo que seja opção fácil, transigência, ilusão, recebe favor e aplauso. Surgem as perguntas: mas quanto tempo ainda durará a luta? então durará indefinidamente? então os representantes dos guerrilheiros não afirmam que respeitarão os interesses portugueses? não será possível um entendimento? então as potências amigas não se mostram ansiosas de *ajudar* Portugal *a conceder* a autodeterminação ao ultramar? não se estarão a despender no ultramar somas consideráveis que seriam melhor empregues no fomento da metrópole, que assim se está a prejudicar e a atrasar? não será a luta em África a grande responsável por alguns aumentos de preços ou dificuldades de vida? Estas e mil outras questões circulam de boca em boca, em surdina quase sempre, às vezes já em voz audível. E no escol que apoia o governo, e cujos interesses reais e permanentes o regime protege, levanta-se um estado de apatia, de desinteresse, de derrotismo e resignação. E idêntica se diria ser a evolução dos oposicionistas democráticos tradicionais. Acérrimos defensores do ultramar durante a I República, mantiveram depois a mesma atitude; e em 1961, nos alvores da guerrilha em Angola, eram partidários confessos e declarados da resistência, da defesa a todo o preço. *«Até à exaustão se necessário»*, escrevia Cunha Leal a Salazar. Mas agora é igualmente diversa a sua posição política e ideológica. São múltiplas as razões que influem nos oposicionistas: pressão da extrema-esquerda, e o seu desejo de se não deixarem ultrapassar por esta; partilha de novas ideias e conceitos, na convicção de que importa segui-los porque são o caminho de um futuro sem regresso; pendor nacional para a crítica pela crítica; opinião muito sincera em alguns de que está em erro o governo; tibieza habitual perante o clamor do *terceiro mundo*, da ONU, de uma parte da grande imprensa internacional; influência de partidos políticos e governos estrangeiros; inconsciência dos resultados inevitáveis das soluções que

(1) Houve evidentemente numerosas excepções, como é natural e há que afirmá-lo; procuro acima descrever o que foi uma tendência que marcou esta fase da vida portuguesa.

recomendam e que, se aplicadas, conduziriam a realidades que não previam nem desejavam; e a necessidade política, no plano interno, de manter viva a oposição a Oliveira Salazar e ao regime.

Justamente, os oposicionistas acabam de enviar ao presidente da República uma longa exposição, de vinte e cinco páginas compactas, em nome da *Acção Democrato-Social*. Com que fundamentos? Antes de mais, os acontecimentos de Macau, «*até à rendição incondicional que pôs termo a um período de dolorosa expectativa*»; depois, «*o agravamento da situação militar em África*»; e por fim, «*a nossa posição nas Nações Unidas, cuja Assembleia Geral na sua última sessão largamente se ocupou de Portugal, para tornar mais penosas as censuras e medidas discriminatórias que nos vem aplicando*». Mas a que luz encara estes factos a *Acção Democrato-Social?* Acusa o governo de os ocultar do público: «*São conhecidos no estrangeiro e ignorados da maioria dos portugueses*» (1). Na Índia, o governo aceitou o «*facto consumado do esbulho*»; em Macau, negociou e sujeitou-se a condições que afectam «*o nosso prestígio*». Tudo é resultado da política ultramarina do governo: vai «*a reboque dos acontecimentos*»; está à mercê de vexames de «*potentados locais*»; não consegue «*replicar aos ataques e injúrias*» por falta de «*crédito e apoios externos*»; na fase «*mais crítica da nossa história*» não conta Portugal «*com a compreensão e deferência dos organismos internacionais*»; na vizinhança de Angola, Moçambique e Guiné estão «*países governados por regimes precários*», que atacam «*a nossa soberania e propriedade*», mas as «*tentativas para jogar nos seus dissídios internos e divergências externas dão resultados comprometedores*» (2). Depois a exposição alarga as suas considerações. São míticas as teses oficiais, porque nada em África ou no Mundo se alterou; procura-se convencer o país de que a orientação do governo é a única possível; e Portugal é vítima de tratamento discriminatório nos organismos internacionais, da hostilidade dos países progressivos do Ocidente além dos afro-asiáticos e comunistas, das censuras de

(1) Salazar sublinha esta passagem com o seu lápis azul, e à margem marca um ponto de interrogação.

(2) Passagem também assinalada pelo chefe do governo e marcada de interrogação.

emissoras estrangeiras, e de artigos depreciativos da imprensa mundial, não por conjura de «*nações cobiçosas das nossas riquezas*», mas por «*persistirmos em erros renovados*». Quais são esses erros? É tempo de fazer o balanço de uma crise que «*coincide com a prevista mudança de direcção do Estado Novo anunciada pelo Chefe do Governo, e com a perda da Aliança Inglesa que, em momentos críticos, foi apoio para nossa diplomacia e as nossas forças armadas*». Então o documento dos oposicionistas faz a resenha histórica dos passos maiores da política governamental nos últimos anos. Citam-se discursos de Salazar, para documentar os seus equívocos; invoca-se o parecer de Craveiro Lopes no prefácio ao pequeno ensaio de Homem de Melo; o desastre na Índia poderia ter-se evitado e Goa salva se se lhe houvesse concedido independência, concertando com os Goeses a modalidade de associação a adoptar com Portugal, e esta teria sido «*a maneira mais retumbante de demonstrar a inanidade dos juízos pejorativos da União Indiana*» (1); e descrevem-se as vicissitudes da política portuguesa em organismos internacionais e das relações de Portugal com outros países. Definir a política ultramarina pertencia à «*exclusiva competência da Nação*». Mas «*não o entendeu assim o Governo que prescindiu de a consultar e agravou a omissão, confundindo colónias e províncias, autonomia e independência, soberania e presença, autodeterminação e abandono, tradição e imobilidade, evolução e*

(1) Convém frisar este ponto porque é típico do equívoco básico em que os oposicionistas fundaram a sua argumentação. Se Portugal concedesse independência a Goa, esta seria um país minúsculo encravado num outro de 600 ou 700 milhões de habitantes: alguém acredita que Goa pudesse subsistir muitas semanas como unidade independente? Se se concedesse independência a Goa mas ficando esta associada a Portugal, então não o aceitava a União Indiana: não declarara Nehru que não tolerava os portugueses em Goa, ainda que os goeses os quisessem lá? E depois, há que ver isto: concedida a independência a Goa, que argumentos havia para não a conceder a todos os demais territórios ultramarinos? E se se quisesse conceder-lhes independência, mantendo-os *associados* a Portugal, estava-se na *tese federativa*, que a ONU e a OUA repetidamente têm rejeitado. Que destino teve a União Francesa? Que destino teve a federação da Holanda e suas Antilhas? A oposição sempre se debateu neste dilema: não queria abandonar o ultramar e não queria as consequências hostis provenientes dessa atitude: queria os benefícios de uma política e da que lhe era contrária.

catástrofe» (1). Estes erros do governo não permitem uma «*solução adequada do problema ultramarino*» e esta «*só será alcançada no respeito da vontade da Nação, em obediência a princípios até hoje desprezados, cujo acatamento se afigura inadiável*». E por isso impõe-se: que o país seja informado «*com verdade e isenção*», permitindo-se amplo debate com «*todas as opiniões respeitáveis*» e «*sugestões úteis*», sobretudo tendo em vista que se o Estado Novo fosse «*diferente*» e «*outras as instituições que o servem*», Portugal «*não estaria a braços com as tremendas dificuldades que atravessa*» (2); e que seja reconhecido o «*direito à autodeterminação no ultramar*» por constituir dever «*dum povo cônscio do seu passado civilizador, o qual transcende a sua acção colonizadora*»; mas «*confundir o reconhecimento do direito à autodeterminação no ultramar com o abandono deste ou a quebra da sua defesa, é obscurecer o debate sem apressar a sua solução*», e para este fim decerto seria conseguido o apoio dos aliados de Portugal, cabendo a este além disso «*dirigir e orientar*» o processo de autodeterminação, na paz, e como «*promoção social*»; de todo o Brasil é «*exemplo vivo de uma destas nações para cuja criação e florescimento Angola deu inestimável contributo*» (3); no fundo, o objectivo de Portugal

---

(1) Esta passagem não se afigura clara. Do trecho citado parece ser de concluir que, para os oposicionistas, *Portugal não seria atacado e conservaria pacificamente o ultramar* se aceitasse chamar aos seus territórios, não *províncias*, mas *colónias;* se se declarasse disposto, não a dar *independência*, mas a conceder *autonomia* interna; se se limitasse a afirmar e defender a sua presença sem reivindicar a soberania (não se esclarece em que consistiria essa presença nem a quem ficaria a pertencer legalmente a soberania); se notificasse as potências de que os seus territórios estavam autodeterminados e por isso não tinha que os abandonar; e se enfim aceitasse em palavras *todos os conceitos ideológicos* e *todos os objectivos políticos da ONU e do terceiro mundo* para, à sua sombra, manter a *realidade portuguesa* no ultramar.

(2) Das afirmações acima transcritas depreende-se que, para os autores da carta, a luta era movida a Portugal em África apenas com o intuito de reformar as instituições políticas na metrópole: obtida tal reforma, seria deixado em paz o ultramar. É evidente que *só ficaria em paz* se as novas instituições fizessem a política dos adversários, isto é, entregassem os territórios de África. De outro modo, não haveria explicação para os ataques à França, Bélgica, etc., dotadas como eram de instituições democráticas.

(3) Mais uma anotação. É evidente que, *num processo de autodeterminação*, Portugal teria o apoio dos seus aliados. Simplesmente, esse era o processo exigido

«não consiste em perpetuar um tipo de soberania» mas *«em assegurar a presença dos portugueses»;* por causa da sua política ultramarina, Portugal está *«sem audiência nem amizades»,* impondo-se o *«reatamento das nossas alianças»,* estando na luta *«empenhada a honra de todos»* e dela *«depende o destino da Pátria»; «a recordação de episódios recentes com a perda de parcelas do território nacional aflige e inquieta os portugueses sem distinção»;* para o evitar importa o *«regresso de Portugal ao convívio com outros povos, para termos direito a pedir-lhes o que agora regateiam»;* mas, finalmente, convém sublinhar que *«aguentar na metrópole e fazer a guerra* orgulhosamente sós *no ultramar são conceitos sem realismo ou eficácia».* Seguem-se os nomes de quarenta e sete signatários: à frente, os de Cunha Leal, Acácio de Gouveia, Nuno Rodrigues dos Santos; e depois firmam a carta homens cuja representatividade é praticamente nula no país(1).

No dia em que, enviada pelo presidente da República, recebe esta exposição dos oposicionistas, Salazar tem longa conversa com França Borges. Trata-se ainda da estátua de Nuno Álvares:

---

pelos adversários e conduziria tudo aonde estes desejavam; mas para o efeito Portugal *não precisava de qualquer apoio.* Era a resposta na altura dada aos aliados que *ofereciam o seu apoio* para que Portugal aceitasse a autodeterminação imposta pela ONU: *para fazer a política dos inimigos, não é necessário o apoio dos amigos.* Quanto à comparação com o Brasil, parte-se sempre do mesmo erro e invoca-se uma analogia que não existe: a independência do Brasil (como a dos Estados Unidos) foi feita pelos *colonizadores,* a de África baseava-se nos *colonizados.* Se houvesse analogia, os Estados Unidos deveriam ser devolvidos aos *peles-vermelhas* e o Brasil aos *índios.* Tudo isto deveria ser elementar; mas eram martelados, em Portugal e pelo mundo, sempre os mesmos *slogans.* E com razão: porque as opiniões públicas acreditavam-nos. E não se explica como o regresso ao convívio com outros povos, que desejavam que Portugal abandonasse África, evitaria ou teria evitado a perda de parcelas de território português.

(1) Pelo estilo e tipo de argumentação, parece fora de dúvida ser Cunha Leal o autor da carta. Nas novas teses de Leal, há uma grande evolução, e esta, até pelas expressões usadas, aproxima-se muito da linha que fora em tempo a advogada pelo governo de Washington. A carta é mais um produto deste equívoco básico: querer-se manter o ultramar, não se querer fazer qualquer sacrifício para manter o ultramar. É o eterno vício do feitio português: trata-se sempre, mais uma vez, de obter os benefícios de *uma política* e de obter os *benefícios da política que lhe seja contrária,* sem os inconvenientes de uma ou de outra.

para o chefe do governo, o assunto reveste-se de importância acima de muitos outros. Diz França Borges que venceu a relutância dos seus vereadores, e que o município de Lisboa está pronto a oferecer o monumento à Nação e a consentir que o mesmo seja erigido na Batalha. Em compensação, a câmara vai erguer uma estátua em honra de D. João I, que será colocada na Praça da Figueira. Quanto à estátua de Nuno Álvares, Salazar apura que *«o fundidor atrasou-se no seu trabalho, indesculpavelmente»*, e não a dará por pronta antes de cinco meses. Apesar disso, Salazar espera que a inauguração *«talvez possa realizar-se a 14 de Agosto»*.

Toda a imprensa assinala o aniversário do início da guerra de Angola: 15 de Março de 1961.

8

No fluxo e refluxo da luta constante em que está empenhado o governo de Lisboa, o resultado das eleições francesas, efectuadas nesta primeira quinzena de Março de 1967, suscita uma dúvida: porque se verifica um recuo do gaullismo, alterar-se-á para com Portugal a política do governo de Paris? *«Pode ser»*, diz Salazar, *«pode ser que tenhamos de enfrentar mais essa dificuldade, mas vencê-la-emos»*. Informações colhidas indicam não haver motivo para receios. E na mesma altura chegam a Lisboa dois ministros do governo do Malawi: o dos Transportes, Msonthi, e o das Finanças, Tembo. Jorge Jardim acompanha os dois ministros, e faz mesmo parte da delegação malawiana na qualidade de Cônsul do Malawi em Moçambique. A que vem? Nos termos da proposta já antiga feita pelo presidente Banda ao governo de Lisboa, os dois ministros vêm ultimar a negociação para a venda dos troços de ferrovia, existentes em Moçambique, e que pertencem à *Trans-Zambézia* e à *Centro-Africana*. Nas conversações de agora, chega-se a acordo: Portugal adquire .150 000 acções da *Trans-Zambézia*, ficando assim na posse de 95% do capital(1); compra também toda

(1) Os restantes 5% pertenciam à família britânica Oury, e não foi julgado necessário adquirir essas acções. De resto, a família Oury colaborava inteiramente com o governo de Lisboa.

a propriedade da *Centro-Africana;* o governo do Malawi, na sequência das cartas trocadas entre Banda e Salazar, obriga-se a construir uma nova linha que vá entroncar com o novo caminho-de-ferro que está sendo lançado em Moçambique de Nacala para o interior. Portugal despende três milhões e quinhentas mil libras. Simplesmente, Moçambique fica finalmente liberto de toda a servidão alheia (1); a influência portuguesa no Malawi sai da negociação largamente acrescida; por toda a África Austral a política portuguesa é valorizada; e a capacidade financeira e técnica revelada por Portugal infunde novo respeito, é rodeada de mais prestígio, e atrai para a sua órbita algumas forças políticas noutros países da vasta região. Em Londres, a custo é ocultado o ressentimento causado pela negociação de Lisboa: não é apreciada a amplitude que alcança a força política portuguesa no Malawi. Em Lisboa, um comunicado sóbrio anuncia os resultados das conversas, os acordos firmados, e reitera o desejo dos dois governos *«em manter e estreitar a colaboração iniciada»*. Oliveira Salazar recebe os dois ministros malawianos; e Msonthi anuncia que vai a Fátima e à Batalha, e declara que não aprova o papa Paulo VI nem o modernismo do Concílio Vaticano II. Depois, ambos confessam a maior emoção em haver conversado com Salazar: tinham *«visto, falado, tocado»* num vulto lendário em África, execrado por muitos, admirado por todos. Entretanto, surge em Madrid o antigo primeiro-ministro Tschombé, ao mesmo tempo que um tribunal militar em Kinshasa o condena à morte; e ao largo da Beira uma fragata inglesa intercepta um navio português e outro norueguês.

Justamente, nesta altura principia a ser divulgada em Portugal a última encíclica papal: a *Populorum Progressio*. Salazar debruça-se atentamente sobre o documento, e considera-o deplorável. Classifica-o de demagógico, e de perigoso no terreno político. Afigura-se-lhe que o pontífice condena o *nacionalismo,* sem que o defina, e isso poderá ser trágico; mas quando o papa advoga o *pluralismo* das organizações profissionais e sindicais, ao chefe do governo parece o facto *«admissível e até certo ponto útil»*. Em matéria de violência e subversão, Salazar julga que a Encíclica aceita *«com*

(1) Ver vol. IV, pág. 113.

bastante ligeireza ou compreensão a revolta», ainda que se façam *«algumas restrições à validade ou mérito da insurreição revolucionária»*. Pelo que respeita ao repúdio do *racismo, «nada há a objectar»;* e a proclamação de que todos os povos devem ser artífices do seu destino pode ser aceite se não forem esquecidas ou ignoradas as condições próprias de cada um, o que impõe a diversidade de soluções consoante os casos. Afirma o papa que a civilização e as civilizações nascem e morrem; mas não as caracteriza; e Salazar pergunta: *«portanto, também a civilização cristã?»* Defende o pontífice uma autoridade mundial, *«em condições»*, comenta Salazar, *«de agir eficazmente no plano jurídico e político»;* estes são problemas, todavia, em que o papa se cinge a reflectir os documentos já emanados do Concílio. Mas o chefe do governo pensa que a *Populorum Progressio* vem suscitar falsas esperanças, demonstra ingenuidade do Santo Padre, e contribui para adensar a confusão dentro da Igreja. Diz Salazar: *«eu não estou muito aflito porque a morte breve evitará que tenha de me adaptar»* (1).

Entremetem-se agora outros acontecimentos que também suscitam a atenção do presidente do Conselho. Por resolução unânime, votada em 22 de Março, a Assembleia Nacional recomenda que o governo institua o *Dia da Comunidade Luso-Brasileira;* e igual deliberação é tomada em Brasília pelo Congresso brasileiro. Numa fuga rápida, Salazar vai a Santa Comba e ao Vimieiro; mas em quarenta e oito horas está em Lisboa. Nos primeiros dias de Abril, a 6, são as exéquias solenes em homenagem à memória de D. Miguel e de D. Adelaide, rezadas perante as suas urnas. Em S. Vicente comparecem Thomaz, Salazar, toda a alta-roda oficial, civil e militar; e, além do duque de Bragança, estão representantes de outras famílias reais da Europa. Impressiona todos a imperatriz Zita, a última soberana do Império Austro-Húngaro: acompanhada de um dos seus filhos, o arquiduque Rudolfo de Habsburgo, a sua figura frágil e nobre, toda de negro, parece arrastar em

(1) Obviamente, não tenho o intuito de expor a doutrina da encíclica papal, nem sequer de traçar a sua síntese, mas apenas, seguindo uma minuta manuscrita de Salazar, assinalar os pontos que este reputou *«essenciais»*.

silêncio um longo passado de sofrimento (1). No largo fronteiro a S. Vicente, um poder de povo observa os dignitários que cruzam os umbrais do templo. Ao outro dia, Zita cumprimenta Thomaz em Belém, e este convida também os vultos reais presentes em Lisboa; e Oliveira Salazar marca uma deferência muito especial e quase comovida perante a velha imperatriz que parece apenas uma sombra já de além-vida, um simples perfil recortado de um retábulo da história. E os observadores comentam que, no tempo materialista dominante, em nenhum outro país do Ocidente se praticam actos como os de S. Vicente, com o aparato e o cerimonial das grandes épocas. Mas é outro o do dia-a-dia que é necessário viver. Chega a Lisboa Pieter Botha, ministro da Defesa da África do Sul, e tem longas conversas com Salazar e ministros portugueses. E em 8 de Abril os portugueses são chamados à realidade africana. Por um comunicado oficial, o governo recorda os incidentes de fronteira com a Zâmbia e o Congo, as incursões, os ataques a postos portugueses; e lembra o assalto a Teixeira de Sousa no dia de Natal de 1966. Como consequência, foram afectadas comunicações, e no *Caminho-de-Ferro de Benguela,* vítima de actos de sabotagem, houve de ser interrompido o tráfego. Acontece que tudo é provocado por grupos baseados no Congo e na Zâmbia, que dependem de Portugal para o seu acesso ao mar; e portanto é legítimo concluir que os governos daqueles dois países *«estão sobretudo abrigando e auxiliando inimigos seus»*. Acaba o governo português de reparar o caminho-de-ferro e demais vias de comunicação; mas se os ataques se reproduzirem, novas interrupções serão inevitáveis, e cada vez mais prolongadas (2). E então

---

(1) Como se sabe, a imperatriz Zita era viúva do último imperador, Carlos, que se exilou para a Madeira, onde morreu e onde se encontra sepultado, num túmulo que as autoridades portuguesas sempre têm cuidado.

(2) Os actos de sabotagem no caminho-de-ferro eram por vezes muito graves e interrompiam efectivamente o tráfego, causando estragos de monta na via. A Companhia do C. de F. de Benguela fazia as reparações rapidamente; mas era o governo que impunha períodos de interrupção cada vez mais prolongados, como meio de fazer sentir ao Congo e à Zâmbia a dependência em que se encontravam. Para que, todavia, não pudesse ser acusado de interferir com o acesso de países interiores ao mar, o governo de Lisboa alegava os danos causados na linha, que eram reais, mas poderiam ser reparados em menos dias.

o governo de Lisboa faz em público uma clara ameaça. Diz: têm sido envidados todos os esforços para manter abertas e em funcionamento as vias de comunicação entre o mar e os países interiores: «*mas se estes não quiserem cooperar neste esforço, ou nisso não tiverem interesse, ou se revelarem não possuir meios de pôr cobro às actividades dos terroristas que aliás acolhem e protegem nos seus próprios territórios, o governo português declina qualquer responsabilidade pela situação que se possa criar, e não vê que tenha o dever de se sacrificar pela defesa dos interesses dos países interiores quando estes não os querem defender*». Deste modo, Lisboa afirma uma posição de força, com reflexos na África Central e Austral; e dispondo dos meios — os grandes territórios a enquadrar os países interiores, o controle das vias de acesso e dos portos, os recursos militares — formúla uma política que os demais não podem ignorar. Mas neste momento, Oliveira Salazar está sobretudo preocupado com um ponto de política interna. Quando em 9 de Abril, na sua audiência dominical, se avista com o presidente da República, Salazar comunica ao chefe do Estado que, após numerosas consultas, se fixara no engenheiro Machado Vaz(1) para substituir Arantes e Oliveira nas Obras Públicas. Thomaz nada tem a opor à escolha. Ao outro dia de manhã, Salazar recebe Rui Sanches(2), cujo nome os seus conselheiros haviam sugerido com insistência, e convida-o para substituir Rebelo Pinto como subsecretário da mesma pasta; e Sanches aceita(3). Depois escreve a Arantes e Oliveira. Diz que de Rui Sanches «*gostei muito*», e agradece ao ministro cessante: «*Aproveito a oportunidade para mais uma vez lhe manifestar a minha gratidão pelos enormes serviços prestados nessa pasta em treze anos de trabalho ininterrupto. O país ficar-*

Aliás, a interrupção do tráfego, até a título permanente, era lícita: as convenções prevêem essa interrupção quando do país interior partirem ataques contra o país ribeirinho que o serve.

(1) De seu nome completo, José Albino Machado Vaz.

(2) De seu nome completo, Rui Alves da Silva Sanches.

(3) Nesta altura fica também assente a nomeação de Arantes e Oliveira para presidente do Conselho Superior do Fomento Ultramarino e a de Manuel Rocha para director efectivo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, de que A. e Ol. era titular nominal.

-lhe-á grato, como eu, por todos os benefícios que a acção desenvolvida lhe trouxe» (1). E em 11 de Abril de 1967 é anunciada a alteração no governo. Não é do conhecimento geral o nome de Machado Vaz: e há a convicção de que, em qualquer caso, se volveu na acção do Ministério das Obras Públicas um capítulo de grandes tradições que se iniciara com Duarte Pacheco.

Além de tudo, porém, o ambiente geral entre políticos e católicos está subjugado por uma pergunta: Paulo VI virá a Fátima, ou não? Oliveira Salazar parece alheio ao assunto, e dir-se-ia continuar a ser-lhe indiferente, se não desagradável, uma visita papal. Pela imprensa, é recordado o *13 de Abril* de 1961, e o brado do chefe do governo: *para Angola, rapidamente e em força.* Quanto ao papa, Salazar repisa aos seus colaboradores: *«não devemos dar um único passo ou ter um gesto que o Papa possa interpretar como significando interesse da nossa parte em que venha a Fátima».* É diverso o ponto de vista do Ministério dos Estrangeiros e da embaixada no Vaticano: e tanto um como outra, discretamente e apesar de tudo, deixam cair na Cúria romana uma palavra de encorajamento. Entre os círculos afro-asiáticos e do bloco comunista lavra uma campanha contra a ida de Paulo VI a Fátima; e os *«movimentos de libertação das colónias portuguesas»* são particularmente virulentos. Entretanto, munido do *visto* português no seu passaporte, Monsenhor Macchi vem a Lisboa; mas as autoridades não conseguem apurar os passos que deu nos seus curtos dias em Portugal. Na Secretaria de Estado, em conversas com António de Faria, Dell'Acqua mostra-se pessimista, considera esgotados os meios de influenciar o papa, e confia à *«Madona»* a decisão favorável de Paulo VI. Oficialmente, são reiteradas a Faria instruções terminantes para se abster em Roma de acto ou palavra, que poderiam mesmo ser tomados como tentativa de pressão; mas o embaixador, de harmonia com o que sabe ser a orientação dos Estrangeiros, não deixa de acentuar o interesse pela visita; e na segunda quinzena de Abril de 1967, avista-se com o cardeal secretário de Estado e, a pretexto de agradecer a nomeação de Costa Nunes como *legado pontifício,* relembra o interesse da nação portuguesa pela ida do Santo Padre a Fátima.

(1) De uma carta de 10.IV.67.

Confessa-se o secretário de Estado mais do que pessimista: agora julga que será negativa a resposta de Paulo VI à carta do Episcopado português. Faria sublinha que tanto o núncio em Lisboa como Monsenhor Dell'Acqua estão esperançados. Cicognani diz que fará o papa ciente dessas «*esperanças*». Na mesma altura, o bispo de Leiria é recebido pelo pontífice. D. João Venâncio recorda que o papa prometera para o dia 13 de Maio uma mensagem a Fátima. «*Já está feita*», diz Paulo VI, «*será preciso agora gravá-la*». Pede o bispo licença para perguntar se Sua Santidade não iria dizê-la pessoalmente em Fátima. Responde o papa: «*Há dificuldades, mas a Virgem é generosa; rezemos-Lhe*». Habituado aos caminhos da Santa Sé, e aprazado desta resposta do pontífice, Faria conclui que Paulo VI havia decidido ir a Fátima. Em Lisboa, Oliveira Salazar continua sem preocupação aparente pelo assunto. Morre na sua grande idade o antigo chanceler alemão Konrad Adenauer, e Salazar, numa declaração pública, considera-o «*figura de primeira grandeza na história recente do seu país, da Europa e do Mundo ocidental*», e que «*prestou serviços que não serão esquecidos*», impondo-se como «*exemplo de inteligência, integridade e devoção patriótica*». Salazar sentia por Adenauer genuína admiração, e não se furta a participar nas exéquias solenes em S. Vicente de Fora. Em 22 de Abril, comparece em Belém para a promulgação solene pelo presidente da República do decreto que, nos termos da resolução da Assembleia Nacional, institui aquele dia como «*Dia da Comunidade Luso-Brasileira*». Estão membros do governo, o embaixador do Brasil Ouro Preto. Discursa Américo Thomaz: «*Para que todos nos possamos encontrar e recolher nestes pensamentos, o Dia da Comunidade Luso-Brasileira, a celebrar em toda a parte onde houver um português ou um brasileiro, constitui para nós e para os vindouros um dia de reflexão nas grandes virtualidades da Comunidade, um dia de meditação nas grandes caminhadas que ficam para trás, um dia enfim de chamamento ao trabalho comum na prossecução dos imensos objectivos e vastas perspectivas que se abrem perante nós*». Responde o enviado brasileiro: «*não será difícil prever que largos e claros horizontes se rasgam diante de nós*»; «*não há limites imagináveis para os nossos dois países no terreno da preservação das constantes essenciais, através da cooperação económica*

e cultural, servidas por instrumentos do mais perfeito realismo». No mesmo momento, em Brasília, o presidente brasileiro Costa e Silva e o embaixador português José Manuel Fragoso participam em acto semelhante e trocam mensagens de sabor idêntico. A este tempo, na Cúria romana, continuam activos os prelados e o enviado portugueses. Dias mais tarde, a 27, o Santo Padre recebe o cardeal Costa Nunes, e este advoga a visita do papa a Fátima; responde Paulo VI que vai reflectir; mas quer saber quanto tempo demora a viagem e se é possível ir e regressar no mesmo dia. Costa Nunes conclui que o pontífice não tomara ainda uma decisão. António de Faria sente a certeza de que Paulo VI resolvera deslocar-se ao grande Santuário da Cristandade. E por estas datas — em 27 e 28 de Abril — cumpre Salazar trinta e nove anos de governo e setenta e oito de idade. Ulisses Cortez, em acto comemorativo, recorda a regeneração financeira operada por Salazar, depois da frustração do constitucionalismo monárquico e da república liberal; e há ramos de flores quando o chefe do governo visita o Teatro da Trindade. Recebe Salazar um presente: Jacques Ploncard d'Assac envia-lhe, com uma carta, um exemplar da obra que acaba de publicar e que é uma biografia muito resumida do chefe do governo português. Salazar mostra-se surpreendido, não sabia que d'Assac estava escrevendo um livro, e agradece. Quanto aos aniversários? Bem: «*nunca é agradável fazer anos, mas o nosso Presidente da República diz-me sempre que é melhor fazê-los do que não os fazer*».

Ao princípio da manhã de 1 de Maio de 1967, Dell'Acqua telefona a Faria para dizer, ainda como segredo, que Sua Santidade, «*se não houvesse objecção da nossa parte*», iria a Fátima no dia 13 de Maio. Reage de pronto o embaixador: «*a presença do Santo Padre dará a mais viva satisfação ao governo português e à Nação Fidelíssima*». Dell'Acqua comenta que o Santo Padre havia assim tomado a «*decisão há tanto esperada e por nós desejada*». De Roma, o embaixador telefona a notícia a Salazar. Este fica muito calmo, muito tranquilo. Acaba de completar conversas que levam à substituição do secretário de Estado da Aeronáutica Francisco Chagas pelo general da Força Aérea Fernando de Oliveira. E encarrega António de Faria de perguntar na Cúria «*o que deseja o Papa fazer em Portugal*».

9

No decurso da audiência geral na Basílica de São Pedro, em 3 de Maio, Paulo VI anuncia ao mundo a sua deslocação a Fátima: «*Venerar Maria Santíssima e invocar a Sua intervenção a favor da Paz, da Igreja e do Mundo é a finalidade da Nossa viagem à Cova da Iria*». Faria está ostensivamente presente com todo o pessoal da embaixada, e ajuntaram-se muitos portugueses residentes em Roma. Mas Paulo VI aproveita o momento para considerações de ordem apostólica. Decerto: na sua decisão influíram as pressões «*reiteradas e corteses*» do Episcopado português. Mas este acto de «*singular invocação religiosa*» é devido à causa da Paz: a paz no interior da Igreja, na integridade da fé autêntica, da coesão, da caridade, da disciplina eclesial; e a paz cívica e social no Mundo, na Verdade, na Justiça, na Liberdade e no Amor. Levantam-se formidáveis obstáculos ao desenvolvimento da Paz; e o ideal da concórdia universal e da prioridade do bem comum parece estar a converter-se num sonho impossível de realizar. Pergunta o papa: estará o Mundo condenado ao desespero? estará o destino da humanidade sujeito a um fatalismo céptico e ao perigo de uma guerra científica de extermínio? Toma o Santo Padre o exemplo da guerra do Vietname: espera que de novas negociações saia uma solução honrosa do conflito com liberdade para as duas partes. Não perde o pontífice a confiança nos homens: mas apela para a «*bondade de Deus que nunca se cansa e nunca se afasta de nós*».

Em Lisboa, e sob a responsabilidade política do presidente do Conselho, o governo publica logo após a notícia de Roma uma nota oficiosa: «*seguro de interpretar os sentimentos profundos de todos os portugueses,* (o Governo) *quer nesta ocasião expressar a honra e o júbilo da Nação Fidelíssima perante este acontecimento da maior relevância histórica*» (1). Ao mesmo tempo, o pre-

(1) Julgo apropriado arquivar neste trabalho o texto integral da nota oficiosa: «*Conforme cortesmente a Secretaria de Estado da Santa Sé informara o Governo português, Sua Santidade o Papa Paulo VI tornou hoje pública em Roma, no*

sidente da República telegrafa a Paulo VI: manifesta a *«profunda emoção»* que o gesto pontifício causou no povo português e assegura o papa da sua *«maior devoção filial»*. Responde o Santo Padre: nas vésperas da Sua *«peregrinação de Paz»* a Fátima, agradece a mensagem presidencial e, ao solicitar a protecção divina para a *«querida Nação portuguesa»*, envia a esta a Sua bênção apostólica. Entretanto, pelo mundo, causa sensação a notícia. Não esconde o seu azedume alguma imprensa espanhola; o embaixador de Espanha no Vaticano solicita que o papa desça em Madrid ao menos uma hora; responde a Santa Sé que a viagem de Paulo VI constitui uma peregrinação a Fátima, e só a Fátima. Na Itália, a decisão do Santo Padre é atacada pela extrema-esquerda e pela ala progressista da Igreja; semelhantes são as reacções em outros países católicos europeus; e os círculos africanos antiportugueses não ocultam a sua cólera. No conjunto, todavia, a opinião católica aplaude a peregrinação pontifícia, e é sublinhado o facto de o papa visitar um Santuário da Cristandade e não um governo estrangeiro. Por sua vez, e com excepção da *República*, a imprensa portuguesa dedica largo espaço à notícia, e não se cansa de em grandes títulos dar aos leitores, em dias seguintes, todos os pormenores imagináveis (1).

---

decurso da audiência geral desta semana na Basílica de S. Pedro, a Sua decisão de participar com a Sua própria presença nas cerimónias religiosas que solenizam o Cinquentenário das Aparições de Fátima. O Governo, seguro de interpretar os sentimentos profundos de todos os portugueses, quer nesta ocasião expressar a honra e o júbilo da Nação Fidelíssima perante este acontecimento da maior relevância histórica. Em face da grandeza do mesmo, não deseja o Governo português acrescentar quaisquer palavras que somente poderiam diminuir a sua altíssima significação espiritual». Embora assinada pelo chefe do Governo, a nota foi elaborada no M.N.E. Do seu texto, por cortesia, foi dado conhecimento prévio à Santa Sé, que exprimiu a sua completa concordância.

(1) Não importa para este trabalho o relato minucioso da preparação da viagem de Paulo VI. A Santa Sé foi cuidadosa em retirar à viagem qualquer carácter político; e o governo português, por seu turno, não fez do facto a menor exploração política. Facilmente, se chegou a acordo sobre os pontos simbólicos da *despolitização:* o papa não vinha a Lisboa e descia em Monte Real (aeroporto mais próximo de Fátima); não havia troca de condecorações; o papa não era hóspede do governo mas da diocese de Leiria, etc. Mas é evidente que em tudo

Com a passagem do tempo, a emoção ganha a opinião pública portuguesa, e nas vésperas do dia aprazado para a vinda do Papa há uma atmosfera de excitação e euforia. Para visitar a Fundação Gulbenkian, e recebido por Azeredo Perdigão, vem o patriarca arménio Khoren I, da Cilicia; e não deixa de se avistar com o chefe do governo e com o cardeal Cerejeira. É decretada uma amnistia para algumas categorias de crimes e delitos. Depois, é o cardeal Costa Nunes, legado papal, que se antecipa ao pontífice: e Salazar vai acolhê-lo à chegada. E durante o dia 12 de Maio toda a alta-roda oficial se transporta para Monte Real. Ao cair da noite, Salazar está a jantar no hotel local com Mário de Figueiredo e Luís Supico Pinto. Depois, retira-se para uma sala interior; e conversa com alguns ministros que chegam. Está agastado o chefe do governo: acaba de saber que o papa pedira a presença em Fátima da Irmã Lúcia: e Salazar julga que a exibição pública de uma pessoa que participou em acontecimentos extraordinários constitui uma atitude demagógica, e condenável. Fala de voltar para Lisboa no dia seguinte, logo depois da missa, e de não se avistar com o papa. Reagem os ministros: o chefe do Governo não pode tomar essa decisão: trata-se de um problema interno da Igreja, a que o governo em de ser alheio. Salazar conforma-se. Da embaixada em Madrid da missão portuguesa em Nova Iorque, chega ao Ministério dos Estrangeiros a notícia de um rumor: durante a sua visita, o papa seria vítima de um atentado. Fica fundamente preocupado o chefe da polícia de segurança do Estado atenta a simultaneidade de rumores vindos de tão diversas origens; afirma que não tem meios para garantir ao mesmo tempo a protecção do presidente da República, de Oliveira Salazar e de Paulo VI; vai concentrar-se no pontífice; e não se responsabiliza pelo que possa acontecer. Salazar declara que não acredita em atentados, recolhe ao seu quarto pela meia-noite. Entretanto, também durante o dia 12 e por

---

o mais — transporte do papa de e para Roma, organização da recepção ao pontífice, ordem pública e segurança do pontífice e sua comitiva, preparação do Santuário, estadia de Paulo VI em Fátima, organização geral das cerimónias, etc. — os encargos foram assumidos pelo governo português, como era natural. Monsenhor Dell'Acqua considerou a atitude do governo de Lisboa como «*perfeita*».

todos os caminhos, afluem ao Santuário milhares, centenas de milhares de peregrinos. Descem povos das altas serras, convergem outros da planície e dos vales; comboios de autocarros e de camionetas abertas surgem das sete partidas, vindas do Alentejo e do Minho, e atravancam as estradas de acesso à Cova da Iria; pelas bermas marcham famílias e aldeias inteiras, carregando as suas crianças de colo e as condessas dos seus farnéis; por atalhos e veredas, arrastam-se velhos, trôpegos e doentes, arrimados aos seus bordões de romeiros, e de alforges pelos ombros; e de quando em quando, o tráfego afrouxa, quase se suspende, para que passem grupos de mulheres, vestidas de negro, que avançam de joelhos, com rosários entre os dedos, numa prece mais contínua, até caírem quase exânimes. É a sensação de que todo um povo está a mobilizar-se por vontade própria, e que através de mil sacrifícios acorre a um chamamento indeclinável. Grupos de estrangeiros da rosa dos ventos, alegres e numa atitude de cruzada, e muitos com as suas bandeiras nacionais, seguem os portugueses para Fátima. Patrulhas da Guarda percorrem as imediações do Santuário; não há um incidente; e as forças da ordem cingem-se a abrir caminhos, a ajudar os mais fracos e os perdidos. No despontar da aurora do dia 13 de Maio, fazem mais de um milhão e meio os peregrinos concentrados no terreiro do Santuário e cercanias.

Começa triste e baço, de céus baixos, aquele dia 13 de Maio. Está chuvosa a manhã sobre o aeroporto de Monte Real. À beira das dez horas aterra o avião português que conduz o papa, e pára no alinhamento da passadeira vermelha. Logo assoma o pontífice, na sua sotaina branca, e abre os braços para quantos o aguardam. Desce. Depois, surgem os cardeais que o acompanham: Cicognani, secretário de Estado; e Tisserant e Ottaviani, grandes nomes da ala conservadora da Igreja. E monsenhores Dell'Acqua, Samoré, outros ainda. Para saudar o papa avançam até ao último degrau da escada o presidente da República, Salazar, todo o governo; todos fazendo menção de ajoelhar, beijam o anel pontifício; e depois passam à tribuna coberta, e forrada de tapeçarias. Diz Américo Thomaz: «*Esta Nação, cuja terra Vossa Santidade acaba de pisar, nasceu há mais de oito séculos e sempre tem vivido sob o signo de Cristo*»; foi profunda a emoção «*que se apoderou deste povo*» ao saber da decisão papal; «*vai Vossa Santidade orar no*

Santuário de Fátima, e humildemente pedir a Deus as graças da Justiça e do Amor e da Paz entre os homens»; «somente posso falar pela Nação Portuguesa, e é em nome deste povo, conhecedor do seu ânimo e da sua fé, mandatário para expressão da sua voz, que eu significo a Vossa Santidade quanto nos sentimos honrados com a Sua augusta presença, e que pretendo testemunhar-lhe o nosso respeito, a nossa devoção, a nossa fidelidade, com os votos ardentes que formulamos pela glória do Seu pontificado». Diz em resposta Paulo VI: «*Desta abençoada terra de Santa Maria partiu, no passado, para as regiões mais remotas do Mundo, uma generosa plêiade de arautos do Evangelho. Para ela conflui, no presente, de toda a parte, uma piedosa multidão de peregrinos»; «Nós também viemos como peregrinos»,* deseja «*render homenagem filial à excelsa Mãe de Deus, na Cova da Iria*» para que «*faça reinar na Igreja e no Mundo o inestimável bem da paz»;* dirige «*uma cordial saudação a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, e às distintas autoridades presentes*» assim como a todo o Episcopado, Clero, religiosas e religiosos, e «*todo o povo desta Fidelíssima Nação»;* e solicita que «*Nossa Senhora de Fátima se digne derramar sobre Portugal católico as mais copiosas graças de bem-estar espiritual e material, de prosperidade, de progresso e de paz*». Logo segue para Fátima o elemento oficial português, e também os numerosos prelados estrangeiros e portugueses, de modo a estarem no Santuário à chegada de Paulo VI. Este aguarda em Monte Real, acompanhado somente pelo ministro dos Estrangeiros e por António de Faria. Diz-lhes: «*adoro esta Nação, hei-de fazer por ela quanto puder, e dedicar-lhe-ei especialmente algumas das minhas orações*». Depois, meia-hora volvida, parte o Santo Padre para Fátima. Vai em carro aberto, tendo ao lado o bispo de Leiria. De uma banda e outra da estrada, junto à berma ou nas elevações, por todo o percurso, há povo e mais povo. Sempre de pé, Paulo VI saúda de braços abertos, como quem vai ao encontro dos peregrinos, e abençoa-os. Corresponde o povo dando vivas, palmas, agitando lenços, enquanto alguns se ajoelham. Chega o papa ao sopé do terreiro de Fátima, e o programa prevê que Paulo VI caminhe entre os peregrinos até à Basílica. Mas agora a polícia portuguesa declara que, perante a massa espessa de gente, apenas toma a responsabilidade de abrir um car-

reiro ao papa, e proteger a sua integridade contra a multidão que se empurra para o ver e tocar, se lhe for consentido que use da força. Está excluído que o papa entre em Fátima precedido pela violência. Segue o papa de automóvel directamente para a Basílica, e ao subir os poucos degraus não é possível evitar que o pontífice sofra o embate físico da onda de entusiasmo do povo. E então, de costas para o altar erguido ao ar livre, Paulo VI contempla o mar de peregrinos: aos pés do papa comprimem-se para cima de um milhão e duzentas mil pessoas, que fazem sentir uma força feita só de Fé: e mais três ou quatro centenas de milhar espalham-se à distância, por elevações de terreno, telhados, árvores, em modo que se diria quase ocultar a própria natureza e substitui-la. Junto ao altar, do lado direito, estão o presidente Thomaz, Oliveira Salazar, todo o governo português; e do outro lado, filas de cardeais e bispos. E perante uma imagem da Virgem de Fátima, Paulo VI celebra missa. Perto, a alguns passos, encontra-se a Irmã Lúcia.

No momento próprio, e em português, profere o papa a sua homilia. Que diz Paulo VI a Fátima e ao mundo? É bendito o Santuário «*onde se celebra hoje o Cinquentenário das Aparições*» e se comemora o vigésimo-quinto aniversário «*da consagração do Mundo ao Coração Imaculado de Maria*». Saúda os cidadãos «*desta ilustre Nação que, na sua longa história, deu à Igreja homens santos e grandes*»; e os peregrinos, «*que viestes de perto e também de longe*»; e os fiéis espalhados por todo o mundo e «*agora espiritualmente voltados para este altar*». Ninguém é excluído desta recordação espiritual; e «*o Nosso olhar abrange ainda todos os cristãos não-católicos, mas irmãos Nossos no baptismo*» e «*o mundo todo*»; porque «*não queremos que a Nossa Caridade tenha Fronteiras e, neste momento, estendemo-la à Humanidade inteira, a todos os povos da Terra*». Mas para o papa a «*primeira intenção*» é a Igreja. Despertou muitas energias o Concílio Ecuménico, que abriu perspectivas e chamou todos a uma consciência mais clara. Mas «*que mal seria se uma interpretação arbitrária e não autorizada pelo Magistério da Igreja transformasse este renascimento espiritual numa inquietação que desagregasse a sua estrutura tradicional e constitucional, que substituísse a teologia dos verdadeiros e grandes Mestres por ideologias novas e particulares que visam a eliminar da norma da fé tudo aquilo que o pensamento moderno,*

muitas vezes falto de luz racional, não compreende e não aceita, e que mudasse a ânsia apostólica da caridade redentora na aquiescência às formas negativas da mentalidade profana e dos costumes mundanos». Deseja o papa, decerto, uma Igreja viva, verdadeira, unida, santa, com todos os frutos de uma vida cristã, como os enumerados por S. Paulo, desde a caridade à mansidão, desde a alegria e a paz à temperança. Este pensamento leva o papa a lembrar aqueles países *«em que a liberdade religiosa está praticamente suprimida e onde se promove a negação de Deus»*. Mas qual é a *«segunda intenção deste Nosso peregrinar?»* É o *«Mundo, a Paz do Mundo»*. Não está o Mundo feliz, nem tranquilo, e para os contínuos conflitos descobre o papa dois motivos principais: *«um grande arsenal de armas terrivelmente mortíferas»*, um *«progresso moral que não iguala o progresso científico e técnico»*. Para mais, *«grande parte da Humanidade encontra-se ainda em estado de indigência e fome»*, ao mesmo tempo que toma consciência das suas necessidades e do bem-estar de outros. E assim o Santo Padre veio *«aos pés da Rainha da paz pedir-Lhe a Paz, dom que só Deus pode dar»*. E faz um apelo aos homens para que sejam bons, cordatos, magnânimos, alheios a projectos de destruição, de morte, de revolução, de violência, e devotados ao conforto comum, à colaboração solidária para construir um mundo novo. Diz Paulo VI: *«Homens, sêde Homens»*.

Finda a missa, de novo a multidão compacta impede que Paulo VI se incorpore na procissão para a *Capela das Aparições*. Encaminha-se então o papa para as arcadas à esquerda da Basílica, e surge na varanda da *Casa do Retiro*. Saúda toda a mole de peregrinos. E destes emerge renovado um brado de fé, repetido por mais de um milhão de vozes. Depois de percorrer a varanda, erguendo ao céu os braços em saudação contínua, recolhe o papa aos aposentos que lhe estão preparados na *Casa de Nossa Senhora do Carmo*. Aí almoça frugalmente, e pede um cálice de vinho do Porto. Nas salas àparte, almoçam os chefes do Estado e do governo, os cardeais, os bispos, religiosos, membros da *Acção Católica*, todo um conjunto de pessoas que surdem de todos os cantos. Depois, pelo início da tarde, Paulo VI concede as Suas audiências. Antes de outros, ao presidente da República e seus familiares. Depois, a Oliveira Salazar, a que se junta mais tarde o ministro

dos Estrangeiros. É natural e descontraído o encontro entre o chefe do governo e Paulo VI: não há uma palavra que recorde atritos ou dificuldades passadas: e os dois homens despendem os seus minutos a sós em práticas do momento. Rejubila o papa com o que se lhe afigura ser o êxito da Sua visita a Fátima; confirma-o Salazar com calor; e ao agradecer a peregrinação pontifícia diz que a Nação Portuguesa bem a merece pelos seus nunca desmentidos serviços apostólicos à Igreja(1). E depois, num esforço físico exaustivo, Paulo VI esgota-se em sucessivas audiências colectivas, dirigindo-se em uma sala a um grupo enquanto em outra sala se reúne e organiza outro grupo. Recebe assim os membros do governo português e os representantes dos grandes corpos civis e militares; o corpo diplomático acreditado em Lisboa(2), perante o qual acentua o carácter puramente religioso da Sua peregrinação e invoca a sua encíclica *Populorum Progressio;* os cardeais e bispos portugueses, a quem fala designando-os por «*bispos de Portugal continental, insular e ultramarino*»; os corpos dirigentes da *Acção Católica* e do laicado português; e um largo grupo de cristãos não-católicos, admitindo que estes, «*no estado actual das divisões cristãs*», não partilhem de «*todas as nossas convicções sobre Maria*» mas que todos se possam irmanar na fé, na humildade e no serviço de Deus. E pelo fim da tarde, sempre aclamado por uma multidão que se mantém firme no terreiro, deixa o papa o Santuário, e dirige-se à Batalha, para uma visita breve a Santa Maria da Vitória. Acompanha-o a sua comitiva de prelados e o ministro dos Estrangeiros português, e quando este o leva à Capela do Fundador e lhe aponta o túmulo do Infante D. Henrique, o rosto de Paulo VI altera-se de clara emoção e o papa recolhe-se, com o

(1) Como é hábito nestes casos, houve a troca de alguns presentes. Américo Thomaz oferece ao papa uma bela peça de marfim — uma imagem da Virgem — do século XVII. Retribuiu Paulo VI com um crucifixo de prata e cristal do século XVIII, e à mulher do chefe do Estado oferece um fio de ouro com a reprodução da sua cruz peitoral. A Salazar entrega o papa, além do seu retrato emoldurado em prata e autografado, uma edição de luxo de uma obra sobre Dante. Distribuiu ainda Paulo VI numerosas medalhas do seu pontificado.

(2) A este juntara-se o general Muñoz-Grandes, vice-chefe do governo espanhol, que o generalíssimo Franco enviara a Lisboa expressamente para saudar o papa em nome de Espanha.

olhar fixo no sepulcro, por momentos de silêncio. Admira o Santo Padre toda a igreja, a nave central. Diz: «*enquanto o estilo românico tem os pés assentes no solo e olha toda a terra, o estilo gótico mal toca a terra e olha todo o céu*». Não quer Sua Santidade visitar as Capelas Imperfeitas? Não, não há tempo: e «*é preciso deixar sempre qualquer coisa para desejar*». Ficará então essa visita para uma segunda vinda do Santo Padre a Portugal? Sorri Paulo VI: «*decerto*». Depois, o cortejo pontifício atravessa Leiria, aclamado por loucura popular, e em Monte Real, ao preparar-se para o regresso a Roma, Paulo VI repete as suas preces a Fátima, agradece às autoridades portuguesas, saúda a Hierarquia, e despede-se da «*acolhedora terra portuguesa, depois desta breve mas inesquecível peregrinação*». Já cai a noite, o Santo Padre embarca no seu avião. Já cai a noite, e o oceano de peregrinos, exaustos depois de uma longa jornada e expostos ao tempo, na fadiga de uma multidão mas no conforto de uma fé, dispersa-se lentamente pelos caminhos que saem de Fátima, e muitos palmilham toda a noite para tornar às suas aldeias e seus lares. No alvorecer do outro dia, está agora quase silencioso e morto o vasto terreiro de Fátima(1).

Não se apagam de pronto os ecos da visita de Paulo VI. Para presidir a cerimónias no Santuário, a celebrar em outros dias, permanece em Portugal como legado pontifício o cardeal Costa Nunes. Na ausência do papa, o prelado tem categoria de chefe de Estado, e a esse título é recebido em Queluz e na Ajuda, para os banquetes de estilo. Nas mensagens trocadas, paira a emoção da estadia de Paulo VI. Há ainda no país uma euforia colectiva. Mas logo outros assuntos prendem as atenções. Tendo deixado a presidência do Brasil, vem a Lisboa como particular o marechal

(1) Logo que chega à Cidade do Vaticano, Paulo VI telegrafa ao presidente da República, ao núncio apostólico, ao cardeal-patriarca, ao bispo de Leiria, a agradecer o acolhimento recebido. Thomaz responde para renovar o júbilo do povo português. Paulo VI ofereceu ao Santuário de Fátima os paramentos com que celebrou a missa, e também o cálice, o báculo, a mitra e a cruz peitoral. Quanto à amnistia decretada para alguns delitos, inclusivamente políticos, a iniciativa foi portuguesa mas a própria Cúria o sugeriu ao mesmo tempo quando Dell'Acqua mostrou a António de Faria uma nota manuscrita pelo papa em pessoa e em que Paulo VI, ao invocar o assunto, sugeria que este fosse levantado junto do embaixador.

Castelo Branco; mas não deixa de conversar com Salazar e é recebido de forma a acrescentar-se mais uma página à construção da Comunidade Luso-Brasileira(1). Depois é Walter Hallestein, o político alemão que vai abandonar a *comissão executiva* da Comunidade Económica Europeia, que vem avistar-se com Salazar e outros membros do governo português; e são examinadas as dificuldades económicas da Europa, reconhecendo Hallestein que não há vantagem na participação de Portugal na CEE. E é Gama e Silva, ministro da Justiça do Brasil, que a convite de Antunes Varela se desloca a Lisboa para visita oficial; e lança a ideia da realização periódica de umas *«semanas jurídicas luso-brasileiras»*. Mas a este tempo ainda Oliveira Salazar não se pronunciara sobre a visita de Paulo VI. Esse comentário é tema do Conselho de Ministros de 23 de Maio de 1967. Como o encara o chefe do governo? Deve o papa ter sentido, diz Salazar, a necessidade de reafirmar no seio da Igreja a validade do culto mariano, e para isso escolheu o maior Santuário Mariano da Cristandade. Este mesmo facto, contudo, pode contribuir para agravar as diferenças entre católicos e protestantes, porque para estes o papado e o culto mariano são os dois mais formidáveis obstáculos à unidade cristã. Ora o papa, exaltando esse culto, deve ter cavado mais fundo o abismo que separa protestantismo e catolicismo. Paulo VI, mais do que ninguém, conhece esta realidade. Apesar disso, veio: porquê? Deve ser muito confusa e complexa, julga Salazar, a razão decisiva que determinou Paulo VI a vir a Fátima e a expor-se a críticas. Críticas, além disso, também lançadas com aspereza pelos círculos afro-asiáticos e demais adversários da política de Portugal em África. Por que resolveu então Paulo VI a sua peregrinação? Deve o papa ter julgado que antes de tudo importa a crise da Igreja e que, dentro desta, há que restabelecer um equilíbrio entre as tendências mais poderosas, reforçando as que se identificam com as grandes tradições, e que seguem os princípios estabilizadores da comunidade católica; e são essas que mais sublimam o culto mariano. Quer dizer: o papa, apercebendo-se dos riscos de um excesso de progressismo, terá querido fortalecer e apoiar a ala

(1) O marechal Castelo Branco morreria algumas semanas depois num grave desastre de aviação.

conservadora da Igreja. Será esta a razão fundamental? Ninguém o pode saber.

No plano pessoal e puramente subjectivo, qual o aspecto da visita papal que mais agradou a Salazar? Responde o chefe do governo: «*a fúria dos nossos inimigos*». E rindo com sabor, acrescenta: «*Naturalmente, tratei o pontífice por Vossa Santidade. Sabem como me tratou o Santo Padre? Chamou-me Vossa Eternidade*».

10

Por fins de Maio de 1967, encerra-se no país o intervalo breve que os portugueses consideram de encantamento, de sortilégio, acima e além das realidades. Mas a vida continua, os problemas não se extinguiram; e tudo regressa ao quotidiano, aos horizontes já puídos. Salazar recebe D. José Alvernaz, patriarca das Índias Orientais, que não mais tornou a Goa, mas que lhe dá notícias sombrias sobre a situação no antigo Estado Português da Índia. Agrava-se a crise do Médio Oriente. Tendo pedido a U Thant a retirada das forças da ONU, que em teoria deveriam garantir a paz na fronteira entre Israel e o Egipto, o governo do Cairo ataca as forças israelitas; e estas, vencida a surpresa, contra-atacam vitoriosamente. Em Lisboa, sublinham-se as lições da guerra: as Nações Unidas não sabem, nem podem assegurar a paz; de nada valeu a Israel ou ao Egipto hostilizar Portugal porque na contenda nem um só país da África Negra apoiou qualquer dos dois; a pretexto do conflito, a esquadra soviética cruza agora o Mediterrâneo, em força, cumprindo assim as ambições dos czares; e o Ocidente aceita a legitimidade dessa presença. Mas perante o desastre árabe, a União Soviética solicita em Nova Iorque a convocação urgente de uma Assembleia Geral Especial da ONU; e à reunião é assinado como objectivo o de conseguir um cessar-fogo israelo-árabe e obrigar Israel a abandonar os territórios árabes que ocupou por actos de guerra. Lisboa logo aproveita a oportunidade para explorar em seu favor a situação e sublinhar alguns princípios. Pelo representante da União Indiana, no decurso dos trabalhos, é feita uma

declaração: quando um cessar-fogo ponha termo a um conflito, as forças armadas devem retirar para além da linha de partida, com base «*no princípio salutar de que ao agressor não deve ser permitido pela comunidade internacional beneficiar dos frutos da agressão*». Segundo o governo indiano, um cessar-fogo não é completo enquanto forças armadas estranhas ocuparem terras «*pertencentes aos vizinhos*». Diz então o governo de Lisboa, em nota endereçada ao presidente da Assembleia Geral: em 18 de Dezembro de 1961, sem provocação e sem motivo, a União Indiana agrediu e ocupou Goa, Damão e Diu, de soberania portuguesa certificada pelo Tribunal da Haia. Perante a doutrina agora defendida por Nova Deli, o governo português deseja pôr a Assembleia Geral perante as suas responsabilidades, e pergunta se «*à União Indiana se permite que retenha os frutos da agressão, e nesse caso não se vê motivo para impor no Médio Oriente critério diverso, ou se se aplicam ao Médio Oriente os princípios agora defendidos, e nesse caso afigura-se que a União Indiana deverá ser obrigada a devolver o que invadiu, ocupou e retém pela força das armas e contra a vontade de populações que não são indianas*». Esta nota, com um dilema tão claro e inocente, lança em perplexidade a Assembleia e em fúria os governos soviético e indiano. É o governo português solicitado pelo presidente da Assembleia para retirar a nota. Lisboa recusa; e insiste em que a mesma seja circulada nos termos regulamentares. Sugere então o Secretariado da ONU que a nota seja difundida como documento da delegação portuguesa. Não, replica Lisboa, tem de ser divulgada como documento da ONU e na forma habitual. Nova sugestão das Nações Unidas: por que não transformar a nota em simples carta particular ao presidente? Também não: o documento português tem de ser documento oficial da ONU e traduzido em todas as línguas oficiais da organização. E assim é feito. Perdem então a serenidade os delegados indianos; e durante dias são desorganizados os trabalhos da Assembleia (1). Em Lisboa, cele-

(1) Lisboa prestou-se a este debate muito propositadamente, e até o estimulou, replicando e treplicando com presteza. A controvérsia em que as Nações Unidas ingenuamente caíram teve como resultado concentrar na nota portuguesa as atenções gerais, de todos os delegados e da imprensa internacional, assegurando ao documento uma publicidade que de nenhum outro modo teria.

bra-se em calma mais um *10 de Junho*. Na cerimónia militar, há uma exortação de Miranda Barbosa, vice-reitor de Coimbra, que sintetiza o drama do Ocidente: este «*não perdeu as suas posições no mundo por ser batido nos campos de batalha mas porque as opiniões internas dos Estados, dividindo-se contra si próprias, enfraqueceram*». Salazar entrega algumas das condecorações. E depois, a este tempo e para Portugal, de novo tudo torna ao drama da África. Moise Tschombé faz-se lembrar: em carta a Salazar, o político congolês reconhece a dificuldade que de momento suscitaria a sua vinda a Lisboa (1): mas pede ao chefe do governo que receba René Clémens, professor de Direito e Sociologia na Universidade de Liège, e que poderá fazer uma exposição minuciosa sobre a situação catastrófica da África. Clémens vem a Lisboa; mas nada acrescenta ao que o governo de Lisboa conhece. E em Londres, na Câmara dos Comuns, um deputado retoma a questão da Rodésia, e pergunta ao governo britânico: que nacionalidade têm os petroleiros que, em Lourenço Marques, descarregam gasolina e petróleo para aquele país? Por escrito, responde o representante do governo inglês: não sabe; o assunto é complexo; não é possível identificar os navios; o bloqueio naval apenas se aplica à Beira; qualquer extensão a Lourenço Marques depende da decisão do Conselho de Segurança. Então, com mal oculta ironia, publica uma nota oficiosa o Ministério português dos Estrangeiros: «*Perante a falta de informações com que luta o governo de Sua Majestade, o governo português está em posição de esclarecer* (o deputado) *que entre Abril de 1966 e Maio de 1967 entraram no porto de Lourenço Marques 169 navios petroleiros, dos quais 58 (cinquenta e oito) eram de nacionalidade britânica e ao serviço de companhias britânicas*»; e nenhum dos 169 petroleiros «*era de nacionalidade portuguesa nem estava ao serviço de qualquer companhia portuguesa*». Compreende-se pelo mundo já bem claramente que na violação das resoluções do Conselho de Segurança, respeitantes à Rodésia, não cabe a Portugal o maior quinhão.

Entrecortam estes problemas outras preocupações de Salazar. Mais uma vez escreve uma longa carta a França Borges: é ainda a questão dos monumentos aos grandes de Portugal. Já que a

(1) Tschombé neste momento continua a permanecer em Madrid.

Batalha terá a estátua de Nuno Álvares, oferecida por Lisboa, e ainda que nada obste a que um outro monumento à mesma figura seja erguido na capital, o facto é que a cidade não tem ainda estátuas de D. João I e de D. João II: «*Julgo que deveríamos começar por estas*». Nos primeiros dias de Julho, chega a notícia de que em Espanha fora raptado Tschombé, e levado para Argel, onde se encontra às ordens do chefe argelino Boumediene: se é verdadeira a informação, o político catanguês terá de ser havido como um homem liquidado. Salazar confessa-se impressionado com o destino do antigo primeiro-ministro do Congo. Simultaneamente, deflagra no Catanga uma nova revolta, e também em Bukavu; e em Lisboa aparece Daniel Tschombé, irmão do político, que confirma a notícia do rapto(1), e vem pedir socorro, para salvar o prisioneiro de Argel, e para Catanga. Por detrás da revolta, parecem estar a África do Sul e a Rodésia; e a situação preocupa o Departamento de Estado ao ponto de fazer adiar a visita de Dean Rusk a Lisboa, prevista para dentro de uma semana. Para mais, Washington fica apreensiva com um facto: a China faz explodir uma bomba de hidrogénio: e o acontecimento traduz em si uma alteração do equilíbrio no Extremo Oriente. Mobutu decreta a mobilização geral; e solicita a convocação urgente do Conselho de Segurança. A Daniel Tschombé é concedido por Portugal algum auxílio, mais simbólico e moral do que eficaz; e Salazar não esconde a sua certeza de que a operação do Catanga não vingará, nem será liberto Moise Tschombé. Mas em Lisboa, na alta-roda do governo, vive-se por um dia no século XVIII. Monsenhor Furstenberg acaba de ser elevado à purpura. Mais uma vez, no Palácio da Ajuda, o presidente da República impõe ao núncio, em nome do papa, o chapéu cardinalício: e a cerimónia desenrola-se por entre a sumptuosidade dos salões e o esplendor das capas prelatícias, o luzir das fardas cobertas de grã-cruzes, o luxo das casacas, a riqueza das tapeçarias, os lumes dos tocheiros. Salazar, na sua casaca, está sóbrio, duma auste-

(1) Tschombé viajava de Ibiza para Palma de Maiorca, e o avião foi desviado para Argel, onde aterrou, ficando aquele político numa prisão domiciliária, onde veio a morrer dois anos mais tarde, de um ataque cardíaco. Boumediene recusou sempre entregá-lo a Mobutu. Pelo mundo pairou sempre a dúvida de que houvesse sido genuino o ataque cardíaco de Tschombé.

ridade ascética, sem um arrebique, sem uma condecoração: como ele, não está alguém mais: e parece isolado.

Entretanto, parte o ministro dos Estrangeiros numa longa visita oficial à República da África do Sul e à República do Malawi. Se com a primeira as relações de cooperação constituem matéria assente, sem embargo de o governo de Pretória ser de trato duro, com o Malawi o terreno não é sólido, ainda que esteja desbravado; mas o presidente Banda, homem realista e responsável, compreende com lucidez crescente que não lhe é viável outra política além da de cordialidade com Portugal. Na altura, porém, chegam a Lisboa rumores sérios de que se prepara contra Banda um golpe de Estado, e seria aproveitada a ausência do presidente numa viagem que projecta ao Oriente e aos Estados Unidos(1). Salazar passa a informação a Jorge Jardim, e observa: «*mesmo que B. veja algum interesse na viagem e mesmo que a notícia não seja exacta, o prudente é ficar em casa, como fez agora o Sekou Touré na Guiné*». Jardim avisa o presidente do Malawi; e depois responde a Salazar. Nas ausências de Banda, são sempre tomadas precauções. Neste caso particular, e visto a informação do chefe do governo português, o Dr. Banda achou haver conveniência «*de eu me encontrar na área naquele momento e preferivelmente no interior do Malawi para poder aconselhar e apoiar os responsáveis se isso viesse a revelar-se necessário. Penso assim fazer; e o reforço de apreensões que resulta das informações por nós recolhidas levar-me-á a sugerir ao general Gomes de Araújo algumas medidas complementares*». Mas o presidente do Malawi não quer ser um prisioneiro no seu próprio país, e não desiste da viagem. Por instruções da Defesa Nacional de Lisboa são tomadas, do lado português, fortes disposições militares na fronteira com o Malawi; forças portuguesas ficam prontas a actuar consoante solicitadas pelo governo do Malawi; mas os adversários do Dr. Banda nada tentam. Completada a visita à África do Sul, em que o primeiro-ministro Vorster reitera seguranças categóricas de apoio à Rodésia e de cooperação com

(1) Segundo as fontes portuguesas, o golpe seria encabeçado pela oposição interna ao presidente Banda, mas contaria com o forte apoio da Tanzânia e da Zâmbia, cujos governos desejavam frustrar a política de aproximação do Malawi, não propriamente com Portugal, mas com o Ocidente em geral.

Portugal, chega o ministro português ao Malawi. Não esconde o presidente Banda os seus desejos de alargar a ligação com Portugal, e de trazer a esse caminho os demais Estados da área, em particular a Zâmbia, Madagáscar, o Congo. Do lado português, é sugerido o lançamento de um organismo internacional para a zona, apolítico e sem ideologias, para colaboração e entreajuda económica e técnica; Banda abraça a ideia, e pede que Portugal tome sobre si a elaboração dos estatutos; ele, Banda, apresentá-los-á como seus aos demais chefes africanos(1). Banda tem a peito as relações bilaterais com Portugal: e pode dizer-se que se torna íntima a colaboração luso-malawiana. Por Lisboa, é a rotina: o Conselho de Ministros aprova o III Plano de Fomento, para seis anos, e num montante de 167 milhões de contos; é assente a primeira pedra da Universidade Católica; e é celebrado o I Centenário da abolição da pena de morte em Portugal. Nesta mesma altura, manifesta-se em toda a sua tipicidade estranha o mundo português. Na segunda quinzena de Julho de 1967, e sob o impulso de Adriano Moreira, realiza-se em Moçambique o *II Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa.* A bordo de uma grande unidade da marinha mercante portuguesa, o *Príncipe Perfeito,* reúnem-se os congressistas; durante uma semana debatem os temas que interessam às comunidades de cultura lusíada espalhadas pelo mundo; há uma afinidade espiritual e moral que liga homens do Brasil a homens da Malásia; alguns, vivendo no Japão ou na Austrália, sentem-se perto de outros que vivem nos Estados Unidos ou em Angola; homens de Cabo Verde têm ressonâncias comuns com homens de Singapura; e o navio cruza as costas de Moçambique, de sul a norte, por entre a esquadra britânica que bloqueia o porto da Beira.

No Forte do Estoril, onde acaba de se instalar para o Estio, Salazar ocupa-se em ultimar a publicação de mais um volume—o sexto—dos seus *Discursos e Notas Políticas.* Este aparece efectivamente ainda naquele Verão de 1967. Inclui textos relativos aos anos de 1959 a 1966. Salazar oferece exemplares, com dedicatória, a um

---

(1) O leitor curioso poderá ver minúcias deste assunto num livro do autor, *Diálogos Interditos,* vol. II, págs. 207 a 225. Poucas semanas mais tarde, o projecto de estatutos, elaborado em Lisboa, era entregue ao Dr. Banda.

número muito restrito dos seus colaboradores ou conhecidos (1). Neste entrementes, o presidente Johnson, dos Estados Unidos, afirma em discurso público que a América tipifica uma imagem do paraíso e que 94% dos habitantes do mundo têm inveja dos americanos, e quereriam ser americanos. Comenta Salazar: «*Nós pertencemos aos restantes 6%*».

11

Sem embargo da estação de férias, entre Agosto e Setembro de 1967 parece agitada a política interna. Correm com insistência os boatos habituais: doença grave do chefe do governo, desinteligência insanável entre este e o presidente da República. Mas há em realidade outros pontos que têm fundamento. Antunes Varela, ministro da Justiça, quer abandonar o governo ao cabo de mais de treze anos nas funções; mas pretende fazê-lo isoladamente; e cria-se em torno de si a suposição de séria discordância com a política geral de Salazar. Também se acentuam dificuldades entre Correia de Oliveira e os sectores económicos. Mais preocupantes, todavia, são os conflitos, mesmo as intrigas que dilaceram alguns meios militares. Gomes de Araújo, ministro da Defesa, e Luz Cunha, ministro do Exército, não ocultam o desentendimento: entre os dois homens há desacordo quanto à política de nomeações para alguns altos comandos, quanto a alguns problemas logísticos, quanto à própria doutrina que orienta as operações em África. Este último aspecto cabe exclusivamente ao ministro da Defesa: a direcção estratégica de forças em campanha constitui sua responsabilidade. Mas justamente neste particular surge a ideia da realização de um colóquio, no Instituto de Altos Estudos Militares, sobre a «*conjuntura estratégica*»; e o seu inspirador e orientador é Kaulza de Arriaga. No fundo, o colóquio pode ser entendido como refuta-

(1) Salazar envia um exemplar da edição especial ao generalíssimo Franco. Este agradece mais tarde em carta autógrafa: a leitura vai recordar-lhe «*os nossos colóquios, que tão grata lembrança deixam sempre no meu ânimo*».

ção dos conceitos de estratégia que seriam os de Gomes de Araújo. Conhecidos o tema do colóquio e o seu desenvolvimento, o ministro da Defesa opõe-se à sua realização; e idêntica atitude assume o Estado-Maior-General. Mas persiste na ideia o ministro do Exército, e o colóquio efectua-se. Oliveira Salazar considera inaceitável que o ministro do Exército, de forma pública, discorde do da Defesa. Comenta o chefe do governo: «*o colóquio é como as Conferências do Casino, criou-se uma situação que eu tenho de remediar em breve*». Está assim cavada alguma divisão entre a oficialidade: os homens da Marinha e da Força Aérea inclinam-se para Gomes de Araújo, tendem a apoiar Luz Cunha os do Exército. Araújo, contrariando noutra matéria o critério atribuído a Luz Cunha, designa para o cargo de comandante-chefe em Angola um general da Força Aérea, João de Almeida Viana(1); e o Exército, porque tem na província muito mais numerosos efectivos do que os outros ramos militares, julga que lhe pertence o comando-chefe, e fica ressentido com aquela nomeação. É clara a crise. Como resolvê-la? Salazar ouve os seus conselheiros políticos. Mais vivamente do que outros, Soares da Fonseca diz que a boa solução implica a saída dos dois ministros; mas se for apenas possível a saída de um, esse não poderá ser Gomes de Araújo, que apesar de tudo tem prestígio que basta para de momento *aguentar* o Exército; e importa não correr riscos com um nome novo porque o governo não pode permitir-se *mais um* Botelho Moniz. Mas desde já circulam nomes para substituir qualquer dos ministros, ou os dois: Andrade e Silva, Sá Viana Rebelo, Kaulza de Arriaga, Bettencourt Rodrigues(2). Para mais, todo o problema se torna mais complexo porque se reflecte no plano financeiro: o ministro das Finanças, Ulisses Cortez, tem em preparação o orçamento do Estado: e confessa-se

(1) Sucede ao general Soares Pereira, que desempenhara a sua comissão com extrema relutância e exercera um comando mais do que apagado.

(2) Alberto Andrade e Silva exercera com distinção e autoridade o comando-chefe em Angola; Horácio Sá Viana Rebelo fora em anos atrás governador-geral de Angola; Kaulza de Arriaga fora durante longo tempo subsecretário e depois secretário de Estado da Aeronáutica militar; e José Manuel Bettencourt Conceição Rodrigues fora com eficácia chefe do Estado-Maior também em Angola e seria ulteriormente, com o maior brilho, comandante-chefe na Zona Leste de Angola.

enlouquecido porque a Defesa e o Exército não se entendem sobre as necessidades financeiras militares e apresentam estimativas que diferem substancialmente e até se opõem em muitos aspectos. Mas quanto àqueles nomes de oficiais, sugeridos para substituir Araújo e Cunha, qual a opinião de Oliveira Salazar? Andrade e Silva parece-lhe ambicioso e acaso ressentido; Sá Viana Rebelo deixara inimizades em Angola, e poderia a sua nomeação causar na província reacções inconvenientes; Kaulza de Arriaga não exercera ainda um comando de grande unidade, além de ter objectivos políticos cujo limite lhe era desconhecido; e Bettencourt Rodrigues, se bem que havido pelos seus pares como oficial de alto valor militar, era nome ainda pouco familiar. Sente-se incerto o chefe do governo. Em qualquer caso, uma remodelação ministerial afigura-se-lhe inevitável; também assim pensam os meios políticos; mas o chefe do governo, com a sua repugnância usual, não se propõe fazê-la antes de 1968. Permanece no entanto o caso de Antunes Varela, que insiste em sair do governo. E através de tudo está activa a oposição. São as de sempre as acusações ao governo: a falta de liberdade, a opressão, os erros na condução da política de África. E em Coimbra os elementos oposicionistas de esquerda apoderam-se do *Centro Académico de Democracia Cristã*, de que Salazar e Cerejeira haviam sido, mais de meio século atrás, impulsionadores e guias.

Para Oliveira Salazar, como sempre, nos últimos anos, tudo continua subordinado aos problemas de África. Do Congo, voltam a ser de preocupação as notícias: o país não encontra paz e regride no caos. Há de novo um surto de ódio aos brancos; e alguns mercenários estrangeiros, que procuram defendê-los, não recebem de além-fronteiras apoio que baste(1). Em repetidas notas entregues ao Conselho de Segurança, e em semanas sucessivas, o governo congolês acusa Portugal, e agora também a Bélgica e a Espanha, de interferir no Congo e ajudar os mercenários. Formula alegações concretas: oficiais mercenários estariam em Angola, no território português existiriam concentrações de mercenários e bases

(1) Em 11.VII.67, o Conselho de Segurança aprovara já uma resolução —S/RES/239—que condenava toda a interferência estrangeira. Não havia alusão a qualquer país.

logísticas, os mercenários haveriam lançado ultimatos a Mobutu, ainda outras. Tudo é refutado por Lisboa de forma terminante, e áspera (1). Estão preocupados os Estados Unidos; mas de momento, morre o assunto. Depois, também se queixa a República do Senegal, invocando violações cometidas por Portugal contra a fronteira ou o espaço aéreo; mas em Nova Iorque não se tomam por sérios estes actos demagógicos dos países africanos. Mais importantes para o governo de Lisboa se afiguram os novos rumores oriundos de Londres e de Salisbúria; a Inglaterra iria aumentar os seus meios aero-navais no canal de Moçambique, o bloqueio seria ampliado a Lourenço Marques. A este tempo, em Lisboa há conhecimento de que o secretário-geral da ONU se propõe justamente deslocar-se ao Congo para uma reunião da Organização da Unidade Africana. Logo é aproveitada a notícia para martelar U Thant com mais um convite: «*dada a contiguidade da Província de Angola e a rapidez e facilidade de trajecto entre esta e o Congo, pensa o Governo Português que, imediatamente antes ou depois da mesma reunião, poderia V. Ex.ª aproveitar o ensejo para se deslocar a Angola (e a Moçambique se assim o desejasse) e aí investigar se, como repetidamente tem sido alegado no Conselho de Segurança e noutros órgãos da ONU, Portugal constitui ameaça à paz e à segurança internacionais e para a boa vizinhança com os territórios limítrofes. Afigura-se ao Governo Português que o valor e a importância que uma visita do Secretário-Geral tem para esclarecimento da ONU*

(1) Vale a pena transcrever alguns períodos finais da refutação portuguesa: «*Neste particular, o Governo Português recorda que em 3 de Outubro de 1966 propôs formalmente ao Conselho de Segurança a realização de um inquérito ou investigação sobre bases de mercenários em Angola, sob condição da República Democrática do Congo autorizar uma prévia investigação e inquérito às bases militares existentes no seu território contra Angola. O Governo Congolês admite oficialmente a existência, no seu território, de bases militares contra Angola, como se de facto acaso fosse legítimo e o Governo Congolês estivesse exercendo um direito*». «*Em face desse seu procedimento, o Governo Congolês reconhecerá não ter qualquer autoridade moral para acusar terceiros países. Finalmente, o Governo Português não pode eximir-se a comentar que o Governo Congolês está sendo vítima do clima de violência que suscitou e tem autorizado contra terceiros e que agora atinge o próprio Congo, que sendo o maior e mais rico país de África está transformado no mais infeliz e caótico país de todo o continente*». Da nota tornada pública em 23 de Agosto de 1967.

poderiam talvez compensar os breves dias despendidos em território português. No caso de V. Ex.ª resolver aceitar este convite, o Governo Português tomará as medidas adequadas à sua deslocação e da sua comitiva a todos os locais que V. Ex.ª, a seu exclusivo critério, queira observar» (1). Pouco após, em 9 de Setembro, mais uma vez se escusa o secretário-geral: não pode, não dispõe de tempo, talvez mais tarde, e no contexto das resoluções pertinentes aprovadas pelas Nações Unidas. Comenta o ministério dos Estrangeiros em Lisboa: o secretário-geral não se atreve a romper o círculo vicioso em que a ONU o encerra: acusar sem investigar, não investigar para poder continuar a acusar. Ao governo de Lisboa chegam informações, fornecidas por elementos de confiança do secretariado da ONU, que não deixam dúvidas sobre o embaraço que sente U Thant, que se vê prisioneiro do bloco afro-asiático. Entretanto, no Forte do Estoril, Salazar recebe um enviado secreto do primeiro ministro israelita Levi Eskol: o emissário vem dizer que Israel se propõe rever a posição hostil que tem tomado para com Portugal: e espera que, em pouco surja uma oportunidade para o fazer sem excessiva irritação de árabes e africanos. Com tranquilidade, Salazar toma a notícia que vem de Macau: sem aviso, a China encerra a fronteira da Porta do Cerco. Mas no almoço que o presidente Thomaz oferece em Belém ao grão-mestre da Ordem de Malta, em visita oficial, o chefe do governo a todos impressiona pela tristeza, pela melancolia de que parece possuído: não revela aquela despreocupação de quem está acima e além dos acontecimentos. E dias mais tarde, em 22 de Setembro de 1967, Portugal responde à queixa do Senegal feita há semanas: os ataques vêm de território senegalês e causaram mortos e feridos; a população civil reagiu; as forças armadas portuguesas não ultrapassaram a linha de fronteira; e de tudo é responsável o governo de Dacar. Naquele mesmo dia 22 de Setembro, e tendo aceite o convite que lhe foi feito por intermédio de Luís Supico Pinto, é nomeado ministro da Justiça o professor da Faculdade de Direito de Coimbra Almeida Costa (2), homem novo, destacado na sua geração pela

(1) Da carta de 7 de Setembro de 1967 endereçada ao secretário-geral da ONU.

(2) Mário Júlio de Almeida Costa de seu nome completo.

inteligência e pela cultura. Cessa assim as suas funções Antunes Varela: ao despedir-se, profere um discurso em que há crítica e muitos vêem um programa de governo futuro: e Salazar não oculta dos seus colaboradores o seu desagrado.

A este tempo, decorre a XXII Assembleia Geral das Nações Unidas. Decerto se repisam ataques a Portugal, apenas enervantes pela monotonia; e nem os delegados portugueses cuidam de lhes replicar, salvo em caso excepcional. Por seu turno, a iniciativa não escapa de mãos portuguesas. Mais uma vez se dirige o governo de Lisboa ao Conselho de Segurança: por virtude das medidas decretadas contra a Rodésia, sofre Moçambique prejuízos de grande vulto; Portugal já apresentou um pedido de indemnização (1); agora, sempre nos termos explícitos da Carta, submete outro pedido, no valor de cerca de cinco milhões e trezentas mil libras, pelo período que findou em Agosto; e insiste com o Conselho de Segurança, e verruma-o, para que *«resolva este importante problema»*. Tão nítida é a razão de Portugal que se sente confundido aquele órgão da ONU: por receio do bloco afro-asiático, todavia, não ousa responder. Mas é no plano bilateral luso-britânico que tem outra incidência a questão da Rodésia. Falando à rádio do seu país, o primeiro-ministro Wilson declara que se mantém o bloqueio do porto da Beira mas que seguem para a Rodésia consideráveis quantidades de petróleo através de Lourenço Marques, e *«eu gostaria que alguns dos outros países interessados tomassem algumas medidas quanto àquele facto»*. Perante esta alusão concreta, e por nota de 26 de Setembro de 1967, Lisboa reafirma a sua política e toma atitude de claro desafio. Diz: *«Lourenço Marques não constitui a única via, nem talvez a mais importante, por onde segue petróleo para a Rodésia»; «os fornecimentos são feitos por companhias estrangeiras, possuindo o governo português todos os elementos sobre este ponto»; «não será impertinente e constituirá mesmo uma obrigação referir e documentar tais elementos perante as instâncias internacionais»;* e assim Portugal, ainda que país interessado, nada poderá fazer. Mas o governo de Lisboa não desperdiça uma outra abertura para lançar sal na chaga. Na véspera, em Nova Iorque, o

(1) Recorde-se: de cerca de dez milhões de libras, até fins de 1966.

secretário de Estado inglês dos Negócios Estrangeiros, George Brown, declarara perante a Assembleia Geral de ONU que para resolver o problema rodesiano *«não podemos encarar nem encararemos uma guerra económica com a República da África do Sul»*. Nos círculos da ONU e nos dos governos, e para além de uns e outros, Portugal aponta as conclusões: é fácil ao primeiro-ministro Wilson desviar as atenções e concentrar as culpas sobre Lourenço Marques e sobre Portugal; mas perante os interesses britânicos na África do Sul e o seu poderio militar e económico, então recua o gabinete de Londres, como o reconhece a candura do seu ministro dos Estrangeiros. Entretanto, nos primeiros dias de Outubro, visita oficialmente o Brasil o ministro português dos Estrangeiros; e encontra no Rio de Janeiro e em Brasília algum recuo no apoio a Portugal. Órgãos da imprensa brasileira interessam-se muito pela oposição em Portugal, e assediam com perguntas o ministro; e este declara-lhes que a oposição portuguesa não tem adesão popular, nem apresenta um plano de política nacional mais atraente que o do governo. Mas prendem mais as atenções os grandes problemas portugueses. Sempre tornam os brasileiros à questão de África. E é agora um prestigioso jornal do Rio, o *Correio da Manhã*, que levanta a atoarda mais própria para excitar contra os portugueses o ânimo dos brasileiros: referindo-se aos acordos de 1966, o jornal escreve em artigo de fundo que entre os compromissos está o de o Brasil enviar tropas para Angola, a solicitação de Lisboa. Em declaração pública, logo o ministério dos Estrangeiros em Lisboa repudia *«indignadamente»* a afirmação de o *Correio da Manhã:* nada existe, nos acordos de 1966, que possa ser interpretado naquele sentido; os entendimentos têm natureza cultural, económica e comercial, e outra nenhuma; foram publicados todos os textos, e não há acordos secretos; e por último o *«governo português não necessita e não deseja, e por isso nunca o solicitou nem mesmo ao Brasil, que forças estrangeiras cooperem com as forças portuguesas em Angola»*. Volta ao ataque o jornal; e por entre insultos reafirma que há acordos secretos. Ergue-se então uma nuvem de celeuma no Brasil. Sem aceitar quanto diz o *Correio da Manhã*, o *Jornal do Brasil*, órgão de consequência que reflecte largamente o pensar do Itamaraty, escreve no entanto que Portugal tem de suportar sozinho a *«cruz do colonialismo»;* mas *O Globo*, de grande expansão e peso,

mostra-se irado, defende o governo de Lisboa, e nega os acordos secretos. Nos círculos do governo de Brasília, está exasperado o ministro do Exército, que sabe não existirem quaisquer entendimentos como sugeridos pelo *Correio da Manhã;* Gama e Silva, ministro da Justiça, sente-se irritado, bate-se por Portugal, e levanta o problema com o seu presidente; no Itamaraty lavra a intriga de uns contra Portugal, de outros em favor de Portugal, e de uns e outros entre si; mas ao cabo de tudo o Itamaraty confirma em público o desmentido português. Salazar pergunta em Lisboa: valerá a pena tentar uma política com o Brasil? (1) Esfriam por um momento as relações luso-brasileiras; mas em pouco se recompõem. E de novo tudo se reconduz a África. Causa algum peso a notícia, vinda do Malawi, de que de novo se prepara um atentado contra o presidente Banda; mas o ministro da Informação daquele país, que visita Lisboa e é recebido por Salazar, mostra-se confiado. Torna o primeiro-ministro Wilson a ferir uma velha nota: Lourenço Marques é um porto a bloquear, para suspender o fluxo de petróleo com destino à Rodésia: e a política portuguesa é a grande responsável da falência das sanções contra Salisbúria. Compreende o governo português que são para uso interno as declarações de Wilson, confrontado como está por mil dificuldades; e não agrava o problema. Tranquilamente, na sua rotina, reúne-se em Lisboa o Conselho de Estado, e é decidida a convocação extraordinária da Assembleia Nacional; e esta logo toma o debate do *III Plano de Fomento.* Nos termos da lei, no penúltimo domingo de Outubro, a 22, realizam-se as eleições para as Juntas de Freguesia; e o chefe do governo, como habitualmente, entrega o seu voto na Lapa. Depois, recebe o jornalista americano James Kilpatrick, do *Evening Star,* de Washington, e conversa informalmente. Mas faz algumas afirmações de substância: a ONU tem de reformar-se ou é preferível não existir; os direitos das pequenas potências não têm na ONU defesa possível, salvo se integrados nos interesses das grandes; há que recordar Goa; países como Portugal não podem entregar-se a experiências duvidosas; os ricos podem fazê-lo porque, em caso de malogro, têm os meios de

(1) A acusação do *Correio da Manhã* não tinha o mais longinquo fundamento: nenhuns entendimentos, verbais ou escritos, secretos ou não, existiam no sentido inventado por aquele jornal.

recomeçar noutra direcção; as últimas resoluções aprovadas pela ONU contra Portugal deixam o país indiferente; e a Rússia pretende a desintegração de tudo o que no mundo ostentar a marca do Ocidente.

Nos últimos dias de Outubro de 1967, pela imprensa do mundo, e nos corredores da ONU, circulam notícias sobre novas convulsões sangrentas no Congo, e ao abrir do mês de Novembro aparecem envolvidos o governo de Lisboa e Angola. Numas versões, tropas portuguesas, ou tropas estrangeiras estacionadas em Angola, haveriam invadido a República do Congo, apoiadas por artilharia e aviões; e em outros relatos, grupos de mercenários, dispondo de bases no interior daquela província portuguesa, teriam atravessado a fronteira e penetrado em território congolês. Sem perda de tempo, Lisboa refuta as alegações: a República do Congo «*não foi invadida, ou ameaçada, ou atacada por quaisquer tropas ou outras forças portuguesas, nem por tropas ou outras forças estrangeiras que se encontrassem em Angola*»; e também não existem em território português quaisquer bases ao serviço de mercenários, nem grupos armados ou desarmados atravessaram a fronteira em direcção ao Congo; e apenas por uma questão de escrúpulos vão as autoridades investigar se na linha da extensa fronteira se teriam verificado infiltrações além das que o Congo consente contra Angola. Para mais, segundo o Congo, esses mercenários seriam em número de cem; e isso não parece justificar o alarme do governo congolês e a perturbação mundial. É do conhecimento de todos, aliás, que pelo Congo lavra o desassossego; mas não é correcto, para o explicar, atribuir responsabilidades a Portugal. E neste contexto o governo de Lisboa quer recordar os numerosos convites que já dirigiu ao secretário-geral da ONU para visitar Angola, e ao governo congolês para investigar, a título de reciprocidade, as bases de mercenários cuja existência em Angola é alegada. Mas as acusações prosseguem, o Congo mais uma vez se queixa ao Conselho de Segurança; este marca uma reunião; e o governo português pede para participar. Entretanto, dias mais tarde, Angola aparece ainda mais envolvida no problema: pela fronteira do Catanga entram em território português cerca de quinhentos indivíduos, divididos em dois grupos; muitos são de nacionalidade belga, italiana, grega; é congolesa a maioria; os que assim deseja-

ram, seguem para os seus destinos; e são desarmados os portadores de armas. Todos estes elementos são publicados pelo governo de Lisboa. Mas nem por isso deixa de se efectuar a reunião do Conselho de Segurança. Alegações não comprovadas são produzidas pelos delegados congoleses; tudo é negado e repudiado pelo representante português(1); e no debate são seguidas as linhas habituais de crítica à política ultramarina portuguesa. Para conversas nos meios oficiais norte-americanos e na ONU, e para conferências de imprensa, encontra-se nos Estados Unidos o ministro português dos Estrangeiros; tem entrevistas com os seus colegas de outros países, em particular o ministro dos Estrangeiros de Espanha e o secretário de Estado americano Rusk, de quem recebe acentuada compreensão; tem significado o encontro demorado com Wachuku, ministro dos estrangeiros da Nigéria, que se mostra preocupado com a rebelião do Biafra, uma das províncias que compõem a Federação Nigeriana, e pede a neutralidade portuguesa, que lhe é garantida; visita o secretário-geral da ONU, a quem reitera todos os convites feitos; participa em largos debates públicos, no *Overseas Press Club,* no *National Press Club,* no *Council on Foreign Affairs;* mas o ministro português, para reduzir a importância do episódio, não comparece no Conselho de Segurança durante o debate da queixa congolesa. Em 15 de Novembro de 1967, o Conselho adopta por *consenso* uma resolução: dá como provado o uso de Angola por mercenários, reprova as interferências nos negócios internos do Congo, e expressamente condena Portugal por não haver prevenido o trânsito dos mercenários de Angola para o Congo. Está vazia a sala do Conselho: é nenhum o interesse da imprensa e do público. Insurge-se o Brasil contra a condenação; e o seu chanceler, Magalhães Pinto, declara que o seu governo jamais votará sanções contra Portugal. Lisboa rejeita a resolução: e sublinha que, não prevendo a Carta uma resolução aprovada por *consenso,* qualquer texto que o seja nesses termos é insubsistente em direito: e assim o governo português considera que os membros do Conselho se reuniram, discutiram e se separaram sem deliberar.

---

(1) Nesta reunião do C. S., Portugal foi representado por Francisco da Piedade Miranda, director dos Serviços de Informação e Imprensa do MNE, e membro da delegação à Assembleia Geral da ONU.

12

Por causa do Congo agitam-se os norte-americanos, e em Lisboa e junto da embaixada de Portugal em Washington praticam diligências prementes: querem que Portugal não interfira nos negócios internos daquele país: e exprimem a sua *«grande preocupação»*. Lisboa repete quanto já dissera em nota oficiosa e perante o Conselho de Segurança. Mas acrescenta algumas considerações: o Congo é um país independente—ou não é?—e deverá falar por si; não consta que o governo dos Estados Unidos tivesse sido incumbido de proteger no estrangeiro os interesses congoleses, ou pelo menos esse encargo não lhe fora confiado junto do governo de Lisboa; parece assim que à diligência americana escasseia legitimidade; e em qualquer caso seria de saber se o governo de Washington exprimiu na capital congolesa a sua *«grande preocupação»* pelas bases onde se treinam os terroristas contra Angola e pelas infiltrações destes na fronteira norte da província. Compreende Washington como é precária a sua posição; e não insiste. E tudo se esbate no caos que é a política de África, e no seu constante fluir e refluir. Em Nova Iorque, no seu eterno clamor, a Assembleia Geral da ONU aprova, em 21 de Novembro de 1967, mais uma extensa resolução contra Portugal: reitera quanto resolveu desde 1960: e agora mais uma vez se confessa *«profundamente perturbada»* e *«gravemente preocupada»* pela política portuguesa que *«condena vigorosamente»*. Não se impressiona o governo de Lisboa, nem a opinião pública tão-pouco. Para mais, votam contra a resolução, e portanto em favor de Portugal, os países que contam para este: Estados Unidos, Inglaterra, África do Sul, Espanha, outros ainda. Mais numerosos foram os que se abstiveram, definindo assim uma atitude de reprovação do bloco afro-asiático: Brasil, França, Itália, Noruega, Suécia, Canadá, Dinamarca, e mais uma larga dezena. Nos corredores da ONU, considerou-se como vitória portuguesa este resultado. No entanto, mais construtivo, e relevante, é outro aspecto: a República da Zâmbia, mais uma vez, indica o seu desejo

de uma aproximação renovada e agora mais profunda com o governo português.

Por intermédio dos administradores ingleses da *Companhia do Caminho-de-Ferro de Benguela,* em particular Lord Colyton, é recebida uma mensagem do presidente Kenneth Kaunda: estaria pronto a acolher uma delegação portuguesa, de personalidades privadas mas de confiança do governo português, que se deslocasse a Lusaka a título informal e oficioso. Por outro lado, apresenta-se em Lisboa um súbdito britânico, Arthur Levin, que se diz agente secretíssimo de Kaunda; exibe credenciais e mostra conhecimentos que o acreditam nessa qualidade; e confirma a mensagem. É aceita a sugestão do chefe de Estado zambiano, e o administrador delegado da Companhia, Manuel Fernandes, da absoluta confiança do governo(1), parte para Lusaka. Aparentemente, desloca-se para tratar de questões de transportes e comunicações: o Caminho-de-Ferro de Benguela é via essencial de ligação da Zâmbia com o Atlântico. Manuel Fernandes transmite ao presidente Kaunda os propósitos portugueses para com a Zâmbia, e é portador de um memorandum, em que o governo de Lisboa define a sua política na África Austral. Que afirma o documento? No plano externo, o governo português guia-se por três princípios: cooperação internacional, respeito pela integridade territorial, soberania de todos os Estados. Apenas se podem resolver problemas comuns, ou cuja magnitude requeira conjunção de esforços, se se adoptar o primeiro princípio; no segundo, firmam-se relações de boa vizinhança e de intercâmbio pacífico; e o terceiro permite que a colaboração seja independente dos sistemas políticos ou económicos de cada um e que estes coexistam. Diversidade ou antagonismo não devem obstar à cooperação, que não deve ser tomada como endosso de políticas alheias. E é esta a conduta que o governo português procura seguir para com todos os seus vizinhos, e portanto também para com a República da Zâmbia. E além do respeito pelos princípios, o

(1) Trata-se da mesma individualidade que fora procurador à Câmara Corporativa e juiz português no Tribunal Internacional da Haia aquando da questão posta por Portugal contra a Índia depois que esta invadiu e ocupou os enclaves de Dadrá e Nagar Aveli.

governo português «*nada mais deseja ou espera*» daquela. Mas na situação recíproca da Zâmbia e de Portugal, há que destacar um aspecto particular: a Zâmbia é um país interior: por território português passam as vias mais rápidas, seguras e económicas para ligação da Zâmbia com o mar: e isso tanto a leste como a oeste. Muitos outros países, na África Austral e no mundo, se encontram numa situação análoga. Não se está assim perante uma situação nova ou anormal. Aplicam-se-lhe as regras internacionais há muito definidas: o Estado interior tem o dever de respeitar o Estado ribeirinho e de ter com este boa vizinhança; o Estado ribeirinho tem iguais obrigações e ainda a de manter sempre aberto e sem discriminação o acesso dos Estados interiores ao mar. Acentua então o memorial português: «*Foi no sentido acima que, desde há anos e por mais de uma vez, o governo da República da Zâmbia se dirigiu ao governo português solicitando deste último toda a cooperação não só para manter em funcionamento as linhas de comunicação da Zâmbia com o mar como para que a esta fossem concedidas facilidades especiais que auxiliassem a resolver situações de emergência. As reuniões tripartidas de Lourenço Marques e da Beira e os pedidos feitos quanto ao Caminho-de-Ferro do Lobito são exemplos frisantes do que precede*». Mais ainda: «*Julga o governo português ser justo e exacto afirmar que sempre correspondeu às solicitações do governo de Lusaka com a maior presteza, isenção e boa vontade; e afigura-se-lhe lícito acrescentar que só a colaboração do governo português tem permitido a solução real e eficaz de problemas que não poderiam ser resolvidos por pontes aéreas, transportes a longa distância ou por outras alternativas apressadamente e espectacularmente sugeridas para fins demagógicos*» (1). Pois apesar de quanto fica dito, «*não está o governo português seguro de que a sua atitude cordial e correcta tenha sido compreendida e correspondida pelo governo da República da Zâmbia*». Quanto a este último aspecto, o governo de Lisboa «*sente ter de relembrar*»

---

(1) Alusão irónica às medidas que, por causa do bloqueio à Rodésia, o governo britânico tomou ou se propunha tomar: abastecer *toda* a Zâmbia em combustível transportando-o em aviões, ou organizar comboios de camiões para Dar-es-Salam, etc., etc.

a situação consentida pela Zâmbia na fronteira de Angola: ataques a populações civis e propriedade privada; grupos de terroristas têm as suas sedes e campos militares na Zâmbia; ataques e sabotagem da linha do Lobito «*com as desastrosas consequências que o governo da Zâmbia experimentou*». Nada autoriza que se empreguem estes métodos; e ao governo português «*têm-lhe escapado os benefícios resultantes para o governo e o povo zambianos*». Nestes termos, e pelo que toca a este ponto, «*o governo português faltaria à lealdade e à correcção, que em todas as circunstâncias se impõem, se não dissesse muito amistosamente mas muio claramente ao governo da Zâmbia que uma tal situação não pode ser consentida indefinidamente, e que não pode aceitar que o equilíbrio indispensável, atrás salientado, seja alterado e abandonado em desfavor de Portugal*». Decerto: o governo da Zâmbia, no choque de ambições e interesses alheios, enfrenta dificuldades políticas e outras, que se não desejam agravar; e também não se ignoram as preocupações causadas pela situação da Rodésia, de que o governo português aliás partilha. Quanto a este último ponto, e se Lusaka acaso receia atitudes agressivas ou hostis, e na «*medida em que está informado dos sentimentos das autoridades rodesianas e tem a confiança destas, o governo português está convicto de que o governo de Salisbury não tem quaisquer intenções agressivas ou hostis para com a Zâmbia, desejando pelo contrário estabelecer a mais leal e estreita cooperação. O governo português não tem dúvidas em dizer ao governo da Zâmbia que há pouco formulou em Salisbury uma pergunta concreta sobre o assunto e que recebeu a mais categórica resposta no sentido acima*». No que importa à Rodésia, Lisboa reitera a sua política de neutralidade, e acrescenta: «*deseja lealmente declarar que não aprova nem cumpre a política definida pelas Nações Unidas na matéria; mas deseja também afirmar categoricamente que em nada tem contribuído para a derrota da mesma política*»; e a explicação desta terá de ser encontrada por outra forma. De tudo, o governo português tira as suas conclusões: para bem dos povos, a cooperação entre todos na África Austral parece indispensável; consegui-lo é dever dos governos responsáveis; «*não é seu dever prestar-se ao jogo de interesses e forças alheias à África*». E assim «*afigura-se chegado o momento de se rever uma política que não tem decerto sido um êxito*», e «*a República da*

Zâmbia poderia desempenhar um papel decisivo neste contexto» (1). Deste modo, o governo português notifica o presidente zambiano de que a sua política hostil a Portugal, ou a sua anuência a que da Zâmbia se conduza uma política hostil a Portugal, tem de cessar; no caso negativo, toda a cooperação portuguesa será impossível, e a Zâmbia ver-se-á asfixiada como país interior; no caso afirmativo, as mais amplas perspectivas se podem abrir a todos. Portugal reafirma-se assim como condutor de uma *grande política* no Sul de África: como intermediário entre uma África negra e uma África branca; como impulsionador de progresso e desenvolvimento; e como garante político, e quase que militar, da integridade territorial dos países da zona. Manuel Fernandes é bem acolhido. Kaunda não oculta quanto o impressionam as atitudes de Lisboa. E quando em fins de Novembro de 1967, Fernandes regressa a Lisboa, é portador de uma carta pessoal do presidente zambiano para Salazar: compreendeu a situação em que se encontra, está pronto com a discrição necessária a um gradual estreitamento de relações com Portugal como potência africana.

E nestes últimos dias daquele mês de Novembro cumpre o cardeal Cerejeira trinta e oito anos de patriarca. Faz declarações, diz: a Igreja não está enfeudada ao Estado, mas alguns querem descomprometer a Igreja com o que está para a comprometerem com o que pretendem que venha a estar. E desabam, sobre Lisboa e arredores, chuvas torrenciais: são dramáticas as inundações, os prejuízos, o número de vítimas. Em pouco se apuram cerca de quinhentos mortos. Há no mundo tréguas na fuzilaria de alguns contra

---

(1) Por muito longo, é impossível transcrever na íntegra o memorandum português. Será todavia de interesse a citação de mais uma passagem: «*For outro lado, é geralmente reconhecido que a África Austral constitui uma área específica, com os seus problemas próprios, em nada ligados aos do resto do Continente. O governo português, interessado na estabilidade e progresso daquela área, está pronto a dar uma contribuição positiva, mas apenas se a mesma for desejada. No comércio, na economia, nas comunicações, nos transportes, na saúde, na assistência técnica, e em muitos outros campos não políticos se pode assentar uma cooperação frutuosa para benefício das populações*». Este memorandum foi elaborado no MNE e aprovado por Salazar em 20.X.67; mas apenas entregue mais tarde.

Portugal: e muitos não se acanham perante a tragédia de exprimir a sua solidariedade simplesmente humana: o papa antes de outros.

13

Verdadeiramente, desde 13 de Abril de 1966, quando em S. Bento respondeu às saudações dos portugueses de Angola, não voltou Salazar a pronunciar-se em público sobre a África, pelo menos em declaração extensa e de conjunto. No pensamento dos homens responsáveis do mundo, e na opinião pública de grandes países, muito tem mudado quanto a negócios de África; e os resultados da política seguida na última década são tão clamorosos que se impõe traçar-lhes o quadro. Para o fazer, Oliveira Salazar encontra uma oportunidade: a homenagem dos municípios de Moçambique. Reúnem-se em Lisboa os seus representantes, com efeito, e recebe-os o chefe do governo, na sala da biblioteca de S. Bento, em 30 de Novembro de 1967: dizem os de Moçambique que cada um dos concelhos da província o designou como seu cidadão honorário e, por entre os tributos que lhe rendem e como os de Angola, pedem que visite aquele território do Índico. Que lhes responde Oliveira Salazar? Está grato a todos pelas homenagens e votos dos «*homens bons*» dos concelhos de Moçambique, e até pelo pedido de «*uma visita que só Deus sabe se poderá ainda realizar-se*»: as provações dos tempos, a arrastarem-se muito, «*arrastarão também consigo outras possibilidades*». Mas na ligação à gente de Moçambique e na dedicação à pátria comum, Salazar sente-se igualado a quantos vieram de tão longe. «*Tudo agradeço, tudo aceito*», diz o chefe do governo, salvo o que seja homenagem «*que não mereço, por me sentir apenas, no trabalho, na determinação, na inquebrantável resistência, intérprete dos sentimentos e direitos inalienáveis da Nação*». Mas que significa a presença em Lisboa dos *homens bons* de Moçambique? Talvez um protesto, talvez a rectificação de muitos maus passos que outros deram. «*Posso por isso aproveitá-la para dizer algumas palavras sobre a política de África e os seus erros*». Cada um há-de assumir perante a história as

suas responsabilidades, e estas recaem em cheio sobre o Ocidente. «*Há-de ver-se se somos culpados, como nos acusam, ou vítimas que os verdadeiros responsáveis parecem mesmo não lastimar*». Um primeiro erro foi este: haver-se por idêntico todo o continente a que por isso as mesmas formas políticas, económicas e sociais deviam aplicar-se. Mas há uma «*tríplice África*»: a África afro-árabe; a África tipicamente africana; e a euro-africana ao Sul. É fundamental para a segurança da Europa a atitude dos países do Norte de África; se a evolução destes se processar num sentido hostil à Europa, como tem acontecido até ao presente quase sem excepção, essa evolução descuidadamente abandonada diminuirá a força de resistência europeia em toda a fronteira mediterrânea, e de forma perigosa. Roma teve de destruir a antiga Cartago; a geografia não se alterou no decurso dos tempos; e «*é de posições geográficas que se parte para a conquista ou é nelas que simplesmente se assegura a defesa*». Em tempos bem recentes, na verdade, o Mediterrâneo perdeu o carácter de mar pacífico e puramente europeu, e potências que não lhe são afins começam ali a instalar-se em força: será uma nova fonte de preocupações e perigos. E quanto à *África africana?* Na precipitação das independências, encontram-se ali a instabilidade política, causa entre outras das guerras que por séculos ameaçam ensanguentar a África; a falta ou a insuficiência da administração; a explosão de racismo antibranco, que levou a uma «*africanização*» de quadros inexistentes; a imposição de neo-colonialismo pelo fornecimento de técnicos desligados dos territórios, de empréstimos, de subsídios, com um espírito mercenário; o desperdício de milhões, que ficam desaproveitados e pesam como juros e amortizações; e um esforço de educação que significou bolsas de estudo em outros países e formou *estrangeiros* sem construir as escolas onde pudesse fazer-se a fusão da cultura europeia com os elementos válidos da cultura indígena. «*Mas se os povos a que me tenho referido se sentem apesar de tudo felizes, por ter-se-lhes dito que eram independentes, julgo não ser bem da nossa parte tentar desiludi-los*». Factos, vida, realidade, indesmentíveis e cruéis, restabelecerão o exacto juízo das coisas. E a África *euro-africana?* É este o seu quadro actual: «*Ao sul do Zaire e do Rovuma, que limitam ao norte Angola e Moçambique, encontra-se um conjunto de territórios nos quais deveremos incluir o Malawi e que, embora sob*

condições políticas muito diversas, apresentam traços comuns do maior interesse. Podemos afirmar estar-se ali na parte de África mais rica e mais desenvolvida, com interdependências insubstituíveis, com a fixação por vezes multissecular de numerosa população branca, na maior parte dos casos responsável pela direcção da economia e pelo progresso das populações, e além disso toda voltada para o Ocidente na cultura dominante e nas opções ideológicas. Estão aí incrustadas a Rodésia, à espera de um acordo com a Inglaterra que lhe reconheça a independência, e a Zâmbia cujos interesses bem entendidos estão ligados a este conjunto. Seja porém como for, aquela África Austral é para o momento a única garantia sólida e a única aliada da política do Ocidente em África. Que Angola e Moçambique façam parte da Nação Portuguesa e, integrados nela, gozem por isso há mais tempo do que os demais do estatuto da independência, isso não impede antes contribui para uma ligação mais estreita com a Europa do que a que mantêm alguns daqueles territórios, se continuassem ou viessem a participar na Comunidade Britânica». Mais: «*o estreitamento de relações entre todos eles é essencial à vida de cada um e ao progresso geral; e há ainda a felicidade de todos se encontrarem libertos da calamidade de racismos de qualquer espécie*». Perante este quadro, seria um crime contra a civilização e o progresso dos povos africanos estender à África Austral a política adoptada para as bandas do norte e ao sul do Sara: já existem em África anarquia, miséria e conflitos suficientes para que levianamente sejam também levados àquelas regiões. E no entanto é assim que se procede. Há semanas, na *Quarta Comissão* da ONU, de novo se deu o espectáculo que há anos se repete: votar contra a presença portuguesa em África, ainda que «*com largas manchas neutrais de abstencionistas e algumas limitadas de corajosa reprovação*». Mendigam-se pelo Ocidente os subsídios e as ajudas; e apesar disso pretende-se alargar em África o caos e a regressão. Por isso «*continuo a admirar a Rússia e os seus satélites, a lamentar os africanos e as suas paixões, a não compreender os europeus e os americanos que não puderam ainda ver claro os horizontes do mundo, talvez porque os turvaram os chamados* ventos da mudança». Mas aqui importa abrir um parêntesis. Toda esta subversão tem provocado migrações. Em territórios portugueses têm sido abrigados quantos fogem das guerras. E os centos de milhares

de portugueses que se encontram no Congo ou no Tanganica não estão ali por receio da autoridade portuguesa: são instrumento necessário de terrorismo, massa obrigatória de recrutamento, elemento valioso de propaganda internacional: e o seu regresso a Angola ou a Moçambique é impedido no Congo pelos chefes terroristas e no Tanganica pelas suas próprias forças armadas. Em qualquer caso, «*a nossa linha de rumo é-nos traçada pela História de séculos que moldou a Comunidade Portuguesa na sua feição euro-africana*» e pelo que foi aprendido no contacto com as mais variadas gentes do globo. Ri-se a Europa do «*paternalismo*» e do «*espírito missionário*» porque de facto não acredita já na sua própria civilização. «*E nós continuamos a acreditar. Daqui resulta termos direitos e deveres que nos impõem certo comportamento — e esse é o de tenaz resistência às forças desintegradoras que do estrangeiro se infiltram no Ultramar*». Não é invencível o terrorismo, como tão bem o provou a Inglaterra no Quénia e na Malásia. Seria diverso o problema se Portugal estivesse em face de uma sublevação das populações. Não podem os terroristas dizer que mandam em qualquer pedaço de território, nem encontram apoio nas populações ue, se perseguidas, procuram a protecção das forças militares ou as autoridades. Mas quanto tempo será necessário para fazer cesar o terrorismo? Há em África interesses e ideologias que sobrenadam no caos. Mas as ideologias são opostas ao Ocidente, e aos interesses, quaisquer que sejam, só a estabilidade os pode assegurar. «*Quando portanto virmos que o Ocidente começa a compreender estar sendo minado pelo comunismo em África, cessará a coligação absurda, diríamos sacrílega, que tem mantido até agora, e as atitudes perante os problemas africanos passarão a ser diferentes*». Em verdade, «*na própria África os países moderados crescem em número e em influência e haverá um momento em que os extremistas terão de os deixar viver na cooperação amigável que nós lhes propomos e defendemos*». Deste modo, «*esse momento exacto de compreensão e de desistência pode não estar longe; é porém imprevisível o sincronismo de tão variados factores*». E não pode assim Salazar terminar as suas palavras com uma nota de claro optimismo. «*Mas penso que deve ser-se optimista quando se está seguro de fazer durar indefinidamente a resistência. Essa possibilidade é que é a prova da força e o sinal seguro da vitória, através*

da qual não queremos senão continuar na Paz a Nação Portuguesa».

Entre os homens de Moçambique, e na opinião pública em geral, as palavras do chefe do governo são havidas como síntese, a um tempo lúcida e crítica, das teses portuguesas e das políticas seguidas pelo mundo quanto à África. Impressionou sobretudo a afirmação da possibilidade de resistir indefinidamente. Mas o objectivo profundo de Salazar escapou ao grande número: e aquele foi o de se dirigir ao mundo que interessava — países do Ocidente e chefes africanos da África Austral — traçando uma política de amplitude e largo horizonte. Oliveira Salazar diz agora em público o que por mais de uma vez comunicara ao presidente Banda do Malawi e o que acabava de ser exposto no memorandum dirigido ao presidente Kaunda da Zâmbia. Por canais privados ou oficiosos chegam a Lisboa as reacções daqueles homens: concordância sem reservas por parte de Banda; concordância por parte de Kaunda, embora as suas dificuldades políticas internas e com a *Organização da Unidade Africana* o obriguem a avançar mais lentamente no caminho proposto pelo chefe do governo português. Dois dias depois do seu discurso, Salazar recebe as autoridades tradicionais do enclave de Cabinda: na conversa privada, e em síntese, reitera-lhes a mesma doutrina e a mesma posição.

Neste tempo, morre em Nova Iorque o cardeal Spellman. Salazar sente a perda de um amigo que em favor de Portugal exercia grande influência nos Estados Unidos. Ao outro dia, a 3 de Dezembro de 1967, Salazar vai ver José Nosolini. Está doente o antigo companheiro de Coimbra, o fundibulário violento do *Imparcial,* o amigo de devoção cega há mais de cinquenta anos; é muito grave o mal, e nenhumas são as esperanças de sobrevivência; mas Salazar, na sua visita, faz abrir as janelas, diz ao enfermo que admire e goze o luminoso sol de inverno; e assegura-o de que «*apenas morre quem quer*». Mas a vida tem de continuar. Por convite do generalíssimo Franco, desloca-se secretamente a Espanha, para uma partida de caça, o almirante Thomaz. Acompanha-o, com objectivos políticos, o ministro português dos Estrangeiros; e do lado espanhol estão por igual alguns membros do governo. Estes, em todos os momentos, manifestam uma preocupação fundamental: a idade avançada de Franco. Dizem: «*é grave que Franco não tenha menos*

vinte anos, e o mesmo se passa com vocês quanto a Salazar». Em Lisboa, Salazar visita e inspecciona os novos escoltadores oceânicos *João Belo* e *Gago Coutinho,* duas unidades que a Armada incorpora, na fase de renovação que atravessa. Arde o teatro *Avenida,* onde actua a Companhia de Amélia Rey Colaço: mais uma vez, como já sucedera no *Nacional,* a artista vê-se privada do palco seu e dos seus colaboradores. E numa romagem que é a um tempo de mágoa, saudade e protesto, centenas de goeses, acompanhados de muitos outros portugueses, comparecem nos Jerónimos para uma vigília de silêncio que recorda o dia 18 de Dezembro de 1961 (1).

Neste momento, e depois do discurso de Salazar, que pensam os americanos da política portuguesa em África? Durante a reunião da NATO, em Bruxelas, diz o secretário de Estado Dean Rusk ao ministro português dos Estrangeiros: *«Não há dúvida, o tempo corre em vosso favor. Para nós, americanos, o problema é só este: conseguem vocês aguentar-se, durar? Se nos convencerem disso, ganham a batalha em África».*

14

Não cessam as convulsões através do continente africano, e agora para a Nigéria se volvem os olhos do mundo. Vasto, rico de matérias-primas, é país que concita o interesse político e económico das potências. Composto de várias tribos, é Estado federal. Desde tempo, a grande tribo dos Ibos sente temor cada vez mais fundo de que o governo central caia sob o domínio da tribo dos Hausas, seus grandes inimigos. E neste final de 1967, confirmando receios expressos em Nova Iorque pelo ministro dos Estrangeiros nigeriano ao seu colega português, os Ibos entram em rebelião aberta, e proclamam a independência da província que habitam, o Biafra. Como a propósito da secessão do Catanga, assim também a África e até

(1) Como o leitor se recordará, é a data da invasão e ocupação de Goa pela União Indiana.

o mundo se dividem: há o partido do governo nigeriano central, há o partido do Biafra. Esta é reconhecida por alguns países africanos, de que o Tanganica se afirma o mais decidido arauto. Perante este quadro, dir-se-ia que a tudo é alheio Portugal. E é. Simplesmente, surgem no aeroporto de S. Tomé aviões biafrenses em trânsito para outros territórios africanos, ou destes provenientes; e rapidamente aquela ilha se transforma na grande, na única ligação vital do Biafra com o exterior. Armamento ligeiro, munições, abastecimentos de mil origens, são assim levados para o Biafra. Estão regularmente documentados os aviões; os seus tripulantes, de muitas nacionalidades, têm passaporte em ordem; e para mais a situação de uns e outros é de simples trânsito em escala técnica. De novo se verifica, para Portugal, a mesma situação que se depara em Angola, quanto ao Congo e à Zâmbia, e em Moçambique, quanto à Rodésia e ao Malawi: as convenções internacionais e a liberdade de trânsito impõem ao governo de Lisboa a obrigação de permitir o uso do aeroporto de S. Tomé por aviões biafrenses, ou outros nas mesmas condições. E assim, como o fez aquando da independência da Rodésia, o governo de Lisboa afirma-se neutral e declara que autorizará o livre trânsito pelo aeroporto de S. Tomé — para aviões biafrenses ou nigerianos que o desejarem. Em Lisboa, surge mesmo um delegado do *governo* biafrense: não é oficialmente reconhecido: mas não deixa de ser atendido oficiosamente nos mesmos termos do representante rodesiano. Embora com mais moderação, esta atitude portuguesa não deixa de provocar críticas, mesmo ataques dos partidários do governo central nigeriano. Mas em pouco acalmam os ânimos e as grandes potências, como os países de África, compreendem ser preferível não atacar Portugal sobre este particular. Se o governo de Lisboa fosse compelido a fechar as ligações entre S. Tomé e o Biafra, então fechá-las-ia para todos os demais países e territórios interiores que no acesso ao mar se servem de meios portugueses; e essa decisão seria muito mais nefasta para a África do que para Portugal.

Mas no conjunto da política africana de Portugal, a questão do Biafra constitui pormenor. Continuam a ser de maior magnitude os assuntos de rotina: os da África Austral. No canal de Moçambique, por virtude do bloqueio da Beira, produz-se um incidente espectacular: fora das águas territoriais portuguesas, uma fragata

britânica manda parar o petroleiro francês *Artois:* e, como este não obedecesse, dispara quatro tiros de canhão. Continuando a navegar, diz o comandante do petroleiro: «*o General De Gaulle ficaria decerto muito satisfeito se soubesse que um navio francês fora afundado pela esquadra de Sua Majestade*». Respondem da fragata que estão cumprindo resoluções das Nações Unidas; e o *Artois* replica que lhes é superior a protecção da marinha de guerra francesa. Ao diálogo em claro e ao episódio assiste sem intervir, no limite preciso das águas territoriais moçambicanas, uma fragata portuguesa; e, sem mais, o *Artois* entra na Beira e descarrega logo o seu petróleo com destino à Rodésia. Mas em rigor o bloqueio da Beira é já monotonia. De maior cuidado se apresenta a agitação que continua a perturbar a fronteira norte de Angola, ou que em torno desta se faz pelo mundo. É ainda tudo motivado pela questão dos mercenários estrangeiros, que a República do Congo acusa de haverem invadido o seu território; e em alguns círculos internacionais de novo são atribuídas culpas a Portugal. Em Bruxelas, o representante português avista-se com Pierre Harmel, ministro dos Estrangeiros belga; e Harmel declara a sua compreensão pela atitude de Lisboa, e sobretudo, como Staercke antes dissera a Leitão, pela queixa de que a Bélgica não informa Portugal da sua política congolesa. Em qualquer caso, na ONU ou alhures, não são exibidas provas contra Portugal: as afirmações do governo de Lisboa, de que não consente o recrutamento de mercenários, são criticadas mas não destruídas. Em Nova Iorque, na sua rotina de há dez anos, a Assembleia Geral cumpre o seu rito: neste final de ano, a XXII Assembleia Geral da ONU aprova mais uma resolução, que é decalque de anteriores, condenando Portugal por não cumprir as exigências das Nações Unidas e não dar independência às suas províncias de África. E através de tudo prossegue a política de consolidação de um largo bloco na África Austral sob inspiração portuguesa.

Neste findar de 1967, mais uma vez ganha vulto a actividade dos oposicionistas. A pretexto da recente *mensagem de paz* dirigida ao mundo por Paulo VI, manifestam-se os progressistas. Difunde a *Acção Católica* um comunicado; defende-se a paz universal, a todo o custo, e sejam quais forem as consequências; e na mesma linha podem ser tomadas algumas cartas pastorais do patriarca Cerejeira, sem embargo das preocupações que, segundo confessa a

Salazar, lhe causa a infiltração na Igreja de um progressismo antinacional. Esta defesa da paz, distorcida a uma luz capciosa, é apresentada como tendo raiz na própria Cúria de Roma; e na mão das oposições logo se transforma em mais uma frente de ataque à política ultramarina do governo. Mas outros motivos levam as oposições a uma virulência renovada. É movida uma campanha contra alguns elementos do governo e do regime, alegando-se o seu envolvimento em escândalos femininos; alguns órgãos da imprensa estrangeira, em especial alemães, colaboram na ofensiva, quer imprimindo supostas notícias, quer publicando textos que se apresentam como reportagens de factos. E com data de 28 de Dezembro de 1967, e assinada por cerca de cinquenta nomes, a *Acção Democrato-Social* dirige ao presidente da República uma longa carta. Que diz? Tomam como pretexto a resposta que o ministro dos Estrangeiros havia dado, perante a imprensa brasileira, a perguntas respeitantes à oposição portuguesa; e criticam as palavras usadas, que têm por desprimorosas e atentatórias do protocolo (1). Mas a carta ao chefe do Estado retoma depois os pontos já clássicos. Por quarenta anos tem Portugal vivido sob «*regime ditatorial*»; e nos últimos nove anos, por erros e faltas do governo e não obstante as medidas repressivas, aumentaram as forças oposicionistas. «*Sofreu entretanto o País a guerra no Ultramar, a qual dura há sete anos sem que alguma vez fosse consultado sobre ela; perderam-se valiosas parcelas do território nacional, facto que se não verificava há séculos; agravou-se o caos político, em consequência do declínio da situação e do seu chefe; aumentou a carga tributária em virtude do acréscimo incomportável das despesas militares; acentuou-se o estiolamento económico; hipertrofiou-se a emigração; acelerou-se a fuga de capitais e tornou-se patente a paralisia da administração*» (2). A este

(1) Ver atrás, págs. 300. É neste ponto procedente a crítica feita. A resposta deveria ter-se cingido à afirmação de que as divergências entre governo e oposição apenas importavam a portugueses e apenas em Portugal deveriam ser tratadas. Ainda que sem intenção, foi um erro, de que só o autor deste trabalho foi responsável.

(2) São carregadas as cores, como é natural em críticas de qualquer oposição; mas há acusações que não correspondem a factos. Estão neste caso, por exemplo,

quadro sombrio acrescentam os oposicionistas as suas setas habituais: isolamento internacional, condenação pela ONU, crise de relações com amigos e aliados, e falta de apoio interno da juventude, das elites e das classes trabalhadoras. Através de tudo, o documento torna às relações luso-brasileiras e à Comunidade Luso-Brasileira, para acentuar terem sido os republicanos portugueses que, depois de 1910, deram *«contribuição inestimável»* à amizade entre os dois países—e invocam-se os nomes de João de Barros, Bernardino Machado, António José de Almeida, Duarte Leite, outros ainda—e para concluir que o *«colonialismo»* de Portugal impossibilita a construção dessa comunidade. Procura o documento basear-se, para esta afirmação, num editorial do *Jornal do Brasil,* conhecido por reflectir o pensamento do chanceler Magalhães Pinto, e em que se admite uma futura comunidade que seja *«um grupo de nações livres e orgulhosas das suas raízes lusitanas»*. E a carta dos oposicionistas alude ainda, e ressuscita, as já desmentidas acusações do *Correio da Manhã,* relativas ao uso de efectivos militares brasileiros na África Portuguesa; e o documento sugere a sua verosimilhança uma vez que por parte do governo de Lisboa se havia considerado o Atlântico Sul como um *«lago luso-brasileiro»* cuja defesa englobaria a das costas do Brasil e de Angola. Neste particular, e para impressionar quem o ler, o documento lembra e transcreve palavras violentas que, em 1965, Afonso Arinos (1) pronunciara perante o Congresso brasileiro. Disse então Arinos: *«o ditador português deseja que nos empenhemos numa aventura militar e naval em terras e mares africanos»*. Mas quem assina esta

---

a paralisia da administração, a fuga de capitais ou o estiolamento económico. E há críticas contraditórias: como a de se haverem perdido valiosas parcelas do território nacional. É Goa, decerto, que se visa. Mas não se compreende como *ao mesmo tempo* se lamenta a perda e se condena a política de defesa. A não ser, evidentemente, considerando que a melhor maneira de *conservar* Goa teria sido negociar com a União Indiana a *única* coisa que esta exigia e que era—a posse física de Goa. Neste particular, importa ter sempre em mente que a União Indiana apenas estava disposta a negociar o *calendário* da entrega, isto é, as *fases* e as *datas* de entrega. Mais nada.

(1) Como o leitor se recordará, Afonso Arinos foi chanceler com Jânio Quadros, em 1961, e estivera nesse ano em Lisboa, avistando-se longamente com Salazar. Ver vol. V, págs. 233-236.

longa carta ao almirante Thomaz? Entre umas dezenas de nomes que a opinião pública desconhece, ou que apenas têm significado em círculos muito restritos, figuram outros já clássicos nos arraiais oposicionistas: Cunha Leal, Acácio de Gouveia, Nuno Rodrigues dos Santos, Fernando Mayer Garção, Luís Dias Amado, Carlos Sá Cardoso. E o presidente da República envia a Salazar a carta dos oposicionistas.

Fecha-se o ano de 1967. Salazar está preso de assuntos miúdos. Preocupa-o no entanto a situação política interna. Correm boatos: prepara-se uma remodelação ministerial, esperam-se tumultos, fala-se de assaltos a quartéis. Tudo decorre com aparente normalidade, todavia. Mas o chefe do governo combinou com o ministro da Defesa uma providência de tomo: entram de prevenção todas as unidades militares do continente. Que trará o ano de 1968?

CAPÍTULO IV

O Último Combate

1

Para Oliveira Salazar, parece sombria a aurora de 1968. Não escasseiam os cuidados: apreensão pela ordem pública; ambiente de descrédito que envolve alguns membros do governo; intensificação da campanha pacifista da *Acção Católica,* apoiada neste particular pelos meios oposicionistas de esquerda; e algumas dificuldades económicas, logo exploradas pela oposição como se fossem consequência da luta em África. Para mais, está criado um antagonismo entre o governador de Macau, Nobre de Carvalho, e o bispo da diocese, D. Paulo Tavares. Não convêm ao gabinete de Lisboa, decerto, reabrir um clima de tensão com a Santa Sé; não pode, todavia, desautorizar o governador; e por isso, ao mesmo tempo que procura em Macau aquietar os ânimos, sugere à Cúria romana que a juventude e a inexperiência do prelado parecem aconselhar a sua colocação em diocese mais tranquila. De um lado e outro, prevalece o bom senso; e a Santa Sé não encoraja o prelado no caminho de um conflito. Oliveira Salazar, por seu turno, confia no factor tempo para melhorar o ambiente político interno: cansam-se os críticos e torna-se patente a inanidade de muitas críticas: e o aparecimento de novos problemas cobre de uma surdina os anteriores. Salazar sente, no entanto, a necessidade de modificações no gabi-

nete: há que «*refrescar*» algumas pastas. Será oportuno fazê-lo? Não é preferível aguardar que serene a turbulência? Mas nestes começos de Janeiro de 1968, a 6, o chefe do governo sofre pessoalmente um abalo: morre José Nosolini. Desaparece assim um homem que lhe é devotado há mais de meio século. É todo um passado que só por momentos é revivido porque está quase extinto: desde os artigos violentos no *Imparcial* até às sessões agitadas no *Centro Académico de Democracia Cristã*, desde as suas embaixadas no Vaticano e Madrid até às cartas constantes sobre os problemas do dia-a-dia, José Nosolini fora sempre um companheiro fiel, um partidário incondicional, e ao mesmo tempo um crítico franco. No transe da morte, Salazar não deixa de comparecer, e vai aos Jerónimos confortar Maria Lívia, também sua velha amiga. Depois, passados dez dias, morre a duquesa de Bragança; e para a cerimónia fúnebre, Salazar está na Sé e cumprimenta o duque de Bragança, D. Duarte Nuno. Mas a vida impõe os seus direitos. E numa viagem de soberania e de unidade nacional, o presidente da República parte em fins de Janeiro para uma visita à Guiné e Cabo Verde. Através de tudo, os círculos políticos — do governo e da oposição — mantêm-se tensos: que fazer?

Paralelamente, a extrema-esquerda europeia lança uma ofensiva contra o governo de Lisboa. Em França, a Federação da Esquerda Socialista e o Partido Comunista afirmam, em comunicado, a sua condenação dos «*regimes ditatoriais*» da Espanha, Portugal e Grécia e exprimem a sua «*solidariedade*» aos povos desses países; na Holanda, a televisão consagra um programa aos desertores das Forças Armadas portuguesas, que «*se recusam a servir a criminosa guerra colonial portuguesa*»; realiza-se em Lausana uma mesa redonda sobre as liberdades em Portugal; e em Itália, pelas cidades de Génova e Roma, há sessões de apoio à «*resistência antifascista portuguesa*», enquanto os jornais de esquerda — *Paese Sera, Avanti, Unita* — publicam artigos e notícias de ataques à situação portuguesa. Alguns padres — holandeses, italianos, um austríaco, outro espanhol — elaboram um documento acusatório: as autoridades portuguesas desconfiam dos negros católicos e perseguem os não-católicos. E as agências noticiosas difundem pelo mundo os textos emanados das organizações que se empregam em combater o governo de Lisboa. Por outro lado, em Nova Iorque, o secre-

tário-geral da ONU, na *Comissão de Colonialismo*, critica Portugal por se recusar a aplicar a autodeterminação aos seus territórios de África. Mas àquele alto funcionário responde Lisboa vivamente: o secretário-geral não pode aplaudir ou condenar as resoluções aprovadas nem emitir juízos de valor sobre a posição de cada governo: e teria sido preferível que se mantivesse silencioso enquanto se recusa a aceitar os numerosos convites que Portugal lhe tem dirigido para visitar a África portuguesa.

Oliveira Salazar interessa-se por toda a campanha política que surge além-fronteiras. Lê os textos, anota-os, sublinha passagens. Mas nas relações de governo a governo há uma acalmia: dir-se-iam suspensos os ataques oficiais à política portuguesa. Numa aberta, vai a Coimbra visitar Bissaia Barreto que se encontra hospitalizado. Entretanto, a 21 de Fevereiro, regressa o presidente Thomaz: percorreu à luz do dia a Guiné em todos os sentidos, desembarcou em todas as ilhas de Cabo Verde: não se produziu qualquer incidente: e o governo de Lisboa extrai da viagem todas as conclusões político-militares quanto à impotência do terrorismo. Salazar comparece na recepção oficial ao chefe do Estado: está sereno, aparenta disposição optimista. E a carta oposicionista de há semanas: que reacção lhe provocou? Escreve Salazar: «*Já li e já despachei, mandando arquivar o documento, como tenho feito aos mais*» e «*não diz nada de novo nem de útil para orientação do governo*» (1).

---

(1) Segue na integra a nota com que Salazar enviou a carta ao M.N.E.: «*De tempos a tempos recebo da Presidência da República as exposições que dirige ao Senhor Presidente a Acção Democrato-Social, de que é chefe o Eng.º Cunha Leal. Já li e já despachei, mandando arquivar o documento como tenho feito aos mais. Mas como este é quase todo destinado a criticar as declarações que V. Ex.ª fez aos jornais brasileiros e a definir a política brasileira para com Portugal, com transcrições de Afonso Arinos e do* Jornal do Brasil (His Master's Voice) *pensei em lho enviar para dele tomar conhecimento, se puder perder uns momentos a lê-lo. Não diz nada de novo nem de útil para orientação do governo. Peço o obséquio de mo devolver, logo que possa. 23.2.968*».

2

Neste primeiro trimestre de 1968, Oliveira Salazar mais uma vez pondera o conjunto da situação. Estão encerradas as Nações Unidas, não há iniciativas hostis de outros governos, as potências ocidentais até acentuam a sua atitude pacífica, quando não colaborante, para com Portugal; e nas províncias de África a guerrilha está exausta em largas áreas, e tudo se processa sem sobressaltos ou surpresas. Mas como se explica o ambiente interno denso e a grande ofensiva europeia da extrema-esquerda? Porquê neste momento? Decerto é confusa a paisagem do mundo. É de alarme a guerra económica internacional; está distante a solução do conflito israelo-árabe; adensam-se os perigos do Mediterrâneo, e a esquadra russa naquele mar constitui preocupação dos meios políticos e militares do Pacto do Atlântico; por todo o Extremo Oriente, desde a Coreia ao Sudeste Asiático, multiplicam-se conflitos e guerras que podem conter os elementos de uma catástrofe de proporções vastas; está ameaçado o Atlântico a Norte e a Sul; a Inglaterra decidiu abandonar as suas posições a leste do Suez, criando um colossal vazio militar e político num caminho marítimo que é estrada de vida para a África meridional, a Austrália, a Nova Zelândia; se for fechado o Suez por quem quiser abafar o Ocidente, adquire importância eminente a rota do Cabo, que será ponto de trânsito para a Europa, a América do Norte, a América do Sul; a penetração naval soviética no Índico, ocupando o vácuo deixado pelos Britânicos, será ameaça a tudo isso; e ao Ocidente muitas costas e portos passarão a ser negados. Perante este quadro, as potências ocidentais entendem com claridade mais nítida as virtualidades de uma política que sempre haviam sido sublinhadas pelo governo de Lisboa: os quatro arquipélagos portugueses do Atlântico asseguram a liberdade de comunicações marítimas e aéreas; os portos da Guiné e os portos e as costas de Angola são garantia de uma colaboração sem preço na defesa do Atlântico Sul; e a longa linha da costa moçambicana ribeirinha do Índico, com os seus

excelentes e bem apetrechados aeroportos e portos, é penhor de protecção e defesa da rota do Cabo. Tudo isto, além do mais, pode explicar a ofensiva da extrema-esquerda europeia: inconscientemente da parte de alguns, conscientemente da parte de muitos, trata-se de atacar o Ocidente, nas suas posições, nos seus valores, nos seus princípios. E ao fustigar o governo de Lisboa, acusando-o de opressor e colonialista, pretende suscitar-se nas potências ocidentais uma inibição ou constrangimento no apoio ou na compreensão pela política de Portugal em África (1). Para Oliveira Salazar, todo o quadro se apresenta com transparência solar. Mas por que está denso o ambiente interno?

Culpas, e de gravidade, são atribuídas por Salazar ao *progressismo* de alguns sectores da Igreja. Pensa que aquele domina a *Acção Católica*, e está infiltrado em muitos sectores da alta administração do Estado. Discute Salazar o assunto, mais uma vez,

---

(1) Em reunião pública com a imprensa (12.3.68), o ministro dos Estrangeiros fazia uma síntese da situação no momento: «*Estamos em África porque é esse o nosso direito, o nosso dever e o nosso interesse; mas estamos em África porque é esse igualmente o interesse geral do mundo livre. Se as bases e as ilhas, e os portos e os aeroportos, e as linhas de costa não estivessem em firmes mãos portuguesas, caberia perguntar em mãos de quem estariam; mas em qualquer caso esses novos senhores não ofereciam para o Ocidente as garantias que nós, se quisermos e assim o resolvermos, estaremos em posição de poder oferecer. E se algumas grandes potências ou forças políticas internacionais afirmarem poder garantir antecipadamente que a África portuguesa, mesmo deixando de o ser, continuaria a colaborar com o Ocidente e a estar à disposição deste, então teríamos de considerar aquela afirmação como reveladora de certezas cujos fundamentos não poderiam ser confessados*». Mais adiante: «*a política africana de Portugal assenta sobre realidades, encarando estas a longo prazo e independentemente dos dizeres provisórios do dia-a-dia, e é esse mesmo facto que vai tendo uma audiência cada vez mais ampliada. Audiência não só da parte de grandes potências e forças políticas, que empurradas de muitos lados têm afinal que se acolher ao que subsiste, como por parte dos países africanos interiores, que confinam connosco, e que vão entendendo os benefícios reais, concretos e seguros, de uma cooperação que nós, e só nós, estamos em situação de proporcionar, e que também nós podemos recusar, se a isso formos compelidos. E por tudo isto eu direi que a política seguida pelo Governo Português não é estreitamente nacional, embora isso bastasse para a justificar, como é por de mais evidente; mas é uma alta política, de largo interesse geral; e muitas pessoas responsáveis pelo mundo começam a ter hoje uma noção mais esclarecida dos problemas e do valor dessa mesma política*».

com o seu amigo cardeal Cerejeira. «*O perigo está no dia*», afirma o chefe do governo, «*em que o progressismo for antinacional*». Confessa o patriarca: «*Já é*». Sublinha Salazar: «*O conflito é inevitável então entre o governo e o progressismo, ou entre o governo e a Igreja, se esta apoiar o progressismo*». Depois discorre Salazar sobre a matéria: talvez o facto não se dê já no seu tempo; mas não sabe; as coisas hoje caminham tão rápidas que acaso lhe pertencerá ainda pôr tudo a claro; e então haverá de ser muito nítido para com os progressistas, ou a Igreja, consoante o que for requerido. «*E tenho autoridade: sozinho, sem ninguém saber, tratei durante três anos da Concordata com a Santa Sé, e saiu um documento tão perfeito que Pio XII o considerava a concordata-modelo*»(1). Oliveira Salazar, católico até às suas raízes mais fundas, continua fiel à sua alta visão do Estado e ao princípio, que sempre sustentou perante o patriarca, de que pertence a Deus o que é de Deus e a César o que é de César(2). Mas o próprio cardeal de Lisboa admite que elementos responsáveis da sua Cúria patriarcal são progressistas num sentido não nacional. Dá exemplos: não pode mais falar em Goa aos seus auxiliares: acham que já não é portuguesa e que tudo é uma grande confusão: e o que «*lá vai lá vai*». Outro exemplo, diz o cardeal, respeita ao problema de África: para alguns prelados, a questão do Ultramar é muito complexa: não se sabe o futuro: e «*é melhor não nos meter nisso*». Mas além do progressismo, e dos tempos novos que alguns da Igreja julgam divisar num horizonte que lhes parece cerca, Salazar vê a actuação de outras forças, puramente políticas e de uma ideologia de extrema-esquerda. Considera serem estas que principalmente se encontram por detrás da agitação estudantil. Como há seis ou sete anos, está perturbado o ambiente académico universitário: comícios políticos, distribuição de panfletos, ameaças a professores, assaltos a instalações escolares. Salazar não está seguro do sistema seguido pelo ministro da Educação, Galvão Teles: «*diz sempre que o melhor é não fazer nada, não contrariar os estudantes, não lhes mexer*». Mas o chefe

(1) Ver vol. III, 2.ª ed., págs. 116-118 e 261-265.

(2) O leitor interessado terá curiosidade de ler no vol. II as págs. 152-153, acerca da definição que O. S. deu às suas relações com o cardeal Cerejeira quando assumiu as responsabilidades de chefe do governo, trinta e seis anos atrás.

do governo julga que assim se põe em causa a autoridade do Estado e do gabinete(1). Depois, há insatisfação de alguns sectores económicos: perdeu crédito a actuação do ministro da Economia, Correia de Oliveira. De mais alarme se apresenta o ânimo de alguns círculos centrais das Forças Armadas. Mantem-se a desinteligência, mesmo atrito entre os ministros militares; e o facto tem reflexo nos oficiais que formam a roda de cada um. Criticam muitos o ministro da Defesa, Gomes de Araújo, pela conduta das operações em África: tudo obedece a uma «*concepção de Estado-Maior*» em Lisboa; a substituição frequente de unidades permite ao terrorismo grandes «abertas» entre rendições; os terroristas já aprenderam a defender-se de métodos que se repetem como rotina; e o ministro parece sem moral para enfrentar problemas de estratégia militar. Mas outros acusam o ministro do Exército, Luz Cunha: não tira da máquina do Exército todo o rendimento possível, não coordena com eficácia os planos administrativos e logísticos. E muitos na Armada consideram ultrapassado e exausto o ministro da Marinha, Quintanilha Dias, há dez anos no governo. Por outro lado, os meios ligados a Belém mostram-se impacientes: nos termos constitucionais, e em princípio, o presidente da República é o comandante-chefe das Forças Armadas: mas o almirante Thomaz nunca é consultado, nem procurado pelo ministro da Defesa de modo a ter oportunidade de ao menos formular uma pergunta ou uma sugestão: e das críticas que por este facto emanam da Presidência da República muitos se fazem eco. E todo este quadro suscita mal-estar no interior do regime: há um sentimento de desagregação, de fim de época, de que os mais veteranos não alcançam memória, nem nos piores lances de 1945, nem na turbulência de 1958. Como em vezes passadas, logo corre e toma vulto o rumor de remodelação do governo: mudar os ministros, exibir nomes novos, agitar o meio político, seriam o segredo para restabelecer o regime. Tudo é conhecido em pormenor pelos oposicionistas de todos os matizes.

---

(1) Galvão Teles não considera justa esta opinião de Salazar. nem exacta: a sua táctica era a de não dar motivo a reacções mas actuar vigorosamente, como o fez em mais de uma ocasião, sempre que os estudantes praticassem acto ilegal ou violento.

Progressistas, democratas tradicionais, republicanos históricos e seus descendentes ideológicos, militantes de extrema-esquerda, não deixam de agravar o processo, de explorar fracturas, para enfraquecer o regime. No torvelinho do choque entre governo e oposições, é detido Mário Soares, contra quem a polícia afirma possuir provas materiais, que diz irrefutáveis, e que documentariam a sua responsabilidade na campanha; é-lhe fixada residência em S. Tomé pelo chefe do governo e da decisão é interposto recurso para o Supremo Tribunal Administrativo (1). Depois, sem afrouxar nos seus esforços, multiplicam os oposicionistas os seus contactos com o exterior: transmitem aos estrangeiros da mesma família ideológica, em outros países, as críticas, os boatos, as sugestões, os enredos reais ou imaginários; tudo é aproveitado pelas organizações e pela imprensa de esquerda; e assim melhor se fundamentam no plano interno as acusações de que o regime e o governo português estão desacreditados além-fronteiras.

Oliveira Salazar vê com clareza o mecanismo usado. Mas a sua lucidez fria leva-o a uma realidade mais vasta, e mais profunda. Campanhas políticas no exterior, lançadas por oposicionistas democratas ou pela extrema-esquerda, tem havido muitas no decurso dos anos, com graus vários de intensidade. Apercebe-se o chefe do governo, no entanto, de que o momento político que atravessa tem outro motivo, outro significado, outra implicação. Às campanhas anteriores, com maior ou menor esforço, fora sempre possível opor o dique, a barreira de uma unidade forjada dentro do regime. Neste fim do primeiro trimestre de 1968, o ataque externo coincide com um sentimento, entre os portugueses, de esboroar dos muros, de ruir do templo; os que estão dentro da cidade correm de pânico em várias direcções; e sem saber onde se abrigar, têm a tendência de procurar arrimo junto dos que, na esquina mais próxima, pretendem exibir méritos, clamar autoridade, atribuir-se um carisma de chefia. Oliveira Salazar observa os ministros que lhe mentem, ou actuam às escondidas, ou tomam medidas

(1) Pelo Secretariado Nacional de Informação, é publicada uma nota oficiosa, onde se invoca uma decisão que o Conselho de Ministros teria tomado. Foi defensor de Mário Soares o advogado José de Magalhães Godinho.

contrárias ou diversas das combinadas; e não lhe escapam mesmo as autoridades de nível menor que não têm em conta as suas ordens. Diz o chefe do governo aos seus colaboradores de confiança: «*Às vezes, não sei quem manda neste país*». E com o mais sereno rigor põe o dedo no ponto crucial: «*Todos pensam: o tipo chegou ao fim, já não manda nada. E cada um faz o que quer na mira de se valorizar*».

3

No domingo de 10 de Março de 1968, Oliveira Salazar vai de automóvel à quinta do advogado Bustorff Silva, perto de Setúbal. Almoça, caminha pelo terreno, agrada-lhe e distrai-o a vivacidade de Bustorff. Mas regressou cansado, sente-se triste: terá de acabar com os seus passeios ao domingo? E é com fadiga inusitada que defronta mais uma semana de trabalho. Justamente, dias mais tarde, é assinalada na imprensa da metrópole e do ultramar uma data de relevo: 15 de Março. Há sete anos volvidos foi o Norte de Angola invadido pelo terrorismo, e este, em dois ou três anos, ganhou a Guiné e o Norte de Moçambique; e o mundo dir-se-ia erguido em armas para destruir Portugal em África. Foi contido o terrorismo, sem dúvida, e confinado em áreas restritas; o enquadramento internacional do problema africano evoluiu e atenuou-se a sua virulência; a viragem das potências que contam para Portugal prossegue num pendor mais e mais favorável; mas estão longe de haver cessado as inquietações. Para Oliveira Salazar, estas formam cuidado central, e absorvente. E sem embargo do vespeiro da política interna, é sempre para África que se debruça o chefe do governo. Gente de Moçambique vem a Lisboa para mais uma vez o convidar a visitar a província: agora o pretexto é a inauguração do estádio a que vai ser dado o nome de *Salazar*. Agradece o chefe do governo; mas declina o convite. A este tempo, surgem novas apreensões do lado da República da Zâmbia. Têm prosseguido os contactos, delegados portugueses têm visitado Lusaka. Agora é Manuel Fernandes, do Caminho-de-Ferro de Benguela, que mais

uma vez vai avistar-se com o presidente Kaunda. Além dos problemas em aberto — bases logísticas dos terroristas, incursões destes em território português — preocupa Lisboa a possível construção de uma ligação ferroviária da Zâmbia ao Índico, através da Tanzânia, e desembocando em Dar-es-Salam. Será o grande *Caminho-de-ferro do Norte,* a construir por chineses. Lisboa sente fundados receios: mais grave do que a concorrência aos caminhos-de-ferro de Moçambique é a penetração chinesa na África Oriental. Kaunda afirma a Fernandes, no entanto, que avançará com o projecto, e das linhas ferroviárias portuguesas apenas se interessa pela de Benguela-Lobito. Mas a todos estes assuntos de África um outro se sobrepõe de momento: é ainda, e mais uma vez, a infernal questão da Rodésia.

Com efeito, nestes últimos dias de Março de 1968, de novo o bloco afro-asiático tenta reunir em Nova Iorque o Conselho de Segurança, e a situação rodesiana constituirá o ponto em debate. De algum modo, Lisboa antecipa-se, e em 20 daquele mês envia ao presidente daquele órgão da ONU mais uma nota. Que diz? Em comunicações precedentes, já se informara que, por virtude de medidas tomadas contra a Rodésia, a província de Moçambique sofrera prejuízos de cerca de quinze milhões de libras, até ao fim de Setembro de 1967. Desde então, novos danos foram infligidos, e somam mais de dois milhões de libras. Nestes termos, e até ao momento, a ONU deve a Moçambique mais de dezassete milhões de libras esterlinas: quando podem começar as conversações para se acordar na forma de pagamento? Não responde o Conselho, e nos meios que lhe são afectos têm virulência as discussões. Por parte dos extremistas tudo é exigido: sanções contra Portugal e a África do Sul, guerra a Portugal ou à África do Sul, ou a ambos. Nos Comuns, em Londres, o primeiro-ministro Wilson está particularmente cuidadoso: não possui provas de que o governo de Lisboa esteja violando as sanções decretadas contra a Rodésia: e o governo de Sua Majestade opor-se-ia a que as sanções fossem extensivas a Portugal ou à África do Sul. Interpõe-se neste lance um incidente inusitado: um bimotor de fabrico russo, com matrícula da República da Guiné e ostentando as suas cores nacionais, aterra na Guiné portuguesa, e verifica-se que transporta uma delegação do Mali e dois tripulantes de nacionalidade guineense. É logo autorizada a seguir ao seu destino a missão maliana. Mas o avião e os seus tri-

pulantes são internados. E o governo de Lisboa declara: terroristas vindos da República da Guiné capturaram em território português cinco militares portugueses, entre os quais o sargento António Lobato, da Força Aérea; o governo da República da Guiné tem consentido e é conivente na manutenção daqueles militares em território seu, em regime de cárcere privado; e assim o governo português apenas entregará o avião e os seus tripulantes quando forem libertados os cinco militares portugueses. Mas a questão da Rodésia sobrepõe-se agora às demais; e em Lisboa receia-se apesar de tudo que, perante a demagogia afro-asiática em Nova Iorque, o Conselho sucumba a uma orientação violenta, e que os ocidentais recuem perante o uso do *veto*. Neste quadro, é essencial saber que pensa o governo sul-africano. Que política encara para as hipóteses possíveis: sanções a Portugal? sanções à África do Sul? bloqueio a Lourenço Marques? bloqueios a alguns portos da África do Sul? A fim de obter respostas, o enviado português em Pretória, Meneses Rosa, é instruído para se avistar com o primeiro-ministro sul-africano Vorster, e submeter-lhe aquelas perguntas em nome do chefe do governo português. De Nova Iorque, Londres e Washington chegam a Lisboa indicações de que os governos britânico e americano se oporiam a uma deliberação do Conselho que previsse o uso da força; e o governo dos Estados Unidos faz mesmo uma diligência, por via oficiosa, para saber se Lisboa autoriza a VII Esquadra americana, no Índico, a abastecer-se de carburantes em Nacala (1). Sem embargo, em 5 de Abril de 1968, Meneses Rosa é recebido por Vorster. Que lhe diz este? Se acaso o Conselho votasse sanções gerais obrigatórias contra a Rodésia, a África do Sul não cumpriria essa resolução, e já assim fora dito claramente aos Ingleses; e se fosse «*concretizada a ideia de um bloqueio a Lourenço Marques, isso seria considerado pela África do Sul como um acto inamistoso e que, evidentemente, os portos sul-africanos, tanto Simonstown como qualquer outro, não poderiam ser utilizados por qualquer navio de guerra inglês ou por qualquer navio inglês de abastecimento a navios de guerra*». Ao governo da África do Sul, acentua Vorster, chegaram informações análogas às que possui

(1) Por intermédio do homem de negócios e grande industrial português Manuel Bulhosa, que a transmite naturalmente ao governo de Lisboa.

Lisboa: a Inglaterra e os Estados Unidos opõem-se ao uso da força para modificar a situação rodesiana. Contudo, e para a eventualidade do bloqueio a Lourenço Marques, foi dito ao embaixador de Inglaterra que o governo sul-africano «*poderia ver-se na necessidade de enviar os seus navios de guerra para a área em questão caso a liberdade de comércio da África do Sul fosse afectada*». Porque era evidente: após o de Lourenço Marques, viria o bloqueio de Durban: e assim por diante. Por isso, o governo de Sua Majestade ficara «*bem ciente da possibilidade de uma confrontação com a África do Sul, até eventualmente de carácter militar, no caso de uma extensão do bloqueio a Lourenço Marques*». E se apesar de tudo o governo britânico, pergunta o enviado português, não se opuser à extensão do bloqueio? Isso poderia acontecer, diz Vorster, se os Ingleses duvidassem da determinação e firmeza da África do Sul e Portugal; mas nessa hipótese «*não era de excluir mesmo a própria confrontação militar*». Vorster comenta: a conjuntura actual é favorável a Portugal e à África do Sul, dadas as dificuldades inglesas e norte-americanas no mundo; mas no segundo semestre de 1968 a situação na África Meridional tenderá talvez a agravar-se; e no entanto, como os investimentos estrangeiros, sobretudo ingleses e norte-americanos, continuam a fazer-se na África do Sul, é por esse facto «*tentado a pensar que os bem informados e influentes meios do negócio internacional*» alguma coisa «*podiam no fundo saber quanto à política dos seus governos*» que lhes «*reassegurava a confiança na situação actual e no futuro*». Mas Vorster faz ainda outras afirmações: a rota do Cabo é importante, e constitui factor a ser ponderado por quantos pensem numa confrontação com a África do Sul; o governo sul-africano garante o abastecimento da Rodésia em tudo o que ela necessite e os Sul-Africanos disponham; e o mesmo fará quanto a Moçambique se a província vier a ser directamente afectada. Vorster faz a síntese: tudo se deve tentar para fugir a uma confrontação militar; mas não se pode hesitar, se esta for a única solução para defesa de interesses vitais. E o primeiro-ministro da África do Sul conclui: se Salazar julgar «*necessário e útil uma conversação directa entre ambos*», e ainda que não muito afeito a sair do seu país, ele «*estava inteiramente disposto a deslocar-se a Lisboa para um encontro com o chefe do governo português, mesmo que avisado a curto prazo*».

Mas a este tempo, quando é conhecida em Lisboa a reacção do primeiro-ministro da África do Sul, continuam as manobras afro-asiáticas no Conselho de Segurança. Este reúne-se intermitentemente, sem tomar decisão. Compreende-se que as potências ocidentais—em particular os Estados Unidos e a Inglaterra—demarcaram claramente os limites do extremismo africano e socialista: nem alargamento de sanções, nem extensão do bloqueio da Beira a Lourenço Marques ou qualquer outro porto: e é impensável o uso da força seja contra quem for. Em Lisboa, Oliveira Salazar junta os dois planos: a reacção de Pretória, a atitude de Washington e de Londres. E considera que por parte de Portugal há uma arma suplementar, e de importância. À construção da monumental barragem de Cabora-Bassa concorrem grandes firmas internacionais, e entre estas salientam-se um consórcio britânico e um outro norte-americano. Cabora-Bassa é empreendimento técnico de muito vulto e negócio financeiro de grande tomo, mesmo em âmbito mundial. Quererão Washington ou Londres, mediante uma acção precipitada na região, destruir a possibilidade de as suas firmas e as suas indústrias se implantarem solidamente na África Austral(1)? De todos os modos, Oliveira Salazar pensa que de momento, e ainda que o inesperado seja sempre de esperar, estão arredadas preocupações acrescidas quanto a Moçambique.

Na sua rotina serena, Oliveira Salazar visita nestes primeiros dias de Abril de 1968 a *oficina* do escultor Leopoldo de Almeida. Admira a estátua de D. João I, que o artista ultima, e que se destinava a ser levantada em Lisboa, na velha Praça da Figueira. Esta obra de arte substituirá assim a estátua equestre de D. Nuno Álvares Pereira, também criação de Leopoldo de Almeida, e que a Câmara de Lisboa ofereceu à vila da Batalha(2). Justamente, está quase concluído o monumento ao Condestável, junto a Santa Maria da Vitória, e prevê-se para pouco a sua inauguração. Será dado ao acto, como lhe cabe, relevo nacional, e estará presente o chefe do

(1) Estava em causa não só a construção da barragem como o fornecimento de poderosas turbinas, de equipamento de alta tecnologia, de linhas transmissoras de energia a mil e quinhentos quilómetros, de peças sobresselentes durante décadas, etc., etc.

(2) Ver atrás pág. 270.

Estado, além do governo. Tudo parece bem a Oliveira Salazar. Por sugestão, mesmo por insistência do almirante Thomaz, pensa-se em marcar o dia 27 de Abril para a cerimónia na Batalha. Então comenta Salazar: «*Ora, no dia 27 de Abril faz quarenta anos que eu entrei para o Governo. A coincidência das datas pode ser mal interpretada*». E o chefe do governo diverte-se a repetir que não quer ser comparado a Nuno Álvares, por ser excessivo, nem ao cavalo, por ser insuficiente.

4

Pelo mundo além há agitação inquieta. Entre os estudantes, antes de outros. Em Espanha, são encerradas três universidades; no Rio de Janeiro têm gravidade os recontros com a polícia, e há mortos e feridos; lavra a violência nas escolas peruanas; produzem-se choques brutais na Inglaterra e na Itália; e é sem mercê a luta na velha Universidade de Lovaina. É também virulenta a situação em muitas instituições de ensino superior nos Estados Unidos. E aos dos estudantes juntam-se naquele país os conflitos de raça. Na cidade norte-americana de Detroit, reúne-se um *congresso negro* que exige a independência de uma nova república, a formar com quatro ou cinco estados do Sul; e o congresso recomenda aos negros americanos que desçam à rua, abandonem a nacionalidade americana, e iniciem a luta pela independência por negociação, ou por secessão, ou por ambas. Precisamente, acaba de ser assassinado, na cidade norte-americana de Menphis, um dos mais destacados chefes espirituais dos negros americanos, Martin Luther King. Era eloquente orador, membro da Igreja Baptista; apresentava-se como paladino dos princípios de não-violência na conquista da igualdade racial; e recebera em 1964 o Prémio Nobel da Paz, atribuído como apaziguamento político. Pela mesma altura, o presidente Johnson, alquebrado pelo conflito do Vietname, declara que se não candidatará mais à Casa Branca. Parecem os Estados Unidos mergulhados assim em crise moral, e de valores. E em muitas cidades americanas há um surto de tumulto e destruição. Washington

está em pé de guerra; e a Casa Branca tem de ser protegida por nichos de metralhadoras. Pelo mundo há luto à morte de King; e em homilia na Basílica de S. Pedro, o papa Paulo VI traça um paralelo entre o assassinato do pastor negro e a Paixão de Cristo. E no entanto, King, sob a aparência da legalidade e da paz, estava longe de ser um pacifista e um moderado. Comenta Oliveira Salazar: «*se eu fosse assassinado, não haveria um telegrama, nem um padre-nosso*».

Em Lisboa, e ainda que atento e carregado de preocupações, o chefe do governo dir-se-ia acima e além dos acontecimentos, e imprime à máquina do Estado a sua tão querida *habitualidade*. Vai celebrar-se o V Centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral, e uma comissão, a que preside Lopes de Almeida, organiza as comemorações; e sabe-se desde já que os brasileiros desejam tomar parte destacada nos actos principais. Numa segunda-feira, 15 de Abril, Salazar desloca-se a S. Carlos para assistir ao ensaio geral da ópera *O Guarani*, do brasileiro Carlos Gomes, e que uma companhia brasileira exibe em Portugal. E dias depois despede-se do seu amigo Gonçalves Cerejeira: este segue para o Brasil, para S. Paulo, acompanhando uma imagem da Senhora de Fátima: e apesar dos seus oitenta anos, ainda ágeis e vivos, dispôs-se a participar na festa da Comunidade Luso-Brasileira, a realizar em 22 de Abril(1). E justamente nesse dia, para combinar a festa da Comunidade com a evocação de Pedro Álvares Cabral, há sessão solene na Sociedade de Geografia de Lisboa. Preside o Almirante Thomaz, e Lopes de Almeida, Silva Rego, Ouro Preto, exaltam os grandes valores comuns ao Brasil e a Portugal e os feitos do descobridor da Terra de Santa Cruz. E por todo o país, nos meios da cultura e da arte, recorda-se o nome de José Viana da Mota: porque também este dia 22 de Abril é o do I Centenário do nascimento do pianista português que ganhara fama e audiência mundiais.

Mas através de tudo estão presentes as questões externas. Mantém-se decerto a acalmia no que importa a Portugal. Nem as grandes potências nem a ONU estão tomando iniciativas: estão em curso os

---

(1) Como o leitor se recordará, fora o dia fixado, por acordo entre os dois países, como *Dia da Comunidade Luso-Brasileira*.

problemas graves que já vêm de trás: e quanto surge de novo é incidente de pouca consequência. Dirige-se ao gabinete de Lisboa o governo alemão e pede, em nome da República da Guiné, que sejam libertados os nacionais guineenses e devolvido o avião de fabrico russo. Logo após, é o presidente Sekou Touré que telegrafa pessoalmente a Salazar. Diz Touré: como a Guiné não está em guerra com Portugal, *«é injustificável a posição assumida»:* e por isso insiste pela libertação dos prisioneiros. Comenta Oliveira Salazar: exactamente porque a Guiné não está em guerra com Portugal, como justifica o presidente Touré a detenção, no seu território e há anos, de portugueses de que os terroristas se apoderaram *em território português?* Não entrega Lisboa os seus detidos; e confia ao governo de Bona uma possível mediação que conduza a uma troca. De muito mais relevo e alcance, no entanto, são os problemas suscitados pelo comportamento da República da Zâmbia. Está hesitante o presidente Kaunda: oscila entre as pressões do extremismo afro-asiático e as necessidades e benefícios da cooperação e boa vizinhança com os territórios portugueses. Na troca de pontos de vista entre o governo de Lisboa e o de Lusaka, é sublinhada por vezes uma tese zambiana: se Portugal conceder independência a Angola e a Moçambique, a República da Zâmbia apoiaria Portugal no mundo, e sem reservas. Do lado português, faz-se compreender ao presidente Kaunda a realidade: o apoio da Zâmbia a Portugal apenas interessa enquanto Angola e Moçambique forem portugueses: desde que assim não seja, ou quando esse facto deixe de se verificar, o governo zambiano decerto reconhecerá que o peso e a influência da Zâmbia no mundo são irrelevantes para defesa de interesses portugueses. Se amanhã a integridade territorial do continente português fosse ameaçada, acorreriam em sua defesa os exércitos zambianos? E com que eficácia? Aceita o argumento o governo zambiano, e o presidente Kaunda, pela experiência que já vai tendo de uma colaboração luso-zambiana nestes últimos anos, deixa em surdina a eventualidade de uma independência para Angola e Moçambique. Discretamente, há que prosseguir e aprofundar aquela colaboração. Por seu turno, não desiste o governo de Lisboa da sua política de consolidação de um bloco da África Austral. De novo surge, confessando-se animado do mesmo propósito, o súbdito britânico Arthur Levin, que faz papel

de agente duplo, ou mesmo triplo entre Portugal, a Zâmbia e a Grã-Bretanha. Por intermédio deste, e à luz do quadro geral, são tratados os casos de fronteira que surgem. E nestes fins de Abril de 1968 a situação parece madura para um novo passo na orientação assente. Escreve então o ministro português dos Estrangeiros, em 24 daquele mês, ao presidente Kaunda: «*Nesta correspondência* (entre o chefe do governo português e o presidente zambiano) *foram considerados problemas de interesse vital para os nossos dois países. Estou pronto a discuti-los com V. Ex.ª, juntamente com os que foram suscitados em recentes conversações com o Sr. Levin, e outros que V. Ex.ª deseje levantar. Também me refiro a alguns incidentes ocorridos há pouco na fronteira entre a Zâmbia e Angola. Após cuidadosa e pormenorizada investigação, apresentámos um relatório sobre os factos, como os vimos, ao Alto-Comissário da Zâmbia em Londres. Se há provas que documentem versões diversas, estamos prontos a examiná-las. Se V. Ex.ª julgar que um encontro para discutir todos estes importantes problemas seria vantajoso para as boas relações entre os nossos dois países, estou evidentemente à disposição de V. Ex.ª, numa data e local mutuamente convenientes*». Noutro plano, processam-se com êxito as relações entre Portugal e o Malawi. Através da embaixada de Portugal e de Jorge Jardim, que continua como cônsul do Malawi na cidade da Beira, caminham alguns assuntos decisivos: colheita de informações por serviços portugueses; fornecimento ao Malawi de lanchas-patrulha da Armada portuguesa para, sob a bandeira malawiana, assegurarem a fiscalização naval das águas do lago Niassa que pertencem à soberania daquele país; montagem e consolidação do dispositivo militar e policial que garanta a segurança na fronteira com Moçambique; organização, por instrutores portugueses, de forças internas no Malawi, da confiança do seu presidente; colaboração económica e comercial luso-malawiana; e alargamento da cooperação em matéria de transportes e comunicações através de território e portos portugueses(1). Deste modo, a

(1) Era particularmente importante a cooperação naval luso-malawiana, no lago Niassa. Com efeito, o lago, que é autêntico mar interior, está na altura partilhado *apenas* entre Portugal e o Malawi, seguindo a fronteira pela linha

República do Malawi, e porque nisso entram as suas conveniências, transforma-se numa pedra sólida do bloco da África Austral; e nessa política o presidente Banda mostra realismo e coragem. Entretanto, o presidente Kaunda, por seu turno, faz saber que aceita o princípio de um encontro com o ministro português; propõe-se efectuar em breve uma viagem pela Europa, e essa será uma oportunidade favorável; a seu tempo se decidirá o local, mas está já pensando em Roma, onde projecta descansar alguns dias. E segundo as informações que o governo de Lisboa recebe de Nova Iorque, tudo parece encaminhar-se, no Conselho de Segurança, somente para repisar, quanto à Rodésia, o que o próprio Conselho já legislou: nada de novo será decretado: continua aquele órgão, porém, a não votar formalmente uma resolução.

Pelo país fervem os rumores: há remodelação do governo? Está Salazar trabalhando efectivamente no assunto? Tem dificuldades de recrutamento de nomes novos? Ou nada disso tem fundamento? E que projecta na realidade o chefe do governo? Reserva bem fechados os seus pensamentos. Mas perante o acervo imenso de problemas—de política interna, ultramarinos, internacionais, e todos difíceis—que sente Salazar? Confessa aos seus íntimos de confiança: «*Meus caros senhores, já não me entendo com isto, e também já não me entendo com as pessoas*».

5

Dentro do regime, é data de marca: em 27 de Abril de 1968 acabam-se quarenta anos sobre o dia em que Oliveira Salazar, ao tomar pela segunda vez o encargo das Finanças, entrou definitivamente

---

média das águas até ao paralelo da fronteira Norte de Moçambique. Todo o restante lago é malawiano. Mas a Tanzânia reivindicava uma área ao norte entestando com a sua costa, e ameaçava pôr no lago meios navais para apoiar essa reivindicação. O presidente Banda desejava possuir meios seus que pudessem destruir imediatamente aqueles logo que surgissem. Foram esses meios que Portugal forneceu, equipados e tripulados por portugueses, ainda que sob a bandeira do Malawi, e às ordens deste.

para o governo. Quatro décadas atrás, enquanto discutia os termos da sua colaboração, escrevia ao seu amigo Dinis da Fonseca: *«Jogo tudo por tudo, e exijo as condições de máxima liberdade de acção, de escolha e de direcção»* (1). Aposta numa carta só, e ganha. Depois, no acto de posse, não tergiversa ao proclamar: *«sei muito bem o que quero e para onde vou»* (2). Mas agora, corrido tempo tão duro e longo, caberá perguntar se sente que ainda pode fazer a mesma afirmação. Foi áspera a estrada, e tumultuosa, e a erosão dos homens e das coisas tem diluído, se não alisado, as pegadas e obliterado os marcos deixados. Quantos se recordam do levantamento financeiro e económico do país? Quem avalia a ressurreição da consciência nacional, a reforma do Estado, e o revigoramento da independência portuguesa? Acaso há quem se recorde e saiba medir os perigos afrontados hora a hora durante os nove anos da guerra de Espanha e da Segunda Guerra Mundial? E quem está apto a encarar numa perspectiva da História a defesa e a resistência no Ultramar? Fugaz sempre é a memória dos homens e dos povos para o que seja positivo, e que lhes parece fácil; e isso tem-no por natural e quase espontâneo; e subsistem e vivem mais as lembranças dos erros, das injustiças, das sombras. E assim, ao espírito dos homens de hoje, acodem sobretudo as faltas cometidas, as insuficiências sofridas, as ofensas feitas, as injúrias não reparadas, as liberdades políticas restringidas, a censura do que é havido por obra-prima, os talentos não reconhecidos a uns, os méritos não aproveitados em outros. De tudo está Oliveira Salazar consciente, e não se acanha de afirmar que já não se entende com *isto*, nem com as *pessoas:* é um ser que está para além das coisas e dos outros homens de superfície.

Sublinha-se pelo país esta data de quarenta anos. Por si, Oliveira Salazar tenta que seja de rotina o dia 27 de Abril de 1968. Mas tem de sair do seu trilho de S. Bento e da Rua da Imprensa: porque o presidente da República acabou por impor a sua ideia: inaugurar naquele dia a estátua equestre de Nuno Álvares. Esta ficou implantada no terreiro à ilharga do Mosteiro da Batalha, ao lado

(1) Ver vol. II, pág. 2.
(2) Ver vol. I, pág. 339.

da Capela do Fundador, e paralela ao túmulo deste no interior. E sobre o cedo daquele sábado sai Oliveira Salazar de Lisboa. Pela meia manhã está em Santa Maria da Vitória, e já ali encontra o cardeal Cerejeira, outros prelados, membros do governo, representantes de Braganças e Cadavais; e em pouco tempo chega o presidente da República. Desenrola-se no largo contíguo ao mosteiro uma cerimónia das grandes ocasiões: arcos votivos, guardas de honra, unidades das Forças Armadas em sentido, bandeiras e pendões, charangas militares, clarins, toques marciais, uma atmosfera solene e heróica. Pronunciam-se os discursos: França Borges oferece o monumento à Vila da Batalha, José Manuel da Costa vê no Condestável o «*Cavaleiro do ideal*». Diz por seu turno o chefe do Estado: «*Hoje como então e de muitas outras vezes, a Pátria está ameaçada na sua integridade e na sua própria sobrevivência. Hoje, como então, o exemplo e abnegação de Nuno Álvares Pereira devem estar presentes no nosso pensamento e na nossa actuação. Ele conduziu a mocidade de então, que era a sua, à vitória e à glória, salvando a independência de Portugal*». Depois é o *Te Deum* no interior do templo. Preside o patriarca, celebra a Eucaristia o bispo de Leiria, D. João Pereira Venâncio. E o padre Moreira das Neves, em homilia de alevante místico e patriótico, afirma que «*ninguém como ele* (o Condestável) *encarnou e exaltou os valores permanentes que fazem uma Pátria*». Resume Salazar a sua interpretação da cerimónia: «*Nuno Álvares continuará cavalgando à estribeira do seu Rei*». E é o regresso a Lisboa. Mas em Lisboa, pela tarde, as quatro décadas sobre a entrada de Oliveira Salazar para o governo são lembradas de outros modos. Ulisses Cortez, ministro das Finanças, traça o quadro da antiga crise financeira, assinala os passos maiores da reorganização, enaltece o valor da obra. Almeida Costa, ministro da Justiça, pronuncia o elogio do homem, do estadista e da sua lição de actualidade permanente. É lançada à circulação uma medalha comemorativa; reunido em plenário, sob a presidência de Rebelo de Sousa, presta-lhe a sua homenagem o Conselho Ultramarino; e é inaugurado *um centro electrónico e mecanográfico* no Ministério das Finanças. Promove sessões a *Liga 28 de Maio;* e pelo país a *União Nacional* inicia um ciclo de conferências. Com maior ou menor ênfase, segundo o seu matiz político, não deixam os jornais de vincar a data, alguns em

largos artigos. Oliveira Salazar, entretanto, tornara a Lisboa e à sua rotina: recebe o representante da revista argentina *Extra*.

Ao outro dia, a 28, completa setenta e nove anos Oliveira Salazar. Tem diferente teor a invocação da data: agora é pessoal, emotiva, sentimental. Decerto: o presidente Thomaz, todo o governo, a alta-roda oficial e política vêm com as suas felicitações, os seus cumprimentos. Mas aparecem na residência e no parque da Rua da Imprensa sobretudo grupos de jovens, as alunas de Odivelas, rapazes e raparigas de outras escolas e instituições. E mulheres, muitas centenas, talvez milhares de mulheres portuguesas, trazendo flores. Mas nesta já muito grande idade, neste dobrar para a casa dos oitenta anos, que pensa, que sente, que é Oliveira Salazar? Não se aparta das suas frases predilectas, e tanto pode repetir que «*só morre quem quer*» como repisar que «*já vivi muito, já vivi de mais*». No exterior, conserva-se muito nítido, cuidado, com apuro que se não desleixa; estão mais raros os cabelos brancos, mas ainda compostos, e sempre penteados; e o rosto e as mãos longas têm uma palidez quase diáfana. É severo o aspecto, é mesmo grave, e adquiriu o perfil do ancião cuja idade já se não define; e tão plácido que não se lhe adivinham sentimentos ou desejos. Não são magras as faces, ainda que apresentem uma depressão ou cova; mas no conjunto o semblante é encorpado; e toda a sua pessoa enche bem o seu fato. Quando se move, não se arrasta, mas é lento, prefere a quietude, a paz física; no andar, no tocar, no pegar, põe muita cautela e preparação; e senta-se na velha poltrona muito estirado para trás, bem apoiado, e fala sem gestos, mantendo as mãos cruzadas sobre o peito, como a poupar energia. No seu poder de raciocínio, não se descobre ranhura ou falha. Em conversa a sós com um ou dois visitantes, e em despacho de negócios de Estado com ministros, não se percebe diferença de comportamento. Escuta sempre sem interromper; mas agora, por um breve segundo, o seu olhar fica parado por vezes, e fixo num horizonte que se dilui e perde na distância; e então, por um momento fugaz, pode estar ausente e alheio a quanto o cerca. Pode sumir-se-lhe a voz em meio de uma frase, e precisa de esforço para reganhar o tom próprio; e sendo lúcido como sempre, pressente-se um subtil vagar na reacção verbal, no comentário ou na resposta. Mantém-se senhor de si, no entanto, com domínio sobre todo o seu ser; não se aban-

dona, mas pode mostrar indiferença; perante alguns assuntos ou pormenores, não adere à realidade, e mal oculta enfado ou mesmo impaciência, que no entanto reprime e vence imediatamente, e constrange-se ao exame da matéria. Hesita no argumento a usar, na atitude a definir; e procura com os olhos pelo ar, em torno de si, a palavra exacta. Em qualquer caso, projecta sempre a imagem do homem sem dificuldades, sem obsessões, sem dramas, sem urgências, e que para tudo confia na eternidade. Rodeado de muitas pessoas, em cerimónia oficial ou em Conselho de Ministros, reaparece o vulto habitual: atenção desperta, sentido crítico, reacção pronta. Mas o esforço é penoso, sente-se depois exausto; e por isso se defende mais e mais de aparecer em público e procura reduzir a duração dos Conselhos de Ministros. Num traço parece tão vigoroso como sempre, e não mostra quebra ou frouxidão: a sua força de vontade, o seu querer. Vive, actua, reage, por acto de vontade. Desencadeia acontecimentos, movimenta homens, por acto de vontade. Mas a sua vontade fica já acima dos seus meios, das suas faculdades. Pesam os quase oitenta anos. E Oliveira Salazar diz: «*todos os dias, quase a todas as horas vejo o fim da minha vida e o princípio da vida dos outros*». E mais, com amargura cruel para si mesmo, e sem ilusões: «*a minha vida acaba em mim, não continua em ninguém, não tenho descendentes, quase nem família, nem amigos*». É cada vez mais vivo o sentimento que exprimira a uma admiradora após a tomada de Goa pela Índia: depois de si, tudo se dispersa, e perderá significado e valor. E acentua: «*quando eu desaparecer, vai ser para aí uma confusão! Tenho pena dos que assistirem a isso, vai ser uma confusão terrível*». Explica que, pessoalmente, não se importaria de agitação, e até gosta de polémica, de debate político. «*Mas não podemos, meus caros senhores, temos valores morais a defender, e no dia em que discutirmos coisas essenciais está perdido o ultramar*». Remata: «*Uma vantagem em ter quase oitenta anos é a de termos a garantia de que não assistiremos a certas coisas, nem sofreremos certos desgostos. O Bissaia e eu dizemos isto muitas vezes um ao outro. É uma grande consolação!*».

E pelo país, entre a opinião pública? Nos bastidores do regime, entre os seus homens e as suas forças, adensa-se a preocupação, a ansiedade. De um momento para o outro, tudo pode ruir: e que

se passará? Na alta burguesia da finança e do comércio, nos sectores mais influentes da classe média, na roda dos políticos, e salvo casos raros, é a desorientação, e a avidez de defender interesses ou posições. Acelera-se um processo de fuga: alguns afirmam que nunca colaboraram com a situção política, nem desta jamais auferiram benefício; outros descobrem-se de súbito vítimas, lesados em negócios não consentidos, frustrados em pretensões indeferidas, até perseguidos por divergência política; terceiros recordam as preterições que sofreram, as afrontas, os conselhos que se escutados teriam evitado erros, as previsões desdenhadas que haveriam poupado calamidades, em suma uma coerência e uma coragem indefectivelmente patenteadas. E através de tudo não são poucos os que estabelecem ligações secretas com forças oposicionistas, subsidiando-as da sua fortuna, pondo-se ao seu serviço, na ânsia de conciliar as graças de homens que podem ter amanhã o mando, de lançar enfim pontes para um futuro que pela ordem natural das coisas tem de estar perto. Mas esta turbulência surda não afecta a rotina de superfície. Tudo parece continuar dentro da normalidade. No que se observa à luz do dia, o mundo que se move é o mundo salazarista de sempre. Nos esconsos mais guardados e nas encruzilhadas mais recônditas, no entanto, move-se um mundo nebuloso, um caos de ambições, lutas, contradições, projectos, compromissos, pavores, incoerências, ódios, vinganças, oportunismos. Em qualquer caso, é um mundo de post-salazarismo. Mas alguns homens, cujo número não se pode averiguar e cujo perfil aparece com um recorte indefinido, situam-se numa posição à parte. Não repudiam o regime, e apresentam-se ou pretendem ser acreditados como depositários da mensagem de Salazar, seus herdeiros espirituais, seus discípulos dilectos, seus continuadores idóneos, e que por mérito próprio saberão ser os chefes que possuem a solução dos problemas pendentes e que podem conduzir os portugueses a altos destinos. Esses organizam as suas hostes, distribuem mercês, firmam ligações, criam dependências, aperfeiçoam a sua máquina de propaganda pessoal; mas nem por isso se furtam a explorar, como os outros, os caminhos que levam aos adversários do regime, afirmando-se flexíveis perante estes, abertos evidentemente a novas ideias e a novos métodos, reparadores de males sofridos, garantes de um lugar para todos num estado de coisas depois de Salazar. Mas do

mesmo passo esses homens hesitam, sentem um pavor: não pode Salazar *durar* ainda validamente alguns anos? e se acaso *ele* vem a saber dos seus manejos? Por seu turno, não se sentem tranquilos e seguros os oposicionistas, nem vêem com clareza o melhor procedimento a adoptar. Na perspectiva de uma alteração funda a curto prazo, que fazer? Com o desaparecimento de Salazar, desaparece o regime? Decerto: os homens de extrema-esquerda têm a sua decisão firme: com ou sem Salazar, há que combater o regime até ao seu derrube. Mas a oposição comporta outras famílias ideológicas. E assim como homens do regime tentam abrir caminhos junto de oposicionistas, assim também alguns destes não se acanham de uma aproximação com aqueles. Excluídos os homens do extremismo, não estão os demais oposicionistas certos, no entanto, de poder destruir o regime, mesmo sem Oliveira Salazar; e há que regressar de algum modo à área do poder, ou ficar próximo desta, porque se sentem afastados há muito de uma vida política que concebem como distribuição de favores e benefícios, como plataforma de influência, como degrau para a fortuna. No fim de tudo, Salazar é o obstáculo, e a sua remoção, por um motivo ou outro, pode ser havida como objectivo alcançado, como triunfo; no fim de tudo, as divergências e as lutas têm sido *pessoalmente* com o *ditador,* e se este desaparecer o quadro é outro e já não fica mal à honra e à consciência de qualquer colaborar com o regime; no fim de tudo, há um cansaço natural numa oposição que tem conduzido a sítio nenhum, e uma colaboração digna constitui mesmo um dever cívico, um imperativo em face dos interesses nacionais; no fim de tudo, pode bem acontecer que uma aproximação com o regime consiga influenciar este *por dentro* e fazê-lo inflectir para rumos mais consentâneos com uma democracia pluralista, com os ideais do republicanismo histórico, com os conceitos dos novos tempos e da nova sociedade que muitos julgam avistar nos horizontes. E por motivos diversos, mesmo opostos, os homens do regime e os homens da oposição sentem que de repente podem estar perante um vácuo político, um vazio psicológico: desaparecida a figura central, a quem se encostar? removido o alvo da oposição, como despir e substituir o hábito de oposicionista?

Para lá do mundo político, e do escol da economia e do trabalho, há a massa dos portugueses, todo o povo das fábricas e dos campos,

o pequeno comerciante e o pequeno funcionário que lutam na metrópole ou no ultramar, o soldado que é povo e se bate em África. Alheios aos jogos subtis da política e das facções, os portugueses comuns lêem nos jornais ou ouvem dizer que Salazar cumpriu setenta e nove anos. Muitos se interrogam quanto ao futuro: Salazar *desaparecerá* um dia que tem de estar perto: e como será Portugal sem Salazar? Alguns, curvados ao peso de um quotidiano vil, depositam na morte de Salazar esperanças de melhoria, de maior desafogo; e escutando as promessas de uns e outros, atribuem à teimosia, à obstinação salazaristas todas as suas agruras e tropeços. Outros identificam-se, pelo contrário, com um homem cujo nome sempre lhes foi familiar e a que se habituaram, como a uma instituição ou dado natural da vida; e num apego de sentimento receiam o que virá depois de Salazar. Estão entre os primeiros as gerações mais novas; enfileiram entre os segundos os homens de uma idade que não lhes consente grandes ilusões. De todo o modo, a vida colectiva dos portugueses continua sem sobressalto: e entre a arraia-miúda não é posta em causa a resistência no Ultramar, nem em dúvida o interesse português no seu prosseguimento.

Neste dia 28 de Abril, depois dos visitantes com cumprimentos e flores, Salazar está só. É domingo, não tem audiências marcadas. Para o jantar, porém, vem o seu amigo patriarca. Convidou-se o próprio prelado numa carta que, se é de afecto, é já de *saudade* também: outros amigos haviam já partido, a tarde da vida está a descer: «*não seria bem aquecer-nos à fogueira antiga?*» (1). Na residência da Rua da Imprensa jantam os dois homens. Estão um e outro na casa dos oitenta anos. Conheceram-se em Coimbra, pelos seus vinte anos. Depois, a par, percorreram seis décadas de vida, cada um na mais alta posição do país, na Cidade de Deus e na Cidade dos Homens. Tem sido longo o caminho, e áspero. É já antiga a fogueira a que ambos se aquecem. Agora está a cair a tarde.

---

(1) Julgo de muito interesse esta carta do cardeal Cerejeira para Salazar. Na íntegra: «*António: não quererias dar-me as tuas sopas no jantar do próximo dia 28? A Providência já nos levou o Carneiro de Mesquita, cujo aniversário da morte passou ontem. Estamos sós os dois, e podemos dizer com os discípulos de Imaúz que está a cair a tarde. Se não destinaste ainda o teu dia, não seria bem aquecer-nos à fogueira antiga? Teu sempre* † *Manuel.*» Carta de 26.4.68.

6

Dois dias mais além, Oliveira Salazar vai num salto ao Vimieiro e a Santa Comba. Não prolonga a estadia. Nada de grave ou urgente o espera em Lisboa, decerto; mas nos primeiros dias de Maio está de regresso à Rua da Imprensa. Pelo mundo, quanto a Portugal, mantém-se uma acalmia que parece já um hábito. Não se resolveram os grandes problemas da África Negra—Rodésia, Biafra, lutas internas no Zaire, tensões de fronteiras noutras zonas—e se tudo interessa a Portugal, ou o pode afectar num sentido ou noutro, não é todavia Portugal que está directamente visado, ou sob ataque. Oliveira Salazar, limitando os seus períodos de trabalho e poupando esforços, segue os assuntos correntes, mas sempre, e mais e mais, confinado aos problemas de Defesa, Ultramar e Negócios Estrangeiros. Silva Cunha, com a concordância de Gomes de Araújo, propõe o nome do brigadeiro António de Spínola para governador e comandante-chefe na província da Guiné; Salazar já calara a irritação causada pela carta que aquele oficial, quando coronel, lhe escrevera em 1961, comentando os acontecimentos do *13 de Abril*, e atribuindo-lhe culpas em termos que houve por desabridos(1); e o chefe do governo aprova a proposta do ministro do Ultramar. Em 2 de Maio de 1968, é publicada a nomeação de António de Spínola para a Guiné, a substituir o general Arnaldo Schultz, que havia concluído o seu mandato e não o desejava renovado. Depois, pelo país, celebram-se figuras ou acontecimentos de relevo nacional. No dia 3 de Maio, é promovida junto ao monumento de Pedro Álvares Cabral, em Lisboa, uma homenagem ao descobridor do Brasil: estão membros do governo, comparece o embaixador brasileiro, desfilam forças de Marinha. Em Conselho de Ministros, do dia 7, com Salazar a presidir, são aprovadas as contas públicas de 1967. Ulisses Cortez faz uma

(1) Ver V. V, págs. 250-251.

exposição: informa que se apurou um saldo positivo de mais de cem mil contos: mas diz que o futuro lhe aparece muito ensombrado e cheio de obstáculos: é grave a crise mundial monetária e financeira: e prevê dias duros, dias muito duros. Salazar escuta, muito tranquilo, sem trair uma ideia ou um sentimento; e felicita o Ministro das Finanças pelo saldo conseguido. Uma semana mais tarde, no tradicional dia 13 de Maio, encerram-se oficialmente em Fátima as cerimónias comemorativas do Cinquentenário das Aparições. Mais uma vez se sente emocionada a massa dos católicos portugueses, e centenas de milhar de peregrinos acorrem ao Santuário; preside às solenidades o cardeal Felici, como representante de Paulo VI: e é inaugurada uma estátua do pontífice para perpetuar a lembrança da sua peregrinação à Cova da Iria, há um ano atrás. Neste meio tempo, é empossado no seu cargo o brigadeiro Spínola. Diz Silva Cunha: «*Terrível responsabilidade esta que honra quem tem a coragem de a assumir*», mas que exige devoção, alheamento dos interesses pessoais, capacidade de acção, qualidades de reflexão e prudência, para assim vencer dificuldades, continuando as Forças Armadas, os funcionários e a população «*como até aqui, sem perder ânimo, a dar exemplo e prova de patriotismo que sempre, e nas mais difíceis circunstâncias, tem revelado*». Responde Spínola num improviso: agradece, protesta a sua determinação de cumprir a sua missão, na «*secular linha de rumo que moldou, na sua feição civilizadora e multirracial, a nossa ditosa Pátria — a Grande Nação Portuguesa*». Entretanto, Salazar recebe Spínola para uma longa entrevista de orientação, e despedida. Expõe a tese de sempre, e a necessidade de rota certa e mão firme até que cheguem melhores dias. Defende o novo governador uma tese que substituiria o conceito de *unidade territorial* pelo de *solidariedade* do Espaço Português. Salazar ouve, não comenta, e pede ao governador que embarque com urgência. Desabafa depois para os seus colabordores: «*Esperemos que as realidades locais e as responsabilidades façam ver ao governador que o mundo não permitiria a viabilidade das suas ideias, senão vamos ter dissabores*». Através de tudo, o chefe do governo está entregue à leitura ávida dos dois primeiros tomos de um livro branco — *Vinte anos de Defesa do Estado da Índia* — que o Ministério dos Estrangeiros acaba de editar, e que reúne a documentação sobre o problema de Goa,

desde o momento em que o governo de Nehru exigiu a sua entrega à Índia, declarando justamente que recusava qualquer outra solução, ainda que os goeses quisessem continuar a ser parte de Portugal. Salazar justifica o seu interesse em reler textos que conhece: «*para o futuro do país, este livro branco é mais importante do que a ponte sobre o Tejo. É que explica e documenta por que foram tomadas umas decisões e não outras, esclarece a política adoptada e comprova que esta não poderia ter sido outra, se se queria evidentemente que Goa continuasse portuguesa ou ligada a Portugal. Para entregar Goa à Índia, como esta queria, nem era preciso qualquer política, bastava assinar um qualquer papel a formalizar essa entrega*» (1).

E a política interna? Nesta segunda quinzena daquele mês de Maio de 1968 volta a agravar-se o ambiente político. Acentuam-se as rixas entre ministros, aprofunda-se a descoordenação entre os grandes departamentos; e na opinião pública tem perdido o gabinete, no seu conjunto, parte do seu crédito. Impõe-se uma vasta remodelação ministerial; e parece imprescindível um qualquer acto político que impressione os portugueses e restabeleça a confiança no governo e no regime. Salazar dá-se bem conta do estado de espírito do país; mas a sua antiga relutância em mudar de ministros está mais forte do que nunca. Apesar disso, vence-se a si próprio, e começa efectivamente a ocupar-se de alterações no gabinete. Recorre aos seus conselheiros políticos de discrição certificada por experiência: Luís Supico Pinto, Mário de Figueiredo, Soares da Fonseca. Recebe-os amiúde, discutem-se possibilidades, atiram-se

(1) Torna-se evidentemente difícil saber o que será ainda possível dizer ou escrever para esclarecer a questão de Goa. Passados quarenta anos sobre as primeiras reivindicações indianas, há portugueses que sustentam teses como esta: se se tivesse concedido autonomia a Goa, se se tivesse realizado um plebiscito em Goa, se se aceitassem as teses da autodeterminação, se fosse democrático o governo de Lisboa, se se tivesse procurado negociar com a Índia — ainda hoje Goa seria portuguesa, ou pelo menos a Índia não haveria cometido agressão militar. Da parte de quem sustenta aquelas teses há inexplicavelmente uma recusa cega em reconhecer este facto: Nehru, ao reivindicar Goa, declarou que o seu propósito era o da integração total e completa na Índia; declarou e repetiu que não aceitava qualquer outra solução, ainda que os goeses a quisessem. Nehru só se dispunha a negociar os prazos e o modo de entrega — mas esta, e só esta, era o que queria.

nomes. Quais os ministros cuja saída se torna necessária? Decerto os elementos militares do governo, salvo o titular da Defesa: não por estarem *queimados* os demais, mas por cansaço nas funções, por fadiga nos círculos de oficiais. É entre os ministros civis, contudo, que se torna mais urgente *refrescar* o gabinete. No Interior, Santos Júnior está claramente exausto: esgotou a sua utilidade sobretudo nos distritos e autarquias locais. Soares da Fonseca desejaria que fosse mantido Santos Júnior; mas de todos os lados é sugerida a sua substituição; e para o efeito corre o nome de Gonçalves Rapazote, deputado em mais de uma legislatura, e havido por elemento de destaque entre os monárquicos. Também há que *mexer* nas Finanças. Ulisses Cortez está diminuído, nunca se recompôs inteiramente de um ataque cardíaco. Nas Comunicações, Carlos Ribeiro ocupa há dez anos a pasta, e a sua rendição é solicitada de muitos sectores. Mais delicado se afigura o problema da Educação Nacional. Galvão Telles tem sofrido da prolongada crise académica; e deseja regressar à sua actividade profissional. Mas a agitação universitária não está finda: que homem poderá e quererá ser ministro para a enfrentar? Conclui Salazar que está perante uma vasta crise do governo: terá capacidade para recrutar novos nomes, novos valores, que queiram, quando o chefe do governo dobrou os setenta e nove anos, assumir riscos políticos e ligar-se a um homem que não pode ter longa vida pública?

Oliveira Salazar está consciente da situação. Resolver a crise de governo afigura-se-lhe um inferno; e a busca de novos homens parece-lhe exigir um esforço fora de comum. Que fazer? Diz: «*se o terrorismo em África acabasse, ou se pelo menos acabasse numa das três províncias afectadas, ia-me então embora. Assim é uma maçada*». E explica: «*se eu me retirasse, internacionalmente pensava-se numa mudança de política, ou dizia-se que eu, tendo-me metido numa política sem saída, fugia ao desastre. É uma maçada*». Conclui o chefe do governo: «*Quanto ao plano interno isso não tinha mal: estou cansado, e há muitos que fariam mais e melhor do que eu*».

7

Na sua perpétua oscilação pendular, é de novo inquietante a situação internacional neste dobrar da Primavera para o Verão de 1968. Há uma nota de esperança: iniciam-se em Paris negociações directas entre o governo do Vietname do Norte e o governo de Washington: ninguém acredita que em pouco sejam positivos os resultados: mas parece lícito encarar a prazo o termo da guerra da Indochina, que se arrasta desde 1945. Divididos neste problema contra si próprios, os norte-americanos têm estado sujeitos a um trauma nacional que, além de os enfraquecer, quase os paralisa. Para o Ocidente, tem sido um ponto vulnerável. Mas noutras áreas do mundo, e para lá do continente africano, os responsáveis sentem-se neste momento preocupados por outros sucessos.

Depois de haver substituído Novotny nas funções de primeiro-secretário do Partido Comunista da Checoslováquia, Alexandre Dubcek empreende vastas mudanças de estrutura no país. É concedida alguma liberdade de expressão à imprensa checoslovaca; as vítimas de saneamentos políticos durante os tempos de Estaline são reabilitadas; e todo um programa de reformas económicas e sociais é simbolicamente designado por *«caminho checoslovaco para o socialismo»*. Implícita fica a sugestão de que o caminho soviético para o socialismo não é o único, nem aplicável a todos os países. Está-se assim perante uma clara afirmação de independência ideológica e política. Nesta sua atitude, Dubcek é apoiado com entusiasmo por estudantes, intelectuais, escritores; e de súbito manifestam-se quantos não se sentem comunistas ou, sendo-o, desejam a sua autonomia perante Moscovo. Há um clamor por *«um socialismo de face humana»*. Pelo mundo, corre a expressão: é a *Primavera de Praga*. Em Moscovo há inquietação: como pode ser tolerada uma fractura no bloco socialista? Neste mês de Maio de 1968, Dubeck e outros chefes visitam Moscovo. Procuram acalmar as suspeitas soviéticas: pretendem reformas no seu país, decerto, mas não deixam por isso de ser comunistas: e está fora de questão

qualquer atitude hostil para a União Soviética, ou mesmo de menor colaboração no Pacto de Varsóvia, a que pretendem continuar fiéis. E dão o seu consentimento a que em pouco, no Verão, se efectuem na Checoslováquia as manobras militares conjuntas dos membros daquele Pacto. Regressam a Praga Dubcek e os seus amigos; mas não estão seguros da atitude final dos responsáveis no Kremlin. E se estes se decidirem pela violência não se sabe a que extremos pode o mundo ser conduzido.

Muito mais funda impressão causam em Portugal os acontecimentos de França. De chofre, também naquele mês de Maio, parece à beira da catástrofe o povo francês. De uma perturbação académica na Universidade de Nanterre, passa-se a um movimento global em toda a universidade francesa. Depois, ganha o operariado. Depois, ganha os camponeses. Dez milhões de franceses estão em greve. Não é uma greve, todavia, para reivindicar maiores salários ou melhores condições de trabalho: tem por objectivo a ruptura violenta do tecido social francês. Há ocupação de fábricas, de terras, de edifícios; estão paralisadas as comunicações e os transportes, cortados os abastecimentos, suspensos os serviços públicos, encerrados os bancos e os mercados; e por todo o lado surgem bandeiras vermelhas e negras. Travam-se batalhas nas cidades e nos campos. Trata-se de uma insurreição generalizada. Há uma fuga de ouro, de capitais; e cifram-se em biliões de francos os prejuízos. Em alguns locais, é queimada a bandeira francesa. Prolonga-se por dias esta socialização do caos; e torna-se clara uma carência de autoridade, um afundamento do Estado. Duas perguntas correm mundo: porquê este surto de violência? que se propõe fazer o presidente De Gaulle? Estão decerto envolvidos problemas de segurança social, de participação das classes no fenómeno político, de pretensões sectoriais acaso legítimas. Mas em causa está sobretudo um tipo de sociedade, um sistema de valores, uma visão da França; e é o quadro vigente que se procura derrubar e substituir, ainda que do atropelo não se deduza uma imagem nítida do que se busca, nem um projecto coerente. Charles De Gaulle, em 23 de Maio, dirige-se à França: admite a negociação, promete reformas, propõe uma revolução na paz; e tudo será submetido ao julgamento último do povo, por referêndum. Entretanto, circulam rumores pelos meios internacionais: é incerto o paradeiro do

presidente francês: teria ido à Alemanha, segundo uns, ou à Suíça, segundo outros: conferenciara com os chefes militares que comandam as tropas francesas na Alemanha, e aos quais se teriam ido juntar outros generais vindos de França: e em todos haveria o chefe de Estado Francês encontrado apoio para enfrentar a situação interna. Na base dessa segurança, no dia 30 de novo fala De Gaulle aos Franceses: comunica a dissolução da Assembleia Nacional, anuncia novas eleições: se não for assim recuperada a ordem, actuará então por meios independentes, sem excepção: e mostra-se firme e sem contemplações. François Mitterrand logo acusa o presidente de pretender a ditadura. Mas a França reage, na sua maioria, e os conservadores, os liberais, os moderados, cerram fileiras por detrás de De Gaulle: um milhão de manifestantes, com André Malraux e Michel Debré à frente, sobe os Campos Elísios numa prova de força e de apoio ao presidente da República. Pelo mundo, a Ocidente, a sensação é a de que os franceses viraram uma página de pesadelo (1).

Ficam perplexos os meios portugueses. Tanto nos círculos do governo como nos da oposição democrática e liberal, e mesmo na esquerda socialista, o pavor domina os ânimos: o derrube de toda a ordem estabelecida, o caos, a contestação até aos limites da anarquia, a ausência de qualquer valor erigida como valor supremo, não estão no espirito de ninguém.

8

Justamente no dia em que De Gaulle toma em Paris uma atitude decisiva, a 30 de Maio, chega a Lisboa, para visita oficial, o ministro dos Estrangeiros da Holanda, Joseph Luns. Este é um velho amigo de Portugal, e tem por Salazar, de há quase trinta

(1) A Residência para estudantes e bolseiros que a Fundação Gulbenkian construira e oferecera à Universidade de Paris é nesta altura também destruída pelo tumulto universitário.

anos, sentimentos pessoais de gratidão(1). Não esconde também a sua preocupação com as coisas de França. Sobre o tema pratica longamente com o chefe do governo. Luns admira De Gaulle mas não a sua política. Diz no entanto: *«antes mil vezes De Gaulle que Mitterrand»*. Salazar oferece a Luns, nos termos protocolares, um almoço. De hábito, usa o Palácio da Vila, em Sintra, para receber ministros estrangeiros que deva convidar. Mas agora sente-se fatigado, sem paciência, e é no próprio Palácio das Necessidades que se efectua o almoço. Todos notam que o chefe do governo se esforça por conversar, por estar normal, mas parece alheio, mortiço, e sobretudo não consegue vencer uma tristeza infinita. Logo que lho consente a praxe, Salazar retira-se. Luns, personalidade exuberante que faz passar toda a análise política pelo crivo da graça e do bom humor, prossegue o seu programa: visita grandes estruturas industriais, o Museu da Marinha, torna às Necessidades para o banquete de estilo do seu colega português. Ao partir de regresso ao seu país, Luns de novo recorda o seu afecto pelos portugueses.

Transposto o sobressalto dos acontecimentos franceses, tudo em Portugal se dirigia reintegrado na rotina. Apronta-se uma delegação oficial portuguesa que deverá seguir para Lusaka: dos contactos entre representantes zambianos e portugueses, em Nova Iorque ou Londres, apura-se que o presidente Kaunda, antes da sua viagem à Europa e no quadro da carta do ministro português dos Estrangeiros, está pronto a iniciar negociações com Portugal: e o seu resultado último poderá bem ser a assinatura de um tratado de boa-vizinhança e não-agressão entre Portugal e a República da Zâmbia. Em Nova Iorque, o Conselho de Segurança aprova finalmente uma nova resolução sobre a Rodésia: condena o regime rode-

(1) Luns fora secretário da Embaixada da Holanda em Lisboa, durante a guerra, de 1941 a 1943. Na altura da ocupação da Holanda pelas tropas alemãs, a mulher e a filha de Luns encontravam-se no seu país; e com o intuito de exercer pressão sobre o marido e pai em Lisboa, para que aderisse e regressasse à Haia, o governo nazi não deixa sair mãe e filha da Holanda. Luns, profundamente antinazi, pede a Salazar que intervenha. Este escreve a Hitler uma carta exigindo a imediata autorização para que a mulher e a filha de Luns venham para Portugal. O chanceler alemão concedeu-a prontamente, e vieram.

siano, reafirma as medidas anteriores; explicita e pormenoriza as sanções, mas não as alarga; mantém o bloqueio, mas não o amplia; e, se se dirige a todos os estados-membros da ONU, não menciona qualquer. Portugal, como a África do Sul, deixa assim de ser directamente responsabilizado pela situação rodesiana; e o facto significa que também os Estados Unidos, além da Inglaterra e da França, informaram os afro-asiáticos de que oporiam o seu *veto* a um texto que acusasse o governo de Lisboa. Mas de súbito outro choque fustiga o mundo livre: em 4 de Junho de 1968, num hotel de Los Angeles, é alvejado a tiro o senador Robert Kennedy, e uma das balas aloja-se no cérebro: é operado de imediato: mas morre quarenta e oito horas mais tarde. Seu irmão, quando presidente dos Estados Unidos, fora assassinado em 1963; e agora o senador, havendo anunciado a sua candidatura à Casa Branca, cai sob o mesmo destino. Se a maldição e a tragédia que perseguem os Kennedys impressionaram muitos, o clima de violência que varre a sociedade norte-americana preocupa todos, sobretudo por reflectir uma atmosfera mundial; e ainda que se trate de actos isolados, e não típicos do americano médio, nunca se sabe que forças podem ser desencadeadas. Em Lisboa, a atitude isolada de um sacerdote assume proporções de escândalo público, e faz estremecer os meios católicos portugueses: o padre de Santa Maria de Belém, José Alves, numa carta que circula com larga difusão, contesta o papado, condena o clero, defende a completa laicização da sociedade civil, advoga a abolição da estrutura episcopal, nega o direito divino da hierarquia, denuncia o que tem por conluio entre os eclesiásticos e os poderosos do mundo (capitalistas, governantes, forças militares e policiais), reivindica uma justiça social que afirma só poder resultar de uma «*clara e completa socialização ou comunismo*», e proclama em suma a necessidade de uma «*revolução total*», com «*mutação*(1) *rápida e total nas estruturas vigentes, jurídicas, económicas, sociais, políticas, culturais, e instauração de uma ordem radicalmente nova*». É de ostensiva insubordinação contra o magistério e a disciplina da Igreja a atitude do sacerdote, e fica perturbado o cardeal Cerejeira, para mais seu amigo pessoal; mas antes

(1) Nalgumas versões, em vez de *mutação* aparece a palavra *destruição*.

de tomar medidas procura saber se aquele está pronto a uma explicação ou reconsideração; escreve ao pároco de Belém, que de momento aliás se encontra em Paris, duas cartas que não lhe chegam às mãos, dadas as perturbações em França; o patriarca aproveita então como intermediário o bispo D. Manuel Falcão, que tem de se deslocar àquela cidade, e que se avista com o padre Alves; e este, além de rejeitar qualquer retractação e insistir nas suas teses, envia ao cardeal dois longos textos de ironia, de troça, mesmo de sarcasmo, em que se situa fora de toda a ordem hierárquica e atinge a pessoa do patriarca (1). É afastado de Belém o pároco. Exultam alguns círculos progressistas com a rebeldia do sacerdote, que além de tudo procura escudar-se em documentos do Concílio Vaticano II, interpretados a seu jeito; mas foi tão extremista e virulento que é quase geral, na massa dos fiéis católicos, o repúdio do seu comportamento e o apoio ao patriarca de Lisboa. Através de tudo, pelo país, a par de críticas ao governo, ressurgem vivos rumores de uma remodelação ministerial iminente.

Decorre a este tempo em Portugal o XII Festival de Música, promovido pela Fundação Gulbenkian. Na noite de 6 de Junho de 1968, em grande espectáculo, o Coliseu de Lisboa tem esgotada a sua lotação: apresenta-se o bailado *Romeu e Julieta,* baseado na sinfonia de Berlioz, e posto no palco pelo *Ballet du XX^ème^Siècle,* organizado e dirigido por Maurice Béjart. Para sublinhar o drama do amor e do ódio, e salientar o seu contraste, é vincada numa última cena do bailado um grito, um estribilho que se lança aos homens: *façam amor, não façam guerra.* E Béjart, num epílogo, põe locutores invisíveis a propagar, em diversos idiomas, notícias imaginadas de revoltas, guerras, lutas e tensões sociais; cita-se o conflito do Vietname; e tudo é enquadrado no mesmo repto: *façam amor, não façam guerra.* Rompe o público em aplauso, e Béjart vem à boca da cena. Indica que pretende pronunciar apenas algu-

(1) Nas suas cartas, o padre Alves reclama julgamento num tribunal eclesiástico, repele o que classifica de repressão autoritária, recusa-se a pedir a demissão de pároco, e reivindica o direito de, como padre, se ocupar de assuntos políticos, desde os problemas de direitos humanos até às questões de África. Neste particular, diz: *«o ponto crucial é o problema colonial»* que classifica de *«mito nacional»*.

mas palavras, e diz: «*Robert Kennedy foi assassinado hoje*(1), *vítima da violência e do fascismo. Contra todas as formas de violência e de ditadura, peço-vos um minuto de silêncio*». Respeita a assistência o silêncio requerido, e depois novos aplausos saúdam Béjart e o seu corpo de baile. Ao outro dia, a 7, pela manhã, Salazar é informado do que se passou no Coliseu. Considera que Béjart fez um apelo ao pacifismo, lançou um grito de derrotismo, e condenou a autoridade, ainda que esta actue em legítima defesa. Reunido nessa manhã com os seus colaboradores para esta matéria — o ministro do Interior, o subsecretário da Presidência do Conselho — o chefe do governo assenta na proibição de mais espectáculos e na imediata saída de Béjart do território nacional. Ao público é dada conta numa nota distribuída à imprensa pelo Secretariado Nacional de Informação: «*foram dirigidas à juventude exortações derrotistas e tomadas atitudes de especulação política inteiramente estranhas ao próprio espectáculo. Perante a luta que temos de manter em defesa da integridade nacional, não pode consentir-se que uma companhia estrangeira aproveite, abusivamente, um palco português para contrariar objectivos nacionais*». É no momento, e para este bailado, encerrado o Coliseu; e Béjart abandona Portugal. Há excitação nos meios da música e da arte; escritores, artistas, músicos, bailarinos não calam o seu protesto; e mostra-se particularmente magoado o presidente da Fundação Gulbenkian, Azeredo Perdigão. Justifica-se Salazar: «*a autoridade tem de intervir logo, não pode hesitar, nem esperar por um segundo desafio*».

Na tradição já de anos, três dias mais tarde celebra-se o *10 de Junho* e de novo se presta homenagem às Forças Armadas que se batem em África. É no Terreiro do Paço, há o aparato marcial dos grandes momentos, está reunida toda a alta hierarquia civil e militar. São entregues condecorações aos que praticaram feitos de bravura. Entrega umas o presidente da República. Salazar entrega outras: é sempre grave o seu semblante.

---

(1) Como se assinalou, o atentado contra R. Kennedy, é de 4.VI.68, mas a sua morte apenas se verificou efectivamente em 6.VI.68.

9

No dia 11 de Junho de 1968, que é uma terça-feira, está reunido o Conselho de Ministros. Anuncia o chefe do governo os pontos de que, por si, pretende ocupar-se: caso Béjart, assassinato de Kennedy, situação na Checoslováquia e em França, eventualidade de conflitos sociais e alterações de ordem pública em Portugal. Que diz Oliveira Salazar? Descreve em grande minúcia o desenrolar dos acontecimentos do Coliseu. Está consciente, prossegue, das reacções causadas pela suspensão do bailado e a expulsão de Béjart; tem-nas recebido do presidente da Fundação Gulbenkian e de outras pessoas; mas não cabe dúvida de que se tratou de um desafio político, de um ataque frontal à política portuguesa, de uma atitude política e não artística ou cultural. Fora escolhido o Coliseu, com público numeroso dadas as suas dimensões; e a própria forma como foi explorado o assassinato de Robert Kennedy — aliás crime a condenar por todos — mostra claramente a intenção do director e responsável pelo corpo de baile. Não poderia ter sido outra a decisão tomada. «*Entre nós tem de ser diferente*», diz Salazar, «*não podemos ter crise de autoridade*». E o atentado de Los Angeles? Um acto brutal, um crime que indigna as consciências. Mas impõe-se uma conclusão: os Estados Unidos, a sociedade norte-americana estão sendo vítimas de ventos que ajudam a soprar pelo mundo, de situações revolucionárias que aceitam ou mesmo encorajam, julgando que pelo enfraquecimento de outros beneficiam depois os americanos. Preocupações graves, no entanto, devem também causar os acontecimentos da Checoslováquia e sobretudo da França. Estão a caminhar depressa de mais os novos dirigentes de Praga, e a continuarem neste ritmo será de pensar que Moscovo receie prejuízo directo para a União Soviética e para o movimento comunista mundial; há que aceitar a atitude soviética de não querer uma Checoslováquia hostil e não colaborante; mas se os homens da *Primavera de Praga* fossem mais prudentes e caminhassem com mais lentidão, talvez obtivessem mais concessões, pelo menos mais autonomia interna

para definirem o seu regime económicò, as suas instituições, o estatuto das suas liberdades; se assim não procederem, há que temer uma invasão brutal pelo Kremlin, ficando as coisas pior do que estavam. Para Portugal, contudo, são de muito mais importe os sucessos de França. Um desastre drástico na sociedade francesa afectaria a Europa Ocidental, e pela alteração do equilibrio de forças poderia ser o inicio de uma guerra mundial; e em qualquer caso não deixaria de se repercutir em Portugal, onde a França e a sua cultura são prestigiosas e influentes. Felizmente, De Gaulle parece ter de momento a situação dominada, e as modificações que já fez no governo são favoráveis a Portugal: Michel Debré entra nos Estrangeiros, em vez de Couve de Murville que passa às Finanças e Economia, e é também um amigo; e na Defesa mantém-se Pierre Messmer, de compreensão e amizade provadas. Mas De Gaulle transigiu em muito. Diz o chefe do governo: «*De Gaulle vai por um caminho perigoso, o das concessões. Já não será mais De Gaulle. Temos de reconhecer que entrou no seu declínio*». E conclui: «*entre nós, logo ao primeiro sintoma, temos de resolver o caso radicalmente, haja o que houver, seja com estudantes ou com operários*». Mas Salazar pensa que a matéria referente ao caso Béjart não está esgotada, e que são possíveis alguns desenvolvimentos. Fica aprazado um novo Conselho de Ministros para o dia seguinte.

Como expressão de uma vontade, é firme a atitude do chefe do governo, e nesse tom se mantém nas horas seguintes. Mas naquela noite preocupa-o a remodelação ministerial. Não sabe se fará no governo também algumas modificações de estrutura. E há o problema da sua sucessão. Recorda-se de que em tempos Baltazar Rebelo de Sousa sugerira a nomeação de três vice-presidentes do Conselho: um, para coordenar as pastas económicas; outro, para coordenar as pastas militares; um terceiro, para coordenar as pastas políticas. Mas não seguirá esse caminho: que faria depois o presidente do Conselho? Além disso, seria um critério que não está na tradição política portuguesa. Não: ao chefe do Estado compete a escolha do presidente do Conselho. Justamente, estava pensando em Rebelo de Sousa para a Educação Nacional; mas há uma proposta de Silva Cunha para que seja nomeado governador-geral de Moçambique; e haverá que buscar outra solução para aquela pasta. E agora há o aborrecimento do caso Béjart.

E ao outro dia, na manhã de 12 de Junho, recebe uma carta de Azeredo Perdigão, acompanhada de um longo apontamento. Que pontos de vista apresenta? Depois de historiar o corpo de baile Béjart e as suas actuações passadas em Portugal, Azeredo Perdigão afirma que *Romeu e Julieta* fora visto em Bruxelas, em fins de 1967, por entidades portuguesas oficiais ligadas aos espectáculos, e que lhe deram a sua aprovação; e o programa fora também aprovado pelo subsecretário da Presidência do Conselho e visado pela Inspecção Geral dos Espectáculos. Mas depois Azeredo Perdigão ocupa-se dos próprios acontecimentos da noite do dia 6 no Coliseu. Na referência de Béjart ao assassinato de Kennedy, concorda Azeredo Perdigão em ver «*um acto descortês, descabido, insensato e, como tal, condenável, fosse qual fosse a intenção com que o praticou*». Mas repudia com firmeza uma passagem da nota oficiosa, e diz: «*as palavras de Béjart, fosse qual fosse o propósito com que as proferiu, não traduziam, nem de perto, nem de longe, uma exortação derrotista à juventude*». No entanto, o aspecto que mais «*tortura*» o presidente da Fundação Gulbenkian é outro: que se haja duvidado, como se depreende da nota, do seu portuguesismo. Afirma Azeredo Perdigão com vigor: «*É essa afronta à minha dignidade de português e aos meus sentimentos patrióticos, sempre revelados tanto em palavras como em obras, tanto no recolhimento do meu gabinete de trabalho como nas terras de Angola, Moçambique e Guiné, onde a juventude portuguesa derrama o seu sangue generoso em defesa da Pátria, que eu não posso suportar, sem esclarecimento e sem protesto, mormente vindo ela de um organismo oficial de grandes responsabilidades, com quem a Fundação e eu próprio, em propaganda da cultura artística portuguesa no estrangeiro — Bruxelas, Paris e Madrid — ainda há pouco colaborámos com a maior lealdade e espírito de sacrifício*». E Azeredo Perdigão lamenta ainda que não lhe houvessem sido comunicadas as medidas policiais a aplicar a Maurice Béjart, em tempo de serem evitados os prejuízos morais e materiais que ocasionaram à Fundação. Salazar resolve responder a Azeredo Perdigão, e assenta em que dará conhecimento dos dois textos ao Conselho de Ministros e submeterá à aprovação deste a sua resposta.

Em 12 de Junho, ao fim da tarde, como previsto, há nova reunião do Conselho de Ministros. Preside Salazar. Diz que pretende

submeter ao Conselho o caso Béjart. Descreve em grande minúcia o desenrolar dos acontecimentos do Coliseu. Está consciente, continua o chefe do governo, das reacções provocadas pela suspensão do bailado e pela expulsão de Béjart; tem-nas recebido do presidente da Fundação e de outras pessoas; mas não cabe dúvida de que se tratou de um desafio político, de um ataque frontal à política portuguesa, de uma atitude política e não artística ou cultural. E Salazar prossegue repetindo rigorosamente o Conselho já efectuado, e fá-lo como se então nada tivesse dito sobre o caso Béjart, e estivesse agora a expor um assunto novo. Em torno da mesa do Conselho abate-se de súbito um frio de constrangimento e de angústia e drama: cabisbaixos, de olhos fixos nos papéis que têm em frente, os ministros compreendem que uma perturbação grave atinge Oliveira Salazar: mas nenhum membro do Conselho cicia uma palavra, nem cruza com outro sequer um olhar. É pesado o ambiente, e esmagador, e há a percepção de que é talvez histórico o momento: a Oliveira Salazar, pelo menos por um lapso de tempo, varreu-se-lhe a memória de factos que são da véspera e a consciência da realidade. No topo da mesa está muito pálido o chefe do governo; mas muito sereno, e à vontade, sem se dar conta de nada. E alonga a sua exposição, foca os mesmos aspectos já abordados. Entra depois em terreno efectivamente novo. Dá conhecimento ao Conselho da carta e do apontamento de Azeredo Perdigão; informa os ministros de que redigiu e tem ali pronta uma carta de resposta; mas não a enviará se o Conselho tiver objecções, ou quiser introduzir emendas. Que responde Salazar a Azeredo Perdigão? Quando foi assente a saída de Béjart, *«eu lembrei que a Fundação devia ser posta ao corrente das decisões do governo, pois era de prever que tivesse de agir sem demora no esclarecimento da sua atitude, e na defesa dos seus interesses culturais ou outros e até dos interesses do público, se este viesse a ser de alguma forma lesado. Sei que isto se fez mas por várias razões tardiamente, e do facto há que pedir desculpa à Fundação e em especial ao seu ilustre presidente»*. E quanto ao que Azeredo Perdigão considera afronta à sua qualidade de português? Responde Salazar: *«Todos conhecem neste país os altos serviços prestados por V. Ex.ª à frente da Fundação Gulbenkian em benefício da pátria comum, para que pudesse passar por qualquer espírito uma sombra*

de dúvida a tal respeito» (1). É escutada a leitura da carta num silêncio que, além da deferência para com o chefe do governo, parece ter na ocasião um peso dramático; e acabada a leitura, Salazar percorre com o olhar os ministros, como quem pergunta opi-

---

(1) Dadas as circunstâncias em que esta carta de Salazar foi composta, tem interesse a sua transcrição na íntegra: *«Ao Dr. Azeredo Perdigão: Recebi a carta de V. Ex.ª de 12 e com ela o apontamento em que explica o que chamaremos, para simplificar, o caso Béjart, visto pela Fundação Gulbenkian. Parece-me que, estando todos de acordo sobre o valor da actuação desenvolvida pela Fundação a favor da cultura nos mais diversos campos, só dois pontos podem ter ferido a sua sensibilidade—um que exprime desenvolvida e magoadamente no apontamento, e outro de que apenas se lamenta, certamente pela delicadeza com que V.Ex.ª se propôs tratar o assunto, mas a que devo referir-me também. Faço-o até em primeiro lugar, porque representa uma falta que, embora involuntária, há que reconhecer. Quando na manhã (de 7 de Junho) fui informado do que se passara no Coliseu (e V. Ex.ª define severamente numa das passagens do apontamento), assentou-se na orientação a seguir, e eu lembrei que a Fundação devia ser posta ao corrente das decisões do governo, pois era de prever tivesse de agir sem demora no esclarecimento da sua atitude, e na defesa dos seus interesses culturais ou outros e até dos interesses do público, se este viesse a ser de alguma forma lesado. Sei que isso se fez mas por várias razões tardiamente, e do facto há que pedir desculpa à Fundação e em especial ao seu ilustre Presidente. Examino agora o outro ponto. Refiro-me só a uma passagem da nota do SNI:* «foram dirigidas à juventude exortações derrotistas», *visto que a exactidão da outra frase*—«tomadas atitudes de especulação política inteiramente estranhas ao próprio espectáculo»—*nem sequer pode ser discutida. Sem desejar apreciar a forma como Béjart «trabalha» os temas para os traduzir em bailados, e designadamente* Romeu e Julieta, *há que ter presente o seguinte: Quando V. Ex.ª em Outubro de 1967 apreciou em Bruxelas* Romeu e Julieta, *o bailado já era o que era: mas entre essa data e a apresentação em Lisboa verificam-se em França acontecimentos graves de todos conhecidos. E deu-se o caso estranho de que a ocupação da Sorbonne pela massa estudantil foi precisamente feita durante muitos dias ao som do estribilho—faites l'amour, pas la guerre—; e as nossas informações são de que, com a insistente repetição do mesmo estribilho, foi também ocupada e pilhada a Residência com que a Fundação Gulbenkian generosamente presenteou a Universidade de Paris para instalar ali com dignidade e calma estudantes portugueses e estrangeiros. Fosse qual fosse a intenção inicial que ressaltava da peça, o que não há dúvida é de que ela se converteu num slogan subversivo contra a autoridade de um modo geral e contra os que a exercem mesmo em legítima defesa. Esta metamorfose dum dito, que podia ser inocente em certo contexto, numa frase incendiária largamente utilizada pela juventude em actos de subversão, como se repetia no Bailado? Enquadrada em cenas eróticas*

niões. Mal recuperados do choque de há momentos, alguns membros do Conselho aprovam o texto, elogiam-no; o chefe do governo parece contente do seu texto; e diz: *«então, se acham bem, segue ao seu destinatário»*. E passa a outros pontos para apreço do Conselho. Mas tudo perdera interesse. Apenas um assunto tem relevo: por proposta do ministro do Ultramar, Baltazar Rebelo de Sousa é nomeado governador-geral de Moçambique.

Nos dias imediatos, Salazar apresenta-se aos seus colaboradores com aspecto de boa saúde, bem-disposto, bem-humorado, e jovial.

10

Nesta segunda quinzena de Junho de 1968, está áspera a política interna. Não se apagaram ainda as reacções ao *caso Béjart*. Mesmo homens do regime têm por excessiva a medida do governo, e enten-

---

que se propõem e por si devem substituir a luta, mesmo moralmente lícita. Pelo que pareceu bem poder ser ela considerada em Portugal, «exortação derrotista» e por isso foi empregada. Quem segue com atenção os ventos que sopram de certos quadrantes contra os que teimam em defender a autoridade do poder e a integridade nacional, está habituado a ver os seus actos classificados como de «violência», «fascismo», «ditadura», *e compreende a intenção com que se pretendeu, fazendo-lhes directa referência, coroar o bailado do Coliseu. Tirar porém daquela frase do comunicado qualquer conclusão que afecte a sua dignidade pessoal e sentimentos patrióticos é desconhecer um abismo que não se pode transpor. Todos conhecem neste país os altos serviços prestados por V. Ex.ª à frente da Fundação em benefício da pátria comum, para que pudesse passar por qualquer espírito uma sombra de dúvida a tal respeito. Desculpe-me a extensão do meu arrazoado e creia-me com a maior consideração. Muito Atento, Venerador e Obrigado, Oliveira Salazar. 13.VI.968»—«P.S. Peço a V. Ex.ª me indique as pessoas a quem enviou o apontamento para que eu possa perante elas fazer-lhe a devida justiça, enviando-lhes cópia desta carta»*. Segundo a carta de Azeredo Perdigão para Salazar, aquele propunha-se enviar o apontamento ao *«Chefe do Estado, aos senhores ministros e mais autoridades civis e militares que assistiram ao espectáculo do dia 6 e, ainda, aos Comandos Superiores das nossas Forças Armadas»*. A carta de Salazar tem a data de 13.VI.68 mas apenas em 14 deve ter sido expedida ao destinatário.

dem que este deveria ter sido mais discreto; os oposicionistas exploram tudo; e tudo é havido como sinal de opressão e de repugnância intrínseca pela liberdade de expressão do pensamento, pela criação artística, pela cultura do povo. Para estes, é tido por inexistente o propósito político de Béjart, nem vêem neste qualquer exortação a um pacifismo que se contraponha à luta de África. Mas entre os partidários da situação, e ainda que por outros motivos, não escasseiam as críticas, e os atritos. Soares da Fonseca e Ulisses Cortez não ocultam a sua cólera perante a nomeação de Rebelo de Sousa, que acusam de não acreditar no Ultramar e de estar muito ligado a Marcello Caetano; e perante a escolha de um civil, para um território onde há guerrilha, sentem-se ofendidos alguns círculos militares. Continua a ser criticado o chefe do governo: que faz? por que demora tanto uma remodelação indispensável? tem na verdade dificuldades de recrutamento de novos ministros? Entretanto, em viagem política e de unidade nacional, percorre o Norte o presidente da República. Inaugura no Porto a estátua de Vímara Peres, preside às comemorações do XI Centenário da Presúria de Portugal, abre solenemente o Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais; visita a Póvoa do Varzim, Leixões, Leça; e observa a barragem de Vilarinho das Furnas. Em Lisboa, Salazar está embrenhado nos problemas de Cabora-Bassa: a qual dos três poderosos consórcios internacionais que concorrem, deverá ser adjudicada a construção de uma barragem que ficará por monumento ao esforço português em África? É delicado o problema, além de tudo, porque o consórcio triunfante, por razões financeiras, económicas e técnicas, não deixará de exercer no território influência política, e importa que esta não seja hostil à presença portuguesa; por outro lado, o vencedor, ainda que hostil de início, tenderá a apoiar-se nessa presença, como factor essencial à construção e boa exploração da futura barragem. Junto dos departamentos portugueses — Ultramar, Finanças, Obras Públicas — são exercidas pressões fortes para os inclinar num sentido ou outro (1). Salazar, no entanto, vê o

(1) Concorriam um consórcio em que predominavam firmas americanas, outro de predomínio de firmas britânicas, outro que congregava firmas francesas, alemãs e sul-africanas.

problema de um ponto de vista só político: e por este se propõe decidir. E trabalha realmente na remodelação ministerial: são infindáveis as conversas com Mário de Figueiredo, Soares da Fonseca e sobretudo Luís Supico; e com Gomes de Araújo revê o problema dos ministros militares e dos grandes comandos. Mas as consultas arrastam-se, e os círculos políticos do regime impacientam-se.

Em 28 de Junho de 1968, para as celebrações do V Centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral, chega a Lisboa toda uma delegação luzida do Brasil. É chefiada pelo ministro das Relações Exteriores, José de Magalhães Pinto, e compõem-na os ministros da Marinha, da Aeronáutica, um representante do ministro do Exército, além de parlamentares, políticos, e homens de letras em que Pedro Calmon e Josué Montelo sobressaem, já clássicos como são no quadro da amizade luso-brasileira. Ouro Preto, que continua embaixador do Brasil em Portugal, e José Manuel Fragoso, que agora está como embaixador português no Brasil, tudo acompanham, e actuam como intermediários em dificuldades e atritos. Depois, em Belém, o presidente Thomaz acolhe toda a missão, e condecora Magalhães Pinto com a Grã-Cruz de Cristo. Salazar recebe na residência oficial os delegados brasileiros; a conversa não excede, no entanto, os limites protocolares e de circunstância; e o largo almoço que o chefe do governo lhes oferece no Palácio da Vila, em Sintra, é acontecimento social e de brilho de que estão ausentes os problemas políticos. Salazar, colocando-se no terreno nacional, convida Azeredo Perdigão; com espírito cívico, este comparece em Sintra; e os dois homens saúdam-se com a urbanidade de sempre. Entretanto, cumpre-se todo um programa de festejos e actos simbólicos. Exime-se a mais participações o chefe do governo, e tudo delega, em termos de cerimonial, no ministro de Estado Mota Veiga. Junto ao monumento dos Descobrimentos há missa a céu aberto. Em frente, estão surtos alguns navios da esquadra portuguesa e brasileira; e em terra fazem guarda de honra cadetes e marinheiros das duas Armadas. Preside à Eucaristia o bispo de Madarsuma, D. António Reis Rodrigues. Diz o prelado: a missa a que se assiste evoca aquela outra que pela primeira vez foi celebrada nas praias do Brasil, em Porto Seguro, «*mal Pedro Álvares Cabral e os seus homens desembarcaram, exprimindo na oração o*

júbilo daquela hora ímpar»; hoje, ainda que separados por distâncias consideráveis, «*os ritos não mudaram, são os mesmos os gestos e as palavras*». Os portugueses navegaram «*além do mar e chegamos à terra a que sem demora pusemos o nome de Santa Cruz*»; «*e desta sorte, nós e vós, portugueses e brasileiros, aqui nos podemos agora reunir à volta do altar com a inteira e limpa verdade de crença que sempre foi a nossa melhor riqueza espiritual*». Desloca-se depois a delegação brasileira aos lugares que evocam a memória tutelar de Álvares Cabral: Santarém, Belmonte. Há desfiles militares em que marcham forças portuguesas e brasileiras. Há sessões solenes, lápides inauguradas, lampadários votivos que se alumiam, discursos de exaltação e louvor: salientam-se Pedro Calmon pelo Brasil, Hernâni Cidade e Luís Forjaz Trigueiros por Portugal. E toda a missão se desloca ao Porto para vincar as afinidades brasileiras do Minho. Magalhães Pinto é proclamado Doutor *Honoris Causa* pela Faculdade de Economia. Com a sua galhardia, a cidade oferece um almoço de tomo na sala do Capítulo da Igreja da Senhora do Pilar; e Josué Montelo, numa fala de paixão, agradece a Portugal «*haver feito e civilizado o Brasil*». Abre as portas o Palácio da Bolsa, para uma recepção dos grandes dias. Através de tudo, realizam-se no Ministério dos Estrangeiros encontros políticos entre o chanceler brasileiro e o seu colega português. Do lado português, há um desejo de caminhar na construção da comunidade dos dois países. Em discurso público, ao saudar Magalhães Pinto no banquete das Necessidades, afirma com audácia o ministro português: «*amigos genuínos são-no o Brasil e Portugal, e tão sinceros que se os sacerdotes descurassem o templo ouvíriamos as próprias pedras deste clamar irreprimivelmente*»; «*são comuns as raízes, e o sangue, e a língua, e a cultura, e a própria matriz moral e étnica, de que emergem as duas nações*»; «*Portugal é naturalmente multirracial, outro tanto se dirá do Brasil*»; e «*todas as posições portuguesas importam ao Brasil, todas as diminuições de Portugal afrontam o Brasil, todos os êxitos portugueses podem acrescentar o Brasil, toda a ofensa dos interesses portugueses restringe coordenadas que podem ser as do Brasil na sua ascensão de grande potência mundial*». Mas o chanceler brasileiro não se eleva até ao desafio, e dilui a sua resposta nas frases abstractas que não responsabilizam. Afirma Magalhães Pinto: «*A amizade entre o Brasil e Portugal é indestrutível*»; «*somos de facto nações irmãs*»;

«é certo também que temos um destino comum da nossa fraternidade»; esta é a lição da *«história que constitui o património comum das duas pátrias»; «o Brasil, integrado nas responsabilidades que a têmpera do desbravado lusitano estendeu do Atlântico às encostas da elevação andina, ocupa um quase continente»; «para realizar o seu destino, nossa perspectiva há de ser mundial»;* e Portugal *«sabe que tem no Brasil a nação irmã, que a ele se associa na defesa daqueles interesses legítimos e permanentes comuns aos dois países».* Por este modo, o comunicado final das conversações reflecte os temores brasileiros de quaisquer compromissos: os ministros felicitam-se somente pela identidade de pontos de vista expressos quanto à situação internacional e pelo bom caminho em que se encontra a solução de problemas culturais e económicos entre os dois países, além dos da energia nuclear para fins pacíficos, em que é análoga a posição de ambos (1). E este mesmo clima prevalece na reunião da Comissão Económica Luso-Brasileira: às relações entre os dois países, os brasileiros procuram imprimir um carácter económico e técnico, quase mercantil, quase empresarial. E como derradeiro eco da sua estadia, a missão brasileira oferece no Palácio e jardins de Queluz uma festa a todo o mundo que conta em Lisboa. Para os portugueses de consequência oficial, são distribuídas condecorações brasileiras; há o brilho das luzes, das casacas e fardas dos homens, e das jóias das mulheres; e até de madrugada uma orquestra toca modinhas do Pará ou dos cadomblés da Baia. Salazar não comparece. Ao outro dia, regressam ao seu país os brasileiros.

Precisamente a este tempo inaugura-se em Moçambique um estádio desportivo a que as autoridades locais dão o nome de *Salazar.* É uma competição luso-brasileira que abre o novo campo. De Lisboa, o chefe do governo envia uma mensagem, que se dirige tanto a portugueses como a brasileiros—porque o Brasil *«representa na sua grandeza muito da nossa própria história e com o seu fulgurante progresso muito do nosso próprio porvir».*

---

(1) É importante este ponto: fora acordado o fornecimento de urânio português ao Brasil.

11

Vem agora a público a entrevista que em 27 de Abril o chefe do governo concedera à revista argentina *Extra*. Esta publica-a no seu número de Junho; e a imprensa portuguesa transcreve-a em 2 de Julho de 1968. Que afirmações faz Salazar? É muito importante a continuidade política, e os povos da América Latina e os do Sul da Europa «*não podem dar-se ao luxo de uma democracia representativa, liberal e parlamentar*». Porque aqueles povos são muito apaixonados, e a paixão desordena: «*Tive que renunciar à emoção para governar*» (1). Observa o jornalista: em quarenta anos não poderia Portugal ter crescido mais? Há que calcular a soma de ideal que comporta o real, e a dose de liberdade compatível com a salvaguarda da autoridade e a manutenção da ordem. «*Quando cheguei ao poder, podia ter alienado a Nação pedindo empréstimos externos*». Mas Portugal tinha que optar entre «*estar melhor e ser melhor*». Preferiu «*ser melhor*». Sublinha o repórter do *Extra:* há atrasos nos campos: trata-se de um problema económico ou de educação? Está-se muitas vezes em face de um aspecto sentimental: os camponeses nasceram ali, sempre trabalharam assim. Mas o governo esforça-se por introduzir o sistema de cooperativas, e por convencer a gente dos campos a mudar de métodos, a mecanizar a sua agricultura. Acaso tem Salazar medo das transformações? Ri-se o chefe do governo, e diz: «*Vejo que não me conhece*». Mas não quer fazer Portugal pagar o preço de transformações cujo valor ainda se ignora; levar um país de estrutura agrícola para um

(1) Como fonte de transcrições, sirvo-me de um exemplar da própria revista *Extra*. Neste preciso passo que assinalo com esta nota, o repórter põe a seguir, na boca de Salazar, palavras que constituem a repetição rigorosa de frases que o chefe do governo proferiu na abertura do seu discurso de 7 de Janeiro de 1949, sob o título «*Depoimento*», pronunciado na Bolsa do Porto. Duvido que Salazar as tenha pronunciado na entrevista. Para «*encher*» esta, o jornalista deve ter ido buscar aquele e outros trechos de antigos discursos. Ver Vol. IV, pág. 120.

processo industrial sem transição pode ser perigoso e ruinoso; e um crescimento demasiado rápido pode conduzir a um fracasso demasiado rápido. Não deve o Estado ser senhor da riqueza nacional, nem deixar que esta o corrompa; deve ser árbitro supremo de todos os interesses sem se deixar manietar por alguém; e é salutar para o corpo social que uma larga margem seja concedida à iniciativa privada e à competência. Pergunta então o jornalista: que é o socialismo de Estado? Responde Salazar: é o regime burguês por excelência. Por que não se ajusta a democracia parlamentar aos países da América e do Sul da Europa? Porque tem muitos chefes, muitas deliberações, e escassos resultados. Como vê a França e De Gaulle? Tudo causa a maior preocupação e De Gaulle é sobretudo muito ressentido contra os Estados Unidos e a Inglaterra; e deveria começar a ser mais positivo. E a Espanha? «*Nós e a Espanha somos dois irmãos com casa separada. Tão vizinhos que nos podemos falar da janela, mas seguramente mais amigos por sermos independentes e zelosos da nossa autonomia*». Pelo que respeita à censura à imprensa? Replica o chefe do governo: «*estranho que não nos chame incivilizados por tal facto*». E acrescenta: não é tão severa como se pensa porque os jornalistas já conhecem o que pode atentar contra a segurança do Estado e das instituições; e muitos até preferem o regime actual que os isenta de responsabilidades. Depois, troca de assunto o jornalista: o mundo sente-se molestado porque Portugal insiste em manter a sua autoridade em Angola, Moçambique, Macau, e outros territórios: que diz neste particular o chefe do governo? Replica Salazar: «*O mundo? Não. Apenas os interesses de um certo mundo*». E comenta: a má informação norte-americana leva a confundir as coisas; é estranho que um país, incapaz de integrar pretos e brancos na sua sociedade, seja partidário de uma autodeterminação em África numa atitude demagógica e irresponsável; e «*não sei se um dia não acordaremos perante uma guerra civil nos Estados Unidos*». Mas então quando será viável aos países de África autogovernamentarem-se? É um problema de séculos. E por quanto tempo poderá Portugal aguentar a guerra terrorista? Indefinidamente, afirma Salazar. Não está queixosa a juventude que tem de ir a África? Talvez; mas as estatísticas documentam uma afirmação do sentimento nacional; e em qualquer caso, 40% dos que prestam serviço militar voltam a

África para se instalar em Angola ou Moçambique. E de novo salta o jornalista para outro campo. Quer fazer uma pergunta difícil. «*Sim*», interrompe Salazar, «*já sei. Como tenho 79 anos, muitos perguntam que se vai passar em Portugal quando eu não estiver*». Pois se se respeitarem as instituições criadas, não se passará nada: o presidente da República escolhe um novo presidente do Conselho de Ministros. Mas quem lhe poderá suceder? Não sabe; há figuras insuspeitadas; importa que ao escolhido se dê tempo para governar. Salazar fornece de seguida números quanto ao progresso alcançado em Portugal nos últimos quarenta anos, nos domínios da produção da energia, da cultura, outros ainda. E as relações diplomáticas e comerciais com Cuba? Nada há aí que estranhar: não se vê que a segurança do Hemisfério Ocidental seja mais ameaçada por Cuba do que pela Rússia; e a República Árabe Unida e Ghana hostilizam os Estados Unidos sem que estes deixem de lhes prestar auxílio. Por fim: favorece o professor Salazar algumas mudanças no sistema político português? Quarenta anos são coisa nenhuma na vida de um povo; mas tem-se avançado. Não há em Portugal grandes partidos, mas patrulhas políticas e estados-maiores políticos. Há muitos sedentos de mudanças, e todos se unem mas somente para subversão. Não se pode ser liberal e socialista ao mesmo tempo. E quantos pretendem mudança, perante a ordem só oferecem o caos. Ninguém compra o caos. Finalmente, conclui Salazar, «*estou sempre preparado para partir, não digo sem desgostos, mas sem ilusões*» (1).

Ao tempo em que se encontra em Portugal a delegação brasileira e é publicada a entrevista da *Extra*, a República do Congo mais uma vez se queixa contra Portugal ao Conselho de Segurança: soldados portugueses teriam de novo atravessado a fronteira de

(1) Repito: nesta transcrição resumida segui o texto da *Extra*. Limitei-me porém a reproduzir o que me pareceu novo nas respostas de Salazar, ou expresso em forma nova. Mas a entrevista, tal como inserta na publicação argentina, contém numerosas frases que são transcritas *ipsis verbis* de vários discursos de Salazar. Com isso o jornalista terá querido dar maior corpo ou riqueza ao seu trabalho. Nas transcrições feitas em jornais portugueses, há muitas variantes, cada periódico tendo aparentemente reproduzido o que mais lhe interessava destacar.

Angola e penetrado em território congolês: e algumas aldeias congolesas haveriam sido alvejadas por obuses portugueses. Nos primeiros dias de Julho de 1968, Lisboa repudia as alegações do governo de Kinshasa. E sublinha: o gabinete português declina qualquer responsabilidade, cabendo esta apenas ao governo congolês, que autoriza e auxilia a agressão contra Angola, e além do mais as queixas, por tão repetidas e sempre sem fundamento, não podem estar mais desprestigiadas. Mas tudo é já parte de uma rotina que não impressiona alguém.

12

Da clara confusão mental que perturbou Salazar antes e durante o Conselho de Ministros de 12 de Junho nada havia transpirado. Compreenderam os ministros a gravidade do facto, e da sua possível patologia, e as suas implicações; e ao contrário do usual, fora respeitado o segredo. Terá a confidência sido quebrada por alguns ministros quanto a pessoas da sua roda, em número muito restrito; mas não seguiu além a violação do sigilo; e nem mesmo aos círculos políticos mais altos, vizinhos da área do poder, chegou qualquer indício. Depois, o chefe do governo mostra-se inteiramente recuperado. Para os ministros com quem trabalha, e que agora o observam atentamente, Oliveira Salazar parece ter o comportamento habitual, e não dá uma nota de alteração psicológica ou mental. Justamente, em 9 de Julho de 1968, na rotina das terças-feiras, efectua-se um Conselho de Ministros, e que é de consequência: destina-se a decidir sobre a construção da barragem de Cabora-Bassa em Moçambique. Salazar apresenta-se sereno, senhor de si, com absoluto domínio dos problemas e do ambiente. Expõe as linhas fundamentais da matéria sobre que se há-de pronunciar o Conselho: deve Portugal assumir os riscos financeiros? tem Portugal a capacidade técnica? existe para o empreendimento justificação política e económica? pode ser suportado o esforço adicional da defesa militar da barragem logo desde o início das obras e depois no seu funcionamento? Em torno destes pontos, concentra o Con-

selho a sua atenção. Abre o debate Silva Cunha, ministro do Ultramar, que defende Cabora-Bassa e explica as suas grandes coordenadas: a sua projecção no progresso de Moçambique, a sua rentabilidade pela venda à África do Sul da maior parte da energia a produzir, o seu papel político como afirmação interna e externa da presença portuguesa e do prestígio económico e tecnológico de Portugal. Rompe o ataque o ministro da Economia, Correia de Oliveira: na fase actual da economia portuguesa, apenas interessam empreendimentos de execução rápida, altamente rentáveis no curto prazo e que também a curto prazo aumentem o produto nacional; Cabora-Bassa não corresponde a nenhuma destas condições; e além disso, pelos créditos exteriores que necessita, vai aumentar os encargos da dívida externa portuguesa e criar uma dependência quanto à África do Sul. Continua o ataque Ulisses Cortez, ministro das Finanças: tem dúvidas sobre a estrutura financeira do projecto, receia que Portugal não possa suportar os encargos da dívida externa e ao mesmo tempo realizar o fomento indispensável, e por último põe a questão de saber se durante as obras e depois de pronta são militarmente defensáveis a barragem, a área circunvizinha, e ainda os mil e quinhentos quilómetros da linha transmissora da energia até à África do Sul. São longos e minuciosos os dois ministros. Salazar não perde uma palavra e pelas dez horas da noite interrompe o Conselho: marca a sua continuação para o dia seguinte. E a 10 de Julho, pela manhã, prossegue o debate. Carlos Ribeiro, das Comunicações, não se opõe a Cabora-Bassa, mas julga de diferir a sua construção. Pronuncia-se o ministro dos Estrangeiros: o projecto suscita uma atmosfera mística em Moçambique, em toda a África Austral, e até no plano internacional, e um recuo será tomado como princípio de abandono; por isso a sua execução constitui uma necessidade política; os créditos externos a obter apenas são concedidos a Portugal para a construção e equipamento de Cabora-Bassa, e não são transferíveis para a economia metropolitana, que assim em nada é afectada; e não é Portugal que fica dependente da África do Sul mas esta que fica enfeudada em muito à energia a fornecer por Moçambique, e que o gabinete de Lisboa pode interromper se as condições o impuserem. É depois claro e conciso o ministro da Defesa, Gomes de Araújo: Cabora-Bassa deve ser construída, e tão brevemente

quanto possível; e a protecção militar das obras e depois da barragem, assim como da linha transmissora para a África do Sul, não representam problema magno nem especial encargo suplementar para a Defesa Nacional, que está pronta a assumir essa responsabilidade. Põe-se então áspero o debate. Correia de Oliveira e Ulisses Cortez tornam ao ataque, repisam e ampliam os seus argumentos; Galvão Telles e Neto de Carvalho sublinham as necessidades dos seus departamentos — Educação Nacional e Saúde — e exprimem receios de que Cabora-Bassa venha entravar a sua satisfação; e Gonçalves de Proença, das Corporações, julga insuficiente o volume de trabalho português a incorporar no empreendimento. Em surdina, num murmúrio para os seus vizinhos, Silva Cunha declara que se demitirá se for negativa a atitude final do Conselho. E de novo refuta com vigor os ministros da Economia e das Finanças; e também a estes replica com dureza o ministro dos Estrangeiros. Oliveira Salazar acompanha com atenção concentrada quanto diz cada ministro; mas não quebra o silêncio, nem deixa no seu rosto adivinhar sentimento ou reacção. Ao tempo em que os membros do Conselho esgotaram os seus argumentos, então intervém o chefe do governo. É breve, e nítido: «*Meus Senhores, o que há de único e espantoso acerca de Cabora-Bassa é isto: Cabora-Bassa ou se faz agora, neste preciso momento, ou nunca mais se faz. Os argumentos dos senhores ministros das Finanças e da Economia não são procedentes, e não responderam no essencial aos dos senhores ministros do Ultramar e dos Estrangeiros: os créditos externos somente nos são concedidos se com estes adquirirmos o equipamento para Cabora-Bassa: não nos seriam concedidos para mais nada, pelo que não seriam transferíveis para empreendimentos na metrópole ou noutro território português: e o novo encargo, a pesar na dívida externa portuguesa é separado dos demais e fica coberto pela própria barragem e sua produção. Para além de tudo, agora temos um cliente: a África do Sul. Se lhe fornecemos energia, fazemos Cabora-Bassa; caso contrário, a África do Sul, na sua ânsia de rápido desenvolvimento, vai procurar energia noutras fontes e depois já não precisa de Cabora-Bassa; e se esperamos que o desenvolvimento de Moçambique justifique por si a construção de Cabora-Bassa, então teremos de aguardar trezentos anos, seguramente pelo menos um século. Militarmente, o senhor ministro*

da Defesa garantiu-nos que não há problemas». E o Conselho aprova a construção de Cabora-Bassa e, em princípio, a adjudicação da obra a um consórcio franco-alemão-sul-africano. Aos ministros, Salazar dá a sensação de que afinal mantém intactas as suas faculdades.

Nos dias imediatos mantém a sua rotina o chefe do governo. Acontecimentos correntes prendem a curiosidade da opinião pública. Toma posse o novo governador-geral de Moçambique, Baltazar Rebelo de Sousa. No discurso que então profere, diz o ministro do Ultramar: «*Tudo o que se faça em Moçambique para nele radicar ainda mais a portugalidade, reforçando os vínculos que a integram na nossa comunidade nacional, tudo o que aí se consiga no campo da difusão da cultura e do progresso material, representa portanto não apenas a continuação de um dever que nos é imposto pela História, mas constitui um serviço prestado ao Mundo*»; e «*terá nesta matéria um relevantíssimo papel a desempenhar o grandioso aproveitamento hidro-eléctrico de Cabora-Bassa, cuja aprovação e adjudicação provisória foi ontem objecto de decisão do Conselho de Ministros*». Depois, consegue-se resolver uma crise grave entre o pessoal da Companhia Carris de Lisboa: é satisfeita a reivindicação de um salário mínimo mais elevado. Consegue Gonçalves de Proença solucionar o problema sem perturbações sociais, e Salazar dá-lhe o seu apoio. Em 12 de Julho de 1968, em frente do Palácio de S. Bento, comparecem mais de dois mil trabalhadores da Carris para exprimir agradecimentos. Cerca de trinta representantes sindicais avistam-se com o presidente do Conselho. Este diz-lhes: «*É certo que me cabem a mim as responsabilidades superiores das coisas, e daqui talvez a vossa ideia de saudar-me em pessoa; mas a verdade é que os trabalhos que permitiram regular um incidente desagradável, esses são do Ministério das Corporações, e é sobretudo ao senhor ministro e à sua orientação e boa vontade que efectivamente se devem*». Comenta ainda Oliveira Salazar: é desejável que empregados e empresa se entendam; há casos em que uma arbitragem se impõe, e isso compete ao governo em nome do interesse comum; e este não é só o de uma empresa e seus empregados, mas do público. Para todo o país, porém, assume relevo e até provoca alguma emoção um sucesso inesperado: chega uma relíquia de Santo António que a Basílica de Pádua oferece à Sé

Patriarcal de Lisboa. Acolhe-a no templo, em pontifical solene, o cardeal Cerejeira. Afirma o prelado: «*Volta a esta Igreja onde foi baptizado e mais tarde menino do coro, o Santo mais conhecido e mais amado de toda a Cristandade*». Oliveira Salazar recebe ministros e alguns visitantes, e continua com o seu despacho dos negócios do Estado.

E a remodelação ministerial? Já não é segredo para os círculos políticos de todos os matizes, e mesmo para largos sectores da opinião pública. Se o chefe do governo tem a intenção de recompor o gabinete, por que não o faz? Que o detém? Sentem-se intrigados os próprios conselheiros políticos do presidente do Conselho. Soares da Fonseca mostra-se perplexo, e não esconde o seu desgosto. Luís Supico Pinto avista-se agora quase diariamente com o chefe do governo, e não se acanha de dizer entre íntimos que o governo está «*esgotado*»: os ministros não colaboram, os problemas básicos não se resolvem, a administração pública está emperrada: e há que jogar fora com urgência os ministros inúteis. Por seu turno, o presidente da República, a par dos rumores que correm, não oculta dos seus próximos um agastamento, quase uma irritação: Oliveira Salazar ainda lhe não disse uma palavra sobre o assunto. E nos meios políticos parece haver uma paralisia: ninguém toma uma atitude ou dá um passo: o tempo é gasto em intriga para enaltecer uns e demolir outros: e cada qual deseja talhar-se um lugar no próximo governo, ou à sombra do próximo governo.

Mas não pode sofrer paragens ou atrasos a política externa. E é sempre em torno de África que se apresentam os problemas principais. Decerto: Portugal conduz as suas relações com a Europa Ocidental, as Américas do Norte e do Sul, o Extremo Oriente. Mas a África continua a prioridade primeira. E nesta segunda quinzena de Julho de 1968 mantém-se o mesmo quadro. Segue a correspondência entre Lisboa e Lusaka: são dados esclarecimentos sobre incidentes de fronteira: e é reiterada a sugestão de um encontro entre o ministro português dos Estrangeiros e o presidente Kaunda da Zâmbia. Correm de novo rumores de uma aliança militar entre Lisboa, Salisbúria e Pretória: o governo português desmente-os. Noutro plano: que posição toma o gabinete de Lisboa perante o Tratado de Não-Disseminação de Armas Nucleares? Considera-o discriminatório, dando privilégios às potências nucleares; entende

que põe em perigo as potências não nucleares, por confiar a protecção destas ao Conselho de Segurança, sempre sujeito ao *veto* de um dos membros permanentes; considera ilusórias as garantias dadas pelos Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética, uma vez que qualquer dos três não actuaria contra os dois restantes se atacassem um outro país: e por tudo isto Portugal não se propõe assinar o tratado.

Pessoalmente, como se sente Oliveira Salazar? Não perde de vista nem desdenha assuntos miúdos que lhe passam pelas mãos(1). Mas está embrenhado na remodelação do governo: reflecte, conversa, consulta. Está sobretudo preocupado com o preenchimento das pastas das Finanças e Educação Nacional; e sente-se perplexo com a multiplicidade dos nomes indicados para a Marinha pelo

---

(1) A título de curiosidade, dou um exemplo de um problema mínimo que ocupou Salazar por esta altura: «*Recebi há pouco tempo a visita do (Príncipe) Duque Francisco Ruffo di Calabria e agora a carta junta a um livro com a história da Ordem Militar Constantiniana de S. Jorge. O pior da história é que o Duque ao mesmo tempo que me pediu aceitasse a Grã-Cruz da Ordem referida, solicitou-me a transmissão de igual pedido ao senhor Presidente da República. Como nunca ouvi falar na Ordem Militar Constantiniana de S. Jorge, não soube responder ao Príncipe e não falei até hoje ao chefe do Estado no assunto. Agora que temos mais elementos de informação, podemos talvez dar andamento ao caso. Se tiver aí algum funcionário menos ocupado, podia ele ler a carta e o livro e dar-nos os elementos suficientes para uma resolução. Só o caso do Chefe de Estado tem a sua delicadeza. Da minha parte o melhor parece não me embaraçar com essas coisas. 15.7.968*». Este apontamento foi dirigido ao MNE. Outro apontamento da mesma altura, também para o MNE, tem mais substância: «*Mando junto uma carta (de pessoa de quem já tenho enviado outras) que se refere à* compra de aviões em Espanha para Israel, *com a declaração de serem velhos, para desmontar e aproveitar peças sobresselentes. É mais um negócio da* Norte Importadora. *O que não percebo é porque não podem ir directamente de Espanha para Israel e tem de vir para Portugal a fim de serem daqui reexportados. Como a Espanha faz a política árabe, não lhe convirá que se saiba vendeu aviões mesmo velhos para Israel. Mas nós, que não temos recebido de Israel senão os reflexos da sua política pró-africana, é que havemos de favorecer o negócio? É preciso fazer ideia do assunto e arranjar que alguém escreva a resposta ao signatário da carta, Herbert Liester, cidadão britânico, que deve receber alguma comissão pelo favor se puder fazê-lo. Eu não posso responder, porque um antigo cartão meu inofensivo foi fotocopiado e serviu para outras recomendações.* 27.7.968». Portugal não se prestou a ser intermediário na transacção.

ministro da Defesa, Gomes de Araújo. E recebe de Cunha Leal mais uma exposição sobre o regime português, a política de África, os erros e os vícios do governo. Para os seus colaboradores, comenta Salazar: «*Lá recebi mais uma exposição do Cunha Leal dizendo que tudo quanto fazemos está errado, e que o que verdadeiramente corresponde aos interesses nacionais é fazer o que os estrangeiros recomendam*». E sublinha com amargura: «*Quando penso na minha retirada, pergunto-me o que vai ser o futuro. Depois de mim, vai ser uma confusão!!*» Como em momentos anteriores repete entre sardónico e divertido: «*Notem: por mim, não me importava de uma certa confusão, uma certa polémica, um certo diz tu, direi eu*». E outra vez sério: «*Mas não podemos, temos problemas morais, o Ultramar a defender, não podemos permitir-nos o luxo do debate político permanente*». Remata Salazar: «*E tenho pena, tenho pena dos senhores. São muito novos, vão passar por uma grande confusão, muito vão sofrer*».

13

No sábado, dia 27 de Julho de 1968, Salazar entra nos seus hábitos da época de Verão: muda-se da residência oficial para o Forte do Estoril. Como de costume, num primeiro choque com o vento salgado e áspero do oceano, sente palpitações cardíacas e um estremecimento geral no organismo. Mas na segunda-feira, dia 29, já consegue trabalhar quase normalmente. Acolhe visitas, sobretudo a de Luís Supico Pinto, e despacha assuntos oficiais com o ministro da Defesa Nacional e o subsecretário do Fomento Ultramarino; ao outro dia, a 30, recebe os ministros de Estado, da Justiça e dos Negócios Estrangeiros; e no último dia de Julho, além de Supico, são os representantes dos criadores de gado portugueses que expõem ao chefe do governo os seus problemas. Para além da rotina da administração, Salazar está apreensivo: na Checoslováquia a experiência Dubcek chega ao seu termo, Praga rende-se, os exércitos soviéticos e de outros membros do Pacto de Varsóvia aprestam-se a intervir no país. Diz Salazar: «*Sempre me*

pareceu, Dubcek foi depressa de mais». Que se passará agora? Que repercussões haverá pelo mundo? Por outro lado, de França continuam menos pessimistas as notícias. De Gaulle consolida o seu domínio da situação, a crise dir-se-ia vencida. Está formado um novo governo com Couve de Murville na chefia e Michel Debré e Pierre Messmer nos Estrangeiros e na Defesa: são três provados amigos de Portugal. Por si, Salazar concentra-se mais e mais sobre a remodelação ministerial. Por sugestões de uns e outros, considera numerosos nomes para a Educação Nacional (1). Assentou já na saída do ministro das Comunicações, Carlos Ribeiro (2). Telefona ao ministro dos Estrangeiros perguntando se concordava com a nomeação daquele para a Embaixada no Vaticano; e perante a resposta afirmativa, Salazar diz que então fará uma sondagem indirecta para averiguar se poderá prosseguir naquela orientação. Mas ao cabo de uma semana no Forte sente-se perfeitamente adaptado: retomou o sono, asserenou o coração, o organismo recuperou o seu ritmo usual. E no sábado seguinte, dia 3 de Agosto de 1968, pelas nove horas da manhã, Salazar desce ao terraço do Forte, ao ar livre, junto à muralha que dá para o largo oceano. Já ali o espera Augusto Hilário, que há muito assiste o chefe do governo como pedicuro. Hilário traz consigo o *Diário de Notícias;* Salazar pede-lho emprestado. Entre as quatro ou cinco que estão dispostas na plataforma do Forte, Salazar escolhe uma cadeira de assento de lona; e segurando o jornal desdobrado, que percorre com os olhos, abandona-se desamparado e como que se deixa cair na cadeira. Com o peso do seu corpo, esta tomba para trás. Com violência, Salazar abate-se de costas no lajedo, e a sua cabeça dá uma pancada seca na pedra crespa. Produz-se algum ruído. Precipita-se Augusto Hilário: ajuda Salazar a soerguer-se. Intrigada por um barulho que lhe pareceu de porta solta contra a parede, acorre a governanta Maria de Jesus, e depois outro pessoal doméstico. Salazar levanta-se, já está de pé, não faz queixas, salvo quanto ao desconforto de algumas

(1) Estavam sendo considerados os seguintes nomes: Veiga Simão, Pessoa Jorge, Alves Martins, Miranda Barbosa, José H. Saraiva, Manuel Rocha, Afonso Queiró, Abreu Faro, Costa Pimpão.

(2) Para substituir este, haviam sido sugeridos os nomes de Alfredo Vaz Pinto, Canto Moniz, Melo e Castro, Mário Leitão.

dores pelo corpo; e diz a todos que não refiram o episódio a alguém (1).

Insiste a governanta em chamar com urgência um médico. Salazar proíbe-a: dentro de pouco tempo virá para a visita de uso o Professor Eduardo Coelho: e então será o momento de referir o que sucedera. Depois, pelo resto da manhã, Oliveira Salazar descansa; e não se apercebe de que se passe consigo seja o que for de anormal. Pelo fim da tarde, conforme o apraZado, vem o secretário de Estado da Aeronáutica e o ministro das Comunicações. Salazar nada diz a Fernando de Oliveira ou a Carlos Ribeiro, no entanto, e todos se ocupam dos assuntos correntes. No domingo, dia 4 de Agosto, Salazar tem a sua conferência habitual com o chefe do Estado. Está em Cascais, na sua casa de Verão particular, o almirante Thomaz; e pela meia manhã ali se desloca o presidente do Conselho. Ocupa mais de duas horas a conversa entre os dois homens. Salazar resume os acontecimentos da semana, comenta a situação na Checoslováquia; e para o fim da entrevista aborda pela primeira vez a sua intenção de proceder em breve a uma remodelação parcial do governo. Torna ao Forte, e à sua rotina. E depois, nas horas e dias que se seguem, pelo telefone ou recebendo-os, Salazar conversa mais exaustivamente com os seus conselheiros e

---

(1) Num depoimento posterior, a governanta sugere a data de cinco de Agosto de 1968, que foi uma segunda-feira, como sendo a da queda. Falando a jornalistas no dia 9 de Setembro de 1968, que também foi uma segunda-feira, a governanta disse que «*tudo começou numa segunda-feira*» cinco semanas atrás. Se aceitarmos isto, teríamos o dia 5 de Agosto. Mas esta sugestão da governanta não me oferece confiança porque: *a*) não é claro, no depoimento, se as palavras são da própria governanta ou do jornalista que o recolheu; *b*) é muito improvável que Salazar se submetesse a cuidados sem urgência e sem importância numa 2.ª feira, dia de trabalho, mas é absolutamente verosímil que o fizesse num sábado, como foi o dia 3 de Agosto de 1968; *c*) a governanta Maria de Jesus já na altura sofria de perturbações arterioscleróticas, e é provável que estivesse confusa no seu depoimento, para mais no estado emocional em que se encontrava; *d*) finalmente, em nota escrita pelo seu punho, Augusto Hilário registou que «*a queda deu-se em 3 de Agosto de 1968*», e este, escrevendo logo após um acidente de cuja gravidade imediatamente se apercebeu, não deverá ter-se enganado. Por estes motivos, fico na convicção de que a data de 3 de Agosto de 1968 é a verdadeira. Também já tenho visto apontada a data de 4 de Agosto. Julgo de rejeitar pelas mesmas razões.

intermediários políticos: e sem embargo dos muitos anos decorridos, aqueles são ainda Mário de Figueiredo, Soares da Fonseca, Luís Supico Pinto. Salazar julga, no entanto, que Figueiredo já está muito à parte das realidades e longe dos homens; Soares da Fonseca é cada vez mais parcial, e vê tudo e todos em função dos seus interesses pessoais; e apenas em Luís Supico encontra pareceres e sugestões que se situam num plano nacional, e isento. Em 6 de Agosto, Salazar, entre outros visitantes, recebe o ministro da Defesa Nacional: e na conversa é discutida a substituição dos ministros do Exército e da Marinha. Gomes de Araújo, desde as *Conferências* do Instituto de Altos Estudos Militares, considera difíceis as suas relações com Joaquim da Luz Cunha; e há muito que anseia pela saída deste. Soares da Fonseca havia sugerido, para render Luz Cunha, o nome de José Bettencourt Rodrigues, oficial de Estado-Maior prestigioso entre os seus pares; e Gomes de Araújo julga excelente a escolha (1). Mas há dois pontos delicados que Salazar aborda com o ministro da Defesa: a necessidade de finalmente nomear um chefe de Estado-Maior-General, as relações com o presidente da República. Tendo sido ele próprio chefe do Estado-Maior-General, Gomes de Araújo sempre sentiu relutância em preencher o cargo, que na realidade tem desempenhado em acumulação com as funções ministeriais; mas o facto suscita críticas severas dos meios militares; e agora, perante a clara pressão de Salazar, concorda em designar um oficial-general para aquele posto. E Salazar salienta o extremo desagrado sentido em Belém: a verdade é que o presidente da República é nominalmente, nos termos constitucionais, o comandante-chefe das Forças Armadas, e para mais é um militar: e como o ministro da Defesa não o visita nem lhe dá parte das operações em África, o chefe do Estado não disfarça um agastamento cada vez mais pronunciado. Gomes de Araújo não esconde que no plano pessoal são geladas as suas relações com Américo Thomaz, que não estima; mas promete, no interesse político do chefe do governo, corrigir esta situação e frequentar regularmente Belém. E quanto à Marinha? Quintanilha Dias está há dez anos na pasta; por erosão

(1) Já em tempo o seu nome fora sugerido para o cargo de subsecretário do Exército. Ver Vol. IV, pág. 521.

natural, além do mais, é um homem *gasto;* e tanto o chefe do governo como o ministro da Defesa têm informações no sentido de que o nome do comodoro Manuel Pereira Crespo seria bem aceite pela corporação da Armada. Alguns círculos lançam o nome do almirante Roboredo e Silva, chefe do Estado-Maior Naval e figura militar de relevo, com reputação nos meios navais da NATO; há todavia indicações de que o almirante não deseja assumir funções políticas (1). Mas naquele dia 6 de Agosto vem por fim Eduardo Coelho. Salazar relata então o acidente de há três dias. Eduardo Coelho faz, mesmo no Forte, o exame superficial de uso nas circunstâncias; nada nota de patológico; mas diz a Salazar que, se sentir a mais ligeira dor de cabeça, o chame sem perda de um instante. Entretanto, Salazar recebe uma carta de Augusto Hilário exprimindo a sua preocupação e os desejos de que se encontre refeito da queda. Responde o chefe do governo num cartão: «*Com muitos cumprimentos, a agradecer a amabilidade da sua carta. Parece não ter havido consequências da queda, além de dores pelo corpo. Muito obrigado. 6.8.68*».

14

Quantos tiveram conhecimento do acidente no Forte mantiveram sigilo absoluto: nenhum rumor circula, nem mesmo os homens mais próximos de Salazar têm o menor indício ou pressentimento. De nada tem fé o presidente da República. Reina a normalidade, a habitualidade (2). Em compensação, espalham-se agora sem

(1) Para o lugar de ministro da Marinha, Gomes de Araújo indicava por ordem de preferência decrescente: Roboredo e Silva, Pereira Crespo, Tierno Bagulho, Peixoto Correia, Sequeira Araújo.

(2) Por mim, devo aqui registar o seguinte. Falando pelo telefone com Salazar nesta altura, e tratando-se de um problema com a Tanzânia, o chefe do governo referiu-se ao presidente do país chamando-lhe Nimeyer (como se sabe, o nome de um famoso arquitecto brasileiro). Eu corrigi para Nyerere. Salazar disse: «*Tem razão, ah! esta minha cabeça!*» Continua a conversa. Salazar volta

pelas as notícias sobre a remodelação ministerial iminente. Luís Supico desenvolve actividade intensa: faz sondagens, transmite convites. Surgem dúvidas, atrasos, equívocos, resistências. Soares da Fonseca e Castro Fernandes batem-se pela manutenção de Santos Júnior no Interior, ao ponto de irritarem Salazar; e Gonçalves Rapazote, em quem Salazar chegou a pensar para a Saúde, é definitivamente convidado para assumir a responsabilidade daquela outra pasta. Do Algarve, onde se encontra a férias, anui ao convite. Salazar quer assegurar para as Finanças a colaboração de João Dias Rosas, antigo subsecretário do Comércio: este, alegando motivos pessoais e outros, oferece tenaz resistência: mas ao fim de tempo pôde esta ser vencida. Para a Educação Nacional, Salazar resolve jogar, pela primeira vez, a cartada de escolher um homem que não é professor universitário; e é assente, entre os de outros, o nome de José Hermano Saraiva. Para a Saúde, já um pouco tardiamente, é sondado Joaquim Jesus dos Santos, que aceita; e para as Comunicações, dos vários sugeridos, é convidado Canto Moniz, que também aceita(1). Depois do dia 6, e durante esta semana de Agosto, Salazar recebe sucessivamente Pereira Crespo, Bettencourt Rodrigues, José Saraiva, Dias Rosas, e ainda o embaixador da Grécia, recém-chegado, e o ministro do Interior. A este nada ainda diz. Mas quando os ministros do Ultramar e dos Estrangeiros vão ao Forte para sessões de trabalho, o chefe do governo não se acanha de os informar de que no próximo domingo se avistará com o chefe do Estado e que na quarta-feira seguinte ficará resolvida a crise do gabinete. Em 10 de Agosto, numa reunião com Mário de Figueiredo, Luís Supico, Soares da Fonseca e Castro Fernandes, Salazar afina os últimos pormenores da remodelação ministerial.

---

a dizer Nimeyer. Torno a corrigir. Mesma reacção de Salazar. Depois, mais três vezes Salazar repete o nome de Nimeyer sempre para se referir ao presidente da Tânzânia. Já não corrigi. Compreendi que estava em face de uma perturbação. Liguei esta à perturbação revelada em Conselho de Ministros de 12 de Junho. No mais da conversa, Salazar foi de completa coerência e perfeita lucidez. Eu também não sabia da queda no Forte. Falando com Salazar quase todos os dias pelo telefone, foi aquela a única perturbação de que me apercebi pessoalmente.

(1) De seu nome completo José Estêvão Abranches Couceiro de Canto Moniz. Engenheiro de Obras Públicas, que adquirira nome pela sua participação na construção da ponte sobre o Tejo.

Efectivamente, no domingo, 11 de Agosto de 1968, do lado da manhã, Salazar dá um salto a Cascais para a entrevista com o chefe do Estado. Nenhum assunto é tratado, salvo o da crise governamental. Salazar indica o nome dos ministros a sair, o nome das personalidades a designar. Não há concordância entre os dois homens, e por vezes tem alguma tensão a conversa. Por seu lado, Thomaz não sugere quaisquer nomes, mas objecta a alguns dos escolhidos pelo chefe do governo: não esconde o seu desagrado pela continuação de Gomes de Araújo na Defesa; preferiria Roboredo e Silva para a Marinha; não julga que as soluções propostas para a Educação e a Saúde sejam as melhores; agrada-lhe Gonçalves Rapazote, mas gostaria de o ver noutra pasta; não conhece Bettencourt Rodrigues, nem sobre ele tem opinião própria; defende com energia a continuação de Santos Júnior no Interior; aprova com calor Canto Moniz; e não faz comentários a Dias Rosas. Salazar assegura que o ministro da Defesa modificará o seu comportamento e que em breve haverá um chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas; mantém, para as outras pastas, os nomes assentes; e o presidente da República não insiste. Regressado ao Forte, Salazar recebe Gonçalves Rapazote ao outro dia, e começa o processo burocrático da recomposição ministerial, sem que por isso deixe de atender outros visitantes e trabalhar com o ministro de Estado, Mota Veiga. Entre 13 e 15 de Agosto, escreve Salazar as suas cartas de estilo aos ministros cessantes: consoante os casos, justifica as alterações feitas, agradece a colaboração prestada. Depois, e com rapidez, são escolhidos novos subsecretários, já de acordo com os futuros ministros. Mais uma vez, visita o chefe do Estado, em 15 de Agosto. Apresenta então a lista completa dos membros do novo governo. Além dos ministros, também os novos subsecretários de Estado: Justino Mendes de Almeida, catedrático distinto e cultor de disciplinas de humanidades, toma a Administração Escolar; Elmano Alves (1) entra para a Juventude e Desportos; e Costa André (2), que granjeara nome como economista, e Vítor Coelho (3), havido por conhecedor de matérias financeiras, assumem

(1) De seu nome completo, Francisco Elmano Martinez da Cruz Alves.
(2) João Luís Costa André de seu nome completo.
(3) Augusto Vítor Coelho de seu nome completo.

nas Finanças as responsabilidades do Tesouro e do Orçamento, respectivamente; e João António Pinheiro, que Bettencourt Rodrigues aprova, continua por subsecretário do Exército. Reitera o chefe do Estado as objecções e reservas formuladas; encontra em Salazar, no entanto, a mesma atitude, uma teimosia inusitada; e o presidente conforma-se. Mas fica *«entristecido»;* e nota mais tarde que Soares da Fonseca também não oculta o seu *«desconsolo»* perante as soluções encontradas.

Mas também naquele dia 15 de Agosto, que é feriado, recebe Salazar no Forte, pela tarde, um velho conhecimento: é Christine Garnier. Estão há muito frias as paixões de outros tempos; e Christine vem acompanhada de seu marido. São dois bons amigos que se encontram: no terraço sobre o Atlântico, praticam de recordações e de coisas presentes. Salazar fala sem cuidados: é íntimo e é político. Chega sempre ao fim do mês sem dinheiro, tem de pagar tudo, incluindo a residência de férias. Está inquieto pelo que se possa passar em França no Inverno próximo. Aliás, está inquieto pela situação em todo o mundo. E de si próprio, do que tem feito em tão longos anos? Diz Salazar: *«uma obra governativa nunca é perfeita. A amplidão das tarefas que ainda não foram realizadas pesa-me demasiadamente. Teria gostado de ter podido fazer mais. O tempo passa depressa e a obra que falta fazer é considerável. Ousei esperar que teria podido executá-la eu mesmo. Será a tarefa que deixo ao meu sucessor»*. Serenamente, afirma: *«creio ter encontrado o bom caminho»*. E repete uma frase querida: *«no dia em que eu abandonar o poder, quem voltar os meus bolsos do avesso, só encontrará pó»* (1).

No dia 17 de Agosto de 1968 (2), os jornais da manhã noticiam

---

(1) Não tenho dúvidas sobre o sentido e a substância destas afirmações de Salazar, aliás muito conformes com outras anteriores e com o seu feitio. Mas não posso afirmar o absoluto rigor das palavras usadas. Não as recolhi directamente de Christine Garnier, ou de texto seu, mas de jornais portugueses e alguns franceses—como o *Nouveaux Jours*—que alegam reproduzir declarações da romancista francesa. Impõe-se portanto alguma reserva quanto ao vocabulário empregado.

(2) Naquele dia 17 de Agosto (um sábado) dedicou Salazar algum tempo aos problemas do Ministério dos Estrangeiros. Um político congolês, Munongo, aliás

ao país a remodelação governamental. Ao mesmo tempo, é anunciada a nomeação do general Venâncio Deslandes para o cargo de chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (1). Como exausto do esforço e do enervamento provocados pela crise (2), Salazar, no domingo seguinte, 18 de Agosto, não sai do Forte da parte da tarde. Passa o tempo ao ar livre, no terraço junto ao mar, quase deitado numa cadeira de lona, das usuais em praias. Está serena a tarde, e luminosa, e tão morna que Salazar veste o seu casaco de linho amarelo-claro. Não trata de negócios oficiais, e apenas recebe algumas visitas particulares (3). Já lhe chegaram as primeiras reacções à remodelação do gabinete. Desabafa o chefe do governo: «*nunca ficam contentes os que saem, nem os que quereriam ser ministros e não foram*». E conta pormenores: «*Homens que há meses e meses me escreveram cartas quase exigindo a exoneração, ficaram furiosos porque agora tirei as cartas da gaveta e lhes*

---

na oposição a Mobutu, escrevera a Salazar pedindo auxílio financeiro. Salazar enviou-me o documento, solicitando a minha opinião. Respondi que me parecia de conceder algum subsídio, dado que Munongo tinha influência e sobretudo porque era grande amigo dos portugueses residentes no Congo; mas que deveríamos solicitar algumas garantias quanto a acção futura; e nesse sentido eu telegrafaria para Bruxelas, onde aquele se encontrava. Salazar mandou-me então o seguinte apontamento: «*Recebi a carta de V. Ex.ª e devolvida a do senhor Munongo. Vi que telegrafou para Bruxelas nos termos combinados. Vamos a esperar a resposta e depois, se a mesma for favorável, poderá agir-se como sugere. Mas moderadamente, porque é tudo para perder. 17.8.968*». A duas semanas da queda no Forte, a letra é perfeitamente firme e como a habitual.

(1) Trata-se da mesma personalidade que fora embaixador em Madrid e depois governador-geral e comandante-chefe em Angola, de que fora exonerado pelo ministro do Ultramar de então. Ver Vol. V, págs. 424-425.

(2) Como curiosidade, e para se ver como trabalhou intensamente na remodelação do governo, pode registar-se que, além de outras pessoas, o chefe do governo recebeu longamente Luís Supico Pinto nos dias 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 29 e 31 de Julho, e nos dias 1, 2, 5 (2.ª feira seguinte à queda), 7, 8, 10, 12, 18, 19, 20 e 21 de Agosto de 1968.

(3) Toda esta tarde de 18 de Agosto de 1968 passou-a Salazar no Forte com o autor desta biografia e sua mulher. Pelo menos até à hora do jantar, não apareceram quaisquer outras visitas, nem alguém do pessoal doméstico surgiu a transmitir qualquer recado ou a fazer alguma pergunta. Salazar parecia inteiramente só. Apenas observei o habitual agente da polícia, sentado à porta de entrada, e mais ninguém.

satisfiz o pedido. Eu tomo sempre tudo a sério, e tomei a sério as suas cartas. Mas estão zangaditos. Outros mandaram recados, meteram cunhas para ser ministros, ou para não deixar de o ser. Houve quem solicitasse a intercessão da governanta. Como se eu me determinasse por razões de tal natureza. Parece que não me conhecem!». E conclui: «*Esses também ficaram zangaditos. Paciência!*».

15

Para a posse dos novos ministros e subsecretários de Estado comparece Oliveira Salazar em Belém, em 19 de Agosto, pela tarde, e tudo se desenrola com o estilo e a formalidade que são timbre do regime(1). Entretanto, pelo país, correm já os comentários da opinião pública ao novo governo: merece aplauso a nomeação dos ministros militares, prestigiados como são nas corporações a que pertencem; admite-se que os novos homens à frente das Finanças, pela sua juventude e competência, podem imprimir um forte dinamismo à vida financeira do país; não é compreendida a solução encontrada para outras pastas, em particular a Educação Nacional e a Saúde; e há um claro desapontamento por não ter sido revolvido o sector da Economia. Em círculos ligados à *União Nacional,* não se disfarçaram críticas; e alguns consideram que o prolongado arrastamento da crise e a pobreza de algumas soluções ou a sua falta para outras pastas, patenteiam as crescentes dificuldades de recrutamento que enfrenta o presidente do Conselho. Observadores de um e outro quadrante político comentam friamente: não há que ter espanto: que homem novo e de valor se quer comprometer, a título pessoal, com um chefe político que passou os setenta e nove anos? Exprime o desagrado de muitos o presidente Thomaz. Diz aos seus íntimos, com voz e gesto de quem julga inconcebível um facto: «*este governo! este governo, meu Deus!*».

---

(1) Por razões pessoais não tomou posse Canto Moniz, tendo o acto sido efectivado no dia 28.

Mas outros acontecimentos prendem os espíritos. A caminho de Bogotá, sobrevoa Portugal o papa Paulo VI. Ao cruzar o pontífice os céus portugueses, Thomaz e Salazar saúdam-no, e o Santo Padre responde em termos afectuosos. De vulto e gravidade são os acontecimentos da Checoslováquia. De 20 para 21 de Agosto as forças soviéticas executam a sua ameaça, e ocupam o país. São presos os dirigentes checos; toda a «*Primavera de Praga*» é anulada; e a nação checa torna à dependência completa da Rússia e do sistema imposto por Moscovo na Europa Oriental. Há pelo mundo um sobressalto generalizado: a declaração do Kremlin de que a ameaça ao socialismo na Checoslováquia constitui uma ameaça à paz e à segurança da Europa é entendida como notificação ao Ocidente de que, se este tentar interferir naquele país, será a guerra. Reúne-se com urgência o Conselho permanente do Pacto do Atlântico; alguns governos ocidentais condenam em notas severas o comportamento soviético; e por pressão dos grandes do Ocidente é convocada uma reunião do Conselho de Segurança em Nova Iorque. Comenta o chefe do governo português: «*tudo isso não vale nada, tudo isso conduz a nada. Mas tomar Cuba nas primeiras doze horas seria alguma coisa, e por causa disso não haveria guerra*». E sintetiza: «*Mas o Ocidente não tem homens!*».

À parte estes pontos, contudo, estão sempre presentes no ânimo do gabinete de Lisboa os problemas de África. Neste particular, no entanto, mantém-se a rotina, e entre a opinião pública a curiosidade é quase nenhuma. Na segunda metade de Agosto de 1968, continua a acalmia internacional entre os arraiais antiportugueses. Decerto: efectuam-se reuniões dos afro-asiáticos; os ataques verbais são repisados; e aproxima-se a sessão habitual da Assembleia Geral da ONU, que não deixará de cumprir os seus ritos e de dedicar a Portugal alguns debates e algumas resoluções. Em África, no terreno, a luta contra a guerrilha não suscita preocupação nova, e os responsáveis não temem surpresas, nem mesmo na Guiné, onde as condições locais dão por vezes motivo a algum cuidado. E a colaboração com os países limítrofes, mais e mais conscientes de que é de seu interesse vital cooperar com Lisboa, prossegue num aprofundamento cujo objectivo continua a ser a formação do *bloco da África Austral*. São excelentes os contactos com a Suazilândia; consolida-se a situação na Rodésia; progridem as negocia-

ções com a Zâmbia (1); e mesmo no Congo (Kinshasa) esfria a emoção com que é vista a política portuguesa. Estão particularmente íntimas as relações com a República do Malawi. Em carta de 18 de Agosto de 1968, que o presidente Banda dirige a Salazar e que confia a Jorge Jardim, o chefe do Estado do Malawi ocupa-se dos grandes capítulos: a cedência já feita por Portugal de um navio de guerra ao Malawi para este patrulhar as águas malawianas do lago Niassa, e o presidente Banda exprime pelo facto a sua *«profunda gratidão»;* o treino pela Marinha portuguesa de marinheiros malawianos, e de novo Banda manifesta o seu *«profundo sentido de gratidão»;* o acordo sobre a compra por Portugal da ponte e troço da linha da *Central African Railways,* já em execução, estando o governo português a pagar pontualmente as prestações convencionadas, pelo que o presidente Banda se confessa *«muito feliz»;* a construção de uma ligação adicional ferroviária entre Moçambique e o Malawi; e finalmente o empreendimento de Cabora-Bassa, que suscita um *«interesse mundial»* e poderá multiplicar-se e desdobrar-se em outros empreendimentos subsidiários de alto benefício para o progresso do Malawi e de Moçambique, e de toda a África Austral. E neste mêio tempo, através de tudo, continuam a desenrolar-se alguns actos de celebração do centenário de Álvares Cabral. Mas agora é sobretudo no Brasil que vão ser realizadas as solenidades mais significativas e mais simbólicas. Para participar nestas, e também para agradecer a vinda da missão brasileira encabeçada por Magalhães Pinto, é resolvida a ida ao Brasil de uma missão portuguesa chefiada por Mota Veiga, ministro de Estado.

Oliveira Salazar, fiel ao seu uso de muitos anos, mantém-se pelo Forte de Santo António. Está propício o tempo, vai quente e sereno aquele Verão de 1968. Durante o fim de semana de 24 e 25 de Agosto, apenas lê relatórios departamentais e telegramas dos Estrangeiros. Acolhe alguns visitantes particulares; e aparece para uma visita furtiva Marcello Mathias, que está ali a dois passos, em férias na sua casa do Estoril. Depois, no decurso da semana que

(1) Está mesmo a ser considerada a construção de um ramal do Caminho-de-Ferro de Benguela que, passando ao sul da linha que atravessa o Congo e liga à Zâmbia, correria paralela a esta e ligaria directamente Angola e a Zâmbia, evitando o Congo.

entra, o chefe do governo trabalha com o ministro da Economia, Correia de Oliveira, que parte para uma reunião oficial na Suíça; recebe o director-geral da Organização Internacional do Trabalho, Wilfred Jenks, para simples cumprimentos; trata com Mota Veiga da ida deste ao Brasil; resolve problemas das Corporações com Gonçalves de Proença; examina com Francisco Leite Pinto problemas de poluição industrial e de pesquisa de águas em Portugal; e combina com Canto Moniz a posse deste, em Belém. No dia 27 de Agosto, já ao fim da tarde, trabalha com o ministro dos Estrangeiros: e aparece a este tranquilo, bem-disposto, e habitual.

De súbito, ainda naquele dia, sente Oliveira Salazar algumas dores de cabeça. Toma uma aspirina, em pouco se desvanece o incómodo. Alarma-se a governanta: surge precisamente o que pode ser o sintoma previsto e anunciado por Eduardo Coelho. Quer logo chamar o médico. De novo se opõe o chefe do governo, repetindo que aquele professor deve voltar ao Forte dentro de dias, para o exame de rotina: e então se verá.

16

Lisboa sente-se eufórica. Tudo que conta na cidade está num levante. Anunciam-se para os primeiros dias de Setembro dois acontecimentos, que revolvem as imaginações. Antenor Patiño, o arquimilionário boliviano, e Pierre Schlumberger, o arquimilionário norte-americano, organizam festas e bailes, que prometem ser de fábula, nos seus palácios e quintas do Alcoitão e de Colares. Desde a grande burguesia à classe política, desde a velha aristocracia aos intelectuais, todos querem ser convidados. Há intrigas, empenhos, pedidos, invejas, despeitos; e muitos portugueses sôfregos rastejam em abjecção provinciana, curvados ao estrangeiro. Quase se afere uma superioridade individual pelo recebimento de um convite, ou dos dois convites; e de repente a alta costura, os alfaiates e os joalheiros de Lisboa estão mergulhados em encomendas. Mesmo a roda internacional está agitada. Noticia-se a vinda de celebridades do mundanismo, dos negócios, da grande finança:

o Aga Khan, a Begun, a antiga imperatriz Soraya, Henry Ford, alguns Palavicini, alguns Rockefellers, alguns Rotschilds, Niarchos, as grandes estrelas do teatro e do cinema, ainda centenas de outros. Em Lisboa aprestam-se a comparecer todos os ministros e suas mulheres. Dir-se-ia que ninguém se ocupa de mais nada: trata-se de preparar a ida ao baile de Schlumberger, ou de Patiño, ou de ambos. E a grande imprensa, reflectindo um deslumbramento colectivo, publica relatos minuciosos e em grande destaque: estar-se-ia perante acontecimentos capitais e, porque se hão-de desenrolar em Portugal, este seria por um breve tempo o centro do mundo. De tudo chegam ecos a Oliveira Salazar: o chefe do governo não pode sentir maior agastamento, mesmo irritação: faz cientes os ministros do desprazer que causaria a sua presença e mesmo a de suas mulheres em festas apenas bem-vindas num plano privado e que não devem exceder esse quadro: e importa que não se diga serem a finança e o mundanismo internacional influentes no governo português, ou seus íntimos. Trava muitos ímpetos esta atitude de Salazar: mas não trava todos: e alguns não resistem à tentação de viver por horas no artifício do sonho.

Em 28 de Agosto, que é uma quarta-feira, Salazar desloca-se a Lisboa, pela tarde, para a posse de Canto Moniz em Belém. Não é longa a conversa com o presidente da República: após a remodelação ministerial, são claramente frias as relações entre os dois homens. No regresso ao Forte, e aos outros dias, Oliveira Salazar poupa-se quanto possível: trabalha o estritamente indispensável. Naquele fim-de-semana, o chefe do governo tem a visita de um grupo de futuras professoras de Angola, que frequentaram o posto escolar de Malanje, e que vieram depois à metrópole e agora regressam à província para tomar os seus lugares; e dirige-lhes palavras de encorajamento. Mas sente mais gosto na conversa com António de Faria, também em férias em Portugal, e que deixou a embaixada no Vaticano pela de Londres: pratica com o embaixador da política da Igreja sob Paulo VI e da política britânica para com Portugal em África: e quanto a esta última exprime dúvidas de que em Inglaterra possa Faria fazer alguma coisa de útil. No domingo, é a audiência ritual com o presidente da República: dura cerca de hora e meia: e Salazar recapitula os grandes problemas com a sua tranquilidade de sempre. Depois, no início da semana, dedica-se a questões de

Defesa, e em 2 de Setembro de 1968 examina longamente com Gomes de Araújo a nova chefia dos departamentos militares e a situação geral, sob o ponto de vista da defesa, nas províncias ultramarinas. E naquela noite é a festa de Schlumberger, que assombra e ofusca Lisboa.

Consoante a norma de muitos anos, na terça-feira, dia 3 de Setembro, está marcado um Conselho de Ministros. Salazar vai a Lisboa, mas antes do Conselho despacha com o seu secretário particular, Costa Freitas, alguns assuntos de rotina. Pretende falar com o ministro da Economia; mas o secretário observa que aquele partira para o estrangeiro havia dias; surpreende-se o chefe do governo como perante notícia inesperada; mas é lapso de memória sem consequência. Depois, pela tarde, preside ao Conselho de Ministros. É a primeira reunião do novo governo. Por parte dos novos ministros há o constrangimento natural num ambiente que lhes é alheio. Faz uma extensa e minuciosa exposição sobre política internacional o ministro dos Estrangeiros, e ocupa-se em particular dos acontecimentos na Europa Oriental. Abordam-se assuntos correntes. Não intervém o chefe do governo: está nitidamente cansado, apresenta uma palidez quase doentia. Ao fim do Conselho, já de pé, conversa com alguns ministros, e quer saber notícias sobre como decorrera o baile de Schlumberger (1). Sai antes de todos, e sobraçando uns papéis, sozinho: e a alguns ministros afigura-se que Salazar segue como que curvado, encolhido, contraído, resumido, e arrastando-se com lentidão e esforço penoso.

Em 4 de Setembro, Salazar trabalha de manhã com o subsecretário da Presidência, Paulo Rodrigues. Está visivelmente exausto o chefe do governo, e por mais de uma vez, enquanto lê documentos, tira os óculos e passa as mãos pela testa. Ao mesmo tempo, nas suas notas, no seu assento de audiências na agenda, e em assinaturas, a letra está tremida, e em qualquer caso diferente. De tarde, recebe os novos ministros do Interior e das Finanças. E naquele dia, que é uma quarta-feira, de repente assaltam-no novas dores de cabeça,

---

(1) Salazar também interrogou outras pessoas. A mulher do autor desta biografia, que visita Salazar a pedido deste naquele dia, é solicitada para descrever com minúcia toda a festa a que assistira.

mais intensas e prolongadas. Não autoriza a governanta, no entanto, a que chame o médico: este virá a seu tempo. Mas a governanta agora não respeita a proibição, e telefona a Eduardo Coelho; e aprazado do que se passa, este chega sem demora. Esclarecido agora pelo médico, Salazar reconhece, aceita que está doente: não recebe visitas oficiais. Mas telefona a alguns ministros. Diz: *«não sei o que tenho, esteve aí o médico que me examinou os olhos, não sei»*.

17

Naquele dia 4 de Setembro de 1968, António de Vasconcelos Marques, o mais reputado neurocirurgião português e director dos Serviços Neurocirúrgicos dos Hospitais Civis, encontra ao tornar à sua residência o recado de *«um Dr. Coelho»:* deseja este falar-lhe com urgência. É muito comum o apelido; e Vasconcelos Marques não identifica o colega interessado. Aliás, está em preparativos de partida para o estrangeiro, para Espanha, a férias. No dia seguinte, no entanto, é recebida outra mensagem: trata-se do Professor Eduardo Coelho. Estabelecida ligação telefónica entre ambos, Eduardo Coelho exprime o seu imenso empenho em que Vasconcelos Marques vá a sua casa para depois irem *«ver um doente»*. Com mil rodeios, acrescenta que não é um problema de tomo; e pede que o neurocirurgião vá no seu automóvel, conduzindo-o ele próprio, e sem motorista que o acompanhe ou alguém mais. Tudo isto parece muito estranho a Vasconcelos Marques. No dia 6, encontram-se. Diz então Eduardo Coelho que o doente é *«o senhor Presidente do Conselho»:* não é grave o seu estado, nada disso, pensa mesmo que é passageiro o incómodo: mas quer ouvir uma opinião altamente competente e experimentada. Tomam agora os dois homens o carro de Eduardo Coelho, e seguem para o Forte do Estoril, ao princípio da tarde.

Oliveira Salazar está no gabinete tosco e monástico, ao canto do fundo, na cadeira de tubos de metal e com assento e costas de plástico. Naquela manhã, fiel à rotina, registara na sua agenda as

audiências do dia; mas saem-lhe ilegíveis as duas palavras que garatuja em tinta esverdeada. Que impressão transmite agora ao neurocirurgião? Amargura e tristeza, uma amargura infinita, uma tristeza indizível. Ao contrário do que sugerira Coelho, para não dramatizar a situação, Vasconcelos Marques tem clara certeza de que está perante um homem seriamente doente. Coelho relata em pormenor a queda de 3 de Agosto, e adianta agora a opinião de que se deve tratar de situação clínica muito grave. Mas o neurocirurgião quer fazer as suas próprias observações aprofundadas; e os dois médicos, com a ajuda da governanta, transportam Salazar ao quarto contíguo; e deitam-no no seu catre habitual. Conduz o neurocirurgião o seu exame minucioso: provoca reacções de músculos, de nervos, do cérebro. Vasconcelos Marques também logo se dá conta da muita gravidade do caso, e da sua urgência, e pensa que pode ser um hematoma intracraniano ou pode ser uma trombose cerebral. Nos dois casos, tudo é muito sério, e requer uma actuação imediata. Em qualquer hipótese, impõem-se novos exames de alta tecnologia; apenas nos hospitais apropriados podem estes ser feitos; e há que realizá-los prontamente porque o doente corre o risco de entrar em coma de um instante para o outro. Neste tempo, prevenido pela governanta, chega ao Forte o subsecretário da Presidência Paulo Rodrigues. Depois de aprazado da situação, o subsecretário convoca o ministro da Defesa, Gomes de Araújo, e o director da Polícia de Defesa do Estado, Silva Pais. Também informados pela governanta, entram no Forte o secretário particular do chefe do governo, Costa Freitas, e Maria Lívia Nosolini. Tendo recebido aviso no seu gabinete de S. Bento, comparece também o ministro de Estado, Mota Veiga. Paulo Rodrigues procura então executar as indicações dos médicos. Chama Luís Lopes da Costa, médico-director do Hospital da Cruz Vermelha de Benfica, e com este são tomadas as decisões indispensáveis: prevenir o hospital dos Capuchos, prevenir o hospital de S. José, desocupar e reservar uma ala de um andar do hospital de Benfica para efeitos de internamento. Mota Veiga, como ministro-adjunto do presidente do Conselho, assume o encargo de avisar o chefe do Estado; e todos concordam em não informar alguém mais, nem mesmo outros membros do governo, até que aquele seja esclarecido de tudo. Salazar parece alheio à essência do que se passa. Entregue por

momentos a si mesmo, enquanto os demais conferenciam e resolvem, o chefe do governo faz apesar de tudo alguns telefonemas para ministros e pessoas de amizade pessoal (1); e depois quer falar com Mota Veiga e ocupar-se da próxima ida deste ao Brasil em missão oficial. Mas os médicos não autorizam que se prolongue por mais de alguns minutos a conversa. Salazar é conduzido do Estoril a Lisboa de automóvel. E a essa hora tudo se apresta na quinta e palácio de Antenor Patiño para a festa e baile dessa noite.

No banco de trás, o chefe do governo vai entre Vasconcelos Marques e Eduardo Coelho. À frente, Silva Pais e o motorista. Avança o carro em grande velocidade, pela estrada à beira-mar. Salazar parece mergulhado num abismo de tristeza. Para avaliar das suas reacções, fazem os médicos algumas perguntas aparentemente inócuas: e verificam que Salazar *não sabe* em que Universidade se havia formado, *nem se recorda* do ano da licenciatura. Chega o automóvel ao hospital dos Capuchos, e uma cadeira de rodas agúarda Salazar. Auxiliado, senta-se, e murmura somente: «*é inacreditável, parece inacreditável*». Por acaso, encontra-se ali o jornalista Manuel Figueira, bom profissional e redactor de *O Século;* dá fé de tudo; e ao ver Silva Pais e carros da polícia, compreende quanto tem de inusitado o que está presenciando. São feitos alguns exames a Salazar, em particular um electro-encefalograma. Depois, com os médicos, segue para S. José; e aí é submetido a observações radiográficas. Ao fim, ficam perplexos os clínicos: nenhum dos exames é concludente: e nenhum permite um diagnóstico seguro. Neste meio tempo, consegue a polícia localizar o chefe do Estado: encontra-se no guincho, no restaurante *Barroca,* e toma café e conversa com Soares da Fonseca. Mota Veiga avisa então o Almirante Thomaz. São cerca das oito horas da noite. Para saber mais pormenores e examinar a situação, o presidente da República pede a Mota Veiga que passe pela sua residência em Cascais pelas dez horas. Entretanto, Paulo Rodrigues informa Mário de Figueiredo, telefona para Coimbra a Bissaia Barreto; Lopes da Costa dá parte de tudo a Leite Pinto; e da Suiça é chamado Correia de

(1) Pelo menos um desses telefonemas foi feito para o autor deste trabalho e outro para sua mulher. Em ambos havia o tom de uma despedida misteriosa.

Oliveira. Do Hospital de S. José, o doente é conduzido para a Casa de Saúde de Benfica: chega pelas onze e meia da noite, é conduzido ao elevador de serviço, na parte de trás do edifício: parece acordado e consciente, mas é nítida a sua dificuldade em mover os membros direitos: e fica logo internado no quarto 68.

Mota Veiga, vindo de Cascais, e Paulo Rodrigues já se encontram em Benfica. Na ala que foi entretanto desocupada no sexto andar, e além do quarto para Salazar, estão preparados outros compartimentos contíguos: para os médicos, entidades oficiais, agentes de segurança, visitas: e ao fundo do corredor, no outro extremo, um quarto para a governanta, que acaba de chegar noutro automóvel com Maria Lívia Nosolini. Pelo país, não há ainda um rumor e nada transpirou nas redacções dos jornais, sem embargo do que Manuel Figueira surpreendera; mas apesar disso o subsecretário de Estado dá ordem aos serviços de censura para cortarem qualquer notícia sobre a saúde do presidente do Conselho. É uma hora da madrugada de 7 de Setembro. Vindo de África e da Europa, acaba de aterrar em Lisboa Jorge Jardim, aliás portador da mensagem do presidente do Malawi para Salazar; e em pouco se precipita para a Casa de Saúde. Chega Mário de Figueiredo, que manda permanecer à porta do hospital o seu motorista com o carro; depois, vindo de Coimbra, entra Bissaia Barreto; e surgem Soares da Fonseca, Leite Pinto, Silva Cunha, Henrique Tenreiro. Bissaia Barreto conferencia com os colegas: sugere que se oiça uma terceira opinião; e lembra Almeida Lima (1). Este é encontrado em casa, prontifica-se a ir a Benfica; e vai buscá-lo o carro de Mário de Figueiredo. Resolvem os clínicos proceder a novas análises e a um exame de ultra-sons para averiguar se há desvios do cérebro. Passam os momentos, está criada uma atmosfera de drama. Entra então o presidente da República. Depois, comparece Gonçalves Rapazote, ministro do Interior; e Gomes de Araújo; outros membros do governo; e mais tarde Luís Supico Pinto, que fora informado ao chegar a casa, de regresso do baile de Antenor Patiño. São cerca de três horas da madrugada, todos se congregam numa das salas à parte. Com o

(1) Havido também como especialista eminente, professor da Faculdade de Medicina de Lisboa.

chefe do Estado e os vultos políticos estão os médicos também. Entra outro neurocirurgião, Álvaro de Ataíde, colaborador destacado de Vasconcelos Marques, e informa: o exame de ultra-sons não acusa qualquer desvio do cérebro. Perante tudo a que foi submetido o doente, não há unidade de vistas entre os grandes clínicos: não obstante o resultado não esclarecedor do exame de ultra-sons, Eduardo Coelho manifesta vivamente a sua intensa ansiedade pela situação; Vasconcelos Marques admite a possibilidade de hematoma sem poder excluir a de trombose; e Almeida Lima, sem excluir a hipótese de hematona, julga mais provável o segundo diagnóstico. Que fazer? Num ponto estão de acordo os três clínicos: há que operar: é o único meio decisivo de diagnóstico: e a intervenção cirúrgica poderá resolver a situação, no caso de hematoma, sem riscos excessivos no caso de trombose. Há perigos? Há, e gravíssimos em qualquer circunstância, e sobretudo num homem que passou os setenta e nove anos de idade, e para mais frágil e depauperado. Pode morrer na operação, ou ficar pior do que está, ou pode perder o uso da fala, ou dos movimentos do lado direito, e sempre pode ficar profundamente afectado. E se não for operado? Se for hematoma, poderá entrar em estado de coma, e a qualquer momento; e é previsível então um curso irreversível. Reconhecem todavia os médicos que o problema não é só clínico; é político também; mas este não é da sua alçada. Que dizem os políticos? Acentua-se o drama naquele sexto andar da Casa de Saúde de Benfica. Calmos mostram-se Gomes de Araújo e Leite Pinto; Silva Pais e Paulo Rodrigues não dominam a sua agitação e nervosismo; e os demais oscilam entre a indecisão, a perplexidade, a angústia. Mantém toda a sua compostura o chefe do Estado; e Vasconcelos Marques a todos impressiona pela serenidade gelada. É urgente uma decisão. Com a sua equipa, Vasconcelos Marques está disposto a operar e a correr todos os riscos profissionais: mas não é possível aguardar muito mais tempo. Todos os homens políticos ali reunidos, no início daquela madrugada do dia 7 de Setembro, sentem a máxima relutância em assumir a responsabilidade de um *sim*, de um *não*. Não é só político o problema, mas humano; já é mesmo humano somente; e não há família para consultar, parentes próximos a quem recorrer. Estão longe as irmãs, e bem velhas e acabadas, e não compreenderiam o que se lhes dissesse pelo telefone naquelas horas já

altas. Desde há muito que Salazar o escrevera: «*eu não tenho ninguém*». E agora, num quarto de hospital, na fronteira da morte, e com a sua lucidez embotada, não tem de facto ninguém. Decerto está rodeado de amigos políticos e pessoais: mas está só, mesmo solitário. Nem está apto a decidir da sua vida, e se pudesse anunciar decisões, estas não seriam cumpridas: o seu destino está entre as mãos de outros homens: encontra-se à mercê de tudo e de todos: e se há poucas horas estava só na eminência do poder, na solidão dos fortes que podem tudo, está agora só entre a poeira humilde que se deixa pisar, na solidão dos fracos que nada podem. Está desfeito, ou pelo menos suspenso, o seu poder: deste só há agora uma réstia, uma aparência, e mesmo essa é sustentada por outros homens: e estes sustentam-na apenas por si próprios e para si próprios. Neste momento exacto, em verdade, o poder abandona Salazar, o poder refugia-se noutro ou noutros centros de decisão; e não se sabe ainda quais estes sejam. Mas o tempo corre: que fazer? Vergam-se os homens políticos ao peso da ciência: os médicos recomendam a operação, sob pena de morte segura ou de invalidez total e permanente. Não parece haver alternativa: é decidida a intervenção cirúrgica. Bissaia Barreto e Eduardo Coelho estão de acordo; mas pretendem aguardar algumas horas, esperar pelo raiar da manhã. Opõe-se Vasconcelos Marques: não assume responsabilidades se se desperdiçarem minutos. Bissaia Barreto e Paulo Rodrigues sugerem então que seja facultada a Oliveira Salazar a possibilidade de escrever ou ditar algumas disposições que queira fazer, de deixar algum testamento político, desvendar algum plano de acção que tenha em mente e possa importar aos portugueses. Discorda Leite Pinto: não há disposições a ditar, não há plano a revelar. Insiste Paulo Rodrigues: crê que está consciente o chefe do governo, e lúcido. Leite Pinto, autorizado pelos médicos, vai ao quarto de Salazar. Encontra-o desperto, pergunta-lhe: «*como está, senhor Presidente?*» Responde o doente: «*Parece que não estou muito bom, julgo que me querem fazer uns orifícios na cabeça*». Despede-se Leite Pinto: «*Até amanhã, senhor Presidente*». Murmura Salazar: «*Amanhã??!*» Torna Leite Pinto, relata a todos as palavras trocadas; e afirma que, se Salazar estava consciente, não o julga apto a escrever ou a ditar um testamento político. Também discordam de que o faça todos os outros médicos, em especial

Vasconcelos Marques: Oliveira Salazar não está na posse das suas faculdades, não é neste momento um homem responsável, tudo o que escrevesse ou ditasse seria uma fraude. Então pronunciam-se os responsáveis políticos por uma operação imediata. Sai a equipa de médicos para preparar a intervenção. Ficam na sala apenas os homens de governo. Há um silêncio constrangido, pesado, feito de amargura, e também de melancolia e de incerteza: em alguns, melancolia pela saudade de uma época que pode haver chegado ao seu termo; em outros, incerteza por um futuro que de repente se transforma em mistério. Rompe o silêncio Mário de Figueiredo, num tom brusco: «*o que o Presidente quereria escrever não seria o que vocês pensam; e vocês pensam que ele escreveria o que vocês querem*». Há embaraço, e nervosismo reprimido. Gonçalves Rapazote, em surdina, defende a necessidade de ser o país informado de que «*está sem Presidente do Conselho*». E no seu íntimo todos compreendem que já não está em causa a vida de Salazar mas o futuro do regime, e sobretudo o de cada um.

São quatro horas da madrugada. Estão a postos para a operação os médicos, o pessoal de enfermagem. Há que prevenir o doente. Vasconcelos Marques fala com o presidente da República: entende que seja o chefe do Estado a fazê-lo. Mas o presidente parece tergiversar, hesita, o tempo corre; e para Salazar a situação agrava-se a cada momento. Passa uma hora. Vasconcelos Marques resolve informar Oliveira Salazar directamente. Ainda que em semiconsciência, Salazar dá sinais de compreender. Procura o médico suavizar o significado da intervenção, e dos seus riscos, e incutir no enfermo a confiança. Esclarece mesmo que tudo será feito apenas sob anestesia local. E fala de um aspecto muito desagradável: há que cortar, rapar bem todo o cabelo. Diz Salazar em voz tranquila: «*se é preciso fazer, faça-se*». Entra agora no quarto o presidente da República, e conversa alguns minutos com Salazar; este está consciente de que vai ser operado; e, como sabia que as filhas de Américo Thomaz iam ao baile de Antenor Patiño, pergunta como decorreu a festa. E Oliveira Salazar é levado para a sala de operações. Entregues a si mesmos, na quadra que lhes pertence, os responsáveis políticos determinam algumas medidas. Com o acordo do presidente da República, Gomes de Araújo resolve passar a estado de prevenção algumas unidades militares fundamentais e instruir os

grandes comandos ultramarinos para que tomem as precauções de emergência; e Gonçalves Rapazote decide estritas medidas de segurança interna. Na sala de operações, é numerosa a equipa de médicos: Vasconcelos Marques, Álvaro de Ataíde, Lucas dos Santos são os operadores; assistem os demais (1); e a anestesia é confiada à médica Maria Cristina da Câmara Castro. Inicia a intervenção cirúrgica Álvaro de Ataíde: embora tivesse sido planeada uma operação limitada, há que abrir com o trépano alguns orifícios exploratórios. Actua depois Vasconcelos Marques na parte essencial. Diz para todos: «*Meus senhores, vamos operar o doente do quarto n.º 68.*».

18

Aberta a meninge, logo jorrou sangue: tratava-se em verdade de um hematoma intracraniano subdural crónico, situado no hemisfério esquerdo: e o neurocirurgião verificou que esta era a lesão única de que sofria Salazar. São assim muitas as probabilidades favoráveis ao doente. Ao cabo de duas horas é dada por concluída a operação. Antes de outros, sai da sala Eduardo Coelho, e emocionado vai anunciar aos políticos: «*era hematoma, está o problema resolvido*». Começa a despontar a aurora, passa das seis e meia da manhã do dia 7 de Setembro. Mota Veiga telefona agora a notícia a todos os membros do governo que ainda a não soubessem. Surgem os cirurgiões e os demais clínicos, e todos se reúnem para redigir um boletim médico. Este no essencial diz: o presidente do Conselho «*foi operado esta noite de um hematoma, sob anestesia local, encontrando-se bem*» (2). Pelas sete horas abandona a clínica

(1) Assistem os médicos: Eduardo Coelho, Almeida Lima, Bissaia Barreto, Lopes da Costa, João de Castro, Ana Maria Monteiro, Silva Santos, João Bettencourt, Jorge Manaças.

(2) Os médicos haviam escrito «*esta madrugada*», e a emenda para «*esta noite*» foi feita a pedido do presidente da República; os médicos haviam escrito «*hematoma intracraniano*», e esta segunda palavra foi suprimida a pedido de Paulo Rodrigues.

o chefe do Estado. E às nove horas, no seu primeiro serviço noticioso normal e pela voz do locutor Pedro Moutinho, a Emissora Nacional difunde para o país o teor do boletim médico (1).

Pelas cinco horas da tarde volta à clínica de Benfica o presidente da República e, por sua convocação, encontram-se também ali quase todos os membros do governo, os presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, outras figuras políticas. Da Suíça, entretanto, regressara apressadamente Correia de Oliveira. Todos se juntam na sala já agora reservada para estas reuniões. É circunspecta e grave a atmosfera, e pesa sobre todos a noção de que é histórico o momento, e além do mais incerto. Entra Vasconcelos Marques, correcto, sereno, mas frio, mesmo duro. Fecha a porta atrás de si. Em tom austero, e dirigindo-se ao presidente da República, pergunta se pode falar livremente. Dá o seu assentimento o chefe do Estado. Vasconcelos Marques informa que nas últimas horas se agravara o estado geral do presidente do Conselho, e que a situação deveria considerar-se como quase desesperada. Afirma o cirurgião: «*Quero que V. Ex.as estejam perfeitamente conscientes de que estamos perante um doente muito grave e que devem estar preparados para tudo*». É clara a perturbação no rosto do almirante Thomaz; mas permanece inteiramente calmo; e o silêncio dos demais esmaga o ambiente. Continua Vasconcelos Marques: «*Logo à noite faremos outro boletim médico. Mas diremos a verdade e só a verdade. V. Ex.as não nos peçam para dizer coisas que não sejam verdade porque nos recusaremos a assinar. Temos as nossas responsabilidades profissionais e há o dever de informar o país da verdade*». Replica o presidente da República: não compreende os reparos ou observações do neurocirurgião: nem ele nem o governo haviam ainda solicitado aos médicos que mentissem, nem se propunham fazê-lo. Quanto ao doente, confia em que talvez os médicos estejam pessimistas. Em qualquer caso, se

(1) No período post-operatório imediato, naquela manhã, estavam naturalmente proibidas visitas, mas para satisfazer um pedido de Salazar, a mulher do autor desta biografia (ambos havíamos chegado à Casa de Saúde pelas 8 horas da manhã) foi introduzida no quarto do doente pela governanta, e encontra-o de cabeça ligada, olhos cerrados, mas lúcido e reconhecendo-lhe imediatamente a voz.

surgir a situação prevista, pode assegurar que serão tomadas as medidas convenientes. Sai Vasconcelos Marques, como tranquilizado. Abandonam também a casa de saúde os responsáveis políticos; mas quase todos regressam três horas mais tarde, para tomar conhecimento, em primeira mão, do novo comunicado dos clínicos. E nessa noite, pelas nove horas, é emitido um segundo boletim médico, afinal menos pessimista, e mais explícito e pormenorizado: o presidente do Conselho, «*operado com êxito a um hematoma intracraniano, subdural, continua a melhorar progressivamente*»; «*não há alteração da função renal, nem perturbações metabólicas*»; e «*tudo indica que o pós-operatório se processa normalmente*».

Corre o tempo. Ao outro dia, um terceiro boletim é optimista: há sinais de franca recuperação motora e sensorial; o doente recomeçou a alimentação; feito o primeiro penso, verificou-se que as feridas do pós-operatório têm aspecto habitual; esteve o doente sentado durante um quarto de hora e sem dificuldade deu no quarto alguns passos, acompanhado pelos seus médicos. E nos dias seguintes cresce o optimismo dos sucessivos boletins: o doente dormiu serenamente, tem a marcha fácil, apresenta equilíbrio sensorial, tudo se encaminha para a normalidade. Mais: Salazar dormiu sete horas, passeou no quarto sem apoio, esteve sentado durante quatro horas numa poltrona, onde almoçou; e liberto do hematoma, descomprimiu-se o cérebro, que retomou a sua posição normal. Todos os dias, e às vezes mais de uma vez por dia, a médica Maria Cristina de Castro, que se transforma numa dedicada e fervorosa assistente de Salazar, leva este a fazer algumas assinaturas para avaliar da progressiva firmeza e normalidade da sua caligrafia. Consentem os médicos uma visita brevíssima: a das três irmãs—Marta, Maria Leopoldina, Laura—que do Vimieiro haviam descido até Lisboa. Na casa de saúde, um grupo de mulheres, devotadas a Salazar, manda rezar missas de reconhecimento. Afluem agora milhares de pessoas ao hospital: querem informar-se do estado do chefe do governo. Sobre mesas, no átrio, são dispostas folhas de papel para assinaturas. Há espontaneidade no movimento. De par com o de pessoas de consequência e fama, são milhares os nomes de homens e mulheres anónimos: estes não querem nada, não esperam nada: pretendem assinalar a sua vontade de que Salazar se restabeleça. E durante toda aquela semana sucedem-se os boletins de optimismo:

está o doente a levantar-se regularmente, de manhã e depois do repouso da tarde; mostra desejos de regressar ao seu clima de vida; e as melhoras radicam-se de dia para dia. Em 14 de Setembro os médicos sublinham: «*o Sr. Presidente do Conselho entrou em franca convalescença e regressará brevemente à sua residência em Lisboa. Este é o último boletim médico*». Pelo seu quarto, Salazar já se desloca quase normalmente. Excede mesmo as autorizações clínicas quanto ao tempo em que pode permanecer fora da sua cama. Numa tarde, e contra as suas instruções, Vasconcelos Marques encontra Salazar de pé a horas já tardias. Diz-lhe o neurocirurgião: «*Quando dentro de dias eu for acompanhar V. Ex.ª ao seu automóvel, V. Ex.ª voltará a mandar a partir desse momento. Mas agora quem manda aqui sou eu. V. Ex.ª vai deitar-se imediatamente*». Sem uma palavra, Salazar abre a roupa da cama e deita-se. Depois, no domingo, dia 15, o presidente Thomaz visita Salazar durante quinze minutos, ao princípio da tarde. Achou-o «*praticamente restabelecido e discorrendo como lhe era habitual antes do acidente*». E fica ajustada, para a segunda-feira seguinte, uma visita do cardeal-patriarca de Lisboa: Salazar terá decerto gosto em ver e conversar com o seu antigo companheiro dos *Grilos* e amigo de há quase sessenta anos. Regressa Bissaia Barreto a Coimbra.

Absorvido o choque, desde a alta-roda da política até à arraia-miúda, todos tomam agora consciência do que se está passando. Mais do que outra qualquer, parece autêntica a gente do povo. Ao de cima vem o sentimentalismo português: há uma consternação generalizada, um recolhimento genuíno. Numa hora grave, respeita-se um homem de grande idade que, em verdade ou em erro, se deu a Portugal e que se encontra entre a morte e a vida. Há pelo país um levante que é quase de culto: em capelas remotas da província celebram-se missas pela cura de Salazar; fazem-se promessas, organizam-se preces colectivas; e projectam-se peregrinações. Em algumas dioceses, são os prelados que respondem ao sentir da comunidade: e conduzem serviços religiosos de circunstância. Pelo ultramar além, e ainda entre a colónia portuguesa no Brasil, não deixam de se reflectir emoções iguais, e com idêntica expressão. Ao mesmo tempo, cada um do povo vai à sua vida habitual, e o país exterior decorre na normalidade. Mas é inteiramente diverso o clima entre a classe política. Notam-se, antes de outros, os sala-

zaristas incondicionais. Deles se apossa de repente o pavor da morte de Salazar. Se isto suceder, que lhes acontecerá? Para estes, há que reduzir a nada o acidente, a doença, a operação: tudo está bem, tudo está normal, e a censura deve cortar quanto pretenda noticiar-se em contrário: Salazar quase não sofre de cousa alguma: e vai ficar restabelecido, perfeitamente válido, mais vigoroso do que nunca. Sabendo-se simples reflexo de luz alheia e incapazes de sobreviver politicamente por si próprios, estão passando horas excomungadas, dias de inferno. Outros vêem na doença de Salazar, todavia, a sua grande oportunidade pessoal. Não acreditam que jamais aquele regresse à plenitude das suas funções e do seu poder. E entre estes se abre a luta pela sucessão: chegou o momento ansiosamente sonhado. Mas neste largo grupo de homens, o observador atento pode descobrir duas correntes. Há os que pretendem satisfazer as suas ambições dentro do salazarismo, e em continuação deste. São os que se arrogam a herança espiritual e política de Salazar, os que possuem a sua mensagem; e entram de súbito em plena campanha. Há ministros e outros políticos que visitam a Casa de Saúde de Benfica a horas mortas, em plena madrugada, para dramatizar o seu interesse e aparecer o seu nome separadamente nos jornais; os que contratam fotógrafos especiais para os retratarem à entrada e à saída do hospital; os que previnem antecipadamente a televisão da hora das suas visitas; e há os que atropelam tudo e todos para em público se exibirem e se deixarem fotografar sempre ao lado do presidente da República, como se fossem seus áulicos. Numa corrente à parte, situam-se quantos, fazendo profissão de fé no regime e na constituição, pretendem ser arautos de um *não-salazarismo* e paladinos de mudança. Esses mergulham na intriga, no conluio, nas combinações pessoais. Há que destronar um rival, menoscabar um outro, demolir um terceiro. Alguns procuram criar falanges de apoio, que façam pressão junto do chefe do Estado, para influenciar a escolha a que tenha de proceder; outros tentam dividir as forças dos que possam vir a ser seus adversários; terceiros mantêm a tempo inteiro espiões na casa de saúde, para seguir as intrigas e combinações alheias; e há os que organizam grupos, alinham nomes para futuros governos. E todos, todos quereriam dispor de áugures que soubessem ler e interpretar os «*sinais*». Através de tudo, lançam-se rumores: os médicos estão a mentir,

e sabem que Salazar está irremediavelmente perdido; o presidente da República pensa em nomear um chefe do governo interino; as Forças Armadas tencionam impor nomes do seu agrado. E finalmente, há ainda uma terceira corrente de homens: os que julgam *findo o regime* e se propõem *saltar* já para o que vier. Ressurgem os que querem apagar todo o seu passado: jamais gozaram de vantagem ou favor; não viram, não estiveram, não participaram, não conheceram ninguém; e até sofreram agravos. E a Casa de Saúde de Benfica transforma-se num foco de enredo, num vespeiro político. E produzem-se avanços e recuos: se há um rumor de que piorou o estado de Salazar, torna-se mais viva a luta pela sucessão, há maior afoiteza nas atitudes de cada um; à notícia de melhoras, tudo se contrai, encolhe, dilui como num pavor de que o homem, uma vez restabelecido, se informe do que se passou e ajuste contas. Para além deste fervilhar e deste tumulto, mantém-se calmo o chefe do Estado: aparentemente, não perde o seu sangue-frio: e não se deixa enlear pelas paixões e os interesses tumultuosos em seu derredor. Do lado dos oposicionistas tradicionais, dir-se-ia existir um silêncio circunspecto, e de expectativa.

Do estrangeiro afluem entretanto mensagens de bons desejos e cumprimentos: de Costa e Silva, do generalíssimo Franco, de Magalhães Pinto, de Kubitschek de Oliveira, do chefe do governo francês, do chanceler alemão, do papa, de Ian Smith, ainda de outras figuras. Inscrevem-se nas folhas dispostas no átrio os embaixadores estrangeiros. E Rádio Moscovo faz um apelo à unidade das forças de esquerda em Portugal, «*nesta hora de crise do fascismo*», para que iniciem a luta no momento da morte de Salazar.

19

Para os salazaristas estremes, com o último boletim médico tudo corre bem: consideram que a normalidade está a ponto de ser reposta. Salazar encontra-se restabelecido. Naquela manhã de 16 de Setembro, conversa com Eduardo Coelho. Este não tem dúvidas de que está curado o doente; e já pode descrever-lhe a operação a

que fora submetido, a sua gravidade, os riscos corridos, e com tudo estava felizmente superado. Depois, sai, e o pessoal de enfer magem traz o almoço; e entra Álvaro de Ataíde. E quando Salaza termina a refeição, pouco além da uma e meia da tarde, sente un golpe de dor na cabeça, leva a mão direita à testa, diz: «*Estou muit aflito. Ai, meu Jesus!*» E abandona-se sem sentidos na poltrona Precipita-se o médico, acorrem outros clínicos e enfermeiras. Est frio o doente, e tem ânsias. Um primeiro diagnóstico se apresent como óbvio: Salazar deve ter sofrido uma hemorragia interna n hemisfério cerebral direito (1). Consideram os médicos que se revest da maior gravidade a nova situação. Aos clínicos anteriores junta-s agora Miranda Rodrigues. Pouco depois, aprazado de tudo e apó exame ao doente, Vasconcelos Marques pronuncia-se por um hemorragia que afecta uma vasta área do cérebro. Concordam o demais colegas.

Prevenidos pelo secretário de Salazar ou pela polícia, surgem rapidamente o presidente da República, quase todos os membros d governo, os presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, e tornam homens que haviam permanecido em Benfica dias e noites, como Leite Pinto, Soares da Fonseca, Jorge Jardim, Costa Leite, Castro Fernandes, Ulisses Cortez, alguns mais. Pela primeira vez, aparece na casa de saúde Marcello Caetano; e há surpresa geral. Chega o cardeal-patriarca de Lisboa, como combinado. Que fazer? Visita ou não o doente? Dizem os médicos que é irrelevante a questão: Salazar está inconsciente, mesmo em coma; não será prejudicado pela visita; mas não reconhecerá o visitante. Gonçalves Cerejeira está claramente emocionado: trata-se do seu companheiro de Coimbra, do *Imparcial*, dos comícios de S. João de Almedina, do *Centro Académico de Democracia Cristã*, do *Centro Católico*, dos grandes combates pela fé e pela Igreja (2). Dirige-se o prelado em especial ao presidente da República: «*Ele*

(1) Como o leitor se recordará, o hematoma localizava-se no hemisfério esquerdo.

(2) Não cabe aqui evidentemente pormenorizar o significado de tudo isto na vida de Salazar e Cerejeira. Para o entender, o leitor interessado teria de ler todo o I vol. desta biografia.

sempre foi católico, e tem sido sempre muito infeliz. Não, nunca foi feliz, sei-o bem. Nesta hora, se V. Ex.ª estivesse de acordo, eu quereria administrar a extrema-unção. Para mim é muito importante poder confortá-lo assim. Comprometo-me a segredo absoluto, só entre mim e Deus». Todos os presentes se comprometem também ao mais total sigilo, e o chefe do Estado dá o seu assentimento. Logo o patriarca é acompanhado ao quarto de Salazar, e aí é deixado só com o doente. Nesta altura, o presidente da República chama de parte os ministros militares, e combina novas e mais rigorosas providências de segurança, tanto na metrópole como sobretudo no ultramar. Depois, convoca em especial Gomes de Araújo e Mota Veiga para o Palácio de Belém, marcando-lhes a meia-noite; e aos outros ministros o chefe do Estado pede que se dirijam aos seus gabinetes e despachem os negócios do Estado na normalidade possível. Sai para Cascais o presidente, e os ministros vão aos seus ministérios; mas tornam à Casa de Saúde de Benfica ao princípio da noite. De Coimbra, apressadamente, volta Bissaia Barreto. E perante todos, pelas onze e trinta da noite, é lido por Vasconcelos Marques o boletim médico: *«a evolução favorável do estado do Sr. Presidente do Conselho, que no passado dia 7 fora operado por hematoma subdural pós-traumático à esquerda, foi hoje, às 13,45 h, alterada por brusco e grave acidente vascular no hemisfério cerebral direito».* Assinam o boletim Eduardo Coelho, Vasconcelos Marques, Almeida Lima, Miranda Rodrigues. A este tempo, o embaixador dos Estados Unidos telefona ao ministro dos Estrangeiros e diz-lhe que o seu governo, se o governo português o desejasse, estaria pronto a enviar a Portugal um dos maiores médicos americanos da especialidade. Transmitida a oferta ao chefe do Estado, são consultados os médicos portugueses: estes não se opõem: e até consideram bem-vindo o colega norte-americano.

Pela meia-noite, no Palácio de Belém, o presidente da República está reunido com Mota Veiga e Gomes de Araújo. Diz o almirante Thomaz ao ministro de Estado que, prolongando-se a incapacidade de Salazar, deseja nomeá-lo a título interino para chefiar o governo: uma vez que o ministro de Estado é o adjunto do presidente do Conselho, a solução parece política e constitucionalmente correcta. Recuando perante a dimensão da perspectiva, o ministro de Estado recusa, e de forma tão viva que o presidente logo afasta

a solução. Pensa em recorrer ao ministro da Defesa Nacional. Gomes de Araújo, por si, não se acanha, e tomava a tarefa em mãos sem hesitações. Mas é o primeiro a ponderar que, sendo um militar, a sua escolha, ainda que a título temporário, poderia ser interpretada como propópsito de fazer suceder a Salazar um homem das Forças Armadas: e não sendo o ministro da Defesa Nacional o natural substituto do chefe do governo, maior motivo havia para se gerar aquela convicção. É essa a intenção? Não é. Falando em nome das Forças Armadas, Gomes de Araújo afirma que estas entendem dever a escolha de um sucessor de Salazar recair num civil. Idêntico é o ânimo de Américo Thomaz. E este, vendo que nenhuma solução podia encontrar naquela noite, resolve convocar para o dia seguinte, pela tarde, uma reunião do Conselho de Estado. Entretanto, a imprensa vinca o facto de, pela primeira vez, Marcello Caetano haver comparecido na Casa de Saúde de Benfica.

Na manhã do dia 17 de Setembro, o presidente da República passa por Benfica. Convoca os médicos que cuidam de Salazar. Pergunta-lhes: que prognóstico formulam? Vasconcelos Marques é nitido: na melhor das hipóteses, Salazar ficará um grande inválido: a sua vida política está terminada. Sob a impressão deste parecer, preside Thomaz pela meia-tarde ao Conselho de Estado, em Belém. Participam todos os conselheiros, salvo o procurador-geral da República, José Manso Preto, que se encontra ausente. Comparece Marcello Caetano, e todos ficam estupefactos: desde há muitos anos que, sempre convocado, jamais se apresentou nas reuniões do Conselho(1). Abertos os trabalhos, Thomaz põe a questão: dada a incapacidade de Salazar, e prevendo-se que esta seja definitiva, que solução constitucional pode e deve o chefe do Estado adoptar? Sublinha o presidente da República que não solicita a indicação de nomes: a escolha destes é da sua exclusiva competência constitucional. Está a levantar um problema político: em que momento deve proceder à substituição de Salazar? Mário de Figueiredo fala

(1) Marcello Caetano havia mesmo em tempo escrito uma carta ao chefe do Estado apresentando a sua demissão de membro do Conselho, ainda que a sua nomeação fosse vitalicia.

antes de todos: pensa dever sobrestar-se na substituição por algum tempo, até se verificar o óbito, ou a incapacidade definitiva. Luís Supico Pinto pronuncia-se com mais minúcia. Presta homenagem ao chefe do Estado pela sua serenidade; entende que o presidente deve acautelar a sua saúde e, por motivos de segurança, não aparecer em público; morto que seja Salazar, a nomeação do sucessor deve ser simultânea; o presidente poderia aproveitar o tempo para se fixar no nome a escolher; de momento, durante três dias, nada cabe fazer; ao cabo desse período, deveria nomear-se Mota Veiga interinamente, se os médicos afirmarem que está próxima a morte de Salazar; caso contrário, deve ser escolhida a título interino uma personalidade em quem possa recair a nomeação definitiva. José Osório, presidente do Supremo Tribunal de Justiça, não se sente preparado para uma opinião, mas adere às considerações de Luís Supico; Furtado dos Santos, segundo-vice-presidente da Assembleia Nacional, afirma-se decididamente contra a substituição imediata de Salazar; e Pires de Lima, primeiro-vice-presidente da Câmara Corporativa, pronuncia-se contra qualquer projecto de substituição a curto prazo. Albino dos Reis discorda de uma nomeação interina, e defende uma escolha definitiva dentro de dias, que não devem ser longos; Marcello Caetano não se afasta da posição de Luís Supico, mostra-se especialmente preocupado com os aspectos administrativos da crise, e julga que à morte de Salazar deve ser imediata a nomeação de um sucessor; Costa Leite tudo entrega ao critério do chefe do Estado; e Santos Costa entende que Salazar deve morrer na titularidade do cargo. De igual parecer é Pedro Theotónio Pereira, enquanto Ortins de Bettencourt apoia Costa Leite; e Soares da Fonseca partilha da opinião de Santos Costa, julgando indispensável, além disso, que o futuro presidente do Conselho dê garantias de manter a política ultramarina e a política externa até agora seguidas. Por último, Antunes Varela sustenta que a nomeação interina é de rejeitar e que a substituição de Salazar deve ser feita apenas na sua morte, ou quando os médicos declararem a sua incapacidade permanente. Depois, há breve debate sobre a legalidade de uma nomeação interina. Marcello Caetano afirma que a mesma apenas seria constitucional se recaísse em alguém que seja membro do governo. Encerra a sessão o chefe do Estado: agradece a todos; concorda com os sentimentos expressos; e agirá a

tempo e horas, de harmonia com «*os superiores interesses da nação*». Dura hora e meia a reunião (1).

---

(1) Pela sua importância histórica, segue na íntegra a Acta da reunião do Conselho de Estado, que creio inédita: «*Aos dezassete dias do mês de Setembro de 1968, pelas dezasseis horas, reuniu no Palácio de Belém o Conselho de Estado, sob a presidência de Sua Excelência o Presidente da República, Contra-Almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz, estando presentes as seguintes individualidades: António Furtado dos Santos, segundo-vice-presidente da Assembleia Nacional; Fernando Andrade Fires de Lima, primeiro-vice-presidente da Câmara Corporativa; José Osório Gama e Castro Saraiva de Albuquerque, presidente do Supremo Tribunal de Justiça; e os membros vitalícios Mário de Figueiredo, Luís Clotário Supico Pinto, Albino Soares Pinto dos Reis, Marcello José das Neves Alves Caetano, João Pinto da Costa Leite, Fernando Santos Costa, Manuel Ortins de Bettencourt, Pedro Theotónio Pereira, José Soares da Fonseca e João de Matos Antunes Varela. Faltou à sessão José Alfredo Soares Manso-Preto, a quem não foi possível, dada a distância a que se encontrava de Lisboa, chegar a tempo da reunião.*

Abrindo a sessão, Sua Excelência o Presidente da República começou por informar os participantes da reunião de que o estado de saúde do Senhor Presidente do Conselho, internado desde o dia 6 do mês corrente no Hospital da Cruz Vermelha, se agravara seriamente na tarde do dia 16, por virtude de um extenso acidente vascular cerebral. Os médicos admitem a todo o momento um desenlace fatal, a ponto de o Chefe do Estado, quando à noite mandou convocar de urgência o Conselho, ter suposto que este viesse a reunir não sendo já vivo o Presidente do Conselho. Em face da delicada situação que os acontecimentos estavam criando para a vida do país, o Chefe do Estado julgura conveniente ouvir o parecer do Conselho sobre o momento em que deveria proceder à substituição do Doutor Salazar, visto as circunstâncias não serem infelizmente de molde a prever a hipótese do seu regresso ao exercício das funções governativas.

Ferante a dolorosa emergência que acabara de ver descrita, o Doutor Mário de Figueiredo manifestou o parecer de que, não obstante a situação desesperada em que o Doutor Salazar se encontrava, o Chefe do Estado deveria sobrestar por algum tempo mais na sua substituição, até se verificar o seu óbito ou comprovar a sua definitiva incapacidade.

O Doutor Luís Supico, depois de realçar a forma superiormente criteriosa como o Chefe do Estado tem sabido corresponder às graves responsabilidades do seu alto cargo, no momento singularmente difícil que Portugal está a viver, aludiu à necessidade de o Senhor Almirante Thomaz, não só por si e pelos seus, mas principalmente no superior interesse do país, acautelar mais a sua saúde e a sua própria integridade física — valores essenciais para a paz e a tranquilidade da nação, enquanto esta pôde contar com dois homens esclarecidos à testa dos seus destinos, e que maior importância passam a revestir para todos nós a partir

Em menos de quarenta e oito horas, está em Lisboa o especialista norte-americano: é o professor Houston Merritt, da Universidade de Colúmbia e do Instituto Neurológico de Nova Iorque. Conferencia com os seus colegas portugueses. Na manhã do dia 18 examina lon-

---

do momento em que nos não é possível contar mais com a sábia orientação de um deles.

Relativamente ao problema sobre o qual se desejava auscultar o pensamento do Conselho, era convicção sua que o Chefe do Estado deveria ficar habilitado quanto antes a escolher um novo presidente do Conselho de Ministros, para fazer a sua nomeação no momento que considerasse oportuno. Enquanto se não julgasse conveniente a nomeação efectiva, sugeria mesmo a possibilidade de um provimento interino do cargo, por forma a que não se chegasse a deixar criar no espírito do público a sensação incómoda e perigosa de o País estar sem governo. A propósito desta sugestão, o Chefe do Estado aproveitou a oportunidade para informar o Conselho de que, ao prever o pior, chegara a ter preparado na véspera à noite um diploma legislativo com a nomeação interina de um novo chefe do governo.

O Dr. José Osório, colhido de surpresa, longe de Lisboa, pela inesperada convocação do Conselho, declarou não se sentir preparado para tecer largas considerações em torno da dúvida que fora posta, mas dava a sua completa adesão às duas sugestões que, a propósito dela, haviam sido formuladas pelo Dr. Luís Supico.

O Dr. Furtado dos Santos, que começou por prestar calorosa homenagem à personalidade do Doutor Salazar e por exaltar a obra extraordinária que o ilustre governante legou às gerações vindouras, manifestou-se decididamente contrário à ideia da sua substituição imediata.

O Doutor Fires de Lima foi ainda mais longe, ao exprimir a sua franca discordância com qualquer projecto de substituição a curto prazo. Haveria, no seu modo de ver, a maior conveniência política e toda a vantagem social em espaçar o mais possível os dois momentos de crise que o país parece condenado a atravessar: de um lado, a perda irreparável do Doutor Salazar; do outro, a nomeação do novo presidente do Conselho, porquanto, seja qual for a personalidade designada para o cargo, a escolha há-de forçosamente suscitar reacções em alguns sectores da opinião.

A provação por que estamos passando, afirmou por seu turno o Dr. Albino dos Reis, já o Doutor Salazar profeticamente no-la havia anunciado, quando nas vésperas da última eleição presidencial nos advertiu de que, fosse qual fosse a evolução dos acontecimentos, seria nos sete anos subsequentes que, por imperativos naturais ou políticos, se não poderia fugir a opções delicadas. No que toca à forma de solucionar a dificuldade, não hesitava em considerar francamente desaconselhável o recurso a uma nomeação interina, pois esta não deixaria, por várias razões, de constituir um fermento de situações inconvenientes. Votaria, por conseguinte, pela nomeação de um presidente efectivo — nomeação que nada

gamente Salazar. Depois vai a Belém, convocado pelo chefe do Estado; e com este e os médicos portugueses há uma reunião. Formalmente, quase solenemente, o almirante Thomaz repete a per-

---

impede seja diferida por alguns dias, mas que não poderá, sem graves consequências para o país, arrastar-se por muito mais tempo.

O Doutor Marcello Caetano declarou aderir, em princípio, às considerações explanadas pelo Dr. Supico Pinto. A sua sensibilidade dir-lhe-ia que não se procedesse à substituição do presidente do Conselho em vida do Doutor Salazar. Há, no entanto, que prover à vida corrente do país, assegurando o expediente administrativo e mantendo a orientação superior da administração pública perante os numerosos problemas que surgem continuamente nas diversas secretarias de Estado. Para a execução dessas tarefas pode servir provisoriamente a solução de uma presidência interina. Esta, porém, só poderá recair num membro do gabinete, quer por se tratar da solução que parece resultar dos textos legais aplicáveis, quer pela situação incómoda que forçosamente haveria de criar a nomeação interina de um presidente do Conselho incumbido de coordenar e dirigir a actividade de ministros efectivos.

Vindo o presidente do Conselho a falecer, afigurava-se-lhe indispensável, para assegurar a normalidade da vida do país e manter o regular funcionamento das instituições, a nomeação imediata do seu sucessor.

O Doutor Costa Leite principiou para aludir ao momento crucial que o regime atravessa e rendeu graças à Providência por termos à testa do Estado um homem com os predicados invulgares que o almirante Américo Thomaz tem confirmado no desempenho do seu alto cargo. Considerou extremamente dolorosa a substituição em vida do Doutor Salazar na presidência do Conselho, mas não podia deixar de ser sensível aos perigos e aos gravíssimos inconvenientes do prolongamento de uma situação de carência do poder. Estes riscos não eram fruto apenas da nossa imaginação, pois já começaram a sentir-se indícios palpáveis e flagrantes da sua presença em factos ocorridos nos últimos dias. Deixava por isso, de consciência perfeitamente tranquila, a resolução do problema entregue ao esclarecido critério do Chefe do Estado.

O General Santos Costa declarou perfilhar a opinião do Doutor Mário de Figueiredo, entendendo que o Doutor Salazar deve morrer na titularidade do cargo que exerce e que essa é a melhor e a mais justa homenagem que nós lhe podemos prestar.

O Almirante Ortins de Bettencourt limitou-se a dizer que entregava a resolução do problema, com inteira e justificada confiança, ao prudente critério do Chefe do Estado.

O Dr. Theotónio Pereira também se manifestou abertamente contrário à ideia da substituição em vida do Doutor Salazar, depois de ter emitido o seu voto de plena confiança no supremo magistrado da Nação.

O Dr. José Soares da Fonseca, que começou por tecer rasgado elogio à forma criteriosa como o Chefe do Estado tem procurado solucionar as graves dificulda-

gunta: que probabilidades há de cura integral do presidente do Conselho? Vasconcelos Marques, Almeida Lima, Miranda Rodrigues são categóricos: é irreversível o mal que afecta Salazar, ainda

---

des da presente situação, exprimiu em termos muito convictos o seu desacordo com a tese de uma substituição imediata do presidente do Conselho. Se houver de providenciar-se mais adiante, por se vir a reconhecer a imperiosa necessidade de assegurar a chefia do gabinete ministerial, considerava preferível nessa altura a nomeação interina ao provimento efectivo do lugar. Conquanto o Doutor Salazar por mais de uma vez houvesse manifestado o desejo de não morrer nem se inutilizar no exercício da função, entendia que nas inesperadas circunstâncias do momento todos os esforços deveriam ser feitos para que ele morresse na titularidade do seu posto. Se as circunstâncias vierem entretanto a impor a substituição — e só o Chefe do Estado será juiz da duração desse período, que não pode em todo o caso ser muito longo — não queria deixar de acentuar a necessidade de o novo presidente do Conselho, uma vez empossado, garantir imediatamente ao país e ao mundo, através de declarações inequívocas, a continuidade da nossa política ultramarina e a manutenção dos princípios que definiram a política externa dos últimos anos.

O Doutor Antunes Varela começou igualmente por dirigir algumas palavras de apreço e admiração ao Chefe do Estado, tanto pela serenidade exemplar de que dera provas uma vez mais ao longo destes dias de angústia e de ansiedade criadas pela doença súbita do Doutor Salazar, como pela esclarecida firmeza com que soubera lançar mão de todas as providências impostas pela delicadeza da presente situação. No tocante à consulta que decidira fazer ao Conselho de Estado, não lhe parecia difícil extrair a conclusão geral dos diversos depoimentos que acabaram de ser prestados — mais afastados uns dos outros na aparência formal dos votos emitidos do que na substância real das soluções alvitradas.

Por um lado, um sentimento comum de gratidão pela obra singular que o Doutor Salazar lega ao país obriga os portugueses a reagirem contra a ideia de uma substituição em vida na chefia do governo. Está aí, sem dúvida, um factor que ao Chefe do Estado cumpre ponderar em todas as decisões que venha a tomar, pela reacção que possa despertar em largas camadas da população qualquer solução capaz de ser interpretada como sinal de menos apreço pelos relevantes serviços que a Nação deve ao presidente do Conselho.

Por outro lado, reflectindo a frio sobre os acontecimentos, a razão diz-nos que a situação actual se não pode nem deve manter para além do momento em que na opinião pública se crie a sensação intolerável de o País estar sem governo.

Procurando harmonizar as duas considerações aparentemente opostas que acabara de expor, delas extrairia duas conclusões de ordem prática: primeiro, que o Chefe do Estado procurasse quanto antes munir-se dos elementos necessários para, no momento oportuno, designar o novo chefe do governo; segundo, que a substituição apenas se fizesse depois de o Doutor Salazar falecer ou de os médicos reconhecerem a impossibilidade do seu regresso ao pleno exercício das funções que ocupava.

que sobreviva. Eduardo Coelho não é tão nítido, admite melhoras, um restabelecimento. Merritt não é deste parecer: mesmo na hipótese de sobrevivência nenhuma recuperação conduzirá o doente à

Se houver de verificar-se nestas últimas condições, a nomeação do novo presidente do Conselho, destinada a garantir a sobrevivência dos princípios fundamentais do regime vigente, longe de constituir uma falta de reconhecimento pelos serviços extraordinários que a Nação deve ao Doutor Salazar, representará antes a melhor homenagem que os seus colaboradores lhe podem prestar. Quando em tempos se referiu em público ao grande governante que foi o Ministro Duarte Pacheco, Salazar considerou-o digno da gratidão do país não tanto pelas inúmeras realizações materiais que ajudou a erguer, como pela escola que soube criar e que era a melhor garantia da continuidade da sua obra. Pois também a nova geração honrará tanto mais a obra ímpar que recebe do actual presidente do Conselho quanto mais capaz se revelar de prosseguir no seu esforço de engrandecimento da Nação.

Também se manifestou, por último, contra a solução provisória da nomeação interina, pelos ponderosos inconvenientes que forçosamente arrastaria consigo.

Voltaram em seguida a usar da palavra, para esclarecerem e completarem os seus pontos de vista, o Dr. Albino dos Reis, o Dr. Supico Pinto (que se declarou partidário da nomeação interina, mas devendo esta recair sobre a pessoa que haja de ser o presidente efectivo) e o Doutor Lumbrales. O Doutor Marcello Caetano explicou, por sua vez, que a tese de a nomeação interina só poder recair sobre um membro do gabinete se filia numa disposição da Lei da Orgânica da Nação em tempo de Guerra (Lei n.º 2084, de 16.VIII.56), que considera aplicável por analogia à presente situação.

O Dr. Soares da Fonseca pretendeu ainda saber se, no caso de o Doutor Salazar não resistir à doença que o prostrou, havia já alguma determinação superior acerca do local de inumação ou de depósito do seu corpo. O Chefe do Estado retorquiu, dizendo que era conhecida nesse ponto a vontade expressa pelo presidente do Conselho no sentido de o seu corpo voltar à aldeia em que nasceu.

A encerrar a sessão, o Chefe do Estado agradeceu a todos os presentes os valiosos depoimentos que prestaram e que ele ouviu com a devida atenção, aproveitando aliás a oportunidade para afirmar que os seus próprios sentimentos pessoais coincidiam com a linha geral das opiniões que ali foram explanadas.

Também a ele repugnava a ideia de uma substituição imediata; mas também ele era obrigado a reconhecer que os interesses superiores da Nação exigiam que se providenciasse a tempo. Agir a tempo e horas seria, sem dúvida, a sugestão que o próprio Doutor Salazar nos transmitiria, se lhe fosse possível pronunciar-se sobre a situação de emergência que a sua doença criou ao país.

Nessa ordem de ideias se propunha ouvir, em audiências privadas e individuais, todos os membros do Conselho e outras pessoas qualificadas acerca da escolha do novo presidente do Conselho de Ministros, para a hipótese de as circunstâncias imporem a substituição do Doutor Salazar.

A sessão foi encerrada eram dezassete horas e trinta minutos».

normalidade anterior: e Salazar *«nunca mais poderia voltar a ser o que tinha sido»*. Torna o professor americano a Benfica, e pelo fim da tarde faz novo exame a Salazar. Pela noite, é emitido um comunicado: *«a situação clínica é estacionária»* e o professor Merritt concordou *«inteiramente com o diagnóstico e a terapêutica instituída pelos médicos portugueses»* (1). Ao dia seguinte, volta o professor a Benfica, e procede a novo, minucioso exame a Salazar. Redige mais um comunicado: *«o estado de saúde do senhor Presidente mantém-se aproximadamente o mesmo de ontem»; «a respiração está sendo auxiliada e o doente está mais desperto»; «o prognóstico continua grave, mas mantêm-se probabilidades de melhoria»*. E pela tarde do dia 19 regressa ao seu país o professor norte-americano. De Paulo VI é recebida uma comunicação: o pontífice, por sua iniciativa, envia a Salazar a sua Bênção Apostólica.

Firmado no parecer político do Conselho de Estado e no julgamento científico dos médicos, o presidente da República inicia o processo constitucional para a substituição de Oliveira Salazar. Por seu lado, Marcello Caetano, *«por se sentir ansioso por assumir a presidência do Conselho»* (2), já por duas vezes se oferecera para

---

(1) Embora seja conhecido e já tenha sido publicado, penso que caberá arquivar nesta biografia algumas passagens do relatório na altura elaborado pelo prof. Merritt: *«O Presidente do Conselho está gravemente doente»; «teve uma recuperação notável e dois dias depois da operação os sintomas tinham desaparecido, a ponto de se poder considerar em vias de atingir o seu estado normal»; «o regresso às suas actividades habituais foi subitamente interrompido, há dois dias, por um acidente vascular—cerebral—hemorragia no hemisfério cerebral direito»; «esta hemorragia não tem qualquer relação com o hematoma subdural de que anteriormente sofreu, mas foi consequência de ruptura de uma artéria cerebral»; «uma hemorragia intra-cerebral é uma lesão grave que ameaça a vida do doente»; «o presidente está a lutar valorosamente para vencer a lesão do seu cérebro»; «a sua grande coragem e força de vontade são factores que tornaram possível que sobrevivesse à inicial agressão ao seu cérebro»; «apesar da situação grave, há ainda esperança de que possa sobreviver»; «os cuidados médicos que o presidente tem recebido e o tratamento que foi instituído para a hemorragia intra-cerebral foram excelentes e não poderiam ter sido ultrapassados em qualquer parte do mundo»; «os excelentes cuidados médicos, combinados com o espírito indomável do presidente, permitiram-lhe conservar a vida durante os dois últimos dias e é possível que o levem a vencer a sua grave doença»*. a) Houston Merritt.

(2) Américo Thomaz, *Últimas Décadas de Portugal*, Vol. III, pág. 297.

constituir governo e pedira «*a luz verde*» (1), na convicção, «*que certamente teria, de ser o único sucessor possível do doutor Salazar*» (1). Mas o chefe do Estado segue a praxe política, e começa as suas consultas individuais. Trata-se agora de auscultar o sentir de cada um sobre o momento político do país e sugestões sobre nomes a escolher. A título pessoal, e separadamente, são recebidos os membros do Conselho de Estado. São escutados os ministros militares. Estes, com Gomes de Araújo à frente, acentuam a unidade das Forças Armadas e são particularmente claros em três pontos: as Forças Armadas empenham-se em assegurar ao presidente da República a maior latitude de apreciação e a mais completa liberdade de escolha; as Forças Armadas entendem somente que deve ser civil a personalidade escolhida; as Forças Armadas não podem aceitar qualquer afrouxamento ou modificação de substância na política de defesa e integridade do Ultramar. E são ouvidos os ministros, alguns antigos ministros (2), os membros das chancelarias das Ordens (3), outras figuras da confiança política do presidente da República, ou por cuja opinião tem apreço. Vão além de quarenta os consultados. No conjunto, são sugeridos os nomes de quatro ou cinco homens, mas nenhum tem por detrás, segundo o julgamento do presidente da República, um peso decisivo. Na casa de saúde, Oliveira Salazar continua o seu último combate; e os boletins médicos acentuam sempre que é muito grave o prognóstico. Mantêm-se as filas de pessoas anónimas que pretendem assinar as folhas dispostas nas mesas do átrio, para assim registarem o seu interesse pelas melhoras de Salazar: e aparecem alguns nomes ilustres: Kubitschek de Oliveira, o conde de Paris, o conde de Barcelona, o Dr. Barnard (4), outros ainda. Mas é evidente que, sem embargo da sua resistência, Salazar nunca mais será um homem válido; e a sua muita idade fará a sua vida necessariamente breve, e sempre precária. Para uma derradeira con-

(1) Américo Thomaz, *obra citada*, Vol. III, pág. 297.

(2) Os presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa foram ouvidos também como membros do Conselho de Estado.

(3) Ordens de *Santiago*, de *Cristo*, de *Aviz*, além da *Torre e Espada*, ou seja as *ordens militares*.

(4) Respectivamente, como se sabe, antigo presidente do Brasil, pretendente ao trono de França, pretendente ao trono de Espanha, médico sul-africano que iniciou as transplantações do coração.

firmação, no dia 25 de Setembro, na manhã, o presidente da República convoca para Belém os médicos Eduardo Coelho, Vasconcelos Marques, Almeida Lima e Miranda Rodrigues. Em nome de todos Marques é categórico: Salazar não sobreviverá! E se sobreviver? Ficará inválido, e tem de se considerar finda a sua vida política. Cessam os escrúpulos que Thomaz ainda pudesse sentir. Neste tempo, alguns oficiais-generais que representam o Exército fazem junto daquele uma diligência formal: o presidente da República é decerto livre de escolher o sucessor de Salazar: mas o Exército considera-o a ele, chefe de Estado, como responsável e garante da defesa intransigente da integridade nacional. Thomaz aceita, e constitui-se penhor dessa defesa. Paralelamente, das opiniões expressas pelas quarenta individualidades consultadas, o presidente chega à conclusão subjectiva de que uma maioria se inclina para Marcello Caetano, ainda que sejam vigorosos os opositores, como Soares da Fonseca, que lhe aponta falhas, tergiversações, fraquezas, ou outros, que não duvidam de que Caetano quer abandonar o Ultramar. Mas impulsionado pelos seus partidários, parece criado um clima em favor de Caetano. Thomaz comunica a este a diligência do Exército, numa audiência concedida ainda a 25 de Setembro; e Marcello Caetano não faz objecção ou reparo. E Thomaz acaba por dar, «*não ainda sem bastantes escrúpulos*», a «*luz verde*» que «*ele aspirava receber*» (1).

Ao começo da noite do dia 26 de Setembro, o presidente da República dirige-se aos portugueses pela rádio e televisão. Que lhes diz? «*É num momento particularmente grave e difícil na vida da Nação*», afirma Thomaz, «*que lhe dirijo as palavras breves mas necessárias que ela deve ouvir directamente do chefe de Estado*». Adoeceu gravemente o presidente do Conselho e, quando parecia a ponto de se restabelecer, nova enfermidade o afecta, e tão mais grave que os médicos não admitem recuperação. Não é possível adiar por mais tempo uma decisão; e no embate entre o sentimento e o dever têm prioridade os interesses nacionais. Por mais dolorosa que seja essa decisão, há que substituir na «*chefia do Governo o Doutor António de Oliveira Salazar, Português inconfundível no pensamento e na acção e benemérito da Pátria, por ele servida*

(1) Américo Thomaz, *obra citada*, vol. III, pág. 298.

genialmente, com total e permanente dedicação durante mais de quarenta anos e que, para melhor a servir, de tudo abdicou, numa renúncia completa e única em toda a nossa história de mais de oito séculos». E assim, «*com profunda amargura, só minorada pelo conhecimento, que dele directamente colhi, de que não desejava morrer no desempenho das suas funções*», «*uso da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 81 da Constituição e exonero o Doutor António de Oliveira Salazar do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, do qual manterá todas as honras a ele inerentes. E, para o substituir, nomeio, nos termos do mesmo preceito constitucional, o Doutor Marcello José das Neves Alves Caetano*». No dia imediato, 27 de Setembro de 1968, toma posse Marcello Caetano. Discursa nos Passos Perdidos, em S. Bento, e antes de formular uma política do seu governo traça um breve retrato de Oliveira Salazar: «*Em todo o mundo e em qualquer país são hoje bem pesadas as funções do governo. Mas que dizer quando se trata de suceder a um homem de génio que durante quarenta anos imprimiu à política portuguesa a marca inconfundível da sua poderosíssima personalidade, dotada de excepcional vigor do pensamento, traduzida por uma das mais eloquentes expressões da nossa língua e senhora de uma vontade inflexível e uma energia inquebrantável que ao serviço do interesse nacional não tinha descanso nem dava tréguas? Compreende-se bem que, sem falsa modéstia, eu tenha hesitado em aceitar o esmagador encargo. Mas a lúcida serenidade do Chefe de Estado que a Providência proporcionou ao país nesta hora, venceu os meus escrúpulos. A vida tem de continuar. Os homens de génio aparecem esporadicamente, às vezes com intervalos de séculos, a ensinar rumos, a iluminar destinos, a adivinhar soluções, mas a normalidade das instituições assenta nos homens comuns. O país habituou-se durante largo período a ser conduzido por um homem de génio: de hoje para diante tem de adaptar-se ao governo de homens como os outros*» (1).

(1) Trato este aspecto da sucessão de Salazar propositadamente em traços muito breves e até superficiais. Com efeito, é um episódio que se desenrola sem intervenção de Salazar e sem que o afecte ou influencie. De algum modo, é matéria já *alheia* à essência desta biografia, e por isso faço-lhe apenas a referência que baste ao entendimento da narrativa.

António de Oliveira Salazar fora governante de Portugal, sem interrupção, durante quarenta anos, quatro meses e vinte e oito dias.

20

E depois? De repente, pelo país há uma suspensão do espírito, um entorpecimento psicológico, um vácuo moral e mental: para partidários e adversários, para devotos incondicionais e inimigos irredutíveis, desapareceu uma fonte de inspiração e um alvo de ataque, um padrão de valores e um marco de referência, um chefe e julgador severo e um opositor tenaz(1). Há uma sensação quase física que ninguém sabe caracterizar: parece que tudo se dispersa; é outro o significado das coisas; alterou-se a posição recíproca dos homens entre si; é equívoco o teor das frases usadas; é ambíguo o alcance das atitudes; é diferente a avaliação do mérito relativo dos indivíduos; estão abaladas as certezas interiores; ficam confusos os objectivos; torna-se pesado todo o esforço; dilui-se a noção de responsabilidade pessoal; anuvia-se a consciência dos fins e dos meios; apresenta-se obscuro o destino colectivo; muitos não sabem como actuar num vazio em que falta uma instância última que decidia, aprovando ou reprovando; e perde o equilíbrio a sociedade civil, ao menos um determinado equilíbrio. Sentem-se *órfãos* os salazaristas, aqueles para quem salazarismo é a devoção cega, não a princípios e a uma política, mas a um homem: esses não conseguem transferir a sua lealdade para outros homens: e salvo por uns poucos que confiam num milagre, que não sabem definir, enrolam os demais as suas bandeiras, e entram no ocaso. Mas os que assim reagem constituem minoria dentro do regime: a grande maioria aceita que é definitivo o *desaparecimento político* de Oliveira Sala-

(1) Passados muitos anos, em 1984, e acalmadas e extintas as paixões de então, dizia-me com óbvia sinceridade alguém que *sempre* fora um duro oposicionista a Salazar: «*Era um homem contra quem dava categoria e valia a pena lutar. Ficámos sem saber o que fazer quando morreu*».

zar. Estes, no entanto, dividem-se. Uma larga faixa integra-se n
nova situação: a sua fidelidade vai para a constituição vigente, par
as instituições que funcionam, para a legalidade e ordem qu
Salazar criara e que agora o presidente da República personific
e garante: esses constroem uma nova lealdade: e mercê da obe
diência àqueles valores, entregam-na ao novo chefe do governo
São outros também fiéis ao regime e seus princípios: mas não con
fiam no novo chefe para que, mudando no necessário, prossiga n
essencial a mesma política, sobretudo quanto a África: esses recu
sam-se-lhe: não assumem uma atitude de oposição ostensiva
actuante por deferência para com o presidente da República
porque o facto significaria, no fundo, pôr em causa desde já
legado salazarista: mas entram numa oposição mitigada. E num
idêntica posição, mas mais afoita, se colocam os grupos que seguen
os que, ambicionando suceder a Salazar, se vêem frustrados, o
estão ressentidos e amargos de ódio político, porque não foram ó
escolhidos pelo presidente da República. Dir-se-ia assim que, pel
deserção de uns muitos, estão enfraquecidas as forças que susten
tam o regime. Mas neste Outono de 1968 não é assim. Porqu
muitos mais, de outras origens políticas, vêm engrossar as suas filei
ras: há os que tinham Salazar por obstáculo pessoal; outros, fatiga
dos de oposição, não consideram desdouro aderir a um governo novo
ainda que de um regime antigo; terceiros, sinceramente desiludido
do governo de Salazar, com igual sinceridade esperam do novo chef
a remissão de pecados e a correcção de vícios; muitos, estando em
idade de se abrir para a vida política, aproveitam uma nova era qu
parece esboçar-se; e por fim surgem os oportunistas de todos os
matizes e de todos os quadrantes, e que formam legião. E entre
os oposicionistas? Como reflexo do novo estado de coisas, também
os seus quadros oscilam. À parte os que agora aderem, por fadiga ou
convicção, outros assumem uma atitude de expectativa: como vai
actuar e que inovações se propõe fazer o novo chefe do governo?
Um grupo julga que o novo governo constitui um primeiro passo,
ainda que tímido, a abrir o caminho desejado, e esses dão-lhe um
apoio com reservas; muito discretamente, alguns procuram aproxi-
mar-se dos que, dentro do regime, entram na oposição mitigada;
e há quem julgue viável manter a política essencial mudando os
princípios e os métodos. Na sua maioria, porém, os oposicionistas

de esquerda e extrema-esquerda conservam-se na sua atitude tradicional: destruir a constituição, derrubar o regime. Para além de todo este quadro, está o povo português, o país real, que trabalha e luta na metrópole como no ultramar: e esse, quaisquer que sejam os seus sentimentos perante um homem velho que está um grande inválido, apercebe-se de que *muito* mudou: mas não sabe ainda o *que* mudou nem *quanto* mudou.

É uma terça-feira o dia 1 de Outubro de 1968. Não se altera neste particular a tradição de décadas: reúne-se naquele dia o primeiro Conselho de Ministros do governo de Marcello Caetano. É assente desde logo uma decisão: o Conselho aprova um decreto que atribui a Oliveira Salazar o Grande Colar da Ordem do Infante D. Henrique (1). Mas entretanto, nestes últimos dias, o novo governo toma consciência de um facto: exonerado e portanto privado do seu vencimento, Oliveira Salazar está sem dinheiro: de imediato, e se esse fose o caso, não teria mesmo com que pagar a sua alimentação, para já não entrar em linha de conta com a hospitalização, médicos, enfermagem, medicamentos. Com nobreza, o governo procura ocorrer à dificuldade. Não é viável legislar para um indivíduo. É encontrada uma solução elegante. No Conselho de 1 de Outubro, mais um diploma é aprovado: quantos hajam sido ou venham a ser membros do governo por dez anos ininterruptos têm direito a receber vitaliciamente, por inteiro, o vencimento percebido na data em que cessam funções (2): e no caso de o interessado não se achar em condições físicas de o requerer, o governo pode tomar a iniciativa de fazer directamente o respectivo abono. Está assim garantido a Oliveira Salazar um mínimo de subsistência. De outro lado, por decisão puramente administrativa, é resolvido que o Estado continue a assumir a responsabilidade pelo internamento hospitalar, honorários dos clínicos, e demais gastos

(1) Uma vez que Salazar possuía a Grã-Cruz da Torre e Espada, nenhuma outra condecoração mais alta lhe poderia ser dada. Mas o Grande Colar do Infante era por lei reservado a chefes de Estado somente. Na sua atribuição a um ex-chefe do governo está a honraria e a excepção.

(2) Esse vencimento não poderia ser acumulável com outro; mas, no caso de o interessado receber de outra origem um vencimento inferior, poderia ser usado para completar este último até à concorrência do vencimento ministerial.

inerentes, e a permitir a Salazar a residência de S. Bento, se vier a ser caso disso.

Na Casa de Saúde de Benfica, permanece em estado de coma Oliveira Salazar. Tudo é agravado por um colapso circulatório. Subsiste o doente por aplicação de todos os recursos da medicina, e competência dos médicos, em particular de Vasconcelos Marques e Maria Cristina de Castro, que desenvolvem esforços inusitados e praticamente vivem no hospital. Em torno da casa de saúde, firma-se um nova rotina. Desaparecem as visitas da maioria dos vultos políticos, extingue-se o foco de intriga. Gente do povo não deixa de comparecer, de assinar o seu nome. Há consciência geral de que, nos seus princípios e nas suas políticas, o *salazarismo* representa no país uma força. Vultos estrangeiros, de passagem ou na sua vinda a Lisboa, não deixam por isso de lembrar quem está *politicamente* morto. Declara Magalhães Pinto, de novo em Portugal: «*Minha missão é sobretudo de homenagem ao homem que prestou os maiores serviços a Portugal e que trabalhou sempre pelas boas relações com o Brasil, e cuja memória será sempre guardada com carinho por todos nós, que tanto o admiramos*». Também se pronuncia um velho amigo, Paul Henry Spaak, já aposentado da política, que vem a Lisboa, a título pessoal, para uma reunião da *Associação do Tratado do Atlântico Norte*. Diz o antigo estadista belga: «*Um homem que marcou Portugal e a sua época*»; «*partilhamos o sentimento de Portugal*»; e «*mesmo nesta hora de dor, ele seria o primeiro a querer que continuemos o nosso trabalho*». Entre os portugueses, comparecem quase todos os dias, a colher informações directas, o presidente Thomaz, o cardeal-patriarca, Mário de Figueiredo, outros amigos. A tudo alheio, com agravamentos e regressos, Salazar mantém-se em coma, com uma existência sub-humana sustentada por fios, aparelhos e cuidados médicos.

Mas para além da casa de saúde, a vida continua. Não é a Salazar que Jorge Jardim entrega a última mensagem do presidente do Malawi, mas a Américo Thomaz (1) que, por seu turno, a passa a

---

(1) A título de curiosidade e por interesse documental, transcrevo a carta pessoal em que o presidente Thomaz dá notícia do facto ao presidente Banda. Na íntegra: «*Senhor Presidente: Em virtude da triste enfermidade do Primeiro-*

Marcello Caetano; e este responde a Banda (1). É retomada a administração do país, processa-se a política externa, continua a luta em África. Chega a Lisboa, para visita oficial, o chanceler da Alemanha Federal, Kurt Kiesinger. Presta o seu tributo a Salazar, assina o seu nome em Benfica. E o doente? Comenta Vasconcelos Marques: «*do ponto de vista clínico, já devia ter morrido mil vezes. Mas resiste: é só coração e força de vontade*».

Nos fins de Outubro de 1968, apercebem-se os médicos de modificações no estado do doente. «*Melhoras nos últimos dias*», «*melhoras notáveis*», assinalam os boletins. Sai do coma profundo, reage aos estimulantes, responde com entendimento claro. «*É formado pela Universidade de Lisboa?*» Diz: «*Não, pela de Coimbra*». Alimenta-se, senta-se na cama. De repente, no entanto, e mais uma vez, agrava-se no início de Novembro o estado de Salazar. Sobrevém uma crise taquicárdica paroxística. Mesmo nos que aguardam um milagre, dissipam-se as derradeiras ilusões, ou esperanças. Já não é uma vida, mas uma sombra; não é um ser humano, mas uma vontade abstracta que se ignora de onde emana e que se localiza e paira não se sabe aonde. Para os amigos, para os médicos, a morte de Salazar deve dar-se em qualquer segundo. Em fim de Novembro, para a última sessão da legislatura, reabre a Assembleia Nacional. Preside Mário de Figueiredo. Este pronuncia palavras que têm o travo do elogio fúnebre: «*Eu comecei a admirá-lo desde que o*

-Ministro Oliveira Salazar, a sua carta de 18 de Agosto de 1968 foi-me entregue, e eu conservei-a em meu poder até que a pudesse entregar ao novo Primeiro Ministro, Senhor Marcello Caetano. Julgo saber que ele vai responder aos problemas tratados na sua carta, dando assim continuidade às relações entre Portugal e o Malawi e à política portuguesa em África. É para mim um grande prazer enviar-lhe esta nota pessoal. Peço-lhe que aceite, senhor Presidente, a expressão da minha mais alta consideração. a) *Américo Deus Rodrigues Thomaz, Presidente da República Portuguesa*». Carta de 21.X.68. Não conheço e creio que não existe texto português oficial desta carta. O texto acima é portanto uma versão do inglês, e é da minha responsabilidade.

(1) Já não interessa a esta biografia a resposta de Marcello Caetano a Banda. Será pertinente, todavia, transcrever apenas a abertura: «*Excelência: Foi-me entregue a carta que dirigiu ao meu predecessor, Dr. Oliveira Salazar, em 18 de Agosto de 1968, e a que ele não pôde responder por circunstâncias desafortunadas, bem conhecidas de si. Tendo-me informado agora dos vários problemas respeitantes às relações entre o Malawi e Portugal, ... etc. ... etc.*».

conheci há mais de sessenta anos. Percorremos os mesmos cam nhos, passámos pelos mesmos sítios. Ele deixou sempre atrás de s bem marcado junto de nós, o rasto da sua influência vigorosa: É análogo o sabor das palavras de Luís Supico Pinto, ao presidi à reabertura da Câmara Corporativa: faz ressaltar o «*valor da obr e o agradecimento por quanto a Pátria lhe deve*». E o cardea Cerejeira celebra os seus oitenta anos de idade, ao mesmo temp que inaugura a Universidade Católica Portuguesa, um velho sonh que principia a tomar corpo real. Mota Veiga, à frente de uma dele gação, desloca-se finalmente ao Brasil, realizando a viagem qu fora adiada no Verão, para participar nas celebrações brasileiras en honra de Pedro Álvares Cabral. Mas de novo há uma alteração d quadro clínico. Nos primeiros dias de Dezembro de 1968, há um recuperação, acentuam-se as melhoras. Volta a receber alguma visitas: Bissaia Barreto, Leite Pinto, Gonçalves Cerejeira, Supic Pinto. Pelos meados de Dezembro, Vasconcelos Marques, Eduard Coelho, Almeida Lima, Miranda Rodrigues escrevem no boletin médico: o doente deverá ter alta dentro de uma semana e regressa à residência de S. Bento. Muitos pelo país se sentem estupefactos Sabe-se nos círculos da alta-roda lisboeta que Salazar conversou lon gamente com Jorge Jardim, e que perguntou a este pelo Dr. Band e pelos problemas entre Portugal e o Malawi. Dar-se-á o *milagr* de regressar à actividade política o antigo chefe do governo? Nã são poucos os que exultam com a perspectiva, nem são menos o que tremem de pavor. Mas fecha-se o ano de 1968, e Salazar nã é autorizado pelos médicos a abandonar a casa de saúde. E tem agora um companheiro: com urgência, Mário de Figueiredo é tam bém internado em Benfica. Está no mesmo andar, no quarto 81; mas Salazar não o sabe. Encontram-se assim no mesmo hospital, e ao mesmo tempo, os dois grandes companheiros do seminário de Viseu, de Coimbra, do *CADC*, da luta política comum de mais de sessenta anos. E o terceiro amigo — o cardeal-patriarca de Lisboa — visita-os com frequência.

21

Entra o ano de 1969. Mantém-se Oliveira Salazar na sua semilucidez, continuam os cuidados intensivos para lhe assegurar uma vida precária e quase artificial; e ficam desavindos os seus médicos assistentes. No último boletim médico, por indicação do presidente da República, é cortada esta frase: «*O Presidente Salazar vai regressar à sua residência de S. Bento, onde será entregue aos cuidados do seu médico assistente*». Vasconcelos Marques considerava as últimas palavras como acintosas para os neurocirurgiões e os demais clínicos. Numa entrevista telefónica concedida a um jornalista de *O Primeiro de Janeiro*, do Porto, Eduardo Coelho declara que, regressado o antigo chefe do governo a S. Bento, será o único a prestar-lhe assistência, chamando para o coadjuvar os colegas que entender. Vasconcelos Marques insurge-se, Coelho pretende negar o que o jornalista lhe atribui; mas é obtida a gravação, que confirma a frase. Há episódios ásperos entre Eduardo Coelho, que dá aos que o rodeiam uma impressão de despeito ou ciúmes científicos, e Vasconcelos Marques, que se tem por ofendido e deslustrado nos seus brios profissionais. Marques demite-se das suas funções: não será mais médico assistente de Salazar. E esta desavença faz adiar a ida do doente para a Rua da Imprensa. Compreende o chefe do Estado os motivos e a atitude de Vasconcelos Marques; e para o marcar, em Janeiro de 1969, atribui-lhe, e à médica Cristina de Castro, a Ordem de Cristo. E neste mês, a 24, morre António Sérgio: durante toda a vida fora opositor irredutível e tenaz de Oliveira Salazar.

Passa o mês de Janeiro, e Salazar ainda não torna a S. Bento. Com alguma assiduidade visitam-no Américo Thomaz, que o acha «*muito caído*» e com «*voz bastante fraca*», e Gonçalves Cerejeira, e um restrito número de amigos que os médicos autorizam: entre outros, Bissaia Barreto, Leite Pinto, Luís Supico. E também algumas das senhoras da alta burguesia que sempre lhe foram devotadas: a Jenny Mendes, a Maria Lívia Nosolini, a Maria Arminda Lacerda,

a Maria Júlia Almeida, algumas outras. De vez em quando, pergunta Salazar: «*Quando sair daqui, para onde vou? Não tenho casa, não tenho para onde ir. Para onde hei-de ir?*». Todos lhe dão a mesma resposta: mas vai evidentemente para a residência de S. Bento, à Rua da Imprensa. Nos primeiros dias de Fevereiro, vinda do Brasil, desce em Lisboa uma velha amiga: Christine Garnier. Vai à casa de saúde, está uns momentos breves com Salazar; e declara depois que achou normal a conversa. Ao outro dia, 5 de Fevereiro de 1969, é Salazar transferido então para o palacete da Rua da Imprensa. É conduzido numa ambulância, e acompanham-no Eduardo Coelho, Tomé Vilar, e a enfermeira Margarida de Almeida. Seguem outros carros, com Bissaia Barreto, a governanta, Henrique Tenreiro; e na residência aguardam-no Gonçalves Rapazote e Silva Pais. Oliveira Salazar, muito diminuído fisicamente, semilúcido, mesmo lúcido com intervalos, mergulhado em torpor durante longas horas, volta à sua morada de há três décadas: desde Abril de 1939. É instalado no andar de cima, num ambiente que é o seu, onde tem a sua mobília, os seus pertences, e não usa para fim pessoal o que é do Estado. E podia dizer como há trinta anos: «*Vivo em minha casa com as minhas coisas*» (1).

Como em Benfica, também insensivelmente surge uma rotina na residência da Rua da Imprensa. De manhã, o doente está entregue aos cuidados de Eduardo Coelho e de todo um conjunto de enfermeiras que aplicam drogas, terapêuticas várias, e procuram reabilitar movimentos que estão diminuídos. Nos dias soalheiros, acompanhado da governanta, de uma enfermeira, de alguma senhora amiga, dá longos passeios de automóvel pelos arredores de Lisboa; e noutros dias, como tratamento, e pesadamente apoiado em duas enfermeiras, faz um pouco de marcha no parque da residência, para cá e para lá. Depois, pela tarde, Salazar é conduzido para uma larga poltrona articulada (2), numa sala contígua ao quarto, e aí passa algumas horas. Recebe visitas, amigos dedicados, mesmo alguns elementos oficiais. Sobre a actualidade, a conversa é por vezes

---

(1) O leitor interessado poderá ver o vol. III, págs. 199-201 (da 2.ª ed.).

(2) Comprada de propósito e mandada vir dos Estados Unidos pelo ilustre industrial e banqueiro português Manuel Queiroz Pereira.

incoerente, pelo menos com reacções inusitadas, e em todo o caso está distante o doente. São invocados assuntos ou problemas do passado — um ou dois anos antes da queda — e Oliveira Salazar então aproxima-se, adere, discorre com quase normalidade: a memória é pronta e fiel, o raciocínio é claro, a lucidez não tem falhas aparentes. Por vezes, com o braço esquerdo paralisado assente na manta que lhe cobre as pernas, o braço direito imóvel e estendido pela poltrona, a face emagrecida e pálida pendida para o peito, os olhos cerrados, parece atravessar um abismo de sonolência, num coma de espírito que deixa os visitantes estupefactos, e indecisos sobre se ainda palpita naquele corpo uma réstia de vida. Mas de repente, se o visitante hesita numa expressão ou palavra, ou fica por momentos silencioso, Salazar pronuncia o vocábulo exacto que faltou àquele, ou faz comentário ou pergunta que demonstram atenção desperta e inteligência do que está escutando. Ouve a leitura de jornais que lhe faz Maria Teresa Múrias; mas esta selecciona artigos e notícias de modo a ocultar a nova realidade política em Portugal. Recebe uma tarde o embaixador do Brasil Ouro Preto, que sabe que vai ser transferido para a Venezuela mas não quer partir sem ver Salazar mais uma vez, e deseja além disso pedir-lhe uma fotografia autografada. Diz Salazar ao embaixador: «*Temos muita pena pela sua partida, senhor embaixador. Durante a sua missão em Lisboa sempre o considerámos um grande amigo que, sem prejuízo do cumprimento rigoroso das suas instruções, sabia explicar com fidelidade ao seu governo a política portuguesa. E lamentamos que a sociedade portuguesa fique privada da excelsa presença da senhora embaixatriz. Mas ao mesmo tempo quero felicitá-lo. A Venezuela é para o Brasil um posto de grande importância, e a sua transferência, senhor embaixador, é portanto uma promoção. Decerto, será importante que V. Ex.ª melhore as relações entre os dois países. Mas o que é verdadeiramente fundamental na sua nova missão, senhor embaixador, é averiguar bem qual a política dos Estados Unidos na Venezuela: este é que é factor decisivo para o Brasil*». Exprime-se com fluência Salazar, e Ouro Preto está atónito. Depois sobre uma pasta dura de cartão, Salazar prepara-se para assinar sob a fotografia que lhe traz a governanta. Mas vira o retrato de costas. Diz a governanta: «*Senhor Presidente, tem de assinar no outro lado, onde está a fotografia*». Responde Salazar,

brusco: «*Sei muito bem o que estou a fazer*». E escreve nas costas brancas do retrato: «*Esta fotografia pertence ao Sr. Embaixador do Brasil Ouro Preto*». E explica: é que já uma vez oferecera uma fotografia a Santos Costa, roubaram-na, e depois outra pessoa exibiu-a, autografada, como se lhe houvesse sido oferecida. Depois, volta então a fotografia do lado da imagem, e assina-a com mão firme. Mas em pouco se extinguem os momentos válidos do doente. A conhecidos de há muito, Salazar convida-os por vezes para jantar. Acorrem enfermeiras, e a governanta; e o enfermo é auxiliado a caminhar, e a sentar-se à mesa. É na sala de jantar contígua, que é privada, e está guarnecida com móveis seus. É soturno o ambiente, e mortiça a luz, porque intensa não a sofreria a vista do doente, ainda que esteja quase inutilizado o seu olho esquerdo. Salazar senta-se em frente da governanta, e dá a direita ao seu convidado. Quase não se alimenta: uma vagem, uma rodela de fruta. Mas fala, quer conversar. Tem uma preocupação permanente: quando voltar para Santa Comba, onde há-de dispor a mobília de todo aquele andar, e que é sua? São mais do que exíguos os casebres do Vimieiro, e já estão atulhados de trastes: que fazer aos de Lisboa? E quase faz humor, quase recupera a sua ironia: há-de vender os móveis em hasta pública? e quem os compra, se não valem um «*pataco falso e furado?*» Transportá-los, pagando pelo transporte mais do que valem? Enfim, um dia breve terá de tomar uma decisão. Depois, entra a noite no espírito de Salazar. Fica ausente, alheio, mudo, muito longe, apenas existe. E a atmosfera da sala sufoca e esmaga: povoam-na fantasmas, há drama escrito nas coisas, o tempo imobilizou-se, as palavras ditas não são deste mundo, tudo parece criado por imaginação mórbida, há uma melancolia feita de solidão e fim, a vida é um passado que mal pulsa num túmulo, e com a realidade que vibra para lá das quatro paredes é nenhuma a comunhão. No centro, está um despojo humano: mas é uma ruína do patriciado, um grande inválido que se apaga deixando luzir a raça de um grande senhor, um vulto já sem idade porque parece ter a idade dos séculos acumulados.

Em torno de Salazar, no entanto, não cessam os enredos, são tecidas intrigas. Alguns amigos e senhoras devotadas não se conformam com a assistência prestada por Eduardo Coelho; desejariam que regressasse Vasconcelos Marques e a sua equipa; para o efeito,

dirigem-se ao presidente da República; mas este recusa intervir em problema que considera do foro familiar. Por outro lado, alguns salazaristas petrificados pretendem espalhar e fazer acreditar a ideia de que o antigo chefe do governo recuperou a saúde, está válido, está óptimo, e buscam mesmo jornalistas estrangeiros para o visitar. Através de tudo, e pelo país, um ponto suscita intensa curiosidade: Salazar sabe que já não é presidente do Conselho de Ministros? Está ou não consciente de que foi exonerado e substituído por Marcello Caetano? Julgam uns: tem a lucidez suficiente para notar que se não realizam Conselhos de Ministros; que os ministros não o procuram; que alguns visitantes, antigos ministros e que ele pode presumir que ainda o sejam, não se ocupam de assuntos de Estado nem lhe submetem quaisquer documentos; e portanto deve ter compreendido que já não é chefe do governo. Pensam outros: continua a viver na residência que lhe é familiar; é visitado com assiduidade pelo chefe do Estado, que nada lhe diz quanto à sua situação; ministros actuais ou antigos iludem perguntas ou constroem conversas artificiais; como resultado da queda, e da doença, torna-se-lhe confusa a noção do tempo; dada a sua austeridade e rigidez de princípios, não permaneceria mais um segundo na casa de S. Bento se pressentisse que não tinha já título bastante; e assim é natural que continue a considerar-se chefe do governo. Respondem os primeiros a estes argumentos: Salazar tem intervalos lúcidos, decerto, mas não está de facto normal; num instante de lucidez terá compreendido a sua situação real; mas o seu próprio estado de morbidez leva-o a criar defesas, a iludir-se a si próprio, e a esquecer-se de uma realidade que, se a aceitasse, lhe acarretaria grande dissabor e até transtorno físico. Mas os médicos, e muitos que privam mais de perto com o doente, são categóricos: Salazar não sabe, não pode saber, foi tão gravemente afectado que não lhe é mesmo viável compreender que já não é chefe do governo(1).

---

(1) Ainda quando no governo com Marcello Caetano, e depois de haver obtido a minha exoneração, visitei frequentes vezes Oliveira Salazar. No meu espírito, não tive então nem tenho hoje a menor dúvida de que Salazar ignorava em absoluto que já não era presidente do Conselho. Não lhe ocorria mesmo que, *por motivo de doença*, pudesse deixar de o ser: não tinha consciência da gravidade

Entretanto, Eduardo Coelho agregou a si outros médicos: Lobo Antunes, Cândido da Silva, Carlos Larroudé, João Saraiva, Martins da Cunha. Mas de Salazar não cessou apenas a vida política. Findou também qualquer vida pública. Progressivamente, foi reduzido na imprensa o espaço dedicado a boletins médicos ou simples notícias sobre o seu estado geral. Pouco mais de seis meses correram sobre a doença e a substituição de Salazar, e o fluir da vida torna tudo já remoto. Por fins de Março de 1969, é o silêncio: salvo por uma ou outra linha nalgum jornal de província, os grandes órgãos nada publicam. Não é talvez um propósito, nem uma política deliberada: é uma fadiga: é uma saturação: e estão esgotadas as reservas sentimentais. E brilham os novos sóis, ou que os homens tomam como tais; surgem os novos problemas, ou repetem-se os problemas velhos a que estão sendo postos novos nomes; e os novos responsáveis, em todos os graus, quase se afirmam sem raízes nem passado, como se houvesse principiado com eles a existência. Desejoso de que se extinga a fama e se dissipe o prestígio de um homem que já não pode desencadear factos políticos mas que pode ser uma sombra, o novo governo encoraja quanto desvaneça a sua lembrança, apresse a sua entrada no limbo do tempo e da história.

---

da doença, não se dava conta de quanto tempo tinha estado e estava doente, não se apercebeu das diminuições mentais que tinha sofrido. Disse-me uma vez: «*calcule o senhor que as enfermeiras me obrigaram hoje a andar no parque, debaixo de chuva, e com uma pessoa atrás de chapéu de chuva aberto!*» E a rir: «*Já viu o que há de ridículo em o Presidente do Conselho andar a passear com chuva e de sombrinha aberta!?*» Poderia referir outros episódios análogos, também acontecidos comigo, ou que foram relatados por outras pessoas. Todavia, a mulher do autor deste trabalho, que também visitou então separadamente Salazar muitas vezes, e o acompanhou em passeios de automóvel nesta época, tem uma opinião inteiramente oposta: sabia que já não era presidente do Conselho: mas o próprio estado de morbidez levava-o a não admitir as consequências do facto perante si mesmo.

22

Por convite de Vasconcelos Marques, em Abril de 69, passa em Lisboa o professor Merritt, entretanto condecorado por Thomaz com a Ordem de Santiago, e de novo, acompanhado pela antiga equipa de Benfica, examina Oliveira Salazar. Este mostra-se *«bem disposto e cooperou amavelmente no exame»*. Depois diz Merritt: *«fiquei muito bem impressionado com as melhoras que se verificaram desde que o vi quando ele estava gravemente doente»;* continua no entanto incapacitado; não tem *«sensibilidade no braço e na perna esquerdos, a marcha ainda não é possível sem auxílio, a memória para os factos ocorridos antes do traumatismo craniano é boa mas está perdida para os que se deram durante o período mais grave da doença e é deficiente em relação aos factos recentes»*. Conclui o mestre norte-americano: *«é possível que se verifiquem melhoras nos próximos meses, mas a sua idade é um factor que impede um completo regresso à normalidade»* (1). Para além de Merritt, e dos amigos fiéis, mantém regularmente as suas visitas o presidente da República. De um ou outro canto do mundo português, surge um telegrama, uma carta, um voto de melhoras. Agradece com cartões de Salazar a governanta; mas muitos dos agradecimentos são firmados pelo próprio doente. Ao presidente da Câmara de Inhambane, em Moçambique, escreve Salazar, pelo seu punho, um longo telegrama (2). Depois, aproximam-se as datas importantes na vida de

---

(1) Correu na altura o rumor de que o texto português não era uma versão fiel do texto inglês escrito por Merritt. Não tem fundamento o rumor.

(2) A título de curiosidade segue na íntegra o telegrama com a disposição gráfica aproximada da que apresenta o manuscrito de Salazar:

«Exmo Presidente da Câmara Municipal de Inhambane
Moçambique
Agradeço muito reconhecido
e sensibilizado vosso telegrama.

Salazar: 27 de Abril, entrada para o governo; 28 de Abril, seu aniversário. Muitos planeiam uma romagem a Fátima. E então a enfermidade e a invalidez são *exploradas* por uns e outros, por motivos contraditórios. Desejam os salazaristas petrificados, com objectivos políticos a que falta bom senso e com objectivos sentimentais a que falta bom gosto e mesmo caridade, mostrar que Oliveira Salazar *está vivo* e *capaz de ler e de falar;* e desejam os novos responsáveis e a nova classe política, com propósitos políticos sem grandeza e até cruéis sem o querer, documentar que Oliveira Salazar nada mais é do que um grande inválido, mesmo uma ruína física. Deslocam-se à residência de S. Bento a rádio e a televisão. E perante os microfones e as câmaras, exibido na sua fragilidade final, Salazar é apresentado, e lê um texto, com voz que não é deste mundo. Termina: «*Deus foi infinitamente bom para com as nossas súplicas e demonstrações de aflição. Pedimos-lhe que nos continue a ajudar e a proteger*» (1). Depois, ainda em 27 de Abril, a velha

---

O facto de retirar dos vossos cuidados tempo necessário para se informar de minha saúde comoveu-me profundamente. Respeitosos cumprimentos.

Ol. Salazar

12.4.969»

A caligrafia, embora legível, aparece embaraçada e não normal. Dada a inutilização do seu olho esquerdo, Salazar só *via* metade da folha de papel e só a utilizava, mais ou menos, a partir de uma linha vertical imaginária do centro para a direita.

(1) A título de documentação, julgo de incluir na íntegra a declaração lida por Salazar: «*O número de pessoas que se interessaram pela minha saúde e vida quando gravemente comprometidas, comoveu-me profundamente. É a primeira vez que me apresento em público e não podia deixar de ter no meu espírito toda essa manifestação de amizade, carinho e interesse para lhe render o tributo da minha gratidão. Deus foi infinitamente bom para com as nossas súplicas e demonstrações de aflição. Pedimos-lhe que nos continue a ajudar e a proteger. Ol. Salazar. 27.4.969*». Nada há neste texto que se possa classificar de incoerente, ou confuso, ou ridículo, ou deslocado. Deve até dizer-se que o *tom*, a *maneira*, o *estilo* têm a marca antiga do autor; e mesmo literariamente terá de considerar-se de bom

Liga 28 de Maio organiza uma sessão solene. Preside Gonçalves Rapazote. Estão presentes alguns membros do governo — Ultramar, Justiça, Estrangeiros — e umas centenas de homens que já se consideram de *velha guarda*. Celebram-se mais de quarenta anos sobre a entrada de Salazar para o governo; mas a atmosfera e os discursos são já fúnebres. Ao outro dia, cumpre Oliveira Salazar oitenta anos. De Coimbra desce a Lisboa uma comissão de estudantes para saudar o doente. Vão à residência, falam com Salazar, que se mostra alegre. Ao saírem, no exterior da residência, entoam canções; Salazar assoma à janela; e os fotógrafos tudo registam. Surgem muitas senhoras, trazem as suas flores; e vem a *Comissão Central do Dia de Goa*. Não falta o amigo dilecto entre todos: o cardeal-patriarca de Lisboa. Cerejeira senta-se num cadeirão, Salazar está na sua poltrona; e dir-se-ia que estes dois homens estão ali como há sessenta anos em Coimbra. E depois, com solenidade, a imprensa publica nos dias seguintes uma reportagem destas visitas, e fotografias, e sobretudo a de Salazar ao microfone e à janela da residência. São claramente fotografias de um grande enfermo.

Pelo mundo, continua a luta dos homens entre si, e desaparecem também da cena homens de consequência que influíram no destino de outros: morre Dwight Eisenhower, que por duas vezes visitara Salazar em Lisboa(1); e o general Charles De Gaulle demite-se das suas funções de presidente da França. Na Argélia, depois de dois anos de cárcere e em condições que levam muitos a falar de assassinato, morre Moise Tschombé, o chefe catanguês que viera a Lisboa em segredo para se aconselhar com Oliveira Salazar. Autorizado pelo novo governo, regressa a Portugal e retoma a sua diocese o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes. Costa e Silva, presidente do Brasil e que visitara Salazar, é atingido por uma trombose, e fica incapacitado, sendo substituído por uma junta de generais. E os astronautas norte-americanos alcançam a Lua, passeiam no seu solo, e são e salvos tornam à Terra.

---

nível. Mas pode pressentir-se, *por detrás*, qualquer coisa de frágil, de mórbido, de irreal, por não ter ligação com o verdadeiro estado físico do autor. É a grande contradição: Salazar está lúcido para escrever aquele texto; mas não está lúcido para entender como se encontra.

(1) Ver vol IV, págs. 210-211; e vol. V, págs. 133-136.

23

Decorre serenamente a existência enfermiça de Salazar, no andar superior da residência de S. Bento. Mantém-se no quadro físico da sua vida, para si já histórico, e continuam as visitas de amigos ou de alguns jovens, que sentem curiosidade. Todos ajudam a defender o que é irreal, e nenhum revela a verdade. Dizem os médicos que essa revelação, se bem compreendida pelo doente, lhe poderia ser fatal; e firma-se uma cumplicidade colectiva para prolongar a ficção. Clinicamente, os médicos não se pronunciam; mas os visitantes que deixam espaçar mais as suas visitas dão-se conta de que lentamente se apaga em Salazar a réstia de vida. Não repara em que não lhe aparece Mário de Figueiredo: este, que tivera alta do Benfica, está longe de restabelecido. Gonçalves Cerejeira de novo tem a sua saúde afectada, e os seus médicos encaram uma intervenção cirúrgica. Em Agosto, a 23, Salazar recebe os alunos e professores do Instituto de Formação Social e Corporativa; e uma semana depois são estudantes do I Encontro das Juventudes Europeias que o vão visitar(1). E o presidente da República vi

(1) De tempo a tempo, eu visitava Salazar. Por esta altura escreveu-me uma carta que segue na íntegra: «*A S. Ex.ª o Ministro dos Negócios Estrangeiros Dr. Franco Nogueira: peço desculpa de tão tarde vir ocupar-me do assunto desta nota. Não pude porém fazê-lo antes. Seria um favor pelo qual lhe ficaria muito grato e em qualquer caso um serviço à Índia. Se lhe fosse possível conseguir—?—no Ministério um vol. do* Livro Branco *17 anos de defesa do Estado português da Índia. O volume seria oferecido pelo Ministério à Directora do Instituto de Odivelas D. Deolinda Santos. Pelo que conheço desta senhora, ela será capaz de conseguir que os Prof. do Instituto o leiam e não só esses mas as alunas preparadas para compreender um dos maiores trabalhos diplomáticos em que o país se tem visto envolvido. E são de tirar os resultados que desejaríamos obter com a publicação do* Livro Branco. *Pode fazer-me isto? Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar. 29.8.1969*». É evidente que esta carta supõe um *transtorno* mental. Nem o caso tinha importância ou urgência que a justificasse, e poderia ter sido tratado em conversa ou pelo telefone; o *Livro Branco* não se

executada a sua ideia, em que tanto se empenhou como tributo ao homem que governara Portugal por quarenta anos: está constituída a *Fundação Salazar,* para construção de habitações económicas e populares.

No mês de Setembro de 1969, cumpre-se um ano sobre a operação de Salazar. Vem a Lisboa o jornalista francês Roland Faure, de *L'Aurore,* e que é velho conhecido do antigo chefe do governo (1). Faure consegue uma entrevista com Salazar, por intermédio da governanta, que impõe como única condição a de não ser revelada ao doente a realidade política. É ao fim de uma tarde de Estio, na pérgula ao fundo do parque, e Salazar está sentado por entre almofadas sob um toldo. Salazar reconhece Faure de pronto; fala num *«francês impecável»;* recorda encontros anteriores no Forte; e pergunta pelos negócios de França depois da demissão de De Gaulle e da eleição de Georges Pompidou. Faure quer saber como evolui a política portuguesa definida por Salazar. Este repete então, em resumo exacto, as suas teses de sempre, e afirma a sua razão em defendê-las: era preciso saber esperar quanto aos assuntos de África, resistir à ONU, aguentar a pressão dos Estados Unidos até à sua viragem, antever os perigos de uma União Soviética no Mediterrâneo e no Atlântico Sul, compreender o valor das posições portuguesas. E diz: *«Quem pode afirmar que os russos, se se instalarem na Lua, não tentarão utilizá-la como base de agressão?»* Mas Roland Faure pretende sobretudo apurar um ponto: Salazar sabe que não é chefe do governo, ou não? Então o enviado de *L'Aurore* verruma Salazar com perguntas de segunda intenção. Durante a sua doença, que parte tomou na direcção dos assuntos do Estado? Ilude o doente uma resposta directa: *«não estou ainda completamente restabelecido e o meu único cuidado é o de poupar forças para desempenhar as minhas funções».* E todos os ministros lhe dão conta da marcha do governo? Sim. E dá-lhes as suas directivas?

---

referia, no título, a *17 anos* mas a *20 anos;* o teor da carta implica um *momento cronológico* em que a União Indiana ainda não havia atacado e ocupado Goa, quando é certo que a agressão indiana se dera havia nesta altura cerca de oito anos; finalmente, a redacção é deficiente e frouxa. Num ponto é vigorosa: o sentido do interesse nacional. Caligrafia trémula.

(1) Ver vol. V, págs. 422 e 588.

Não impõe decisões, estas são tomadas colectivamente. Reúne ali o Conselho de Ministros? Não, este reúne-se em Belém, presidido pelo chefe do Estado. Todos os ministros do governo actual foram escolhidos por si? Sim, decerto. E se algum se desviasse da política decidida, nomearia outro? Com certeza. Há algum tempo fala-se muito de Marcello Caetano: que pensa dele? Conhece-o bem, aprecia-o. Caetano gosta do poder, não para benefícios pessoais ou proveito de sua família, porque é um homem honesto; mas gosta do poder pelo poder. E é inteligente, tem autoridade. «*Mas faz mal em não querer trabalhar no governo, de que, como sabe, ele não faz parte. Continua a ensinar Direito na Universidade. Escreve-me por vezes para me dizer o que pensa das minhas iniciativas. Nem sempre as aprova, e tem a coragem de mo dizer. Admiro essa coragem. Mas não parece compreender que para actuar com eficácia, para marcar os acontecimentos, há que ser membro do governo*». E Roland Faure dá por concluída a entrevista, Salazar vai receber duas senhoras. Mas o jornalista apurou por si a resposta à sua pergunta: Salazar ignora que já não é chefe do governo. Afasta-se Faure, caminha pelo parque em direcção à residência. Mas no crepúsculo que desce, volta-se e lança um «*último olhar para o perfil imobilizado, sob a luz da pérgula, para me assegurar de que não estivera no palco fascinante de um teatro*». Faure remata o seu artigo: «*estranha e dramática situação, impregnada de grandeza irreal deste personagem shakespeariano: o rei que não queria morrer...*»(1)

E há uma ficção de tragédia posta em teatro: Salazar vivendo na residência oficial do chefe do governo; Salazar recebendo ministros, embaixadores, jornalistas estrangeiros; Salazar discutindo política, concedendo entrevistas; e Salazar sendo somente um grande inválido, despojado de todo o poder terreno, cidadão particular como os outros, sem dúvida carregado de passado, de história, de sim-

---

(1) *L'Aurore* é um jornal respeitável, e Roland Faure um jornalista íntegro. Não se pode duvidar de que, na essência, a entrevista corresponde a uma realidade. E confirma a afirmação feita atrás: Salazar ignorava a sua situação. A entrevista é lúcida, mas é uma *lucidez sobre o passado*. Documenta precisamente que o presente era completamente alheio a Salazar.

bologia nos seus princípios, e do poder próprio de uma autoridade moral. Mas as suas faculdades continuam a diminuir, a sua vida está-se apagando. E em torno, no mundo íntimo de Salazar, nestes finais de Setembro, tudo se vai extinguindo. Em 19, morre Mário de Figueiredo, amigo devotado e homem de confiança durante bem mais de meio século. Nesse dia é assinado o acordo, com a África do Sul e com a empresa concessionária, para a construção da barragem de Cabora-Bassa, por que se batera Salazar em dois Conselhos de Ministros. E uma semana mais tarde morre José Soares da Fonseca, durante anos e anos agente fiel para informações e crises governamentais, e que deixa viúva Maria Teresa Serras e Silva, a *Carochinha,* que na *Festa da Flor,* em Coimbra, pregava flores de papel na lapela de Salazar(1). Tudo em redor vai morrendo; mas o doente é poupado às notícias; e no seu mundo de ficção e já povoado de fantasmas do passado continuam vivos e actuantes Mário de Figueiredo e Soares da Fonseca. E justamente aquele mundo de ficção recebe novo estímulo com um acto público. Em 26 de Outubro de 1969, realizam-se as eleições gerais decretadas pelo novo governo, ao terminar a legislatura constitucional. Salazar, no seu automóvel, acompanhado da governanta e de uma enfermeira, comparece para votar. É na freguesia da Lapa, na Rua da Bela Vista. Não pode sair do carro; mas o presidente da mesa, acompanhado dos delegados da oposição que fiscalizam o acto, leva a urna até junto do doente, e recebe o seu voto. Em torno, alguns eleitores e outros populares observam a cena, e no aplauso discreto que dirigem ao antigo chefe do governo há sobretudo, mais do que uma expressão política, um tributo de respeito e carinho. Salazar faz um gesto de agradecimento, e na sua semilucidez tem clara consciência de que participou de um acto eleitoral; mas, com a cumplicidade geral, mais se adensam as trevas do seu mundo irreal. Quer precisamente examinar com o presidente da República os resultados das eleições, e para o efeito escreve ao almirante Thomaz uma carta; e aí é mais acentuado o declínio das suas faculdades(2).

---

(1) Ver vol. I, pág. 179.

(2) Julgo ter interesse biográfico e documental esta carta. Segue na íntegra: «*Senhor Presidente da República, Excelência: Da última vez que Vossa Excelência*

Acima de tudo, Salazar perdeu a comunhão de superfície com a nova realidade política e sociológica de Portugal. Em pouco mais de um ano após a sua exoneração, e ainda que muitas aparências fossem mantidas, os homens já destruíam, ou pelo menos alteravam muito do que fora essencial. E nos finais de 1969, o presidente da República julga do seu dever afirmar em público: «*sinto-me na triste necessidade de a todos lembrar que a Pátria e a sua integridade territorial não se discutem, defendem-se. Assim o prescreve claramente a Constituição, de que o Chefe do Estado é fiel e supremo guardião*».

24

Abre-se um novo ano, e agora tudo parece já remoto, cada vez mais longínquo. Na distância do tempo, estão diluídos o choque da doença de Salazar, a operação, o sobressalto da mudança de governo. No palco, estão outros personagens; é inteiramente diverso o cenário em que se movem; e é diferente o enredo. Depois das eleições de fins de 1969, circulam novos nomes que chegaram ao pata-

---

teve a amabilidade de visitar-me, esqueci-me de falar em dois pontos. Infelizmente, passou-se o tempo e fiquei admirado de não ter trocado com Vossa Excelência uma palavra sobre qualquer dos assuntos. Trata-se em primeiro lugar da vantagem que haveria em realizar um Conselho de Ministros sob a presidência de Vossa Excelência, talvez na próxima semana. Nesse Conselho deveriam trocar-se impressões sobre as últimas eleições. Deveria dar-se também ao M.to do Ultramar e ao Eng.° Arantes e Oliveira a oportunidade de informarem o Conselho sobre a posição dos vários problemas nos territórios africanos. Ambos estão prevenidos do interesse que teria a exposição para que pudessem habilitar-se com os últimos desenvolvimentos. Com os mais respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar. 19.XI.969». Além do mais, há na carta uma confusão: Arantes e Oliveira já não era ministro e portanto não poderia participar no Conselho; mas a confusão explica-se pelo facto de aquele engenheiro ter passado para o Ministério do Ultramar onde dirigia o *gabinete técnico* sobre Cabora-Bassa. Caligrafia incerta, com linhas tortuosas. Assinatura firme, quase normal. O envelope está sobrescritado para o presidente da República e tem por baixo: «*Do Presidente do Conselho*».

mar superior da política, tornam-se mais pronunciados os novos horizontes; e à atenção e à imaginação do povo português são servidos novos mitos, acalentam-se-lhes outras esperanças, são-lhes postos novos problemas, sobretudo problemas velhos apresentados como novos. Mas na casa da Rua da Imprensa continua o mesmo mundo fantástico, como de espectros que habitam cantos invisíveis. Lentamente, vai-se apagando a pequena vida de Oliveira Salazar. É idêntica a rotina que se mantém: médicos e enfermeiras permanentes cuidam o doente. Nestes começos de 1970, cumpre Gonçalves Cerejeira quarenta anos de patriarca de Lisboa; e Roland Faure, em novo artigo de *L'Aurore*, comenta acontecimentos do mundo em marcha, citando afirmações antigas de Salazar, em paralelo com palavras de Estaline, Krushev, Nasser, Kennedy. Recebe o doente a direcção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Cruz de Malta, e acorrem em intervalos regulares os visitantes de uso. Em fins de Fevereiro, num congresso da *União Nacional*, o nome de Salazar é aclamado como presidente honorário do movimento; mas este, em obediência às novas vontades, vota a sua extinção e transforma-se em *Acção Nacional Popular*. Na rotina dos seus *passeios terapêuticos* de automóvel, Salazar visita a colónia de férias da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. E continua a receber ministros, que ainda o são do seu tempo, ou homens que tinham sido ministros no seu último governo mas já o não são; e por vezes escreve a uns e outros sobre problemas mínimos, que avoluma, e lhe parecem casos muito graves, ou importantes(1).

---

(1) A título de exemplo, refiro uma carta de 1.III.70, que Salazar me dirige num envelope do seu punho, assim: «*Ex.mo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Franco Nogueira, Lisboa*». Ora eu havia abandonado o governo em 6.X.69. Esta carta é toda ditada a Maria Teresa Múrias, sendo portanto manuscrita por esta senhora. É ainda a propósito da oferta do *Livro Branco* sobre Goa à Directora do Instituto de Odivelas. Salazar pede agora, no meio de explicações prolixas fora do seu hábito, que seja oferecido outro exemplar a uma estudante brasileira que frequenta aquele Instituto. Salazar assina o manuscrito de Maria Teresa Múrias, e por seu punho acrescenta: «*P. S. Esta carta foi ditada a Maria Teresa Múrias que a escreveu para poupar-lhe o trabalho que V. Ex.ª teria a decifrá-la. Na verdade, a minha letra tem-se tornado mais difícil de interpretar. Soube agora pelo jornal que chegou a Lisboa depois da reunião de*

Entretanto, pelo mundo vão desaparecendo outros homens com quem Salazar privou. Morrera Costa e Silva, que fora presidente do Brasil; e agora morre Café Filho, também antigo chefe do Estado do Brasil, que visitara Lisboa num momento alto de euforia para a Comunidade Luso-Brasileira. Corre um mês, e outro. E em 18 de Abril morre Henri Massis, o escritor, o académico francês que nas suas muitas conversas com Salazar encontrara matéria para uma obra(1). Uma semana mais tarde, com os seus oitenta e dois anos, morre Cunha Leal. Desaparece assim o homem que, disposto inicialmente a uma colaboração, cedo se afasta de Salazar; e que depois, durante mais de quarenta anos, é um opositor tenaz pela palavra, pelo livro, pela acção política. E dois dias além do da morte de Cunha Leal, a 28 de Abril, cumpre Oliveira Salazar oitenta e um anos de vida. Ainda acorrem à residência muitas pessoas, surgem cestos de flores. Pela manhã, vem o cardeal Cerejeira, acompanhado do padre João Rocha, que diz missa na capela privada, e declara que a celebra *«em acção de graças e por intenção do que tem feito, isto é, da sua obra»*. Pela tarde, enviam os seus cumprimentos Marcello Caetano, Luís Supico, membros actuais e antigos do governo. É dita missa também em S. Roque. Nos dias e semanas que seguem há na Rua da Imprensa a mesma rotina. Passa tempo e tempo, e Salazar vive a sua sub-vida, apagada e subtil. E no dia 10 de Junho, por ser o Dia de Portugal, o presidente da República visita Salazar.

Em 14 de Julho de 1970, de novo o presidente, desta vez acompanhado de sua mulher, vai à residência da Rua da Imprensa. Ao outro dia, parte em viagem oficial a S. Tomé e Príncipe, e quer despedir-se do antigo chefe do governo. Conversam os dois homens. Salazar *«pareceu bem-disposto»;* e pede ao almirante Thomaz que, no regresso, lhe relate como decorrera a viagem. Tudo se afigura dentro da rotina; mas não está. Na manhã de 15 de Julho, Oliveira

---

Londres». Eu havia efectivamente ido a Inglaterra, a título privado, para uma reunião do *Grupo de Bilderbergue;* mas obviamente nada havia dito a Salazar. Julgando-me ainda ministro, a alusão acima tem de ser tomada como um remoque que quer fazer-me por me haver deslocado ao estrangeiro sem o informar.

(1) Trata-se de *Salazar face a face*, já referido na altura própria.

Salazar é acometido de uma grave «*doença infecciosa*», e o seu estado geral fica de repente todo afectado. A pedido de Eduardo Coelho, acorrem outros médicos; e sucedem-se especialistas de todos os domínios. Prestam os seus cuidados Jacinto Simões, Pinto Correia, Neto Rebelo, Martins da Cunha, Macieira Coelho, Lima Faleiro, e de novo o seu antigo clínico analista Manuel Nazaré. E num boletim médico, assinado por Eduardo Coelho, Cândido da Silva, Jacinto Simões, declara-se que o «*prognóstico é reservado*». Por quatro dias aparece estacionária a situação; mas são progressivamente mais graves as complicações que surgem; e uns após outros alguns órgãos vitais, salvo o coração, apresentam sintomas de degenerescência e morte. Em 21 de Julho, deliberam os médicos, não obstante a fragilidade de um organismo que está a esvaecer-se, submeter o doente a um processo de hemodiálise. São de urgência transportados os aparelhos indispensáveis, e resiste ao tratamento o enfermo. Produzem-se mesmo algumas melhoras; mas continua intermitente a consciência do doente. Durante quarenta e oito horas os médicos sentem-se estupefactos com a tenacidade de uma vida. Depois, surgem novos e mais graves sintomas por todo o organismo: são as perturbações cardiovasculares, é a carência da função renal. No domingo, 26 de Julho, observam os médicos a formação de um edema pulmonar e o aparecimento de focos de pneumonia. Sobe a temperatura. Torna-se ofegante e ruidosa a respiração, o doente está imóvel, e em aparente coma. É a agonia. Amarfanhado, atirado para uma cadeira da sala contígua, Bissaia Barreto diz: «*é o fim, a ciência nada mais sabe fazer*». É chamado o pároco da Estrela, Gomes Duarte, e pela segunda vez é administrada a extrema-unção a Salazar. Estão presentes todos os médicos. Mas ao começo da madrugada, clínicos e enfermeiras notam surpreendentes, inexplicáveis melhoras: será acaso possível que sobreviva ainda a esta crise? Não é: uma após outra, cessam todas as funções vitais: e é alta a manhã quando os médicos declaram que António de Oliveira Salazar está morto. São as nove horas e quinze minutos do dia 27 de Julho de 1970(1).

(1) O comunicado oficial do governo, com sobriedade apropriada, diz apenas: «*O Presidente António de Oliveira Salazar faleceu às 9 horas e 15 minutos da manhã de hoje, dia 27 de Julho de 1970*».

25

Na residência permanecem ainda os médicos, as enfermeiras, e acorrem sucessivamente amigos pessoais de Oliveira Salazar. São estes, incapacitada a governanta pela sua emoção, que tudo dispõem. Para amortalhar o corpo, procuram a capa e a batina do mestre de Coimbra e as suas insígnias doutorais. Verifica-se que Salazar não as possui, ou pelo menos, na confusão gerada, não se encontram com a pressa requerida. Para a capa e a batina, Francisco Leite Pinto dá as suas próprias, que corre a buscar; João Costa Leite dá o seu capelo vermelho e as demais roupagens de doutor em Direito; e é assim vestido, com trajes e insígnias alheias, o cadáver do antigo chefe do governo. Do mesmo passo, o escultor António Duarte molda a máscara mortuária e a mão direita de Salazar; e ao lado da cama, dispostos na mesa-de-cabeceira, estão os dois medalhões de marfim, com as efígies de Maria do Resgate Salazar, a Tia Mariquinhas, e de António de Oliveira, o Tio António Feitor. Entretanto, do Vimieiro e de Santa Comba, chega Marta Salazar; e pelo fim da manhã comparecem Marcello Caetano, Gonçalves Rapazote, outros membros do governo, amigos e homens do passado. No país, espalhada a notícia, há de súbito uma suspensão de actividade, um recolhimento colectivo; e a grande imprensa publica edições especiais, em que a longa vida de Oliveira Salazar ocupa página e página. Em S. Tomé, no termo de uma sessão nos Paços do Concelho, é prevenido o presidente da República; e este anula todas as demais cerimónias, resolve regressar com urgência a Lisboa, e determina que se não realize o funeral antes da sua chegada. Pelas doze horas daquele dia 27 de Julho reúne-se o Conselho de Ministros: presta homenagem ao vulto que acaba de morrer; decreta luto nacional por três dias; ordena o encerramento de espectáculos públicos, imediato e no dia do funeral; e determina que este seja responsabilidade do Estado e feito pela nação. Por todo o continente e ultramar, descem a meia-haste, nos edifícios públicos, as bandeiras nacionais. Nas sucessivas edições dos jornais, são

reproduzidas agora as palavras que em tempo grandes figuras do mundo haviam dedicado a Salazar; e citam-se as de Pio XII, Churchill, Franco, Alcide de Gasperi, Antoine Pinay, Juscelino Kubitschek, Dean Acheson, Konrad Adenauer, Spellman, outros ainda. Do estrangeiro chegam mensagens, no Brasil é também proclamado luto oficial de três dias. Depois, pela tarde, a urna com o corpo é transferida para o átrio do Palácio de S. Bento. Comparece para os seus respeitos o corpo diplomático(1). E Marcello Caetano, pela rádio e pela televisão, dirige-se ao país, faz um curto historial da carreira de Salazar, fecha com uma síntese: «*Quarenta anos de governo não podem decorrer sem sombras. Governar é necessariamente descontentar. No balanço de uma política, há por força um passivo a enfrentar o activo. Mas nesta hora de verdade o saldo positivo é enorme. Salazar foi um grande governante. Foi um grande português. E nas horas dramáticas em que sozinho teve de tomar resoluções decisivas para os destinos nacionais, como naquelas em que singelamente procurava reintegrar-se no meio familiar da aldeia onde nasceu, nas alegrias como nas dores, nas virtudes como nos defeitos, nos rasgos senhoris de príncipe como nos escrúpulos de administrador prudente, na dureza do governante como nas delicadezas enternecedoras da sensibilidade, ele foi, em toda a dimensão da palavra e em toda a dignidade da espécie—um Homem*».

Ao outro dia, 28 de Julho, pelas onze da manhã, sai a urna do átrio de S. Bento para Santa Maria de Belém. Desce o ataúde a *Avenida de D. Carlos,* depois as de *24 de Julho* e da *Índia.* Filas de povo aglomeram-se a um lado e outro; e apenas o ruído cadenciado do cortejo quebra o silêncio da multidão. A este tempo, no Porto, reúne-se em sessão extraordinária de homenagem a câmara municipal; e o bispo da diocese, D. António Ferreira Gomes, num gesto de cristão, comparece para prestar tributo ao homem por quem se considerou agravado e de quem fora, durante longo período, um firme oposicionista. Nos Jerónimos, junto ao ataúde, amontoam-se flores, coroas sem número. Destaca-se uma coroa pela inscrição

(1) Logo após a operação e a doença de Oliveira Salazar fora elaborado, pelas autoridades civis e religiosas, um plano de funeral, e é este que, com alguma alteração de pormenor, é executado.

inusitada: «*Ao grande patriota, homenagem de um opositor, Rodrigo de Abreu*». Depois, perante povo e povo que se renova e está permanente, os elementos oficiais, as delegações das Forças Armadas, há uma vigília que se prolonga por quarenta e oito horas. Já tornou de S. Tomé o chefe do Estado; mas há que dar tempo à chegada de missões especiais que alguns países estrangeiros querem enviar para o enterro. E na quinta-feira, 30 de Julho, são as exéquias nos Jerónimos. Participam delegações extraordinárias do Brasil, Espanha, França, Estados Unidos da América, Inglaterra, Alemanha, África do Sul, e da Organização do Tratado do Atlântico(1). Na capela-mor estão o presidente da República e, na sua frente, o cardeal Cerejeira; pelo templo, além dos membros do governo e o corpo diplomático, comprimem-se mil representações oficiais e privadas que fazem multidão; e no exterior aglomera-se um poder de gente compacta. Profere a homilia fúnebre o padre Moreira das Neves(2). Diz: de D. João II, à sua morte, dissera Isabel a Católica, de Espanha, que «*morrera o homem*»; também hoje se pode afirmar que desapareceu «*um dos maiores pela força do seu pensamento e da sua vontade*», com a «*máscara tranquila e austera com que o anteviu o génio de Nuno Gonçalves entre as figuras do painel do Infante*». E agora? «*Regressará à humildade da sua aldeia natal o homem que veio da terra e jamais se desgarrou das suas raízes, aprendendo com o povo a ser simples com nobreza, na fidelidade à gleba e à lareira*»; «*é necessário ver tudo de alto, como os pastores e os pilotos dos navios*», porque «*essa é a tarefa terrível de quem está à frente e se reconhece na plenitude da sua vocação*»; não discutiu Deus, nem a Pátria, nem a Família aquele que foi «*um voluntário da solidão*» e que «*nunca teve indiferentes a seu lado, e nunca lhe faltaram discípulos extremamente dedicados nem adversários irredutíveis*». Conclui monsenhor Moreira das Neves: «*Morreu, porém, o Homem. Quem sofre*

---

(1) No quartel-general da NATO foram postas a meia-adriça as bandeiras dos países membros.

(2) É de tradição, na sé de Lisboa, que o patriarca não pronuncie discursos fúnebres. Cerejeira teria sondado para o efeito os bispos D. António Reis Rodrigues e D. Manuel de Almeida Trindade. Ambos se escusaram.

agora com a sua morte, por ela cobrindo-se de luto, é a terra que lhe foi berço e espera lhe seja de glória, mais do que a legenda do túmulo, a entrada no seio de Deus». Depois, a orquestra da Emissora Nacional, sob Frederico de Freitas, faz ouvir música religiosa. Ergue-se então o cardeal Cerejeira. Último sobrevivente dos três amigos dos *Grilos,* há sessenta anos em Coimbra, e que não há muito pedira a Salazar para lhe dar das *«suas sopas»* porque sobre a existência de ambos *«estava a cair a tarde»* e *«seria bem aquecer-nos à fogueira antiga»,* o cardeal-patricarca de Lisboa recita nos Jerónimos os salmos penitenciais, e dirige-se a Deus: *«Atendei misericordiosamente as nossas súplicas para que se abram as portas do Paraíso ao vosso servo António».* No Tejo, salva a artilharia da esquadra portuguesa e aviões da Força Aérea sobrevoam o templo e toda a praça fronteira (1).

Sai o funeral dos Jerónimos, e logo após a urna caminham Costa Leite, Gomes de Araújo, Paulo Rodrigues, segurando almofadas onde vão depostas as condecorações de Salazar e outras insígnias. Entre contingentes militares, e seguido a pé pelo presidente da República e governo, dirige-se o armão para o comboio especial estacionado ao fundo, contra o Tejo. Todo o movimento está suspenso, a multidão não deixa um espaço vago no terreiro largo da Praça do Império. No comboio, além das figuras oficiais, embarcam centenas de personalidades que estiveram ligadas a Salazar. Parte a composição em marcha lenta, atravessa os desvios através de Lisboa para a Linha do Norte. Em fila contínua, de uma banda e outra e quase ombro a ombro nos locais possíveis, populares olham em silêncio o comboio a passar. No percurso até Coimbra, pelos campos e nas elevações junto à via, aglomera-se gente e mais gente: muitos homens e mulheres estão ajoelhados, muitos outros agitam lenços brancos num gesto de adeus. Em Coimbra demora o comboio oito minutos, e na gare estão os notáveis e grados da terra. Pelas cinco e meia da tarde, chega a Santa Comba.

---

(1) O cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira sobreviveu alguns anos: morreu em 1 de Agosto de 1977 com 89 anos. Desde 1971 que pedira e obtivera de Paulo VI a sua exoneração como patriarca de Lisboa. Vivia muito retirado e muito modestamente na Casa do Bom Pastor, onde faleceu.

Da estação para o Vimieiro todos acompanham em passo lento o carro com a urna: o presidente da República, o governo, as altas personalidades civis e militares do Estado, e uma multidão que ocupa a vila de Santa Comba e depois se comprime e esmaga pela estrada que vai à Igreja de Santa Cruz do Vimieiro. Passa a urna pelos casebres à beira da estrada, onde Salazar nascera, e onde se refugiava nos raros momentos consentidos pelos negócios públicos. É templo modesto a igreja, e atarracado, sem estilo, solitário entre pinhais. Na mesma igreja, na data remota de 16 de Maio de 1889, foi Salazar baptizado pelo padre António, e apadrinhado por membros da família Perestrelo, que no acto se fizeram representar pelo carpinteiro Francisco Alves da Silva e sua mulher Luísa da Piedade (1). Agora espera a urna de Salazar e o cortejo fúnebre o bispo de Viseu, D. José Pedro da Silva, acompanhado do bispo de Lamego e outros sacerdotes. Armado o catafalco, é celebrado o ofício religioso. Depois, a urna é transportada por cem metros para o cemitério do Vimieiro, tapado de muros. Aí, logo à entrada sobre a esquerda, estão enterrados os pais de Salazar, e sua irmã Elisa, em campa rasa, cobertos por pedras tumulares que Salazar mandara cortar de um cabeço existente ao fundo do seu quintal no Vimieiro (2). E agora, ao lado de seus pais e irmã, e a seguir a esta, é entregue ao chão onde nascera o corpo do homem que durante quarenta nos fora quase tudo em Portugal e que fora de consequência para além de Portugal. Em torno da campa aberta é cerrada a multidão. Para proferir as palavras fúnebres, levanta-se a voz de Afonso Queiró, professor e director da Faculdade de Direito de Coimbra. Para Queiró, Salazar fora o clérigo-doutor. Fora o professor que servia *«de paradigma de universitários, de exemplo a estudantes, de modelo a todos»;* e fora o estadista, o *«filósofo das coisas sociais e políticas»*. E diz: *«Esse homem não morreu. Vive, e viverá, porque subiu e passou definitivamente a pertencer ao mundo imperecível do espírito»*. Por entre os ritos cristãos, a urna é confiada à terra, e a campa, tão rasa como a terra que se pisa,

(1) O leitor interessado poderá ver Vol. I, págs. 1 a 5.

(2) Ver Vol. V, págs. 63-64.

é coberta pela pedra tumular que Salazar preparara para si próprio: é lisa salvo por uma grande cruz em todo o comprimento: e no fundo tem gravado: «*A. O. S. — 1970*» (1).

26

Havia morrido um homem de génio. Rompera as coordenadas do seu tempo; à realidade que encontrou quando interveio na vida acrescentara uma outra de sua lavra; e nessa vida que viveu estivera acima dos homens como os outros. Fora aluno muito além do comum: as marcas que recebia cedo foram augúrio de altos destinos académicos. Fora professor de excepção: para escutar as suas aulas congregam-se escolares de muitas faculdades e de além de Coimbra: e as suas lições fazem escola e delimitam uma época. Fora um escritor, e com direito a lugar eminente na história da

(1) Pensei de interesse procurar saber quais os *haveres* de Salazar à data da sua morte. Julgo que possuia na altura apenas uma conta bancária: na *Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência — Caixa Económica Portuguesa.* Fora o depositante n.º 84 840. Extraviara a sua caderneta. Fora-lhe atribuido em 1965 um novo número: 95 450. Em 31 de Dezembro de 1969, a sua conta apresentava um saldo positivo de 274 892$00. Creio que durante a doença, e além do vencimento que lhe era directamente pago pelo Ministério das Finanças, alguns levantamentos terão sido feitos, por cheques que o doente ainda assinara, nos primeiros meses de 1970. Quando Salazar morre, o saldo na Caixa, numa ordem de grandeza aproximada, não deveria exceder os 50 000$00. Quanto às suas «*propriedades*» em Santa Comba e no Vimieiro: em 19 de Outubro de 1970, foi feita uma escritura de habilitação de herdeiros no notário Fernando dos Santos Manata, tendo autorgado João Manuel Alves (ulteriormente presidente da Câmara de Santa Comba), José Pinto de Matos e José Mauricio de Gouveia; o «*falecido não fez qualquer disposição de última vontade*»; e deixou como únicas herdeiras suas irmãs Marta, Maria Leopoldina e Laura (esta última viúva de Pais de Sousa). À herança foi atribuido um «*valor provável*» de 50 000$00. Este quantitativo deve ter sido calculado *por baixo*. Pode presumir-se que os terrenos e a casa de Salazar deveriam valer em 1970 cerca de cem contos. Nestes termos, o património pessoal de Salazar, no total e à sua morte, deveria oscilar entre cento e cinquenta a duzentos contos.

literatura portuguesa: castiço e exacto na linguagem como Manuel Bernardes, vigoroso e denso na expressão como Alexandre Herculano: e escritor politico que transforma o vocabulário do povo num discurso intelectualizado, culto sem cultismo ou erudição, nobre no seu estilo, ático no seu travejamento, severo no seu classicismo, ao mesmo tempo dúctil, forte e subtil na sua comunicabilidade e ressonância. Fora governante, homem de Estado: controverso, fonte permanente de debate e polémica, inspirador de sentimentos extremos: alguns homens estavam prontos a dar a vida por devoção a Salazar, alguns homens estavam prontos a sacrificá-la por ódio a Salazar: mas uns e outros não discutiam o poder da sua vontade, a sua competência, a sua lucidez, a sua honestidade pessoal, a altura da sua inteligência, a sua consciência do Estado, o seu sentido de serviço público, e o seu portuguesismo medular, incondicional, cego, intransigente. E através de tudo, fora emanação telúrica do povo, um homem de raça patrícia surgido da terra: natural e à vontade na corte dos grandes, dos poderosos e dos eminentes; e natural e à vontade no mundo dos rústicos. Fora em suma uma personalidade a recortar para a galeria dos varões de Plutarco: pelo perfil moral e mental, pela sua acção em acontecimentos que criava ou moldava, pela sua intervenção nos destinos de outros homens, pela sua marca na lei e na grei. E no entanto, depois de se pesquisar e percorrer exaustivamente a figura e a vida do homem, e para além do retrato minucioso que está traçado, muitas perguntas estão sem resposta, muitas lacunas ficam por preencher, muitos ângulos continuam em trevas.

Foi um homem só. Mais: foi um habitante do ermo que não queria deixar de o ser. Não era apenas a solidão dos fortes que, para o ser e porque o são, têm de pairar acima do efémero dos homens e do quotidiano da vida: e que por isso não se comprometem nas coisas de superfície para melhor intervir como árbitros supremos. Em Salazar, homem dos problemas transcendentes e dos pequenos nadas, a solidão era uma necessidade moral, uma segunda natureza, uma forma da sua personalidade política. Mas com esta vive uma outra figura: a do homem nervoso e emotivo que se enternecia com crianças, a quem não passava despercebido o pormenor da sensibilidade alheia, que repousava o espírito escutando música, e que sucumbia a afectos femininos. Bem estremadas em ângulos

com vértices opostos, não se misturavam nem se influenciavam as duas personalidades. Entre ambas era evitado o choque: têm primazia o poder político, a ambição política, a personalidade política: a *outra*, a personalidade do ser que aprecia a vida da terra, vive subordinada e insofrida: e nada lhe é consentido que dobre ou prejudique a primeira. Mas esta ânsia de solidão conduz a uma pergunta: Salazar sentia e compreendia bem o que se passava em seu derredor? Era decerto esmagador o volume de informação que recebia, e que arquivava na sua memória tenaz; ouvia quantos homens lhe podiam fornecer dados úteis, e estimulava a objecção, a discordância, o ponto de vista contrário; e era sem par no seu tempo a sua capacidade de análise de situações, de entendimento de problemas, de conclusão lúcida sobre factos ou informações, de julgamento, de previsão. Nada escapava à sua compreensão. Mas não seria essa compreensão remota, fria, cerebral, por de mais intelectualizada? Nada o deixava perceber; mas a sua biografia não responde à pergunta. E deste quadro há que partir para outra questão: se houvesse moldado ou afirmado a sua personalidade em outros termos, poderia Salazar *ter feito* mais ou *ter feito* de forma diferente? É sempre imperfeita a obra do homem, e é sempre imaginável a possibilidade de *fazer mais* ou de *fazer melhor*. Mas com base em hipóteses, haverá forçosamente de ser especulativa qualquer resposta. Num outro plano, contudo, pode a mesma questão ser vista: teria Salazar sido insuficiente para os problemas do país ou foi grande de mais para o país? Não parece fundamentada a primeira permissa: a vitória sobre a crise financeira, a reforma do Estado, a defesa audaz dos interesses portugueses durante a guerra civil de Espanha e a segunda Grande Guerra Mundial, a política de África, tudo tem, seja qual for o prisma ideológico de uns e de outros, a marca de um grande homem de Estado e de governo. Será então válida a segunda permissa? Não se poderá jamais saber, e nada autoriza também a responder pela afirmativa ou pela negativa. Sentido de grandeza possuía-o Salazar, sem dúvida, e concebia *em grande* e procurava realizar *em grande*. Transmitiu ao povo esse mesmo sentido, esse lampejo de grandeza; e assim foi conduzida a vida colectiva da nação. Esta, erguida por certezas íntimas e impulsionada para objectivos de alta valia, correspondeu ao apelo de um destino que sentiu transcendente por

ser heróico. E então cabem algumas perguntas: Salazar foi o continuador e o arauto de uma grandeza existente mas que, por motivos acidentais, estava em surdina? ou foi o travão de uma decadência já instalada e em progresso? ou foi o criador de uma grandeza artificial sem fundamento humano e sociológico na massa do povo português? Se se tentar responder a estas interrogações, implicitamente está a suscitar-se uma outra: foi Salazar um conservador ou um revolucionário? De ambos os traços partilhou. Aferrado a princípios que tinha por verdades indiscutíveis, paladino de valores que considerava permanentes, defensor de quanto fosse português ou servisse os interesses nacionais, Salazar foi um conservador das tradições, do património, dos direitos de Portugal, e tudo tinha por intangível; mas estava aberto a todas as ideias novas, e interessado em todos os métodos pioneiros; e era audacioso nas experiências, apto a absorver e integrar o que pragmaticamente pudesse ser útil aos seus objectivos, corajoso em mudar quanto necessário para manter o essencial. Sempre pronto a correr riscos, disposto à derrota e a recomeçar se preciso, sem interesses pessoais criados que fosse tentado a defender, capaz de adaptação sem repugnâncias próprias, sequioso de novos horizontes e nunca havendo fosse o que fosse por acabado ou perfeito, Salazar tem de ser considerado um revolucionário, no duplo aspecto de se não inibir em romper com o que está e de não lamentar o desaparecimento do que houvesse de ser sacrificado. De um homem solitário tudo é de esperar, e nada é de surpreender, e a um homem solitário todas as perguntas se devem formular, e para nenhuma se acha resposta cabal.

Além e acima de tudo, dois pontos importa sublinhar. E será este o primeiro: pode ser tido como fundador de um sistema? E o segundo: acreditava no sistema fundado? Nos inícios do seu governo, como presidente do Conselho e por mais de uma vez, Salazar escrevera para público que não era «*fundador de sistemas*» (1). E em verdade não o foi, se se pretende significar a criação de um corpo de doutrina que, no plano político, económico e social,

(1) Veja-se por exemplo o prefácio do II vol. dos seus *Discursos e Notas Políticas*, referido no vol. III desta biografia, a pág. 140, 2.ª ed.

seja original e constitua uma resposta aos problemas das sociedades humanas e seu governo. Mas Oliveira Salazar foi buscar os melhores materiais onde os encontrou; aproveitou de uns e outros quanto lhe pareceu afeiçoado e útil ao governo de um país como Portugal, de um povo como o português, no estado e na altura em que assumiu a responsabilidade de ambos; e chegou a uma síntese, ousada e pioneira, por que se norteou durante o seu consulado. Nem todos os seus princípios de governo são originais, mas eram claros e rigorosos; e a sua alta concepção do Estado tinha raízes em muitos dos sociólogos, moralistas, políticos, filósofos, que estiveram na base da formação de Salazar. Em dois aspectos fundamentais rasgou vastos horizontes: teve a audácia de retomar a *visão nacional* de Nação Portuguesa e a capacidade de *enquadrar* naqueles princípios a defesa e a afirmação dos interesses nacionais, e até o seu acrescentamento. Neste sentido, foi inovador, e pode dizer-se que *fundou* em Portugal um sistema. No decurso dos anos, acabou Salazar por o reconhecer, e confessava-o publicamente. Repetia sem cessar: depois da sua morte, o *sistema* funcionará; a Constituição entrega ao presidente da República a nomeação de um novo chefe do governo; este poderá ser pior ou melhor; em qualquer caso, não haverá quebra de continuidade. Mas acreditava Oliveira Salazar, no seu íntimo, em que tudo se haveria de passar daquele modo? Ou fazia Salazar aquelas afirmações somente como defesa própria, para negar que o seu governo fosse *pessoal,* que o seu sistema fosse apenas o *salazarismo,* e que tudo pudesse ruir com o seu desaparecimento? Não existem elementos que tornem lícita, em tom categórico, uma resposta. Quando Salazar se refere à «*confusão*» que se seguirá à sua morte, ou comenta com sarcasmo o trabalho dos vindouros para retirar o seu nome de monumentos e obras públicas, ou se mostra ansioso pelo futuro político de Portugal em África, dir-se-á que Oliveira Salazar *sabe* que o seu sistema acaba consigo. Mas quando Salazar se recusa a designar um sucessor, ainda que informalmente, porque estaria a sobrepor-se à Constituição política, ou quando recomenda, numa espécie de testamento político, algumas alterações no sistema para que este subsista, ou quando insiste na normalidade e na continuidade, dir-se-á que Salazar acredita que, no essencial, os princípios de governo que o guiaram, a concepção do Estado que foi a sua, a visão de Portugal que deu aos portu-

gueses, sobreviverão à sua morte. Mas este dilema, importante para completa avaliação do homem, não parece resolúvel. Da resposta que for possivel dar, num sentido ou noutro, dependerá o juízo último a fazer: foi um chefe político carismático, cujo poder se esgotava em si próprio e que se *sabia* sem sucessores, ainda que o negasse; ou foi um homem não providencial que se considerou um elo na cadeia do passado com o futuro, e portador de um testemunho com origem nos tempos e que se devia transmitir intacto aos vindouros? Em qualquer caso, e logo após a sua morte política, aos observadores parece evidente um traço do *sistema* salazarista: se vier a ser um êxito, este dever-se-á aos seus sucessores; se vier a ser uma falência, esta dever-se-á a Salazar; e este jamais terá razão.

Morre um homem de génio. Na morte de um homem de génio — desde D. João II até Albuquerque, e quantos enriqueceram a humanidade — foram sempre feitas perguntas ao passado e dirigidas interrogações ao futuro: está em causa o curso da História que é a vida dos homens comuns. Na figura de Oliveira Salazar cabem as mesmas perguntas, surgem idênticas interrogações sobre os mistérios do porvir. Pertence Salazar à História, entrou na História. Do que proclamou e fez, quanto será destruído pelos homens? E em que tempo? E quanto será poupado e respeitado? E durante quanto tempo? Assente com a morte a poeira dos ódios e das paixões, fica a vida que não pára: e essa vida dirá em que valores são ricos ou pobres os princípios defendidos por Salazar, quantas das soluções adoptadas são virtude ou vício, quantas das previsões feitas se mostram exactas ou fátuas. Essa vida dirá a porção de bem e de mal, de erro e de verdade na existência, na personalidade e na acção de António de Oliveira Salazar. Por outras palavras: qual será o juízo do tempo? melhor: como será o julgamento da História?

FIM DO VI E ÚLTIMO VOLUME

ANEXOS

ANEXO I

Principais fontes utilizadas

— Espólio de documentos pessoais deixados por António de Oliveira Salazar e reunidos nas caves do Palácio de S. Bento
— Arquivo oficial reunido nas caves do Palácio de S. Bento
— Cartório notarial de Santa Comba Dão
— Conservatórias do Registo Civil e Predial de Santa Comba Dão
— Arquivo Geral do Liceu de Viseu
— Arquivo Geral do Seminário de Viseu
— Arquivo do *Colégio da Via Sacra*, de Viseu
— Arquivo da Faculdade de Direito de Coimbra
— Arquivo Geral da Universidade de Coimbra
— Correspondência particular de Oliveira Salazar, em especial com:

António Óscar de Fragoso Carmona
Francisco Higino Craveiro Lopes
Américo Deus Rodrigues Thomaz
Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira
José Nosolini
António Manuel Pinto Barbosa
Eduardo Arantes e Oliveira
Marcello Mathias
António Leite de Faria
Eduardo Vieira Leitão
Marcello Caetano
Luís Supico Pinto
Augusto de Castro
João Antunes Varela
Dona Amélia de Orleans e Bragança
Dona Augusta Vitória de Sigmaringen e Bragança
Christine Garnier
Glória Castanheira
Armindo de Sttau Monteiro
Jorge Jardim
Henrique Martins de Carvalho
Domingos Holstein Beck, Duque de Palmela
Pedro Theotónio Pereira
Fernanda Jardim
Mário de Figueiredo
José de Azeredo Perdigão

— Depoimentos pessoais de:

Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira
Luís Cabral de Moncada
Bissaia Barreto
Américo Deus Rodrigues Thomaz
Maria de Jesus Caetano (governanta)
Guilherme Braga da Cruz
Fernando de Santos Costa
Luís Supico Pinto
Marta de Oliveira Salazar
Laura de Oliveira Salazar
Francisco Leite Pinto

— *Livros Brancos* do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em particular:

Portugal no Conflito Europeu
Dez Anos de Política Externa (11 vols.)
Vinte Anos de Defesa do Estado Português da Índia (4 vols.)

— Apontamentos de conversa de Oliveira Salazar com embaixadores e outras personalidades estrangeiras.
— Arquivo pessoal do Embaixador Luís Teixeira de Sampaio
— Documentação pessoal do autor desta biografia
— Biblioteca da Universidade de Coimbra
— Biblioteca Nacional de Lisboa
— Arquivos estrangeiros:

Public Record Office (Arquivo Nacional Britânico)
Colecção de Jornais do Museu Britânico
Francklin Roosevelt Library
Truman Library
Eisenhower Library
Kennedy Library

— Jornais da época, em especial:

Diário de Notícias
O Século
O Comércio do Porto
O Primeiro de Janeiro
A Voz
Diário de Lisboa
Diário Popular
Diário da Manhã
República
O Imparcial
Beira Alta
Correio da Beira
O Jornal da Beira
A Beira
Sul da Beira
Santacombadense
A Folha
Ecos da Via Sacra
Notícias de Portugal
Times de Londres
New York Times
Le Figaro
Le Monde

ANEXO II

1 — Bibliografia geral

Abel (Elie) — *Les Fusées de Cuba,* Arthaud, Paris, 1966.
Acheson (Dean) — *Sketches from Life,* Nova Iorque, 1959.
— *Morning and Noon,* Boston, 1965.
— *Present at the Creation,* Nova Iorque, 1969.
Adenauer (Konrad) — *Memoires (1945-1953),* Paris, 1965.
Arboussier (Gabriel d') — *L'Afrique vers l'unité,* Paris, 1961.
Arechaga (Eduardo Jimenez de) — *Voting and Handling of Disputes in the Security Council,* Nova Iorque, 1950.
Arnault (Jacques) — *Procès du Colonialisme,* Paris, 1958.
Aron (Raymond) — *Paix et Guerre entre les Nations,* Paris, 1962.
Attlee (Clement) — *As it Happened,* 1954.

Baby (Jean) — *La Grande Controverse Sino-Soviétique (1956-1966),* Grasset, Paris, 1967.
Bains (J. S.) — *India's International Disputes,* Londres, 1962.
Ball (George) — *The Discipline of Power,* Boston, 1968.
— *The Past Has Another Pattern,* Nova Iorque, 1982.
Balsan (François) — *Terres Vierges au Mozambique,* Paris, 1960.
Baumier (Jean) — *Le Poids du Tiers Monde,* Paris, 1962.
Beloff (M.) — *The Foreign Policy of Soviet Russia (1929-1941),* 2 vols., 1949.
Berding (Ambrew) — *Dulles on Diplomacy,* 1965.
Berle (Adolf) — *Latin America: Diplomacy and Reality,* Nova Iorque, 1962.
Brecher (Michael) — *India and World Politics,* Nova Iorque, 1968.
Brines (Russel) — *MacArthur's Japan,* Nova Iorque, 1948.
Brunschwig (Henri) — *L'Avènement de l'Afrique Noire,* Paris, 1963.
Brzezinski (Zbnigniew) — *The Soviet Bloc,* Harvard, 1960.

Cater (Dougas) — *Power in Washington,* Nova Iorque, 1964.
Cesaire (Aimé) — *Discours sur le Colonialisme,* Paris, 1955.
Chevalier (Willie) — *Peace of Our Time,* Montreal, 1964.
Cheverny (Julien) — *Éloge du Colonialisme,* Paris, 1961.
Churchill (Winston S.) — *The Second World War,* 6 vols., 1954.
Clark (Grenville) e Sohn (Louis) — *World Peace through World Law,* Harvard, 1958.
Clavel (Maurice) — *Qui est aliéné?,* Paris, 1970.
Conte (Arthur) — *Yalta ou le Partage du Monde,* Paris, 1964.
Coulondre (Robert) — *De Stalin a Hitler,* Paris, 1950.
Couve de Murville (Maurice) — *Une.Politique Étrangère,* Paris, 1971.

Dallin (Alexander) — *The Soviet Union at the United Nations,* Nova Iorque, 1962.
Davies (Joseph) — *Mission to Moscow,* 1943.
Decraene (Philippe) — *Le Panafricanisme,* Paris, 1959.
De Gaulle (Charles) — *Memoires de Guerre,* 3 vols., Paris, 1961.
— *Memoires d'Espoir,* Paris, 1970.
Deighton (Len) — *Blitzkrieg,* 1980.

Diop (Cheikh Anta) — *Nations Nègres et Culture*, Paris, 1954.
— *L'Unité Culturelle de l'Afrique Noire*, 1959.
Diop (Majhemont) — *Problemes Politiques en Afrique Noire*, Paris, 1958.
Doenitz (Karl) — *Memoirs*, Nova Iorque, 1959.
Donnelly (Desmond) — *Struggle for the World*, Londres, 1965.
Duchemin (Jacques) — *Histoire du F. N. L.*, La Table Ronde, Paris, 1962.
Duffy (James) — *Portuguese Africa*, Cambridge, Massachusetts, 1959.
Dugué (Gil) — *Vers les États Unis d'Afrique*, Dakar, 1960.
Dumont (René) — *L'Afrique Noire est mal partie*, Seuil, Paris, 1942.
— *L'Utopie ou la mort*, Seuil, Paris, 1973.
Duroselle (Jean Baptiste) — *Histoire Diplomatique de 1919 a nos jours*, Paris, 1957.
— *L'Idée de l'Europe dans l'Histoire*, 1965.

Eden (Anthony) — *Full Circle*, Cassell, Londres, 1960.
— *Facing the Dictators*, Cassell, Londres, 1962.
— *The Reckoning*, Cassell, Londres, 1963.
Ehrhard (Jean) — *Le Destin du Colonialisme*, Paris, 1958.
Eisenhower (Dwight D.) — *Crusade in Europe*, Nova Iorque, 1948.
— *Mandate for Change*, Nova Iorque, 1963.

Falls (C.) — *The Second World War: a short history*, 1948.
Favrod (Ch. Henri) — *L'Afrique Seule*, Seuil, Paris, 1961.
Feis (Herbert) — *The Road to Pearl Harbour*, Nova Iorque, 1962.
Finletter (Thomas K.) — *Foreign Policy: the next phase*, Nova Iorque.
Foote (James) — *Russian and Soviet Imperialism*, Londres, 1972.

Galbraith (John Kenneth) — *Ambassador's Journal*, BToston, 1969.
Greig (Ian) — *The Assault on the West*, Londres, 1972.

Hemptone (Smith) — *Rebels, Mercenaries and Dividends*, Nova Iorque, 1962.
Hodgkin (Thomas) — *Nationalism in Colonial Africa*, Londres, 1958.
Howley (Frank) — *Peoples and Policies*, Chicago, 1959.
Hull (Cordell) — *The Memoirs*, 2 vols., Londres, 1948.

Ismay (Lord) — *The Memoirs*, Nova Iorque, 1960.

Joung (Kenneth) — *Rhodesia and Independence*, Londres, 1967.

Kashamura (Anicet) — *De Lumumba aux Colonels*, Paris, 1966.
Kelly (Sir David) — *The Hungry Sheep*, Londres, 1955.
Kennan (George) — *Realities of American Foreign Policy*, Londres, 1959.
— *Russia and the West Under Lenin and Stalin*, 1961.
— *Memoirs (1925-1950)*, Booton, 1967.
Kennedy (Robert) — *Just Friends and Brave Enemies*, Nova Iorque, 1962.
Kissinger (Henry) — *The Necessity for Choice*, 1961.
— *The Troubled Partnership*, 1965.
— *American Foreign Policy*, 1969.

Labin (Suzanne) — *Tiers Monde entre l'Est et l'Ouest*, Paris, 1964.
Lacouture (Jean) — *Cinc Hommes et la France*, Paris, 1961.
— *Le Poids du Tiers Monde*, Paris, 1962.
Laloy (Jean) — *Entre Guerres et Paix (1945-1965)*, Paris, 1966.
Lashi (Joseph) — *Monsieur H: Huit Années de Crise à l'ONU*, Paris, 1962.
Lebret (L. J.) — *Suicide ou Survie de l'Occident?*, Paris, 1958
Lee (Robert W.) — *The United Nations Conspiracy*, 1981.
Legum (Colin) — *Congo Disaster*, Londres, 1961.

Lessing (Picter) — *Only Hyenas Laugh*, Londres, 1964.
Lorenzo (Cesar) — *Les Anarchistes Espagnols et le Pouvoir*, Paris, 1969.
Luckie (Robert) — *Conflict: The History of the Korean War*, 1969.
Lukacs (John) — *A History of the Cold War*, Nova Iorque, 1962.

MacArthur (Douglas) — *Reminicences*, Nova Iorque, 1964.
Mackintosh (J. M.) — *Strategy and Tactics of Soviet Foreign Policy*, 1962.
MacMillan (Harold) — *Winds of Change*, 1961.
— *The Blast of War*, 1967.
— *Tides of Fortune*, 1969.
— *Riding the Storm*, 1971.
Manchester (William) — *American Cesar: Douglas MacArthur*, 1979.
— *The Death of a President*, 1967.
— *The Last Lion: Winston Churchill*, 1983.
Manheim (Carl) — *Diagnosis of Our Time*, Londres, 1954.
McNamara (Robert) — *The Essence of Security*, Nova Iorque, 1968.
Meister (Albert) — *L'Afrique peut-elle partir?*, Paris, 1966.
Mende (Tibor) — *De l'aide a la Recolonisation*, Paris, 1972.
Mendelsohn (Peter de) — *The Age of Churchill*, Nova Iorque, 1961.
Molnar (Thomas) — *Africa: a political travelogue*, Nova Iorque, 1965.

Nehru (Jawaharlal) — *The Discovery of India*, Calcuta, 1946.
Nilsen (Waldemar) — *The Great Powers and Africa*, Nova Iorque, 1969.
Nkrumah (Kwame) — *Revolutionary Warfare*, Londres, 1968.
— *Neo-colonialism*, Londres, 1965.

Paddock (William e Paul) — *Hungry Nations*, Boston, 1964.
Padmore (George) — *Panafricanism*, Londres, 1956.
Paillot (Claude) — *L'Echiquier d'Alger*, Paris, 1966.
Panikar (K. M.) — *The Afro-Asian States and Their Problems*, 1956.
Paulien (Saint) — *La Contre Révolution Africaine*, Paris, 1967.

Redding (Saunders) — *An American in India*, Nova Iorque, 1954.
Reynaud (Paul) — *La Politique Étrangère du Gaullisme*, Paris, 1964.
Roberts (Henry) — *Russia and America*, 1956.
Rossi (Mario) — *The Third World*, Nova Iorque, 1963.
Rusk (Dean) — *The Winds of Freedom*, Boston, 1963.

Samuels (Michael) e Abshire (David) — *Portuguese Africa: A Handbook*, 1969.
Schlesinger (Arthur) — *A Thousand Days*, Boston, 1965.
— *The Bitter Heritage*, 1967.
Schuyler (Phillipa) — *Who killed the Congo?*, Nova Iorque, 1962.
Sebald (William) e Brines (Russel) — *With MacArthur in Japan*, 1965.
Shirer (William) — *The Rise and Fall of the Third Reich*, 1960.
— *The Collapse of the Third Republic*, 1971.
Simpson (Smith) — *Anatomy of the State Department*, Boston, 1967.
Spaak (Paul Henri) — *Combats Inachevés*, 2 vols., Paris, 1969.
Speer (Albert) — *Inside the Third Reich*, Londres, 1970.
Stettinius (Edward) — *Roosevelt and the Russians*, 1959.
Steel (Ronald) — *Pax Americana*, Nova Iorque, 1967.
Stikker (Dirk) — *Men of Responsability*, Nova Iorque, 1965.
Sulzberger (Cyrus) — *A Long Row of Candles*, Nova Iorque, 1969.

Towley (Ralph) — *The United Nations*, Nova Iorque, 1968.
Toynbee (Arnold) — *The World and the West*, Londres, 1957.
Truman (Henry S.) — *The Memoirs*, 2 vols., 1956.

Wauthier (Claude) — *L'Afrique des Africains*, Paris, 1964.
Wellensky (Sir Roy) — *Four Thousand Days*, Londres, 1964.
Welles (Benjamin) — *Spain: the gentle anarchy*, Nova Iorque, 1965.
Werth (Alexander) — *Russia at War (1941-1945)*, 1965.
Willougby (Charles) e Chamberlain (John) — *MacArthur (1941-1951)*, 1956.
Wiskemann (E.) — *The Rome-Berlin Axis: a history of the relations between Hitler and Mussolini*, 1949.

Yoshida (Shigeru) — *The Memoirs*, Boston, 1962.

Ziegler (Jean) — *La Contre-Révolution en Afrique*, — Paris, 1963.

2 — Bibliografia especializada

Aguiar (Joaquim António de) — *Actualidade e Perspectivas das Missões católicas portuguesas ultramarinas*, Lisboa, 1970.
Almada (José de) — *A Aliança Inglesa*, 3 vols., Imprensa Nacional, 1949.
Almeida (João de) — *Nacionalismo e Estado Novo*, Lisboa, 1932.
— *O Estado Novo*, Lisboa, 1932.
Ameal (João) e Mascarenhas (Domingos) — *Anais da Revolução Nacional*, 5 vols.
Amero (José Maria) — *La Politica Exterior de Franco*, Barcelona, 1978.
Amorim (Diogo Pacheco de) — *A Nova Geração*, Coimbra, 1918.
Amorim (Fernando Pacheco de) — *Para Onde Vamos?*
— *Três Caminhos da Política Ultramarina*, 1962.
— *Unidade Ameaçada*, 1963.
— *Na Hora da Verdade*, 1971.
Andrade (Gilberto Osório de) — *Os Fundamentos da Neutralidade Portuguesa*, Bertrand, Lisboa, sem data.
Araquistan (Luiz) — *El Comunismo y la Guerra de España*, 1939.
Arrabas (Joaquin) — *El General Franco*, San Sebastian, 1937.
Aznar (Manuel) — *História General de la Guerra de España*, Madrid, 1940.
— *História Militar de la Guerra de España*, 3 vols., 1958.

Baraibas (Carlos de) — *La Guerra de España en el plano internacional*, Barcelona, 1938.
Barraclouch (Geoffrey) e Wall (Rachel) — *Survey of International Affairs (1955-1956)*, Oxford, 1960.
Barros (João de) e Simões (Alberto da Veiga) — *A Escola de Coimbra*, 1910.
Beirão (Caetano) — *Uma Campanha Tradicionalista*, Lisboa, 1919.
Bessa (Carlos Gomes) — *A Juventude e o Ultramar*, 1963.
Bingham (T. H.) e Gray (S. M.) — *Repport on the Supply of Petroleum and Petroleum Products to Rhodesia*, 1978.
Blum (Leon) — *Memorias*, Barcelona, 1956.
Bolloten (Burnett) — *The Grand Camouflage*, Londres, 1961.
Botzaris (Alejandro) — *Africa, continente negro o rojo?*, Madrid, 1960.
Brasillach (Robert) e Bardeche (Maurice) — *Histoire de la Guerre d'Espagne*, Paris, 1939.
Brenan (Gerald) — *The Spanish Labyrinth*, Nova Iorque, 1944.
Brochado (Costa) — *Para a Historia de um Regime*, Lisboa, 1949.
Broué (Pierre) e Temine (Émile) — *La Révolution et la Guerre d'Espagne*, Paris, 1961.

Caballero (Largo) — *Mis Recuerdos*, México, 1954.
Cabral (António) — *As Cartas d'El-rei D. Carlos ao Sr. João Franco*, 1929.
— *As Minhas Memórias*, 4 vols., 1929-31.
— *Em Plena República*, 1932.
— *Os Culpados da Queda da Monarquia*, 1946.

Camacho (Manuel Brito) — *Portugal na Guerra*, 1918.
— *Rescaldo da Guerra*, 1919.
Campos (Ezequiel de) — *A Crise Portuguesa*, 1923.
— *Política*, 1924.
— *Para a Ressurreição do Lázaro*, 1931.
Carvalho (Henrique Martins de) — *Portugal e o Pacto do Atlântico*, 1953.
— *O Pacto do Atlântico e a Política Mundial*, 1955.
Carvalho (Manuel Ferreira de) — *Relatório dos Acontecimentos de Timor* (1).
Castro (Augusto de) — *Subsídios para a História da Política Externa Portuguesa durante a Guerra*, Lisboa, sem data.
Castro (João de) — *A Revolução Nacionalista*, 1922.
Cerejeira (Manuel Gonçalves) — *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo*, 1930.
— *Vinte Anos de Coimbra*, 1943.
Chagas (João) — *Diário*, 1920.
— *Portugal perante a Guerra*, Porto, 1915.
— *Correspondência Literária e Política*, 3 vols., 1958.
Ciano (Galeazzo) — *Diário*, Barcelona, 1961.
Costa (General Gomes da) — *A Guerra nas Colónias*, 1925.
— *Memórias*, Lisboa, 1930.
Costa (Carlos Gomes da) — *A Vida agitada do Marechal Gomes da Costa*, 3 vols., 1931.
Costa (Cunha e) — *A Igreja Católica e Sidónio Pais*, Coimbra, 1921.
Cristo ou Christo (Homem) — *Cartas de Longe*, Coimbra, 1922.
— *Monárquicos e Republicanos*, Porto, 1928.
Cruz (Guilherme Braga da) — *A Revista de Legislação e Jurisprudência, esboço da sua história*, Coimbra, 1975.
Cruz (Manuel Braga da) — *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, 1980.
Cunha (Joaquim Moreira da Silva) — *A Nação Escolheu o Caminho*, 1964.
— *Fidelidade aos Princípios*, 1967.
— *Uma Política que é de Toda a Nação*, 1968.

Davidson (Basil) — *The Liberation of Guinee*, 1969.
Deon (Marcel) — *Mes Arches de Noé*, Paris, 1979.

Faria (Dutra) — *Debate Inoportuno*, Lisboa, 1962.
Faria (José Lopes Leite de), Bispo de Bragança — *Instrução Pastoral sobre o Centro Católico*, Guimarães, 1925.
Ferreira (David) — *História Política da Primeira República*, 1977.
Figueiredo (Fidelino) — *O Pensamento Político do Exército*, Lisboa, 1926.
Franco (Afonso Arinos de Mello) — *Planalto*, memórias, Rio de Janeiro, 1968.
Freire (João Paulo) — *Homens do Meu Tempo*, sem data.

Garcia (Fernando) — *Sidónio Pais*, Setúbal, 1921.
Georgel (Jacques) — *Le Franquisme*, Seuil, 1970.
Goemare (Pierre) — *Le Portugal restera-t-il en Afrique?*, Bruxelas, 1968.
Gorkin (Julian) — *Canibales Politicos*, México, 1941.

Hayes (Carlton) — *Wartime Mission in Spain*, Toronto, 1945.
Hemingway (Ernest) — *For whom the bell tolls*, Nova Iorque, 1956.
Hoare (Sir Samuel) — *Ambassadeur en Mission spéciale*, Paris, 1946.

Jardim (Jorge) — *Rodésia: o escândalo das sanções*, Lisboa, 1978.
Jesus (Quirino Avelino de) — *Nacionalismo Português*, Porto, 1932.

(1) Documento interno do antigo ministério do Ultramar, e que suponho inédito.

Larrazabal (Jesus Salas) — *La Intervencion extranjera en la Guerra de España*, Madrid, 1974.
Lawrence (Leo) — *Nehru seizes Goa*, Nova Iorque, 1963.
Leal (F. da Cunha) — *O Colonialismo dos Anticolonialistas*, 1961.
— *A Gadanha da Morte*, 1961.
— *A Pátria em Perigo*, 1962.
— *Cântaro que vai à fonte*, 1963.
— *Ilusões Macabras*, 1964.
— *Os Meus Cadernos* (opúsculos).
— *Coisas dos Tempos Idos, Coisas do Tempo Presente* (opúsculos).
— *Em demanda de soluções para o problema português*, 1953.
— *Verdades Elementares*, 1953.
— *As minhas Memórias*, 3 vols., 1968.
Leitão (Artur) — *Situação Política*, Coimbra, 1918.
Lerroux (Alejandro) — *La Pequeña Historia*, Buenos Aires, 1945.
Lobato (Alexandre) — *Fundamentos da presença portuguesa na Índia*, 1954.
Lucena (Manuel de) — *A evolução do sistema corporativo português*, 1976.
Machado (Bernardino) — *Da Monarquia para a República*, Coimbra, 1912.
Madariaga (Salvador de) — *Spain*, Londres, 1942.
Magistério Social da Igreja, Edições Paulistas, Lisboa, 1961.
Magnini (Leo) — *L'Africa portughese*, Florença, 1962.
Magno (David) — *A Situação Portuguesa*, Porto, 1926.
Mahoney (Richard D.) — *JFK: ordeal in Africa*, Nova Iorque, Oxford, 1983.
Malraux (André) — *L'Espoir*, Paris, 1939.
Marçal (Gil) — *Angola: ponto fulcral da Nação Portuguesa* (com prefácio de Norton de Matos), Porto, 1947.
Mariotte — *A mentalidade dos livres pensadores*, fascículos, 1912.
— *O Nacionalismo Rácico do Integralismo Lusitano*, 1917.
— *Os Meus Cadernos*, 1925.
Marques (Silvino Silvério) — *Angola: acção governativa*, 1966.
— *Estratégia Estrutural Portuguesa*, 1970.
Marques (Oliveira) — *Afonso Costa*, 1972.
— *A Liga de Paris e a Ditadura Militar*, 1976.
Mascarenhas (Domingos) e Ameal (João) — *Anais da Revolução Nacional*, 5 vols.
Massis (Henri) e Brasillach (Robert) — *Les Cadets de l'Alcazar*, 1937.
Medeiros (Fernando) — *A sociedade e a economia portuguesa nas origens do salazarismo*, 1978.
Menano (Alberto) — *Economia Política* — Apontamentos coligidos das prelecções do Ex^mo Sr. Dr. Oliveira Salazar, 1927.
Menezes (Adolfo Bezerra de) — *O Brasil e o mundo Ásio-Africano*, Rio, 1960.
Moniz (Egas) — *Um Ano de Política*, 1949.
Moniz (Jorge Botelho) — *O 18 de Abril*, 1925.
Montalvão (Bruno) — *Perfil de Sidónio Pais* (opúsculo), 1942.
Montan (Luís) — *Episódios da Guerra Civil*, Valadoli, 1937-38.
Morales (Francisco Olaya) — *La Comedia de la non-intervencion en la guerra civil española*, Madrid, 1976.
Moreira (Adriano) — *Partido Português*, 1962.
Moscardó (J.) — *Diário del Alcazar*, Madrid, 1943.

Nenni (Pietro) — *La Guerre d'Espagne*, Paris 1960.
Neto (David) — *Doa a quem doer*, Porto, 1933.
Neto (João Pereira) — *Lições de Finanças*, conforme as prelecções do Ex.^mo Sr. Dr. Oliveira Salazar, sem data.
Norton de Matos (José Mendes Ribeiro) — *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, 4 vols., 1945.
— *Para onde nos leva a política económica do governo*, 1949.
— *Às Mulheres Portuguesas*, 1949.
— *Alguns comentários à política do ensino secundário do Estado Novo*, 1949.

— *Depoimentos* (com outros), 1949.
— *Os dois primeiros meses da minha candidatura à presidência da República*, 1948.
Nunes (Leopoldo) — *Carmona*, estudo biográfico, 1942.

Oulmont (Charles) — *Noces d'Or avec mon Passé*, 1964.

Pabon (Jesus) — *A Revolução Portuguesa*, Artes, 1951.
Pacheco (A. F. Carneiro) — *Portugal Renovado*, Lisboa, 1940.
Pattee (Richard) — *This is Spain*, 1942.
— *Portugal and the Portuguese World*, 1957.
— *Portugal na África Contemporânea*, 1959.
— *Anticolonialismo, Marxismo e Portugal*, 1967.
Pereira (Pedro Theotónio) — *As ideias do Estado Novo*, 1933.
— *Memórias*, 1972.
Perez (Juan Beneyto) — *El Nuevo Estado Español*, Madrid, 1939.
Pimenta (Alfredo) — *A significação filosófica da guerra europeia*, 1915.
— *A Situação Política*, 1918.
— *A Revolução Monárquica*, 1919.
— *Pretextos e Reflexões*, 1922.
— *Nas Vésperas do Estado Novo*, 1937.
Pina (Luís M. da Câmara) — *Apontamento Documental para a História da política externa portuguesa*, Revista Militar, 1976.
Pinheiro (F. Alves) — *Angola, Terra e Sangue de Portugal*, 1962.
Portella (Eduardo) — *África: colonos e cúmplices*, Rio, 1961.
Porto da Cruz (Visconde) — *Paixão e Morte de Sidónio*, Funchal, 1928.

Quadros (António) — *António Ferro*, Lisboa, 1963.

Raposo (Hipólito) — *Dois Nacionalismos*, Lisboa, 1929.
Riboud (Pierre Jean) — *Possibilités excepcionelles du Portugal dans le monde moderne*, Lisboa, 1962.
Rémy — *Mes Grands Hommes et Quelques Autres*, Paris, 1982.
Reys (Luís da Câmara) — *Vida Política*, Lisboa, 1913.
Robles (José Maria Gil) — *No fue possible la paz*, Barcelona, 1968.
Rodrigues (José Honório) — *África e Brasil*, Rio, 1961.
Rousseau (Charles) — *La politique de la non-intervention*, Paris, 1939.
Russel (Lord Russel of Liverpool) — *Prisões e Presos em Portugal*, 1963.

Santos (Eduardo) — *Ideologias Políticas Africanas*, Lisboa, 1968.
Schwartz (F.)— *La internacionalisacion de la guerra civil española*, 1972.
Sérgio (António) e outros — *Depoimentos*, 1949.
Silva (César da) — *A Revolução de 14 de Maio*, 1915.
Simões (Alberto da Veiga) e Barros (João) — *A Escola de Coimbra*, 1910.
Sousa (Mário Pais de) — *Lições de Finanças* — De harmonia com as prelecções feitas pelo Ex.mo Sr. Dr. Oliveira Salazar ao curso do 3.º ano jurídico de 1916-1917, Coimbra, 1916.
Soustelle (Jacques) — *Lettre ouverte aux victimes de la decolonisation.*
Spínola (António de) — *Por uma Guiné melhor*, 1970.
— *Linha de Acção*, 1971.
— *No Caminho do Futuro*, 1972.
Suñer (Ramon Serrano) — *Entre les Pyrenées et Gibraltar*, Genebra, 1947.
Sylvan (Fernando) — *Comunidade Pluriracial*, Lisboa, 1962.

Tardiff (Guillermo) — *Portugal atormentado e heróico*, México, 1964.
Taylor (Foster Jay) — *The U. S. and the Spanish civil war*, Nova Iorque, 1956.
Thomas (Hugh) — *The Spanish Civil War*, Nova Iorque, 1961.

Thomaz (Américo D. Rodrigues) — *Últimas Décadas de Portugal*, 4 vols., 1980-83.
Torres (J. M. Cordeiro) — *Relaciones Exteriores de España*, Madrid, 1954.
Trelles (C. Barcia) — *Pontos Cardinales de la politica internacional española*, Madrid, 1939.
Trevor-Roper (H. R.) — *Hitler's War Directives* (1939-1945), Londres, 1964.

Valente (Vasco Pulido) — *O Poder e o Povo*, 1976.
Vayo (Alvarez del) — *Freedom's Battle*, Londres, 1940.
Villegas (José Dias de) — *La Guerra de Liberacion*, Madrid, 1957.
Viñas (Angel) — *Guerra, Dinero, Dictadura*, Barcelona, 1984.

3 — Bibliografia sobre António de Oliveira Salazar (1)

Abreu (Lopo de) — *Actualidade de Salazar* (conferência), Viseu, 1966.
Aguiar (Armando de) — *Oliveira Salazar — o homem e o ditador*, Rio, 1934.
Almeida (Manuel Lopes de) — *A lição moral e política de Salazar*.
Amorim (José Alves) — *Saudação à bandeira e a Salazar*.
Andrade (F. José) — *A vida de Salazar*, Lisboa, s./d.
Andrade (José Gonçalves de) — *O Doutor Oliveira Salazar, o seu tempo e a sua obra*, Porto, 1937.
Assac (Jacques Ploncard d') — *O Salazarismo*, 1952.
— *O pensamento de Salazar*, 1952.
— *La Voix de l'Occident, 1961-1963*.
— *Dictionnaire Politique de Salazar*, 1964.
— *Salazar*, 1969.
Aurora (Conde de) — *O Porto a Salazar*, Porto, 1953.

Barbosa (Miranda) — *A Questão do Regime* (discurso), 1956.
Baron (Henrich) — *Portugal sob o governo de Salazar*, Lisboa, 1952.
Barroso (Gustavo) — *Salazar, o chefe cristão*, 1963.
Bastos (Aníbal Rebelo) — *Um estadista cristão dos nossos tempos*, 1970.
Belgrano (Mário Carlos) — *El Nuevo Estado del Portugal*, Buenos Aires, 1946.
Bossa (José S. F.) — *Salazar e o Ultramar Português*, Lisboa, 1957.
Boto (José de Ayala) — *Salazar e o desporto*, Lisboa, 1945.
Brandão (Augusto Sarmento) — *Conferência*, 1938.
Brandão (Maria de Lurdes) — *O Adeus de Salazar aos Portugueses*, Porto, 1984.
Brito (José L. Nogueira de) — *O 28 de Maio e Salazar*, 1965.
Brito (António José de) — *O pensamento político de Salazar*, in *Resistência*, Lisboa, 1977.
Brochado (Idalino F. Costa) — *Salazar e «A Verdade»*, Porto, 1937.

Cabrita (Henrique) — *Esta é a verdade sobre Salazar*, Lisboa, 1935.
Caetano (Marcello) — *Salazar, um mestre*, Lisboa, s./d.
— *A obra financeira de Salazar*, Lisboa, 1934.
— *Minhas Memórias de Salazar*, Editorial Verbo, 1977.
Campos (José Nereno de) — *A verdade e o mito do salazarismo*, S. Paulo, 1962.
Cândido (Armando) — *Conferência*, no XII aniversário da *Revolução Nacional*, Angra do Heroísmo, 1938.

---

(1) Não obstante a extensão da lista de obras que se segue, não estou seguro de que seja completa a bibliografia que coligi sobre Oliveira Salazar. Creio-a quase exaustiva, mas não o afirmo. É evidente que não tentei sequer anotar artigos ou discursos referentes à sua pessoa ou acção, tanto mais que assinalei, no decurso da narrativa, os que me pareceram mais significativos como reacções ou comentários alheios a atitudes ou decisões de Salazar.

Cardoso (Constantino de Meneses) — *O pensamento do corporativismo medieval e a política social de Salazar*, Braga, 1937.
Carvalho (Abílio de) — *A Salazar, mestre na ley, chefe na grey*, 1936.
Carvalho (Fernando Tavares de) — *Conferências que não foram proferidas.*
Chesnelong (Charles) — *Salazar*, Paris, 1939.
Cordeiro (Adelino) — *Palestra*, Viana, 1937.
Costa (Alexandrino) — *Salazar de frente*, V. N. de Famalicão, 1944.
— *Como eu os vi, figuras do passado e do presente*, 1942.
Costa (Belchior Cardoso da) — *Quadrante Histórico, 1928-1953.*
Costa (Neves da) — *Carta aberta ao Ex.mo Sr. Doutor Oliveira Salazar.*
Costa Júnior — *Portugal de Salazar*, Angra do Heroísmo, 1938.
Couto (João Xavier do Carmo) — *O Homem que reabilitou Portugal*, 1940.
Craveiro (Vaz) — *Quatro Discursos Políticos*, Aveiro, 1953.
Cravina (Santos) — *Epopeia de Salazar*, Lisboa, 1938.
Cruz (António A. F. da) — *Um rapaz com uma ideia séria*, Porto, 1953.

Dacheux (Rieul) — *Les finances des États totalitaires.*
Derrick (Michael) — *The Portugal of Salazar*, Londres, 1938.
Dias (Augusto) — *A Salazar*, Porto, 1970.
— *Salazar e Correia Pinto nas eleições*, 1973.

Eccles (David) — *By safe hand*, Toronto, 1983.
Egerton (F.C.C.) — *Salazar, rebuilder of Portugal*, Londres, 1943.
Faria (Américo de) — *Salazar* (opúsculo), 1937.
Fernandes (Tomap Wyllie) — *Professor Oliveira Salazar's Record*, 1939.
Ferro (António) — *Salazar: o homem e a sua obra*, pref. de Salazar, 1933.
— *Le Portugal et son chef*, pref. de Paul Valéry.
— *Portugal and her Leader*, pref. de Austen Chamberlain.
— *El Hombre y su Obra*, prólogo de Salazar, pref. de Eugénio d'Ors.
— *Il Portogallo i suo capo*, trad. de Corrado Zoli.
— *Homens e Multidões.*
Forjaz (Cândido Pamplona) — *Salazar, Pombal e o Partido Socialista*, 1978.
Freitas (Manuel D. de Gouveia)— *Conferência*, X ano da Revolução Nacional, Funchal, 1936.
Fryer (Peter) e McGowan-Pinheiro (Patrícia) — *Le Portugal de Salazar*, Paris, 1963.

Garcez (António) — *A Revolução Financeira*, 1938.
Garcia (Ápio) — *Surgiu... Salazar*, Porto, 1948.
Garnier (Christine) — *Vacances avec Salazar*, Grasset, Paris, 1952.
— *Vacaciones con Oliveira Salazar*, trad. de Nicolas Gonzalez Ruiz, 1953.
— *Férias com Salazar*, 1953.
Gaxotte (Pierre) — *Reflexions en marge de la Revolution Nationale* (in Principes d'Action).
Gersdorff (Ralph von) — *Portugal Finanzen*, 1961.
Gomes (Álvaro A. Reis) — *A Lição de Salazar*, Funchal, 1938.
Gomes (Francisco de Matos) — *Salazar, professor e educador de um povo.*
Gonçalves (António) — *Salazar, uma dedicação e uma bondade ao serviço de Portugal*, s/d.
Gonçalves (Horácio de Assis) — *Intimidades de Salazar — o homem e a sua época*, 1971.
Guilles (P.) — *Le redressement financier du Portugal*, Paris, 1938.
Guimarães (António) — *Salazar, o homem do momento*, Rio de Janeiro, 1936.
Guimarães (Alberto) — *A Verdade sobre Afonso Costa*, Lisboa, 1935.

Homet (Marcel) — *Saudades: Portugal, terre du regret*, Lisboa, 1942.

Jobim (José) — *A Verdade sobre Salazar*, Rio de Janeiro, 1934.

Kay (Hugh) — *Salazar and Modern Portugal*, Londres, 1970.

Labatut (Fernando Martinez) — *Política Social Portuguesa*, Santiago do Chile, 1943.
Leal (Raul) — *Contribution a l'étude des idées politiques et sociales de l'école de Coimbra*, Paris, 1941.
Leffe (André) — *La Renovation du Portugal par le Président Salazar*, Poitiers, 1942.
Leite (João Pinto da Costa) — *Salazar, professor e homem de Estado*, 1938.
Leone (Metzner) — *A Ideia Nova*, s/d.
Lima (Fernando de C. Pires de) — *Salazar no vértice de oito séculos de História*, Porto, 1940.
Lopes (Renato de Toledo) — *Salazar*, Rio de Janeiro, 1935.
Lopes (Artur Ribeiro) — *Un homme d'État dans l'histoire d'un peuple*, s/d.
Lubango (Manuel) — *O Humanismo Financeiro de Salazar*, Lisboa, 1944.
Luwandoswki (Maurice) — *Le Portugal d'aujourd'hui*, Lisboa, 1934.

Marjay (Frederico) — *Salazar na intimidade* (fotografias), Lisboa, 1954.
Martins (Serafim) — *Salazarismo — I Pedra de Construção*, Lisboa, s/d.
Martinho (João) — *Salazar* (folheto), 1939.
Martins (Marília Carreiro) — *Hino a Salazar* (folheto), s/d.
Mascarenhas (J. Fernandes) — *Aspectos da Revolução Nacional*, 1937.
Massis (Henri) — *Salazar face a face*, Paris, 1961.
— *Humanismo no Portugal de Salazar*, 1959.
Mata (José Caeiro da) — *Projecção de Salazar no estrangeiro*, Porto, 1949.
Mathias (Marcello) — *Correspondência Marcello Mathias/Salazar*, com prefácio do prof. Veríssimo Serrão, 1984.
Mayer (Anton) — *Portugal und sein Wezum autoritarem Staat*, Leipzig, 1939.
Medeiros (Humberto de) — *Salazar and the Dignity of Man*, dissertação para a Universidade Católica de Washington por quem foi mais tarde o Cardeal Humberto de Medeiros, 1942.
Medina (João) — *Salazar em França*, 1977.
— *Salazar e os fascistas*, 1979.
Megevand (Louis) — *Le vrai Salazar*, Paris, 1958.
Mello (Domingos Cabral de) — *Vinte e cinco anos de glória* (palestra).
Mello (Manuel José Homem de) — *Cartas de Salazar a Craveiro Lopes*, 1983.
Mendonça Filho (Zuzarte) — *Ave Salazar*, 1937.
Mesquita (Simeão Pinto de) — *Conferência*, Porto, 1939.
Miranda (Eduardo) — *Salazar, o homem que não errou*, Santo Tirso, 1948.
Miranda (Vitaliano) — *Portugal dedicado a António de Oliveira Salazar*, 1943.
Moncada (Albano) — *O Banco de Angola, eu e o Sr. Oliveira Salazar*, 1930.
Moncada (Luís Cabral de) — *Um grande português e um grande europeu* (com António de Almeida Garrett, João Ameal, Rui Ulrich, Manuel Lopes de Almeida), Lisboa, 1948.
Montanelli (Indro) — *Padri della Patria*, 1949.
Moura (Horácio de) — *Reflexões sobre os discursos de Salazar*, 1968.
Mouta (Guilherme de Oliveira) — *Direita, volver*, Lisboa, 1939.

Nascimento (Adriano) — *Homenagem ao Dr. Oliveira Salazar*, folheto, 1951.
Nogueira (Fiorentino Goulart) — *Salazar: para um retrato do futuro.*
Nunes (Leopoldo) — *O Ditador das Finanças*, 1930.

P. (B.) — *Salazar e a mística nacionalista*, folheto, 1937.
Pacheco (A. F. Carneiro) — *O Retrato do Chefe*, Lisboa, 1935.
Pereira (Ed. de Sousa Pereira) — *Vinte e cinco anos ao serviço da Pátria*, 1953.
— *Lisboa e Salazar (1928-1960)*, 1960.
Poncins (Leon de) — *Oliveira Salazar y el Estado Nuevo Portugués*, trad. de Angel Minchero, San Sebastian, 1937.
— *Le Portugal renaît*, Orléans, 1935.
Portela (Artur) — *Salazarismo e Artes Plásticas*, 1982.
Preto (Rolão) — *Salazar e a sua época* (opúsculo), 1933.
Queiró (Afonso R.) — *Partidos e partido único no pensamento político de Salazar* (discurso), Coimbra, 1970.

Ramos (Feliciano) — *Perfil moral de Salazar* (opúsculo), 1941.
Rendeiro (José Licínio) — *Três homens da história contemporânea* (Kemal, Pilsudski, Salazar), 1937.
Reynold (Gonzague de) — *Portugal*, Paris, 1936.
Ribeiro (Jerónimo) — *Salazar e a economia nacional*, Porto, 1953.
Rogado (Joaquim C. Morais) — *Salazar*, poema nacionalista, Lisboa, 1934.
Romano (Raul) — *Conferência*, São Paulo, 1937.
Rudel (Christian) — *Salazar*, Paris, 1969.

Sá (Normand de) — *O Novo Portugal de Salazar*, 1967.
— *Salazar perante o mundo*, depoimentos, Lisboa, 1944.
— *Salazar et son Oeuvre* — Theodore Maunz, Marcel de Corte, Carlos Ruiz del Castilho, José Larraz, Pierre Gaxote, Gustave Thibon, Michele Federico Sciacca, Lisboa, 1956.
Sales (L.) — *Política no Quartel*.
Santana (Emídio) — *História de um Atentado* Forum, 1976.
Santos (Pereira dos) — *Un État Corporatif*, Paris, 1940.
Saraiva (J. Silva) — *O pensamento político de Salazar*, Coimbra, 1953.
Sardo (Mário) — *Hora da Grei* (folheto), s/d.
Schreiber (Emile) — *Le Portugal de Salazar*, Denoel, Paris, 1938.
Scoppa (R. Bova) — *Colloqui con due dittatori*, Roma, 1949.
Selenita (Jaime) — *Uma política — dois caminhos (Salazar e De Gaulle)*, 1962.
Serant (Paul) — *Salazar et son temps*, Paris, 1961.
Serstevens (A. T.) — *L'itinéraire portugais*, Paris, 1955.
Sieburg (Friederich) — *Neus Portugal*, Frankfurt, 1937.
Silva (A. Correia) — *Discurso*, Porto, 1940.
Silva (Rolando da) — *O Meu Jornal*
Soares (Torquato de S.) — *A tradição histórica portuguesa no pensamento de Salazar*, Coimbra, 1967.
Sokol (Hans) — *Salazar und sein neues Portugal*, Viena, Colónia, 1957.
Sousa (Abel Ferraz de) — *Quem é Salazar?*, 1936.
— *Biografia de Salazar*, São Paulo, 1962.
— *Ressurgimento em Portugal*, São Paulo, 1962.
Sousa (Ed. P.) — *Salazar visto pelos homens do seu tempo*, fascículo I, 1955.

Távora (Artur Mendes de Almeida) — *Salazar na intimidade*, Lisboa, 1936.
Teixeira (Luís) — *Perfil de Salazar*, Lisboa, 1939.
Thibon (Gustave) — *Le Président Salazar* (in Principes d'Action).
Thomaz (Américo D. Rodrigues) — *Palavras proferidas após o descerramento da lápide evocativa das estadias do Presidente Salazar no Forte de Santo António do Estoril*, 1973.
Torres (António Pinheiro) — *Projecção de Salazar no estrangeiro*, 1949.
Travesi (Andres) — *Oliveira Salazar*, Madrid, 1965.

Vasconcelos (Artur de) — *Carta aberta a Salazar*, folheto, São Paulo, s/d.
Vasconcelos (Mota de) — *Bodas ministeriais de Salazar*, Ponta Delgada, 1953.
Vaz (Manuel Maria) — *Vinte e cinco anos de governo* (folheto), Braga, 1953.
Vieira (Duque) — *Conferência*, s/d.

4 — Bibliografia de António de Oliveira Salazar

1908 — 2 de Abril — *Vergonhoso Contraste*, artigo em *A Folha*.
— 16 de Abril — *Jesus*, artigo em *A Folha*.
— 19 de Abril — *Resurrexit*, artigo em *A Folha*.
— 3 de Maio — *Mês de Maria*, artigo em *A Folha*.

— 14 de Maio — *A uma rosa*, poesia em *A Folha*.
— 4 de Junho — *Conversando*, artigo em *A Folha*.
— 20 de Agosto — *A Mãe de Jesus*, artigo em *A Folha*.

1909 — sem data — *À Bandeira*, estrofes em os *Ecos da Via Sacra*.
— sem data — *Hino do Colégio*, estrofe em os *Ecos da Via Sacra*.
— 18 de Abril — *Guerra à má imprensa*, artigo em *A Folha*.
— 1 de Dezembro — *Conferência sobre a Restauração*, pronunciada no Liceu Alves Martins, de Viseu, e publicada em *A Folha* a 8-12-1909.
— 1 de Dezembro — *Egas Moniz e Portugal*, auto ou diálogo para representação no *Colégio da Via Sacra*.

1910 — sem data — *Prólogo para um auto de entrudo*, representado no *Colégio da Via Sacra*.
— 24 de Março — *A Vós...*, artigo de fundo nos *Ecos da Via Sacra*.
— 24 de Março — Artigo sem título nos *Ecos da Via Sacra*.
— 23 de Abril — *Educação da Mocidade*, conferência numa festa no *Colégio da Via Sacra*.

1912 — 14 de Março — *Tristezas que pagam dívidas*, em *O Imparcial*.
— 21 de Março — *Cartas a uma Mãe I*, em *O Imparcial*.
— 4 de Abril — *Cartas a uma Mãe II*, em *O Imparcial*.
— 2 de Maio — *Cartas a uma Mãe III*,em *O Imparcial*.
— 23 de Maio — *Cartas a uma Mãe IV*, em *O Imparcial*.
— 20 de Junho — *Cartas a uma Mãe V*, em *O Imparcial*
— 19 de Setembro — *Cartas a uma Mãe VI*, em *O Imparcial*.
— 5 de Dezembro — *Cartas a uma Mãe VII*, em *O Imparcial*.
— 8 de Dezembro — *Conferência* sobre a *democracia cristã*, em Coimbra, no *Centro Académico de Democracia Cristã*.

1913 — 23 de Janeiro — *Cartas a uma Mãe VIII*, em *O Imparcial*.
— 30 de Janeiro — *Justiça das Reclamações Universitárias*, em *O Imparcial*.
— 13 de Fevereiro — *Gerações Perdidas*, em *O Imparcial*.
— 17 de Abril — *Questões Universitárias: Os lentes de direito e as novas teorias jurídicas*, em *O Imparcial*.
— ? de Maio — *A Mulher e a Caridade*, conferência em Santa Comba Dão.
— 17 de Maio — *Questões Universitárias: Os lentes de direito e as novas teorias jurídicas*.
— 30 de Novembro — *Questões Universitárias: Os princípios e as leis*, em *O Imparcial*.
— ? de Dezembro — *Conferência* em Braga, na sede da *Juventude Católica*.

1914 — 4 de Janeiro — *Questões Universitárias: Ainda os princípios e as leis*, em *O Imparcial*.
— ? de Janeiro — *Ela*, em *O Imparcial*.
— 15 de Fevereiro — *Questões Universitárias: sebentas, compêndios e expositores*, em *O Imparcial*.
— 8 de Março — *Questões Universitárias: a lição do aluno*, em *O Imparcial*.
— ? de Março — *Viajata a Lisboa*, em *O Imparcial*.
— 29 de Março — *S. João de Almedina. Ao Sr. Ministro da Justiça*, em *O Imparcial*.
— ? de Maio — *A Democracia e a Igreja*, conferência no Porto, num *Congresso da Juventude Católica* (repetida em Viseu).
— 17 de Maio — *A Igreja de São João de Almedina*, em *O Imparcial*.

1916 — ? — *Doutor Marnoco e Sousa: o professor de ciências económicas*, no Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra.
— *Questão Cerealífera. O Trigo*, Imprensa da Universidade, Coimbra.
— *O Agio do Ouro, sua natureza e suas causas*, Imprensa da Universidade, Coimbra.

1917 — *Sobre que valor incide a contribuição do registo por título oneroso*, Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra.
— *Sentença de 30 de Novembro de 1910*, Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra.
— *Prefácio* ao Vol. I do *Tratado de Economia Política* de Marnoco e Sousa.

1918 — *Alguns Aspectos da Crise das Subsistências,* no Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra. Publicado depois em separata.
— *Sentença de 15 de Junho de 1915,* Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra.
— *Sentença de 9 de Dezembro de 1916,* Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra.

1919 — 7 de Abril — *A Minha Resposta,* ao inquérito de que fora objecto.

1920 — *Acórdãos do Tribunal Superior do Contencioso das Contribuições,* Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra.
— *A lei reguladora da contribuição de registo por título gratuito,* Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra.

1922 — *Direito Fiscal: Consulta e Resposta,* na Revista de Legislação e Jurisprudência.
— 28 de Abril — *Centro Católico Português — princípios e organização,* tese apresentada ao 2.º Congresso do Centro Católico Português, Coimbra Editora.
— 26 de Setembro — *Sobre o Centro Católico* em *A Época.*
— 4 de Outubro — *Sobre o Centro Católico,* em *A Época.*
— 13 de Outubro — *Sobre o Centro Católico,* em *A Época.*
— 20 de Outubro — *Sobre o Centro Católico,* em *A Época.*
— 20 de Novembro — *Sobre o Centro Católico,* em *A Época.*
— 18 de Dezembro — *Sobre o Centro Católico,* em *A Época.*

1923 — *Nota Crítica* ao livro de Manuel Rodrigues *«A indústria mineira em Portugal».*
— 22 de Janeiro — *Sobre o Centro Católico,* em *A Época.*
— 25 de Fevereiro — *Sobre o Centro Católico,* em *A Época* (1).
— *Redução das Despesas Públicas,* tese apresentada ao Congresso das Associações Industriais e Comerciais.
— *Sentença de 3 de Agosto de 1921,* Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra.

1924 — 15 de Janeiro — *O ensino e as suas despesas,* em *Novidades.*
— 16 de Janeiro — *O ensino e as suas despesas,* em *Novidades.*
— 12 de Março — *Rendimento em moeda estrangeira,* em *Novidades.*
— 4 de Julho — *A Paz de Cristo na classe operária pela Santíssima Eucaristia,* conferência no Congresso Eucarístico Nacional de Braga.
— *Terminologia tributária,* Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra.

1925 — 31 de Janeiro — *A contagem,* em *Correio de Coimbra.*
— 7 de Fevereiro — *Votos e candidatos* em *Correio de Coimbra.*
— 14 de Fevereiro — *Candidatos católicos,* em *Correio de Coimbra.*
— 21 de Fevereiro — *Representação nacional,* em *Correio de Coimbra.*
— 28 de Fevereiro — *A escolha,* em *Correio de Coimbra.*
— 7 de Março — *Um voto pelo menos,* em *Correio de Coimbra.*
— 14 de Março — *Mal necessário,* em *Correio de Coimbra* (2).
— ? *Tributação das empresas agrícolas coloniais,* Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra.
— 4 de Abril — *Laicismo e Liberdade,* conferência no Centro Católico do Funchal.
— 6 de Abril — *O Bolchevismo e a Congregação,* conferência no Centro Católico do Funchal.
— ? — *Aconfessionalismo do Estado,* discurso no X Congresso da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências.

1926 — *A competência dos tribunais do contencioso e a simulação do valor na contribuição do registo,* Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra.

---

(1) Os oito artigos *Sobre o Centro Católico* têm cada um o seu subtítulo. São respectivamente: 1) *Fazendo as apresentações;* 2) *Limpando a poeira;* 3) *Definindo a posição;* 4) *Representação de interesses;* 5) *Representação de interesses;* 6) *Interesse Religioso;* 7) *Interesse religioso e organização católica;* 8) *Uma aplicação concreta.*

(2) *Correio de Coimbra* era jornal diocesano.

— *Da não-retroactividade das leis em matéria tributária*, no Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra.
— 24 de Julho — *O decreto da personalidade jurídica*, em *Correio de Coimbra*.

1927 — ? — *A Arrumação orçamental das receitas*, Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra.
— ? — *Actualização de foros*, em Revista de Legislação e Jurisprudência.
— 14 de Julho — *Entrevista*, em *Diário de Notícias*.
— 30 de Novembro — *Contas do Estado*, em *Novidades*.
— 1 de Dezembro — *Contas do Estado*, em *Novidades*.
— 4 de Dezembro — *Contas do Estado*, em *Novidades*.
— 6 de Dezembro — *Contas do Estado*, em *Novidades*.
— 10 de Dezembro — *Contas do Estado*, em *Novidades*.
— 17 de Dezembro — *Contas do Estado*, em *Novidades*.
— 21 de Dezembro — *Contas do Estado*, em *Novidades*.

1928 — 3 de Janeiro — *O empréstimo externo*, em *Novidades*.
— 14 de Janeiro — *Equilíbrio orçamental e estabilização monetária*, em *Novidades*.
— 25 de Janeiro — *Ainda o equilíbrio e a estabilização*, em *Novidades*.
— 10 de Fevereiro — *Deficit ou superavit?*, em *Novidades*.
— 14 de Fevereiro — *Deficit ou superavit?*, em *Novidades*.
— 24 de Fevereiro — *Consignação de receitas*, em *Novidades*.
— 2 de Março — *Carta ao Ministério das Finanças*, em *Novidades*.
— 18 de Março — *Duas Economias*, conferência na União Operária de Coimbra, publicada em *Estudos*, órgão do CADC, e depois em separata.
— 4 de Abril — *Medidas de Finanças*, em *Novidades*.
— 11 de Abril — *Medidas de Finanças*, em *Novidades*.
— 27 de Abril — *Entrevista* em *Novidades*.
— ? — *Actualização de foros*, na Revista de Legislação e Jurisprudência.

1930 — *A reorganização financeira — dois anos no ministério das Finanças*, vol. de XII + 560 págs., Coimbra Editora.
1935 — *Discursos*, vol. I, 4.ª edição em 1948. Vol. de LXXIV + 391 págs. (1).
1937 — *Discursos e Notas Políticas*, vol. II, 2.ª edição em 1946. Vol. de XXIII + 399 págs.
1943 — *Discursos e Notas Políticas*, vol. III, 2.ª edição em 1959. Vol. de XV + 419 págs.
1951 — *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV de 584 págs.
1954 — *Antologia — Discursos, notas, relatórios, teses, artigos e entrevistas*. Pórtico de Manuel Dias da Fonseca, escolha de textos por Eduardo Freitas da Costa, ilustração de D. Lucas Teixeira.
1959 — *Discursos e Notas Políticas*, vol. V, de 530 págs.
1961 — *Algumas das mais belas páginas*. Antologia das Edições Panorama.
1967 — *Discursos e Notas Políticas*, vol. VI, de 446 págs.
1967 — *Entrevistas*, vol. de 243 págs. (2).

(1) Salvo quando por outra forma indicado, a publicação dos volumes de *Discursos e Notas Políticas* foi feito pela Coimbra Editora, Ld.ª. Tive somente em conta as reedições feitas em vida de Oliveira Salazar.

(2) Não desconheço o volume *Como se levanta um Estado*, atribuído a Oliveira Salazar, e com prefácio de Jorge Morais, que se apresenta como tradução de um livro editado em 1937 pela Flammarion. Não ponho em dúvida esta publicação, mas nada encontrei nos papéis de Oliveira Salazar que a explique ou possa ter estado na sua origem.

ANEXO III

Notas e documentos

1 — A pág. 230 do vol. I desta biografia escrevi: *«Assente a candidatura de Salazar, havia que escolher o círculo da sua apresentação. Teria de ser seguro: e hesitava-se entre Braga e Guimarães. Optou-se por este último: a situação política em Guimarães parecia garantir uma eleição conservadora: e segundo rumores D. Manuel, do seu exílio de Londres, teria instruído os monárquicos vimaranenses para votarem em Salazar. Estava no poder o gabinete Barros Queirós, e as eleições foram marcadas para 10 de Julho de 1921. Oliveira Salazar foi eleito deputado por Guimarães».* Quanto se contém neste trecho é rigorosamente exacto. Mas está incompleto, e há que esclarecer melhor o assunto. No meu plano inicial da obra, que deveria abranger somente três volumes, não cabia uma pormenorização excessiva; mas aquele trecho pode induzir em erro o leitor; e por isso importa acrescentar alguns dados. Salazar foi na realidade eleito deputado por Guimarães, e a esse título ocupou o seu lugar no parlamento, nas condições descritas no mesmo primeiro volume. Mas Oliveira Salazar *já antes* havia sido candidato a deputado pelo círculo de Viana do Castelo. Aliás, ele próprio o afirma na sua *A Minha Resposta*, que data de 1919. Escreveu Salazar: *«Fui uma vez, por engano, proposto deputado católico por Viana. Não obtive nenhum voto».* Depois vem então a eleição por Guimarães; mas o mandato parlamentar que desta resultou foi inutilizado pelo *19 de Outubro* e a *noite sangrenta*. Mas Oliveira Salazar candidatou-se mais tarde a um outro lugar de deputado, em 1925, pelo círculo de Arganil. Em cerca de 21 000 votantes, Salazar obteve pouco mais de mil votos (1043), e ficou em penúltimo lugar entre um total de sete candidatos. A este assunto, e como preparação de candidaturas católicas, se destinavam os artigos publicados no *Correio de Coimbra* nos primeiros meses de 1925, e atrás referidos na bibliografia de Salazar para este ano. Sem embargo de assinados apenas por um S., não tenho a menor dúvida de que são da sua autoria. Devo acrescentar, por ser verdade, que a minha atenção foi chamada para este ponto por Manuel Braga da Cruz, autor de *«As origens da democracia cristã e o salazarismo»*, de 1980: e é o facto de Manuel Braga da Cruz haver desbravado o terreno neste particular que me permite esclarecer e completar o que sobre o problema escrevi na passagem acima citada do primeiro volume.

2 — Alguns leitores desta biografia chamaram a minha atenção para o facto de eu não haver referido as cartas trocadas entre João Franco e Oliveira Salazar, uns meses depois de este assumir a pasta das Finanças. Não o fiz porque, no meu plano inicial, havia que poupar espaço, e ainda porque não são inéditas as cartas. Mas para ir ao encontro daqueles leitores aqui as transcrevo. De João Franco para Salazar: *«Lisboa, 5 de Março de 1929. Ex.mo Sr. Oliveira Salazar, Ministro das Finanças — Quem firma estas linhas não é já nada, nem ninguém, sem possibilidades de jamais voltar a sê-lo. É um velho de 74 anos, mais alquebrado ainda pela doença que pela idade, e que a tudo assiste, e vê, quieto e calado. Mas não se foi político por tantos anos e governante do País por não poucos também, sem se contraírem hábitos que formam como que uma segunda natureza. Um desses e inveterado é o de seguir com atenção e interesse os sucessos da vida pública, podendo e devendo dizer respeito, no presente e no futuro, a Filhos e Netos que lhe fazem doce o viver. Acabo de folhear o seu relatório financeiro e, chegado à conclusão, disse convicta e unissonamente:* Sursum corda. *V. Exia. tem-se mostrado um homem raro de sinceridade e valor, sendo o Ministro das Finanças de que Portugal carecia. Não oculto o dizer-lho. A cada um a sua mercê. Assim o pede a justiça e o quer Deus. Nada ganhará V. Ex.ª em lho escrever, e eu também nada perco, mas sinto que faz bem manifestar-lho. Com toda a consideração e simpatia me subscrevo, de V. Ex.ª muito atento e admirador, João Franco».* Carta de resposta de Salazar: *«Ex.mo Sr. Conselheiro João Franco — Tenho adiado escrever a V. Ex.ª, fugindo a qualquer banalidade indigna de V. Ex.ª e de mim, ao agradecer-lhe as palavras que teve a bondade de dirigir-me.*

Comoveram-me tão profundamente que nada mais desejo sobre elas dizer senão isso mesmo. Há pouco mais de vinte anos houve um político que levantou em Portugal um brado de reacção contra o descalabro da administração pública, e que o País na sua parte mais desinteressada e sã seguiu com mais do que carinho, com fé. Alguém obscuro, muito na verdura dos anos, sentiu então o contágio dessa fé, e pergunta agora por que desígnio providencial recebe a carta de aplauso que então desejava escrever, se tivesse uma parcela da autoridade que V. Ex.ª tem. Faço votos sinceríssimos pelas melhoras de V. Ex.ª e desejo-lhe do coração umas Páscoas felizes. Com a mais alta consideração, de V. Ex.ª admirador e muito grato, Oliveira Salazar. Lisboa, 31-3-929».

3 — A propósito da atitude do Centro Católico, escrevi a pág. 238 do vol. I: «*N'*A Época, *Fernando de Sousa criticava o* Centro, *reclamava para os monárquicos o direito de fazer a propaganda da monarquia*». E pelo que respeita ao discurso pronunciado por Salazar no Segundo Congresso do Centro, acrescentei a pág. 248: «*Provocou também celeuma áspera, contudo, e em torno da tese apresentada cresceu em vivacidade a polémica que vinha de longe*». Importa esclarecer que um dos críticos foi precisamente Fernando de Sousa, e que a este respondeu Oliveira Salazar numa série de artigos publicados entre Setembro de 1922 e Fevereiro de 1923. Também Manuel Braga da Cruz investigou este assunto, e encarando-o de um outro ângulo e com outros objectivos, pormenoriza-o no seu livro já citado (págs. 295 e seguintes). Os artigos de Oliveira Salazar são indicados na lista bibliográfica para os anos de 1922 e 1923 (ver atrás) sob a designação genérica de *Sobre o Centro Católico*.

4 — No Vol. II, a propósito do incidente sofrido por Oliveira Salazar, de que resultou fractura de uma perna, escrevi: «*Transportado ao consultório de Francisco Gentil, aí é examinado e radiografado pelo cirurgião eminente*». Isto lê-se a pág. 40. do citado volume. Em 1983, por amável iniciativa do Dr. António Gentil Martins, recebi um documento que constitui o testemunho científico e humano do Prof. Francisco Gentil quando observou e tratou Oliveira Salazar. É esse depoimento escrito, deixado pelo cirurgião eminente, que aqui transcrevo na íntegra. Segue o texto: «*Julgo poder focar um período da vida do Dr. Oliveira Salazar em que Ele desmentiu a afirmação corrente de na doença não haver grandes homens. Dentro de poucas semanas completam-se trinta anos que me telefonou o Senhor Ministro da Marinha de então para eu ir ao meu consultório observar o Dr. Salazar que sofrera momentos antes um traumatismo. Fui e encontrei, estendido sobre uma mesa, o Senhor Ministro das Finanças a quem tinham feito uma radiografia, pois o membro inferior esquerdo estava em rotação externa e o sinistrado não o podia colocar em posição normal. O diagnóstico impunha-se e a radiografia, chegada passados momentos, confirmava-o e mostrava os detalhes de uma fractura do colo anatómico do fémur em condições de fácil tratamento. Aconselhei a transportar o doente para uma clínica, para ser convenientemente tratado. Escolheram a Ordem Terceira, na Rua Serpa Pinto, e pediram-me para tomar conta do caso. Daí data o nosso conhecimento que se transformou em sólida amizade pela confiança que teve a amabilidade de depositar no médico e por quanto o admirei durante o período mais cruel da sua doença pela sua serenidade e coragem. Infelizmente, já não existem os que me auxiliaram nesse período: a Enfermeira — Irmã Sousa — que foi primorosa de compreensão e de cuidadosa enfermagem, o cirurgião, então meu assistente, Dr. António Martins, e o colega Prof. Antóno Flores, que teve de intervir por uma ciática do membro são, todos infelizmente mortos, não podendo testemunhar a admiração que nos causava a serena tranquilidade do paciente durante as noites angustiosas em que mantinha imobilizada a coxa fracturada, apesar das dores do membro onde se instalara a violenta nevralgia. E se isto não fosse bastante para nos mostrar a resistência de carácter do paciente, tudo quanto se passou nesse período em que tanto se falou e tanto se inventou provaram bem todo o seu valor e força de vontade. Entre o que se inventou basta recordar a afirmação de lesões ósseas inexistentes, como o provou a cura rápida e o demonstram as radiografias existentes no nosso arquivo. Ossos normais em indivíduo magro podem partir-se por um traumatismo directo como se deu neste caso. Também se inventou que o tratamento era impróprio e o doente ficava seguramente claudicante. Tudo passou e felizmente o doente, que sofreu o traumatismo em Maio, já em Junho ensaiava subir degraus, e não ficou estropiado, Foi sempre o mais sereno, o mais calmo, o mais dedicado dos doentes, obediente às*

indicações profissionais e afastando quanto pudesse prejudicar a calma indispensável ao bom êxito do tratamento. Passámos muita hora em conversas que incidiam sobretudo a respeito de hospitais e deles nasceu talvez a sua opinião sobre a Maternidade Alfredo da Costa, fazendo-a ultimar. Nem só a Maternidade Alfredo da Costa lhe é devida, os Hospitais Escolares também ele criou, como se lhe deve o que existe da obra de Luta contra o Cancro. Da nossa convivência nasceu a admiração que lhe tributo, pois na intimidade Ele impôe-se e mesmo num período de sofrimento causado pela doença, demonstra ser superior às suas dores». Este depoimento do Prof. Gentil corrige, por outro lado, a versão que corria e que me chegou em documentação que consultei: tratou-se de uma fractura do membro inferior esquerdo e não do direito.

5 — No volume III, e em relação com a defesa da neutralidade da Península, escrevi a pág. 298: «*Na pior das hipóteses, há três modalidades possíveis: Hitler exige a marcha das suas tropas através da Espanha para ataque a Gibraltar, com ou sem participação daquela; Hitler pede à Espanha que ataque Gibraltar sozinha; Hitler, antes ou depois da conquista de Gibraltar, reclama da Espanha que ataque Portugal ou dê passagem às tropas alemãs para o ocuparem*». Depois, a pág. 338 escrevi que Salazar, perante aquele quadro, admite sempre três hipóteses: «*resistência armada da Espanha à pressão alemã; ataque da Espanha a Gibraltar com ou sem assistência de técnicos alemães; aliança com a Alemanha e operações em conjunto*». E Salazar reflecte: «*Há que excluir a última hipótese: a generalidade dos espanhóis não apoiará uma aliança hispano-alemã para fazer a guerra. Fica a segunda hipótese: a opinião pública espanhola estará com o governo que empreenda a conquista de Gibraltar. Mas esta hipótese suscita considerações: ainda que a Espanha tomasse Gibraltar, o destino final do território será o que for determinado pelo resultado da guerra; mais importante do que apoderar-se a Espanha de Gibraltar é para a Alemanha inutilizar e fechar o estreito; e isto pode a Espanha fazê-lo com os seus próprios meios, sem aliança formal com a Alemanha. A conclusão é, pois, que a Espanha agirá sozinha*». E é este o remate que Salazar dá na altura ao seu raciocínio. Depois, no decurso da guerra, torna-se factor constante a preocupação com a segurança dos arquipélagos portugueses do Atlântico; e quando são concedidas facilidades nos Açores aos ingleses, e mais tarde aos americanos, àquela preocupação acresce a de uma possível agressão alemã contra o continente, como retaliação. Ora bem. Para completar todo este quadro, e isso não o fiz no volume III, há que mencionar o que se projectava do lado alemão (uma vez que os propósitos britânicos e americanos foram amplamente expostos no referido volume). E neste particular o documento fundamental é constituído pela *Directiva n.º 18*, de 12 de Novembro de 1940, emanada do Quartel-General de Adolfo Hitler, e por este assinada. Transcrevo os passos mais significativos: «*o objectivo da intervenção alemã na Península Ibérica (com o nome de código Felix) é o de expulsar os ingleses do Mediterrâneo ocidental*»; «*Gibraltar deve ser tomado e os estreitos fechados*»; «*há que evitar que os ingleses tomem pé em qualquer ponto da Península Ibérica ou das ilhas atlânticas*». E Hitler pormenorizava as *fases* da operação: I) pequenas formações avançadas estabeleceriam planos tácticos; destacamentos especiais, em colaboração secreta com os espanhóis, tomariam a área de Gibraltar e garanti-la-iam contra qualquer tentativa britânica de dominar o terreno adjacente ao rochedo; forças germânicas seriam concentradas à distância da fronteira franco-espanhola e seriam avisadas três semanas antes do lançamento da operação contra Gibraltar e as ilhas atlânticas; II) unidades da Força Aérea Alemã concentradas em Algeciras atacariam forças navais britânicas e os contingentes concentrados em França atravessariam a fronteira franco-espanhola; III) as forças alemãs atacam Gibraltar e outras ficarão prontas para invadir Portugal se os ingleses se estabelecerem ali; IV) depois de tomado Gibraltar, os espanhóis serão ajudados a fechar os estreitos, se necessário a partir também do Marrocos espanhol. Na mesma *Directiva 18*, Hitler salienta a importância naval acrescida de Cabo Verde e das Canárias para os ingleses, quando estes perderem o rochedo, e determina que seja estudado o apoio aos espanhóis para defesa das Canárias e um plano para ocupação de Cabo Verde; e determina ainda que sejam ponderadas as vantagens e os inconvenientes que uma ocupação da Madeira e dos Açores pelos alemães poderia apresentar para a guerra alemã nos mares e nos ares. Mas a cooperação espanhola nunca foi obtida; e outros teatros de guerra distrairam as forças germânicas. No espírito de Hitler, contudo, permaneceu sempre a preocupação com a Península Ibérica; mas já não entrava em linha de conta com o apoio do general Franco. E ulteriormente, na sua *Directiva n.º 42*, de 29 de Maio de 1942, Hitler modifica a sua posi-

ção: uma intervenção na Península apenas se efectuará como contra-medida a uma acção do ininmigo que tentasse ocupar Portugal e Espanha: e então seriam desencadeadas as operações *Isabela* ou *Iiona*. Mas os grandes chefes militares alemães nunca foram muito calorosos nesse sentido: é o que parece poder deduzir-se de algumas notas confidenciais do grande-almirante Raeder, comandanto-chefe da Marinha de Guerra germânica.

6 — Na remodelação ministerial de inícios de 1947, descrita de pags. 62 a 67 do IV volume, Oliveira Salazar encontrou sérias dificuldades. Em confirmação de outros documentos que transcrevi naquele volume, chegou a meu poder uma carta dirigida a Cancela de Abreu e que pelo seu interesse publico na íntegra: «*Meu caro Engenheiro — A recomposição ministerial tem-me dado mais dores de cabeça do que a princípio cuidava e sobretudo suscita uma dificuldade para que não acho solução fora da que abaixo indico. A comissão executiva da União Nacional será simultaneamente reorganizada em termos de trabalho eficiente, e o Doutor Marcello Caetano aceita a presidência dela, abandonando a pasta das Colónias. A reorganização prevista da comissão da U. N. põe o problema do Ministério do Interior, pois que julgo necessário que em tais condições não subsistam, como digo em carta ao Ministro do Interior, quaisquer motivos ou vestígios de dificuldades anteriores. Alinhei todas as pessoas que poderia eventualmente convidar mas nenhuma solução me parecia satisfazer às exigências do momento. Eis então que o próprio Marcello Caetano me lembrou o seu nome como de quem poderia ocupar a pasta com passado político de relevo e em condições de trabalhar mãos nas mãos com a União Nacional. É curioso que, sem que a sugestão transpirasse, as pessoas por mim consultadas me aconselharam vivamente nos últimos dias o seu nome. É esta a razão da minha carta e do meu pedido. O preenchimento das comunicações não me embaraçaria como me está embaraçando a pasta do Interior. A verdade é esta que em absoluta confidência lhe confio: não acho para o Interior ninguém, a não ser o Eng.° Cancela de Abreu, que seja pessoa indicada para o momento e em condição de valorizar o novo governo. Por isso venho apelar para o seu espírito de sacrifício e para a sua dedicação tanta vez demonstrada. Sei que em tempos a solução não lhe repugnaria e que hoje só com sacrifício a aceitará. Tenho a consciência disso ao fazer este apelo à sua bondade. Uma nota: há no Ministério do Interior um subsecretário da Assistência Social. Que isto não seja estorvo ou dificuldade. Porque o lugar está ocupado por pessoa muito competente a quem eu pediria permanecesse no posto, se conviesse ao novo Ministro, e que não se lhe dá de o abandonar para ser substituído por outrem, se isso convier. Está, portanto, inteiramente à vontade a esse respeito. Com toda a consideração, de V. Ex.ª mtt. adm. e gto., Ol. Salazar. 30-I-47*». Cancela de Abreu responde aprestando-se para fazer o sacrifício pedido. E Salazar desde logo lho agradece numa breve carta: «*Ao Eng.° Cancela de Abreu — Recebi ontem a sua carta e agradeço-lhe muito os termos em que coloca a questão. São os que convém e se harmonizam com o seu modo de ser. Estou grato pelas afirmações que faz, mas eu entenderia, mesmo sem elas, que era assim mesmo. Não sei, com efeito, o que farei ou que poderei fazer neste momento. Estudo o assunto sem prever aonde chegarei ou se mesmo chegarei a alguma coisa, e ignoro por isso que sacrifício pedirei aos que tenham de ficar ou de vir. Continuo a ter conversas de mistura com os negócios mais urgentes, e por isso com mais demora. Já se arranjou algum apontamento acerca dos funcionários dos serviços centrais que tenham de se considerar abrangidos no 25317? Com respeitosos cumprimentos, mtt. att. e grato, Ol. Salazar*». Carta sem data clara, mas obviamente desta época.

Três anos mais tarde, na remodelação ministerial de 1950 (ver vol. IV, págs. 191-193), Cancela de Abreu exprime desejos de abandonar o governo. Escreve-lhe Salazar: «*Ao Eng.° Cancela de Abreu — Segundo a orientação geral que me pareceu ser a do governo, tenho-me ocupado a sério da remodelação ministerial, com as dificuldades de sempre e as excessivas demoras, impostas pela ausência de pessoas a consultar e outras pela necessidade de ir dando andamento a alguns negócios mais urgentes. Espero contudo adiantar as coisas de modo que pelos meados da semana que vem tenha completo um elenco qualquer. Dado o seu desejo de deixar agora o governo, tenho pensado bastante nesse Ministério, sempre um dos mais difíceis e sem dúvida o mais delicado a prover. Ao mesmo tempo queria ver se arranjava um Ministro para a pasta da Presidência anunciada em tempos. Nada está definido a este respeito mas lembrei-me do Dr. Trigo de Negreiros para qualquer dos postos. Penso que tem preparação e qualidades para se ocupar de uma outra pasta. Não quereria porém dar um passo mais sem consultar o Eng.° Cancela de Abreu, visto o melindre da posição do Trigo de Negreiros,*

sobretudo se houver de pedir-lhe que fique no Interior em substituição do seu actual Ministro. Podia dizer-me, com lealdade, e a franqueza de sempre, o seu modo de ver a este respeito? Ficar-lhe-ia muito grato, como pela dedicação e sacrifício com que tem servido, sobretudo uma pasta que se lhe impôs como um alto serviço ao comum. Peço o obséquio de considerar a matéria desta carta confidencial por ora, pois não convém acrescentar aos boatos que circulam informações desta ordem antes de ser possível tomar decisões definitivas. Com respeitosos cumprimentos e a maior consideração, mtt. att. e grato, Ol. Salazar. 21/VII/950». Cancela de Abreu responde, transmite as suas impressões, e Salazar volta ao assunto: *«Agradeço muito penhorado as suas impressões. Devolvo a carta para poder inutilizá-la. Ninguém tomou, além de mim, conhecimento dela. Não sei o que farei ainda, pois tenho encontrado muitas dificuldades, algumas mesmo com que não contava. E como não encontro gente, é preciso aproveitar da melhor maneira a que está à vista. A solução saúde-assistência-presidência tenho-a considerado muito, mas está ainda num futuro incerto. Com respeitosos cumprimentos, mtt. att. grato, Oi. Salazar. 25-VII-950».*

7 — A págs. 224-225 do IV volume dou notícia de uma carta de Charles Maurras a Salazar. Ao tempo, não havia encontrado a resposta de Salazar, que entretanto conheci, e que é a seguinte: «*Não será ainda hoje que lhe agradeço a sua simpatia e, se me é permitido dizê-lo, a sua ternura, bem como as reconfortantes palavras que fez o favor de me dirigir na sua carta de 30 de Maio de 1951. Aproveito a passagem por Lisboa do sr. Henri Massis para lhe fazer chegar a expressão do meu profundo reconhecimento pela oferta de* «La Balance Intérieure», *que recebi, li, e que ouvi ler a Massis, ambos reconhecidos e emocionados. Envio-lhe o último volume dos meus* «Discursos e Notas Políticas». *Penso que não poderá nem teria interesse em os ler, e o meu desejo é apenas de que os aceite como testemunho do meu profundo respeito e admiração. Peço-lhe aceite os meus mais calorosos votos pela sua saúde e por longa vida».* Carta de 7 de Junho de 1951 (?).

8 — Volume III, págs. 575-576, documenta o apreço de Salazar pelo secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, embaixador Luís Teixeira de Sampaio. Sobre as relações deste último com Salazar, tem interesse uma carta de Teixeira de Sampaio para António de Faria. Na íntegra: «*Meu caro Faria — Espero que Você não tenha tomado o meu silêncio e a demora em responder e agradecer as suas cartas como indiferença ou esquecimento da sua boa companhia nos meus tantas vezes solitários almoços e jantares. V. é daqueles que melhor pode crer na razão de todas ou muitas das minhas faltas: a falta de tempo, ou de forças para tudo quanto tenho tido que fazer nestes últimos meses. Não leve pois a mal, nem suponha que deixei de ser amigo. O excesso de trabalho para mim tem sido compensado pelo grande prazer intelectual de trabalhar dia a dia, e todas as horas, com uma pessoa como o Doutor Salazar, e pelo prazer moral ainda maior de ter no final da minha carreira um chefe que todos os dias me penhora pela suas benevolência, pela confiança provada por todas as formas e por uma amabilidade que (eu)* «deixaria de ser humana», *como dizia o general Rosado, (se) não me (sentisse) cativar e lisonjear. Até ao Cartaxo foi trabalhar uma tarde, inesperadamente* «para não me estragar o domingo todo». *Só isso aqui me conserva. Do mais estou cansado, para não dizer mais. Mas pelo interesse que o momento desperta ainda por vezes no meu espírito, calculo o que deve prender o da gente nova apaixonada como V., infelizmente pouca, pelos assuntos que por aqui correm. Vejo que gosta de poetas e provavelmente mais gostaria se a parte do trabalho material de cifragem não lhe absorvesse certamente uma boa parte do tempo, e se pudesse ter os seus sempre aí, o que o Calheiros me diz não poder ser. É um problema a que sinto não achar solução. Mas nenhuma vejo. Ouço uma bicha de 3 ou 4 a palrar à porta. Por isso acabo esta, com um abraço do seu colega e amigo, Luís Sampaio. P. S. — Saudades ao Garin».* (Nota: Francisco Calheiros e Meneses era então o Encarregado de Negócios em Londres, Vasco Vieira Garin era, com António de Faria, o outro secretário da embaixada.)

9 — No vol. V, e ocupando-me da acção posta por Portugal contra a União Indiana, escrevi a pág. 128: «*... na opinião pública, a figura de Oliveira Salazar, a quem se atribuiu a orientação superior das coisas, aparece envolta de um prestígio...*». Neste particular, recebi do prof. Inocêncio Galvão Teles, advogado de Portugal no Tribunal, uma extensa informa-

ção esclarecedora de que extraio os passos que reputo essenciais. Assim: «*O Presidente do Conselho não teve realmente a orientação superior das coisas, no tocante à acção da Haia. É esta a realidade objectiva. Tomada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros (Paulo Cunha) a iniciativa de demandar a União Indiana, teve essa iniciativa a concordância do Presidente do Conselho, que por ela manifestou o maior interesse. Mas entregue o caso aos advogados, o Presidente do Conselho confiou neles, como neles confiaram os Ministros (Paulo Cunha e Marcello Mathias)*». Mais adiante: «*Era praticamente impossível a pessoas absorvidas por pesadíssimas tarefas políticas enfronharem-se nos meandros do processo e darem orientações sobre a sua condução. Só os advogados, consagrados inteiramente ao processo, estavam em condições de assumir a responsabilidade dessa condução. Tal responsabilidade recaiu em última análise sobre o chefe da equipe, que procurou sempre assegurar a coordenação de esforços, absolutamente indispensável, para o que manteve ao longo do processo contactos assíduos com os outros membros da delegação, nomeadamente o Prof. Bourquin*». As afirmações do prof. Galvão Teles, feitas por quem são, correspondem sem dúvida à realidade. Apenas formulo dois reparos: muito antes de interposta na Haia a acção contra a Índia, já Salazar se lhe referira publicamente numa entrevista com um jornalista estrangeiro (o que aliás não invalida decerto o facto de a *ideia* ser da autoria de Paulo Cunha, e pessoalmente inclino-me a aceitá-lo); em segundo lugar saliento que o que eu escrevi foi que a «*opinião pública atribuiu a Salazar a orientação superior das coisas*». Ora este é um dado político incontestável, sublinhado aliás pela circunstância de o Presidente da República, quando se soube em Lisboa que Portugal ganhara a acção, fazer refluir sobre Salazar o *lucro político* dos resultados. Mas tudo isto em nada diminui a alta competência e o valor do papel decisivo do prof. Galvão Teles, o que a opinião pública de resto também reconheceu.

10 — Volume V, pág. 86. A propósito do vivo debate na Assembleia Nacional sobre a inclusão ou não inclusão do nome de Deus na constituição, e perante os ataques dirigidos ao Governo em muitos círculos por haver rejeitado a proposta de inclusão, realizou-se um jantar de confraternização nacionalista em que «*são vibrantes nas suas afirmações homens como Boto de Carvalho, Pinto de Meneses, Carlos Lima, e Sebastião Ramires,...*» Anoto que recebi do advogado Dr. Carlos Lima, então deputado, uma carta esclarecendo que não participou em tal jantar. Convém elucidar o meu aparente erro. O Dr. Carlos Lima não participou efectivamente na reunião. Participou o jovem engenheiro Carlos Lima, que não era deputado, e que pronunciou palavras de apoio ao governo. Fica assim desfeita qualquer possível confusão.

11 — Para os fins da II Grande Guerra, nos primeiros meses de 1944, o governo britânico convida Salazar a visitar Londres. Salazar escusa-se (ver vol. III, págs. 496-509). Mas sobre o assunto (e outros) escreve uma longa carta ao embaixador em Londres, Duque de Palmela (1), que transcrevo: «*Senhor Embaixador — Como há amanhã mala para Londres, tiro uns momentos para escrever a V. Exia. hoje umas linhas sobre assuntos que mal comportariam serem tratados em telegrama. Não serei longo mas desejaria dizer-lhe o essencial. Agradeço em primeiro lugar as cartas e relatos de conversa que me tem enviado. Umas e outros costumo mandar ao Embaixador Sampaio que por seu lado me proporciona também o conhecimento das que V. Exia. escreve. Em geral retenho em meu poder as cartas, mas as conversas mais importantes cedo-as para o arquivo do Ministério (embora não saiam por ora do gabinete do Secretário-Geral) pois me pareceu que tais documentos são valiosos para a história deste período e por vezes até para a condução de negociações com esse país. Acerca da minha visita a Londres, pareceu-me logo de começo que se tratava não de prova de amabilidade pessoal, aliás possível, mas de acto interesseiramente político. Em primeiro lugar, a ida a Inglaterra do presidente de um governo neutro marcaria por si só uma posição política em relação à guerra em que esse país se encontra envolvido. É certo que temos afirmado e reafirmado*

(1) Possuo — de todas julgo eu — fotocópia das cartas e instruções enviadas por Salazar a Palmela. Foram-me muito amavelmente facultadas pela família do Duque, e registo aqui os meus agradecimentos. Mas são tantas e tão extensas — uma tem 45 páginas — que seria inviável publicá-las todas aqui. A que transcrevo acima servirá de exemplo.

a nossa fidelidade à aliança inglesa e que a neutralidade declarada no começo do conflito foi sempre, apesar das constantes queixas britânicas, uma neutralidade benevolente para a Inglaterra. Dentro desta linha geral temos procurado viver, fazendo por que seja digna a nossa atitude neutral. Para tanto porém temo-nos arrogado o papel de juízes do que podemos ou não podemos fazer, cedendo umas vezes, recusando outras o que nos é solicitado. No caso dos Açores parece termos demonstrado não ser o risco da guerra que queremos a todo o custo evitar, pois que o corremos. O que desejamos acima de tudo é não perder a linha moral que nos impusemos, sendo neutrais enquanto isso convier a Londres, e cortando pedaços sucessivos à nossa neutralidade se isso lhe apraz. Esta atitude criará dificuldades constantes, talvez maiores de momento a momento, mas temos o dever e penso que temos o interesse em mantê-la. Apesar da nossa política de amizade com a Grã-Bretanha e mesmo apesar do serviço que lhe prestamos e às outras nações unidas com as facilidades dos Açores, somos geralmente considerados como mantendo uma certa imparcialidade em face do conflito. E também isto é uma vantagem que desejamos conservar. A visita a Londres neste momento de manobras de captação e de grandes intrigas apareceria com significado mais pronunciado do que o próprio governo inglês teria em mente e seria porventura tida como a prova de que trabalhamos na guerra em inteira harmonia e coordenação com esse governo. Demais os assuntos apresentados como objecto de conversação interessam para já mais o governo britânico do que a nós. Exceptuo o das combinações relativas a Timor em que o maior interesse é nosso. Não me parecia conveniente aceitar um convite para discutir problemas cuja solução britânica pode estar e certamente estará muito longe da nossa solução. A situação de hóspede é pouco cómoda para fazer vingar a justiça em detrimento da cortesia. Evidentemente nada disto se disse aqui nem aí. Os motivos de política interna bastaram para fundamentar a recusa neste momento. Como o convite — (falta aqui uma página que presumo se haja de considerar perdida) — *vantagens* (1). *Como a exploração à volta do acontecimento aumentaria muito se se tratasse de visita expressamente realizada, a melhor solução continua a ser a da descida na passagem para qualquer conferência a que tenha de ir. Nestas condições também o convite continua da nossa parte de pé e V. Exia. sabe quanta sinceridade pomos no caso e como nos esforçaríamos por tornar a visita agradável. Sabemos que o tempo do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros não é para desperdiçar, mas uma pequena paragem ou descanso em Lisboa poderia compensar pelos seus resultados a perda de algumas horas. O Embaixador Campbell partiu para aí há dias, convocado por Londres, segundo disse ao Embaixador Sampaio. Atribuiu a necessidade da viagem à questão do volfrâmio, sobre que pediu esclarecimentos na pressuposição de que teríamos já assente uma solução. Não sei a que propósito disse ao nosso Secretário-Geral (não falou comigo antes de partir) que na sua opinião estava chegado o momento de* «nous ranger du côté des Nations Unies». *Talvez fosse porque a resposta relativa ao volfrâmio o não satisfizesse e visse nesse alinhamento a maneira mais simples de resolver todas as dificuldades. Não tenho dúvidas sobre que isso é um pensamento que o persegue, senão é uma política de que está encarregado ou tem em mente levar a cabo. Este ponto precisa de ser atentamente seguido, com a maior discrição. Campbell não parece ter grande sensibilidade para a delicadeza moral da nossa posição. Já não falo em que a guerra é feita por alguns que tinham interesse em fazê-la e que a fazem para defender os seus interesses e por aqueles que foram violentados a aceitá-la com a invasão dos seus territórios. Os convites abertos ou subentendidos a entrar na guerra ou a alinhar com estes ou com aqueles em guerra tão horrorosa, de finalidades tão misteriosas ou tão contingentes que ninguém as conhece ou sabe se pode estar de acordo com elas, é arrepiante. O horror que causa aos espíritos imparciais e independentes não é no entanto partilhado por aqueles que se encontram envolvidos na luta e só desejam vencer, seja como for; vencer quer dizer esmagar militar e economicamente o inimigo porque mal se pode saber o que é na sua projecção futura a vitória. No nosso caso especial fomos levados por nosso interesse, sem dúvida, mas também por interesse e com o acordo da Inglaterra a fazer uma política de neutralidade que é ou foi, não o esqueçamos, uma parte da sua política de governo. Essa política surtiu os seus efeitos: a Península foi man-*

(1) A página extraviada, como se pode deduzir do contexto e do que se lhe segue, deveria referir-se ao convite que havia sido formulado ao Secretário de Estado Britânico, Anthony Eden, para visitar Portugal.

tida estranha à guerra, a Espanha não entrou nela e só podia entrar pelo eixo, como indicaram a sua gratidão por auxílios prestados, as suas simpatias e incompatibilidades de algumas das suas reivindicações nacionais com a política inglesa. Apoiados a nós, um pouco por nós, a Espanha manteve-se quieta e foi evolucionando desde a beligerância sentimental à não-beligerância e à neutralidade efectiva e de momento a momento mais próxima das Nações Unidas. Já passou o momento em que a Espanha podia tomar ou escolher outra atitude? Pensa alguém que a situação criada não tem na nossa atitude repercussão de ordem moral? A política que desempenhou o seu papel pode ser substituída pela política contrária? Aos olhos da generalidade dos ingleses talvez sim; nós temos porém obrigação de defender, com os nossos interesses, a nossa honra. A Inglaterra tem jogado alternadamente com os dois extremos da Europa — a Península e a Turquia. Depois dos Açores viu-se porém obrigada a citar mais a atitude de Portugal para convencer a Turquia do que a servir-se desta para nos convencer a nós. As últimas negociações em Ankara fracassaram. A Inglaterra pediu mais do que à Turquia convém neste conflito. Não só a Inglaterra não conseguiu esclarecer devidamente a política russa nem tranquilizar, tornando-se fiadora da palavra de Staline, a Turquia, como não pode definir concretamente a sua própria política em relação aos Balcãs. Em tais circunstâncias, e estando à vista a campanha de Itália, a Turquia recusou-se a entrar na guerra, poupando os seus recursos para ajudar a ordenar os Balcãs ou pelo menos a evitar que a desordem entre na sua casa. Receemos, sem o dar a entender, que a Inglaterra julgue de novo útil apontar o nosso exemplo para reduzir a pertinácia turca. Com receio de que o Embaixador Sampaio não escreva a V. Exia. uma palavra sobre o caso, aventurei-me eu a dizer-lhe alguma coisa para o ter precavido. Não digo que o Embaixador de Inglaterra, seguro da vitória a curto prazo, não esteja também convencido, amigavelmente convencido, de que o nosso interesse seria agora dar um passo para partilharmos dos louros da vitória e das vantagens de nos sentarmos à mesa das grandes conferências onde as quatro potências ditarão o destino de todas as outras. Nem digo que o sentido da sua frase seja que devamos meter-nos na guerra activa, intervindo nas operações militares. Não. Naturalmente o sentido da sua referência é apenas que, não havendo perigo da invasão alemã da Península, não há que ter em consideração as nossas relações de correcção para com a Alemanha e devemos colaborar mais intensamente com as Nações Unidas em facilidades estratégicas e convencionais. Isso daria a vantagem ao Embaixador e ao seu país de não ter de aceitar a discussão no terreno comercial ao pedir que recusemos tais ou tais produtos à Alemanha ou lhe negássemos tais e tais facilidades decorrentes da presença em Lisboa e da representação diplomática. Como a ambição anglo-americana é por assim dizer a esterilização absoluta dos neutros que ainda subsistem, levando-os a recusar tudo o que seja vantagem, grande ou pequena, para os inimigos, aquele alinhamento acima aludido daria sem esforço e duma vez só este resultado. Com ter chamado a atenção de V. Exia. para este assunto, pode ser mais fácil interpretar alguma palavra aí ouvida, sem se desprender da máxima discrição já recomendada. Voltando ao assunto da Turquia. Tem-me parecido deplorável a discussão em público da divergência verificada. Londres parece não ter compreendido bem a política turca e esta espécie de rompimento ou melhor esta clara recusa a entrar na guerra parece-me que não deveria sair das chancelarias para a especulação mundial. A Inglaterra não lucrou com isso, e quanto mais azeda se mostra a sua imprensa, mais sofre no seu prestígio. Vê-se dos jornais que o subsecretário do State Department, Stettinius, vai a Londres discutir problemas políticos. Parece a Lord Halifax que o objectivo das conversas é familiarizar Stettinius com as opiniões europeias sobre muitos dos problemas em que os Estados Unidos têm também de tomar posição. Entre estes estão os da navegação e da aviação civil. Muito convém continuar a seguir o desenvolvimento das ideias acerca deste segundo ponto sobretudo. Embora nada esteja amadurecido, parece que devemos lutar por salvar as ligações internas e imperiais para a bandeira portuguesa e participar como puder ser nas internacionais, pelo menos naquelas em que tenhamos de colaborar com bases aéreas nossas. De vez em quando jornais americanos avançam despudoradamente no sentido de reclamar o não abandono pelos Estados Unidos de certas bases aéreas em que para efeito de guerra se estabeleceram. Isto pode ser disfarçado de muitos modos com a necessidade de defesa colectiva. Embora a Inglaterra se mostre mais comedida e não acompanhe nesta matéria o seu aliado, é preciso estar atento. Tenho receio de que desta guerra saiam alguns Gibraltares *mais do que no passado. Tenho estado a estudar com o ministro da Economia o problema do volfrâmio, juntando os números e outros elementos necessários ao esclare-*

cimento da questão. Estamos habilitados a entrar na discussão do assunto, ainda que não tenhamos absolutamente claro o caminho a seguir. A orientação é ver se conseguimos chegar a novas reduções do volfrâmio que vai para a Alemanha, por diminuição da percentagem do minério livre ou por redução da produção. Vou mandar a V. Exia. uns mapas elementares relativos ao volfrâmio produzido e exportado. São de leitura muito simples e demonstram sem esforço três coisas: 1.° que não se atingiu nunca na exportação real para a Alemanha a cifra constante dos acordos como limite: os ingleses muitas vezes se enfureceram inutilmente contra esse alto limite; 2.° que a produção alemã baixa ao mesmo tempo que sobe a produção anglo-americana; 3.° que a exportação para a Alemanha tem também decrescido em quantidades e em percentagem ao mesmo tempo que sobe também em absoluto e relativamente a exportação para os anglo-americanos. Estávamos no ano agora findo de 43-44 em cerca de 25% para a Alemanha; o problema está em saber até onde e como podemos ainda restringir a exportação sem perigo. E por hoje nada mais. Com a mais alta consideração, de V. Exia. mtt. att. e gto., Ol. Salazar, 3.ª feira, 7-III-944. P. S. — Trato em post-scriptum de um problema que me traz preocupado — o dos bombardeamentos de Londres. Parece pelos jornais que revestem grande e crescente intensidade. Não me parece ser humano nem inteligente nem útil correr riscos além dos estritamente necessários ao essencial da função. Espero por isso que lealmente ponha a questão ao Ministério e indique a solução. Embora se deva ter em consideração o que outras representações façam, não julgo que V. Exia. deva ficar para o fim; não há que ser temerário. Recomendo insistentemente que isto seja tido em conta. Nem em todas as circunstâncias a Pátria exige o sacrifício ou o risco da vida. Salazar».

12 — Em 21 de Abril de 1971, realizou-se uma reunião do Conselho de Estado, e foi a primeira após a morte de Oliveira Salazar e a primeira do governo de Marcello Caetano. Houve referências ao antigo chefe do governo, e como documentação transcrevem-se os passos pertinentes: «*Aberta a sessão foi lida e posta em discussão a acta da sessão anterior, a propósito da qual o Doutor Costa Leite declarou que, ao ser formulada nessa reunião por Sua Sexcelência o Presidente da República a questão de saber se devia proceder-se à imediata substituição do Doutor Salazar ou sobrestar-se em tal decisão, se havia pronunciado pela substituição imediata, pedindo que do facto se fizesse expressa menção na acta da presente sessão. Tomando então a palavra, lembrou Sua Excelência o Presidente da República ser esta a primeira sessão do Conselho após a morte do Doutor Salazar, que participou em quase todas as reuniões efectuadas desde a criação do organismo pela Constituição de 1933, propondo que ficasse exarado na acta um voto do maior pesar pelo desaparecimento do insigne estadista, cujo nome já hoje pertence à galeria dos maiores vultos da nossa história, voto a que todos se associaram.*»

13. — De numerosas cartas sobre assuntos correntes dirigidas ao ministro da Justiça Antunes Varela, por curiosidade transcrevo parte da que se refere ao novo Palácio da Justiça de Santa Comba Dão: «*Ao Senhor Ministro da Justiça — Começo por apresentar as maiores desculpas por não ter ainda escrito a V. Exia. para dar-lhe informações da minha visita ao Pal. da Justiça de Santa Comba e agradecer-lhe as suas muitas amabilidades. Do Palácio gostei muito; o arquitecto foi feliz no traçado e no arranjo geral dos terrenos em volta (que não sei se foi estudado pelo mesmo que projectou o edifício ou por outro). Tive pena de não ver ainda colocada a tapeçaria de Portalegre que me pareceu muito bonita. A construção pareceu-me de muito boa qualidade, mas além disso um tanto luxuosa. Suponho tratar-se de uma atenção especial em que de algum modo estou envolvido, porque, se os que vai construindo pelo país são todos do mesmo nível, não poderá ir muito longe nem rapidamente com a conclusão do plano. Sempre entendi que a estátua fazia parte do conjunto e não devia ter por isso inauguração à parte, mas vi depois que as coisas se passaram diferentemente, talvez para o Chefe do Estado dizer as suas palavras. Agradeço-lhe muito reconhecido as que teve a bondade de inserir no seu discurso. É tudo muito exagerado e imerecido, mas a oratória como a poética consentem algumas liberdades, e no caso presente muito grandes. Muito obrigado pelo telegrama de 28. Quando disse ao Senhor Presidente que nesta altura da vida já não há que dar parabéns, o Senhor Presidente lembrou-me um dito de João de Deus: que neste caso de anos era melhor fazê-los que não os fazer. Neste contexto fico muito grato pelas suas felicitações».* De uma carta de 6-V-965.

14 — Sobre as reacções à visita do Papa Paulo VI a Fátima, importará registar a da própria Santa Sé. Pouco após o regresso do Pontífice a Roma, o enviado português António de Faria avista-se com Dell'Acqua (que acompanhara o Santo Padre e fora entretanto elevado à púrpura) e felicita o novo cardeal. Comunica para Lisboa o embaixador: «*Faldmos largamente de Fátima dizendo Monsenhor que raras vezes, se é que alguma, vira o Papa tão feliz e satisfeito como em 13 de Maio. Tudo correra admiravelmente. Elogiou muito a atitude de delicada discrição do Governo, tendo também palavras amáveis para minha actuação. Felicitou-se de ter tido a oportunidade de conhecer Portugal naquele dia. Visitei depois o Cardeal Secretário de Estado que me falou na mesma ordem de ideias. Faria*». Ver volume VI, págs. 286-287.

15 — Sobre a máscara mortuária de Oliveira Salazar, reproduzida na portada deste volume VI e que foi executada pelo escultor António Duarte, recebi deste artista um depoimento relativo às circunstâncias em que efectuou o seu trabalho. Escreveu-me António Duarte: «*No dia 27 do 7 de 1970, de férias em S. Pedro de Moel, recebi dos correios de S. Pedro de Moel, texto de telefonema proveniente de Lisboa, em que era pedido, transcrevo: «seguir imediatamente para Lisboa, em virtude de ter falecido o Senhor Professor Salazar, e tratar dos assuntos de máscara». Este telefonema era consequência de contacto anterior da Presidência do Conselho, para a realização da máscara funerária do Presidente Salazar, quando do seu falecimento que se aguardava próximo. Desloquei-me imediatamente para Lisboa, contactei o meu colaborador Sr. José Ferreira, e seguimos para a residência do Professor Salazar, na Estrela-S. Bento, pelas 14,30 horas do dia 27 de 7 de 1970. Do jornal Diário Popular de 27-7-1970, transcrevo notícia destacada do corpo do texto:* «A máscara funerária de Salazar. Cerca das 15 horas chegou à residência do Professor Salazar o escultor António Duarte, incumbido de modelar a máscara funerária do antigo chefe do governo». *Do jornal Diário de Notícias do dia 28-7-1970, pág. 8, transcrevo:* «Cerca das 17,15, deixava a casa do antigo chefe do governo o mestre escultor António Duarte, que desde as 14,15 se ocupava dos estudos para a reprodução da máscara do rosto e da mão direita do ilustre extinto. Falando aos jornalistas, o escultor António Duarte disse terem todos os trabalhos corrido muito bem — sem qualquer imprevisto que, aliás, são frequentes nestas circunstâncias». *Máscara e mão levadas para o nosso atelier para se completar o trabalho, executando aí o positivo em gesso do negativo, feito sobre a face do morto, também em gesso, o que se fez a nosso contento. Desde essa data 27-7-1970, só o engenheiro Pedro Manuel Alvellos, em Março de 1983, treze anos passados, me abordou no sentido de lhe executar um exemplar em bronze da máscara e da mão do Professor Salazar. A entidade Presidência do Conselho, que havia pedido para realizar a máscara e mão do Professor Salazar, desconheceu o nosso trabalho, nunca mais se interessando por este assunto cultural. Documentos únicos de alto valor antropológico e humano. a) António Duarte. Lisboa, Dezembro de 1984*».

16 — Volume V, pág. 162. Relativamente aos acontecimentos no antigo Congo Belga, deverá acrescentar-se que muitas forças paraquedistas belgas foram transportadas da Bélgica para aquele país utilizando a base aérea portuguesa do Montijo, junto a Lisboa. Tudo se processou evidentemente no mais completo segredo. Informação que me foi fornecida pelo general Kaulza de Arriaga, ao tempo Secretário de Estado da Aeronáutica.

17 — Volume V, págs. 199-200. Além de elementos da brigada naval com Jorge Jardim, também outros elementos do comando central participaram na operação, sob a chefia de José Manuel Salgado.

18 — Volume III, págs. 108-113. Muito mais tarde, o atentado contra Salazar foi reivindicado consoante se relata no volume de Emídio Santana, *História de um Atentado*, indicado atrás na bibliografia especializada.

19 — No vol. III, pág. 357 da 2.ª edição, escrevi: «*...e morre Manuel Teixeira Gomes, antigo presidente da República, o autor do* Agosto Azul *e de* Cartas a Columbano, *e desde 1925 voluntariamente exilado numa cidadezinha da Argélia*». Como se sabe, os restos mortais de Teixeira Gomes foram trasladados para Portugal. Oliveira Salazar tomou interesse pelo

assunto, e este está documentado numa carta a Américo Thomaz, então ministro da Marinha. Na íntegra: *«Ao Senhor Ministro da Marinha — Muito obrigado pelos esclarecimentos acerca da trasladação em navio de guerra dos restos mortais do Presidente T. Gomes. Já comuniquei aos interessados o que devem averiguar para podermos ultimar os nossos preparativos, e a antecipação com que têm de avisar-nos. Quanto ao barco, não sei escolher, porque nunca vi nenhum dos patrulhas. A fazermos as coisas, temos de fazê-las bem e de modo que não suscite reparos dos mais exigentes, visto que sempre terá de se contar com alguma especulação política. Quando estiver habilitado com os dados necessários, avisarei. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar. 20.VIII.950».*

20 — No vol. IV, pág. 493 da 2.ª edição, transcrevi a carta que Salazar enviou a Craveiro Lopes dando conta de que a União Nacional decidira apresentar a candidatura de Américo Thomaz à Presidência da República, impedindo assim a recandidatura do próprio Craveiro Lopes, ao menos como candidato da União. Na mesma altura, Salazar escreve a Américo Thomaz, que ocupava a pasta da Marinha, para o informar da decisão tomada. Na íntegra a carta para Thomaz: *«Ao Senhor Ministro da Marinha — Ontem na Comissão Central da União Nacional foi deliberado apresentar como candidato à eleição presidencial o nome de V. Exia. A notícia não será publicada senão amanhã nos jornais da manhã. Mas como a informação já foi transmitida pela ANI para o estrangeiro e vem, por exemplo, nos jornais de Madrid, também em Lisboa o caso deve constar e toda a gente falar nisso. Oficialmente porém a notícia só sairá amanhã, pois que tenho de informar o Senhor Presidente antes de qualquer publicação se fazer no país. A apresentação da candidatura demora uns dias, mas quando estiver para ser apresentada ou quando o for, temos que prever o abandono provisório da pasta da Marinha, porque, embora não tenhamos lei para o caso, não penso que seja bem estar no exercício da função durante o período que nessa altura começa. E seja o que Deus quiser. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar. 2.V.958».*

ANEXO IV

Correcções

Volume I — Pág. 16, linha 22: «Padre Director, o Dr. José Frutuoso da Costa». Verdadeiramente, o título oficial do Padre Frutuoso da Costa era o de *Vice-Reitor* do Seminário.

Pág. 69, linha 34: «*os três irmãos Diniz da Fonseca, Álvaro, Alberto e Joaquim*». Trata-se de um lapso. Alberto e Joaquim Diniz da Fonseca eram irmãos: Álvaro Dinis da Fonseca era primo.

Pág. 95, nota de rodapé: trata-se de um equívoco. Não é da autoria do Padre Manuel Gonçalves Cerejeira, futuro cardeal-patriarca de Lisboa, o soneto transcrito, mas de um seu parente, que usava o mesmo nome.

Pág. 190: «...*a sua afeição pela Júlia Perestrelo, a Julinha, filha de sua madrinha...*» Há aqui uma confusão que se impõe esclarecer. A Julinha era filha de Júlia Perestrelo Botelheiro e do Dr. Manuel Botelheiro, e não de Maria de Pina Perestrelo, madrinha de Salazar.

Pág. 296, linha 1: «*Bispo de Lamego, D. João Campos Neves*». Este prelado, ao tempo, era cónego da Sé de Coimbra. Mais tarde foi efectivamente Bispo de Lamego.

Volume V — Pág. 24. Onde está: «*é o cardeal Angelo Roncali, antigo patriarca de Veneza, que agora está por núncio em Paris*» deve ler-se: «*é o cardeal Angelo Roncali, antigo patriarca de Veneza, e que antes estivera por núncio em Paris*».

Págs. 55-56. Poderá o leitor depreender que o Major Luís Calafate fora um dos presos. Não. Este oficial nunca chegou a ser detido. Voluntariamente procurou asilo na Embaixada da Venezuela.

Págs. 429-430. Menciona-se o nome de D. Manuel Vieira Pinto como um dos bispos presentes no Concílio Vaticano II. Ao tempo, aquele prelado não fora ainda elevado ao episcopado. Só depois foi designado bispo de Nampula, Moçambique.

Nota — *Figuram aqui os lapsos de que o leitor teria mais dificuldade em se aperceber. Alguns outros existem, nos vários volumes, e sobretudo passaram* numerosas *gralhas: mas a todas já a atenção dos leitores terá corrigido.*

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ABECASSIS (Carlos Krus), IV — 384 524; V-188.
ABETZ (Otto), IV — 286.
ABETZ (Suzana), IV — 286.
ABRANCHES (Joaquim), II — 356.
ABRANCHES (Silva), II — 351; III — 162.
ABREU (Augusto Cancela de), II — 292 296 317; III — 547 559; IV — 293.
ABREU (Cancela de), II — 272; III — 74; IV — 63 116 144 148 174 181 191 202 217 218 243 454.
ABREU (Eduardo de), I — 10.
ABREU (João de Lemos Salazar e), I — 2 3.
ABREU (Rodrigo de), IV — 129 470; VI — 442.
ABREU (Tamagnini de), I — 159 187; II — 287.
ABREU (Teixeira de), I — 63.
ACHESON (Dean), IV — 141 144 152 157 158 194 252 253 254 278; V — 196 214 215 560 566; VI — 56 441.
ACKER (Van), IV — 280; VI — 70.
ADELAIDE (Rainha D.), VI — 257.
ADENAUER (Konrad), IV — 278 325 380; V — 5 64 88 91 93 107 222 303 452 537 608; VI — 276 441.
ADOULA (Ciril), V — 331 417 427 488 497 528 529 531 538 559 560 567 570; VI — 29 42.
AFONSO (Ernestina), I — 254; II — 200.
AFONSO XIII (Rei), II — 56 89 90 111 147 155 176; III — 308; IV — 166.
AFREIXO (Jaime), I — 307 316; II — 132 169.
AGAGIANIAN (Cardeal), VI — 258.
AGEE (Coronel), IV — 52.
AGUIAR (Elias de), I — 182.
AGUIAR (Joaquim António de), I — 62.
AGUIAR (Namorado de), II — 62 69 72 97 105 107; III — 49.
AGUIAR (Roque de), III — 179.
AIMÉ-LEROY, III — 19 20 23 24 29 35 63 68 255 260.
ALBA (Duque de), III — 114 198 464.
ALBERGARIA (Eugénio Pinto Soares de), IV—334.
ALBORNOZ (Cláudio Sanchez), III — 5 21 48.
ALBUQUERQUE (Afonso de), III — 95 281 590; V — 128; VI — XIII 450.
ALBUQUERQUE (Joaquim Mouzinho de), I — 27 315; II — 275 339; III — 95 281; V — 235; VI — 183.
ALBUQUERQUE (Osório de), VI — 180.
ALCÁÇOVAS (Conde das), I — 264; II — 59 101 132 138.
ALEMÃO (Costa), I — 102 103 104 133.
ALEMÃO (Maria Celestina Costa), I — 166.
ALEMÃO (Maria Ermelinda Costa), I — 104.
ALESSANDRINI (Professor), VI — 61.
ALEX-JOHNSON (U.), V — 290.
ALEXANDRE (Rei da Jugoslávia), II — 306.
ALMADA (Conde de), III — 482.
ALMADA-NEGREIROS (José de), I — 165.
ALMEIDA (António Ferreira de), III — 303.
ALMEIDA (António José de), I — 22 28 32 62 66 75 83 104 107, 126 136 138 145 159 160 161 162 188 200 202 218 219 222 224 225 235 239 262; II — 50 59 83 138 219 267 379; III — 82; IV — 242 257 286 363 378 457; V — 49; VI — 318.
ALMEIDA (António de Medeiros e), III — 579.
ALMEIDA (General Costa e), V — 582.
ALMEIDA (Fernando de), I — 90.
ALMEIDA (Ferrand d'), I — 100 101 106 168 177 182 208.
ALMEIDA (Ferreira de), I — 12.
ALMEIDA (Francisco Vieira de), IV — 27 127 128 230 501; V — 27.
ALMEIDA (João de), I — 315 319; II — 68 92 249 259; III — 336 337 338; IV — 299; V — 231.
ALMEIDA (João Simões de), IV — 212.
ALMEIDA (José V. Fialho de), I — 177.
ALMEIDA (Júlio), II — 242.
ALMEIDA (Justino Mendes de), VI — 382.
ALMEIDA (Leopoldo de), IV — 89 149; VI — 39 333.
ALMEIDA (Manuel Lopes de), III — 179 288 336 548; IV — 159 170 378; V — 66 256 341 399 400 424 434 437; VI — 335.
ALMEIDA (Manuel Tarujo de), V — 463; VI — 20.
ALMEIDA (Margarida de), VI — 424.
ALMEIDA (Maria Júlia), VI — 424.
ALMEIDA (Maria Ribeiro de), III — 404.
ALMEIDA (Pedro), I — 305.
ALMEIDA (Ribeiro de), V — 231.
ALMEIDA (Virgínia de Castro e), I — 111; II — 314; III — 180.
ALPOIM (José de), I — 29.
ALTE (Visconde d'), II — 306.
ALVARENGA (Major), V — 55 148.
ALVELOS (F.), III — 404.
ALVERNAZ (D. José), V — 447 579; VI — 288.
ALVES (António Ferreira), II — 31.

ALVES (Francisco Elmano M. da Cruz), VI — 382.
ALVES (João Manuel), VI — 445.
ALVES (José Felicidade), VI — 354 355.
ALVES (José de Lima), IV — 29.
ALVES (Maximiliano), III — 95.
ALVES (Rafael), V — 138.
ALVES (Vasco Lopes), III — 338; IV — 257 523; V — 90 116 191 121 229 231 243 318 572; VI — 236 242.
ALVES (Vasco de Mendonça), I — 165.
ALVIM (D. Custódio), VI — 50.
ALVURA (Cruz), II — 31; IV — 503.
AMACHREE (Godfrey), V — 520 535 539.
AMADO (Fernando), V — 342; VI — 87.
AMADO (Jorge), IV — 23.
AMADO (Luiz Dias), VI — 85 208 319.
AMARAL (Ferreira do), I — 31; II — 68.
AMARAL (João do), I — 109 131 133 324; II — 151 169 292 362; III — 338 366 500 503 528 545; IV — 24 48 148 232 233 242 317 414; V — 199 200.
AMARAL (Joaquim Mendes do), I — 147 199 295; II — 24 169; IV — 38 58 116 404.
AMARANTE (Estêvão), III — 333.
AMARO (Carlos), I — 69.
AMEAL (Condessa do), I — 104.
AMEAL (Visconde do), I — 179.
AMEAL (João), II — 258; IV — 24 257.
AMEAL (Maria), I — 166.
AMORIM (Diogo Pacheco de), I — 59 72 80 83 84 85 95 101 102 107 109 132 147 148 177 179 181 182 183 234 254; II — 31 257 292; V — 412.
AMORIM (Gomes de), III — 483.
AMORIM (Massano), I — 126.
AMORIM (Pessoa de), II — 350.
AMZALAK (Moisés), I — 317; II — 347; IV — 91.
AMERY (Julian), VI — 195 244.
ANAHORY (Israel), IV — 6.
ANCHIETA (Padre), V — 540.
ANDERSEN (Sophia de Mello Breyner), IV — 532; VI — 87.
ANDERSON (George), V — 485 526 551 554 581; VI — 30 72 84 125.
ANDRADE (Abel de), II — 268 316 321; III—278.
ANDRADE (Alfredo Augusto Freire de), I — 113 117 118 119 120 122 125.
ANDRADE (Anselmo de), I — 32 208; VI — 182 183.
ANDRADE (Carlos Drumond de), IV — 23.
ANDRADE (Celeste de), IV — 533.
ANDRADE (Cónego Dias de), I — 87 90.
ANDRADE (Eugénio de), IV — 532.
ANDRADE (Garibaldino de), IV — 532.
ANDRADE (João Lopes de), I — 21.
ANDRADE (João Pedro de), IV — 532.
ANDRADE (Joaquim de), II — 351.
ANDRADE (Manuel Rebelo de), II — 351; III — 187 239 288.
ANDRADE (Mário de), V — 280.
ANDRADE (Rui de), II — 248; III — 482; IV — 127; V — 526.
ANDRÉ (João Luís da Costa), VI — 382.
ANJOU (Duque de), III — 202.
ANOUILH (Jean), VI — 190.
ANTOINE (CH.), I — 35.
ANTÓNIO (Lino), III — 95.
ANTONOV, III — 54.
ANTUNES (Lobo), VI — 428.
ARAGÃO (Com. Cunha), V — 375.
ARAGÃO (Moniz de), VI — 224.
ARAGON (Louis), III — 60.
ARANDA (Coronel), III — 8.
ARANHA (Osvaldo), III — 297 473.
ARANTES (Tito), IV — 316 454; V — 33 341 397.
ARAQUISTAN (Luiz), II — 21; IV — 7.
ARAÚJO (Alberto de), IV — 148.
ARAÚJO (Juvenal de), I — 248 275 276; II—110 293.
ARAÚJO (Manuel Gomes de), III — 547; IV — 42 63 116 164 167 178 216 450 489 523 525; V — 241 242 243 245 279 299 301 421 424 436 438 458 463 563 566 577 590 596; VI — 48 49 110 142 150 154 170 174 205 206 220 221 247 292 294 295 296 327 346 364 371 379 382 390 392 394 397 405 406 414 443.
ARAÚJO (Norberto de), II — 56.
ARAÚJO (Sequeira), VI — 380.
ARGOUD (Coronel), V — 337.
ARISTÓTELES, I — 25 72.
AROSO (Manuel), V — 223.
ARRIAGA (Kaulza de Oliveira), IV — 384, 469 512 519; V — 44 191 227 238 240 243 244 246 257 276 438; VI — 49 220 221 294 295.
ARRIAGA (Manuel de), I — 27 66 75 110 121 127 136 137 138 139; II — 298.
ARRIAGA (Roque de), V — 167.
ARROBAS (Manuel), I — 133.
ARROIO (João), I — 29 30.
ARROTEIA (Gilberto), III — 28.
ARTAJO (Martin), IV — 102 164 199 200 255 463.
ASCARATE, III — 9.
ASSAC (Jacques Ploncard d'), V — 142 337 557; VI — 36 244 277.
ASSECA (Carolina), IV — 11 54 159.
ASSECA (Visconde de), III — 97 575; IV — 138 158.
ASSIS (Machado de), V — 155.
ASSUNÇÃO (Torre de), IV — 71.
ASTRAY (General Millan), III — 215.
ASÚA (Jimenez de), III — 7.
ATAÍDE (Álvaro), VI — 395 398 404.
ATHAYDE (Austragésilo), V — 377; VI — 44, 45 53.
ATTLEE (Clement), III — 52 113 146 269 431 433 580; IV — 6 39 57.
AUBRY (Octave), III — 57.
ÁVILA (Lobo d'), I — 92 193; II — 251; III — 17 37 50.
AVIS (Mestre de), II — 335.
AYETA, III — 454.
AZAÑA (Manuel), II — 89 160 165 316 317 362; III — 7 9 26 189.
AZEVEDO (Pinto de), I — 263.
AZEVEDO (General Schiappa de), I — 315; II — 106 107 115 122 249 259 353 359.
AZNAR (Almirante), II — 90.

BABELOU, III — 281.
BACELAR (Armando), V — 342.
BACELAR (Moniz), I — 203 204.
BADEN-POWELL, II — 32.
BADOGLIO (Marechal), III — 454.
BAENA (Sanches de), VI — 88.
BAGULHO (Tierno), VI — 380.
BAKUNINE, II — 283.
BALBO (Italo), II — 136.
BALDUINO (Principe e Rei), IV — 92 362; V — 75 102 150.
BALDWIN (Stanley), II — 353; III — 2 96.
BALFOUR (Arthur), III — 358 425.
BALL (George), V — 290 514 515 516 517 518 519 520 523 528 554 581 586.
BANDA (Presidente Hostings K.), V — 52 414 488 548 549 560 561 566 572 573 574 579 580 605; VI — 15 41 42 70 99 100 105 112 117 119 135 186 187 198 270 292 301 313 387.
BANDEIRA (Manuel), IV — 23.
BANES (Gerard), II — 270.
BANVILLE (Jacques), I — 70.
BAPTISTA (António Maria), I — 217 218 219 220; II — 282.
BAPTISTA (António de Sousa), IV — 456 457.
BAPTISTA (Jaime), I — 288.
BARATA (Júlio Themudo), III — 159.
BARATA (Nunes), V — 86 126 281.
BARATA (General Pires), V — 138 245 250.
BÁRBARA, I — 295.
BARBOSA (António Manuel Pinto), IV — 192 375 384 522; V — 45 89 94 255 263 436 478 480 539 563 592; VI — 4 19 21 52 54.
BARBOSA (Daniel), IV — 38 63 69 71 81 111 112 131 159 257 512; VI — 225 226.
BARBOSA (João Tamagnini de Sousa), I — 184 187 188 288; II — 287 297; IV — 129.
BARBOSA (Miranda), VI — 290 377.
BARCELONA (D. João de Espanha, Conde de), IV — 46 166 372 394; VI — 414.
BARDECHE (Maurice), III — 60.
BARNARD (Dr.), VI — 414.
BARNBY (Lord), III — 350.
BARREIROS (Cónego António), I — 21 33 34 35 43 45 51 58 70 214 259; II — 135 151; IV — 260.
BARRÉS (Maurice), I — 177.
BARRETO (Correia), I — 217 219 239 304.
BARRETO (Melo), I — 200.
BARRETO (Salvação), III — 179; IV — 89.
BARRETO ROSA (Fernando Baeta Bissaia), I — 69 72 85 135 253 255 257 266 307 319 337; II—10 27 31 100 136 166 169 213 248 258 263 289 332 333 337 353; III — 12 66 83 141 179 204 315 370 403 420 545; IV — 35 37 147 148 151 260 285 336 404 412 450 451 485; V — 67 74 167 478 556; VI — XVII 323 393 394 396 398 401 405 422 423 424 439.
BARRIGA (António Pinto), V — 167.
BARRIO (Martinez), III — 7 9 26.
BARRON (General), III — 236.
BARROS (Ademar de), IV — 257 269 270; V—377.
BARROS (Eduardo Correia de), I — 317; IV—112.
BARROS (João de), IV — 364; VI — 318.
BARROS (Leitão de), IV — 194 195 196 198.
BARROS (Monteiro de), III — 143.
BARROS (Pedro Correia de), VI — 249.
BARROSO (D. António), I — 108 109 112 162.
BARROSO (Gustavo), III — 281.
BARRUAGA (General), III — 8.
BARTEL (Paul), II — 330 347; IV — 101.
BARTHOUT (Louis), II — 306.
BARUCH (Herman), III — 565 566; IV— 41 52 53.
BASTO (José da Silva), I — 187.
BASTOS (Aníbal da Silva), II — 31.
BASTOS (Palmira), I — 191; II — 300; V — 127.
BASTOS (Sousa), I — 181.
BASTOS (Teixeira), I — 211.
BATISTA (António Alçada), V — 342; VI — 87.
BATISTA (António de Sousa), II — 329; IV—258.
BATISTA (César Moreira), IV — 383 455; V—33.
BATISTA (Fulgêncio), V — 51.
BAUDOUIN, III — 295.
BAVIERA (Grã-Duquesa da), III — 4.
BEAZLEY, III — 281.
BEBIANO (Bacelar), II — 24.
BEETHOVEN (Ludwig), VI — 242.
BEEVOR (Jack), III — 352 390.
BEIGBEDER, III — 217 274 291.
BEIRÃO (Caetano), III — 482.
BEIRÃO (General Farinha), II — 68 99 150 249 259 262 285 288 314 326; III — 27 28 144.
BEIRÃO (Veiga), I — 31.
BEIRES (José Manuel Sarmento de), I — 265; II — 51 72 185 244 267.
BEIRES (Eng. Sarmento de), II — 267.
BÉJART (Maurice), VI — 355 356 357 358 359 360 361 362 363.
BELEZA (José Júlio Pizarro), V — 463.
BELLA (Ahmed Ben), V — 431 459 462 488 494 495 568 569.
BELO (Patriarca D. António Mendes), I — 74 112 162; II — 60.
BELO (João), I — 316.
BELO (Ruy), VI — 87.
BENARD (Jacques), V — 161.
BENAZET (Henry), V — 175.
BENEVIDES (José), I — 28.
BENNETT (Frederic), VI — 244.
BENNETT (Tapley), VI — 125 231.
BENOIT (Marcelle), IV — 91.
BENOIT (Pierre), IV — 91.
BENOUVILLE (General de), V — 142; VI — 56 244.
BENOY (Secretário-Geral do M. N. E. da Rodésia), VI — 66.
BENSAÚDE (Joaquim), II — 333.
BENTO XIV (Papa), I — 39.
BENTO XV (Papa), I — 111 238 245.
BÉRARD (Embaixador), III — 198 218.
BERENGUER, II — 89 90.
BERIA (Lavrenty), IV — 279.
BERLIOZ, VI — 355.
BERMUDES (Cesina), IV — 130.
BERNARDES (Artur da Silva), II — 216 259 281.
BERNARDES (Padre Manuel), I — 35, 70; V — 140; VI — 446.
BERNUS (Pierre), III — 318.
BESSA (Forbes), I — 184.

BETTENCOURT (João), VI — 398.
BETTENCOURT (Manuel Ortins de), II — 293 302 352; III — 30, 31 98 260 268 308 331 359 370 441 499 533 541 545; IV — 116 266 404 503; VI — 407 408 410.
BETTENCOURT (Tristão de), II — 24.
BEVAN, (Aneurin), V — 25 26 27 96.
BEVERIDGE (Lord William), IV — 3.
BEVIN (Ernest), III — 580 583; IV — 33 34 47 52 79 89 99 158; V — 26.
BHUMIBOL (Rei da Tailândia), V — 160.
BIANCHI (João de), III — 81 122 192 206 227 319 323 325 368 389 477 524 554 555 563 566 584.
BIDAULT (Georges), IV — 89 252 278; V — 461 462.
BIDRA (Von), III — 561.
BISMARK (Príncipe de), III — 37 51.
BLANC (Louis), I — 41.
BLANC (Ricardo A. P. de Faria), V — 397; VI — 20.
BLANDY (Família), I — 276.
BLECK (Carlos), II — 100.
BLUM (Léon), III — 2 34 36 51 61 62 73 90 132 171 190; IV — 100.
BOCAGE (Manuel M. B. du), VI — 103.
BOHLEN (Charles), V — 416.
BOLAND (Embaixador), V — 170.
BOMBARDA (Miguel), I — 32 62.
BOMBOKO (Justin), VI — 29 211 212 214 215 219 238.
BONBRIGHT (Embaixador), IV — 437 438 439.
BONCOUR (Paul), I — 326; II — 353.
BONDARENKO, III — 52.
BONFIGLIO, V — 408.
BONNET (Georges), III — 217.
BORDEAUX (Henri), I — 148.
BORGES (Agostinho), V — 313.
BORGES (António França), I — 28.
BORGES (António Vitorino França), V — 157 176 526; VI — 32 51 190 201 202 262 269 270 290.
BORGES (Fernando), II — 110 111.
BORGES (Francisco Pereira), I — 43.
BORGES (Vasco), I — 289; II — 282 292 297 299 300 304 316 317 333 349 350; III — 74 240.
BOSSA (José Silvestre Ferreira), II — 326 351.
BOSSUET (Jacques B.), I — 25.
BOTELHEIRO (Armando Perestrelo), III — 404 544.
BOTELHEIRO (Júlia Perestrelo), I — 101.
BOTELHEIRO (Manuel Fernandes), I — 21.
BOTELHO (Abel), I — 68.
BOTELHO (Afonso de Sousa), IV — 218 293.
BOTELHO (Carlos), III — 84.
BOTELHO (Fernanda), IV — 533.
BOTHA (Pieter), VI — 273.
BOTO (António), III — 333; V — 59.
BOUMEDIENE (Coronel), VI — 291.
BOURBON (Família), III — 202.
BOURGET (Paul), I — 81.
BOURQUIN (Maurice), IV — 401 466.
BOUTANY (Pierre), IV — 488; V — 142.
BOWLES (Chester), V — 290 514.
BOXER (Charles), V — 161.
BRAGA (Alexandre), I — 28 31 62 83 144.
BRAGA (Guilherme), I — 25 68.
BRAGA (Joaquim Teófilo), I — 139; II — 50 118; III — 423.
BRAGA (Luís de Almeida), I — 69 133; II — 257; III — 140; IV — 127 501.
BRAGANÇA (D. Amélia de Orleans e, Marquesa de Vila Viçosa), II — 166 181 184 257 280 293 319 327 348 349; III — 4 12 97 127 144 539 574 575 577; IV — 136 137 159 172 241 242 243 247 248 249 286.
BRAGANÇA (D. Augusta Vitória de Sigmaringen e, Condessa de Ourém), II — 166 181 182 183 184 280 319 327; III — 97.
BRAGANÇA (D. Duarte Nuno, Duque de), I — 200 237; II — 177 224 225 257 275 348 349; III — 97 179 424 527; IV — 58 137 138 162 176 179 223 242 372 484; V — 176 375 509 526; VI — 322.
BRAGANÇA (Eduardo), II — 24.
BRAGANÇA (D. Filipa de), III — 424 425; IV — 372 484; V — 176; VI — 199 226 247.
BRAGANÇA (Príncipe D. Luís Filipe de), I — 22; IV — 137.
BRAGANÇA (D. Maria Antónia de), V, 176.
BRANCO (Aguiar), V — 342.
BRANCO (Fernando), II — 62.
BRANCO (Marechal Humberto Castelo), V — 558 559; VI — 53 165 166 169 176 178 179 225 234 287.
BRANCO (Pedro de Freitas), V — 463.
BRANDÃO (Cal), IV — 470; V — 342; VI — 85.
BRANDÃO (Raul), II — 164.
BRANDT (Willy), VI — 211.
BRASILLACH (Robert), III — 60 148.
BRASIO (António), V — 161.
BRAVO (Pinto), II — 24.
BREJNEV (Leonid), V — 369 593.
BRENTANO (H. Von), V — 93.
BREYNER (Leonor de Mello), V — 602.
BRIAND (Aristide), I — 326; II — 157.
BRION (Nuno de), V — 138.
BRITO (Alberto Carlos de), V — 600.
BRITO (São João de), III — 281; V — 540.
BRITO (Rocha), I — 72.
BRITO (Xavier de), I — 136.
BRIZAT (Coronel), V — 337.
BROCHADO (Costa), V — 34 281.
BROSIO (Manlio), V — 570; VI — 1.
BROWN (George), VI — 300.
BRULON (Guillemé), VI — 220 222 223.
BRUN (André), I — 242.
BRUNETIÈRE (Ferdinand), I — 81 148.
BUKHARIN, II — 157.
BULGANIN (Nicolay), IV — 380 399.
BULHOSA (Manuel), VI — 331.
BULL (Benjamin Pinto), V — 454.
BUNDY (Mc George), V — 289 581.
BURGER (Embaixador), VI — 117 119.
BURNAY (Conde de), II — 352.
BURON (Robert), IV — 361 366.
BUTLER (Barão Richard), III — 156 184 318.
BYRNES (Jymmy), IV — 33, 34 76.

CABALLERO (Largo), III — 7 27 59 101 138.
CABANELLAS (General), III — 59.
CABEÇADAS (José Mendes), I — 288 289 301 302 303 304 305 306 307 309 310 311 312 314; II — 123; IV — 19 71 81 230 316; V — 21 478 480; VI — 208.
CABRAL (Alexandre), IV — 533.
CABRAL (Amilcar), V — 454.
CABRAL (António), I — 74 304.
CABRAL (Coelho), III — 404.
CABRAL (José), II — 275 321; III — 74.
CABRAL (Pedro Álvares), III — 281 301; V — 540; VI — 335 346 364 365 387 422.
CABRAL (Pereira), V — 342.
CABRAL (Sacadura), I — 222 236; III — 281; V — 50.
CABRAL (Tasso de Miranda), III — 153 155.
CABRITA (Henrique), II — 278 292.
CADOGAN (Sir Alexander), III — 147, 155 176 177 260 313 476 512 515 525 583 584.
CAEIRO (Francisco), III — 288.
CAETANO (Marcello José das Neves Alves), II — 41 169 198 234 237 283; III — 288 338 543 545 546 547; IV — 36 43 44 50 55 58 62 63 66 67 68 69 80 81 83 93 103 109 115 116 117 118 120 127 128 131 134 139 159 168 169 173 178 201 209 217 227 230 234 243 245 246 264 266 293 316 320 337 354 362 372 374 375 378 383 384 385 404 405 409 412 414 432 433 437 444 446 447 448 449 464 465 467 472 485 489 491 492 493 494 503 504 510 511 518 520 524 526; V — 22 125 144 208 244 251 255 394 395 396; VI — 20 22 236 363 404 406 407 408 409 412 413 415 416 419 421 427 434 440 441.
CALADO (Rafael), I — 109.
CALAFATE (Luís), V — 55 56.
CALDAS (Pereira), IV — 112 192.
CALDEIRA (Fernando), I — 68 106.
CALHEIROS E MENESES (Francisco de), III — 14 34 36 37 43 50 51 52 60 63 72 74 223; IV — 386.
CALMON (Pedro), III — 580 581; IV — 258 270 271; V — 161 377; VI — 364 365.
CALVÃO (Guilherme Alpoim), VI — 189.
CAMACHO (Inocêncio), II — 229.
CAMACHO (Manuel Brito), I — 22 28 31 32 62 66 75 123 124 126 131 132 136 138 144 145 160 162 163 168 182 183 188 219 240 262 315; II — 50 219 379; IV — 286.
CÂMARA (Filomeno da), I — 212 286 287 310 311 315 316 323 324; II — 65 66 72 75 176.
CÂMARA (Cardeal D. Jaime de Barros), V — 76 373.
CÂMARA (Leal da), I — 28.
CÂMARA (Silvino da), I — 317.
CAMARGO (Joracy), IV — 23.
CAMILO (Castelo Branco), I — 68; V — 543; VI — 46 53.
CAMINHA (Adriano Antunes), IV — 334.
CAMINHA (Maria do Carmo), IV — 334.
CAMINHA (Pero Vaz de), III — 95.
CAMÕES (Luís de), I — 10; III - 95; IV — 378; VI — 188.
CAMOESAS (João), I — 220; II — 184.
CAMOSSA (João), VI — 87.
CAMPBELL (Roy), III — 60.
CAMPBELL (Sir Ronald), III — 269 300 310 311 312 313 317 318 319 322 323 328 330 331 340 341 342 343 344 347 351 352 355 356 357 364 365 367 371 372 377 378 379 380 381 382 383 384 386 390 391 396 397 398 399 400 403 406 407 408 411 412 420 421 423 430 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 464 467 469 470 472 473 474 476 477 478 479 480 482 483 490 491 492 493 494 496 497 499 503 504 505 506 508 510 511 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 533 534 535 536 537 538 539 540 549 550 551 552 553 554 555 557 562 563 564 566 567 578 579 582; VI — 195.
CAMPOS (Agostinho de), II — 300.
CAMPOS (Camarate de), II — 292.
CAMPOS (Ezequiel de), I— 261 263 307 308; II — 55 56 227 328; III — 526; V — 167 249.
CAMPOS (João Mota Pereira de), V — 256 396.
CAMPOS (José Moreira de), IV — 129 316 347; V — 177; VI — 208.
CAMPOS (Vieira de), I — 100.
CANDETH (General), V — 354.
CÂNDIDO (António), I — 178 234; II — 83.
CANEDO (Diez), II — 129.
CANNON (Canvendish), IV — 273.
CANTERNACH, III — 281.
CANTO (Bernardo do), III — 128.
CAPELO (Hermenegildo), VI — 183.
CARDOSO (Padre), I — 34.
CARDOSO (General Alfredo E. de Sá), I — 141 200 201 202 219 220 239 260; II — 51 65 72 73 111 184 185; IV — 6 19.
CARDOSO (António Maria), I — 17.
CARDOSO (Artur A. Camacho Lopes), I — 260.
CARDOSO (Carlos de Sá), IV — 314 317; VI — 319.
CARDOSO (Henrique), I — 136.
CARDOSO (José Pires), IV — 524; V — 26; VI — 233.
CARDOSO (Pedro), V — 209 560.
CARLOS I (Rei de Portugal), I — 186; III — 144; IV — 231 484.
CARLOS (Rei de Inglaterra), IV — 390; V — 526.
CARLOS V — (Imperador), III — 139 202; V — 349.
CARLOS DE ÁUSTRIA (Arquiduque), III — 202.
CARLOS (Príncipe da Bélgica), IV — 82 92 93 253 260; V — 163.
CARLOS (Adelino da Palma), III — 20; V — 125.
CARLOS (Manuel João da Palma), IV — 469.
CARMO (Pr. Ten. Oliveira e), V — 375.
CARMONA (António Óscar Fragoso), I — 240 242 260 265 288 301 303 307 310 311 315 316 319 320 323 324 335 337; II — 4 23 24 26 27 32 33 39 42 44 49 56 62 68 73 83 93 94 96 97 99 100 106 110 112 115 120 122 123 125 126 129 132 137 138 141 142 144 146 156 167 168 181 186 187 190 191 192 197 198 199 216 217 218 219 224 226 232 233 234 237 238 241 247 249 254 259 260 261 262 263 264 265 270 274 275 283 284 285 286 288 289 296 297 298 300 302 303 313 314 319 320 322 324 325 327 328

329 333 334 336 338 339 352 353 364 365 366 367 371 379; III — 4 14 22 28 50 56 68 75 84 93 95 96 98 127 128 138 140 142 143 147 148 159 162 163 164 172 183 184 185 187 192 193 200 206 210 211 214 219 225 231 232 234 255 264 265 267 278 280 281 288 301 302 308 323 329 331 338 341 369 370 379 401 405 406 407 411 413 424 425 430 441 451 459 472 475 514 516 517 522 533 541 542 543 548 558 559 560 561 573 575 577 581 590; IV — 12 23 31 35 38 41 43 48 50 51 53 57 62 69 70 81 82 88 109 111 112 113 114 115 116 118 119 120 127 128 131 132 134 145 146 148 151 152 164 168 169 170 179 200 211 214 215 216 219 221 223 242 243 248 249 335 414.

CARMONA (Barbosa), III — 483.

CARMONA (Maria do Carmo), IV — 215.

CARNEGIE (Sir Lancelot), I — 117 123 141 142 143 144.

CARNEIRO (Barbosa), IV — 363.

CARNEIRO (Gaspar Sá), VI — 189.

CARNEIRO (José da Costa), III — 124 153.

CARNEIRO (Mário de Sá), I — 165; II — 176.

CARNEIRO (Rui de Sá), III — 548; IV — 126 192.

CAROL (Rei da Roménia), III — 332; IV — 287.

CARRASCO (Coronel Caeiro), V — 246.

CASADO (Coronel), III — 189.

CASANOVA (Alfredo), III — 45.

CASIMIRO (Augusto), II — 72 73.

CASIMIRO (Manuel), I — 178.

CASSADY (Almirante), IV — 53.

CASTANHEIRA (Glória), I, 166 190 191 194 213 215 228 231 232 233 252 254 255 256 258 314; II — 32 199; VI — 242.

CASTANHEIRA (José Marques), III — 561.

CASTELHANO (General), III — 454.

CASTIELLA (Fernando Maria), IV — 463 464; V — 114 147 212 213 463 477 483 521 522 524 547.

CASTILLO (Del), III — 7.

CASTRO (Álvaro Xavier de), I — 69 187 200 217 219 220 221 223 240 260 261 263 325; II — 26 50 297; III — 277; IV — 6 19; VI — 208.

CASTRO (Augusto de), I — 242; II — 306 307; III — 135 203 249 280 295 338 388 471 526 561; IV — 148 172 180 199 205 219 236 240 248 249 250 251 252 360 361 371 389 422 451; V — 146 225 523 524 543 585 606; VI — 29 44 64 65 82 91 212 250 255.

CASTRO (Baltazar de), III — 483.

CASTRO (Chaves e), I — 133.

CASTRO (Coutinho e), III — 49.

CASTRO (João do Canto e Castro Silva Antunes), I — 187 200; II — 287; III — 231.

CARVALHAES (Esmeraldo de), II — 284.

CARVALHAIS (Stuart), III — 388.

CARVALHO (Domitila de), I — 106; II — 293; III — 144.

CARVALHO (Fernando Martins de), I — 63; II — 226 257; III — 12.

CARVALHO (Fernão Boto de), V — 86.

CARVALHO (Francisco Neto de), V — 542; VI — 372.

CARVALHO (Henrique de M. V. Martins de), IV — 24 524; V — 90 167 169 225 246 424 439.

CARVALHO (Herculano de), III — 159.

CARVALHO (João), I — 260.

CARVALHO (Joaquim Coelho de), I — 204 205 210 211 212 213.

CARVALHO (Joaquim Teixeira de), I — 108.

CARVALHO (Lopo de), II — 333; III — 127.

CARVALHO (Manuel Ferreira de), III — 585; IV — 427.

CARVALHO (Maria Judite de), IV — 533.

CARVALHO (Mariano de), I — 9 10 11 13 14 30 173; II — 18; VI — 155 183.

CARVALHO (Marques de), III — 149.

CARVALHO (Nobre de), VI — 232 249 321.

CARVALHO (Pereira de), I — 321.

CARVALHO (Raul de), IV — 533.

CARVALHO (Ribeiro de), I — 188 296 300; II — 72 73.

CARVALHO (Alferes Santiago de), V — 375.

CARVALHO (Tavares de), II — 72.

CARVALHO (Valente de), IV — 504.

CASTRO (Eugénio de), I — 69 81 106 133 165; II — 300.

CASTRO (Fernanda de), II — 187 315 333; III — 58.

CASTRO (Fidel de), V — 13 51 109 115 150 163 197 260 277 433 588; VI — 115.

CASTRO (D. João de), III — 95.

CASTRO (João de), I — 79 81 90.

CASTRO (Dr. João de), VI — 398

CASTRO (Joaquim P. Pimenta de), I — 127 136 137 139 148 151 162; II — 23 298.

CASTRO (Monsenhor José de), II — 331; III — 265.

CASTRO (José Guilherme de Melo e), III — 159 IV — 384; V — 86 397; VI — 239 377.

CASTRO (José Luciano de), I — 9 139 141; IV — 102 128.

CASTRO (José Maria Ferreira de), II — 164; III — 415 423; IV — 9 22 29 496 531.

CASTRO (Maria Cristina da Câmara), VI — 398 400 420 423.

CASTRO (Mário de), IV — 24 129.

CASTRO (Silva e), III — 152.

CATARINA (Imperatriz da Rússia), II — 158.

CATELA (José), III — 497.

CAVACO (Francisco), I — 166 182.

CAVACO (João), I — 95 106.

CAYOLA (Júlio), III — 152.

CENTO (Fernando), V — 43; VI — 15 32 43 44 47.

CEREJEIRA (Cardeal Manuel Gonçalves), I — 69 73 79 80 81 82 83 84 85 91 92 93 94 95 100 101 102 103 107 108 109 110 111 129 130 132 133 134 135 146 147 148 150 168 169 172 176 179 181 182 183 190 216 234 253 255 257 274 291 295 299 312 313 319 324 329 337 339; II — 2 3 8 9 12 17 49 60 66 72 93 94 95 96 97 101 129 152 156 165 166 177 197 218 219 248 266 267 282 290 293 296 298 319 325 364; III — 4 21 67 68 95 97 98 116 117 118 119 127 142 159 231 261 262 263 264 265 278 280 301 302 317 339 425 430 474 475 542 553 554; IV — 30 31 35 37 48 49 50 110 111 147 164 236

240 260 271 286 292 293 365 377 458 490 494; V — 17 27 42 64 65 66 69 70 71 72 117 128 152 153 155 162 196 253 254 350 351 371 380 429 444 540 541 547 584 591 594 597 605; VI — XVI 54 63 180 188 200 201 202 257 308 314 326 335 345 354 374 404 422 432 443.
CEREJEIRA (Júlio), I — 146.
CÉSAR (Amândio), IV — 532.
CÉSAR (Ângelo), II — 272; VI — 126.
CÉSAR (António), I — 93.
CÉSAR (José Júlio), I — 198.
CÉSAR (Júlio), I — 249; II — 295 152 210 211; III — 262 265 266; IV— 30 31.
CHAGAS (Francisco António das), V — 244 439; VI — 277.
CHAGAS (João Pinheiro), I — 10 28 29 31 32 66 73 114 117 118 122 139 145 202 242 264; II — 50; IV — 128 129.
CHALLE (Maurice), V — 260.
CHAMBERLAIN (Austen), I — 326; II — 157 188.
CHAMBERLAIN (Neville), III — 96 133 134 145 146 147 152 169 170 171 172 181 182 183 194 212 219 269 400.
CHAMPAULT, I — 192.
CHANDOS (Lord), VI — 195.
CHANTERAINE (Philipe d'Estailleur de), V — 122 142 421 557; VI — 55.
CHASTENET (Jacques), V — 109.
CHATEAUBRIAND (Assis), IV — 102.
CHAUTEMPS (Camille), III — 51 132 134 152 171.
CHAUDHURI (General), V — 354.
CHAVES (Alfredo), I — 319.
CHAVES (Francisco da Cunha Rego), I — 200 235; II — 51 65 73 111 185.
CHAVES (João Ubach), IV — 159; V — 94 397.
CHEKE (Marcus), III — 420 434.
CHEVALIER (Jacques), III — 281.
CHIESA (Cardeal Della), I — 111.
CHOPIN, I — 49.
CHU-En-Lay, V — 545 550 552.
CHURCHILL (Randolph), IV — 42.
CHURCHILL (Winston S.), III — 172 269 292 299 305 311 318 322 327 328 342 347 357 361 371 406 407 408 409 410 411 418 419 420 421 430 431 432 433 434 435 451 452 453 454 456 458 459 460 461 462 466 467 468 472 473 474 475 476 478 479 480 481 493 494 495 506 507 508 509 510 511 513 515 521 522 523 525 533 535 549 550 562 563 566 579 580 589; IV — 11 39 42 46 47 54 74 100 172 252 293 325 326 355 358 380; V — 367 608; VI — 2 3 195 441.
CIANO (Conde Galeazzo), III — 17 50 72 194 269 454.
CÍCERO, I — 47.
CICOGNANI (Cardeal), VI — 15 224 258 276.
CID (Sobral), I— 72.
CIDADE (Hernâni), IV — 22; V — 167 249 312 510; VI — 142 365.
CINTRA (Luís Lindley), VI — 87.
CIRIACCI (Cardeal), III — 263 267.
CISNEIROS (Violante de), pseudónimo de Cortes-Rodrigues, I — 166.
CLARO (António), I — 315.
CLAUDEL (Paul), VI — 38.
CLEMENCEAU (Georges), II — 176 188.
CLEMENS (René), VI — 290.
CLEMENTE XII (Papa), I — 39.
COCHOFEL (João José), III — 417.
COCTEAU (Jean), II — 176.
COELHO (Armando Ramos Paula), V — 437; VI — 21.
COELHO (Augusto Victor), VI — 382.
COELHO (Caldeira), I — 205.
COELHO (Domingos Pinto), II — 169 257.
COELHO (Eduardo), III — 403; IV — 285 331 400; V — 50 140 555 556; VI — 188 240 378 380 388 391 392 393 395 396 398 403 405 415 422 423 424 426 439.
COELHO (Etelvina), III — 544.
COELHO (Jacinto do Prado), IV — 533.
COELHO (José Gabriel Pinto), I — 84 97 132 133 150 171 196; II — 272; IV — 114 164 169; V — 63.
COELHO (Luís Pinto), III — 28; IV — 24; V — 483; VI — 16.
COELHO (Macieira), VI — 439.
COELHO (Manuel Maria), I—225 235; III—82.
COELHO (Pinheiro), IV — 57.
COELHO (Trindade), I — 69; II — 45.
COIMBRA (Adriano), III — 579.
COIMBRA (António), IV — 97.
COIMBRA (Eduardo), I — 68.
COIMBRA (Frei Henrique de), V — 129.
COIMBRA (José Rodrigues), I — 21.
COIMBRA (Leonardo José), I — 69 199 211 220 239 240.
COLAÇO (Amélia Rey), I — 191; III — 333 423; V — 605 607; VI — 103 314.
COLAÇO (Branca de Gonta), I — 109 165; II — 200.
COLAÇO (João Telo de Magalhães), I — 96 133 189 190 195 196 197 203 205 206 207 211 228; III — 55.
COLAÇO (Tomás Ribeiro), IV — 248 258.
COLETTE, II — 176; III — 388.
COLYTON (Lord), V — 377; VI — 195.
COMTE (Auguste), I — 70.
CONNALLY (Senador), IV — 141.
CONNOLEY (Greg), V — 449.
COOTE (Colin), IV — 101.
COPERNICO, I — 25.
COPPÉE (François), I, 81.
CORDEIRO (Luciano), I — 9; II — 310.
CORDES (João José Sinel de), I — 286 287 288 297 308 315 316 318 323 324 325 326 327 328 331 336; II — 10 20 27 47 277.
COROT (Camille), V — 168.
CORREIA (António Augusto Peixoto), V — 438 590; VI — 20 380.
CORREIA (Araújo), II — 24 198 234 268 272 293 379 500; VI — 21.
CORREIA (Cecília), I — 49 55.
CORREIA (Eduardo), IV — 165 378.
CORREIA (Ferrer), IV — 257.
CORREIA (Francisco G. Velhinho), I — 241 260.
CORREIA (João de Araújo), III — 416.
CORREIA (José de Almeida), I — 22 166 181.
CORREIA (Josefina), I — 49 55.

CORREIA (Luís António de Magalhães), II — 56 62 69 112 121 142 198 312.
CORREIA (Manuel António), II — 185.
CORREIA (Manuel Pio), VI — 166 167 168.
CORREIA (Maximino José de Morais), IV — 96 165 293; V — 28.
CORREIA (Mendes), III — 152.
CORREIA (Natália), IV — 533.
CORREIA (Romeu), VI — 190.
CORTE-REAL (António do Amaral), I — 57 187 209.
CORTE-REAL (António X. Perestrelo), I — 5 209.
CORTE-REAL (Luíz A. H. da Cunha), I — 187.
CORTEZ (Ulisses Cruz de Aguiar), II — 272; III — 240; IV — 24 39 58 116 117 127 131 159 168 191 201 251 375 449 468 502 510 522; V — 341 397; VI — 19 20 21 53 54 110 120 245 277 295 340 346 349 363 371.
CORTEZÃO (Armando), III — 44; IV — 7; V — 161 208 249 253 510.
CORTEZÃO (Jaime), I — 69, 162 235 321 325; II — 26 50 51 93 118 130 184 219 317; III — 44 179; IV — 8 258 271 469 470; V — 5 21 26 27 67 161 208 342; VI — 86.
COSTA (Afonso Augusto da), I — 28 29 31 32 50 62 66 75 76 77 83 95 103 104 106 107 110 112 122 126 132 137 138 141 142 143 145 159 160 161 162 163 180 188 202 223 236 241 242 261 262 325 326; II — 18 26 46 50 65 93 123 130 166 185 219 225 246 267 275 276 277 278 282 291 292 314 326 379; III — 94; IV — 102 286; VI — 183.
COSTA (Alberto Marques da), VI — 208.
COSTA (Artur Lobo da), II — 337; III — 143.
COSTA (Carlos), V — 487.
COSTA (Celestino da), IV — 71.
COSTA (Cunha e), I — 94 191 234 240.
COSTA (Eduardo), II — 339.
COSTA (Feliciano da), I — 184.
COSTA (Fernandes Francisco), I — 22 28 72 202.
COSTA (Fernando dos Santos), II — 272 313 337 348 353 364 366; III — 4 13 32 46 56 89 98 128 140 205 214 225 260 268 276 320 350 359 371 406 408 425 429 441 469 533 544 545 547 548 560; IV — 36 38 42 44 51 55 56 62 63 64 66 67 68 70 114 116 131 144 146 164 181 190 193 199 202 211 216 217 218 224 226 255 256 266 281 288 294 308 336 337 354 372 383 384 392 395 404 405 409 412 444 450 454 465 468 485 489 493 494 499 503 504 509 510 512 513 518 519 520 521 523 524 525 526 527; V — 2 15 238; VI — 54 181 407 408 410 426.
COSTA (Francisco), IV — 24 531.
COSTA (Pe. José Frutuoso da), I — 16 18 19 21 33 45 58 59 70.
COSTA (José Gomes da), III — 576.
COSTA (José Manuel da), IV — 259; VI — 340.
COSTA (Levy Marques da), I — 317.
COSTA (Luís Lopes da), VI — 392 398.
COSTA (Manuel Fernandes), I — 211.
COSTA (Marechal Manuel Gomes da), I — 298 299 301 303 305 306 307 309 310 311 312 313 315 316 324; II — 59 84 109 367 368; III — 26 414; VI — 52 53 181 183 185.
COSTA (Manuel Rafael Amaro da), V — 199 243 408; VI — 21 55.
COSTA (Mário Júlio de Almeida), VI — 298 340.
COSTA (Mário Pessoa da), II — 124.
COSTA (Nascimento e), V — 200 208.
COSTA (Providência e), III — 152.
COSTA (Silva e), III — 424.
COTTA (José Coelho de Almeida), VI — 20.
COTY (René), II — 159.
COUCEIRO (Henrique Paiva), I — 188; II — 92 339 348; III — 140 142 503; V — 231; VI — 183.
COUCEIRO (João), I — 57.
COUTINHO (Carlos Viegas de Gago), I — 222 236; II — 300; III — 281.
COUTINHO (Fernando Pereira), IV—218; VI—88.
COUTINHO (João de Azevedo), I — 116; II — 68 99 102 166 184 224 225 292 348; III — 97 144 179 424 559; VI — 183.
COUTINHO (Luís de Albuquerque Azevedo), IV — 111; V — 437; VI — 21.
COUTINHO (Marco António de Azevedo), II—310.
COUTINHO (Miguel Pereira), III — 564; IV — 42 55 216.
COUTINHO (Vítor Hugo de Azevedo), I — 125 126 127 136 137.
COUTO (João do), III — 152.
COUTO (Ribeiro), III — 512.
COVILHÃ (Pero da), V — 88.
CRAMBORNE (Lord), III — 87.
CRANEN, I — 318.
CRATO (D. António, Prior do), II — 336.
CRAWLEY-BOEEVEY (Mateo), I — 328 329 330 337 338 339; II — 3 10.
CRESPO (Gonçalves), I — 106.
CRESPO (Manuel Pereira), VI — 380 381.
CRIPPS (Sir Stafford), III — 184 413.
CRISÓSTOMO (João), I — 11.
CRISTO (Homem), I — 28 132; III — 28.
CROCKER, III — 493.
CROWE (Sir Eyre), I — 120.
CRUZ (Alberto), V — 187 207.
CRUZ (Albino de Sousa), II — 290 329 333; III — 56 301; IV — 258; VI — 119.
CRUZ (Amparo), I — 3 19 59 198; III — 304.
CRUZ (Crisóstomo da), IV — 331.
CRUZ (Padre Francisco), IV — 111.
CRUZ (Domingos Braga da), IV — 455; V — 33.
CRUZ (Guilherme Braga da), I — 91 169 197; IV — 164 337 401; V — 206 509; VI—XVII 234.
CRUZ (Humberto), II — 100 296.
CRUZ (João de Freitas), VI — 65 119 139 151 160.
CRUZ (José Maria Braga da), I — 231 232; II — 248 292; III — 267.
CRUZ (Perpétuo da), II — 64.
CRUZ (Viriato), V — 280.
CUNHA (Alexandre Ribeiro da), VI — 249.
CUNHA (Augusto da), I — 10 11.
CUNHA (Brito e), I — 146 165.
CUNHA (Edmundo da Luz), IV — 521.
CUNHA (Eduardo Pinto da), III — 482.
CUNHA (Joaquim da Luz), IV — 521; V — 438 458 563; VI — 110 206 294 295 296 327 379.
CUNHA (Joaquim Moreira da Silva), IV — 383 401; V — 206 436 438 457; VI — 20 103 109 154 237 247 248 254 260 263 346 347 358 372 394.
CUNHA (D. Luís da), II — 310 311.

CUNHA (Luís J. de A. M. Veiga da), IV — 152.
CUNHA (Martins da), VI — 428 439.
CUNHA (Paulo Arsénio Verissimo), IV — 190 200 211 237 239 247 251 252 254 255 256 271 272 281 284 294 306 319 331 336 337 340 344 346 348 351 354 355 358 359 360 362 363 364 365 367 373 374 382 388 390 391 395 399 400 401 402 422 427 429 433 435 436 437 438 446 448 449 456 457 463 464 466 467 510 522; V — 127 146 206 251 255 442.
CUNHA (Peixoto e), III — 143 268 429 543 564; IV — 116 117.
CUNHA (Rui da), V — 138 148.
CUNHA (Santos da), V — 86.
CUNHA (Soares da), VI — 4.
CUNHA (Tristão da), III — 282.
CUNHA (Vasco Leitão da), V — 547 558; VI — 53.
CUNHA (Vasco Pereira da), III — 109; IV — 273; VI — 218.
CUNHAL (Álvaro), V — 111.
CURTO (Amílcar da Silva Ramada), I — 69 165 199 202 204 220 240 297 331; II — 180; III—388 423; IV — 19 313 502; V — 125 249.

DALADIER (Edouard), III — 51 171 178 194.
DAMIÃO, I — 176.
DANIEL (Cardeal Pla y), V — 350.
D'ANNUNZIO (Gabriel), I — 227; II — 176.
DANTAS (João Ribeiro), V — 58.
DANTAS (Júlio), I — 68 95 111 180 235 240; II — 164 297 327; III — 148 152 277 278 338 491 526 559; IV — 91 172 378 434; V — 252 406.
DANTAS (Santiago), V — 401.
DANTAS (Sousa), III — 512.
DANTE, VI — 285.
DARLAN (François), III — 308.
DAVISON (Sir John Biggs-), VI — 195 244.
DAYE (Pierre), II — 330.
DEBRÉ (Michel), V — 64 168; VI — 352 358 377.
DE GAULE (Charles), III — 269 295 308 482 540 543 561; IV — 3 101 325; V — 13 50 52 57 64 88 91 108 109 132 133 135 142 143 151 163 168 169 233 260 261 276 304 305 337 416 452 461 462 554 594 608; VI — 13 14 40 50 103 104 117 123 128 170 174 178 243 351 352 358 368 377 431.
DE LA ROCQUE, II — 159.
DELBOS (Yvon), III — 36 53 105 134.
DELCASSÉ (Théophile), I — 77.
DELGADO (Humberto da Silva), III — 49 144 163 390 423 468 503; IV — 270 336 372 405 450 451 468 469 485 486 492 495 496 497 498 499 500 501 502 503 509 511 513 524 525 527; V — 1 12 16 18 20 21 22 26 27 33 41 43 44 48 49 50 53 54 55 56 58 66 67 72 77 84 90 96 97 98 107 138 144 148 193 194 197 198 199 209 211 220 223 381 382 396 462 564; VI — 3 16 18 34 35 54 55 67 85 127.
DELGADO (general Mira), V — 244.
DELL'ACQUA (Monsenhor), V — 430 444 591 596 598 599; VI — 15 62 124 172 188 224 257 258 263 275 276 277 280 286.
DENIZET (Jean), V — 161.
DENNISON (almirante), V — 463.
DESCAMPS (Paul), II — 330.
DESCARTES, I — 25.
DESCHAMPS, I — 192.
DESLANDES (Luís), IV — 218.
DESLANDES (Venâncio), V — 66 146 272 420 421 422 423 424 425 434 436 457 463 470; VI — 49 384.
DESMOULINS, I — 41 47 71 155 191 209; II — 207.
DEUS (João de), I — 68.
DEVI (Rainha Ratva), V — 146.
DIAS (Adalberto Gastão de Sousa), I — 302 303 321; II — 51 109 110 185; III — 526.
DIAS (Caetano), V — 175.
DIAS (Carlos Malheiro), I — 68 70 84; II — 290 329; III — 339.
DIAS (Fernando de Quintanilha de Mendonça), IV — 139 495 523; V — 191 208 241 245 424 458; VI — 103 109 252 327 379.
DIAS (Joaquim da Silva), II — 131.
DIAS (José Ferreira), II — 55; III — 288 548; IV — 267 522 523 524 526; V — 2 89 94 106 255 263 434 437.
DIDEROT, I — 70.
DIEFENBAKER (John), V — 163.
DILL (Sir John), III — 467.
DIMITROF, III — 54.
DINIS (Rei de Portugal), I — 109.
DINIS (Júlio), III — 388.
DIREITO (Rodrigues), IV — 317.
DISRAEL (Benjamin), III — 355.
DODD, III — 18 20.
DOLLFUSS, II — 159.
DOMINGUES (Amílcar), V — 55.
DOMINGUES (Luís Silva), I — 315; V — 237 245.
DORNELAS (Afonso), III — 152.
DRUMMOND (Sir Eric), II — 39.
DUARTE (António), VI — 440.
DUARTE (António Ferreira de Sousa), I — 20.
DUARTE (Carvalhão), IV — 9 258.
DUARTE (Padre Gomes), VI — 439.
DUARTE (José), I — 3 4 5 6 7 59 111 153; II — 135; III — 304.
DUARTE (Teófilo), IV — 63 116 174 190.
DU-BOULAY (capitão), III — 452.
DUBCEK (Alexandre), VI — 350 351 376 377.
DUHAMEL (Georges), II — 160 330.
DULLES (John Foster), IV — 278 289 326 399 402 428 430 437 438.
DUQUE (Rafael), II — 286 324 356 379; III — 239 287 423 499 541 547; IV — 159 176 265.
DURAND (Bernard), IV — 273.
DURÃO (Ricardo), II — 217; III — 28 144 163 564; IV — 24 148.
DURRUTI, III — 7.

EÇA (Pereira d'), I — 122.
ECCLES (Sir David), III — 258 259 260 271 272; V — 232.
ECHEVARRIETA, II — 317.
EDEN (Anthony), II — 353; III — 3 5 6 15 17 18 40 41 42 43 51 52 55 66 73 75 76 79 81 87 88 96 105 106 107 109 111 112 113 123 124 125 126 130 131 132 135 136 137 146 152 156 167 168 212 300 305 313 321 322 324 326 327 330 341 342 347 357 358

359 371 377 379 396 397 409 420 421 431 432 433 434 437 439 450 452 455 456 457 459 460 461 467 468 469 473 475 476 478 480 493 494 495 504 505 511 512 515 520 522 523 524 525 538 539 550 555 562 580 589; IV — 252 253 266 325 380 391 430; V — 14.
EDIMBURGO (Duque de), IV — 447.
EDUARDO VII, I — 77; IV — 390; VI — 262.
EDUARDO VIII, II — 112 284 352 353, III — 261.
EISENHOWER (Dwight), III — 565. IV — 206 210 211 212 278 279 280 299 326 380 430 437; V — 14 64 91 92 108 117 118 132 133 134 135 136 137 143 147 149 163 164 351; VI — 431.
EISENLOHR, III — 535 537 538.
ELBRICK (Charles Burke), V — 43 55 118 134 136 210 211 213 229 271 279 295 296 297 298 299 314 315 319 320 352 355 356 372 413 427 440 462 485 508 515 526.
ELIOT (T. S.), II — 157.
ELTZE, III — 537.
ENES (António), I — 10 14; II — 339; VI — 81 183.
ENGELS, I — 40.
ENTWISTTE (William), III — 314.
ÉPINAY (Lalive d'), IV — 401.
EPP (Von), III — 206.
ERHARD (Ludwig), V — 93 263 266 303; VI — 23 64.
ESKOL (Levi), VI — 298.
ESPERANÇA (Assis), IV — 22 496.
ESPREGUEIRA (Manuel), I — 29, II — 18.
ESTALINE (José), II — 157 306; III — 1 2 3 59 223 462 513 563 579 580; IV — 4 9 194 279 280 281 326 380; VI — 437.
ESTEFÂNIA (Rainha D.), III — 569 576.
ESTERMANN, III — 281.
ESTEVAN (Armindo), IV — 6.
ESTÊVÃO (José), II — 83; V — 543.
ESTEVES (Raul), I — 286 288 299 310 315; II — 68 107, 169 225 285 365 366.
ESTEVES (Xavier), I — 199.
EUSÉBIO (José de Almeida), II — 129 133 225.
EVANGELISTA (Júlio), V — 207.
EVATT, III — 583 584 585.
EVERETT, III — 352 390.
EYSKENS (Gaston), V — 102.

FAGUET (Émile), I — 70.
FALCÃO (Franco), V — 86.
FALCÃO (José), I — 28 32 61.
FALCÃO (D. Manuel), VI — 355.
FALEIRO (Dr. Lima), VI — 439.
FANJUL (general), III — 8.
FARELO (Francisco da Costa), V — 94.
FARIA (António Leite de), III — 367 512 562; IV — 144 174 175 176 177 248 249 256 257 258 268 269 270 284 319 340 435 455; V — 57 430 444 445 540 579 591; VI — 15 59 76 123 124 172 187 224 253 257 258 263 275 277 278 282 389.
FARIA (Dutra), V — 420.
FARIA (João Alberto), II — 169.
FARIA (D. José Leite de), I — 238.
FARIA (Severim de), VI — 182.
FARLEX (James), IV — 114.
FARMER (Gene), V — 402 403 404.
FARO (Manuel J. C. P de Abreu), VI — 377.
FAURE (Edgar), IV — 246 252 349.
FAURE (Paul), III — 51.
FAURE (Rolland), V — 422 588; VI — 244 433 434 437.
FAYLE, III — 390.
FEIJÓ (António), I — 68 106.
FEITOR (António de Oliveira), I — 3 7 15 16 19 26 49 59 85 112 164 178 190 213 254 313; II — 134 151 152 165 166; III — 302.
FELICI (Cardeal), VI — 347.
FÉLIX (Helena), VI — 190.
FÉNELON, I — 25 70.
FENTON, III — 308 309.
FERNANDES (Afonso Magalhães de Almeida), IV — 404 512 521 525; V — 56 227 237 238 239 240 242 243.
FERNANDES (António Alves de Carvalho), V — 256 390.
FERNANDES (António Júlio Castro), III — 28 547; IV — 24 112 116 126 171 174 191; V — 33 34 78 115; VI — 4 11 84 381 404.
FERNANDES (António de Sousa), I — 200.
FERNANDES (Augusto Pastor), V — 55 148 188.
FERNANDES (Constantino), IV — 316.
FERNANDES (Francisco), I — 187.
FERNANDES (Luis Esteves), III — 357; IV — 176 340 401; V — 196 276 296.
FERNANDES (Manuel António), IV — 426 466; V — 123; VI — 305 308 329.
FERNANDES (Raul), IV — 113 363 378.
FERNANDES (Sá), III — 291.
FERNANDES (Tomaz W.), II — 229; III — 378 380.
FERNANDES (Vasco da Gama), IV — 317 470; V — 335 342; VI — 85.
FERRADOR (Zé), I — 153; II — 18; III — 304.
FERRÃO (António Abranches), I — 235 240.
FERRÃO (Fernando Abranches), IV — 470; V — 549.
FERRAZ (Artur Ivens), I — 316 324 331 332; II — 44 52 56 57 62 68 71 72 75 344; III—552.
FERRAZ (José A. da Rocha Beleza), V — 16 17 209 225 227 229 241 243.
FERREIRA (Amorim), III — 548; VI — 44.
FERREIRA (António), II — 290; III — 333.
FERREIRA (D. António Alves), I — 107 167.
FERREIRA (Costa), IV — 102.
FERREIRA (Dias), I — 11 12; II — 18 26.
FERREIRA (Emília), III — 48.
FERREIRA (José Gomes), III — 417; IV — 22 532.
FERREIRA (Manuel Cavaleiro de), III — 547; IV — 36 116 143 331 336 350 352 357 362.
FERREIRA (Mardel), II — 57.
FERREIRA (Paulo), III — 84.
FERREIRA (Ventura), III — 95.
FERREIRA (Vergílio), III — 427; IV — 532.
FERREIRA (Vicente), I — 260; II — 26 277.
FERRER (Joaquim), III — 417.
FERRETTO (Cardeal), VI — 180 188.
FERRO (António), I — 324; II — 101 176 177 178 179 180 185 187 188 190 191 228 229 230 231

241 242 243 248 250 270 272 275 282 289 314 315 316 319 330 331 332 335 347 353; III — 12 56 57 84 148 152 164 172 173 175 247 315 338 370 512; IV — 26 386 445.
FEULLIETTE (Paul), I — 248.
FEYO (Barata), VI — 31.
FIELD (Winston), V — 525 537 560.
FIGUEIRA (Manuel), VI — 428.
FIGUEIREDO (Belchior de), I — 317.
FIGUEIREDO (Eduardo de), V — 197 205 206 334 549; VI — 85.
FIGUEIREDO (Fausto), II — 198.
FIGUEIREDO (Fidelino de), I — 265 324.
FIGUEIREDO (José de), I — 107 266; II — 274 352.
FIGUEIREDO (Mário de), I— 18 21 25 45 59 94 95 100 101 106 108 129 146 148 166 168 172 176 182 194 207 228 231 253 254 259 274 275 277 295 317 320 337; II — 10 20 21 22 24 28 31 41 42 43 44 132 133 166 185 263 266 287 292 299 300 302 315 317 322 379; III — 117 141 162 179 240 261 262 263 264 266 287 318 335 336 337 370 423 430 499 546; IV — 17 37 45 58 64 66 81 114 116 117 118 126 131 135; IV — 151 159 167 168 169 175 176 178 216 217 220 222 224 225 226 232 240 242 260 264 266 267 286 331 337 378 404 412 414 449 451 454 457 465 467 485 486 488 489 503 512 521 524 526 527; V—20 33 34 64 85 86 178 179 244 251 255 334 341 350 351 383 397 434 439 511; VI — 5 11 39 54 58 63 84 102 200 239 242 280 348 364 379 381 394 397 406 408 422 432 435.
FILHO, (Café), IV — 241 257 362 363 364 374 378 379 435; VI — 438.
FILHO (Gama), V — 58.
FILIPE II de Espanha, III — 162 201; IV — 295
FINLETTER (Thomas), V — 338 339.
FINO (Holbeche), V — 425.
FINO (Raul), I — 106.
FISHER (Max), III — 84.
FLANDIN (Pierre E.), II — 353; III — 308;
FLOR (Padre), I — 34.
FLOR (Marquesa de Valle), III — 12.
FLORES (António), IV — 70.
FLORES (Wenceslau Fernandes), II — 330.
FOCCARD, VI — 117 178.
FOGAÇA (António), I — 68.
FONSECA (Alberto Diniz da), I — 169 181 184 304; II — 97 166.
FONSECA (Álvaro Diniz da), I — 182.
FONSECA (Ângelo da), I — 211 212.
FONSECA (António), I — 219.
FONSECA (Branquinho da), II — 164.
FONSECA (Fernando), IV — 71.
FONSECA (Jaime Filipe da), V — 241 243 382 390 438.
FONSECA (Joaquim Diniz da), I — 182; II — 2 5 8 93 96 97 141 169 179 182 252 283 292 295 297 308 333 339; III — 267 278 288 314 547; IV—24 117 159 192 320 404 414; V — 12.
FONSECA (José Luís Esteves da), V — 438; VI — 21.
FONSECA (José Soares da), III — 339; IV — 127 191 245 362 383 410 468 503 522; V — 20 34 178 237 244 251 255 333 334 397 475; VI — 5 54 83 84 102 199 295 348 349 363 364 374 379 381 394 404 408 410 412 435.
FONSECA (Luís Lopes da), II — 45 57 62 106 107 317.
FONSECA (Manuel da), III — 417.
FONSECA (Quirino da), III — 152.
FONTES (Lourival), IV — 270.
FONTES PEREIRA DE MELO, II — 345.
FONTOURA (João Neves da), III — 424 436 472 478 496 504 512.
FORD (Henry), VI — 389.
FOUCHÉ, V — 294 295.
FOURIER, I — 41.
FRAGOSO (José Manuel), V — 450 468 494; VI — 221 277 364.
FRANÇA-AMADO, I — 208; II — 2.
FRANCE (Anatole), I — 177; II — 157.
FRANCO (Afonso Arinos de Melo), V — 230 231 232 233 234 235 236 363 420; VI — 210 318 323.
FRANCO (Afrânio de Melo), IV — 363.
FRANCO (Caio de Melo), III — 267; IV — 284.
FRANCO (Carmen), IV — 394.
FRANCO (Carneiro), II — 72.
FRANCO (Escultor Francisco), III — 95 316 423 483 491.
FRANCO (General Francisco), II — 187 266 315; III — 8 9 15 26 59 61 62 64 71 101 105 107 109 110 112 114 116 131 138 139 145 146 147 149 158 162 165 166 167 176 177 178 189 190 191 193 194 195 198 201 202 214 215 216 217 233 246 254 270 273 274 275 282 283 285 291 295 296 298 300 305 306 307 339 340 343 348 350 373 374 375 379 402 406 413 421 424 439 463 470 473 521 580 587; IV — 7 10 45 46 71 74 108 109 111 139 143 156 164 165 166 167 199 200 201 255 260 277 293 294 394 459 463 464 465 471; V — 5 61 64 114 143 146 147 348 369 376 382 477 483 484 485 513 522 547 594; VI — 18 43 73 207 285 294 313 403.
FRANCO (João), I — 11 12 27 29 30 31 63; II — 18.
FRANCO (Nicolau), III — 26 147 175 176 178 191 192 217 233 254 255 256 272 282 285 295 307 311 312 350 373 374 408 470; IV — 199 308 412.
FRANÇOIS-PONCET (Embaixador), III — 269.
FRANZ-LEAR, II — 176.
FRAZÃO (José Franco), II — 150 199.
FRAZÃO (Sérgio), V — 129.
FREDERICS (Wayne), V — 290 294.
FREIRE (Carlos da Silva), V — 347.
FREIRE (Gilberto), IV — 23 101 256 270 299; V — 161 442.
FREIRE (Maria da Graça), IV — 533.
FREIRE (Maria de Jesus Caetano), I — 295 329; II — 8 229; III — 200; IV — 148 331 332 333 349 364 391; V — 418.
FREIRE (Natércia), IV — 532; V — 66.
FREIRIA (Fernando Augusto), I — 239; II — 110 112.
FREITAS (General Albuquerque de), V — 227 229 243 244 245 246 250.
FREITAS (Barjona de), III — 138.
FREITAS (Costa), VI — 390 392.

FREITAS (Frederico de), VI — 443.
FREITAS (João de), I — 108.
FREITAS (João da Costa), V — 243 421.
FREITAS (José Vicente de), I — 335 336 337 338; II — 6 15 23 24 26 32 39 42 92 132 149 150 190 191 192 214 259 284 285 286 289 300 302 344; IV — 51 227 268 286.
FREITAS (Maldonado de), I — 203.
FREITAS (Rodrigues de), I — 27 61.
FRONDIZI (Arturo), V — 41.
FRUTUOSO (José), I — 259; II — 135 151.
FURSTENBERG (Cardeal Maximiliano de), V — 444 445 446 542 591 607; VI — 170 253 263 291.
FUSCHINI (Augusto), I — 10 12 13 14 30; II — 18; VI — 183.

GAIO (Manuel da Silva), I — 150.
GAITSKELL (Hugh), V — 25 96.
GALBRAITH (John), V — 289 369; VI — 64 65.
GALHARDO (Eduardo), II — 339.
GALILEU, I — 25.
GALSWORTHY, II — 160.
GALVÃO (Henrique), I — 3 24; II — 274 284 293; III — 143 152 388 423; IV — 167 168 272 285 336 373 405 450 451 485 495 524; V — 16 21 33 41 48 49 50 52 54 55 56 66 67 68 72 73 74 77 90 98 138 148 192 193 194 195 197 200 202 203 204 220 223 344 345 396 400 442 462 544.
GALVÃO (Lopes), II — 268.
GAMA (Cristóvão da), V — 88.
GAMA (José Borges da), I — 3 20 26.
GAMA (Sebastião da), IV — 532.
GAMA (Vasco da), III — 281; IV — 350 467.
GAMBOA (Tomaz), II — 284.
GANDHY (Mahatma Mohandas), II — 222; IV — 76 90; V — 602.
GARÇÃO (Alice), I — 111.
GARÇÃO (Mayer), I — 299; IV — 317; V — 191; VI — 85 208 319.
GARCIA (António Eduardo Ressano), VI — 213.
GARCIA (Elias), I — 27 61.
GARCIA (Pinto), II — 73.
GARCIA (Conde de Penha), III — 152.
GARCIA (Pulido), I — 132.
GARCIA (Ressano), I — 14 173; II— 18.
GARIBALDI, I — 227.
GARIN (Vasco Vieira), IV — 45 104 140 177 178 295 321 330 351 354 357 385 436 442; V — 212 359 361 363 368 372 531 554; VI — 29 178.
GARNIER (Christine), IV — 233 234 239 240 246 249 250 251 254 259 260 261 262 263 278 287 306 349 367 379 391 400 409 445; VI — 55 56 383 424.
GARRETT (Francisco de Almeida), II — 292.
GARRETT (João B. da S. Leitão de Almeida), IV — 358; V — 543 605.
GASPAR (Rodrigues), I — 261 304; IV — 128.
GASPERI (Alcide de), IV—100 252 271; VI—441.
GASSET (Ortega y), II — 90; III — 7 559.
GEDEÃO (António), IV — 532.
GENTIL (Francisco), II — 40 266 296; IV — 70.
GEORGE (David Lloyd), II — 254.
GERALDY (Paul), IV — 400.
GÉRIN (Léon), I — 192.
GIACOSA, I — 191.
GIDE (André), I — 192; II — 157; IV — 262.
GIL (Augusto), I — 68 177.
GIL (Celorico), I — 104.
GILANI, IV — 487.
GILLE (Paul), V — 161.
GILPATRIC (Rosswell), V — 581 584 585 586 587; VI — 16 17 23 28 29 30 56 100.
GIOLITTI, I — 227.
GIRAL (José), III — 26.
GIRÃO, I — 166.
GIZENGA, V — 259.
GLADESTONE (William), V — 608.
GODED (general), III — 8.
GODINHO (José de Magalhães), IV — 485; VI — 328.
GODINHO (Marques), IV — 71.
GODINHO (Vitorino Magalhães), IV — 532.
GODLEY (embaixador), VI — 17 24.
GOEBELS (Joseph), III — 136.
GOEMAIRE (Pierre), V — 94.
GOERING (Herman), III — 71 88 135 136.
GOICOCHEA, II — 316; III — 7 8.
GÓIS (Francisco), II — 132.
GOLDBERG (Arthur), VI — 82.
GOLDWATER (Barry), V — 600.
GOMES (D. António Ferreira), IV — 512; V—19 392 429 444 447; VI — 431 441.
GOMES (António Luís), I — 22 241; III — 291.
GOMES (Augusto Cerqueira), IV — 48.
GOMES (Dórdio), V — 177.
GOMES (Francisco da Costa), IV — 521 525; V — 188 227 229 242.
GOMES (Henrique de Barros), I — 9, 10; II — 18.
GOMES (José Henriques), I — 233.
GOMES (Manuel Cerqueira), I — 97; IV — 127 147.
GOMES (Manuel Teixeira), I — 69 117 119 120 121 122 124 127 137 139 140 142 200 219 241 261 265 286 287 289 293; II — 50 379; III — 339.
GOMES (Mário de Azevedo), I — 260; IV — 29 106 127 129 307 313 469 501; V — 5 27 191 197 205 206 342 426 478; VI — 34 85 208.
GOMES (Ruy Luís), I — 208; IV — 25 227 228 230 371.
GOMES (Varela), V — 342 382.
GOMULKA, IV — 430; V — 163.
GONARD (Samuel), VI — 142.
GONÇALVES (Assis), II — 40 260 261 282 290 338.
GONÇALVES (Augusto), I — 211.
GONÇALVES (Egito), IV — 533.
GONÇALVES (Nuno), II — 181; IV — 391.
GONÇALVES (Vítor Novais), V — 390 438.
GOODPASTER (general), V — 134.
GORGULHO (Carlos), IV — 277.
GOULART (João), V — 277 324 337 359 558.
GOUNOD, I — 109.
GOUVEIA (Acácio de), IV — 314 316 469 470; V — 67 191 197 205 206 334 549; VI — 85 208 269 319.
GOUVEIA (José Maurício de), VI — 445.
GOUVEIA (Leonel), I — 26.
GOUVEIA (Mello), I — 11.

GOUVEIA (D. Teodósio Clemente de), IV — 43; V — 446.
GOYA, V — 350.
GRAÇA (Júlio), IV — 533.
GRAÇA (Luís Quartin), IV — 112 524.
GRACE (Princesa), V — 561.
GRACIAS (Cardeal), IV — 90 273 290.
GRACIE (Leão), IV — 257 268.
GRANDES (Agustin Muñoz), III — 69; IV — 295 308 345; V — 442; VI — 17 18 45 285.
GRANDI (Dino), III — 37 51 54 146; IV — 42.
GRANJO (António), I — 69 92 187 188 199 201 204 217 218 219 220 223 224 225 235; II — 267 297 360; IV — 19.
GRASSET, IV — 239 241 246 251 307 391.
GRAVATE (Dr. José), VI — 240.
GRECO, V — 350.
GREGH (Fernand), II — 129.
GREGÓRIO XVI (Papa), I — 39.
GREY (Sir Edward), I — 119 120 121 123 124 127 137 140.
GRIEG, I — 106.
GROUSSARD (Serge), V — 6 9 10 11 57 379 380; VI — 244.
GUARDIOLA (Maria), II — 293.
GUEDES (Armando Marques), I — 69 293 294; II — 18 227; III — 388 501 526; V — 4.
GUEDES (Benard), IV — 495; V — 125 138 167.
GUEDES (Fernando), IV — 533.
GUEDES (Francisco Nobre), II — 268 283; III — 149 152 260 288 341.
GUERRA (Francisco), IV — 6.
GUERRA (Lobato), III — 128 163.
GUERRA (Rui de S. C. Teixeira), V — 89.
GUERRA (Sanchez), II — 90; V — 23.
GUERREIRO (Emídio), IV — 6.
GUILHERMINA DA HOLANDA, III — 226 241.
GUIMARÃES (Alfredo), II — 290.
GUIMARÃES (Aníbal de Mesquita), I — 336; II — 40 149 303 314 320 322 333 351 364.
GUIMARÃES (Antunes), II — 62 169 273; IV — 39.
GUIMARÃES (Elisa), IV — 22.
GUIMARÃES (Luís de Pina), IV — 259.
GUIMARÃES (Oliveira), I — 72.
GUIMARÃES (Vítor), I — 239.
GUIMARÃES (Vitorino), I — 241 260 286 288; II — 124.
GUINAZU (Henrique Ruiz), III — 317.
GULBENKIAN (Nubar), IV — 454.
GULBENKIAN (Calouste), III — 332; IV — 272 385 454; V — 4 168.
GUNGUNHANA, I — 14; II — 339.
GUNTHER (Alfredo), IV — 345.

HABSBURGO (Otão de), III—526; V—169 175; VI — 17 22 24 164.
HABSBURGO (Rudolfo), VI — 272.
HALEM (Von), III — 561 566 567.
HALIFAX (Lord), III — 88 133 134 135 136 146 152 156 167 168 169 170 173 178 181 182 184 192 197 198 216 217 218 227 230 237 244 245 249 250 251 252 253 254 260 270 282 283 285 293 299 300 322 326 327 328 351 456 494 520 524 525 549 554.
HALLESTEIN (Walter), VI — 287.
HALS (Franz), V — 168.
HAMBRO (Eduardo), IV — 401.
HAMMARSKJOELD (Dag), IV — 430; V — 110 151 164 331 332 356.
HARMEL (Pierre), VI — 228 316.
HARRIMAN (Averell), V — 559 581 586.
HASSEL (Kai-Uwe von), V — 461 565; VI — 39 40 64.
HAUPT (Jean), IV — 421; V — 557.
HAZARD (Paul), III — 281.
HEATH (Edward), V — 362 480; VI — 195.
HEERS (Jacques), V — 161.
HEMINGWAY (Ernest), III — 60.
HEMMELRIJCK (Van), V — 102.
HEMMING, III — 178.
HENDERSON (Sir Neville), III — 134 170.
HENLEIN (Konrad), II — 160; III — 170.
HENRIQUE (Infante D.), II—118 151; III—281; VI — 285.
HENRIQUES (D. Afonso), II — 20 310; III — 278 280.
HERCULANO (Alexandre), I—35 70 88; II—118 335; III — 590; V — 140; VI — 446.
HERTER (Christian), V — 134.
HEWITT (Almirante), IV — 53.
HIGHAM (Thomas), III — 314.
HILÁRIO (Augusto), VI — 377 380.
HINDENBURG (Paul von), II — 283.
HIROHITO (Imperador), II — 99; III — 361 582.
HITTLER (Adolfo), I — 227; II — 158 159 231 306 308 355 362; III — 1 2 15 17 86 96 98 132 133 135 136 145 152 169 170 171 182 191 193 201 206 207 223 256 273 296 298 305 306 308 327 349 361 431 454 457 463 471 540 541 543 565 566 589; IV — 282 286 309; VI — 6.
HOARE (Sir Samuel), III — 3 5 285 294 305 323 379 398 436 449 454 456 457 464 470 472, IV — 43.
HOME (Lord Alec), V — 151 188 262 263 264 265 266 303 354 377 536 593.
HOMERO, III — 512; IV — 225.
HOOVER (Herbert), II — 127; IV — 211.
HOPKINSON (Henry), III—486; VI—195.
HORÁCIO, IV — 224.
HOUDON (Jean Antoine), V — 168.
HOWARD (Sir Seymour), IV — 389.
HOYNINGEN-HUENE, III — 165 207 226 237 244 292 298 299 401 463 466 470 471 473 474 481 493 519 535 536 537 538 550 561; IV — 287.
HUGGINS (Sir Godfrey), IV — 113 178 212.
HULL (Cordell), III — 81 107 119 120 123 206 312 323 325 326 456 512 525.
HUMBERTO de Sabóia, IV — 58.
HUPIN (Gerard), IV — 391; V — 2.
HUXLEY, II — 157.
HUYSMANS, I — 81 133.

IBRAHIM (Abdalah), V — 89.
ILEO (Joseph), VI — 29 42.
ILHARCO (General), I — 288.

ILIDIO, I — 153 167 256 273; II — 18 134 213; III — 404 544 579; IV — 110 286 305.
INGLÊS (Maria Isabel de Aboim), IV — 130.
IRIBARNE (Manuel Fraga), V — 522 555.
ISABEL I, III — 202.
ISABEL II, IV — 251 389 390 391 445 446 447 448 466; V — 64.
ISABEL (de Portugal), V — 349.
ISIDRO (Irene), III — 423.
ISMAY (Lord), III — 421; IV — 270 365.
ISORNI (Jacques), V — 142 165; VI — 242.
IVENS (Roberto), VI — 183.

JANSEN (Ernest), IV — 466 467.
JARDIM (Fernanda), V — 516 598.
JARDIM (Jorge Pereira), IV — 112 192 251; V — 199 201 212 278 328 392 393 469 470 548 549 552 553 561 574 580 605; VI — 41 42 71 106 112 119 149 151 160 164 176 198 256 270 292 337 387 394 404 420 422.
JEFFERSON (Thomas), V — 533.
JENKS (Wilfred), VI — 388.
JESUS (Quirino de), II — 41 63 198 266 275 283 285.
JÈZE (Gaston), I — 192 248.
JINA (Ali), IV — 81.
JOÃO XXIII (Papa), IV — 246; V — 24 53 67 76 98 128 129 391 431 476 486 606; VI — 87.
JOÃO I (D.), II — 310 311 336 342; III — 94; V — 156; VI — 270 291 333.
JOÃO II (D.), II — 310; III — 281 590; IV — 490; VI — XIII 262 291 442 450.
JOÃO III (D.), II — 310; V — 155.
JOÃO IV (D.), II — 310; III — 483 491.
JOÃO V (D.), II — 310; III — 265; IV—276.
JOÃO VI (D.), II — 310 311 357; V — 569; VI — 31.
JOÃO DE ESPANHA (D.), IV — 59 91.
JOÃO CARLOS (Príncipe de Espanha), IV—166.
JOBIN (José), II — 246 276.
JODL (Alfred), III — 565.
JONHSON (Presidente Lyndon), V — 542 554 582 586 600; VI — 26 56 128 177 178 180 205 334.
JORDANA (Conde), III — 145 147 190 191 192 194 195 198 217 218 402 403 413 414 467 470 471 472 589.
JORGE (Araújo), III — 338 401 436.
JORGE (Pacheco), VI — 244.
JORGE (Pessoa), VI — 377.
JORGE V (Rei), II — 352 361.
JORGE VI (Rei), III — 61 185 212 379; IV — 251.
JOSÉ (Imperador de Áustria), III — 202.
JOXE (Louis), V — 5 168.
JUKOV (Marechal), III — 565.
JÚNIOR (Alfredo Santos), V — 252 255 399 400 424 458; VI — 349 381 382.
JÚNIOR (Manuel Rodrigues), I — 308 312 317 318 320; III — 186.
JÚNIOR (Pestana), I — 261; II — 185.
JUNQUEIRO (Abílio Guerra), I — 10 51 68 89 241; V — 543.

KADAR (Janos), IV — 431; V — 163.
KAKOOBHAI (Kalyanji), V — 392.
KAMENEV, II — 306; III — 1.
KAMMERER (Alberto), III — 281.
KASAWUBU (Presidente), V — 162 560 570; VI — 29 51 84.
KAUNDA (Kenneth), V — 572 573 574 579 583 599 605; VI — 111 112 116 117 119 135 259 305 308 313 330 336 337 338 353.
KAY (Hugh), V — 490.
KELLENBENZ (Hermann), V — 161.
KELSEN (Hans), III — 332.
KENNAN (Georges), III — 471 476 477 479 480 481 483 485 486 489 490.
KENNEDY (Jacqueline), V — 378; VI — 16.
KENNEDY (John) e família KENNEDY, V — 169 175 193 196 202 210 214 220 260 265 276 277 280 296 297 305 317 320 368 393 416 432 448 452 477 486 504 514 515 522 526 528 541 542 586 600; VI — 16 354 356 357 358 437.
KENT (Duque de), II — 112; III — 281; V — 61.
KEPLER, I — 25.
KERENSKY (Alexandre), III — 332
KEYNES (John M.), I — 226.
KHAN (Aga), III — 133; VI — 389.
KHOMAN (Thanat), V — 160; VI — 248.
KHOREN I (Patriarca arménio), VI — 280.
KIESINGER (Kurt), VI — 421.
KILPATRICK (James), VI — 301.
KING (Almirante), III — 431 467.
KING (Martin Luther), VI — 334 335.
KITCHNER (Lord Herbert), V — 235.
KLEFFENS (Elko Van), III — 241; V — 5.
KNAPIC, II — 234.
KOESTLER (Arthur), II — 160; III — 60.
KOHLER (Foy), V — 290 416.
KONOYE (Príncipe), III — 360.
KOSYGIN (Alexsei), V — 593.
KRADOLFER (Fred), III — 95.
KRONE (Heinrich), VI — 127 128.
KROPOTKINE, I — 283.
KRUSCHEF (Nikita S.), III — 123; IV — 279 326 379 399 431; V — 13 90 91 92 100 107 108 117 132 134 162 163 164 169 170 260 277 280 317 329 432 433 450 477 593; VI — 437.
KUN (Bela), I — 227; III — 53.
KURUSU (Embaixador), III — 361.

LABORINHO (Álvaro Brilhante), VI — 176.
LACERDA (Abel de), IV — 305 410.
LACERDA (Alberto de), IV — 533.
LACERDA (Carlos), V — 91 377 554 558 569; VI — 53 133 225 250.
LACERDA (Família), II — 217 248 284 332; III — 48 66 200 315 579; IV — 148 240 305.
LACERDA (Jerónimo), II — 248 275 333 337; IV — 50 148.
LACERDA (Margarida de), II — 256 266 275 293.
LACERDA (Maria Arminda), II — 135 293; III — 48; IV — 148; VI — 423.
LACORDAIRE, III — 186.
LACRETELLE (Jacques de), III — 281 388; V — 215.
LAFER (Horácio), V — 159.
LAFÕES (Duque de), II — 311.
LAGAILLARDE (Pierre), V — 337.
LAHR (subsecretário alemão), VI — 23 64.

LALANDE (Maria), VI — 103.
LAMAS (Maria), IV — 22 130.
LAMAS (Saavedra), III — 62.
LAMBERT (Sir Anthony), VI — 230.
LANÇA (Armando de Agatão), I — 188 225 321; II — 51 185.
LANDSDOWNE (Lord), V — 359.
LAPA (Júlio Faria), II — 185.
LAPA (Manuel Rodrigues), IV — 22 128.
LARA (António de Sousa), III — 482; VI — 22.
LAROSIÈRE (Robert de), V — 142.
LARROUDÉ (Carlos), VI — 428.
LASKI (Harold), IV — 7 8.
LAURENT (St.), IV — 341 344.
LAVAL (Pierre), III — 3 308.
LAVOISIER, I — 25.
LAVRADIO (Marquês de), I — 264; II — 101 129.
LAWRENCE, II — 157.
LEAHY (Almirante), IV — 180.
LEAL (Francisco Pinto da Cunha), I — 187 202 217 219 220 222 225 234 235 240 260 263 264 265 287 288 294 297 300 309 314 321 330 331; II — 18 26 38 51 61 62 63 65 66 67 72 76 95 97 100 130 136 163 185 219 267 275 282 291 292 297 326 379; III—277 501 526; IV — 22 25 28 29 130 131 308 309 310 311 312 313 314 315 316 347 433 470 471 485 502; V — 21 26 204 205 209 249 329 335 336 345 411 412 426 478 498 499 500 523 547 548; VI — 31 34 85 208 265 269 319 323 376 438.
LEAL (Gomes), I — 10 68 97 111.
LEÃO XII (Papa), I — 39.
LEÃO XIII (Papa), I — 18 25 35 36 37 38 39 40 53 55 71 134 155 216 238 245 249 272 281 291; II — 49 59 85 178 207; IV — 30; V — 47.
LEÃO (António Barbosa), I — 97 238.
LEÃO (Eusébio), I — 119.
LEÃO (Francisco da Cunha), VI — 46.
LEÃO (Sousa), IV — 363.
LE BON (Gustave), I — 35 46 47 56 70 83 291; II — 59 207; III — 47.
LEFÈBRE (Monsenhor), VI — 22.
LÉGER (Alexis) (aliás Saint-John Perse), III — 36 135 215.
LEIBNIZ, I — 25 72 88.
LEITÃO (Eduardo Marciano Vieira), III — 521; IV — 93 174 280 281 359 362 391; V — 22 145 163 321 323 528 529; VI — 50 69 211 218 228 406.
LEITÃO (Joaquim), II — 347.
LEITÃO (Mário), VI — 377.
LEITE (Almirante Alves), V — 167.
LEITE (Duarte) — Duarte Leite Pereira da Silva, I — 75 241; IV — 129; VI — 318.
LELLO (Luiz), III — 468 476.
LEITE (João da Costa) — Lumbrales, II — 41 45 60 192 252 326 338 379; III — 138 148 159 239 286 499 547 559 575; IV — 37 58 96 116 117 118 143 149 151 156 190 217 224 242 252 266 281 293 331 375 383 411 449 454 455 465 467 483 486 488 489 512 521 525; V — 20 33 34 178 237 241 242 252 255; VI — 49 53 173 220 404 407 408 410 440 443.
LEMNITZER (Lyman), V — 479.
LEMOS (António Cardoso de), I — 57.
LEMOS (Carlos de), I — 22.
LEMOS (Ester de), IV — 533; VI — 221.
LEMOS (João de), I — 68.
LENCASTRE (José), I — 181.
LENINE, II — 157; IV — 206 327;V — 507.
LEOPOLDO da Bélgica, III — 222 223 224 225 226 241; IV — 82 91 92.
LEPIERRE (Charles), V — 233.
LEPLAY (Frédéric), I — 71 155 192 272; II — 59 207.
LEROY-BEAULIEU, I — 192.
LERROUX (Alexandre), III — 10.
LEVASSEUR, I — 192.
LEVIN (Arthur), VI — 305 336.
LEWANDOWSKY, II — 281.
LIBÓRIO (Monteiro), V — 218.
LIEBKNECHT (Karl), I — 226.
LIMA (Almeida), VI — 394 395 398 405 412 415 422.
LIMA (António de Seabra Pereira), I — 17.
LIMA (Augusto), I — 204.
LIMA (Campos), I — 204.
LIMA (Eng. Carlos), V — 86.
LIMA (Fernando Pires de), IV — 64 70 81 116 139 288 330 331 337 362; VI — 407 408 409.
LIMA (Francisco Negrão de), IV — 270; V — 59 98 114 152 174 191 198 234 235 236 267 306 321 462 547.
LIMA (Linhares de), II — 62 109 137 169 170 227 270 287 290 293 302 314 327 350; III — 152.
LIMA (Magalhães), I — 10 27 28 33 61 241.
LIMA (Manuel), III — 95.
LIMA (Marquês de Ponte de), II — 311.
LIMA (Quelhas de), IV — 48 149.
LIMA (Rodrigues de), VI — 190.
LIMA (Sá), V — 342.
LIMA (Vera de) — Genoveva de Lima Mayer Ulrich, II — 362.
LINCOLN (Abraham), IV — 30.
LINO (Raul), III — 152.
LINS (Álvaro), IV — 434 435 455 486; V — 21 41 43 44 49 54 56 58 59 66 98 199.
LIRA (Heitor), IV — 363 378.
LISBOA (António Maria), IV — 533.
LISBOA (Irene), III — 416; IV — 22.
LISBOA (Vieira), I — 207 210.
LISZT (Franz), VI — 242.
LITTLE (Almirante), II — 112.
LITVINOFF (Maximiano), III — 25 105 223.
LIVERPOOL (Lord Russel de), V — 482 492.
LLANO (Queipo de), III — 8.
LLANO (Rodrigo de), V — 120.
LLOID-GEORGE (David), II — 176; III — 113 184.
LLOYD (Selvyn), IV — 355; V — 117 151.
LOBATO (António Lourenço de Sousa), V — 589; VI — 331.
LOBATO (Sargento), II — 296.
LOBO (Costa), I — 211.
LOBO (Nogueira), I — 72.
LOPES (Artur Ribeiro), II — 361; IV — 348 360 361.
LOPES (Berta Craveiro), IV — 410 521.

LOPES (Cúrsio), V — 342.
LOPES (Custódio), V — 342.
LOPES (Fernando), V — 342.
LOPES (Marechal Francisco Higino Craveiro), II — 23 222; III — 552; IV — 24 148 218 226 227 229 230 234 236 237 241 245 249 255 256 257 260 266 267 272 277 278 281 288 289 291 292 293 294 295 296 297 307 320 334 335 345 346 352 353 358 360 362 364 365 366 372 375 377 378 379 382 384 390 391 392 399 403 404 405 409 410 414 421 422 426 427 428 434 439 444 446 447 448 455 456 457 458 459 465 466 468 482 485 486 488 489 490 491 492 493 494 495 504 513 521 524; V — 15 33 55 144 223 245 251 396 582; VI — 267.
LOPES (General Craveiro), I — 136.
LOPES (Margarida Craveiro), V — 342.
LOPES (Martinho), V — 188.
LOPES (Norberto), V — 66 167 585.
LOPES (Sousa), II — 266; III — 152.
LOPES (Teixeira), II — 300.
LOSOVSKI, III — 53.
LOTT (Marechal Teixeira), IV — 435.
LOUBET (Émile), I — 27.
LOUREIRO (Almeida), IV — 485.
LOUREIRO (Marques), I — 251.
LOUREIRO (Pinto), I — 207 210.
LOURENÇO (Agostinho), II — 275 285 303 334 338; III — 497; IV — 266 306 403.
LOUW (Eric), IV — 467; V — 478 479 513.
LÚCIA (Irmã), VI — 280.
LUCIANO de Castro (José), I — 10 14 29 30 32 63 74; IV — 232.
LUDENDORFF (Erik von), I — 227.
LUDOVICE (José Maria), I — 317.
LUÍS (Agustina Bessa), IV — 533.
LUÍS (Príncipe D.), IV — 484.
LUÍS XVI, I — 29.
LUMUMBA (Patrice), V — 108 150 162 259.
LUNS (Joseph), V — 353; VI — 352 353.
LUPESCO (Helena), IV — 287.
LUXEMBURGO (Rosa), I — 226.
LUZ (Carlos), IV — 435.

MACAPAGAL (Diosdado), VI — 110.
MACARTHUR (Douglas), III — 386 400 505 582; IV — 194 201.
MACCHI (Pasquale), VI— 263 275.
MACDONALD (Jornalista), V — 77.
MACDONALD (Ramsay), II — 125 228 231.
MACEDO (Costa), IV — 469.
MACEDO (Henrique Veiga de), IV — 95 152 383 384 410 414 450 454 483 522; V — 89 115 255 281 333 342 397 546 565; VI — 4 84.
MACEDO (Jorge Borges de), IV — 532; V — 161.
MACEDO (Luís Pastor de), III — 152.
MACHADO (António Ginestal), I — 241 260 316; II — 297; III — 277.
MACHADO (Cristiano), IV — 284.
MACHADO (Fernando Alves), VI — 21.
MACHADO (Francisco Mello), III — 558 573 574; IV — 38 179; V — 187.
MACHADO (Francisco Vieira), II — 251 296 379; III — 5 206 319 359 363 401 545; IV — 116 257.
MACHADO (General Silveira), V — 138.
MACHADO (Utra), II — 51, 185.
MACHADO GUIMARÃES (Bernardino Luís), I — 12 29 51 66 105 110 112 113 114 116 117 118 122 125 142 163 183 222 223 241 262 264 294 303 304 305 310; II — 21 22 50 60 93 110 130 166 184 185 267 326 367 379; III — 94 526; IV — 6 286; VI — 318.
MACIEL (Artur), II — 242 279.
MACMILLAN (Harold), IV — 430; V — 14 64 91 92 107 108 111 112 113 117 132 133 135 151 163 164 303 348 358 359 452 522 536.
MACNAMARA (Robert), V — 314 320.
MACVEAGH (Lincoln), IV — 144 237 273.
MADARIAGA (Salvador de), II — 10 361; III — 6 177 413 414.
MADEIRA (Raul), II — 72.
MADUREIRA (Alberto), I — 200; V — 237 249.
MAETERLINCK (Maurice), II — 330; III — 57 58.
MAFRA (Conde de), II — 59.
MAGALHÃES (Alfredo de), I — 184; II — 217 297.
MAGALHÃES (Celso), III — 468.
MAGALHÃES (Coronel), I — 301.
MAGALHÃES (José M. V. Barbosa de), I — 145 202 239; IV — 27 44 128 129; V — 4 58.
MAGALHÃES (Juracy de), VI — 198 208 209 210.
MAGALHÃES (Leite de), II — 113.
MAGALHÃES (Luís de), I — 116.
MAGLIONE (Cardeal), III — 261 264.
MAGNINO (Leo), V — 161.
MAHENDRA (Rei do Nepal), V — 146.
MAIA (Carlos da), I — 184.
MAIA (Gonçalo Mendes da), III — 280.
MAIA (José Carlos da), II — 225.
MAIA (Mário Simões), V — 199 202 208.
MAIA (Martim M. de Faria e), V — 495.
MAIA (Matoso), V — 194.
MAIRAL (Ernesto Pablo), V — 41 43 49 67 74.
MALEBRANCHE, I — 25.
MALENKOV (Georgi), IV — 279 326 379.
MALHÃO, I — 178.
MALHEIRO (António José), II — 41; III — 291.
MALRAUX (André), II — 160; III — 60; V — 168 169; VI — 352.
MALTA (Eduardo), II — 266; III — 95; V — 66.
MANAÇAS (Jorge), VI — 398.
MANATA (Fernando dos Santos), VI — 445.
MANET (Edouard), V — 168.
MANNING (Robert), V — 416.
MANO (Marques), III — 5.
MANOILESCO (Mihail), II — 361.
MANSO (Alfredo), I — 101.
MANSO (Joaquim), I — 204.
MANTA (Abel), III — 423.
MANUEL I (Rei D.), III — 282.
MANUEL II (Rei D.), I — 188 200 230 237 242 263 264 294; II — 59 65 90 99 101 129 131 138 146 147 153 155 156 166 167 175 182 183 184 244 225 279 280 319; IV — 136 286.
MAO-TSÉ-TUNG, IV — 76 146 326; V — 92; VI — 206.
MARAÑON (Gregório), V — 94 112 543.
MARCEL (Gabriel), IV — 280.

MARGARIDA (Princesa de Inglaterra), V — 49 84 85.
MARIA ANTÓNIA, III — 304; IV — 364.
MARIA DA CONCEIÇÃO, III — 304.
MARIA ELISA, III — 405.
MARIA DA ENCARNAÇÃO, I — 295.
MARIA HELENA, I — 191; II — 32.
MARIA LAURA, I — 254; II — 199; III — 405.
MARIA DEL PILAR (Infanta), IV — 372.
MARIANO (Olegário), III — 267; IV — 268 269 270 284 299 363 374 378.
MARINI, IV — 413.
MARIOTTE (pseudónimo do Padre Amadeu de Vasconcelos), I — 97 115 264 265.
MARITAIN (Jacques), II — 330; IV — 30 224.
MARIZ (Joaquim), I — 101.
MARIZ (Maria Luísa), I — 100.
MARQUES (Álvaro), III — 292 575.
MARQUES (António de Vasconcelos), VI — 391 392 393 395 396 397 399 400 401 404 405 412 415 420 421 422 423 426.
MARQUES (Bernardo), III — 84.
MARQUES (Correia), II — 315.
MARQUES (Brigadeiro Eduardo), II — 75 107 297 298; III — 264.
MARQUES (José António), I — 80 147 295; II — 198 216 217 225 248 251 259 271 272 292 293 315 333 351; III — 4 12 66; IV — 96.
MARQUES (Leal), II — 135 186 190 193 198 215 234 251 260 272 275 332 337 347 351; III — 4 48 96 288 291.
MARQUES (Eng.º Paulo), III — 483.
MARQUES (Silvino Silvério), V — 434 435 463 470 472 582.
MARRAFA (Maria), I — 179.
MARRECA, I — 27 61.
MARSHALL (Georges), II — 88; IV — 76 77 79 252.
MARTIN (José Ibañez), III — 307; IV — 113; V — 146 483.
MARTINEZ (Pedro Mário Soares), V — 439 458 536.
MARTINS (Alves), I — 16; VI — 377.
MARTINS (D. António Bento), III — 278.
MARTINS (Calapez), V — 382.
MARTINS (Corregedor), IV — 71.
MARTINS (Ferreira), IV — 469; V — 166.
MARTINS (Joaquim Pedro de Oliveira), I — 10 11 12 13 14 30 68 186 263; II — 18 118 336; VI — 182.
MARTINS (Júlio), I — 200 217.
MARTINS (Pedro), I — 31.
MARTINS (Rocha), I — 139; III — 388.
MARTINS (Sousa), III — 423.
MARX (Carl), I — 40; IV — 309.
MASELLA (Cardeal Aloisi), IV — 48 49 50.
MASSANO (Luís de Oliveira), I — 266 274 319; II — 135.
MASSENET, I — 100.
MASSIS (Henri), III — 148 151; IV — 224 262 263 280; V — 94 142 165 166 253 557; VI — 438.
MATEO (Padre), I — 328 329 330; II — 60 152 248; IV — 109 110 186 286.
MATEUS (António Lopes), II — 62 65 72 73 92 98 107 116 119 120 122 123 125 129 132 142 169 273 293; III — 573; IV — 38 51 116 148.
MATEUS (Joaquim Alves), I — 177 178.
MATHIAS (Marcello G. N. Duarte), III — 575 584; IV — 35 52 104 179 180 233 251 252 351 361 421 522; V — 25 57 58 59 73 88 90 93 101 102 103 114 117 118 133 138 145 146 147 159 160 167 168 169 198 212 213 232 234 256 606; VI — 50 52 117 125 174 178 387.
MATOS (Álvaro de), I — 211.
MATOS (Arnaldo Mendes Norton de), I — 84 145 170 171.
MATOS (Cardoso de), V — 188.
MATOS (Correia de), II — 73.
MATOS (Homero de), V — 400.
MATOS (José Maria Mendes Norton de), I — 84 139 141 163; II — 50 64 123 185 219 267 379; III — 388 501 503; IV — 19 93 102 105 106 107 112 119 122 127 128 129 130 131 133 134 227 228 229; V — 231; VI — 85.
MATOS (José Pinto de), VI — 445.
MATOS (D. Manuel Vieira de), I — 132.
MATOS (Maria), I — 191; IV — 271.
MATOS (Mendes de), III — 567.
MATTA (José Caeiro da), I — 84 92 150 164 171 189 204 207; II — 199 229 283 303 309 319 320 327 331 337 379; III — 130 159 243 346 500 528 531 534 535 546 575; IV — 36 45 64 79 104 108 111 116 143 146 156 157 158 171 174 175 176 177 178 187 190 224 266; V — 63 140 152 176 197 456.
MAURIAC (François) II — 160 330; III — 388.
MAURO (Frederic) V — 161.
MAUROIS (André), III — 332.
MAURRAS (Charles), I — 70 71 155 248 272 291; II — 59 159 179 207 209; IV — 224 225 262 271; V — 79 337.
MAURRAS (Jacques), V — 142.
MAYER (Rui), IV — 150.
McCORMICK, IV — 102.
McNAMARA (Robert), VI — 56.
MEDHURST, III — 456 462.
MEIRELES (Manuel Carlos Quintão), II — 24 40; IV — 227 228 229 230 232 235 237 485; V — 21 26; VI — 85.
MELCHIOR-BONNET (Christian), IV — 421.
MELIS (Frederico), V — 161.
MELO (Afonso de), I — 187.
MELO (Albano Homem de), II — 285; III — 548; IV — 24.
MELO (Figueiredo e), I — 317.
MELO (Fontes Pereira de), I — 8.
MELO (Froilano de), IV — 96 347.
MELO (Padre Lopes de), I — 103.
MELO (Manuel José Homem de), V — 223 420 472; VI — 267.
MELO (Martinho Nobre de), I — 149 165 184 315; II — 84 99 132 133; III — 26 62 323 402 424; V — 585.
MELO (Pedro Homem de), IV — 532.
MELO (Sá e), III — 423.
MELO (Soares de), V — 342.
MELO (Tomás), III — 84.
MENANO (Alberto), I — 333.

MENANO (António), I — 167.
MENANOS, I — 166.
MENDEIROS (Padre José Filipe), VI — 236.
MENDES (Albertina), III — 544.
MENDES (Albertino de Oliveira), IV — 305 334.
MENDES (Augusto), I — 93.
MENDES (Castro), IV — 401.
MENDES (César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches), II — 150 193 199 303.
MENDES (Emídio), II — 193 234 266 337 353.
MENDES (Espregueira), III — 423 548.
MENDES (Filipe), IV — 485.
MENDES (Jenny), VI — 423.
MENDES (Manuel), IV — 532.
MENDES (Silva), V — 188.
MENDES-FRANCE (Pierre), IV — 346 349.
MENDONÇA (Camilo de), IV — 24 454 455; V — 33 207.
MENDONÇA (Lopes de), I — 10 68.
MENESES (Bilstein de), II — 66.
MENESES (Euclides de), II — 65.
MENESES (João de), I — 28 29 31 62.
MENESES (João Catanho de), I — 241 263; II — 136; VI — 85.
MENESES (D. Luís da C.), III — 143.
MENESES (Pedro de), (pseudónimo de Alfredo Guisado), I — 166.
MENESES (Pinto de), V — 86.
MENON (Ministro da Índia em Lisboa), IV — 157 176 177 187 188.
MENON (Khrishna), IV — 103 104 442; V — 282 348 360.
MENTHON (Bernard de), V — 174 305.
MENZIES (Sir Robert), IV — 429; V — 339 459 460 537.
MERCHANT (Livingston), V — 134.
MERÊA (Manuel Paulo), I — 133 150 171 188 203 205 207 228.
MERRITT (Houston), VI — 412 413 429.
MESQUITA (Abel), III — 28 188.
MESQUITA (Padre Alberto Carneiro de), I — 70 80 92 128 130 147 181 254; II — 32 40 100 151 248 282 284 325 337; III — 21 67 314; IV — 148 287 332 333 377; V — 63 139 402; VI — 103.
MESQUITA (António Pinto de), II — 292; IV—259 V — 34 86 341.
MESQUITA (Armando), III — 95.
MESQUITA (Carlos de), I — 57.
MESQUITA (Marcelino), I — 68.
MESQUITA (Simeão Pinto de), I — 110 115; II — 257.
MESQUITELA (Bernardo de), II — 68.
MESSMER (Pierre), V — 168 174 566; VI — 48 49 142 358 377.
MESTRE (Júlio), VI — 154.
MEXIA (Nunes), I — 147 169.
MIAJA (General), III — 9.
MICHELET (Edmond de), V — 143.
MICHELET (Jules), I — 70.
MICHELIS, II — 230.
MIGUÉIS (José Rodrigues), IV — 531.
MIGUEL (Rei D.), I — 200 237; II — 224; VI — 257.
MIRA (Félix), IV — 67.
MIRANDA (Francisco Bonifácio da Piedade), VI — 217 303.
MIRANDA (Sá de), III — 590; VI — XIX.
MIRZA (Iskander), IV — 482.
MISTRAL (Frederic), V — 95.
MITTERRAND (François), VI — 352 353.
MOBUTU (Joseph), V — 259 570 577 600; VI — 84 99 211 212 214 215 238 291 384.
MOLA (Miguel Cabanellas c), III — 8 26.
MOLLAT (Michel), V — 161.
MOLLET (Guy), IV — 430.
MOLOTOV, III — 59 223; IV — 279.
MONCADA (Luís Cabral de), I — 228; II — 133; IV — 95 96; V — 125.
MONDLANE (Eduardo), V — 455 495 507.
MONIZ (António C. de Abreu Freire Egas), I — 31 49 110 184 185 187 188 199 201; III — 280 559; IV — 91 129 172 227 228 229 264 434.
MONIZ (Jorge Botelho), I — 288 298; II — 124; III — 21 28 459.
MONIZ (José E. A. Couceiro do Canto), VI — 201 233 377 381 382 388 389.
MONIZ (Júlio C. Alves Dias Botelho), III — 468 545 567; IV — 23 36 38 44 55 57 58 62 63 67 162 489 501 519 520 521 524 525; V — 2 15 16 17 54 55 56 110 111 144 148 149 191 208 210 226 227 228 229 246 250 254 258 396 400; VI — 295.
MONIZ (Rogério Vargas), V — 34 94.
MONNET (Jean), II — 361.
MONROE (James), III — 360.
MONSARAZ (Alberto), I — 69 84 102 104 115 129 133 165.
MONTAIGNE, I — 83.
MONTALVOR (Luiz de), II — 176.
MONTANELLI (Indro), V — 118 119 120.
MONTEIRO (Adolfo Casais), II — 164; III — 401 416.
MONTEIRO (D. António Xavier), VI — 171.
MONTEIRO (Armindo de Sttau), I — 338; II — 41 60 107 108 129 133 150 169 219 222 231 249 251 256 263 268 274 283 285 292 296 320 324 325 326 331 334 337 348 349 351 353 357 362 379; III — 5 6 10 14 15 17 18 19 20 21 23 24 29 30 35 36 40 41 42 43 44 48 52 55 56 72 73 75 79 90 92 104 106 107 110 111 112 113 114 123 124 125 126 130 131 133 134 135 136 137 145 146 147 153 154 156 166 167 168 173 176 177 178 182 184 191 194 195 196 198 205 210 212 213 215 217 225 229 236 241 244 245 249 250 251 253 254 270 282 284 291 296 297 298 299 304 305 312 317 320 321 322 323 326 327 328 329 330 341 342 344 345 347 348 350 351 352 354 355 357 358 359 363 364 366 368 369 372 377 379 380 384 385 386 389 390 396 397 398 408 409 410 411 412 413 414 419 422 424 436 437 439 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 461 464 465 474 488 497 501 555; IV — 35 132 174 176 209 265 337 354.
MONTEIRO (Augusto), I — 204.
MONTEIRO (Domingos), I — 51; III — 416; IV — 22 531.
MONTEIRO (Jaime da Fonseca), II — 56.

MONTEIRO (Lúcia), II — 231 249 337.
MONTEIRO (Manuel Joaquim Rodrigues), I — 105 136 137; IV — 128.
MONTEIRO (Robles), I — 191; III — 333.
MONTEIRO (Silva), I — 335; II — 24.
MONTEIRO (Sousa), II — 132.
MONTELO (Josué), V — 161; VI — 364 365.
MONTESQUIEU (Barão Charles de), I — 70.
MONTEZ (Paulino), III — 152.
MONTGOMERY (Marechal Bernard), IV — 206 255 271 345 351.
MONTINI (Monsenhor Giovanni), futuro Papa Paulo VI, III — 264; IV — 238; V — 145 487.
MOORE (Martin), IV — 376.
MOORE (Thomas), III — 538.
MORAIS (António Trigo de), IV — 488.
MORAIS (Cotta de), V — 126.
MORAIS (Jaime de), I — 187 188 321; II — 51 93 130 185 317; III — 94 179; IV — 8.
MORAIS (Maria Tito de), IV — 130.
MORAIS (Mário), V — 253.
MORAIS (Tito de), IV — 19 57 131 469; V — 342.
MORAIS (Tito Augusto de), I — 221; II — 123.
MOREIRA (Adriano José Alves), IV — 427; V— 116 125 161 191 215 229 238 242 243 248 251 257 272 301 325 370 371 396 420 421 422 423 424 430 434 435 438 470 605; VI — 46 120 293.
MOREIRA (Guilherme), I — 84 92 130 168 189 195 196 197 203 204 206 207 252 253.
MOREIRA (Guilherme Luizelo Alves), II — 41 45.
MOREIRA (José Carlos), III — 528; V — 85 155.
MOREIRA (Thiers Martins), V — 161.
MORENO (Salvador), IV — 345.
MORGADO (Fernando), V — 249.
MORISHIMA, III — 582.
MORNA (Álvaro), III — 366.
MORNA (Augusto), I — 79 81.
MOSCARDÓ (General), III — 26 268 374.
MOSCARDÓ (Coronel Miguel), V — 350.
MOSLEY (Sir Oswald), II — 159.
MOTA (Amílcar), I — 287; II — 150.
MOTA (Avelino Teixeira da), VI — 170.
MOTA (Inácio Teixeira da), VI — 170.
MOTA (José Viana da), I — 149, 166; II — 300; VI — 335.
MOUNSEY (Sir George), III — 167.
MOUNTBATTEN, III — 582.
MOURA (Almeida), V — 576.
MOURA (Décio), IV — 435.
MOURA (Elísio de), I — 130 133 266; V — 247.
MOURA (Helena Cidade), VI — 87.
MOURA (João Luiz de), II — 169.
MOURÃO-FERREIRA (David), IV — 533.
MOUTINHO (Pedro), VI — 399.
MOZART (Wolfang A.), VI — 242.
MSONTHI, VI — 270 271.
MUELLER (Hildgard), V — 588 589; VI — 256.
MULAISHO, VI — 122.
MUNONGO (ministro congolês), VI — 383 384.
MUÑOZ (Eunice), VI — 190.
MÚRIAS (Manuel), II — 258 279; III — 152 281 528; IV — 24 95 132.
MÚRIAS (Maria Teresa), VI — 425.
MURPHY (Robert), V — 290.
MURVILLE (Maurice Couve de), V — 50 102 169 221 232 233 236; VI — 358 377.
MUSSOLINI (Benito), I — 227 264 265; II — 158 159 176 178 188 190 281 289 306 343; III — 3 17 60 72 96 132 133 145 146 171 172 178 194 217 226 233 256 273 275 282 306 307 308 431 453 454 565 589; IV — 42.
MUSTAPHA-KEMAL, I — 265.

NAGY (Imre), IV — 431; V — 13.
NAMORA (Fernando), III — 417; IV — 532.
NAPOLEÃO, II — 10.
NARASIHMA, VI — 192.
NASCIMENTO (João Cabral do), I — 149.
NASCIMENTO (Manuel do), III—417; IV—532.
NASONI, I — 16.
NASSER (Abdel Gamal), IV — 428 429 430; V — 163 488; VI — 437.
NASSER (David), VI — 104.
NATIVIDADE (Vieira), VI — 44.
NAVARRO (André), III — 179 288 548; IV — 117 118; V — 207 342.
NAVARRO (António de), II — 164; III — 416; IV — 22 532.
NAVARRO (Emídio), I — 9 10 30.
NAVARRO (Lopes), IV — 503.
NAZARÉ (Francisco), I — 211.
NAZARÉ (Manuel), V — 141; VI — 439.
NEEDHAM (Joseph), V — 161.
NEGREIROS (Joaquim Trigo de), III — 288 500 528 547; IV — 126 191 217 249 308 316 319 450 489 499 500 504 510 520 523; V — 238 255 481; VI — 236.
NEGREIROS (José de Almada), II — 164; III — 95 333 423 512.
NEGRIN (Juan), III — 101 138 189.
NEHRU (Jawaharlal), IV — 76 79 80 83 87 90 104 140 146 157 178 188 194 272 273 274 275 276 295 330 340 341 342 343 344 345 347 348 351 353 354 356 357 358 359 361 366 367 368 375 376 377 386 387 388 389 399 401 402 412 413 427 437 476 482 487; V — 57 103 282 317 323 324 356 357 359 360 362 364 365 366 368 370 372 377 378 379 383 384 385 388 392 568 579 602.
NELSON, III — 100.
NEMÉSIO (Vitorino), III — 416; IV — 22 257 532; VI — 103.
NERO, I — 103.
NETO (Cardeal), I — 63.
NETO (Agostinho), V — 453.
NETO (Carlos Monteiro do Amaral), V — 397; VI — 84.
NETO (Costa), III — 301.
NETO (David), I — 324; II — 124 142 271 275.
NETO (João Pereira), I — 254.
NETO (Lino), V — 342.
NEURATH (Von), III — 561.
NEVES (Abel das), IV — 485.
NEVES (Agostinho das), IV — 6.
NEVES (Azevedo), III — 159.
NEVES (João Neves da Fontoura), IV — 257 258 270.

NEVES (Luís Teixeira), I — 69 79 81 83 92 103 148 182.
NEVES (Monsenhor Moreira das), VI — 340 442.
NEVES (Simões), I — 182; II — 63 259 352.
NIARCHOS, VI — 389.
NITZE (Paul), V — 290.
NIXON (Richard), IV — 438; V — 90.
NIZAM, IV — 103, 104.
NKRUMAH (Kwame), IV — 452; V — 211 280; VI — 126 127.
NOBRE (António), I — 68.
NOBRE (Augusto), I — 239.
NÓBREGA (Padre Manuel da), V — 540.
NOGARO, I — 192.
NOGUEIRA (D. Eurico), V — 430.
NOGUEIRA (Henriques), I — 61.
NOGUEIRA (Sá), III — 552.
NORONHA (Castilho de), V — 127.
NORONHA (José de), I — 100 111.
NORSTAD (Lauris), IV — 451; V — 98 457.
NORTON (Mendes) II — 338 339.
NORWEB (Henri), III — 492 493 494 495 496 504 505 513 524 549 550 553 554 555 556 557 562 563 565.
NOSOLINI (José), I — 79 81 100 101 107 108 109 129 146 150 167 182 234 254 295 319; II — 31 40 93 100 151 165 166 192 193 198 213 214 225 231 249 258 272 282 283 285 292; III — 49 83 314 315 370 424 425 567; IV — 35 120 135 136 137 159 176 179 238 242 259 260 276 286 296 298 362 386 412 413; V — 20 48 52 64 145 178 237 246 255 447 524 526 556; VI — 5 39 186 226 313 322.
NOSOLINI (Maria Lívia), V — 246; VI — 322 392 394 423.
NOVAIS (Almeida), I — 317.
NOVAIS (Maria Helena), IV — 130.
NOVOTNY, VI — 350.
NUNES (Carvalho), II — 238; IV — 148.
NUNES (Jacinto), I — 61 104.
NUNES (Cardeal D. José da Costa), IV — 43 157 238; V — 397 429 540 585; VI — 55 258 259 275 277 280 286.
NUNES (Manuel Jacinto), IV — 384; V — 94.
NYERERE (Jules), V — 495 567; VI — 31 37.

OCHÔA (Armando), I — 306 315; II — 306.
OCHÔA (Gama), III — 17 135 191 295.
OLAVO (Carlos), I — 200 260; IV — 22 313 502.
OLIVARES (Conde Duque de), III — 413 414; IV — 295.
OLIVEIRA (Águedo de), II — 108 150 292; III — 149 247; IV — 190 192 266 362 375.
OLIVEIRA (Alberto de), II — 277 306 307; III — 152.
OLIVEIRA (António de), I — 1 2 3 4 5; IV — 96.
OLIVEIRA (António Correia de), I — 69 70 95 149; II — 164 266 273.
OLIVEIRA (Aquiles de), V — 126.
OLIVEIRA (Alferes Arantes e), V — 381 382.
OLIVEIRA (Barradas de), VI — 126.
OLIVEIRA (Cândido de), IV — 71.
OLIVEIRA (Carlos de), III — 417; IV — 532.
OLIVEIRA (Domingos de), II — 11 62 63 64 66 68 69 72 77 83 92 93 97 102 105 106 107 108 115 116 122 123 125 129 132 136 139 145 146 150 154 225 285 302 344; III — 31 46 142 143; IV — 51 115 213.
OLIVEIRA (Edgar M. da S. Antunes de), V — 397.
OLIVEIRA (Eduardo Arantes c), IV — 337 433 441 518 522; V — 89 189 191 424 451 479 542 556 558 583 587 595 606; VI — 19 32 52 53 55 120 121 172 200 201 229 245 260 261 274.
OLIVEIRA (Felismina de), I — 18 20 133 159; II — 32 135 138; IV — 148; VI — 142.
OLIVEIRA (Fernandes de), II — 166 181 182 257 279 280 348.
OLIVEIRA (Fernando de), VI — 277 378.
OLIVEIRA (José Gonçalo da C. S. Correia de), IV — 384 524; V — 89 91 94 106 238 256 257 276 327 343 424 436 458 480 529 556 563 587; VI — 3 20 21 110 221 230 245 248 294 327 371 372 387 393 399.
OLIVEIRA (José Joaquim de), I — 204 207.
OLIVEIRA (José Osório de), IV — 257.
OLIVEIRA (Juscelino Kubitschek de), IV — 409 410 434 435 455 456 457; V — 54 57 59 64 109 128 129 144 152 154 155 156 157 158 159 175 177 457 569; VI — 133 199 225 403 441.
OLIVEIRA (Lemos de), I — 179.
OLIVEIRA (Lopes de), I — 22 235; IV — 129; V — 237 249.
OLIVEIRA (Luís Alberto de), II — 199 232, 242 267 270 286 287 288 353 359.
OLIVEIRA (Luís de Lemos), I — 133.
OLIVEIRA (Luna), II — 260.
OLIVEIRA (Manuel de), I — 2 3.
OLIVEIRA (Manuel Lemos de), I — 100 148.
OLIVEIRA (Mário Ângelo Morais des), V — 438; VI — 20.
OLIVEIRA (Mata e), II — 322.
OLIVEIRA (Maurício de), II — 242.
OLIVEIRA (Sara Kubitschek de), V — 91.
OLIVEIRA (Sílvio Pélico de), I — 70 79 81.
O'NEIL (Alexandre), IV — 533.
O'MALLEY (Owen), III — 582 584; IV — 32 43 52 79 178.
OPPENHEIMER (Harry), V — 579.
ORICO (Osvaldo), III — 301.
ORMESSON (Wladimir d'), II — 330; III — 401.
ORNELAS (Aires de), I — 63 116 188 200 264; II — 91 99 339.
ORS (Eugénio d'), II — 187; III — 281.
ORTIGÃO (Ramalho), I — 137 177.
ORWELL (George), II — 160.
OSÓRIO (José Osório Gama e Castro Saraiva de Albuquerque), VI — 407 408 409.
OSÓRIO (Pinto), I — 184.
OTTAVIANI (Cardeal), II — 331; VI — 281.
OULMONT (Charles), II — 352.
OUTIZ (Abade), I — 97.
OWEN, I — 41.

PACELLI (Cardeal), II — 331; III — 96 116 261.
PACHECO (António Faria Carneiro), I — 96 107 133 150 151 169 170 171 184 188 189 203 205 206 207 210 211 252 295 338; II — 151 225 266

272 273 275 283 289 292 296 297 299 300 301 333 351 352 356 379; III — 20 55 127 148 159 179 239 287; IV — 70 104 108 199; V — 63.
PACHECO (Duarte), I — 336 337 338; II — 15 24 149 150 232 242 263 324 331 338 343 344 345 346 351 379; III — 148 152 162 163 304 307 334 335 337 423 483 484 491 499 547 548 589; IV — 99 109 113 286 318 337 449; VI—275 411.
PACHECO (Hernandez), III — 281.
PAÇO D'ARCOS (Joaquim), III — 416; IV — 531; V — 208; VI — 46.
PAIS (Alda), I — 191 194 254.
PAIS (Álvaro), II — 335.
PAIS (Brito), I — 265 301.
PAIS (Fernando da Silva), V — 400; VI — 392 393 395 424.
PAIS (Humberto), V — 238.
PAIS (Paiva), I — 59.
PAIS (Sidónio), I — 72 110 119 125 126 127 138 144 163 181 183 184 185 186 188 198 225; II — 172 176 287 297 298; IV — 231.
PAIS (Theresa), I — 2.
PAIVA (Adozinda), I — 100 166.
PAIXÃO (Braga), IV — 39.
PALÁCIOS (Júlio), III — 281.
PALAVICINI (Família), VI — 389.
PALHA (José), IV — 240 410.
PALMEIRA (Duquesa de), I — 31.
PALMELA (Domingos, Duque de), II — 310; III — 452 493 505 511 512 534 535 562 563 566 583 584 585; IV — 11 35 47 54 57 100 103 104 137 138 174 175 446 447.
PALMERSTON, III — 100 202 355.
PALMIRA, I — 191 194 254; II — 32 199.
PANCADA (Alice), I — 191.
PANICO (Cardeal Giovanni), V — 49 398.
PAPAGOS (Marechal Alexandre), IV — 362 365.
PAPINI (Giovanni), IV — 82.
PARAISO (Albertina), I — 111.
PARIS (Conde de), IV — 241 379.
PASCAL, I — 25.
PASCOAIS (Teixeira de), I — 68; II — 164; IV — 271.
PASSOS (John dos), III — 60.
PASSOS (Soares de), I — 68.
PASTERNAK (Boris), V — 14.
PASTEUR, I — 25.
PATIÑO (Antenor), VI — 388 389 393 394.
PATRÍCIO (António), I — 68.
PATRÍCIO (Rui M. de Medeiros d'Espiney), VI — 20.
PATXOT (General), III — 8.
PAULO VI (Papa), V — 487 526 539 540 545 547 578 579 591 594 595 596 597 599 601; VI — 15 43 44 46 55 61 67 83 87 120 170 171 172 187 188 224 253 257 259 263 275 276 278 279 280 282 283 284 285 286 287 314 347 386 389 413.
PAULO (Principe da Jugoslávia), III — 309.
PAULO (São), VI — 75.
PEARSON (Lester), IV — 252 344.
PECULIAR (D. João), III — 280.
PEDRO O GRANDE da Rússia, II — 158.
PEDRO (Príncipe do Brasil), III — 541 542.
PEDRO (Rei da Jugoslávia), III — 308.
PEDRO II (D.), II — 310.
PEDRO V (D.), II — 310.
PEDROSA (Alves), I — 308.
PEIXOTO (Afrânio), IV — 271.
PEIXOTO (Francisco), I — 57.
PÉLICO (Silvio), I — 179 182 207.
PENA (Afonso), I — 34 90; II — 29 368.
PENA (Ferreira), I — 212.
PEPPER, V — 416.
PERDIGÃO (José), I — 22 28.
PERDIGÃO (José de Azeredo), II—333; IV—385 490; V — 66 125 168 509 548; VI — 46 49 280 356 359 360 361 362 364.
PEREIRA (António Raul da Mata Gomes), II—232 252 267 287.
PEREIRA (Armando Gonçalves), V — 125.
PEREIRA (Carlos), II — 234 343.
PEREIRA (Dias), II — 257.
PEREIRA (Domingos Leite), I — 199 200 202 211 217 239 289 293; II — 282 304 326; IV — 19 128; V — 249.
PEREIRA (Duarte Pacheco), III — 281.
PEREIRA (Manuel Queiroz), VI — 424.
PEREIRA (Nuno Álvares), I — 166 180; II—336; III — 281 590; V — 188; VI — 202 204 262 269 270 291 333 334 339 340.
PEREIRA (Padre), IV — 413.
PEREIRA (Pedro Theotónio), II — 198 199 216 217 222 223 224 232 233 235 248 250 251 252 263 272 283 292 297 324 333 350 379; III — 138 139 145 147 176 190 191 194 195 197 198 215 217 225 226 233 273 274 275 282 283 284 285 286 297 305 306 307 326 339 350 365 373 374 397 398 402 408 456 464 467 470 473 545; IV—66 67 115 144 157 158 175 224 337 340 345 355 390 404 446 448 489 520 526; V — 50 57 67 109 191 193 198 208 251 252 256 263 275 314 356 554; VI — 407 408 410.
PEREIRA (General Soares), VI — 295.
PERES (Padre Sousa), I — 315.
PERESTRELO (Afonso), I — 4.
PERESTRELO (António), I — 483; II — 248.
PERESTRELO (Cacilda), I — 4 21.
PERESTRELO (Família), I — 3 4 5 7 19 59 67 72 164 254; II — 10 134 333.
PERESTRELO (Júlia), I — 98 190.
PERESTRELO (Maria Júlia), I — 106.
PERESTRELO (Maria de Pinna), I — 59 67 254.
PERÓN (Juan), IV — 108 293.
PERREAU, I — 192.
PERROUX (François), IV — 330.
PESSOA (Epitácio), IV — 257.
PESSOA (Fernando), I — 165; II — 164 176; III — 416.
PESTANA (Câmara), III — 291.
PESTANA (Guimarães), I — 317.
PESTANA (Vasconcelos), V — 381.
PÉTAIN (Marechal Henri Philippe), II — 176; III — 197 269 294 295 306 344 346 543 546 589.
PHIPPS (Sir Eric), III — 88.
PICASSO (Pablo) III — 101.

PIEDADE (Luísa da), I — 5; V — 64; VI — 444.
PILSUDSKI (Marechal), I — 265; II — 99 100.
PIMENTA (Alfredo), I — 69 87 160 165 184 294 299; II — 270; III — 333 401.
PIMENTEL (Alberto), I — 68.
PIMENTEL (Cónego Marques), I — 15 33 58; II — 135 151.
PIMENTEL (Sarmento), I — 321.
PIMENTEL (Serpa), I — 10.
PIMPÃO (Álvaro da Costa), VI — 233 377
PIN (Latour du), I — 71 155 192.
PINA (Adolfo de), I — 308.
PINA (Luís de), IV — 119.
PINA (Luís Maria da Câmara), III — 390 468 552; V — 17 146 151 208 227 238 250 510; VI — 49.
PINA (Manuel Correia de Bastos) — (Bispo-Conde), I — 97.
PINA (Marta), V — 151.
PINAY (Antoine), VI — 142 220 441.
PINHEIRO (Alves), V — 159 324.
PINHEIRO (Beatriz), I — 22.
PINHEIRO (João António), V — 438; VI — 383.
PINTO (Abranches), III — 49; IV — 190 226 255 331 336 337.
PINTO (Pe. Albino), I — 4.
PINTO (Alexandre Alberto de Sousa), II — 232 274.
PINTO (Alfredo Vaz), VI — 377.
PINTO (Álvaro), IV — 258.
PINTO (Amílcar), II — 57.
PINTO (Ângela), I — 191.
PINTO (Carlos de Maia), I — 235; II — 73 185 282; III — 82.
PINTO (Cerveira), V — 281.
PINTO (Cónego Correia), I — 181; II — 156 267 293; III — 159 424; IV — 148.
PINTO (Edmundo da Luz), III — 267 278.
PINTO (Francisco José), III — 267.
PINTO (Francisco de Paula Leite), III — 179 528; IV — 126 403 434 522; V — 143 191 256; VI — 53 186 209 225 261 388 393 394 395 396 404 422 423 440.
PINTO (José Magalhães), V — 558 569; VI — 303 318 364 365 387 403 420.
PINTO (José Meireles), I — 93.
PINTO (José Rebelo), VI — 55 274.
PINTO (José Vaz), II — 257.
PINTO (Liberato Damião Ribeiro), I — 221 236; II — 184; III — 547; IV — 6.
PINTO (Luís Filipe Leite), IV — 96 126 152.
PINTO (Luís Maria Teixeira), V — 437 480 563 600; — VI 18.
PINTO (Luís Supico), 275; III — 179 288 547 559; IV — 37 44 55 61 62 63 64 65 66 212 259 288 289 293 337 412 414 483 486 489 503 520 521; V — 20 33 34 86 178 189 193 194 208 223 232 238 252 255 333 350 434 437 438 510 542; VI — 83 102 199 280 298 348 364 374 376 379 381 394 407 408 409 412 422 423.
PINTO (Madeira), III — 149.
PINTO (D. Manuel Vieira), V — 430.
PINTO (Moura), II — 72 93 95 184 317; III — 94 179; IV — 8.
PINTO (Serafim), I — 17.
PINTO (Serpa), I — 10.
PINTO (Silva), I — 27; III — 574.
PINTO (Teixeira), III — 95.
PIO IX (Papa), I — 39; II — 207.
PIO X (Papa), I — 72 111 155.
PIO XI (Papa), I — 239 248 329 339; II — 176 331; III — 261; V — 539.
PIO XII (Papa), I — 39; II — 207 331; III — 226 261 263 264 351 542; IV — 48 49 260 271 386; V — 23 24 61 119; VI — 87 441.
PIRANDELO (Luigi), II — 129.
PIRES (Domingos Rosado Vitória), IV — 192 384; V — 281; VI — 21.
PIROW, III — 187.
PITA (Pedro), I — 200; IV — 19.
PIZARRO (Fernando), III — 482.
PLANTIN II — 180.
PLATÃO, I — 25 72.
PLEKHANOV, II — 157.
PLYMOUTH (Lord), III — 50 51 52 54 60 63 74 110 115.
POINCARÉ, II — 330; III — 163.
POLIAKOFF, III — 168 197.
POMBAL (Marquês de), I — X 93 62; II — 138 310; III — 590; VI — XIII, 262.
POMPIDOU (Georges), VI — 433.
PONCHIELLI, I — 106.
PONSARD, I — 192.
PONTE (Nunes da), I — 200.
POPPE (Álvaro), II — 51.
PORTELA (Agnelo), I — 324.
PORTO (João), I — 181.
PORTO (Manuela), IV — 130.
POSSOLO (Guilherme), II — 337.
POUND (Almirante), III — 431.
PRADO (Manuel), V — 118.
PRATA (Esmeraldo), IV — 96.
PRATAS (Rodrigues), V — 126 188.
PRECCOPE, I — 326.
PRESTES (Júlio), II — 73.
PRETO (Carlos Ouro), IV — 284; VI — 260 276 335 425.
PRETO (Jorge), V — 249.
PRETO (José Alfredo Soares Manso), VI — 406 408.
PRETO (Rolão), II — 92 130 142 168 191 192 227 237 249 258 275 278 315; III — 166; IV — 129 502.
PREZADO (Santiago), I — 69 478 523.
PRICE (Ward), III — 88.
PRIETO (Indalécio), III — 7.
PRIMAKOFF, III — 54.
PROENÇA (Cid), V — 126.
PROENÇA (José Gonçalves de), V — 255 424 458 563; VI — 110 205 372 388.
PROENÇA (Raul), II — 51.
PROUST (Marcel), IV — 262; V — 215.
PUJO (Pierre), VI — 205.
PULIDO (Domingos Garcia), II — 99 198 225 266 272 275 289 292 315 317; III — 12 56; IV — 37 39.
PYRRAIT (Amaral), IV — 24.

QUADROS (António), V — 249.
QUADROS (Jânio), V — 91 174 175 191 192 196 202 230 261 267 277 305 324; VI — 318.
QUEIRÓ (Afonso Rodrigues), IV — 127 378. V — 66 86 475; VI — 377 444.
QUEIRÓS (Carlos), III — 416.
QUEIRÓS (Eça de), I — 68 177.
QUEIRÓS (Florbela), VI — 190.
QUEIRÓS (Teixeira de), I — 27 61 139.
QUEIRÓS (Tomé de Barros), I — 217 222 223 224 230; II — 18.
QUENTAL (Antero de), I — 10 68; III — 388; V — 140.
QUENURI (Ramanata), V — 126.
QUINTANAR (Marquês de), II — 330; III — 9, 26.
QUINTINHA (Julião), IV — 22.
QUIROGA (Casares), II — 165 316 317; III — 7 9 48.

RADZIWILL (Príncipe), VI — 16 17 23 24 26 27 64 65.
RAFAEL, V — 350.
RAINIER (Príncipe), V — 561.
RAMALHO (Magalhães), IV — 251 384.
RAMIRES (Carlos), III — 425.
RAMIRES (Garcia), II — 150.
RAMIRES (Sebastião), II — 227 232 233 242 251 292 324 333 337 351 379; III — 10 21 56 83 109 112 114 148 247 319 500 528; IV — 116 527; V — 86 341.
RAMOS (Graciliano), IV — 23.
RAMOS (Gustavo Cordeiro), II — 24 62 108 129 133 137 150 231 232; IV — 116.
RAMOS (João de Deus Battaglia), V — 359; VI — 169 221.
RAMOS (Nereu), IV — 435.
RAO (Vicente), IV — 319.
RAPAZOTE (António M. Gonçalves), V — 341; VI — 103 349 381 382 394 398 424 431 440.
RAPOSO (José Hipólito), I — 69 110 115 165 237; II — 92; III — 140 527.
RATO (Carlos Moreira), V — 408.
RAU (Virginia), V — 161.
REBELO (Domingos), III — 95.
REBELO (Horácio José de Sá Viana), IV — 192 384 404; VI — 295 296.
REBELO (J. F. Neto), VI — 439.
REBELO (José Pequito), I — 115 229; III — 56 140 527; IV — 127 159.
REED (Malcolm), II — 147.
REEDMAN (representante rodesiano), VI — 78.
REGADAS (João), VI — 104.
RÉGIO (José), II—164; III—416; IV—22 531.
REGO (Agnelo do), V — 86.
REGO (Álvaro de Sousa), III — 482.
REGO (José Lins do), IV — 23.
REGO (Leote do), I — 163.
REGO (Raul), VI — 85.
REGO (Padre Silva), VI — 335.
REGRAS (João das), II — 335; III — 281.
REICHENAU (General Von), III — 165.
REIMÃO (Malheiro), I — 63 187.
REIS (Câmara), IV — 313 316 469; V — 342.
REIS (Cândido dos), I — 32.
REIS (Carlos Ramires dos), II — 227.
REIS (José Alberto dos), I — 73 84 92 96 132 146 150 151 165 171 179 189 195 196 199 203 204 205 211 233 253 295 308 318 338; II — 133 151 185 272 292 297 298 302 314 316 333 351 352 379; III — 159 210 231 240 528 545 567; IV — 38 58 96 114 116 316; V — 63.
REIS (Martins dos), IV — 272.
REIS (Pestana), I — 79 148 333.
REIS Júnior (Albino Soares Pinto dos), II — 136 149 169 170 184 192 198 217 231 232 266 268 290 299 333 352; III — 240 366 500 528 545 567; IV — 38 48 52 58 63 64 83 114 116 117 159 164 169 170 176 178 191 217 232 233 243 264 266 271 293 320 337 353 378 404 414 468 486 489 503 521 524; V — 20 34 66 126 176 178 207 238 251 252 334 396; VI — 83 84 407 408 409 412.
RELVAS (José), I — 22 188 199; IV — 63 129.
REMÉDIOS (Joaquim Mendes dos), I — 72 73 95 147 204 211 306 307 308 312.
RESENDE (Fernando Pinto), V — 209, 218.
RESENDE (Flávio), IV — 71.
RESENDE (D. Sebastião de), IV — 457; V — 19 429 447; VI — 50 59 253.
RESGATE (Maria do), I — 1 2 3 4 5 6 7 16 19 49 59 73 85 128 152 176 191 198 214 252 254 255 256 257 259 266 274 275 295 313 318 319 322 337; II — 134 135 151; III — 302; IV — 96 306.
RETHY (Princesa de), IV — 91.
REYNAUD (Paul), III — 269.
REYNOLD (Gonzague de), III — 148 174.
REZENDE (Garcia de), III — 282.
RHODES (Cecil), V — 235.
RIBBENTROPP (Joachin von), III — 133 223 256 537.
RIBEIRINHO (Francisco Ribeiro), VI — 190.
RIBEIRO (Aleixo), IV — 532.
RIBEIRO (Almeida), I — 288 307; V — 342.
RIBEIRO (António Pereira), II — 112.
RIBEIRO (Aquilino), I — 69 166; II — 51 163; III — 387 415 423 503; IV — 9 22 29 230 258 501 529 531; V — 58 177 252 486.
RIBEIRO (Carlos Gomes da Silva), IV — 523; V — 458; VI — 349 371 377 378.
RIBEIRO (Ernesto Hintze), I — 10 12 14 27 29 30 148; II — 18 292.
RIBEIRO (Francisco do Casal), VI — 5 84.
RIBEIRO (Hélder Armando dos Santos), I — 200 220 260 261; II — 51 65 72 73 111 185; IV — 19 129 469 470; V — 5 249 335 342 426 478 523; VI — 34.
RIBEIRO (João Pinto), I — 180.
RIBEIRO (Orlando), IV — 257.
RIBERA (José António Primo de), II — 160 316; III — 7 8 10; V — 350.
RIBERA (Miguel Primo de), I — 264 265; II — 56 89 160 176.
RICARDO (José), I — 239.
RICHARD, III — 223 224.
RIDGWAY (general Mathew), IV — 299.
RIEDEL, III — 54.

RISSO-GILL, III — 497.
ROBERT, I — 192.
ROBERTO (Holden), V — 272 280 448 449 496; VI — 17 24 25 51.
ROBERTS (Frank), III — 420 456 457 458 460 464 479 497 510 555; IV — 10.
ROBESPIERRE (Maximilien), II — 10.
ROBLES (José Maria Gil), II — 89 160 316 362; III — 7 8 10 21 109 114 149.
ROÇADAS (Alves), I — 126 300 301.
ROCCA (Nasalli), VI — 188.
ROCHA, I — 43 44.
ROCHA (Albino Vieira da), I — 18 21 59 161 170 171 188 209 239 289 298; II — 68; III — 46.
ROCHA (Bento Coelho da), I — 166 183.
ROCHA (Manuel), VI — 377.
ROCHA (D. Manuel Santos), V — 128.
ROCHE (Monsenhor), VI — 123.
ROCHETA (Manuel Farrajota), III — 338; V—152 198 230 234 356 358 359 362; VI—127 128 159 194 159 219.
ROCKEFELLER (Família), VI — 389.
RODRIGUES (Adriano), I — 100.
RODRIGUES (Ângelo), VI — 189.
RODRIGUES (António Maria Bettencourt), I — 336; II — 24.
RODRIGUES (D. António Reis), VI — 364 442.
RODRIGUES (Armindo), III — 417.
RODRIGUES (General Barros), II — 322; III — 308 309 320 358 468; IV — 42.
RODRIGUES (Daniel), IV — 128.
RODRIGUES (Eduardo), I — 317.
RODRIGUES (Gonçalves), IV — 159; V — 342 352.
RODRIGUES (J. V. Paulo), V — 439 555; VI — 390 392 393 394 395 398 443.
RODRIGUES (José Manuel Bettencourt), IV —521; V — 209; VI — 295 379 381 383.
RODRIGUES (Manuel), I — 147 207 228 252 253 259 295 306 307 308 312 314 316 317 318 320 324 335; II — 133 149 150 169 184 192 213 214 242 249 268 271 274 275 283 285 286 290 292 296 320 326 347 351 379; III — 117 180 186 187 214 239 287 500 528 545; IV — 19 99; V — 63.
RODRIGUES (Manuel Maria Sarmento), IV — 191 256 264 345 346 357 374 472; V — 66 87 126 187 251 257 272 394 548; VI — 49.
RODRIGUES (Miranda), VI — 403 405 412 415 422.
ROGER (Sir Alexander), IV — 104.
ROGERS (Francis), V — 161.
ROKOSSOWZKI, IV — 430.
ROMAINS (Jules), II — 160 330; V — 203.
ROMANONES (Conde de), II — 90 362.
ROMÃO (Francisco), III — 561; IV — 334.
ROMBA (Fernando), V — 55.
ROMMEL (Marechal Erwin), III — 386.
RONALD (Sir Nigel), IV — 79 178 272 273 364.
RONCALLI (Cardeal Ângelo), IV — 246; V — 24.
ROOSVELT (Francklin D.), II — 228 231; III — 173 206 207 226 256 285 293 305 310 311 319 322 323 325 326 328 329 341 342 347 351 360 361 389 407 420 421 430 431 432 433 434 435 453 454 456 461 466 467 475 476 479 480 481 482 490 492 494 495 513 522 549 551 562 563 564 565 568 589; IV — 28 180.
ROPS (Daniel), IV — 262.
ROSA (Faure da), IV — 533.
ROSA (Guilherme Pereira da), V — 585.
ROSA (João Pereira da), II — 198 249 290 316 337; III — 12 317; V — 167.
ROSA (José Meneses), VI — 331.
ROSA (Luísa), III — 405.
ROSADO (General Garcia), II — 286.
ROSÁRIO (Aniceto de), IV — 350.
ROSAS (João Dias), IV — 127 383; V — 91 256 408 437; VI — 381 382.
ROSE (François de), VI — 129.
ROSE (Kenneth), V — 94.
ROSEN (Barão de), I — 126 143 144.
ROSENBERG, III — 51 54 59.
ROSS (Sir Archibald), V — 303 354 582; VI — 77 105 128 143 144 230.
ROTHERMERE (Lord), III — 73.
ROTSCHILD (Família), VI — 389.
RQUALLE (Marquesa de), IV — 379.
ROUSSEAU (Jean Jacques), I — 36.
RUBIO (Navarro), V — 478.
RUNCIMAN (Lord), III — 170.
RUSK (Dean), V — 196 262 265 289 295 296 299 320 339 355 356 363 368 399 413 415 416 428 433 434 447 504 514 515 524 528 557 581 586; VI — 17 26 42 56 79 236 291 303 314.
RUSSEL (Sir John), III — 100.

SÁ (Adriano de), I — 287.
SÁ (Matos e), IV — 533.
SABUGOSA (Condessa de), IV — 88.
SAINT-PAULIEN (escritor), V — 143; VI — 23 36 68 103 244.
SAINT-PIERRE (Michel de), V — 143; VI — 128 244.
SAINT-SIMON (Jules de), I — 41.
SALAMANCA (Carlos), V — 307 308 309.
SALAN (Raoul), V — 337.
SALAZAR (Elisa), I — 4, 128 176 179 213 252 256 322; II — 134; IV — 96.
SALAZAR (Felicidade Ritta), I — 2.
SALAZAR (José de Lemos), I — 2.
SALAZAR (Laura), I — 4 6 19 21 26 45 128 175 322; II — 17 130 134 274; III — 302 580; IV—390; VI — 400.
SALAZAR (Maria Leopoldina), I — 4 179 322; II — 17 134; VI — 400.
SALAZAR (Martha do Resgate de Oliveira), I — 4 5 19 20 26 94 164 167 252 322; II — 17 134 213 344; III — 302 303 404 543 580; IV — 96 110 147 239 286 334; VI — 400.
SALGADO (Plínio), IV — 42.
SALGUEIRO (D. Manuel Trindade), III — 401; V — 69 128 598 602; VI — 69 236.
SALGUEIRO (Prestes), II — 51 185 326.
SALISBURY (Visconde), I — 13.
SALISBURY (Lord), V — 232 377; VI — 194.
SAMORÉ (Monsenhor), IV — 386; V — 430 444; VI — 60 62 124 128.
SAMPAIO (Forjaz de), I — 100.

SAMPAIO (Luís Teixeira de), II — 193 251 304 305 306 307 309 326 331 337 338 353 362; III — 6 23 24 29 33 35 36 40 43 56 63 72 98 111 117 136 158 168 172 182 183 184 191 192 195 197 205 207 213 217 227 230 234 237 241 242 244 245 255 257 261 262 263 275 283 284 295 297 298 317 320 350 364 365 367 371 372 375 377 386 405 406 408 412 441 442 452 456 460 461 463 466 471 480 486 496 497 503 504 506 516 519 520 521 533 534 535 537 550 562 563 565 566 567 569 575 576 579 589; IV — 35 286 522.
SAMPAIO (Rodrigues), I — 8.
SANCHES (Rui Abreu da Silva), VI — 274.
SANCHES (Samuel Rodrigues), V — 408.
SANCHEZ (Manuel), V — 115.
SANCHO I (Rei), III — 278.
SAND (George) (pseudónimo de Aurore Dupin), I — 149.
SANDYS (Duncan), VI — 195.
SANJURJO (José), III — 9.
SANTA TERESA de Lisieux, I — 318.
SANTO (Ricardo Espírito), II — 345; III — 200 424 519; IV — 240 254 349.
SANTO ANTÓNIO de Lisboa, III — 95.
SANTOS (Alexandrino dos), IV — 6.
SANTOS (Capitão Almeida), V — 55.
SANTOS (António/Furtado dos), VI — 407 408 409.
SANTOS (Carlos dos), II — 169.
SANTOS (Deolinda), VI — 432.
SANTOS (Hipólito dos), V — 381.
SANTOS (Joaquim Jesus dos), VI — 381.
SANTOS (José Beleza dos), I — 194 204 207 228 252 253 256 295 317 318 320 324; III — 148.
SANTOS (José Domingos dos), I — 240 261 262 263 286 325; II — 26 50 93 123 130 184 185; III — 94; IV — 6 7 19 57 469; V — 4.
SANTOS (José de Lima), III — 575.
SANTOS (José Ribeiro dos), V — 191.
SANTOS (Júlio), III — 95.
SANTOS (Lúcio Pinheiro dos), IV — 8.
SANTOS (Machado), I — 126 136 160 163 184 187 200 225.
SANTOS (Manuel dos), II — 41.
SANTOS (Maria Inês Carmona), III — 424 514 516 517.
SANTOS (Maria Teresa Andrade), IV — 89.
SANTOS (Nuno Rodrigues dos), IV — 314 317 347; V — 342; VI — 85 208 269 319.
SANTOS (Reinaldo dos), III — 152 338 500 528; IV — 345 390.
SANTOS (Reis), I — 184.
SANTOS (Rocha), II — 270.
SANTOS (Dr. Silva), VI — 398.
SARAIVA (Alberto da Cunha Rocha), I — 69 84 235 240; II — 211 267; IV — 61.
SARAIVA (António José), IV — 532.
SARAIVA (Augusta), I — 106.
SARAIVA (João), VI — 428.
SARAIVA (José Hermano), V — 187; VI — 239 377 381.
SARDÃO (Manuel), VI — 189.
SARDINHA (António), I — 69 115 160 165.
SARGENT, III — 364.
SARMENTO (Albano), III — 548.
SARMENTO (Júlio de Morais), I — 336 338; II — 42 65 66.
SARMENTO (General Morais), II — 346 364 365 366; III — 46 128 268 314.
SARRAUT (Albert), II — 230; III — 2.
SARTRE (Jean-Paul), V — 166.
SAVIMBI (Jonas), V — 454.
SCARLATTI, I — 166.
SCHACHT (Dr.), II — 306 308; III — 88 133 136.
SCHAFARZYK (Herbert), V — 304; VI — 129.
SCHIAPPA, III — 143.
SCHICK (Renée), VI — 188.
SCHLESINGER (Arthur), V — 290.
SCHLUMBERGER (Pierre), VI — 388 389 390.
SCHOEMAN, VI — 225.
SCHREIBER (Emile), III — 148 163.
SCHRIJVER, V — 102.
SCHROEDER (Gerhard), VI — 137 138 210.
SCHROETER (Ernesto), I — 30 173; II — 18.
SCHULTZ (Arnaldo), V — 27 56 68 86 87 167 236 238 255 463; VI — 346.
SCHUMANN (Robert), IV — 246 252 278.
SCHUSCHNIGG (Kurt), III — 152.
SCHWALBACH (Eduardo), III — 561.
SCIALOJA, I — 326.
SCOPPA (Bova), III — 275.
SEABRA (Fernando Maria Alberto), IV — 192.
SEABRA (Ricardo), IV — 9 258.
SEGUI, III — 8.
SELASSIÉ I (Hailé), V — 87 88 489 494 495.
SELBY (Sir Walford), III — 137 154 155 156 157 158 164 165 166 167 168 170 182 183 184 185 191 195 197 205 207 212 216 218 219 227 230 236 237 241 242 244 245 246 250 251 252 253 255 256 257 258 259 260 272 282 285 286 294 300.
SELVAGEM (Carlos), III — 143 338.
SELWYN-LLOYD (IV — 448.
SENA (Jorge), IV — 533.
SENGHOR (Leopold), V — 379 475 488; VI — 14 123 135.
SEQUEIRA (Domingos), V — 117.
SEQUEIRA (Gustavo de Matos), II — 332; III — 152.
SÉRGIO (António), I — 69 184 260 326; II — 21 51 118 185 219; III — 501; IV — 8 9 19 129 230 307 313 357 358 433 470 495 501; V — 26 27 49; VI — 423.
SERRA (Adriano da Silva Vaz), III — 138 139 287 288 334 423 545 547.
SERRA (Manuel), IV — 127; V — 55 56.
SERRA (Vaz), I — 81.
SERRÃO (Fernando Pinto), V — 600.
SERRÃO (Joaquim Veríssimo), IV — 532; V — 161.
SERRÃO (Joel), IV — 533.
SETALWAD, IV — 487.
SEVES (António de), III — 482.
SEYMOUR (Hamilton), I — 11.
SEYSS-INQUART, III — 152.
SHAW (Bernard), II — 157.

SIEBURG (Fréderic), III — 148.
SILVA (Adão e), IV — 324 316 469 470; V — 335; VI — 85 208.
SILVA (Alberto Andrade e), VI — 49 295 296.
SILVA (Alfredo da), I — 201; II — 150 227.
SILVA (António), V — 126.
SILVA (António Maria da), I — 200 217 219 220 236 239 240 241 263 288 289 293 294 299 302 303; II — 282 302 303 304 367; III — 501 526; IV — 128.
SILVA (Armando Roboredo e), IV — 523; VI — 49 260 380.
SILVA (Artur da Costa e), VI — 110 225 234 250 277 403 431 438.
SILVA (Bustorff), IV — 24 48 96; VI — 88 329.
SILVA (Cândido da), VI — 428 439.
SILVA (Carvalho da), I — 317; II — 10; V — 342.
SILVA (Correia da), II — 338.
SILVA (Dias da), 187 195.
SILVA (Duarte), V — 187.
SILVA (Eduardo Ferreira dos Santos), IV — 106 128 131.
SILVA (Fernando Emídio da), I — 170 171; II — 198 329; III — 159 199; IV — 293.
SILVA (Francisco Alves da), I — 5 83 93 99 153; II — 10 248 333; V — 64; VI — 444.
SILVA (D. Francisco Maria da), VI — 181
SILVA (Frederico da Costa Lopes da), V — 55.
SILVA (Freitas da), I — 225.
SILVA (Gama e), VI — 300.
SILVA (Herminia), III — 333; V — 127.
SILVA (José da), V — 486.
SILVA (José Marmelo e), IV — 533.
SILVA (D. José Pedro da), VI — 444.
SILVA (Luísa da Piedade Alves), I — 5; VI — 444.
SILVA (Manuel Gomes da), IV — 24.
SILVA (Manuel Luís Coelho da), (Bispo de Coimbra), I — 133 334.
SILVA (Maria Prudência Serras e), II — 266 367; III — 339.
SILVA (Maria Teresa Serras e), I — 179; IV — 191; VI — 435.
SILVA (Mário José Pereira da), V — 241 243 406 424 438.
SILVA (Mira da), II — 169 275.
SILVA (Nazareth de Figueiredo), I — 49 55.
SILVA (Nogueira da), VI — 186.
SILVA (Pereira da), I — 211 289.
SILVA (Serras e), I — 72 79 100 102 104 133 146 165 207; II — 10 31 93 100 151 185 259 272 332; III — 67; IV — 41 191.
SILVA (Teixeira da), V — 342.
SILVA (Almirante Valle e), VI — 260.
SILVA (General Vassalo e), IV — 495; V — 188 324 357 364 369 375 392 393.
SILVEIRA (Costa), I — 167.
SILVEIRA (Jorge Portugal da), VI — 87.
SILVEIRA (Mouzinho da), I — 148.
SIMÃO (Veiga), VI — 189 226 377.
SIMÕES (Alberto da Veiga), I — 105 267; III — 17 36 37 50 71 81 82 135 168 206 223 236 237 241 256 288.
SIMÕES (Francisco Rocha), IV — 521.
SIMOES (João Gaspar), II — 164; III — 416; IV — 22 532.
SIMÕES (Jacinto), VI — 439.
SIMÕES (Nuno), I — 235 260 261 289; IV — 9 258 469; V — 5 510.
SIMÕES (Rocha), V — 577.
SIMON (Sir John), II — 307.
SINTRA (Alfredo), II — 272 293; IV — 52.
SIRIKIT (Rainha da Tailândia), V — 160.
SKERN (Lauris), V — 543 547.
SMITH (Almirante Allen), V — 198.
SMITH (Bedell), III — 454.
SMITH (Ian), V — 582 583 604; VI — 43 61 65 66 77 82 95 99 116 118 139 140 141 144 145 160 162 174 225 230 250 403.
SAMUTS (Marechal Ian), III — 273 309 436 456 518 520 522 533 535.
SNOW (Edgar), V — 552.
SOARES (Aníbal), I — 138.
SOARES (Augusto Luís Vieira), I — 125 126 127 137 140 141 144 145 159 163 222; III — 526.
SOARES (Feliciano), I — 276.
SOARES (Freitas), II — 346.
SOARES (João), I — 220; II — 51 72 185.
SOARES (José C. Macedo), III — 62 281 435 455 456 457.
SOARES (Mário Alberto Lopes), IV — 470; V — 191 549; VI — 40 85 328.
SOBRAL (Maria Luísa), I — 191.
SOLBORG (Coronel), III — 482.
SORAYA, VI — 389.
SORENSEN (Theodore), V — 290.
SOROMENHO (Castro), III — 417.
SOROMENHO (Gustavo), IV — 131; V — 191.
SOTELO (Calvo), II — 89 160; III — 7 8.
SOTTOMAYOR (Francisco), V — 249.
SOUSA (Abel Pais de), I — 19 21 26 175 322; II — 18 130 134; III — 581; IV — 390.
SOUSA (Abílio Augusto Valdez de Passos e), I — 299 309 316 320 323 333 335; II — 27 62 106 107 132 169 286 287 293 313 314 321 322 327 352 364 365 366; III — 577; IV — 42 102.
SOUSA (Albano de), II — 227.
SOUSA (Alberto de Saraiva e), IV — 127 152 384; V — 406.
SOUSA (Amílcar Valdez de Passos e), IV — 335 336.
SOUSA (Pe. António Nunes de), I — 3 4 5 7 15 20 26 43 59 153 167 191 198 273; II — 135 213.
SOUSA (Baltazar Rebelo de), IV — 316 383 384; V — 191 251 256; VI — 4 11 186 220 236 237 239 340 358 362 363 373.
SOUSA (Borges de), II — 293.
SOUSA (Botelho de), III — 456 462 468 552.
SOUSA (David de), II — 102 132 149 150 199; III — 4; IV — 51.
SOUSA (David de), I — 149.
SOUSA (Fernando de), I — 88 96 115 238 264 310; II — 5 40 242; III — 4 12 545.
SOUSA (Franco de), II — 199 233 287.
SOUSA (Frei Luís de), III — 423.
SOUSA (José Ferreira Marnoco e), I — 72 84 96 135 150 151 163 195.

SOUSA (D. José Maria de) — (Morgado de Mateus), II — 310.
SOUSA (José Pais de), I — 3 4 6.
SOUSA (Laura de Lemos c), I — 55.
SOUSA (Manuel Teixeira de), I — 32 74.
SOUSA (Maria do Carmo Lemos c), I — 55.
SOUSA (Mário Pais de), I — 19 45 59 108 109 129 168 175 177 194; II — 129 130 133 136 139 141 169 259 272 285 289 292 351 352; III — 49 127 179 247 331 404 541 544; IV —,96 116 333 334.
SOUSA (Familia Pais de), I — 4 59 153 254.
SOUSA (Pombeiro de), VI — 72.
SOUSTELLE (Jacques), V — 142; VI — 244.
SOVERAL (Marquês de), III — 136 452.
SOVERAL (Carlos Eduardo Bastos de), V — 256.
SPAAK (Paul Henri), III — 105 135 168 241; IV — 92 100 142 280 354 359 444; V — 25 102 110 320 321 322 329 414 528 529 559 567 601; VI — 2 69 218 219 420.
SPAKMAN (General), IV — 52.
SPEARS (General), VI — 195.
SPELLMAN (Cardeal), IV — 41 43 114; V — 22 462; VI — 313 441.
SPENCER (Herbert), I — 47; III — 562.
SPENGLER (Oswald), II — 161.
SPÍNOLA (António S. R. de), V — 250 251; VI — 346 347.
STAËL (Madame de), I — 70.
STAERCKE (André de), IV — 253 280; V — 110 321 414; VI — 217 218 228 316.
STARHEMBERG (Príncipe de), II — 159.
STAVISKY, II — 306.
STEVENSON (Adlai), V — 213 214 338 363 373 374 503 528.
STEWART (Michael), VI — 77 78 79 95 127 143.
STICHINI (Ilda), II — 191 258 266.
STIKKER (Dirk), IV — 252; V — 274 275 363 569.
STIRLING (Sir Charles), III — 259; IV — 394 395.
STRANG (Sir William), III — 170 271 293 436.
STRAUSS (Franz Joseph), V — 93 110 304 420 461.
STREASEMANN (Gustav), I — 326; II — 157.
STUDNITZ (Von), V — 566.
SUAREZ, IV — 113.
SUGGIA (Guilhermina), IV — 192.
SUKARNO (Presidente), V — 76 132 137 143 163 351 360; VI — 2 14 135 262.
SULZBERGER (Cyril), V — 221.
SUNDAYS (Duncan), VI — 244.
SUÑER (Ramon Serrano), III — 7 217 291 295 297 307 350 373 402.
SYFRET (Almirante), IV — 43.
SYLVAN (Fernando), V — 249.
SZULC (Tod), VI — 130 131.

TABOUIS (Geneviève), V — 89.
TADEU (Coronel), IV — 272 285.
TAFT (Robert), IV — 211.
TAFT (William), V — 338 413.
TAINE (Hippolyte), I — 70.
TAITTINGUER (Pierre), II — 159.
TAKAMATSU (Príncipe), II — 99.
THOMÉ (Cónego Liberato), II — 31 166.
THOMSON (Lord), VI — 194.
THOMSON (David), IV — 3.
TICIANO, V — 350.
TINTORETO, V — 350.
TISSERANT (Cardeal), VI — 123 281.
TITO (Marechal), IV — 173; V — 163.
TOJO (General Hideki), III — 360 361 431.
TORGA (Miguel), II — 164; III — 416; IV — 22 531; VI — XVIII.
TORRÃO (Visconde do), II — 101.
TAMAGNINI (Eusébio T. de Matos Encarnação), I — 133 204; II — 287 351.
TÂMEGA (Riba), III — 25 26 45 223.
TAPIA (Manuel), V — 122.
TARDINI (Monsenhor), III — 264; IV — 104 188 189 238; V — 447.
TAROUCA (Conde de), II — 129.
TAVARES (Abrantes), IV — 159.
TAVARES (Álvaro da Silva), IV — 524; V — 116 217 272.
TAVARES (Fernando), IV — 6.
TAVARES (Francisco de Sousa), V — 342 549.
TAVARES (D. Paulo), VI — 321.
TAVARES (General Valadas), V — 245.
TAYLOR (Myron), III — 351.
TEDESCHINI (Cardeal), IV — 241.
TEIXEIRA (Almeida), I — 317.
TEIXEIRA (Carvalho), II — 169.
TEIXEIRA (Gabriel), III — 179 488.
TEIXEIRA (Sá), I — 133.
TELES (Casimiro), III — 46 142.
TELES (Gonçalo Ribeiro), V — 342; VI — 87.
TELES (Inocêncio Galvão), IV — 401 466 523; V — 126 206 437 438 458; VI — 30 46 109 110 224 248 326 327 349 372.
TELES (Leonor), II — 335.
TELLA (Coronel), III — 8.
TELLI (Diallo), V — 535.
TELMO (Cotinelli), III — 152.
TEMBO, VI — 270.
TEMPLEWOOD (Lord), IV — 102 293.
TENREIRO (Henrique), III — 31; IV — 96 127 257 414 455; V — 34; VI — 84 394 424.
THANT (U), V — 357 363 364 366 417 428 515 520 523 527 530 532 533 534 535 539 543 546 547 551 568; VI — 99 135 173 174 192 214 218 234 236 251 263 288 297 298.
THARAUD (Jerôme), II — 330.
THEMIDO (João Hall), VI — 121 165 167 176 249.
THIBON (Gustave), IV — 262 280 421.
THOMAZ (Américo Deus Rodrigues), III — 545; IV — 36 114 116 143 181 193 242 266 395 450 489 492 493 495 500 502 503 513 518 519 520 521 523 525; V — 2 3 11 15 18 43 69 72 74 84 87 88 91 109 117 118 124 133 134 144 146 152 154 155 158 159 175 206 221 230 232 238 240 282 348 379 382 436 442 457 486 489 519 547 558 564 569 580 594 605; VI — 4 44 46 49 54 58 63 103 124 171 185 187 201 202 225 234 239 272 274 276 281 298 313 319 323 327 334 335 341 364 378 379 382 385 386 393 399 401 405 406 410 412 415 429.

TORRES (Alberto Pinheiro), I — 184; II — 292.
TORRES (Arnaldo Pinheiro), VI — 5.
TORRES (Vasconcelos), VI — 164.
TORRINHA (Francisco), I — 57.
TOURÉ (Sekou), V — 379 497; VI — 123 127 135 292 336.
TOVAR (Conde de), III — 260 341 349 350 390 463; IV — 104 157 175 188 189 273 351.
TOYNBEE (Arnold), II — 161 356; V — 110.
TRIGUEIROS (Luís Forjaz), IV — 257 532; V — 66; VI — 46 365.
TRINDADE (D. Manuel de Almeida), VI — 442.
TRINDADE (Teófilo da), I — 136; II — 150 169.
TROCADO (Josué), II — 266 282 302 333; III — 67 96; IV — 147.
TROHAN, VI — 152.
TROTSKY (Leon), II — 157.
TRUMAN (Harry S.), III — 565 579 580; IV — 8, 79 144 194 278 280; V — 338.
TSCHOMBÉ (Daniel), VI — 291.
TSCHOMBÉ (Moïse), V — 150 259 331 348 417 459 471 537 538 541 560 567 571 573 577 579 593 600 601; VI — 2 29 42 50 51 52 84 215 219 228 238 250 251 271 280 291 431.
TSIRANANA (Presidente), V — 579; VI — 72.
TUKHATCHEVSKI (Marechal), III — 102.
TYLER (William), VI — 25.

ULRICH (José Frederico), IV — 63 81 96 103 113 116 118 126 139 143 149 151 156 181 216 241 248 251 259 264 318 330 331 337 340.
ULRICH (Rui), II — 198 229 307 316 349; III — 501 548.
UNAMUNO (Miguel de), II — 90 176.
URBANO (Abel), I — 21.
UVA (Almirante Sousa), III — 358 468 552; V — 241.

VALADARES (Portela), III — 6 7.
VALE (Almirante), IV — 378.
VALE (Alexandre de Lucena e), I — 166.
VALE (Fernando do), V — 342.
VALENTE (Manuel), II — 339.
VALENTE (Pulido), II — 320 322; III — 68.
VALÉRY (Paul), II — 161 187; IV — 263.
VALLAINE (Monsenhor), VI — 253 263.
VALLAT (Xavier), V — 98 142.
VANDENBERG, IV — 141.
VANSITTART (Sir Robert), III — 75 76 92 123 133 147.
VARELA, (João de Matos Antunes), IV — 293 357 450 522; V — 458 464 563; VI — 41 45 180 199 248 296 299 407 408 411.
VARGAS (Getúlio), II — 329; III — 267 297 338 341 401 420 431 433 581; IV — 248 256 257 268 269 270 284 361 363.
VARZIM (Abel), IV — 308; V — 177.
VASCONCELOS (Padre Amadeu), I — 97.
VASCONCELOS (António de), III — 152.
VASCONCELOS (Augusto de), I — 73 119; II — 229 310 321.
VASCONCELOS (Botelho de), I — 225.
VASCONCELOS (Carolina Michaëlis de) I — 211.
VASCONCELOS (Mário Cesariny de), IV — 533.
VASCONCELOS (Mendes de), VI — 182.
VASCONCELOS (Vasco de), I — 145.
VAYO (Alvarez del), III — 27 45 64.
VAZ (Camilo Rebocho), V — 216 217.
VAZ (José Albino Machado), VI — 274 275.
VAZ (Lopo), I — 8.
VAZ (Margarida), I — 106.
VAZ (Salema), I — 90.
VAZ (Santa Rita), VI — 69.
VEIGA (Alves da), I — 139.
VEIGA (António Jorge Martins da Mota), IV — 112 192; VI — 21 110 364 382 387 388 392 393 394 398 405 422.
VELASQUEZ, IV — 272.
VELOSO (Afonso de Melo Pinto), II — 297.
VELOSO (Francisco) I — 70 79 97 148 182; II — 272; IV — 29 30.
VENÂNCIO (D. João Pereira), VI — 32 276 340.
VENTOSA (Juan), III — 249.
VENTURA (Raul Jorge Rodrigues), IV — 374 375 384 404 427 428 442 495 502 510 523; V — 19.
VERDE (Cesário), I — 68.
VERDIAL (Mem), V — 342.
VERÍSSIMO (Erico), V — 50.
VERLAINE (Paul), I — 81.
VERLINDEN (Charles), V — 161.
VERONESO, V — 350.
VERWOERD (Hendrik), V — 514 575 577; VI — 114 117 119 160 164 170 174 175 178 179 180 216.
VIANA (António Manuel Couto), IV — 532.
VIANA (António Mendes), V — 57 58 59.
VIANA (Eduardo), III — 468.
VIANA (Facco), III — 303.
VIANA (General João de Almeida), VI — 295.
VIANA (José), VI — 190.
VICENTE (Arlindo Augusto Pires), III — 95; IV — 469 495 496 497 498 500 501 503 509; V — 342.
VICENTE (Gil), III — 84 301; IV — 391; VI — 58 103.
VIDAL (D. João Evangelista de Lima), III — 301.
VIEGAS, I — 303.
VIEIRA (Afonso Lopes), II — 164.
VIEIRA (Padre António), I — 25 177; II — 36 310; III — 95 571; IV — 364; V — 139.
VIGNANCOUR (Teixier de), V — 142 165; VI — 244.
VIGON (França), IV — 24 116 117 131 148 255.
VILAR (Tomé), VI — 424.
VILAS-BOAS (Conde de), I — 237.
VILELA (Álvaro Machado), I — 72 81 150 164 171 179 189 194 295; II — 151; V — 63.
VILHENA (Carlos), II — 73 252.
VILHENA (Júlio de), I — 31 32.
VILLARET (João), III — 333; V — 208.
VILLIERS (Alan), IV — 345.
VINHAS (Manuel), V — 471 472.
VITAL (Domingos Fezas), I — 96 107 133 164 189 190 196 203 205 206 207 210 211 253 295 320; II — 20 151 185 192 193 226 263 283 287 320 333 352 379; III — 21 55 117 500 527 528

541 545; IV — 135 223 234 242 266 286; V — 63; VI — 88.
VÍTOR MANUEL III, I — 227; III — 3.
VITORINO (Virgínia), II — 362.
VOLTAIRE, II — 157.
VON PAPEN (Franz), II — 159.
VOROCHILOV, III — 59.
VORSTER (Johanes), VI — 225 256 292 331 332.

WACHUKU (Jaja), V — 497; VI — 303.
WAGNER (Richard), VI — 242.
WALL (Patrick), VI — 195 244.
WALSTON (Lord), VI — 144 145 149.
WALTERS (Vernon), V — 134.
WAVELL (Marechal), III — 371 377 386.
WEAVER (John), III — 314.
WELLENSKY (Sir Roy), V — 27 111 320 348 444 452 525 537 567.
WELLES (Benjamin), V — 267 268 269 270 271 416.
WELLES (Sumner), III — 256.
WELLINGTON (Duque de), III — 100 256 259; V — 117.
WEYGAND (Maxime), IV — 445.
WHITE (Graham), III — 538.
WIGNY (Pierre de), V — 102.
WILKINS, III — 180.
WILLIAMS (Mennen), V — 289 290 294 299 338 378 413 427 464 495 496 514 586; VI — 26.
WILLIAMS (Sir Robert), II — 327.
WILSON (Harold), V — 593; VI — 43 77 82 95 99 116 157 158 159 160 162 164 174 194 195 225 230 257 299 300 301 330.
WINANT, III — 328 381 437 505.
WINDSOR (Duque de), II — 352.
WINGFIELD (Sir Charles), III — 6 24 29 30 33 35 63 68 72 74 75 76 78 111 112 137.
WINTER, III — 54.
WIRIATH (Marcel), IV — 224.
WODEHOUSE (Almirante), III — 153 155 164 165 166 168 182.
WOLLEY (Sir Bernard), V — 232.

XANTHAKY (Theodore), V — 210 211.
XAVIER (Alberto), I — 309; II — 41.
XAVIER (Alfredo Caldas), II — 339; VI — 183.
XAVIER (São Francisco), III — 95; IV — 271 272 285; V — 591 594 595.

YAGUE (General), III — 8.
YIN (Ho), VI — 232.
YOULOU (Fulbert), V — 488; VI — 123.
YVETTE (Cândida), IV — 83.

ZAHAROF (Sir Basil), II — 347.
ZAMORA (Alcalá), II — 89; III — 6 7 53.
ZANUSSI, III — 454.
ZEALAND (Paul Van), III — 105 244; IV — 252 253 280 281 293.
ZENHA (Salgado), V — 549; VI — 85.
ZILHÃO (Soares), II — 113.
SINOVIEV, II — 306.
ZITA (Imperatriz), VI — 272 273.
ZOLI (Corrado), II — 188.
ZURBARAN, V — 350.

Cumpre aqui agradecer à mulher do Autor deste livro o trabalho que teve na preparação da maior parte deste índice.

COMPOSTO E IMPRESSO
NA COMPANHIA EDITORA DO MINHO — BARCELOS
MAIO DE 1985